

Biblioteca - Ministério da Justiça



MJU00054896D11

Secretaria de Justiça e
de Segurança Pública
SEJUSP-MS



Ministério da Justiça - MJ
Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENASP



ANUAL DO OPERADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

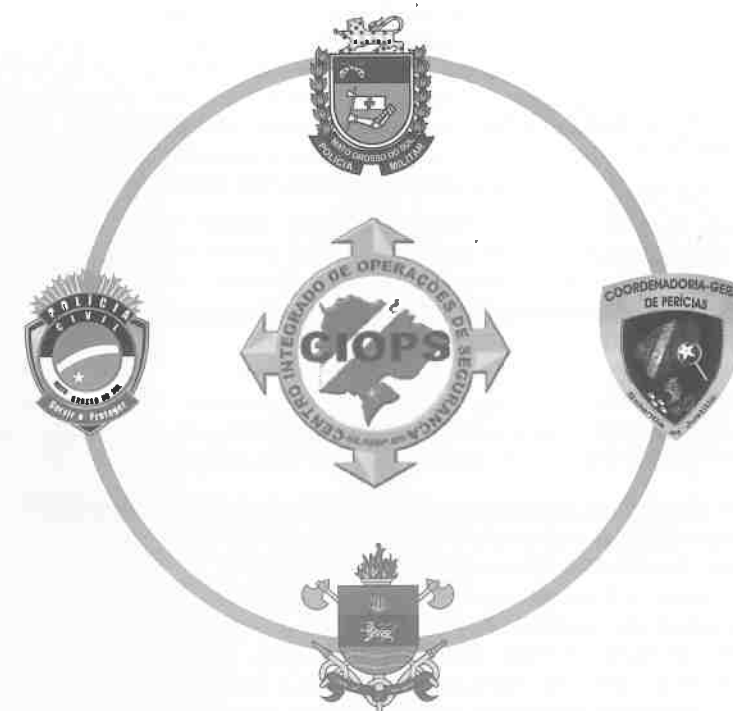
341.5514
M433M
DEP. LEGAL

MANUAL DO OPERADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA



MATO GROSSO DO SUL

MANUAL DO OPERADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA



MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande - MS
2009

1ª Edição

344.5514
M 433 M
DEP. LEGAL

es
jal
se
de

ar,
de
de
de
os
es
ais
is,
le,
o

or
de
e
ra
és

da
de

as
e
os

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
André Puccinelli

SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Wantuir Francisco Brasil Jacini

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Alberto Dias Terra

CRIAÇÃO DA CAPA:
Alberto Dias Terra

IMPRESSÃO:
Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul - AGIOSUL

Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 - Campo Grande - MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul - SEJUSP/MS.2009

1. Abordagem Policial, 2. Acidentes de Tráfego, 3. Centro Integrado de Operações de Segurança de Mato Grosso do Sul - CIOPS: Tipificações de Ocorrências Policiais, 4. Gerenciamento de Crises, Segurança Pública e Direitos Humanos, 5. Grupos Vulneráveis e Minorias, 6. Inteligência Policial, 7. Local de Crime - Atendimento Isolamento e Preservação, 8. Meio Ambiente, 9. Noções de Cadeia de Custódia da Prova e Coleta de Vestígios, 10. Presos e Cumprimentos de Mandados, 11. Primeiros Socorros e Abordagens em Emergências, 12. Proteção ao Turista, 13. Sistema Integrado de Gestão Operacional - S.I.G.O., 14. Telecomunicações.

"Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte".

PREFÁCIO

A ausência de padrões para a execução das atividades das instituições de Segurança Pública mostrava a necessidade de se condensar em um manual as várias diretrizes existentes nos dispositivos legais, regimentais, doutrinários e científicos, o que ensejou a edição da Resolução SEJUSP 453 de 07 de abril de 2009, constituindo comissão técnica.

A comissão constituída por representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Coordenadoria-Geral de Perícias e Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS recebeu a incumbência deste Secretário de Justiça e Segurança Pública de elaborar o **Manual para Operadores de Segurança Pública**, com a finalidade de apresentar proposta de procedimentos operacionais padrões a serem seguidos pelos integrantes das instituições mencionadas, referentes a atos, fatos, situações, ocorrências e todos os demais acontecimentos que exijam intervenção de mais de uma delas, de todas elas, formando um atendimento integrado e sempre tendo em vista a celeridade, qualidade dos atendimentos, a técnica, a atribuição legal de cada instituição e o respeito a dignidade de todas as pessoas e aos princípios constitucionais.

Dentro dessa finalidade foram selecionados os temas de maior relevância relacionados às atribuições de cada instituição, conforme se percebe do índice da obra, visando o estabelecimento de princípios gerais de cada um, e que futuramente buscar-se-á o desenvolvimento de diretrizes específicas para cada tema, ampliando o conhecimento encadernado neste compêndio, através da edição de vindouros manuais.

O manual objetiva a atuação sistêmica e por especialização de cada órgão, servindo de orientação para as carreiras que compõem o sistema de Segurança Pública.

O presente trabalho inclui-se no Eixo de Capacitação dos efetivos das instituições que compõe a Secretaria, servindo de fonte permanente de estudo e consulta tanto operacional quanto acadêmica, incorporando os aperfeiçoamentos decorrentes da evolução social e tecnológica.

Wantuir Francisco Brasil Jacini
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
Estado de Mato Grosso do Sul

Comissão Técnica instituída pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, através da Resolução SEJUSP/MS nº 453, de 07 de abril de 2009, com o objetivo de elaborar o Manual do Operador de Segurança Pública, visando atender ao Convênio SENASP/MS nº 226/2007, sob a coordenação do Perito Criminal/CGP Alberto Dias Terra, secretariada pelo Major QOBM Robinson Aparecido Moreira e apoiada por inúmeros colaboradores da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Coordenadoria-Geral de Perícias.

COMISSÃO TÉCNICA:

Polícia Civil
Jefferson Nereu Luppe - Delegado de Polícia

Polícia Militar
Gustavo David Gonçalves - Ten Cel QOPM

Corpo de Bombeiros Militar
Rodinei Ribeiro Ceballos - Ten Cel QOBM

Coordenadoria-Geral de Perícias
Alberto Dias Terra - Perito Criminal

Centro Integrado de Operações de Segurança
Edésio Rafael da Silva - Delegado de Polícia

Academia de Polícia Civil da PCMS
Sidnei Alberto - Delegado de Polícia

Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMS
Luiz Altino do Nascimento - Ten Cel QOPM

Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças do CBMMS
Robinson Aparecido Moreira - Major QOBM

Representante da Área de Ensino da Coordenadoria-Geral de Perícias
Nelson Fermino Júnior - Perito Criminal.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ABORDAGEM POLICIAL

1. Introdução	17
1.1. Técnicas de abordagem policial	17
1.2. Conceito de abordagem policial	17
1.3. Princípios da abordagem policial	18
1.4. Atributos do poder de polícia	18
1.5. Embasamento legal	19
1.6. Fundamentação legal da prisão em flagrante	19
1.7. O mandado de prisão (art. 285, parágrafo único, CPP)	20
1.8. Prisão sem mandado judicial	20
1.9. Restrições quanto à prisão em flagrante	20
1.10. Busca pessoal e domiciliar	21
1.11. Emprego de algemas	22
1.12. Casos/indícios de suspeição	23
1.13. Teoria sobre abordagem	24
1.14. Fundamentos da abordagem policial	27
2. Abordagem de pessoas	29
2.1. Etapas da abordagem policial	29
2.2. Busca pessoal	32
2.3. Diferenças de uma abordagem administrativa para uma abordagem operacional	37
3. Abordagem policial passo a passo	37
3.1. Abordagem a pessoas	37
4. Técnicas de abordagem a veículo	38
4.1. Patrulhamento	38
4.2. Desembarque e realização da abordagem	40
5. Abordagem a motocicletas	42
6. Níveis de abordagem	43
7. Locais recomendados para abordagem	44
8. Locais impróprios para abordagem	44
9. Posturas táticas com arma curta	45
Referências	47

CAPÍTULO II

ACIDENTES DE TRÁFEGO

1. Conceitos	51
2. Tipos de acidentes	51
2.1. Sem vítima	51
2.2. Viatura oficial da SEJUSP	25

2.3. Vítima de lesão corporal	52
2.4. Vítima fatal	52
3. Preservação do local de acidente de trânsito	52
4. Procedimentos gerais	53
4.1. Primeiro profissional de segurança pública (primeiro interventor)	53
4.2. Observações importantes	54
5. Procedimentos específicos	54
5.1. Primeiro profissional de segurança pública	54
5.2. Corpo de bombeiros militar	55
5.3. Polícia militar (policiamento ostensivo de trânsito)	56
5.4. Polícia civil (delegado de polícia)	58
5.5. Perícia técnica	58
Referências	62

CAPÍTULO III **CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA DE** **MATO GROSSO DO SUL - CIOPS: TIPIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS** **POLICIAIS**

1. Introdução	65
2. Tecnologia disponível	67
2.1. Soluções de hardware	67
2.2. Soluções de software	67
2.3. Sistema ICAD-SISGRAF	68
2.4. Chegada de chamada no terminal de atendimento	68
2.5. Fluxograma de atendimento dos telefones emergenciais 190/193 do CIOPS	69
3. Tipificações penais das principais ocorrências	69
3.1. Conceitos básicos	69
3.2. Código penal brasileiro (decreto-lei nº 2.848)	70
3.3. Lei das contravenções penais (lei nº 10.826/03)	92
3.4. Leis especiais	95
4. Considerações finais	104
Referências	104

CAPÍTULO IV **GERENCIAMENTO DE CRISES, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS** **HUMANOS**

1. Introdução	108
2. O primeiro interventor:	110
2.1. Considerações sobre o primeiro interventor	110
2.2. Diferenças básicas entre o primeiro interventor e os integrantes de unidades especializadas responsáveis pela resolução de crises	111
2.3. Procedimentos básicos a serem realizados pelo primeiro interventor, ao se deparar com uma crise	113

3. A criação da doutrina	118
4. Princípios fundamentais do gerenciamento de crises	118
4.1. Crise:	118
4.2. Características de crise	120
5. O gerenciamento de crises:	122
5.1. Importância de gerenciamento de crises	123
5.2. Exigências de estudos especiais	125
5.3. Objetivos fundamentais do gerenciamento de crises (preservar vidas, aplicar a lei e restabelecer a ordem)	126
5.4. Elementos essenciais do gerenciamento de crises	129
5.5. A doutrina internacional de direitos humanos	145
Referências	148

CAPÍTULO V **GRUPOS VULNERÁVEIS E MINORIAS**

1. Grupos vulneráveis	156
1.1. mulheres	157
1.2. Criança e adolescente	171
1.3. pessoa idosa	176
1.4. pessoa com deficiência	182
1.5. comunidade LGBT	191
1.6. população em situação de rua	197
2. Minorias	200
Significados	202
Telefones úteis	203
Referências	204

CAPÍTULO VI **INTELIGÊNCIA POLICIAL**

1. Considerações iniciais	207
1.1. Conceito da atividade de inteligência de segurança pública	207
1.2. Características da atividade de inteligência de segurança pública ..	207
1.3. Princípios da atividade de inteligência de segurança pública	208
1.4. Valores da inteligência de segurança pública:	209
2. Legislação referente ao serviço de inteligência policial	
de Mato Grosso do Sul	209
Anexos	210

CAPÍTULO VII **LOCAL DE CRIME - ATENDIMENTO, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO**

1. Introdução	219
2. Disposições preliminares	220
3. Corpo de delito - competências, tipos e conceitos	221
4. Diagnose diferencial e percepção do local de crime	223

5. Dos procedimentos iniciais	226
6. Metodologia de isolamento de local de crime	228
7. Da preservação do local de crime	230
8. Da preservação no transporte do cadáver	232
9. Disposições legais	233
Referências	239

CAPÍTULO VIII

MEIO AMBIENTE

1. Introdução	243
2. Fiscalização em flora	245
2.1. Legislação em vigor	245
2.2. Desmatamento	245
2.3. Queima controlada (dec. 2661/98)	247
2.4. Manejo florestal	249
2.5. Carvoarias	250
2.6. Uso de motosserra:	251
2.7. Transporte de produto florestal (instrução normativa nº 112/06)	251
2.8. Cubagem de madeiras	253
3. Fiscalização de pesca (fauna ictiológica)	256
3.1. Legislação em vigor	256
3.2. Classificação	257
3.3. Procedimentos em atendimentos de ocorrências de pesca	258
3.4. Situações que caracterizam infração	262
4. Fiscalização de fauna:	264
4.1. Legislação em vigor	264
4.2. Definições	264
4.3. Atividades de fiscalização	265
4.4. Situações que constituem crime contra a fauna (art. 29, lei 9.605/98):	267
5. Atividades potencialmente poluidoras	270
5.1. Legislações em vigor	270
5.2. Definições	270
5.3. Modalidades de licença	270
5.4. Vistorias em atividades potencialmente poluidoras	271
5.5. Situação que caracteriza infração	271
6. Agrotóxicos	271
6.1. Definição:	271
6.2. Normas de aplicação de agrotóxicos e destinação final das embalagens	271
6.3. Atividades de fiscalização de agrotóxicos em propriedades rurais:	272
6.4. Situações que caracterizam infração	272
7. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	273
7.1. Considerações	273

7.2. Situações que caracterizam infração	273
8. Dos crimes contra a administração ambiental	274
8.1. Considerações	274
8.2. Situações que caracterizam infração	274
9. Conceitos gerais	274
Referências	278
Anexos	279

CAPÍTULO IX

NOÇÕES DE CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA E COLETA DE VESTÍGIOS

1. Definições importantes	289
2. Princípios da cadeia de custódia da prova material	290
3. Procedimentos gerais para a garantia da custódia da prova material	290
4. Coleta de vestígios, armazenamento e identificação	292
4.1. Regras gerais	292
4.2. Regras específicas	293
5. Encaminhamento e transporte	299
6. Requisições de exame pericial	299
7. Aceitação do material	300
Referências	301
Anexo único	302

CAPÍTULO X

PRESOS E CUMPRIMENTOS DE MANDADOS

1. Mandado de prisão	305
1.1. Prisão temporária	305
1.2. Prisão preventiva	305
1.3. Prisão em flagrante	306
1.4. Outros tipos de flagrante	306
1.5. Prisão para execução da pena	307
1.6. Prisão preventiva para fins de extradição	307
1.7. Prisão civil do não pagador de pensão alimentícia	308
2. Orientações para o cumprimento de mandados	308
3. Prisão x violação de domicílio	308
4. Prisão em perseguição	309
5. Uso da força (CPP, art. 284 e 292)	310
5.1. Resistência	310
5.2. Fuga	310
6. Proteção contra a violência empregada a favor da resistência (CPP, art. 292)	310
7. Algemas	310
8. Momento da prisão por mandado (CPP, art. 291)	311
8.1. Artigo 240 § 1º - domiciliar	311

8.2. Artigo 240 § 1º alínea "h" - objeto da busca	311
8.3. Artigo 240 § 1º alínea "a" c/c art. 243 § 1º - prisão	311
9. Mandado de prisão e sistema sigo	313
10. Ato infracional cometido por adolescente	313
11. Ato infracional cometido por criança	314
Referências	314

CAPÍTULO XI

PRIMEIROS SOCORROS E ABORDAGENS EM EMERGÊNCIAS

1. Conceitos	317
2. Procedimentos iniciais para abordagem de vítimas	317
3. Procedimentos específicos	318
3.1. Obstrução de vias aéreas	318
3.2. Parada cardiorrespiratória (PCR)	319
3.3. Hemorragias	320
3.4. Ferimentos	321
3.5. Fraturas	321
3.6. Luxações	322
3.7. Entorses	323
3.8. Queimaduras	323
3.9. Intoxicações	324
3.10. Tontura e desmaio	325
3.11. Convulsões	325
3.12. Parto de emergência	326
3.13. Parto iminente	327
3.14. Mordidas de cachorro	329
3.15. Picadas de escorpiões	330
3.16. Picadas de aranha	330
3.17. Picadas de cobra	331
4. Acidente automobilístico	332
4.1. Definição	332
4.2. Procedimentos recomendados	332
5. Incêndio	333
5.1. Definição	333
5.2. Classificação	333
5.3. Extintores	335
5.4. Procedimentos em caso de incêndio em edificações	335
5.5. Procedimentos em caso de incêndio em veículos	336
6. Emergências com produtos perigosos (PP)	337
6.1. Introdução	337
6.2. Procedimento padrão	338
6.3. Classificação dos produtos perigosos (PP)	338
6.4. Elementos de identificação de produtos perigosos (PP)	339
6.5. Documentos importantes sobre os produtos perigosos:	342

6.6. Manuseio do manual ABIQUIM	342
6.7. Isolamento da área:	343
7. Documentos emitidos pelo corpo de bombeiros militar	344
7.1. Certidão de ocorrência	344
7.2. Certificado de Vistoria	345
REFERÊNCIAS	351

CAPÍTULO XII

PROTEÇÃO AO TURISTA

Cumprimentos e perguntas básicas - ingles e espanhol	356
Outras informações turísticas	359
Centros de atendimento ao turista - CAT.	359
Telefones de apoio ao turista	361
Outros serviços	363
Referências	364

CAPÍTULO XIII

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO OPERACIONAL - S.I.G.O.

1. Introdução	367
2. Conhecendo o sistema	370
2.1. Solicitando a criação de usuário	370
2.2. Logando no sistema	370
2.3. Tela de entrada	372
2.4. Alterando senha	374
2.5. Menus - opções do sistema	375
2.6. Tipos de campos	377
3. Consultas	379
3.1. Menu consultas	379
3.2. Consulta de arma	380
3.3. Consulta de capturas	381
3.4. Consulta de mandado de prisão (cumprido)	382
3.5. Consulta a celular	383
3.6. Consulta de cidadão	384
3.7. Consulta cidadão	385
3.8. Consulta de coisas	394
3.9. Consulta de ocorrências	396
3.10. Consulta de expediente	405
3.11. Consulta de veículos	405
4. Recuperação de bens	408
4.1. Recuperando um veículo em busca	
4.2. Detalhando a recuperação	
4.3. Emitindo peças cartorárias	
5. Cidadão	
5.1. Incluindo e editando um cidadão	

5.2. Incluindo cidadão conhecido	412
5.3. Dados pessoais	413
5.4. Dados Antropométricos	417
5.5. Peculiaridades	418
5.6. Endereço Residencial e Comercial	419
5.7. Incluindo Fotos	421
5.8. Incluindo Fotos em uma Galeria	422
5.9. Galeria de Fotos	422
5.10. Indicando Relacionamentos	425
5.11. Colhendo Digitais	427
6. Ocorrência	429
6.1. Iniciando ocorrência	429
6.2. Os envolvidos	438
6.3. As lesões	443
6.4. Os objetos	446
6.5. Solicitando exames e perícias	454
7. Ocorrência bombeiros	459
7.1. Aviso de ocorrência	459
7.2. Iniciando o relatório de ocorrência	463
7.3. Formulário básico	464
7.4. Atividade comunitária	470
7.5. busca e salvamento	471
7.6. Incêndio	473
7.7. Produtos perigosos	476
7.8. Envolvidos	478
7.9. Atendimento pré-hospitalar	479
8. Custódia cadeia pública	485
8.1. Movimentação de presos	485
8.2. Selecionando o preso a movimentar	487
8.3. Escolhendo o tipo de movimentação	488
8.4. Entrada do preso	489
8.5. Saída do preso	491
8.6. Ofício de encaminhamento do preso	493
8.7. Recebendo um preso	494
8.8. Informando fuga ou evasão	495
8.9. Movendo custodiados de cela	496
8.10. Verificando dados de movimentação de preso	498
8.11. Detalhando movimentação de preso	503
8.12. Emitindo relatório de pessoas custodiadas - confere	504
8.13. Emitindo relatório de pendências de recâmbio	504
9. Recaptura	505
9.1. Recapturando um evadido ou foragido	505
9.2. Detalhando a captura	506
9.3. Entregando o capturado à polícia judiciária	507

10. Custódia unidade penal	509
10.1. Sistema de custódia de presos no sistema penitenciário	509
10.2. Entrada na unidade penal	509
10.3. Recâmbio entre unidades penais	511
10.4. Selecionando o preso a movimentar	512
10.5. Escolhendo o tipo de movimentação	513
10.6. Saída por fuga ou evasão	515
10.7. Saída por óbito	516
10.8. Saída por alvará de soltura	516
10.9. Saída por livramento condicional	516
10.10. Verificando dados de movimentação de preso	516
10.11. Detalhando movimentação de preso	518
10.12. Impressão da ficha do interno	519

CAPÍTULO XIV **TELECOMUNICAÇÕES**

1. Radiocomunicação	523
2. Espectro de radiofrequência	523
3. Segurança das comunicações	524
4. Alfabeto fonético internacional - AFI	525
5. Numeração	525
6. Convenções	525
7. Código q – expressões mais usadas	527
8. Rede de comunicação	527
9. Cuidados com o equipamento	528
10. Intensidade dos sinais	529
11. Toques de campainha utilizados nos quartéis operacionais do CBMMS:	529
Referências	530

CAPÍTULO I

ABORDAGEM POLICIAL

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

MARCUS VINICIUS POLLET;
Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS;
Bacharel em Direito; lotado na Companhia Independente
de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais - CIGCOE.

ABORDAGEM POLICIAL

MARCUS VINICIUS POLLET
Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

1. INTRODUÇÃO

1.1. Técnicas de Abordagem Policial

A abordagem é realizada o tempo todo no desempenho da atividade policial, sendo através dela que se dá a interpelação de suspeitos, a realização de prisões e até mesmo o socorro a enfermos e feridos.

É preciso desenvolver e praticar boas técnicas de abordagens, preparando o policial para enfrentar os riscos que são inerentes à profissão.

O policial deve levar em consideração o fato de que cada abordagem, por mais simples e rotineira que possa parecer, na verdade representa perigo iminente tanto à sua vida como à vida de terceiros.

Sempre que as técnicas de abordagem não são obedecidas aumentam-se os riscos da ocorrência de resultados desastrosos do tipo: policial ferido ou morto, abordado ferido ou morto indevidamente, ou ainda, e o que é pior, ferimento ou morte de pessoas não envolvidas diretamente na abordagem.

Infelizmente, as experiências têm demonstrado que na maioria dos casos de mortes de policiais militares em serviço, o fato ocorreu devido à não observância de regras básicas das técnicas de abordagem policial.

As técnicas aqui demonstradas são as utilizadas na modalidade de policiamento a 2 (dois) homens, existe o patrulhamento a 4 homens, que tem algumas diferenças, e está previsto na NGA da Unidade de Operações Especiais da PMMS, a Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais – CIGCOE.

1.2. Conceito de Abordagem Policial

É a ação através da qual o policial por contato físico (busca pessoal, imobilização, etc.) ou verbal interpela pessoas que se encontrem em atitude suspeita ou uma possível conduta ilícita que tenha praticado ou esteja na eminência de praticar. Para tanto, é importante a figura da fundada suspeita, que se presume em razão das características, modo de agir, local, horário, etc., de determinada pessoa, tornando-a suspeita.

Observe-se que a suspeição policial deve pautar-se na moralidade, imparcialidade e legitimidade e não apenas na mera suposição, devendo-se ter elementos que embasem a suspeição o que, certamente, gerará argumentos convincentes que justifiquem determinada ação policial.

1.3. Princípios da Abordagem Policial

1.3.1. Legalidade

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, Art. 5º, II, CF. O princípio da legalidade representa uma garantia para os administrados, pois, qualquer ato da administração pública somente terá validade se respaldado em lei, em sua acepção ampla. Representa um limite para a atuação do Estado, visando a proteção do administrado em relação ao abuso de poder.

1.3.2. Necessidade

O policial deverá verificar a real necessidade para se realizar a abordagem, visando sempre à segurança da equipe, do público e dos indivíduos suspeitos.

1.3.3. Oportunidade

O policial deverá verificar quando será o melhor momento para se realizar a abordagem, levando em consideração a concentração de pedestres, o local, a via, dentre outros, procurando-se evitar colocar em risco demais transeuntes, e sempre procurar abordar utilizando-se da surpresa e segurança, visando reduzir a probabilidade de reação por parte dos suspeitos.

1.3.4. Proporcionalidade

A equipe de serviço deverá utilizar dos meios necessários para se realizar a abordagem, levando em conta o uso progressivo da força.

1.4. Atributos do Poder de Policia

Discriconariedade: o poder que tem de intervir no momento dos conflitos sem pedir autorização a ninguém (Juiz). Não se deve confundir discricionariedade com arbitrariedade. Quando a polícia de segurança não consegue evitar a ocorrência do delito, entra em cena a polícia civil que é a polícia judiciária;

Auto-executoriedade: Em regra a Administração Pública executa seus próprios atos, ou seja, nós podemos parar quem quer que seja segundo nosso poder discricionário e realizar uma busca pessoal, sem necessitar de mandado específico;

Coercibilidade: Atributo que pode se utilizado, quando ocorre a desobediência ou infringência a lei, que não possa ser contida pelo Agente da Lei, sem a utilização da força.

1.5. Embasamento Legal

1.5.1. Missão da Polícia

1.5.1.1. Art. 144, § 5º da Constituição Federal

Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

1.5.1.2. Art. 244 do CPP

A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

1.5.2. Poder de polícia

1.5.2.1. Art. 78, do Código Tributário Nacional

"Conceitua-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato de abstenção de fato, em razão de interesses públicos concernentes à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos".

"Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado" (MEIRELLES; 1988).

1.6. Fundamentação Legal da Prisão em Flagrante

CF, art. 5º, LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

Art. 301, CP - Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Art. 302, CPP - Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

- II - acaba de cometê-la;
- III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Art. 290, § 1º, CPP - Entender-se-á que o executor vai em perseguição do réu, quando:

- a) tendo-o avistado, for perseguindo-o sem interrupção, embora depois o tenha perdido de vista;
- b) sabendo, por indícios ou informações fidedignas, que o réu tenha passado, há pouco tempo, em tal ou qual direção, pelo lugar em que o procure, for no seu encalço.

Art. 303, CPP - Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

1.7. O Mandado de Prisão (Art. 285, Parágrafo Único, CPP)

- . Será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade;
- . Designar a pessoa que tiver de ser presa, por seu nome, alcunha ou sinais característicos;
- . Mencionará a infração penal que motivar a prisão;
- . O valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração;
- . Será dirigido a quem tiver qualidade para dar-lhe execução.

1.8. Prisão Sem Mandado Judicial

- . Flagrante Delito;
- . Transgressões Disciplinares e Crimes Propriamente Militares;
- . Estado de Defesa (Art. 136, § 3º, I, CF) e de Sítio (Art. 139, II, CF);
- . Recaptura do Foragido (Art. 684 CPP).

1.9. Restrições Quanto à Prisão em Flagrante

- . Imunidades (diplomáticas, parlamentares, outras);
- . Menores de 18 anos;
- . Socorro à Vítima (art. 301, CTB);
- . Autor de DMPO (art. 69, parágrafo único, Lei 9.099/95);

. Código Eleitoral: art. 236, caput (5 dias antes, 48 horas após).

1.10. Busca Pessoal e Domiciliar

São diligências destinadas a encontrar pessoas e/ou coisas, podendo ser, sob o aspecto policial e/ou judicial:

. A busca pode ser Domiciliar ou Pessoal (Art. 240 CPP);

. A busca domiciliar será realizada de dia, mediante Mandado Judicial, ou a qualquer hora do dia ou da noite, desde que haja consentimento expresso do morador (Art. 245 CPP);

. A busca pessoal será realizada em caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for necessária no curso da Busca Domiciliar (Art. 244 CPP).

Art. 249: "A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência".

Em se tratando da realização de buscas pessoais o policial deve levar em consideração o respeito às liberdades e garantias individuais das pessoas, não sendo lícito revistar indiscriminadamente todas as pessoas. Essa atitude, além de insensata e leviana, contraria os princípios do policiamento ostensivo e viola direitos constitucionais dos cidadãos (direito de ir e vir sem ser molestado, direito de somente fazer algo em virtude de lei ou de sentença judicial).

"Embora o significado de fundada suspeita seja bastante subjetivo, o policial deverá ter condições de esclarecer a motivação da abordagem e da busca pessoal sempre que perguntado pelo cidadão, bem como poderá ter de prestar esclarecimentos em Juízo quando questionada a legalidade de sua ação".

Caso um cidadão sobre o qual paire indícios de suspeição se negue a ser revistado, cabe ao policial esclarecer que tal negativa poderá configurar o crime de desobediência, podendo a busca, face à sua resistência, ser realizada inclusive com emprego de força.

1.11. Emprego de Algemas

Apesar de haver previsão no art.199 da Lei de Execuções Penais acerca da regulamentação do uso de algemas, até o presente momento não existe na legislação nacional qualquer normatização específica sobre o assunto.

O Supremo Tribunal Federal, sobre o tema, editou a Súmula vinculante nº 11, que foi aprovada em 13 de agosto de 2008, com base essencialmente na redação do Ministro Cezar Peluso, com o seguinte teor:

*"Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado"*¹.

Nesses moldes, por ora, a questão se encontra assentada, obrigando o Estado à devida aplicação da súmula. Entretanto, a eficácia vinculante da súmula não afasta a possibilidade de discussão sobre o assunto, que não está pacífico nem na doutrina e nem na Jurisprudência, havendo entendimentos dos mais variados sobre o tema, destacando-se o de que a algema só deve ser empregada quando necessário o emprego de força.

Vejamos então o que preceitua a legislação processual penal sobre o emprego de força:

Artigo 284 do CPP (Código de Processo Penal) - prescreve que não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou tentativa de fuga do preso.

Caput do Artigo 234 do CPPM (Código de Processo Penal Militar) - prescreve que o emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência e tentativa de fuga.

Parágrafo Primeiro do Art. 234 do CPPM - prescreve que o emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e ainda, que de modo algum será permitido o uso de algemas nos presos a que se refere o Art. 242 do CPPM.

Art. 242 do CPPM / Art. 295 do CPP - tratam da prisão especial (pessoas que têm direito à prisão especial, ou seja, que têm o direito de permanecer em ambiente distinto dos presos comuns, quando condenados,

¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 11. Utilização de Algemas. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=11.NU ME%20e%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>>. Acesso em 18/05/09.

até o trânsito em julgado da sentença - Ministros de Estado, Governadores [...], membros do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembléias Legislativas dos Estados, os cidadãos inscritos no Livro de mérito das ordens militares e civis reconhecidos em Lei, os magistrados, os Oficiais das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares [...], os Oficiais da Marinha Mercante, os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional, os ministros do Tribunal de Contas, os Ministros de confissão religiosa [...].

1.12. Casos/Indícios de Suspeição

1.12.1. Suspeição de pessoas

- Pessoa usando roupas pesadas (p.ex. Jaquetas de couro) quando as situações climáticas não o recomendam;
- Pessoas que não apresentem compatibilidade entre o que vestem e os objetos de reconhecido valor que utilizam ou portam;
- Pessoas paradas próximo à estabelecimentos bancários ou comerciais, ou transitando várias vezes por esses locais;
- Pessoas que ficam nervosas ou saem correndo ao avistar a polícia;
- Pessoas rondando escolas ou parques infantis;
- Pessoas andando tarde da noite em via pública, batendo de porta em porta ou observando residências; etc.
- Pessoas portando volumes que pareçam armas ou objetos de ilícitos ocultados sob o vestuário;
- Pessoas alvo de denúncias por parte de populares;
- Pessoa nervosa forçando a fechadura da porta de um veículo, dentre outros.

1.12.2. Suspeição de veículos

- Veículo com o pára-brisa ou ventarola quebrados;
- Veículo que transita em alta velocidade;
- Veículo fazendo manobras perigosas;
- Veículo ocupado por vários indivíduos transitando lentamente em pleno horário comercial;
- Veículo que transita várias vezes na frente de agências bancárias;
- Veículo sem placas; etc.

- Veículo avariado de modo a indicar um possível envolvimento em atropelamentos ou acidentes automobilísticos;
- Veículo parado em local ermo;
- Veículo transitando à noite com as luzes apagadas, dentre outros.

1.13. Teoria sobre Abordagem

1.13.1. Princípios básicos da abordagem

1.13.1.1. Segurança

É o ato de cercar-se de todas as cautelas necessárias à diminuição dos riscos, sejam riscos contra os executores da abordagem, risco de fuga dos suspeitos, risco à integridade física de pessoas inocentes, etc.

Para a máxima aplicabilidade do princípio "segurança" é determinante que os policiais estejam a par de toda a situação que envolve o evento: quem, quantos, como, o quê, quando, por que, etc. (quanto mais o policial souber o que ele vai enfrentar, mais ele terá condições de adotar medidas pertinentes de segurança).

"LEMBRE-SE QUE O POLICIAL TEM APENAS UMA VIDA E QUE UMA PRISÃO SEMPRE PODE SER REALIZADA NUMA OUTRA OPORTUNIDADE."

1.13.1.2. Surpresa

É o ato ou efeito de surpreender, apanhar de improviso, aparecer inopinadamente diante de, "funciona como dissuasor psicológico da reação, propiciando o êxito da ação".

1.13.1.3. Simplicidade

Mantenha a abordagem simples, porém taticamente segura e funcional. Emita ordens claras e concisas

1.13.1.4. Rapidez

É a qualidade de ser rápido, veloz, de curta duração, "aumenta o fator surpresa e reduz a possibilidade de reação".

1.13.1.5. Ação vigorosa

É a maneira firme, enérgica e resoluta de fazer, caracterizada pela postura do policial mais a sua entonação de voz, "inibe reações e é fator preponderante no acatamento das ordens policiais".

O manejo do vigor na ação, através da postura física e da comunicação verbal, deve ser adequado aos riscos e às contingências da situação, de forma a sintonizar a intensidade do comportamento dos policiais à colaboração ou resistências dos abordados.

Não deve ser confundida com violência arbitrária ou abuso de poder, mas sim se caracterizar por uma postura enérgica e educada ao mesmo tempo, que respeite o cidadão, mas que indique resolução e real possibilidade de emprego de força em caso de necessidade.

1.13.1.6. Unidade de comando

É coordenar as ações de modo que todos ajam da mesma maneira e sob comando único, evitando-se assim ações isoladas ou por conta própria. Enfatiza a importância da comunicação clara e objetiva entre os policiais e os abordados, através de manobras verbais e gestuais, emanadas de forma sistêmica, visando o pleno entendimento e o acatamento integral das determinações dos policiais.

Em se tratando de Operações que envolvem efetivos de mais de uma Organização é sempre importante estabelecer um Plano de Ação que proporcione um entrosamento entre todos os participantes, definindo-se a responsabilidade de cada Organização de modo a evitar atropelos, multiplicidade de ordens, indefinição, indecisão e outros fatores prejudiciais à Operação.

1.13.2. Processos da abordagem

Para a realização de abordagens serão seguidas as seguintes processos:

1.13.2.1. Fases da abordagem

a. Planejamento mental: Trata-se de colher todas as informações possíveis para o fato, como por exemplo:

1. delito que está sendo praticado;
2. local da ocorrência;
3. número de agentes e meios utilizados;
4. o "modus operandi" do marginal;
5. se existe possibilidade de resistência;
6. verificar a necessidade de apoio policial.

b. Plano de ação: Após verificar todas as informações colhidas e analisá-las, o policial, se decidir abordar, deverá determinar as linhas de ações a serem tomadas.

c. **Execução:** É desempenhar a ação, após ter verificado todas as fases anteriores

1.13.2.2. Delito

Conhecendo-se o ilícito que está sendo praticado, foi ou está na iminência de consumir-se, é possível antever o comportamento e o grau de periculosidade dos envolvidos;

1.13.2.3. Local da ocorrência

Se o local é ermo ou movimentado, seus freqüentadores habituais, obstáculos naturais e artificiais existentes, possíveis vias de fuga.

1.13.2.4. Número de envolvidos e meios utilizados

É fundamental conhecer o número de envolvidos na ocorrência e a utilização de meios como armamento, veículos, disfarces [...];

1.13.2.4. Modus Operandi

Conhecendo a maneira de agir dos envolvidos torna-se mais fácil estabelecer a melhor linha de ação.

1.13.2.5. Possibilidade de reações/resistências

É necessário solicitar e aguardar apoio, possibilidade de riscos à integridade física de pessoas não envolvidas diretamente na ocorrência, antagonismos por parte de populares.

1.13.2.6. Cautelas

A princípio deve-se considerar que todo suspeito está armado, jamais relaxando nas regras de segurança, por mais simples que possa parecer, a abordagem ou ocorrência.

1.12.2.7. Análise das linhas de ação

Sendo necessário, solicitar o apoio de mais policiais, se o armamento disponível é suficiente e adequado, se o armamento será exibido de imediato, por onde se dará a aproximação dos policiais, como será feita a abordagem, quando será realizada a abordagem, o que cada policial vai fazer, etc.

1.13.2.8. Plano de Ação

Avaliadas as possíveis linhas de ação, o policial que estiver no comando decidirá qual a linha de ação a ser tomada, tendo como objetivo a "solução do problema", variável em conformidade com a situação (a linha de ação adotada constituirá o Plano de Ação a ser seguido, o qual deverá ser o mais simples possível para evitar mal entendidos por parte dos policiais

executores da ação).

1.13.2.9. Execução

Uma vez definidas as atribuições e todos os policiais sabendo exatamente o que fazer, passar-se-á à realização da abordagem propriamente dita, sempre em consonância com os princípios da SEGURANÇA, RAPIDEZ, SURPRESA, AÇÃO.

1.13.2.10. Unidade de Comando.

Na prática quase nunca há tempo para que os policiais possam seguir detalhadamente as fases da abordagem. Por isso é preciso muita agilidade mental e, sobretudo, treinamento e padronização de procedimentos em técnicas de abordagem.

Quanto mais o policial estiver preparado em técnicas de abordagens, maior será seu preparo para o atendimento de ocorrências e maior a certeza de resultado positivo no desfecho de cada uma delas.

1.14. Fundamentos da Abordagem Policial

As técnicas policiais originam-se a partir de princípios e procedimentos, sendo os princípios os aspectos norteadores, que perduram no tempo e são tendentes a originar e regular os procedimentos; já os procedimentos, implicam em comportamentos e atitudes a serem adotados frente ao evento, os quais sempre devem adequar-se aos princípios firmados como referência.

Os procedimentos ou técnicas abrangem uma gama de possibilidades muito mais ampla e flexível do que o rol de princípios norteadores, já que são inclusive mutáveis de acordo com a alteração do problema a ser enfrentado.

Em consonância com os Princípios Básicos da Abordagem, quais sejam, a Segurança, a Surpresa, a Rapidez, a Ação Vigorosa e a Unidade de Comando, surgem os princípios táticos, os quais originam as práticas operacionais a serem empregadas.

1.14.1. Princípios táticos a serem observados na abordagem policial

. Ao aproximar-se da ocorrência, progrida devagar, atento a todos os detalhes, e sempre que possível, a viatura não deve parar diretamente em frente ao local, e sim alguns metros antes;

. Se possível, procure abrigar-se para fazer a abordagem;

. Se possível, procure saber qual o armamento utilizado pelo suspeito, sempre adequando a abordagem de modo a torná-la mais segura;

. Sempre considere que o suspeito pode estar armado e pode reagir;

O infrator nunca está sozinho, portanto, cuide para não ser atacado pela retaguarda (cúmplices, amigos, parentes, etc.);

. Observe as mãos do suspeito, "o perigo está das mãos";

. Aproximar-se demais do suspeito limita a visão do policial (a uma certa distância, o policial tem uma boa visualização do suspeito e de toda a periferia, enquanto que, a medida que se aproxima, perde a visão periférica e visualiza apenas partes do corpo do suspeito, podendo até mesmo se assustar e apertar o gatilho diante de um movimento brusco qualquer realizado pelo suspeito);

. Respeite sempre uma distância mínima de segurança que deve existir entre os policiais e os suspeitos, mesmo que já tenham sido revistados, a recomendação é no mínimo de 1 metro (ou um braço);

. Se o suspeito permanecer numa posição corporal confortável, ele terá maior facilidade para reagir;

. Mostrar a força contribui para que não seja necessário usar a força, ou seja, em determinadas abordagens, o fato do policial adotar uma postura muito amena e pouco vigorosa, pode estimular psicologicamente a reação;

. Se no desdobramento da abordagem o(s) suspeito(s) se mantiver cooperativo, e obedecendo a todos os comandos, tornando a operação estável, é importante que o policial a mantenha assim (evitar tumultuar a abordagem);

. A equipe policial sempre se movimenta de maneira sincronizada, ou seja, um observa a movimentação do outro, evitando-se dessa forma o cruzamento das linhas de tiro;

. A arma de fogo deve ficar sempre fora do raio de alcance do suspeito;

. Depois que os suspeitos foram revistados e foi confirmado que não estão armados, a equipe policial mantém-se coesa, ou seja, cada policial posicionado de modo a ter condições de apoiar, de imediato, o seu companheiro de equipe, no caso, por exemplo, de algum suspeito investir contra a equipe e tentar arrebatar a arma de um dos policiais;

. Procure retirar o suspeito do local onde ele se encontra (área de risco), trazendo-o para o local onde a equipe policial está posicionada (área de segurança), especialmente nas abordagens em edificações;

1.14.2. Procedimentos e Técnicas Gerais da Abordagem Policial

São as técnicas de abordagens propriamente ditas, as quais abrangem uma infinidade muito extensa de possibilidades, destacando-se: técnicas de abordagem de pessoas a pé; em veículos; em edificações; técnicas de busca pessoal; técnicas de algemamento; dentre outras.

2. ABORDAGEM DE PESSOAS

2.1. Etapas da Abordagem Policial

2.1.1. Aproximação

A aproximação deve ser realizada com cautela, observando o 360 graus de responsabilidade territorial, bem como pessoas suspeitas e edificações em que os suspeitos podem se esconder.

2.1.2. Coleta de informações

Planejamento Mental/Plano de Ação: verificar com a CENTRAL DE OPERAÇÕES o maior número de informações. Se for o caso, a CENTRAL DE OPERAÇÕES entra em contato com a vítima/denunciante para colher os detalhes da ocorrência.

2.1.3. Visualização de pessoas

. Suspeito Principal;

. Suspeito Secundário é a pessoa que pode estar dando "cobertura" para o suspeito principal, aproveitando-se da distração do policial para atacá-lo pelas costas, ou ainda, pode ser o amigo, o parente, ou outra pessoa qualquer, que, ao presenciar a abordagem, pode interferir ou até investir contra os policiais;

. Durante a abordagem não deve ser permitido que mais ninguém além dos policiais e suspeito(s) permaneçam dentro do perímetro interno durante a ação (zona estéril);

. "O perigo está nas mãos";

. Sempre considere a possibilidade de o suspeito estar armado e tentar uma reação.

2.1.4. Visualização do terreno

Durante a aproximação, antes de iniciar, o policial observa o terreno e procura identificar aspectos do tipo: abrigos, coberturas e vias de fuga, dentre outros.

2.1.5. Empunhadura, saque e apresentação da arma

- . O policial toma a iniciativa/dianteira;

- . A postura ofensiva desestimula a reação – “mostrar a força para não precisar usar a força”;

- . A abordagem inicia em “Posição IV ou III”, de acordo com o grau de risco a ser enfrentado, reduzindo-se a intensidade da abordagem à medida que se estabelece o controle da situação;

2.1.6. Abertura de “ângulo” ou triangulação

- . A certa distância, os policiais se separam um do outro de modo a dividir a atenção dos suspeitos, bem como, garantir duas frentes diferentes de tiro;

- . A abertura de ângulo deve ocorrer de maneira simultânea e de modo que os policiais fiquem equidistantes em relação ao posicionamento dos suspeitos;

- . Durante todo o transcorrer da abordagem os policiais se posicionam de modo a observarem os suspeitos, as adjacências do local da abordagem (perímetro), bem como os demais policiais que participam da ação, permitindo dessa forma que todos os movimentos se dêem de maneira sincronizada.

2.1.7. Comandos verbais

A entonação de voz é fundamental, a verbalização na abordagem sempre inicia de maneira enérgica, reduzindo-se a intensidade dos comandos à medida que a Equipe Policial estabelece controle sobre os suspeitos.

A energia e firmeza empregadas não podem ser confundidas com atos de violência e de arbitrariedade por parte da Equipe Policial, ressaltando-se que em todos os casos a técnica a ser utilizada é aquela que preconiza o respeito ao cidadão.

2.1.8. A identificação é obrigatória em todas as abordagens

O policial deve se identificar em todos os casos, independente da abordagem ser realizada à luz do dia ou à noite, com o suspeito observando a aproximação policial ou em abordagens mediante surpresa, sempre deixando claro que se trata de uma ação da “POLÍCIA!” ou de uma “ABORDAGEM POLICIAL!”;

2.1.9. Orientações a serem dadas para os suspeitos

Sugestão: “Mãos para cima”, “virem-se de costas”, “não se movam”, “um ao lado do outro”, “um pouco mais afastados um do outro”, “pernas afastadas uma da outra”, “alguém está armado?”.

Acostume a mandar que o suspeito levante as mãos, que as coloque para cima, mandando sempre que “MOSTRE AS MÃOS”, e, somente permitindo que coloque as mãos na cabeça após a certeza de que não empunha uma arma.

Ordene que o suspeito vire de costas para a Equipe Policial, pois, desse modo, o mesmo não consegue identificar quantos são os policiais envolvidos na abordagem, qual o armamento utilizado, qual o posicionamento dos policiais no terreno, dentre outros fatores, os quais aumentam a segurança para os policiais e desestimulam reações por parte dos suspeitos.

2.1.10. Formalidade e educação

Além de ser obrigatório a qualquer agente público dispensar tratamento respeitoso aos cidadãos, o emprego de técnicas adequadas de tratamento nas abordagens acaba facilitando a ação policial.

Tratamentos do tipo: o Senhor, a Senhora, cidadão, por gentileza, por favor, dentre outros, fazem com que o cidadão colabore com a ação policial, facilitando a realização da abordagem ou o atendimento de ocorrências.

2.1.11 Aproximação para busca pessoal

Depois que os suspeitos já estão posicionados, de costas para os policiais, em posição de desequilíbrio e orientados para que não se movam o policial revistador se aproxima e, ainda de arma empunhada, observa o comportamento dos abordados.

Observado o comportamento dos suspeitos, o policial revistador se aproxima e coloca sua arma no coldre para a busca pessoal, sendo que o policial revistador só entra no raio de alcance dos suspeitos depois de guardar sua arma no coldre.

O policial revistador tem que confiar no parceiro que permanece na segurança, cabendo a este a primeira intervenção em caso de reações por parte de suspeitos armados.

O segurança permanece com a arma empunhada, variando as posições em “Posição III”, ou “Posição IV”, de acordo com a necessidade.

Caso ocorra alguma reação durante a busca pessoal, o policial que faz a revista deve afastar-se do suspeito, empurrando-o e procurando se

desvencilhar do mesmo, permitindo linha de tiro para o segurança, bem como se afastando para sacar sua arma.

2.2. Busca Pessoal

Divide-se em busca ligeira, busca minuciosa e busca completa, que será explicada a seguir:

2.2.1. Busca ligeira

É utilizada normalmente na entrada das casas de diversões públicas, nos portões dos campos de futebol ou em outros estabelecimentos afins, constituindo-se numa revista rápida nas pessoas que ali comparecem.

Visa à procura de drogas, armas ou outros objetos que normalmente não são autorizados por ocasião de espetáculos públicos.

Normalmente o policial posiciona-se à frente da pessoa a ser revista e realiza um movimento de deslizamento das mãos sobre o vestuário da mesma, procurando apalpar ombros, braços, tórax, axilas, quadris, pernas e pés, e ainda, verificando chapéus, bonés, bolsos e pertences de um modo geral.

Na falta de policiais femininas a revista em mulheres restringir-se-á à verificação de bolsas, agasalhos e pertences, não devendo o policial masculino apalpar o corpo da mulher, a menos que, sob fundada suspeita e em consonância ao que preceitua o Art. 249 do Código de Processo Penal.

O termo busca ligeira também é empregado para designar a busca preliminar que é realizada em abordagens a pessoas sob suspeita, constituindo-se numa verificação rápida do corpo, normalmente na região da cintura, para verificação da existência de armas em condição de saque rápido, só sendo dado prosseguimento à busca pessoal, depois de confirmado que nenhum suspeito tem arma em situação de rápido acesso para reações.

2.2.2. Busca minuciosa

É utilizada em suspeitos ou em casos de prisão e visa procurar armas ou outros objetos considerados como prova de delitos, devendo ser realizada com a pessoa em posição de desequilíbrio.

De um modo geral a busca minuciosa constará de revista na cintura, axila, abdome, tórax, pescoço, ombros, braços, mãos, costas, pernas, região pubiana e pés, e ainda, chapéu, boné, colarinhos, lapelas, gravatas, dobras e costuras do vestuário, interior de bolsos, interior de meias, canos de botas, sapatos, etc.

Na busca pessoal minuciosa recomenda-se que o policial controle o suspeito através de uma técnica em que as mãos entrelaçadas do suspeito são seguras pelo policial, ou ainda, que o policial sempre segure o braço do suspeito correspondente ao lado em que se realiza a abordagem, evitando dessa forma os golpes com o braço ou cotoveladas no rosto do policial.

2.2.3. Busca completa

É a busca a ser realizada quando existe fundada suspeita de que o indivíduo esteja portando armas de pequeno volume e/ou objetos que constituam prova de delito, e também quando do encarceramento de presos.

Normalmente é realizada em repartição policial ou em outro recinto adequado, longe das vistas de curiosos para evitar constrangimentos desnecessários ao revistado.

O suspeito ficará completamente nu e suas roupas serão verificadas peça por peça, olhando-se atentamente os forros, dobras, costuras, palmilhas, solas e saltos do calçado, boné, chapéu, gravata, etc., e ainda, verificando-se cavidades naturais do corpo como, boca, nariz, ouvido, vagina e ânus através da técnica do agachamento.

2.2.4. Busca pessoal em mulheres

Conforme o art. 249 do Código de Processo Penal, a busca em mulheres será realizada por outra mulher, restringindo-se aos casos de urgência a possibilidade da realização da busca por policial masculino. No entanto, é preciso que em cada abordagem a mulher permaneça sob o controle da Equipe policial, ficando sempre posicionada em local onde os policiais possam observar os seus movimentos, e jamais ficando "às costas da Equipe policial".

A busca em mulher também pode ser realizada de forma indireta, na qual se coloca outra mulher para verificar se possui alguma arma ou entorpecente em suas vestes ou em seu corpo, podendo ainda se realizar a busca determinando a suspeita levantar a roupa na linha da cintura, empurrar o sutiã para ver se não tem entorpecente no interior do mesmo, dentre outros, podendo ser realizada também nos travestis.

2.2.6. Revista em deficientes auditivos

A busca em deficientes auditivos pode ser realizada com um policial na segurança e outro gesticulando para que o suspeito entenda o que se trata e assim obedecer tais determinações.

2.2.7. Revista em deficientes físicos

A busca pessoal em deficientes físicos é necessário 3 (três) policiais, sendo que dois o auxiliarão a levantar e o manterão de pé e o terceiro realizara a busca pessoal, depois de realizado o procedimento, deve-se realizar a busca na cadeira de rodas e, por fim, recolocá-lo na cadeira de rodas.

2.2.8. Revista em veículos

Para todos os efeitos a revista em veículos é considerada uma extensão da busca pessoal, obedecendo às mesmas regras adotadas para a busca, ou seja, pode ser realizada em caso de fundada suspeita (art. 244 do CPP), ou ainda, nos casos de exercício regular do poder de polícia, sempre que as circunstâncias assim determinarem.

A revista em automóveis será tão minuciosa quanto o grau de suspeição existente, podendo variar desde uma rápida vistoria no interior do veículo até a desmontagem de peças para a busca de drogas ou de pequenos objetos de ilícito.

Deve ser verificado: porta-luvas, sob os bancos, dentro dos bancos, piso (debaixo do tapete), bolsas das portas, espaço entre os bancos dianteiros, atrás e embaixo do banco traseiro, debaixo do painel (entradas de ar), console, interior das portas, forros do teto, para-sol, partes destacáveis do volante, cinzeiros, porta-malas (sob o tapete e estepe), dentro de calotas, debaixo dos pára-lamas, interior de pára-choques, compartimento do motor, bolsas e embrulhos de um modo geral, e ainda, debaixo do veículo e todas as imediações do local onde foi abordado.

2.2.9. Verificação perimetral do terreno

Após a busca pessoal, em todas as abordagens a Equipe deve inspecionar o terreno, ou seja, procurar nas adjacências do local da abordagem alguma arma, drogas ou outros objetos de ilícito, os quais podem ter sido dispensados pelos suspeitos quando da visualização da viatura policial.

Durante a verificação do terreno os suspeitos permanecem de costas para a equipe policial, recebendo algumas orientações de caráter geral ou sendo indagados sobre qualquer situação, garantindo dessa forma que não visualizem o policial fazendo a busca no terreno, o que pode despertar nervosismo em caso de realmente existirem produtos de ilícitos escondidos.

Ao encontrar arma ou droga, o policial avisa seu companheiro de equipe de maneira discreta para que os suspeitos não percebam, sendo recomendado, em muitas situações, que primeiro o suspeito seja algemado, para somente depois buscar o objeto encontrado (anunciar que foi encontrada uma arma pode fazer com que os suspeitos tentem fugir).

2.2.10. Verificação de documentos

Encerrada a revista no terreno, os policiais passarão a inspecionar os documentos portados pelas pessoas que estão sendo abordadas, tomando-se o cuidado de, se necessário revistar a carteira do abordado, seguir os seguintes procedimentos:

. Avisar o abordado que a sua carteira será retirada do bolso e que será entregue em suas mãos;

. Entregar a carteira imediatamente nas mãos do abordado;

. Mandar que o abordado fique de frente para o policial, entregando em seguida a sua carteira para ser revistada, ou, dependendo da abordagem, que retire seus documentos pessoais e que entregue para o policial que faz a conferência;

. Na verificação de uma carteira, o policial deverá buscar por possíveis resíduos de drogas, existência de documentos furtados ou roubados, como, por exemplo, cartões de crédito, folhas de cheque ou carteira de identidade em nome de outras pessoas;

. O policial deverá retirar da carteira do abordado, apenas a sua carteira de identificação, a qual poderá ser utilizada para uma consulta via rádio;

. Sempre devolver a carteira nas mãos do seu respectivo proprietário, solicitando ao mesmo que verifique e que faça conferência para certificar-se de que está tudo em ordem;

. Quando o suspeito não portar documentos o policial retira do bolso o seu bloco de anotações e solicita os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, idade, nome da mãe, entre outras informações, podendo em seguida, consultar os dados junto à central de operações, bem como, podendo perguntar novamente os dados após algum tempo, visto que muitos suspeitos inventam as informações, ou mesmo pegam os dados de um parente próximo que não possui passagem pela polícia, sendo necessário o maior número de informações para não haver o equívoco.

2.2.11. Explicação de encerramento da abordagem

Encerrada a abordagem e não sendo constatada nenhuma anormalidade, os policiais liberam os cidadãos abordados e explicam o motivo da intervenção policial, agradecendo a atenção dispensada pelos cidadãos, bem como solicitando que façam a conferência de seus pertences, garantindo dessa forma transparência absoluta acerca da ação policial.

Também é de bom alvitre, no término de cada abordagem ou ocorrência, a conferência do armamento e equipamentos da equipe, visto que, não raras vezes, já ocorreu do policial derrubar sua lanterna dentro do veículo que foi revistado, cair o HT (rádio VHF) quando do desembarque rápido da viatura, dentre outras situações.

2.2.12. Graus de comprometimento da atenção de uma pessoa

. **Nível 0** = neste nível a dispersão de sua atenção é tão grande que se você for atacado, só sairá ileso caso seu oponente não tenha habilidade com armas;

. **Nível I** = é aquele em que todo o cidadão armado deve estar, ou seja, atento às coisas e pessoas que o cercam. É o que se denomina tensão "Soft" e que pode ser mantido indefinidamente;

. **Nível II** = você tenta detectar a ameaça em potencial, atribuindo-lhe graduações e analisando eventuais abrigos, no caso da ameaça se concretiza. É o nível ideal, porém somente por pequenos períodos, pois é "altamente estressante";

. **Nível III** = é atingido quando você já identificou ameaça, sacou da arma e procura um abrigo, pronto para responder a um ataque;

. **Nível IV** = Situação de confronto. Nessa situação todas as medidas paliativas já foram realizadas não restando outra coisa senão o uso da arma de fogo.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ABORDAGEM

SEGURANÇA	Ato de prevenir, só realizar a abordagem com total segurança. Ex: Abordagem em local conturbado e desconhecido com número de Policiais menor que o número de suspeitos.
SURPRESA	Ato de não deixar que os abordados percebam ou esperem a abordagem.
RAPIDEZ	Ato de agir sistematicamente, não dando tempo para reação ou tentando diminuí-lo ao máximo.
UNIDADE DE COMANDO	Resumi-se em organização, para que o abordado siga apenas uma voz e realize com presteza e segurança as vozes de Comando.
AÇÃO VIGOROSA	Agir com ímpeto, com autoridade, porém sem arbitrariedade.

2.3. Diferenças de uma Abordagem Administrativa para uma Abordagem Operacional

A abordagem administrativa visa apenas conhecer o cidadão e orientar para possíveis situações ilícitas em que esta pessoa, normalmente de bem e honesta possa incurrir.

Na abordagem operacional normalmente o Policial está à procura de um criminoso, quer através de uma solicitação via CIOPS, quer por iniciativa própria, por isso esta abordagem deve ser mais segura e consequentemente mais vigorosa perante a sociedade.

"Em qualquer tipo de abordagem, é indispensável a utilização dos seus princípios".

3. ABORDAGEM POLICIAL PASSO A PASSO

3.1. Abordagem a Pessoas

3.1.1. Aproximação de VTR

Na aproximação, o Comandante no momento que decidir realizar a abordagem aos suspeitos, irá determinar para que o motorista se desvencilhe do cinto de segurança e retire a arma do coldre.

A VTR deverá se posicionar a aproximadamente 5 metros dos suspeitos, na via de forma a oferecer segurança aos policiais e aos abordados do fluxo de trânsito.

3.1.2. Equipe semi-desembarcada

A equipe se posicionará no interior da VTR, e executará os primeiros comandos verbais de desligar o veículo suspeito, o motorista e os passageiros descenderem do veículo e só após isso, realizar-se-á o desembarque dos policiais da VTR, haja vista evitar a evasão dos suspeitos. Os comandos deverão ser dados com o motorista da VTR com a arma engajada e apontada para os suspeitos, e o comandante deverá se abrigar na coluna do veículo, também com a arma apontada para os suspeitos, ambos na posição 4.

3.1.3. Equipe desembarcada e pronta para a abordagem

Os policiais irão se posicionar no alinhamento do eixo dianteiro da VTR, em posição 4, com as portas da VTR fechadas.

3.1.4. Comandos verbais

Neste momento, o comandante irá determinar que os suspeitos se virem de costas para a equipe de serviço e entrelacem os dedos na cabeça.

3.1.5. Abordagem

. Após, o motorista irá se aproximar do suspeito que estiver mais a esquerda, com a arma na posição 4, e a aproximadamente um metro do suspeito irá coldrear a arma, apresilhar e pinçar o suspeito, trazendo-o em torno de um metro para o interior do sítio de abordagem;

. O comandante irá se posicionar de forma a fazer a segurança do Policial que está realizando a revista, tendo um controle geral dos abordados;

. O comandante irá voltar para a posição 3 toda vez que o motorista estiver na linha de fogo do comandante;

. A revista é feita passando a mão em todo o corpo, sendo dividido em quadrantes, realizando um lado, após o outro lado do corpo, verificando bolsos, etc. e nunca os apalpando.

. Após a revista, os policiais irão permanecer na posição 1, o Comandante irá determinar que os suspeitos coloquem as mãos para trás, e o motorista irá realizar a busca periférica do local de abordagem, para verificar se os suspeitos não dispensaram nenhum produto ilícito;

. Após a busca, o motorista irá verificar a carteira dos mesmos, sob a vista do suspeito, posteriormente, pedirá para os suspeitos lhe entregarem o documento de identidade ou semelhante e checar via CIOPS;

. Neste momento o comandante irá realizar a entrevista dos suspeitos, e após a checagem agradecer a colaboração e liberá-los.

Observação: Este procedimento ocorrerá em área verde, se for em local que coloque em risco a equipe de serviço, vê-se a necessidade de permanecerem em posição 3 durante todo o momento da abordagem.

4. TÉCNICAS DE ABORDAGEM A VEÍCULO

4.1. Patrulhamento

Durante o patrulhamento o motorista deve manter uma velocidade baixa, no máximo 40 km/h, e com os vidros abertos, independente do tempo, para que ambos os componentes da equipe consigam visualizar as pessoas e

locais por onde passam e consigam, desta forma, perceber atitudes suspeitas, bem como ouvir gritos ou pedidos de ajuda.

O motorista e o comandante devem manter suas armas no coldre e tendo a necessidade de descoldreá-la, fazer com segurança, tendo controle de cano e de dedo.

Ambos devem estar usando o cinto de segurança para a própria salvaguarda da equipe. O cinto poderá ser retirado quando a equipe estiver patrulhando em áreas consideradas de alto risco, onde a possibilidade de um confronto seja maior.

Caso contrário, a equipe permanecerá de cinto, retirando-o rapidamente quando for realizar uma abordagem.

Ao visualizar um veículo cujos ocupantes apresentem atitude suspeita, o Comandante da Equipe deve checar a placa do veículo junto a CENTRAL, para certificar-se de que se trata, ou não, de um veículo com alerta de furto, de roubo ou com alguma pendência judicial.

Se o veículo estiver em deslocamento, deverá informar "veículo em movimento", o que fará com que o operador de rádio da CENTRAL agilize a consulta da placa. O local da abordagem também deverá ser repassado à rede rádio para uma eventual necessidade de apoio.

A equipe deve atentar-se, se possível, para o número de ocupantes do veículo e o comportamento dos mesmos, se em algum momento foi jogado qualquer objeto pelas janelas etc.

Deve-se esperar que o veículo abordado chegue a um local isolado, com um número reduzido de pessoas, para evitar ao máximo que, em caso de reação armada por parte dos suspeitos, transeuntes sejam alvejados.

Para alertar o motorista do veículo que este deve parar, faz-se uso dos sinais luminosos e sonoros da viatura, podendo em caso de abordagem a noite piscar os faróis da viatura.

Em abordagens feitas à noite, durante o deslocamento, o farol da viatura permanecerá em luz baixa, para que o condutor do veículo a ser abordado veja através do espelho retrovisor as luzes do giroflex e saiba que se trata de uma viatura policial.

Quando o veículo parar, o motorista deverá estar atento e parar a viatura atrás e a uma distância não muito distante, o que facilitará a fuga do veículo, e nem muito próxima, ao ponto de dificultar a movimentação da equipe ou dar condições de que o veículo volte de ré e abalroe a viatura, podendo até ferir os policiais. A distância ideal é quando o motorista consegue visualizar a

placa traseira e os pneus do veículo. Se conseguir ver a placa do veículo da frente, mas não os pneus, estará muito próximo. Se conseguir visualizar o veículo todo e mais um trecho da pista, está muito distante (lembrar sempre que o tiro de combate se dá a uma distância de aproximadamente sete metros, distância esta em que o policial teoricamente consegue garantir os seus tiros no alvo desejado);

A viatura deverá permanecer ligada o tempo todo da abordagem com os sinais luminosos ligados.

O motorista deve ainda parar a viatura pouco mais à esquerda da posição do veículo com as rodas da viatura voltadas para a pista de rolamento, facilitando em caso de uma saída rápida, mantendo, se for à noite, os faróis em luz alta, para ofuscar a visão dos integrantes do veículo através dos espelhos retrovisores esquerdo e o interno.

A VTR deve posicionar-se no momento da abordagem com o farol direito alinhado na lanterna traseira esquerda do veículo suspeito.

4.2. Desembarque e Realização da Abordagem

Ao se aproximar do veículo a ser abordado, ambos integrantes da viatura soltam os cintos de segurança e saem da mesma. Mantendo o controle do cano e olhando o tempo todo para o objetivo, deixando as portas abertas e ficando aproximadamente um braço de distância da viatura, estando o Comandante e o motorista com o armamento em posição 04, visando os integrantes do veículo.

Esta posição dificulta a visualização da equipe por parte dos ocupantes do veículo abordado, dificultando a sua reação, principalmente quando a abordagem for feita à noite, pois, neste caso, os suspeitos serão ofuscados pelos faróis da viatura.

O comandante da equipe dá os comandos verbais altos e claros aos abordados do veículo, mandando ao motorista que o veículo seja desligado e que todos os integrantes saiam com as mãos para o alto e venham para trás do veículo devagar e de costas para a equipe, permanecendo com as mãos atrás da cabeça e olhando para o chão em silêncio. A visualização das mãos é muito importante, pois é a partir delas que surgem as primeiras reações, com armas ou não.

É importante salientar que os comandos verbais devem ser claros e em bom tom de voz, demonstrando energia e vigor sem, contudo, demonstrar falta de educação, evitando-se gírias e xingamentos durante a abordagem, o que cria uma imagem de despreparo por parte da equipe policial.

Com os suspeitos contidos, Comandante da Equipe pergunta se tem mais alguém no interior do veículo e, posteriormente, o motorista avança para fazer a verificação do interior do veículo e certificar-se que realmente não há mais ninguém em seu interior, fazendo a busca pelo lado direito, evitando assim, se expor na via, enquanto o Comandante faz a segurança, mantendo sua arma em posição 03, acompanhando o deslocamento do motorista, de forma que não se cruzem às linhas de tiros de ambos, no caso de uma reação por parte dos suspeitos.

O motorista retorna e informa "limpo" caso não haja mais nenhuma pessoa. O motorista aproxima-se então dos suspeitos em posição de guarda, a aproximadamente um metro do indivíduo a ser revistado, coloca sua arma no coldre e fecha a presilha, e inicia a busca pessoal, enquanto o Comandante permanece fazendo segurança da equipe, mantendo a sua arma até o contato do motorista com um dos suspeitos em posição 04, passando posteriormente à posição 03.

Terminada a busca pessoal nos suspeitos, o Comandante dá a ordem para que os suspeitos permaneçam na lateral do veículo, com as mãos para trás das costas, em silêncio.

O motorista pegará a chave do veículo e a entregará para o motorista do veículo destravar a tampa do porta-malas, e o motorista da VTR será o responsável por conduzir a abertura da tampa do porta-malas. Neste momento o Comandante da VTR estará posicionado na posição 4, apontando a arma na direção do interior do porta-malas, juntamente com o motorista que irá abri-lo fazendo a tomada de ângulo do interior do mesmo. O motorista do veículo retornará ao lado do carona e acompanhará a vistoria no interior do porta-malas e, posteriormente acompanhará a vistoria no interior do veículo, a uma distância de, pelo menos 2 metros do policial que estará realizando a vistoria.

Se houver algum objeto de valor (como dinheiro, por exemplo) o mesmo deve ser rapidamente conferido na frente do condutor do veículo e imediatamente entregue ao mesmo. Se houver bolsas, estas devem ser retiradas e posteriormente vistoriadas em frente ao proprietário, colocadas sobre o veículo até que se encerre a abordagem.

No caso de localização de armas no interior do veículo, o motorista da VTR deve informar imediatamente ao Comandante da equipe, dizendo "arma", ou qualquer sinal convencionado, porém de forma discreta. (Algumas unidades policiais convencionam que, se uma arma for encontrada no veículo, o revistador coloca a sua cobertura sobre o veículo de forma que o outro integrante da equipe saiba que algo está errado e redobre a sua atenção. Esta postura evita que os suspeitos reajam ao saber que a arma foi encontrada).

O Comandante da equipe perguntará sobre a documentação da arma, iniciando os procedimentos de detenção, controle e algemamento de todos os abordados até que se esclareça a sua procedência e quem a estava portando.

No caso de localização de drogas e objetos ilícitos, o Comandante da Equipe indagará de quem são realizando as detenções necessárias para que se faça a busca do outro lado do veículo, o policial que faz a revista deve passar entre o carro e o segurança e nunca entre o segurança e os abordados, evitando que entre na linha de tiro do mesmo.

No caso de nada ilícito ser encontrado no interior do veículo, o motorista verificará ainda no compartimento do motor do veículo, conferindo se não há nada escondido em locais do motor, como caixa do filtro de ar ou outros, aproveitando também para verificar rapidamente a numeração do chassi do veículo, balançando as portas do veículo para se certificar de que nada de ilícito está preso ou escondido nelas.

Faz-se então uma última busca perimetral onde se encontra o veículo, olhando novamente por baixo do mesmo, sobre os pneus, ao redor do sítio da abordagem, etc., para confirmar que nada foi abandonado neste local no momento da abordagem.

Nenhuma irregularidade constatada no veículo ou nas pessoas, se inicia, então, a checagem da documentação do veículo e de seus integrantes através do CIOPS feita pelo Comandante da Equipe.

Estando tudo certo, o Comandante da equipe agradece a compreensão das pessoas informando que a abordagem foi realizada para garantir a segurança das pessoas, liberando-as logo em seguida, deixando que o veículo saia primeiro que a equipe, que só embarcará na viatura e deslocará depois que o local estiver seguro.

5. ABORDAGEM A MOTOCICLETAS

As motocicletas e similares são escolhidas para prática de delitos, pela mobilidade que possui, pela praticidade de condução e facilidade de deslocamento, dentro outros, pela:

- Facilidade no furto de motocicletas;
- As placas podem ser cobertas dobradas ou retiradas sem chamar muita atenção;
- Pode se esconder uma motocicleta em qualquer lugar;

- Não é necessário desembarcar da motocicleta para cometer alguns delitos;

Os registros policiais apontam que as motocicletas são utilizadas para o cometimento da maioria dos crimes, no entanto, sua maior incidência está no tráfico de drogas, em roubo de malotes (saída de bancos), em roubo a veículos, em roubo de jóias (relógios caros) de condutores de veículos que transitam em bairros nobres, em roubos de estabelecimentos comerciais e homicídios.

Na maioria dos casos o delito é praticado por dois elementos em motocicletas de média potência (125 a 250 cc) quase sempre CG ou TWISTER, quem dá voz de roubo é o garupa e também é ele quem porta a arma de fogo ou simulacro. Após o roubo o garupa desembarca da motocicleta e embarca em outro veículo de cobertura com a arma e o produto de roubo.

Em linhas gerais a abordagem a motocicletas é a mesma que se realizada a pessoa a pé, obedecendo às mesmas fases da abordagem:

1. Visualização;
2. Desembarque rápido;
3. Verbalização;
4. Aproximação desembalada;
5. Busca Ligeira;
6. Busca Minuciosa;
7. Identificação.

Observação: A partir deste momento o procedimento de busca e algemamento, se necessário, é igual as demais situações.

6. NÍVEIS DE ABORDAGEM

As técnicas de abordagem não se modificam, o que se modifica é o grau de energia empregado durante sua realização conforme necessidade de aumento do uso da força, ou até mesmo da arma de fogo, de acordo com os seguintes níveis:

. **Abordagem nível 1** - Embora pouco recomendada, devido ao comprometimento da segurança, é utilizada em ações de fins administrativos (Ex. procedimentos de trânsito), ou em situações em que por algum motivo

não é possível realizar a busca pessoal no suspeito, sua finalidade é apenas a identificação e ou checagem do indivíduo abordado;

. **Abordagem nível 2** - É aquela rotineira, quando por alguma suspeição, presume-se certo grau de risco, porém ainda não há confirmação de ilícito praticado pelo suspeito. Tem o intuito de verificar se existe alguma irregularidade. Embora atente para a segurança, é uma abordagem de verificação, assim sendo requer moderação na energia empregada;

. **Abordagem nível 3** - Abordagem de captura consiste nas medidas tomadas quando se verifica a presença de ilícito por parte do suspeito, quando já se tem conhecimento deste e de seu grau de periculosidade, ou ainda quando há risco iminente aos policiais ou a terceiros. Faz-se necessário alto grau de energia por parte dos policiais para a realização da prisão, que não recebendo os devidos cuidados pode culminar em uma situação de crise;

. **Abordagem nível 4** - Quando é constatada no desdobramento da abordagem (em qualquer nível), a presença de refém localizado, situação que exigirá da equipe a tomada de medidas de resposta imediatas (conter, isolar e iniciar as negociações), bem como a solicitação de apoio técnico especializado (negociador, time tático, etc.).

7. LOCAIS RECOMENDADOS PARA ABORDAGEM

- Via de mão única;
- Via plana e reta;
- Local bem iluminado;
- Local de pouco movimento.

8. LOCAIS IMPRÓPRIOS PARA ABORDAGEM

- Curva;
- Cruzamento;
- Active;
- Ladeira;
- Túnel;
- Local mal iluminado;
- Local de intensa circulação de veículos e pessoas;
- Local próximo a terreno baldio, rio, vala ou construção aberta.

9. POSTURAS TÁTICAS COM ARMA CURTA



Posição "1"



Posição "2"

Posição "1" - Na posição "1" o operador está com o corpo com postura tática, destravando o coldre e preparando a empunhadura da arma em condições de sacá-la. Estes movimentos devem ser realizados mantendo visada para o perigo e não para o coldre.

Posição "2" em Pé – Arma Curta: Nesta posição o operador já sacou a arma e a mantém em empunhadura simples ao lado do corpo, mantendo postura tática e visando o perigo. Para tanto o operador deverá fazer o controle de dedo, manter a arma 45° em relação ao solo e a mão fraca junto ao abdômen. Esta posição é utilizada para se realizar afastamentos, correr com o armamento, realizar buscas, e outras situações que exija retenção da arma.



Posição "3"

Posição "3" em Pé - Arma Curta: Posição de expectativa, mantém a postura tática e a visada para o perigo. O operador deverá completar empunhadura e manter o cano da arma 45° em relação ao solo. Deve ter condições de verificar perifericamente a arma. É uma posição de pronta resposta, usada para casos de iminente confronto, porém onde a ameaça ainda não tenha sido localizada. Pode ser usada também para deslocamentos e controle de cano.

Posição "4" em Pé - Arma Curta: Posição de engajamento, utilizada quando localizada a ameaça e é utilizada para colocar o operador em situação de pronto responder qualquer agressão. A arma é levada da posição "3" para a quatro como se fosse um soco rápido, momento em que o operador deverá procurar a massa de tiro mantendo o controle de dedo.



Posição "4"

Pronto - Alto - Arma Curta: Posição adotada para deslocamentos onde se busca uma possível ameaça e ela é iminente. Partindo da posição "4" abaixa-se a arma da linha da visada evitando-se a visão em túnel e proporcionando ao operador maior controle do armamento e controle de área. Utilizada para se realizar buscas de alto risco, com o emprego da técnica do terceiro olho e "scaneamento". O operador deverá manter empunhadura dupla, controle de dedo e postura tática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2008.
- MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. **Apostila do curso CATE-RAIO**, Campo Grande: 2008.
- MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. **Normas Gerais de Ação da ROTAC**, Campo Grande: [2006].
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- MOREIRA, C. V. & CORREA, M. V.. **Manual de prática policial - geral**. v. 1, Belo Horizonte: PMMG, 2002.
- PARANÁ. Polícia Militar. **Diretriz de abordagem policial PMPR**, 2008;

CAPÍTULO II

ACIDENTES DE TRÁFEGO

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

*EMERSON LOPES DOS REIS;
Perito Criminal da Coordenadoria-Geral de Perícias - CGP de Mato Grosso do Sul;
Graduado em Física; Professor da Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL;
lotado no Núcleo de Perícias Externas do Instituto de Criminalística - IC da CGP.*

ACIDENTES DE TRÁFEGO

EMERSON LOPES DOS REIS
Perito Criminal da CGP de Mato Grosso do Sul

1. CONCEITOS

Acidente de Tráfego: É todo e qualquer acidente envolvendo um ou mais veículos, um dos quais, pelo menos deve se encontrar em movimento no momento do acidente, envolvendo ainda pedestres e obstáculos fixos, sobre vias terrestres e do qual resulte danos à saúde ou à propriedade.

Tráfego: movimento de pedestres, veículos ou animais sobre vias terrestres, considerando-se cada unidade individualmente.

Trânsito: movimento ou transporte de veículos, pessoas ou cargas segundo percursos geralmente preestabelecidos, considerados quanto ao conjunto.

Via: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

Pista: parte da via normalmente utilizada para a circulação de veículos, identificada por elementos separadores ou por diferença de nível em relação às calçadas, ilhas ou aos canteiros centrais.

Faixa de Trânsito: qualquer uma das áreas longitudinais em que a pista pode ser subdividida, sinalizada ou não por marcas viárias longitudinais, que tenham uma largura suficiente para permitir a circulação de veículos automotores. Devem ser configuradas com largura mínima de 2,5m e máxima de 4,5m.

Acostamento: parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim.

2. TIPOS DE ACIDENTES

2.1. Sem Vítima

Qualquer acidente, onde fiquem constatadas apenas avarias em um ou mais veículos, sem, no entanto a existência de lesão corporal.

Nas localidades onde existir Juizados Especiais de Trânsito Itinerantes, estes terão a incumbência de atendimento prioritário, nas demais localidades poderá ser feito o atendimento no local pelo policial de trânsito ou

registro *a posteriori* nas unidades policiais de trânsito.

No atendimento de acidente de trânsito sem vítima deverá ser observado o art. 178 do CTB, devendo o primeiro profissional de segurança pública que chegar ao local certificar-se da necessidade ou não da remoção do(s) veículo(s) do leito da via.

2.2. Viatura Oficial da SEJUSP

Acidente envolvendo pelo menos um veículo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Obrigatoriamente a realização dos procedimentos de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, Boletim de Ocorrência da Polícia Civil e realização de Exame Pericial pelo Instituto de Criminalística.

2.3. Vítima de Lesão Corporal

Todo e qualquer acidente de trânsito, onde fique evidenciada a existência de lesão corporal em uma ou mais vítimas.

Obrigatoriamente a realização dos procedimentos de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, Boletim de Ocorrência da Polícia Civil e realização de Exame Pericial pelo Instituto de Criminalística.

2.4. Vítima Fatal

Todo e qualquer acidente de trânsito, onde exista óbito em uma ou mais vítimas.

Obrigatoriamente a realização dos procedimentos de Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito, Boletim de Ocorrência da Polícia Civil e realização de Exame Pericial pelo Instituto de Criminalística.

3. PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE ACIDENTE DE TRÁFEGO

A preservação do local de crime faz parte da atuação do primeiro profissional de segurança pública a chegar na cena de crime, isto vale para os acidentes de trânsito.

O acidente de trânsito consiste numa das mais complexas investigações, cujo resultado final, ou seja, a busca pela verdade, só será trazida a tona se houver uma rigorosa participação com profissionalismo de todos os agentes de segurança pública envolvidos nesse tipo de ocorrência.

A preservação dos vestígios é de suma importância no trabalho do perito criminal que tem a competência legal de fornecer a causa determinante

de um acidente de trânsito, no entanto este profissional trabalha sobretudo com vestígios materiais deixados pelos envolvidos no acidente de trânsito, temos aí a importância fundamental de que haja a preservação mais adequada possível de tais vestígios, para tanto, muitas vezes se faz necessário, interditar a via onde ocorreu o acidente desviando o trânsito de veículo para outra via alternativa, atitude essa que deve ser tomada sempre que for possível, pelos policiais de trânsito, que não só garantirá a segurança de todos os profissionais ali envolvidos como preservará a cena de acidente de trânsito.

O primeiro profissional de segurança pública deverá Isolar e Preservar o local, observando-se que quanto maior a área isolada menor será o envolvimento e o risco para público. Ao isolar o local, deve-se ter a preocupação com a Preservação dos Vestígios deixados na cena do acidente.

Deverá providenciar a sinalização adequada do local (observar distância para colocação do equipamento), para evitar risco de novo acidente. Para tanto, poderá utilizar o "Alerta" do (s), veículos (s), triângulo de sinalização, cones, galhos de árvore, e etc. Se possível o profissional da Segurança Pública deverá utilizar colete sinalizador, apito, lanterna ou até mesmo o Giroflex da viatura para melhor sinalização e segurança do local.

4. PROCEDIMENTOS GERAIS

4.1. Primeiro Profissional de Segurança Pública (primeiro interventor)

Um profissional de Segurança Pública ao se deparar com um acidente de trânsito tem a obrigação de prestar auxílio aos acidentados sem colocar em risco sua própria segurança. Deverá realizar com segurança, uma análise do local do acidente para fins de coletar o máximo de informações possíveis para serem repassadas ao CIOPS ou Centro de Operações, tais como: estado das vítimas (se houver), localização precisa do local do acidente e possíveis riscos de novos acidentes em consequência deste, ou do agravamento do próprio acidente como um princípio de incêndio, de explosão, de desabamento se há derramamento de combustível, fiação elétrica solta próxima ou sobre o veículo, se há vazamento de produtos perigosos, etc.

Essas informações quando repassadas ao Centro de Operações, são de suma importância para se determinar a composição das viaturas de socorro que serão deslocadas para o atendimento num menor intervalo de tempo.

Todos os procedimentos deverão ser executados levando-se em conta a Segurança do Profissional de Segurança Pública e evitar agravamento da situação encontrada.

A verificação da existência e do socorro às vítimas é uma providência que deve ser simultânea à sinalização.

Havendo possibilidade de realizar a abordagem da (s) vítima (s) o Profissional de Segurança Pública poderá realizar o atendimento de acordo com o que prescreve as orientações de Primeiros Socorros (Exame Primário / Exame Secundário), sempre observando as Condições de Segurança.

4.2. Observações importantes

- Não retire a vítima do veículo, a não ser que tenha risco de Incêndio ou explosão;
- Não solte o cinto de segurança da vítima, a não ser que este a esteja impedindo de respirar;
- Não movimente a vítima. Se possível mantenha a cabeça dela em posição estática, protegendo sua coluna.
- Não retire o capacete da vítima;
- O Centro de Operações assim que tiver o conhecimento do acidente de trânsito é o responsável por acionamento dos demais órgãos competentes;
- Deverá ser acionado o Corpo de Bombeiros em casos de acidentes com vítimas e que necessitem de atendimento de primeiros socorros e nos casos em que se fizer necessário;
- Deverão ser acionados os policiais de trânsito responsáveis pelo isolamento e preservação do local e confecção do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito (BOAT);
- Deverá ser acionado o Delegado de Polícia Civil;
- O Delegado de Polícia requisitará a Perícia Técnica no local, que deverá ser acionada pelo Centro de Operações ou pelo Próprio delegado de polícia;
- Em casos de vítimas fatais, o recolhimento do cadáver deverá ser providenciado pelo Órgão Oficial de Perícia.

5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1. Primeiro Profissional de Segurança Pública

A primeira responsabilidade de qualquer um dos profissionais de segurança pública a comparecerem num local de acidente de trânsito, quando

acionados pelo Centro de Operações, deve ser de sinalizar adequadamente o local, com o objetivo de preservar a segurança das pessoas, inclusive da equipe de atendimento, a inviolabilidade dos vestígios e evitar a ocorrência de novos acidentes, adotando as seguintes providências:

- Estacionar a viatura em ponto visível, seguro e conveniente, de modo que os dispositivos de luzes (farol e giroflex) sejam usados com proveito e eficiência;
- Delimitar a área de abrangência do sinistro para o seu isolamento, com vistas a preservar os vestígios deixados pelas unidades de trânsito, pois todo e qualquer vestígio deve ser cuidadosamente preservado para os trabalhos da Perícia Técnica;
- Isolar o local por meio dos equipamentos de sinalização disponíveis (cones, triângulos, faixa zebra etc.);
- Dimensionamento da distância, entre o primeiro cone retrorrefletivo de sinalização e o local do acidente, em função da velocidade permitida, da situação e das restrições físicas e ambientais de visibilidade no local do evento;
- Utilizar cones retrorrefletivos de sinalização, visando ao isolamento do local do evento e à canalização do trânsito a longas distâncias, estabelecendo um corredor de trânsito para desviar os veículos, evitando ou amenizando engarrafamentos;
- Usar os equipamentos de sinalização individual (coletes refletivos, lanternas, apito etc.);
- Controlar o trânsito de veículos de acordo com a conveniência dos trabalhos, liberando, bloqueando ou restringindo o fluxo, se necessário;
- Requisitar a ajuda de condutores, passageiros, transeuntes, Órgãos Públicos ou Empresas, quando a insuficiência de recursos e a gravidade do fato assim exigir.

5.2. Corpo de Bombeiros Militar

Ao chegar num local de acidente de trânsito o corpo de bombeiros deverá:

- Identificar se há riscos diversos para os socorristas ou para a(s) vítima(s), tais como risco de princípio de incêndio, de explosão, de ocorrer outro acidente em consequência deste, de desabamento se há derramamento de combustível, fiação elétrica solta próxima ou sobre o veículo, se há vazamento de produtos perigosos, etc.;

- Verificar o isolamento e preservação do local do acidente e ser for necessário ampliar a área isolada;

- Verificar o estado em que se encontra(m) a(s) vítima(s) e proceder aos primeiros socorros, fazendo obviamente tudo o que for possível para o salvamento de vidas;

- Após o resgate e atendimento às vítimas, o comandante da guarnição do Corpo de Bombeiros deverá determinar aos seus subordinados o reposicionamento de viaturas, contribuindo com o isolamento e preservação dos vestígios.

- Caso ao chegar ao local de acidente de trânsito e constatar a existência de vítima(s) fatais(s), deverá a equipe de bombeiros, deixar o(s) cadáver(es) na(s) posição(ões) em que se encontra(m), sem mexer ou tentar identificar a(s) vítima(s), como por exemplo procurar por documentação revirando sua indumentária ou vasculhando o interior do veículo, visando a preservação dos vestígios na cena do acidente.

5.3. Polícia Militar (Policiamento Ostensivo de Trânsito).

Ao chegar num local de acidente de trânsito os policiais de trânsito deverão:

- Verificar o isolamento e preservação do local do acidente e se for necessário ampliar a área isolada;

- Sempre que necessário e possível isolar por completo a via, desviando o trânsito de veículos;

- Realizar a confecção do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito;

- No que tange aos procedimentos para detecção dos danos nos veículos, o Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito (BOAT) deverá ser confeccionado de acordo com os dispositivos da resolução CONTRAN 297 de 21 de novembro de 2008;

- Deverá ser elaborado croqui do local do evento, independente de sua complexidade;

- Deverá ser adotada, preferencialmente, a metodologia de medição por coordenadas cartesianas, podendo ser utilizada, ainda, a metodologia de medição por triangulação;

Na confecção do BOAT, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- Identificação do local do evento (endereço);

- Elementos da(s) via(s) de trânsito: traçado retilíneo ou curva horizontal, plataforma em nível ou desnível, número de pistas de rolamento, número de faixas de trânsito, acostamento, canteiro central, inclinação transversal, superelevação, superlargura, curva de transição, curva vertical, talude, saia, terreno marginal, defesa, barreira, etc.;

- Tipo de superfície da(s) via(s) de trânsito: asfalto, concreto, paralelepípedo, terra batida, pedra/areia;

- Sinalização da(s) via(s) de trânsito: horizontal, vertical, semafórica, etc.;

- Iluminação: artificial ou natural;

- Regime de trânsito das vias;

- Condição física da superfície da(s) via(s) de trânsito: seca ou molhada, lisa ou rugosa, limpa ou contaminada (areia, fluidos, etc.);

- Defeito na superfície da via de trânsito: recalques, buracos e/ou valas, degrau entre pista e acostamento;

- Posição e imobilização do(s) veículo(s);

- Sulcagens por partes metálicas;

- Marcas de pneumáticos: frenagem ou derrapagem;

- Restrições ambientais à visibilidade: luz solar, noite escura, noite clara, iluminação artificial, chuva, neblina, ofuscamentos, etc.;

- Identificação do(s) veículo(s): placas de identificação e/ou numeração do chassi;

- Caracterização do(s) veículo(s): modelo, marca, tipo, cor predominante e placa de identificação;

- Caracterização dos danos;

- O Policial Militar responsável pela confecção do Boletim de Ocorrência de Trânsito, deverá observar rigorosamente as orientações elencadas acima, cercado-se de todas as cautelas possíveis na materialização dos vestígios deixados pelo evento, bem como nas medições necessárias de tais vestígios, com vista a sua reprodutibilidade, e ainda considerando que o BOAT, pode servir de base de informações para a confecção de Laudo Pericial de exame indireto pelo Instituto de Criminalística.

5.4. Polícia Civil (Delegado de Polícia)

De acordo com a Resolução SEJUSP 362/07, deverá comparecer ao local de acidente de trânsito com vítimas, tomando todas as precauções com relação ao isolamento e preservação dos vestígios; fazer suas anotações e angariar testemunhas que possam auxiliá-lo nas investigações acerca do fato.

5.5. Perícia Técnica

Realizar os levantamentos periciais pertinentes ao ocorrido, através de uma minuciosa observação dos vestígios empregando técnicas e metodologias próprias da criminalística, objetivando a confecção do laudo pericial de acidente de trânsito, no qual deverá, se possível, estabelecer a dinâmica dos fatos e fornecer a causa determinante do acidente.

Cabe ao perito criminal a prévia identificação das vítimas fatais através da documentação e cabe ao Delegado de Polícia ou ao Comandante da Guarnição de Trânsito as medidas criminais e administrativas, respectivamente.

Na realização do exame pericial em local de acidente de trânsito o perito criminal deverá:

- Anotar o nome dos responsáveis pelo isolamento e preservação do local evento e as condições de isolamento e preservação do local;
- O perito criminal deve descrever no corpo do laudo pericial, possíveis alterações desnecessárias quanto ao adequado isolamento do local do evento, realizadas pelos seus responsáveis.
- Deverá ser feito levantamento fotográfico e descritivo.

No levantamento fotográfico o perito deverá observar:

- Tomada fotográfica geral do local, com o objetivo de registrar a visão dos condutores ao se aproximar do local, bem como tomadas gerais no sentido de trânsito dos veículos envolvidos;
- Tomadas fotográficas específicas dos veículos no seu ponto de repouso final;
- Fotografia da área ou ponto de colisão, os vestígios existentes e indicativos do acidente naquela região;
- Registrar com fotografia demais vestígios como marcas e manchas existentes no local, marcas de arrastamento de pneumáticos, de material terroso, de sangue, etc.;

- Registrar fotograficamente as sinalizações da(s) via(s) existentes no local, obstáculos ou deformidades na pista;

- Registrar com fotos as vítimas nas posições em que se encontram;
- As avarias nos veículos devem ser fotografadas com tomadas gerais e específicas;
- Fotografar as condições em que se encontram os pneus;
- Registrar com fotos todos os demais elementos que tenham relação com o evento.

Deverá ser elaborado croqui¹ do local do evento, independente de sua complexidade.

Deverá ser adotada, preferencialmente, a metodologia de medição por coordenadas cartesianas, podendo ser utilizada, ainda, a metodologia de medição por triangulação;

Os vestígios menos perenes devem ser priorizados quando do levantamento pericial, tais como: posições de imobilizações das vítimas, posições dos veículos, vestígios móveis, marcas de pneumáticos em superfícies molhadas e de frenagem por ABS;

Deverão ser considerados os seguintes aspectos no levantamento de local:

- Identificação do local do evento (endereço);
- Elementos da(s) via(s) de trânsito: traçado retilíneo ou curva horizontal (qualificar e/ou quantificar a curvatura), aclive ou declive (qualificar e/ou quantificar o aclive/declive), número de pistas de rolamento, número de faixas de trânsito, acostamento, canteiro central, inclinação transversal, superelevação, superlargura, defesa, barreira, etc.;
- Tipo de superfície da(s) via(s) de trânsito: asfalto, concreto, paralelepípedo, terra batida, pedra/areia;
- Sinalização da(s) via(s) de trânsito: horizontal, vertical, semaforica, etc.;
- Iluminação: artificial ou natural;
- Regime de trânsito das vias;

¹ Considera-se croqui a representação gráfica das evidências físicas disponíveis, elaborado de forma manual, sem precisão de escala, incluindo medidas (cotas) necessárias a uma posterior elaboração de planta baixa em escala, se necessário.

- Condição física da superfície da(s) via(s) de tráfego: seca ou molhada, lisa ou rugosa, limpa ou contaminada (areia, fluidos, etc.);

- Devem ser observados os seguintes aspectos na superfície da via de tráfego: buracos e/ou valas, degrau entre pista e acostamento, infraestrutura de drenagem, superlevação negativa em curva (qualificar e/ou quantificar a inclinação);

- Restrições físicas a visibilidade na(s) via(s) de tráfego, obstáculos à visibilidade como árvores, muros, etc.;

- Posição de imobilização da(s) vítima(s) fatal(is);

- Posição e imobilização do(s) veículo(s);

- Sulcagens por partes metálicas;

- Marcas de pneumáticos²: frenagem ou derrapagem, frenagem por ABS;

- Trilhas em terrenos marginais;

- Restrições ambientais à visibilidade: luz solar, noite escura, noite clara, iluminação artificial, chuva, neblina, ofuscamentos, etc.

Aspectos a serem observados nos veículos envolvidos:

- Identificação do(s) veículo(s): placas de identificação e/ou numeração do chassi;

- Caracterização do(s) veículo(s): tipo, marca, modelo e cor predominante;

- Vestígios presentes no(s) veículo(s);

- Sede, intensidade, tipificação e conformação das avarias;

- Orientação das forças que produziram as avarias;

- Intrusão das partes metálicas para o habitáculo do veículo;

- Diferenciação de avarias produzidas por contato com corpo rígido ou semirrígido;

- Transferência e/ou impregnação de tintas e de outras substâncias;

² No registro das marcas de pneumáticos devem ser medidas o comprimento e a largura das marcas de frenagem, além do raio de curvatura das de derrapagem.

- Avarias por transferência de força;

- Marcas de travamentos nos cintos de segurança;

- Marcas de projeção dos ocupantes pelo interior do veículo;

- Fratura e oxidação das lâmpadas dos faróis do(s) veículo(s);

- Observar qual o estado de conservação dos pneumáticos do(s) veículo(s), principalmente quanto ao desgaste das bandas de rodagem (qualificar e/ou quantificar a profundidade dos sulcos);

- Aparelho registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo³, incluindo-se suas instalações e retirada da mídia de gravação e registro de dados;

- Fratura de componentes do(s) veículo(s) com potencial para causar o evento;

- Nos veículos de carga, deve-se verificar como era procedida a fixação da carga transportada;

- Caracterização dos danos;

- Deverão ser realizados, se possível, testes estáticos e dinâmicos de funcionamento dos sistemas de freio, direção e suspensão, além de outros sistemas mecânicos de interesse;

- Deverá ser examinado o sistema de direção do(s) veículo(s), com testes estáticos e dinâmicos;

Em casos de curva medir o raio de curvatura da curva.

Quando da análise qualitativa e quantitativa da velocidade do(s) veículos(s) é recomendado ao perito utilizar as seguintes metodologias de análise:

- Princípio do Trabalho-Energia (conservação de energia);

- Princípio da Conservação da Quantidade de Movimento.

O coeficiente de atrito e/ou de fatores de arrasto entre os pneumáticos dos veículos e a superfície da via, é uma variável que deve preferencialmente ser medida através de dispositivos próprios (acelerômetros e/ou *drag-sleds* ou equipamentos similares). Quando não dispuser de equipamento de medição de fator de arrasto, o perito deve utilizar preferencialmente, a tabela de coeficiente de atrito, publicada no tópico 862 da obra *Traffic Accident Reconstruction*, de L.B. Fricke.

³ Quando do exame do aparelho registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, lembrar que é função do perito criminal retirar a mídia de gravação e registro (disco ou fita de tacógrafo).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Acidentes de Trânsitos – Aspectos Técnicos e Jurídicos**. Campinas: Millenium, 2009.

CONTRAN. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: Sinalização Vertical de Regulamentação**. Brasília: 2005.

LAZZARI, C. Flores; WITTER, I. Ilton (Org). **Nova Coletânea de Legislação de Trânsito**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

NETO, Osvaldo Negrini; KLEINUBING Rodrigo. **Dinâmica dos Acidentes de Trânsito**. Campinas: Millenium, 2006.

TOCHETTO, Domingos; ESPÍNDULA Alberi. **Criminalística Procedimentos e Metodologias**. Porto Alegre: Espíndula Consultoria Cursos & Perícias, 2009.

CAPÍTULO III

CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA DE MATO GROSSO DO SUL - CIOPS: TIPIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

AMÁVEL BRANDÃO JÚNIOR,
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em Direito; Pós-Graduado em "Gestão de Segurança Pública", "Ciências Políticas e Planejamento Estratégico" e "Direito Penal Militar"; atua no Centro Integrado de Operações de Segurança de MS - CIOPS.

CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA DE MATO GROSSO DO SUL - CIOPS: TIPIIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS

AMÁVEL BRANDÃO JÚNIOR
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul



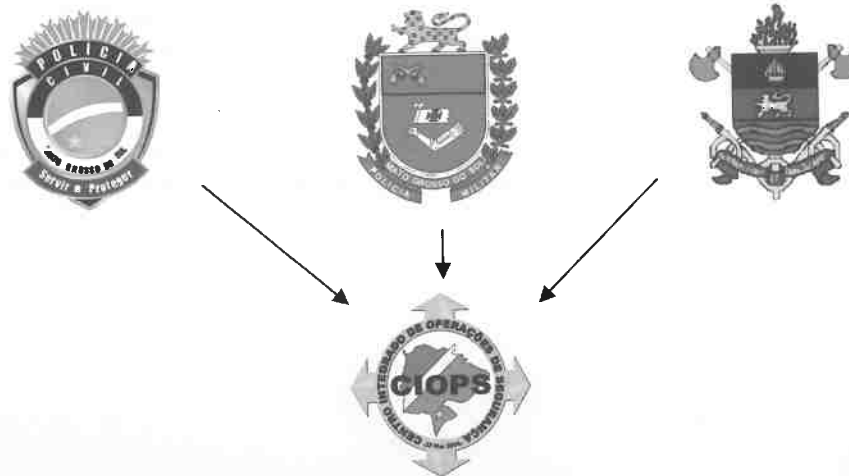
1. INTRODUÇÃO

O Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), órgão subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, foi criado através do Decreto 11.564 de 22 de março de 2004, tem como uma de suas atribuições principais, planejar, normatizar, coordenar e controlar os serviços de atendimento às chamadas de emergência e ocorrência, centralizando e integrando as operações de segurança das polícias preventivas, repressivas e de socorro à população.

Pelo Decreto de criação, o CIOPS absorveu as atribuições do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), do Centro de Operações do Corpo de Bombeiros (COCB) e do Centro de Telecomunicações da Polícia Civil (CETEL). Atualmente ocupam um mesmo ambiente físico a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar para o pronto atendimento das ocorrências, acionado através dos números 190 (Polícia Militar) e 193 (Corpo de Bombeiros Militar). Essa integração tem como objetivo otimizar os recursos materiais e humanos.

Dirigido de forma alternada por representante dos dois últimos níveis das Instituições que o compõe em forma de rodízio a cada dois anos, o CIOPS ainda conta com unidades no interior do Estado de Mato Grosso do Sul: Corumbá, Ponta Porã e Dourados.

Sua criação foi fundamentada na idéia de integração das ações de segurança das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, não se constituindo num sistema de informação, mas sim num setor de recepção e tratamento da informação, fazendo com que a informação que chega até ele seja essencial para seu funcionamento.



O CIOPS realiza o atendimento das chamadas através da digitação das informações relativas à ocorrência. As chamadas telefônicas são automaticamente direcionadas pelo sistema através de uma central de comutação digital.

Além disso, o sistema identifica automaticamente o local de onde a chamada está sendo realizada e posiciona a mesma no mapa digitalizado da cidade, minimizando os trotes e evitando o mau uso da frota em chamadas desnecessárias.

O sistema auxilia os despachantes no envio das viaturas para o atendimento de fatos emergenciais podendo sugerir a viatura mais próxima ao local da ocorrência. Eles podem ainda acompanhar o atendimento das ocorrências tendo assim o controle da disponibilidade das viaturas.

Por fim, ressalta-se a possibilidade de se mapear o crime a partir dos registros de solicitações do cidadão o que permite planejar ações, preventivas e repressivas, de forma mais eficiente.

A filosofia do CIOPS é fundamentada na idéia da integração das ações de segurança entre as polícias militar e civil e do corpo de bombeiros. Historicamente estes órgãos atuavam isoladamente e sem uma coordenação única.

Visa-se, ao atuar em um mesmo espaço físico (ou interligados por intermédio de uma rede de voz e dados de alta velocidade) de forma integrada, realizar de forma complementar e harmônica as atividades de atendimento de emergência racionalizando o uso dos recursos e obtendo uma maior eficácia neste atendimento.

A necessidade de se agilizar o atendimento das ocorrências policiais, visando à melhoria do serviço prestado ao cidadão é outro ponto fundamental. A estrutura de atendimento ao número 190 carecia de uma central de comutação digital que realizasse o direcionamento automático das ligações. Por outro lado as viaturas precisavam ser melhor monitoradas, visando um deslocamento ágil aos locais das ocorrências.

Além disso, a estrutura policial carecia de um mapeamento digitalizado de Campo Grande, que permitisse um melhor gerenciamento da distribuição espacial dos recursos de polícia.

Outra necessidade era dotar as viaturas de um sistema de comunicação que funcionasse em uma frequência específica que não pudesse ser captada por criminosos.

Vale ressaltar que as polícias careciam de dados estatísticos de atendimento de ocorrências policiais, o que dificultava o planejamento de ações eficientes de combate à criminalidade.

Dentre os objetivos do CIOPS pode-se destacar:

- Prover um canal direto e sempre disponível com o cidadão para que o mesmo possa recorrer às polícias e ao corpo de bombeiros em situações de emergência;
- Realizar o atendimento ao cidadão com agilidade e presteza;
- Gerir os recursos a disposição para realizar o atendimento ao cidadão de forma eficiente, através do compartilhamento de meios, materiais e humanos, e de informações, para se obter o aperfeiçoamento das atividades policiais preventivas e repressivas;
- Aumentar o grau de credibilidade da população na polícia através de um sistema de resposta que se apresente eficiente nos momentos em que a população mais precise.

2. TECNOLOGIA DISPONÍVEL

2.1. Soluções de Hardware

- Servidores de comunicação e de banco de dados;
- Estações de trabalho para teleatendentes e despachantes;
- Sistema de Rádio Troncalizado com estações base integrando às viaturas ao CIOPS.

2.2. Soluções de Software

Software para interconexão telefônica que se integra ao PABX digital

BXS-Digitro existente no Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS, provendo uma solução que exiba na estação telefonista a identificação do logradouro de instalação do telefone chamador e do nome do assinante através de dados. Estes dados devem ser obtidos a partir da base de dados das companhias telefônicas existentes na região de atendimento; Software básico de rede e de banco de dados relacional.

2.3. Sistema Icad-sisgraf

Software de GIS integrado ao SI-SOS para relacionar o Banco de Dados espaciais (imagens e mapas em formato vetorial-topológico do arruamento, quadras e bairros da região de atendimento, posições de viaturas num dado instante, etc.) com banco de dados de informações descritivas (dados cadastrais de viaturas e sua guarnição, do prefixo rádio, prédios, logradouros, etc.).

2.4. Chegada de Chamada no Terminal de Atendimento

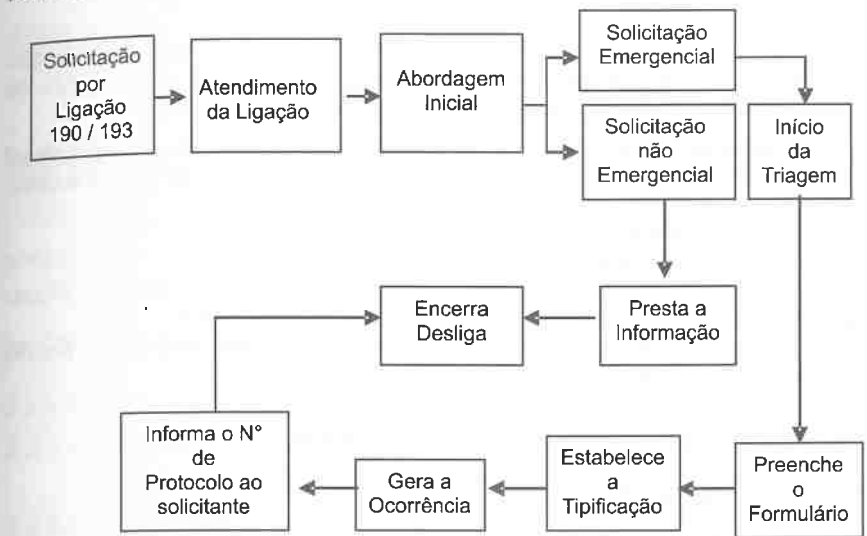
Apesar das chegadas de chamadas de emergência serem recebidas pelos Atendentes, é importante que os despachadores de viaturas também tenham total conhecimento dos procedimentos de necessários para a geração de uma ocorrência no sistema de atendimento.

Assim que corretamente conectados, as chamadas chegam aos terminais de atendimento, por ordem de tempo não trabalhado, ou seja, o atendente que estiver mais tempo sem atender uma ocorrência será o primeiro da fila de atendimento.

No momento da chegada de uma ligação para o serviço de emergência, automaticamente aparecerá o telefone de quem está ligando no campo "Telefone".

Devido ao fato ao número emergencial 190/193 ser gratuito a população também utiliza para solicitações de informações diversas não emergenciais e muitas são pertinentes, relacionadas ao atendimento emergencial, ocorrendo conforme o fluxograma a seguir.

2.5. FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO DOS TELEFONES EMERGENCIAIS 190/193 do CIOPS



Após gerar a ocorrência imediatamente a informações são transferidas para o terminal do despachador de viaturas responsável pela área informada que despacha a viatura mais próxima do local da ocorrência solicitada.

3. TIPIFICAÇÕES PENAS DAS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS

O presente tópico faz parte de um projeto de criação de um manual de atendimento de ocorrências policiais direcionadas aos atendentes para agilizar e facilitar o registro correto das ocorrências cujas tipificações penais determinam a prioridade no atendimento e para os despachadores de viaturas que além de empenhar a viatura tem a obrigação de dar o suporte necessário de informações para as guarnições das viaturas na rua para o melhor atendimento das ocorrências e com a interpretação correta das ocorrências com a devida interpretação sob a ótica da legislação penal.

3.1. Conceitos Básicos

Crime: É um fato típico e antijurídico. Típico, porque para que haja crime, o fato praticado deve estar descrito em lei, ou seja, deve haver uma norma penal incriminadora. Antijurídico, porque o fato para ser crime, além de ser típico, deve também ser ilícito, contrário ao Direito, ofensivo à vida social.

Contravenção Penal: É a conduta, com poder ofensivo ou perigo social menor que os existentes no crime, sendo punido apenas para que não se acabe atingindo bens e interesses jurídicos mais relevantes.

Ato Infracional: É a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por criança ou adolescente, sujeito apenas as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA).

Flagrante delito: Vem a ser a ardência e o momento da infração penal ou da perseguição policial. É a prova plena do delito. Considera-se flagrante delito quem:

- está cometendo a infração penal;
- acaba de cometê-la;
- é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração;
- é encontrado logo após, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

3.2. Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº. 2.848)

3.2.1. Art. 121 - Homicídio

3.2.1.1. Definição

- . Matar alguém;
- . É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra.

3.2.1.2. Fatos que constituem

O evento morte (crime instantâneo de efeito permanente);
A morte ocorre com a cessação do funcionamento cerebral, circulatório e respiratório.

3.2.1.3. Fatos que não constituem

Pessoa caída ao solo, onde o solicitante não sabe se está embriagado, desmaiado, dormindo, etc.;
Pessoa que apresenta algum dos sinais vitais.

3.2.2. Art. 122 - Suicídio

3.2.2.1. Definição

Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.

Nota: Embora o suicídio não seja ilícito penal, a lei pune o comportamento de quem induz, instiga ou auxilia outrem a suicidar-se.

3.2.2.2. Fatos que constituem

Quando há morte da vítima ou ocorrência de lesão corporal grave em virtude do induzimento ao suicídio;
Induzir, incitando a vítima;
Instigar, estimulando a idéia de suicídio já existente;
Auxiliar, ajudando materialmente, oferecendo revólver, corda, etc.

3.2.2.4. Fatos que não constituem

Morte natural, sem que a vítima tente se matar;
Quando a vítima é forçada a suicidar-se, ou não tem resistência alguma, trata-se de homicídio;
Não pode haver auxílio por omissão;
Quando a vítima não tem discernimento, ou for menor de quatorze anos, senão o crime é de homicídio.

3.2.3. Art. 124, 125, 126, 127 e 128 - Aborto

3.2.3.1. Definição

É a interrupção da gravidez, com a morte do feto.

3.2.3.2. Fatos que constituem

A morte do feto ou destruição do óvulo;
Provocar aborto em si mesma, ou consentir que alguém lhe provoque;
Provocar aborto sem o consentimento da gestante;
Provocar aborto com o consentimento da gestante;
Se provado que o feto tinha vida e que o aborto foi provocado;
Desferir violento pontapé no ventre de mulher, visivelmente e sabidamente grávida.

3.2.3.3. Fatos que não constituem

Se a morte é provocada após o início do nascimento, o crime será de infanticídio ou homicídio;
Aborto legal, permitido judicialmente, praticado por médico, para salvar a vida da gestante;
Aborto legal, permitido judicialmente, realizado por médico, quando a gravidez é resultado de estupro.

3.2.4. Art. 129 - Lesão Corporal

3.2.4.1. Definição

Ofender a integridade corporal ou saúde de outrem.

3.2.4.2. *Fatos que constituem*

A vítima apresentar efetiva lesão;
Danos anatômicos, hematomas, sangramentos, etc.;

3.2.4.3. *Fatos que não constituem*

A dor física só, sem dano anatômico;
Vermelhidão, marcas leves na pele;
Empurrões, tapas, que não causem lesões.

3.2.5. Art. 133 e 134 - **Abandono de Incapaz** (Lei Federal nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso)

3.2.5.1. *Definição*

Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.

3.2.5.2. *Fatos que constituem*

Abandonar pessoa em completo estado de embriaguez;
Abandonar pessoa em lugar ermo;
Vítima largada em casa abandonada;
Abandonar recém-nascido.

3.2.5.3. *Fatos que não constituem*

Quando a mãe deixa filho em casa para trabalhar fora;
Se não houver dever de assistência, não há o crime, sim omissão de socorro;
Se a vítima tem condições de defender-se, não há o crime.

3.2.6. Art. 135 - **Omissão de Socorro** (Art. 304, Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro)

3.2.6.1. *Definição*

Art. 135 CP: Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo, sem risco pessoal, a criança abandonada ou extraviada, ou pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave perigo iminente; ou não pedir nesses casos, o socorro da autoridade pública;

Art. 304 - Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro): Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente de prestar imediato socorro à vítima, ou não podendo fazê-lo diretamente por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública.

3.2.6.2. *Fatos que constituem*

Omissão, sem risco pessoal no momento de prestar socorro;

Não prestar assistência a crianças sem auto defesa, deficientes, abandonadas largadas ou perdidas;

. Não prestar assistência a pessoas idosas, doentes ou feridas;

Pessoa que recusa conduzir em seu veículo pessoa gravemente ferida;

. Ademora em socorrer;

. Médico que recusa atender doente grave por falta de pagamento, de vagas ou convênio médico;

. Médico que alega estar de folga, quando não há outro no lugar;

. Enfermeiros que não atendem vítima por estarem fora de seu turno.

3.2.6.3. *Fatos que não constituem*

. Quando a vítima recusar o socorro, mesmo que o agente não comunique a autoridade;

. Quando o agente não avalia, por culpa ou imperícia, a gravidade do perigo que corre a vítima;

. Quando o agente não sabe que a vítima está necessitando de socorro;

. Se a vítima é socorrida, em seguida, por pessoas que estavam no local;

. Quando o hospital não possui aparelhamento necessário, mas indica outro hospital;

. Se a vítima precisa de atendimento especializado, impossível de ser ministrado naquele hospital;

. Se o agente deixa de prestar socorro em razão de correr risco pessoal.

3.2.7. Art. 136 - **Maus Tratos**

3.2.7.1. *Definição*

. Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

3.2.7.2. *Fatos que constituem*

. Perigo de dano à saúde física ou mental do subordinado;

. Privação de alimentação, cuidados indispensáveis;

. Trabalho excessivo ou inadequado;

. Abuso de meios correccionais ou disciplinares (spancamentos);

. Pais que excedem nos castigos corporais;

. Tapa no rosto de aluno, como disciplina escolar.

3.2.7.3. *Fatos que não constituem*

- . Mulher casada ou filho maior de idade, não podem ser sujeito passivo de maus tratos, pois não existe relação jurídica de subordinação entre eles;
- . O padrasto não possui o poder correccional, somente se no momento está responsável pela vítima.

3.2.8. Art. 137 - **Rixa**

3.2.8.1. *Definição*

- . É a luta entre três ou mais pessoas, com violências físicas recíprocas.

3.2.8.2. *Fatos que constituem*

- . Agressões recíprocas entre três ou mais pessoas;
- . Briga com violência material;
- . Briga sem contato físico, mas com lançamento de objetos;
- . A rixa deve ser imprevista, sem acordo prévio;
- . Ainda que um dos agentes se afaste durante a rixa, o delito estará consumado para ele, pois o perigo decorrente da violência que já ocorreu.

3.2.8.3. *Fatos que não constituem*

- . Luta entre duas pessoas;
- . Apenas ofensas verbais;
- . Quem intervém na luta, para separar os envolvidos;
- . Quando é possível distinguir a atividade de cada um dos agressores ou grupos;
- . Se os acusados já se provocaram e desafiavam há dias.

3.2.9. Art. 138 - **Calúnia**

3.2.9.1. *Definição*

- . Caluniar alguém lhe imputando falsamente fato definido como crime.

3.2.9.2. *Fatos que constituem*

- . Só é considerado crime no momento que terceiros tomem conhecimento da calúnia, não basta o próprio ofendido;
- . O fato imputado deve ser falso e definido como crime, ex: chamar diante de testemunha alguém de assassino, ladrão, etc.;
- . A propagação (espalhar) ou divulgação (tornar público) de fato, onde o ofensor tem consciência de não ser verdade;
- . Os mortos podem ser caluniados;
- . Serão caluniados também os de má fama e os irresponsáveis (loucos ou menores).

3.2.9.3. *Fatos que não constituem*

- . Quando a fato imputado é definido como contravenção e não crime;
- . Não há crime se o fato for verdadeiro;
- . Não há crime se é feito com fundadas suspeitas de ser verdade o fato atribuído;
- . Não comete crime a vítima de furto que se limita a fornecer a polícia lista de suspeitos;
- . Servidor Público comunicar a seu superior conduta ilícita de subordinado e pedir medidas contra ele;
- . Não pratica calúnia, advogado que atua como intérprete ou transcreve fatos passados por seus clientes.

3.2.10. Art. 139 - **Difamação**

3.2.10.1. *Definição*

- . Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo a sua reputação.

3.2.10.2. *Fatos que constituem*

- . Quando o fato imputado ofende a honra, o conceito que cada pessoa é tida;
- . Só é considerado crime no momento que terceiros tomem conhecimento da difamação, não basta o próprio ofendido;
- . O fato imputado não precisa ser necessariamente falso, ainda que verdadeiro haverá o delito;
- . Na difamação há afirmativa de fato determinado e que esta determinação seja objetiva;
- . Os mortos não podem ser difamados.

3.2.10.3. *Fatos que não constituem*

- . Quando a fato for correspondência lacrada, enviada diretamente a vítima e não a terceiros;
- . Quando não há intenção dolosa em difamar, por parte do autor;
- . Não configura a crítica feita em linguagem elevada e serena;
- . Crítica feita à atuação política de vereador, sem qualquer alusão a sua vida pessoal;
- . Crítica de natureza técnica, feitas a laudo de colega;
- . Não há difamação, se o fato ocorrer em explosão emocional, no decurso de acirrada discussão;
- . Não comete a testemunha ao depor, salvo quando a intenção visível de difamar.

Exigir que a vítima faça algo a que legalmente não está obrigada, sem o objetivo de obter vantagem econômica indevida;

Administrar não violentamente álcool, narcótico ou outra substância capaz de reduzir a resistência da vítima;

Obrigar motorista a conduzi-lo a determinado local, com emprego de arma;

Obrigar esposa a usar cinto de castidade.

3.2.12.3. *Fatos que não constituem*

. A coação exercida para impedir suicídio;

. A intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

. Se a conduta do agente não tiver o objetivo determinado de constranger a fazer ou não fazer;

. Quando o constrangimento ilegal for elemento integrante de outro crime, como roubo, extorsão ou estupro, etc.

3.2.13. Art. 147 - **Ameaça**

3.2.13.1. *Definição*

. Ameaçar alguém, por palavras, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

3.2.13.2. *Fatos que constituem*

. Ameaça deve ser idônea e séria;

. Pode ser oral, escrita, mímica ou simbólica;

. O mal prometido deve ser injusto e grave;

. Ameaça deve ser realizável e não impossível;

. Deve ser de mal futuro próximo ou até iminente, mas não de mal presente ou subsequente;

. A presença da vítima é dispensável, bastando que a ameaça chegue ao seu conhecimento.

3.2.13.3. *Fatos que não constituem*

. Quando a ameaça é feita em momento de cólera, revolta ou ira;

. O autor está em estado de embriaguez;

. Quando a vítima não dá maior crédito à ameaça.

3.2.14. Art. 148 - **Seqüestro e Cárcere Privado**

3.2.14.1. *Definição*

. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado.

3.2.14.2. *Fatos que constituem*

. Privar pessoa do direito de ir e vir, através de detenção ou retenção;

3.2.11. Art. 140 - **Injúria**

3.2.11.1. *Definição*

. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro;

. **Dignidade: honradez, honra, decência, respeito a si próprio;**

. **Decoro: Decência, respeito próprio, dignidade.**

3.2.11.2. *Fatos que constituem*

. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem;

. Quando a injúria ofende a honra, sentimento que cada pessoa tem a respeito de sua dignidade;

. Na injúria o ofensor dá opinião sobre o ofendido, sem lhe imputar fato, ex.: expor sobre a dúvida quanto à masculinidade de alguém;

. O ofendido não precisa ouvir pessoalmente a injúria, basta que testemunha lhe conte;

. Quando a injúria é praticada mediante paga ou promessa de recompensa;

. Este crime pode ser cometido de forma velada, através de gestos, símbolos, etc.

3.2.11.3. *Fatos que não constituem*

. Quando o ofendido de forma reprovável provocou diretamente a injúria;

. No caso de ofensas recíprocas, imediatas, que consista em outra injúria;

. Se o agente representa o exercício regular de direito ou cumprimento do dever jurídico;

. Se o agente está expressando opinião, sem intenção de ofender ou humilhar;

. Os mortos não podem ser injuriados;

. Se a injúria é fruto de explosão emocional durante acirrada discussão.

3.2.12. Art. 146 - **Constrangimento Ilegal**

3.2.12.1. *Definição*

. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.

3.2.12.2. *Fatos que constituem*

. Privar pessoa de liberdade psíquica e física, especialmente sua liberdade de autodeterminação;

. Quando através de ameaça, o objetivo é subjugar-lhe a vontade, para alcançar outro fim;

- . A criança também é considerada vítima, mesmo que incapaz de entender a privação de sua liberdade de locomoção;
- . Aquele que faz uso de sua maior presença e vigor físico, para colocar pessoa a força em seu veículo, levando para algum lugar contra a sua vontade, permanecendo tempo relevante;
- . Internação da vítima em casa de saúde ou hospital, sem necessidade, para usufruir de seus bens.

3.2.14.3. *Fatos que não constituem*

- . Se existe consentimento da vítima;
- . Se a vítima tem várias oportunidades de livrar-se e não faz;
- . Se o encarceramento de filho menor for com finalidade corretiva, trata-se de maus-tratos;
- . Pai que leva filho embora, desobedecendo à ordem judicial, trata-se de desobediência;
- . Pai que leva filho para exterior e não devolve para mãe, trata-se de sonegação de incapazes;
- . Não configura cárcere privado o confinamento de pouca duração das vítimas em compartimento, para impedir qualquer possibilidade de reação delas.

3.2.15. Art. 149 - **Redução a Condição Análoga a de Escravo**

3.2.15.1. *Fatos que constituem*

- . Fazendeiros que forcem seus trabalhadores a serviços pesados e extraordinários, com a proibição de deixarem a propriedade agrícola;
- . Empregados que são vigiados para não fugirem da fazenda e ainda obrigados a adquirir os produtos de que necessitam no próprio acampamento;
- . Empregados que são submetidos a condições desumanas com acomodações precárias.

3.2.15.2. *Fatos que não constituem*

- . Fazendeiro que impede a mudança de colonos de sua propriedade, por estarem em débito com a mesma;
- . Se os funcionários vivem na fazenda sem receber salário, mas recebem tratamento razoável;
- . Quando a vítima tem liberdade em sua locomoção.

3.2.16. Art. 150 - **Violação de Domicílio**

2.2.16.1. *Definição*

- . Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências.

- . Casa: Qualquer compartimento habilitado, aposento ocupado de habitação coletivas, compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade e ainda dependências: jardins, pátios, quintais, garagens, fechados por muros, grades, cercas etc.

2.2.16.2. *Fatos que constituem*

- . A entrada do invasor deve ser completa e a permanência deve ter uma duração considerável (de relevância jurídica);
- . A entrada deve ser contra a vontade expressa de quem de direito;
- . Violar quarto de hospital;
- . Entrar na casa com consentimento de menor de quatorze anos ou filho incapaz.

2.2.16.3. *Fatos que não constituem*

- . Durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência;
- . A qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de acontecer;
- . Prestação de socorro;
- . Quando a esposa (o) consente a entrada;
- . Se o autor entrou na casa somente para escapar de perseguição policial;
- . Violação de Repartição Pública;
- . Entrada em casa desabitada.

3.2.17. Art. 155 - **Furto**

2.2.17.1. *Definição*

- . Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

3.2.17.2. *Fatos que constituem*

- . Retirar terras das margens de rodovias ou terrenos sem a devida autorização (furto de terra);
- . Retirar trilhos de linha férrea;
- . Extrair minerais do solo sem a devida autorização;
- . Subtrair pinheiros, ipês, etc., sem a devida autorização;
- . Subtrair cartão magnético de conta bancária da vítima e, com ele, acessar a conta sua corrente, dela sacando dinheiro, comete furto de numerário, não propriamente do cartão;
- . Gato de água ou gambiarra, captar água clandestinamente e dela usufrui sem o pagamento de qualquer contraprestação (furto de água de reservatórios e dutos);
- . Gato de energia ou Gambiarra, pelo desvio de corrente elétrica com ou sem rompimento de lacre;

- . O arrancar aparelhos telefônicos públicos (orelhões), desde que o agente o leve consigo;
- . Subtrair qualquer objeto da vítima, com destreza, sem que esta perceba, do interior de residência, veículo ou da própria pessoa. Exemplo: batedor de carteira.

3.2.17.3. *Fatos que não constituem*

- . Se não se sabe quem era o dono ou possuidor da coisa;
- . Uso de violência física ou grave ameaça;
- . O arrebatamento de objetos presos ao corpo da vítima mediante gesto violento e brusco configura roubo;
- . Pegar valores financeiros (monetários) da vítima, numa relação de confiança e não os depositar na conta bancária da mesma, acabando por desviá-los, incorre em apropriação indébita;
- . Veículo deixado na oficina mecânica e o proprietário ou funcionário sai com ele para dar umas voltas, configura furto de uso;
- . Retirada de areia de leito de rio;
- . Furto famélico (visa saciar a fome), não é punível;
- . Furto de bagatela (princípio da insignificância) não é punível.

3.2.18. Art. 157 - **Roubo**

3.2.18.1. *Definição*

- . Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade a resistência.

3.2.18.2. *Fatos que constituem:*

- . Assalto à mão armada (arma de fogo ou arma branca);
- . Uso de violência ou ameaça, contra a pessoa diretamente vinculada ao resultado;
- . A subtração pode ser feita contra certa pessoa e a violência exercida contra terceiro;
- . Se o ocorre uso de trombada que consista em agressão ou vias de fato no ofendido;

3.2.18.3. *Fatos que não constituem*

- . Se o agente a mão armada, tomou do ex-patrão quantia que este lhe devia;
- . Simples esbarrão ou toque no corpo da vítima, não configura roubo;
- . Se o autor só atrapalha a vítima, sem uso de violência;
- . Subtração sem uso de violência contra a pessoa, mas com violência para fugir;

- . Uso de arma de brinquedo;
- . Trombada para desviar a atenção da vítima;

3.2.19. Art. 158, 159 e 160 - **Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Extorsão Indireta**

3.2.19.1. *Definição*

- . Art. 158: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa;

- . Art. 159: Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço de resgate;

- . Art. 160: Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.

3.2.19.2. *Fatos que constituem*

- . Se é a vítima quem entrega a coisa (objeto), trata-se de extorsão;
- . Se o agente obtém cheque, mas não consegue recebê-lo;
- . Ação do agente tem como objetivo vantagem econômica injusta;
- . Agentes da Receita Federal que exigem de empresa dinheiro para ocultar irregularidades;
- . Policial que interpela a vítima e exige certa importância em dinheiro para não tomar as providências legais que o caso exija;
- . Funcionário público pode ser autor de extorsão;
- . Agente que visando a obtenção de indevida vantagem econômica, força vítima a acompanhá-lo a diversos caixas eletrônicos para sacar dinheiro com seu cartão;
- . Filho que simula o próprio seqüestro, juntamente com companheiros, para extorquir a mãe.

3.2.19.3. *Fatos que não constituem*

- . Se a vítima entrega a coisa iludida e não coagida;
- . Não se intimidando a vítima é só tentativa;
- . Se o agente não chega a ter a posse do dinheiro é só tentativa;
- . Se a vantagem pretendida pelo autor é devida, ou que ele acredita que seja;
- . Se a vítima não ficou atemorizada em momento algum;
- . Se o seqüestro não visa obter vantagem econômica indevida;
- . Se a intenção foi só ressarcir-se de danos sofridos;
- . Seqüestro-relâmpago: Agente ameaça vítima com arma de fogo para subtrair-lhe o carro e carteira, restringindo-lhe a liberdade, no interior do veículo, depois disso, tenta efetuar saques nos bancos 24h, trata-se de roubo e não extorsão.

3.2.20. Art. 163 - **Dano**

3.2.20.1. *Definição*

Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

3.2.20.2. *Fatos que constituem*

. Efeito danoso, onde o objeto material, móvel ou imóvel, fique prejudicado em seu valor ou utilidade. Exemplo: destruir orelhões públicos, pichar prédios, patrimônios públicos;

. Marido que separado de fato, danifica móveis, veículos, etc.

3.2.20.3. *Fatos que não constituem*

. Esposo (a) que causa dano a objeto;

. Preso que serra a grade, fura parede de cela para fugir;

. Agente que picha porta de banheiro, visando expressar opinião, sem querer causar prejuízo patrimonial.

3.2.21. Art. 168 - **Apropriação Indébita**

3.2.21.1. *Definição*

. Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção.

3.2.21.2. *Fatos que constituem*

. Inversão arbitrária da posse da coisa, que lhe foi entregue pelo ofendido, sem fraude nem violência, ou seja, pegar objeto com o consentimento do proprietário, e quando solicitado não fazer a devolução.

. Quando agente retém o bem com intenção de não restituí-lo;

. Quando devidamente comprovado a intenção do agente de apoderar-se da coisa, tornando-se dono;

. A alienação de veículo cuja posse decorre de empréstimo;

. O corretor que recebe o dinheiro da venda e não entrega ao vendedor, empregando-o em proveito próprio;

. Desviar dinheiro que lhe foi confiado pela vítima, para depositá-lo na conta bancária dela, devido a relações de hospitalidade;

. Motorista de caminhão que vende sobras de mercadorias a terceiros, sem restituir o empregador;

. Frentista que se apropria de quantia que já estava em seu poder e para encobrir seu ato, emite nota fiscal falsa.

3.2.21.3. *Fatos que não constituem*

. Se a anterior posse da coisa foi obtida por meios ilegais ou criminosos;

. Simples demora em restituir não configura o crime;

. Advogado que recebe dinheiro para realizar serviço profissional, mas não o faz, pratica inadimplência contratual;

. Se concubina retira bens móveis da casa a título de proprietária ou co-proprietária;

. Agente que vende televisão que recebera para consertar, mas que não fora resgatada no prazo estabelecido;

. Se o advogado levanta o dinheiro usando os poderes expressos da procuração outorgada pelo cliente o deposita em sua própria conta bancária;

. Se fica com o troco do dinheiro dado para pagar, é furto.

3.2.22. Art. 171 - **Estelionato**

3.2.22.1. *Definição*

. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. O dispositivo penal visa reprimir a fraude causadora de dano do patrimônio do indivíduo.

3.2.22.2. *Fatos que constituem*

Consiste em induzir ou manter alguém em erro para obter para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio;

. A vantagem deve ser econômica e ilícita;

. Que ocorra prejuízo para a vítima, uma perda patrimonial;

. Preencher e assinar cheque que pertence a outro titular da conta;

. Defraudar substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém.

3.2.22.3. *Fatos que não constituem*

. Se a vantagem for lícita, há o crime de exercício arbitrário das próprias razões;

. Se a fraude contra louco ou menor, é crime de abuso de incapaz ou furto;

. Adulteração grosseira de documento haverá crime impossível;

. Se o agente tem a posse ou a detenção da coisa, é apropriação indébita;

. Quando o agente pratica crime de roubo/furto e após, vende o produto do crime a terceiro de boa fé.

3.2.23. Art. 176 - **Fraude no comércio**

3.2.23.1. *Definição*

. Enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor.

3.2.23.2. *Fatos que constituem*

. Vender como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

- . Entregar uma mercadoria por outra;
- . Alterar em obra que lhe é encomendada a qualidade ou o peso de metal ou substituir, no mesmo caso, pedra verdadeira por falsa ou por outra de menor valor;
- . Vender como precioso, material de outra qualidade;
- . Colocação de peças inadequadas em objeto recebido para conserto, com intuito de enganar a vítima;
- . Trocar um aparelho por outro mais velho, quando foi deixado para conserto;
- . Venda de móvel fabricado em madeira, deteriorado por cupins;

3.2.23.3. *Fatos que não constituem*

- . Não há fraude no comércio contra vítima indeterminada;
- . Se a vítima não foi enganada, pois sabia que a mercadoria era falsificada.

3.2.24. Art. 180 - **Receptação**

3.2.24.1. *Definição*

Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte.

3.2.24.2. *Fatos que constituem*

- . Quem, após encontrar bem furtado, ao invés de informar a polícia ou o próprio dono sobre o seu paradeiro, passa a exigir importância a título de resgate, obtendo proveito ilícito;
- . O negociante de desmanche que recebe veículo sem placa e sem documentação;
- . Aquele que se propõe a alterar a numeração de chassi de automóvel.

3.2.24.3. *Fatos que não constituem*

- . Quando objeto material do delito de receptação seja coisa móvel, produto de crime, não basta que seja produto de contravenção;
- . Imóveis, pois na receptação existe o ato de esconder, etc.;
- . O conhecimento da origem criminoso da coisa deve ser anterior à ação de adquirir, receber ou ocultar, se esse conhecimento é posterior, não há crime;
- . Se o acusado ao adquirir o veículo procurou a polícia para certificar-se da origem, não configura.

3.2.25. Art. 213 - **Estupro**

(Alterado pela Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009)

3.2.25.1. *Definição*

- . Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter

conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

3.2.25.2. *Fatos que constituem*

- . Introdução completa ou não, do órgão copulador (pênis) do agente na vítima;
- . Marido que realiza conjunção carnal com esposa, utilizando-se de violência ou grave ameaça;
- . Se chegou a haver introdução, ainda que parcial o estupro é consumado;
- . Conjunção carnal incestuosa, entre pai e filha(o), mediante violência ou grave ameaça.

3.2.25.3. *Fatos que não constituem*

- . Se não há conduta ameaçadora, mantendo o ato sexual por liberdade da vítima;
- . Se a vítima logo após o ato sexual, aceita sair em companhia do acusado e dele se despede com beijo na face.

3.2.26. Art. 218 - **Corrupção de Menores**

(Alteração dada pela Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009)

3.2.26.1. *Definição*

. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem.

3.2.26.2. *Fatos que constituem*

- . Consuma-se com a efetiva prática de ato libidinoso que deu causa a desmoralização da vítima;
- . É necessária a demonstração de que a vítima efetivamente ficou corrompida ou se transviou em sua conduta moral;
- . Só podem ser vítimas, independente do sexo, menores de 14 anos.

3.2.26.3. *Fatos que não constituem*

- . Se a menor já era moralmente corrompida;
- . Se o acusado limitou-se a mostrar revistas pornográficas a moças de 14 anos, induzindo-as a fotografar outras meninas nuas;
- . Se há indícios de que a vítima já tinha experiência sexual;
- . Quando a jovem se entrega voluntariamente ao agente, mantendo com ele relações sexuais no primeiro encontro.

3.2.27. Art. 229 - **Casa de Prostituição**

(Alteração dada pela Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009)

3.2.27.1. Definição

. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

3.2.27.2. Fatos que constituem

- . Habitualidade na conduta, não bastando o comportamento ocasional;
- . Hotéis, motéis e danceterias: se vinculados à prostituição.

3.2.27.3. Fatos que não constituem

- . Prostituta que recebe clientes em sua residência;
- . Quem aluga imóvel para que prostitutas nele exerçam a profissão;
- . Casas de massagem, bar, ginástica, estética: se inexistir prova de utilização exclusiva para encontros com fins libidinosos;
- . Motéis, danceterias, hotéis, "drive-in", não configuram caso de prostituição se mantidos somente para fins libidinosos.

3.2.28. Art. 230 - **Rufianismo**

3.2.28.1. Definição

. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem exerça.

3.2.28.2. Fatos que constituem

- . Tirar proveito de prostituição alheia;
- . Participar diretamente dos lucros da prostituição;
- . Fazer-se sustentar, no todo ou em parte, por quem exerça a prostituição;

3.2.28.3. Fatos que não constituem

- . A conduta deve ser habitual e não ocasional;
- . Recebimento de alugueis ou lucro na venda de bebidas;
- . Se há emprego de violência ou grave ameaça.

3.2.29. Art. 233 - **Ato Obsceno**

3.2.29.1. Definição

. Praticar ato obsceno em local público, ou aberto ou exposto ao público.
. O ato pode ser real ou simulado, mas deve ter conotação sexual, não se enquadrando no dispositivo a manifestação verbal obscena. A conduta deve ser praticada: **a.** em lugar público (acessível a número indefinido de pessoas); **b.** ou aberto ao público (onde qualquer pessoa pode entrar, ainda que mediante condições); **c.** ou exposto ao público (que permite que número indeterminado de pessoas vejam; é o lugar devassado).

3.2.29.2. Fatos que constituem

- . Ato que tenha conotação sexual;
- . Agente que exhibe seu pênis na varanda de sua casa, para menores que passam ali, sendo a varanda situada de frente para a rua;
- . Prática o homossexual que deixa entrever seu corpo seminu, vestido com peças íntimas femininas;
- . Urinar em lugar público ou aberto, com exibição do pênis;
- . Casal que faz sexo dentro de carro em local iluminado, onde se possa ver o que acontece lá dentro;

3.2.29.3. Fatos que não constituem

- . O topless praticado em qualquer praia, ou o nudismo praticado em praias pré-determinadas ou afastadas;
- . Se o lugar é público, mas nula a possibilidade de ser visto o ato;
- . Casal que faz sexo dentro de carro parado e trancado, em lugar escuro, deserto, que outros não podiam ver;
- . Urinar de costas para a rua, sem exhibir o pênis, de madrugada, de maneira discreta, sem a presença de pessoas, é grosseria, mas não configura o crime.

3.2.30. Art. 288 - **Formação de Quadrilha ou Bando**

3.2.30.1. Definição

. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes.

3.2.30.2. Fatos que constituem

- . Associação deve ser estável ou permanente;
- . A quadrilha ou bando deve ter como fim a prática reiterada de cometer crimes da mesma espécie ou não, mas sempre mais ou menos determinados.

3.2.30.3. Fatos que não constituem

- . Ter a quadrilha ou bando a finalidade de praticar contravenções, fatos ilícitos e imorais.
- . Não se tipifica quadrilha se o crime praticado for continuado, pois falta pluralidade de crimes e estabilidade.

3.2.31. Art. 299 - **Falsidade Ideológica**

3.2.31.1. Definição

. Omitir em documento público ou particular, declaração de que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer, inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

3.2.31.2. *Fatos que constituem*

. O art. 299 incrimina o conteúdo do documento.

3.2.31.3. *Fatos que não constituem*

. Material falso.

3.2.32. Art. 307 - **Falsa Identidade**

3.2.32.1. *Definição*

. Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.

3.2.32.2. *Fatos que constituem*

. Quem verbalmente ou por escrito imputa a si mesmo ou a terceira pessoa, identidade que não é a verdadeira;
. Aquele que apresenta documento de outrem ao ser preso.

3.2.32.3. *Fatos que não constituem*

. O silêncio ou consentimento a respeito da falsa identidade atribuída por outrem;
. Não há o delito se o agente se atribui falsa identidade, para esconder seu passado criminoso;
. Não se configura a atribuição de falsa qualidade social, como inculcar-se padre ou militar, ou ainda funcionário público;
. Não comete este crime quem no momento de ser preso alega falsamente menor idade.

3.2.33. Art. 329 - **Resistência**

3.2.33.1. *Definição*

. Opor-se a execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

3.2.33.2. *Fatos que constituem*

. Luta corporal para frustrar prisão em flagrante delito.

3.2.33.3. *Fatos que não constituem*

. Se há dúvida quanto à legalidade da ordem de prisão;
. Se a resistência ocorre diante de ato ilegal do funcionário;
. A resistência à prisão para averiguações ou prisão ilegal;
. Todo cidadão tem direito de opor-se à arbitrariedade policial;
. Mera fuga ou ações da pessoa que está sendo detida e que apenas procura se desvencilhar de seus captores;
. Ação de espernear, esbravejar contra o policial.

3.2.34. Art. 330 - **Desobediência (Art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro)**

3.2.34.1. *Definição*

. Desobedecer à ordem legal de funcionário público.

3.2.34.2. *Fatos que constituem*

. Quem na direção de veículo, não para em local onde se realiza blitz policial;
. Quando agente tem conhecimento de ordem que lhe foi dirigida direta e expressamente e desobedece.
. O não cumprimento de mandado de segurança pela autoridade coatora competente para o ato de liminar concedida.

3.2.34.3. *Fatos que não constituem*

. A recusa do suspeito de direção de veículo em estado de embriaguez, acatar ordem de autoridade pública a assoprar em bafômetro;
. Se existe dúvida sobre a competência do funcionário, como policial que manda baixar o som em estabelecimento comercial;
. O funcionário público só pode praticar desobediência se age como particular;
. Se o destinatário da ordem não tinha o dever legal de cumpri-la;
. Quem se recusa a entregar chave de veículo a policial quando abordado sem portar habilitação de motorista;
. A resistência passiva à prisão;
. Se a desobediência teve por motivo questão de saúde;
. Fuga a voz de prisão;
. Agente usuário de drogas, com faculdades mentais lesadas.

3.2.35. Art. 331 - **Desacato**

3.2.35.1. *Definição*

. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

3.2.35.2. *Fatos que constituem*

. Palavras ou atos que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao funcionário público;
. Dirigir palavras de baixo calão a Delegado de Polícia, Polícia Militar;

3.2.35.3. *Fatos que não constituem*

. Não haverá crime se o funcionário houver dado causa ao desacato;
. Palavras ofensivas, ditas em momento de desabafo ou revolta momentânea;
. Crítica ou censura do agente irritado com a ineficiência de repartição pública;
. Palavras ofensivas ao ser preso e quase arrastado para viatura de polícia;

- . Agente em visível estado de embriaguez;
- . Se o funcionário ofendido estava exercendo sua função com desobediência as formalidades da lei;
- . Não há desacato se as ofensas foram dirigidas a agente policial fora do exercício de sua função.

3.2.36. Art. 333 - **Corrupção Ativa**

3.2.36.1. *Definição*

- . Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

3.2.36.2. *Fatos que constituem*

- . Quando o oferecimento ou promessa chega ao conhecimento do funcionário, ainda que ele o recuse.

3.2.36.3. *Fatos que não constituem*

- . Se o agente oferece ou promete a vantagem para livrar-se de ato ilegal do funcionário ou que este pratique ato que não é de sua competência;
- . Se o oferecimento posterior à ação ou omissão, sem anterior promessa;
- . Se o suborno foi imposto ou exigido pelo funcionário o crime será de concussão;
- . Não é crime pedir para autoridade para dar um "jeitinho" sem, porém, oferecer ou prometer algo;
- . Detento que corrompe guarda para fugir, não pratica crime, pois evasão sem violência é atípica.

3.2.37. Art. 334 - **Contrabando Ou Descaminho**

3.2.37.1. *Definição*

- . Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

3.2.37.2. *Fatos que constituem*

- . Quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no país ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;

- . Adquire, recebe ou oculta em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos;

- . Configura contrabando e não descaminho, a reintrodução no País de produtos de fabricação nacional destinados, exclusivamente, à exportação de venda proibida no Brasil;

- . Configura descaminho entrada de gado bovino do Uruguai, sem documentação legal, pois é necessário pagamento do devido imposto.

3.2.37.3. *Fatos que não constituem*

- . A demonstração de que a documentação das mercadorias existe e que a importação foi legal.

- . Entrada de gado bovino do Paraguai sem documentação legal, não configura descaminho, pois sua entrada é isenta de direitos aduaneiros.

3.2.38. Art. 339 - **Denúnciação Caluniosa**

3.2.38.1. *Definição*

- . Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

3.2.38.2. *Fatos que constituem*

- . A imputação falsa de crime contra alguém pode ser feita pelo sujeito ativo, diretamente, ou por meio de terceira pessoa, indiretamente;
- . O crime caracteriza-se ainda que da investigação resulte a improcedência da imputação, ou que a investigação não tenha êxito.

3.2.38.3. *Fatos que não constituem*

- . Não há crime se a denúncia caluniosa é feita pelo agente para livrar-se de ação contra si, concordando a pessoa imputada;
- . Não se configura se a denúncia foi logo apurada a mentira do boletim ou registro de ocorrência, não se instaurando a investigação policial.

3.2.39. Art. 345 - **Exercício Arbitrário das Próprias Razões**

3.2.39.1. *Definição*

- . Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite.

3.2.39.2. *Fatos que constituem*

- . Agente que supõe ter direito sobre herança de parente falecido, invade casa e apodera-se de bens;

- . Quem tendo adquirido imóvel em execução hipotecária, força a remoção da mobília do ocupante;
- . Retenção de paciente em hospital, até o pagamento das contas;
- . O agente que ao cobrar para outrem uma nota promissória vencida, constrange o devedor a lhe entregar um bem em pagamento;
- . Se o agente tenta reembolsar dinheiro que emprestou para vítima, à força.

3.2.39.3. *Fatos que não constituem*

- . Agente que derruba cerca pessoalmente;
- . Locador que corta água e luz.

3.2.40. Art. 350 - **Exercício Arbitrário ou Abuso de Poder** (Lei Federal nº 4.898, de 9 de dezembro de 2007)

3.2.40.1. *Definição*

- . Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.

3.2.40.2. *Fatos que constituem*

- . Ilegalmente receber e recolher alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança;
- . Prolongar a execução de pena ou medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de executar imediatamente a ordem de liberdade;
- . Submeter pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- . Efetuar com abuso de poder qualquer diligência.

3.2.40.3. *Fatos que não constituem*

- . Quando a ação é feita de forma legal, preenchendo requisitos formais que a lei requer.

3.3. **Lei das Contravenções Penais (Lei nº 10.826/03)**

3.3.1. Art. 19 - **Porte de Arma**

3.3.1.1. *Definição*

- . Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

3.3.1.2. *Fatos que constituem*

- . Civis portando armas sem possuir o porte e o devido registro;

- . Deixar de fazer comunicação ou entrega a autoridade quando a lei determina;

- . Permitir que alienado mental, ou qualquer pessoa maneje a arma que a tenha consigo;

- . Omitir as cautelas necessárias, para impedir que dela se apodere facilmente alienado mental, ou qualquer pessoa para manejá-la;

- . Se o portador de arma for abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual motor.

3.3.1.3. *Fatos que não constituem*

- . Arma encontrada dentro de casa, com registro;
- . Arma encontrada com proprietário que está a caminho da Polícia Federal, para realizar registro;
- . Objetos que utilizados na cintura, dão a impressão de ser revólver, ex: celular.

- . Se a arma está em poder de responsáveis pela garantia da segurança pública, como: integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de inteligência, agentes de segurança privada e civis com porte concedido pela Polícia Federal.

3.3.2. Art. 21 - **Vias de Fato**

3.3.2.1. *Definição*

- . Praticar vias de fato contra alguém.

3.3.2.2. *Fatos que constituem*

- . Quando há agressões (verbal ou física), violência entre pessoas não causando lesões ou ferimentos. Ex: tapas, pontapés, empurrão, etc...;

3.3.2.3. *Fatos que não constituem*

- . Apenas xingamentos.
- . Ameaças.

3.3.3. Art. 31 - **Omissão de cautela na guarda ou condução de animais.**

3.3.3.1. *Definição*

- . Deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente, ou não guardar com a devida cautela animal perigoso.

3.3.3.2. *Fatos que não constituem*

- . Quem em via pública, abandona animal perigoso, ou o confia à pessoa inexperiente;
- . Quem excita ou irrita animal, expondo à perigo a segurança alheia;
- . Conduzir animal, na via pública, pondo em perigo a segurança alheia.

3.3.3.3. *Fatos que não constituem*

- . Animal preso dentro do quintal.
- . Animal conduzido com coleira e focinheira.

3.3.4. Art. 32 - **Falta de habilitação para dirigir veículo automotor** (Art. 162 - Inciso I do Código de Trânsito Brasileiro)

3.3.4.1. *Definição*

- . Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública ou embarcação a motor em águas públicas.

3.3.4.2. *Fatos que constituem*

- . Dirigir veículo automotor, em via pública sem a devida permissão para dirigir ou habilitação, ou ainda se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano;
- . Permitir, confiar ou entregar à direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com a habilitação cassada, ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda, a quem por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.

3.3.4.3. *Fatos que não constituem*

- . Não portar CNH (já constitui outro tipo de infração de trânsito)
- . CNH vencida a menos de trinta dias.

3.3.5. Art. 42 - **Perturbação do Trabalho ou Sossego Alheios** (Art. 228 - Código de Trânsito Brasileiro e Resolução 204 - CONTRAN)

3.3.5.1. *Definição*

- . Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios afetando a coletividade.

3.3.5.2. *Fatos que constituem*

- . É necessário que mais de uma pessoa esteja se sentindo prejudicada;
- . Elevação de voz (gritaria, algazarra);
- . Exercer profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;
- . Som alto (de carro ou outro meio); Resolução 204 CONTRAN/204/10/2006, estabelece os limites de emissão de som e as condições para seu uso em veículos automotores. Art. 1º - a utilização, em veículos de qualquer espécie, de equipamento que produza som, só será permitido nas vias terrestres abertas à circulação em nível de pressão sonora não superior a 80 decibéis - db (A), medida a 7 m (sete metros) de distância.
- . Provocando ou não impedindo ruído provocado por animal que tem guarda.

3.3.5.3. *Fatos que não constituem*

- . Se o fato está incomodando somente uma pessoa.

3.3.6. Art. 65 - **Perturbação da Tranquilidade**

(Art. 228 - Código de Trânsito Brasileiro e Resolução 204 - CONTRAN)

3.3.6.1. *Definição*

- . Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por **acinte** ou por **motivo reprovável**;

. **Acinte**: ato premeditado para magoar ou prejudicar alguém: provocação, acintosamente, de propósito, deliberadamente.

. **Reprovável**: é tudo aquilo que é feito por motivo fútil, a pretexto gratuito e despropositado.

3.3.6.2. *Fatos que constituem*

- . É necessário que apenas uma pessoa esteja se sentindo prejudicada;
- . Elevação de voz (gritaria, algazarra);
- . Exercer profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;
- . Som alto (de carro ou outro meio); Resolução 204 CONTRAN/204/10/2006, estabelece os limites de emissão de som e as condições para seu uso em veículos automotores. Art. 1º - a utilização, em veículos de qualquer espécie, de equipamento que produza som, só será permitido nas vias terrestres abertas à circulação em nível de pressão sonora não superior a 80 decibéis - db(A), medida a 7 m (sete metros) de distância.
- . Provocando ou não impedindo ruído provocado por animal que tem guarda.

3.3.6.3. *Fatos que não constituem*

- . Profissão ruidosa, mas o ambiente com revestimento acústico de modo a não incomodar outra pessoa.

3.4. **Leis Especiais**

3.4.1. Lei 9099/95 - **Juizado Especial Criminal**

3.4.1.1. *Tipo*

- . Infrações de Menor Potencial Ofensivo.

3.4.1.2. *Definição*

- . Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por Juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

3.4.1.3. Fatos que constituem

Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superiores a dois anos, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Art. 70: Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

III - quando for reconhecida a incompetência territorial;

IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei;

V - quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;

VI - quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

Se o acusado não aceitar a proposta, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado. Efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou de multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei.

3.4.1.4. Fatos que não constituem

Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

As disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada.

3.4.1.5. Procedimentos Policiais

Art. 69: A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Obs: Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

3.4.2. Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha

3.4.2.1. Definição

. Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

3.4.2.2. Fatos que constituem

. Violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

. Violência Psicológica, qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima como: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir;

. Violência sexual, qualquer conduta não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

. Violência Patrimonial, qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e bens.

. Violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Obs: O profissional de segurança pública deve verificar com a vítima se a mesma já foi agredida outras vezes, se a resposta for positiva perguntar se o Juiz já concedeu para as mesmas medidas protetivas de urgência como as que obrigam o agressor a: afastar-se do lar, não aproximar-se da ofendida de seus familiares ou testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor, não manter contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação, etc., maiores informações vide capítulo que classes de pessoas minoritárias.

3.4.3. Lei 9.455/97 - Tortura

3.4.3.1. Definição

Configura tortura o constrangimento de alguém, pelo uso da violência ou de grave ameaça, causando sofrimento físico ou mental:

- 1) com objetivo de obter informação;
- 2) com objetivo de obrigar à prática de uma ação ou omissão criminosa;
- 3) em razão de discriminação racial ou religiosa.

3.4.3.2. Fatos que constituem

I - Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa.

II - Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

3.4.3.3. Fatos que aumentam a pena

Aumenta-se a pena se o crime for cometido por **agente público**;

Se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente.

3.4.3.4. Informações complementares

Crime de tortura praticado por policial ou por qualquer pessoa nas condições a seguir:

Conceito: Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com

emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.”

Observação: A configuração do crime de tortura absorve delitos menos graves decorrentes do emprego da violência ou grave ameaça, como por exemplo, os crimes de maus-tratos, lesões corporais leves, constrangimento ilegal, ameaça, abuso de autoridade, etc.

3.4.3.5. Tortura do encarcerado

O § 1º do art. 1º prevê o delito de tortura contra o encarcerado, *in verbis*: “Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal”.

O tipo exige que se submeta pessoa presa (recolhida a cárcere, pouco importando o título do encarceramento: preso definitivo ou provisório, penal ou civil etc.) ou sujeita a medida de segurança (pessoa recolhida em hospital próprio) a sofrimento físico ou mental por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal (exemplos: jogo de luz, privação de luz, privação de sol, solitária etc.).

3.4.3.6. Crimes qualificados pelo resultado:

Por força do § 3º, “se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos”.

Se resulta (da violência empregada na tortura) lesão corporal grave (CP, art. 129, § 1º) ou gravíssima (CP, art. 129, § 2º), a pena é de reclusão de quatro a dez anos. Cuida-se de crime preterdoloso. Logo, se o agente não pretendia torturar e sim lesar a vítima, só responde por lesão corporal grave ou gravíssima. De outro lado, se resulta (da violência ou ameaça) a morte, a pena é de reclusão de oito a dezesseis anos. É crime preterdoloso também. Logo, se o agente pretendia a morte desde o início (dolo direto ou eventual): homicídio qualificado pela tortura (pena: de 12 a 30 anos). Se o agente queria, no princípio, apenas torturar e só depois resolve matar, há duas posições possíveis: **a)** é caso de progressão criminosa - o maior (homicídio) absorve o menor (tortura); **b)** é concurso material de crimes: tortura mais homicídio.

3.4.3.7. Causas de aumento de pena:

Em razão do § 4º, aumenta-se a pena de 1/6 até um 1/3: **a)** se o crime é cometido por agente público - v. art. 327 do CP; **b)** se o crime é cometido contra criança (menos de doze anos), gestante (exige-se dolo do agente), deficiente (físico ou mental) e adolescente (de doze a dezoito anos de idade); **c)** se o crime é cometido mediante seqüestro (este fica absorvido, princípio da conjunção).

3.4.3.8. Efeitos da condenação: perda do cargo e interdição para o seu exercício:

A condenação por crime de tortura acarretará (desde que se trate de agente público) a perda do cargo, função ou emprego público. Cuida-se de pena acessória (ou efeito secundário da condenação) que não necessita de especial motivação (segundo a literalidade do diploma legal). Além da perda, o agente público fica “proibido para o exercício de função ou cargo ou emprego público pelo dobro do prazo da pena aplicada”, isto é, mesmo reabilitado, não pode concorrer a nenhum cargo ou função ou emprego público no referido prazo. Ultrapassado esse prazo, pode o sujeito concorrer a cargos públicos, porque nenhuma pena pode ser perpétua. Mas jamais voltará para o cargo que ocupava.

A parte final desse § 5.º também se aplica a particular que tenha cometido tortura, isto é, condenado por esse crime, fica impossibilitado do exercício de qualquer cargo público, pelo dobro do prazo da pena aplicada. Mesmo que reabilitado, deve observar esse prazo. Depois de transcorrido, pode concorrer a cargos públicos.

3.4.4. Lei Federal 11.343/06 - Drogas

3.4.4.1. Definição

Consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

3.4.4.2. Fatos que constituem

As drogas são proibidas em todo o território nacional, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar.

. Quem adquirir guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

. Quem para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica;

. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

. Quem importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

. Semear, cultivar ou fazer a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

. Utilizar local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas;

. Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga;

. Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem;

. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar, a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos na lei;

. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos na lei;

. Colaborar como informante, com grupo, organização ou associação destinado à prática de qualquer dos crimes previstos na lei;

. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

3.4.4.3. *Fatos que não constituem*

Quando a ação do profissional de saúde é feita de forma legal, seja na manipulação ou venda de drogas, preenchendo requisitos formais que a lei requer.

Se existe a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observada as demais exigências legais.

3.4.4.4. *Informações complementares:*

Observações para conhecimento conforme prevê a Lei:

Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente.

Para determinar se a droga **destinava-se a consumo pessoal**, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

As penas para usuários são:

Advertência sobre os efeitos das drogas;

Prestação de serviço à comunidade;

Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

3.4.5. Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

3.4.5.1. Art. 104 e 106 - Menor Infrator

3.4.5.1.1. *Definição*

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

3.4.5.1.2. *Fatos que constituem*

Se o fato foi praticado por menor de dezoito anos.

3.4.5.1.3. *Fatos que não constituem*

Se o autor for maior de dezoito anos.

3.4.5.2. Art. 5º - Direitos da Criança e do Adolescente

3.4.5.2.1. *Definição*

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

3.4.5.2.2. *Fatos que constituem*

Violência física ou psicológica;

Exploração sexual;

Trabalho infantil;

Negligência relacionada à saúde, educação, etc.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, as mudanças ocorrem a todo o momento, em se tratando de legislação não é diferente, tem-se como exemplo a alteração retromencionada contida na Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, que altera o crime de estupro, artigo 213 do CPB, cujo enfoque atual é a igualdade de direitos, obrigações e tratamentos para ambos os sexos, assim, confirma a tendência dos legisladores primarem pela busca da igualdade, assim como está previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Esta é uma pequena contribuição na busca de uma melhor prestação de serviço à população de Mato Grosso do Sul, a busca pela excelência no trabalho é uma constante, por isso o presente trabalho não é um trabalho acabado, está sempre em processo de atualização, necessitando do comprometimento de todos com o resultado, bem como, com o seu aprimoramento.

Colaboradores:

Elimara dos Santos Venâncio - 3º Sgt QPPM
Andréa Neves Azevedo - 3º Sgt QPPM

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de fevereiro de 1940
- MIRABETE, Julio Fabrini. **Código Penal Interpretado**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**, 8 ed. Revista dos Tribunais, 2008.
- JESUS, Damásio Evangelista de. **Código Penal Anotado**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPÍTULO IV

GERENCIAMENTO DE CRISES, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

LUÍS ANTÔNIO SÁ BRAGA;
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em Direito, Pós-Graduado em "Gestão de Segurança Pública"; professor da Força Nacional de Segurança Pública e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP da PMMS; atua como Comandante da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais - CIGCOE.

MASSILON DE OLIVEIRA E SILVA NETO;
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em Direito; Pós-Graduado em "Ciências Criminais" e "Gestão de Segurança Pública"; professor da Força Nacional de Segurança Pública, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, do CEFAP da PMMS, da Escola Penitenciária de MS e de pós-graduação da Faculdade Estácio de Sá de MS; atua como Sub-Comandante da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais - CIGCOE.

GERENCIAMENTO DE CRISES, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

LUÍS ANTÔNIO SÁ BRAGA
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

MASSILON DE OLIVEIRA E SILVA NETO
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

LISTA DE SIGLAS:

AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
BPM – Batalhão de Polícia Militar
Cap – Capitão
CIGCOE – Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais;
Cmt – Comandante
COE – Centro de Operações Especiais
CPC – Comando de Policiamento da Capital
CPM – Comando de Policiamento Metropolitano
EUA – Estados Unidos da América
FBI – Federal Bureau of Investigation
GATE – Grupo de Ações Táticas Especiais
GOE – Grupo de Operações Especiais
HRT – Hostage Rescue Team (Grupo de Resgate de Reféns)
NGA – Normas Gerais de Ação
ONU – Organização das Nações Unidas
OPM – Órgão Policial Militar
PC – Polícia Civil
PCMS – Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul
PM – Polícia Militar
PMMS – Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul;
PMPR – Polícia Militar do Paraná
PMSP – Polícia Militar do Estado de São Paulo
PPO – Plano de Policiamento Ostensivo
SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SWAT – Special Weapons and Tactics (Armas e Táticas Especiais)
TV – Televisão

1. INTRODUÇÃO

Uma das áreas prioritárias, na pauta dos governos constituídos atualmente é a Segurança Pública, sem dúvida, em razão do aumento preocupante da violência, da desordem e da criminalidade que assusta e aprisiona o cidadão, às vezes, dentro de sua própria residência e preocupa cada vez mais os órgãos de segurança, sendo certo tratar-se de um fenômeno que não é exclusividade do Brasil, observando-se em escala mundial.

Dentro deste contexto, situa-se a questão da profissionalização e das medidas efetivas dos órgãos componentes da Secretaria de Justiça e Segurança Pública para conter a onda de criminalidade e prevenir o acontecimento de delitos contra a sociedade e seus integrantes, no cumprimento de sua função constitucionalmente prevista. Hoje, já não basta a ronda policial, que antigamente era suficiente para afastar os marginais e a criminalidade. Os crimes evoluíram, e com eles as técnicas utilizadas por seus perpetradores. Como causas e fatores contributivos, pode-se destacar, dentre outros, o significativo avanço da tecnologia, o aumento populacional nas cidades - principalmente as grandes metrópoles, oriunda do campo ou de cidades do interior, em busca de melhoria de vida, o aumento do apelo consumista em razão do fenômeno da globalização e, também em função desta, a enorme quantidade de informação disponível pela internet. Tudo isto, somado à políticas criminais ineficientes, governos não comprometidos com o fator social e o envolvimento tácito da população em todos estes fatores.

Tudo isto levou as instituições policiais a buscarem soluções internas que fossem compatíveis com os problemas que se apresentavam, e que pudessem fornecer respostas condizentes com as novas situações que começaram a surgir. Nesse ponto, importante momento é o da chegada ao país, da doutrina de gerenciamento de crises, que previa medidas para a resolução das ocorrências críticas ou complexas na área policial. Já em 1994, quando através da Polícia Federal, o conhecimento relativo à área aportou no país, era premente a necessidade de tais medidas, a exemplo do ocorrido no complexo penitenciário do Carandiru em 1992, onde foram vitimados 111 detentos, num claro exemplo da falta de critérios delineadores do gerenciamento de uma crise. Ainda como exemplo, pode-se citar outros casos, como o fato ocorrido no Pará, na localidade de Eldorado dos Carajás, onde 19 pessoas foram mortas em uma desconcertada e mal planejada ação policial de reintegração de posse, dentre tantas outras ocorridas no país.

Com a democracia consolidada e o significativo avanço nos direitos e garantias individuais conferidos, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e atualmente exigidos nos diversos setores sociais, não existe mais espaço para uma polícia despreparada e sem

especialização. A eficiência desses organismos está diretamente relacionada, dentre outros fatores, à capacidade de resolução de problemas e de situações complexas, ou seja, à capacidade de analisar, identificar e utilizar, em face das alternativas, os procedimentos operacionais e meios táticos mais adequados e possíveis na busca de soluções viáveis e direcionadas a cada situação encontrada, tendo como foco principal a garantia da vida, da dignidade e da integridade física de todas as pessoas, cumprindo fielmente seu papel constitucional de prover segurança pública na preservação da ordem pública, e para a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Sob este prisma, recai sobre cada componente da SEJUSP a responsabilidade e o comprometimento com tais princípios, devendo os mesmos pautar suas ações norteados pela legalidade e pela ética, assumindo o compromisso da competência gerada pela atualização profissional.

O gerenciamento de crises é um método que visa oferecer ao órgão policial princípios, regras e rotinas que possibilitem a condução de situações de grande complexidade e imprevisibilidade na direção de resultados probabilisticamente favoráveis, partindo-se da premissa de que um órgão preparado tem uma maior possibilidade de atingir resultados favoráveis e sendo claro que, nessa mesma linha de pensamento, que um órgão despreparado tem possibilidades reduzidas de obter resultados favoráveis.

Daí decorre o inevitável entendimento de que a capacidade de gerenciar crises é definitivamente indispensável às organizações policiais, pois os resultados de qualquer crise implicarão, em um juízo de valor à respeito credibilidade da organização policial sendo o gerenciamento, portanto, de fundamental importância para os organismos policiais, pois envolve elementos importantes no que concerne à atuação dos órgãos de segurança na defesa dos valores sociais, no seu empenho profissional, como também para os componentes da sociedade, que terão na garantia da aplicação dos critérios e métodos aqui elencados a certeza de um maior profissionalismo por parte de quem tem o dever legal de atuar na defesa dos valores mais importantes da pessoa humana, como retro citados, a vida, a dignidade e a integridade física.

A aplicação dos critérios e métodos relacionados ao gerenciamento de crises é importante para o desenvolvimento profissional dos integrantes dos órgãos de segurança. O problema se torna relevante se passarmos a considerar os aspectos legais, morais e éticos envolvidos na questão. A sua correta aplicação leva, invariavelmente, à resolução de problemas em acordo com os preceitos legais previstos no ordenamento jurídico pátrio vigente. Reduzir-se-á o risco de comprometimento legal por quem está diretamente envolvido na crise. Retirando "das costas" do envolvido o "stress" causado pelo receio de ser processado posteriormente, em virtude de um resultado

imprevisível e não desejado, com graves conseqüências para todos os envolvidos.

Já as questões morais e éticas dizem respeito à aceitação, por parte da sociedade, desse resultado sob o prisma da aceitabilidade da tática empregada e dos meios utilizados. A medida adotada foi realmente necessária? Por quê? São respostas obtidas à partir do processo racional e lógico empregado na resolução de uma crise utilizando-se os critérios estabelecidos.

O tema é relativamente novo no que diz respeito à esfera da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, não havendo, no estado, outros estudos direcionados à área.

A sua aplicação é viável, já nos cursos de formação das diversas corporações de segurança, sendo necessária e útil a especialização de toda a tropa no assunto, visando a implementação imediata de suas medidas.

Declinamos sobre o assunto gerenciamento de crises, em razão de termos a certeza da incapacidade gerada pela falta de aplicação doutrinária que normatize as ações policiais para atuação diante de conflitos complexos que possam comprometer principalmente a vida, inestimável e inalienável direito, sem dúvida o bem maior de qualquer ser humano. Precisamos estar capacitados, com nossos pensamentos e ações voltados a solucionar problemas, sempre embasados e alicerçados em normas, condutas, rotinas e procedimentos obtidos à partir de conhecimentos desenvolvidos para a obtenção dos resultados desejados. Estamos convictos de que só assim a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul estará preparada para, de forma sistemática e ordenada, fazer frente às ocorrências críticas e complexas, na busca de resultados satisfatoriamente esperados.

2. O PRIMEIRO INTERVENTOR:

2.1. Considerações sobre o Primeiro Interventor

Uma terminologia já bastante conhecida no meio policial é a do "primeiro interventor, entendendo-se como tal o primeiro policial que se depara com uma ocorrência classificada como crise, conforme o que já foi apresentado e sendo a maioria das crises deparada por policiais que participam do Rádio-Patrolhamento Ostensivo. Daí a importância de: 1) estabelecer as diferenças básicas entre o primeiro interventor e os integrantes de unidades especializadas responsáveis pela resolução de crises e; 2) apresentar os procedimentos básicos a serem realizados pelo primeiro interventor, ao se deparar com uma crise.

2.2. Diferenças Básicas entre o Primeiro Interventor e os Integrantes de Unidades Especializadas Responsáveis pela Resolução de Crises

Esta importante diferenciação deve ser primordialmente tratada, pois, longe de ser pejorativa, diz respeito às medidas que serão tomadas por cada um deles no decorrer do caso concreto.

O primeiro interventor, não obstante ter um importantíssimo papel na resolução da crise, pois é o responsável pela implementação das medidas imediatas de resposta (conter, isolar, estabilizar a situação e verbalizar, se for o caso), deve estar ciente de que não poderá realizar todas as medidas necessárias previstas na doutrina de gerenciamento de crises, quais sejam: implementação do teatro de operações, medidas de investigação técnica, observação do local, contenção de curiosos e não envolvidos na crise, trato com a mídia, análise da situação para emprego da alternativa tática correta, execução da(s) alternativa(s) tática(s) possível(is), dentre tantas outras, que o primeiro interventor, junto com a sua guarnição, ou ainda que com outra guarnição em apoio, não conseguirão administrar, pela falta de material humano, falta de conhecimento aprofundado sobre a doutrina de gerenciamento, e também pela falta de treinamento adequado, específico, voltado para a situação que se apresenta.

O que é muito importante destacar, é que o fator preponderante do pedido de apoio do primeiro interventor por parte das unidades especializadas tem um aspecto primordial: A responsabilização penal, Civil e Administrativa do integrante da equipe que primeiramente atendeu a ocorrência. Quando o primeiro interventor (na condição de comandante da equipe) não solicita o apoio das unidades especializadas, ele assume totalmente a responsabilidade do resultado obtido, quer seja ele bom, ruim ou catastrófico. É viver à mercê da sorte e dos acontecimentos fortuitos, que podem ser bons ou ruins, decidindo-se a vida de um profissional, que tem família, vida própria, em uma ocorrência, como milhares de outras que acontecem todos os dias no trabalho policial. Definitivamente, não é isto que deve pautar a carreira profissional de alguém.

Quando uma unidade especializada atua em apoio ao primeiro interventor, a responsabilidade é dividida, não só entre os integrantes da equipe de primeira intervenção, e também não só entre os Policiais integrantes da Unidade Especializada, mas entre o comando da corporação e outras autoridades que fazem parte do processo de gerenciamento da crise (juizes, promotores, autoridades administrativas e políticas do Estado), que participam do gabinete de crise e do processo de resolução da mesma. Tira-se a responsabilidade "das costas" do policial fulano e divide-se por toda a rede supra-citada, ou seja, no final do processo, caso haja um resultado indesejado (ou criticado pela mídia, como geralmente ocorre), não haverá um "bode

expiatório" ou um "cristo", para crucificar e aplacar a voracidade popular atizada pelas opiniões não técnicas de pessoas inabilitadas e pelas conclusões geralmente equivocadas da mídia.

O gerenciamento de crises, assim, é uma verdadeira "armadura" a proteger o profissional de Segurança das investidas muitas vezes insanas, provocadas pela opinião popular, das pessoas responsáveis pela análise e julgamento das ações. Pessoas que não comparecem ao local da crise, não apresentam nada que auxiliem, nada somam ao processo de resolução mas que, após, podem destrinchar minuciosamente, à luz de pilhas e pilhas de doutrinas jurídicas e códigos, os atos realizados, enquadrando-os à luz da tipicidade formal e responsabilizando penalmente os executores.

Sobre o primeiro interventor:

- 1 - Primeiro policial que chega no local da crise;
- 2 - Deve implementar as medidas de resposta imediata;
- 3 - Deve tomar cuidado com os 45 min iniciais de ocorrência, que são os mais críticos e perigosos;
- 4 - Deve seguir a doutrina e lembrar que tudo que for feito nos primeiros momentos será decisivo para o desfecho da ocorrência, positiva ou negativamente;
- 5 - acione apoio e as equipes especializadas;
- 6 - Deve deixar as vaidades de lado, buscando trabalhar em equipe, lembrando que o resultado positivo ou benéfico não advém de seu heroísmo, mas de um conjunto realizado pela instituição, com a utilização racional e inteligente dos meios de que dispõe;
- 7 - observando o disposto no item anterior, com a chegada da equipe de apoio, não se retire do local, pois acabou de se tornar peça importante no processo;
- 8 - seja paciente. Não tente resolver - como às vezes querem pessoas despreparadas-, a situação imediatamente. Muitas vezes observa-se a ação precipitada de equipes que chegam ao local e, imediatamente, querem resolver a situação na "brabeza", como se a Polícia tivesse a obrigação de resolver imediatamente a crise. Aja com técnica e conhecimento;
- 9 - Lembre-se: as equipes especializadas existem para servir de suporte técnico, para apoiar e contribuir para a resolução da crise, e não para simplesmente assumirem as ocorrências de alta complexidade, como se o trabalho das unidades de área fossem inúteis e descartáveis. Pelo contrário, o trabalho das unidades de área é fundamental e, complementado pelos meios e

treinamentos específicos das unidades especializadas, formam um poderoso instrumento para a resolução do problema;

10 - não deixe testemunhas se retirarem do local;

11 - Mantenha-se calmo e busque acalmar. O processo de gerenciamento de crises passa pelo convencimento do causador da crise de que o melhor caminho para todos os envolvidos é a sua rendição, com preservação da vida de todos os presentes.

2.3. Procedimentos Básicos a serem Realizados pelo Primeiro Interventor, ao se Deparar com uma Crise

O primeiro policial que chega na ocorrência (primeiro interventor) é muito importante. A ele se impõem procedimentos que devem ser tomados para o bom andamento da resolução da crise. A estes procedimentos damos o nome de MEDIDAS DE RESPOSTA IMEDIATA, sendo as mesmas de fundamental importância e determinando a maneira como transcorrerá o gerenciamento da situação.

Como visto, a responsabilidade deste policial é imensa, elencando-se, abaixo, alguns procedimentos básicos relativos às ocorrências envolvendo reféns:

- 1 - Providenciar cerco, isolamento, contenção, Zona de ação Tática (Externa), Zona de ação Operacional (interna);
- 2 - Evitar demonstração de força;
- 3 - Nunca ameaçar o(s) Tomador(es) de refém(ns);
- 4 - Evitar a Negociação frente a frente;
- 5 - Durante a Negociação, evitar a palavra REFÉM;
- 6 - Evitar intermediários na Negociação, bem como negociar com reféns;
- 7 - Não perguntar ao Tomador de reféns o que ele quer, e/ou quanto tempo tem para satisfazer as exigências;
- 8 - Jamais diga "NÃO" de forma categórica, embora não cumpra o pedido dos tomadores de reféns (lembre-se que o objetivo do negociador é ganhar tempo);
- 9 - Não blefe, não prometa nada que não possa cumprir;
- 10 - Sempre negociar algo em troca do cumprimento das exigências (a libertação de um refém, etc.);

- 11 - Não envolver-se emocionalmente;
- 12 - Mantenha-se equilibrado, transmita serenidade ao Tomador de reféns;
- 13 - Evitar a troca de negociadores, bem como nunca trocar reféns (jamais o policial deve oferecer-se para ficar no lugar do refém);
- 14 - Não permita que a situação estática se torne móvel;
- 15 - Iniciar a negociação Imediata:
- 16 - O primeiro interventor e sua equipe devem colher informações que serão repassadas às Equipes de negociação e Tática;
- 17 - O Negociador deve ser maleável e aberto, já no primeiro contato, apresente-se como membro da Polícia, diga seu nome e seu propósito, em seguida, pergunte ao causador da crise sobre como você poderá chamá-lo;
- 18 - Deixe bem claro que o seu objetivo é resolver a questão pacificamente e que enquanto você estiver à frente das negociações nenhuma atitude hostil será desencadeada;
- 19 - Faça uma listagem dos pontos positivos e atenda às exigências mais fáceis do seqüestrador.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O melhor negociador é sempre um Policial, pois o mesmo tem que estar acostumado a lidar com o estresse diário, manter-se equilibrado emocionalmente e transmitir serenidade em momentos críticos. Além disso, tem que Ter boa memória e raciocínio rápido;
- 2) É conveniente Ter-se três negociadores operando, enquanto um negocia os outros dois assessoram;
- 3) O comandante da Operação não pode negociar. O negociador não deve ser dotado de grande autoridade, tampouco deve ser desprovido da mesma;
- 4) O negociador deve Ter em mente que a sua única preocupação é libertar os reféns com vida, e um dos seus objetivos é o de ganhar tempo para atingir determinadas metas como: SÍNDROME DE ESTOCOLMO, CANSAÇO E DESMOTIVAÇÃO DOS CRIMINOSOS, COLETA DE INFORMAÇÕES, PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DO TIME TÁTICO;
- 5) Lembrar-se que a Síndrome de Estocolmo é função direta do tempo e da intensidade dos contatos entre as partes (ela só será útil se for bilateral);

6) O Assalto é a última alternativa tática e só poderá ser levado a efeito pela Unidade de Operações Especiais. (O time tático de assalto deve ser encarado como uma Unidade de salvamento e não de extermínio);

7) O momento adequado para o assalto: somente quando o Comandante do time tático disser que está pronto para atuar (tem que haver planejamento, ensaio frio, ensaio quente e surpresa na ação);

8) Os postos de comando das Unidades de Negociação, informações e Operações Especiais ficarão na Zona de Ação Tática (ZAT) e, mediante convenção, de tempos em tempos (Ex: de hora em hora), os comandantes das referidas unidades reunir-se-ão com o comandante da Operação);

9) O levantamento de Informações (o maior número possível), é imprescindível para se atuar em ocorrências dessa natureza. Tecnicamente não se admite qualquer atuação sem recursos eletrônicos que permitam reunir informações sobre o que se passa no interior do cativo;

10) A unidade de Negociação deverá avaliar a possibilidade de contactar, cadastrar e instruir consultores, tais como: psicólogos, psiquiatras, clínicos gerais, ortopedistas, cirurgiões, políglotas, religiosos de diversos credos, juristas, engenheiros, etc.;

11) O Comandante da Operação não deve permitir que a Negociação seja acompanhada por indivíduos que nada tem a ver com a situação (evitar a negociação com uso de megafones, etc.);

12) É fundamental que se exerça COORDENAÇÃO E CONTROLE sobre todas as ações no local. Evitar a presença de pessoas não autorizadas e o excesso de policiais no teatro de Operações. Todos deverão Ter missões definidas e não poderão agir por iniciativa própria;

13) Lembrar que um dos maiores problemas a ser enfrentado traduz-se em: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS X CONSIDERAÇÕES OPERACIONAIS, pois nem sempre as decisões políticas acatam o emprego da técnica.

COMO INICIAR O PRIMEIRO CONTATO:

CERTO

FIQUE CALMO! MEU NOME ÉTRABALHO NA POLÍCIA E QUERO TE AJUDAR.

COMO POSSO CHAMÁ-LO?

ESTOU AQUI PARA AJUDÁ-LO.

VOCÊ PODE ME DIZER O QUE ESTÁ HAVENDO?

Observação: Qualquer que seja o nome que o tomador lhe der, passe a chamá-lo por esse nome.

ERRADO

O QUE VOCÊ QUER?
ESSAS PESSOAS ESTÃO SENDO MANTIDAS COMO REFÊNS?
QUAIS SÃO SUAS EXIGÊNCIAS?
QUANTO TEMPO TEREMOS PARA SATISFAZER SUAS EXIGÊNCIAS?
COMO VOCÊ ESTÁ, MALANDRO?
SAIA E ENTREGUE-SE SENÃO EU VOU AÍ BUSCAR VOCÊ!
VOCÊ VAI SAIR POR BEM OU POR MAL?
ENTREGUE-SE, POIS VOCÊ É UM HOMEM MORTO!

ITENS NEGOCIÁVEIS

- ALIMENTAÇÃO;
- BEBIDA NÃO ALCÓOLICA;
- DINHEIRO;
- TRANSPORTE (SE HOUVER VANTAGEM TÁTICA);
- REMÉDIOS BENIGNOS;

ITENS NÃO NEGOCIÁVEIS

- BEBIDAS ALCÓOLICAS;
- TROCA DE REFÊNS;
- FORNECIMENTO DE ARMAS;
- LIBERTAR PRESIDÁRIOS;
- ITENS AMORAIS;
- COLETES BALÍSTICOS.

PROCEDIMENTOS DO PRIMEIRO INTERVENTOR

Procedimento Ocorrência	Aplicar as medidas de Resposta imediata	Iniciar o primeiro contato	Acionar o Centro de Operações	Dar continuidade à ocorrência (negociação, etc.), até a chegada do apoio	Tomar medidas individuais	Acionamento de outros órgãos (Bombeiros, Enfersul, Médicos, etc.)
Ocorrências com reféns localizados	sempre	se for o caso	sempre	se for o caso	evitar	através do CIOPS
Suicidas	sempre	se for o caso	sempre	sempre	evitar	através do CIOPS
Rebeliões em Estabelec. Prisionais	sempre	se for o caso	sempre	evitar	evitar	através do CIOPS
Ocorrências envolvendo artefatos explosivos	sempre	evitar	sempre	evitar	evitar	através do CIOPS
Reintegrações de posse	sempre	evitar	sempre	evitar	evitar	através do CIOPS
Manifestações de caráter violento	SEMPRE	EVITAR	SEMPRE	EVITAR	EVITAR	através do CIOPS
Prisão de marginais homiziados	SEMPRE	SE FOR O CASO	SEMPRE	EVITAR	EVITAR	através do CIOPS

OBSERVAÇÃO: Nunca contrariar, nem permitir que alguém contrarie, a Doutrina de Gerenciamento de Crises.

3. A CRIAÇÃO DA DOCTRINA

De uma maneira geral ao longo do tempo o assunto "crises" tem sido tratado de uma forma improvisada pelos seguimentos da polícia brasileira. De início, pode-se afirmar que isto acontecia pela falta de conhecimento técnico acerca do assunto, mas, e nos dias de hoje? Que a Doutrina de gerenciamento de crises está plenamente posta em praticamente todos os organismos policiais? Pode-se afirmar, também, que isto decorre de puro despreparo profissional (e não de desconhecimento) na medida em que, existindo uma doutrina posta, consolidada, que visa dar ao problema uma abordagem de caráter científico, buscando bases sólidas de atuação e resultados possíveis, evitando-se assim atitudes e desempenhos amadoristas, ainda se vê profissionais de Segurança Pública atuando justamente de forma contrária ao que prega a Doutrina, baseados em suposições pessoais e, muitas vezes, em rivalidades profissionais e totalmente subjetivas.

Em quase todas as polícias norte-americanas o assunto *gerenciamento de Crises* recebe, a mais de vinte anos, tratamento científico, estando atualmente à matéria consolidada em bases doutrinárias consistentes. E foi justamente através de uma destas polícias (o FBI – Federal Bureau of Investigation) que a doutrina chegou ao país, quando o Delegado de Polícia Federal Roberto das Chagas Monteiro trouxe para o Brasil e traduziu uma apostila daquele organismo policial, entregando uma cópia ao então Capitão da Polícia Militar de São Paulo, Wanderlei Mascarenhas de Souza, que produziu, então, uma Monografia para conclusão de seu Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. À partir daí, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, através do Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE, difundiu a doutrina, estando a mesma hoje presente em praticamente todos os estados do país.

4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO GERENCIAMENTO DE CRISES

No estudo do Gerenciamento de Crises, como em qualquer outro ramo do conhecimento científico, há necessidade de se estabelecer certos princípios básicos e definições, para uma uniformidade doutrinária.

O primeiro desses preceitos a ser abordado é a definição de crise.

4.1. Crise:

A academia nacional do FBI (1994) define crise como: "Um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável".

O Coronel Walter Wiltemburg Pontes (2003), da Polícia Militar do

Paraná define crise como sendo: "Situações cruciais, que exigem resposta especial da polícia, a fim de conseguir uma solução aceitável, nos aspectos legais, éticos e morais vigentes".

Nossa definição (SÁ BRAGA e SILVA NETO, 2005), no Mato Grosso do Sul, para crise aborda, além dos elementos contidos nestas definições, a razão maior de seu abarcamento pelos organismos policiais, qual seja, a ameaça do bem jurídico "vida", considerando-se crise: "Acontecimento ou situação decisivos que envolvem, invariavelmente, risco de vida, e no qual a Polícia deve agir de forma imediata e diferenciada, utilizando recursos e técnicas não rotineiros, a fim de obter uma solução legal, moral e ética".

Da definição acima depreendem-se alguns aspectos importantes de serem analisados. Em primeiro lugar, destaca-se que o conceito de crise aborda, prioritariamente, aquelas ocorrências onde é passível de acontecimento ilícito penal que envolva risco de vida, baseado na ação intencional de um ou mais agentes. De outro lado, salienta-se a exclusividade dos organismos policiais no poder-dever de agir através do poder de polícia que lhe é facultado e na exclusiva missão de preservação da ordem pública, prevista na Constituição Federal de 1988, a responsabilidade de administrar e solucionar as situações de crise ocorridas no âmbito da segurança pública oferecida à sociedade. Não raro são utilizadas pessoas alheias à atividade policial - religiosos, psicólogos, políticos, elementos da mídia, dentre outros - que, não obstante as boas intenções em relação ao fato (ou não necessariamente!), comprometem a confiabilidade e a imagem da Polícia, além de trazerem sérias implicações jurídicas ao Estado nos âmbitos administrativo, Civil e Penal, decorrentes do resultado obtido.

Nesse contexto, temos alguns exemplos de crises, em que a polícia tem de dar essa resposta especial: roubos diversos com tomada de reféns (ocorrências com reféns localizados, diferentemente de ocorrências com reféns não localizados, que são de competência da Polícia Judiciária), rebelião em estabelecimentos prisionais, ameaças de bombas, atos terroristas, Manifestações de caráter violento, seqüestro de aeronaves, captura de fugitivos em zona rural, dentre tantas outras possíveis.

Sobre a atuação da Polícia, destaca a definição que deve a mesma agir imediatamente e mediante considerações especiais, que fogem àquelas utilizadas nas ocorrências rotineiras do serviço diário, tendo os profissionais envolvidos, além disso, que se utilizar de recursos e técnicas não utilizadas pelo Policial que se dedica ao atendimento diário de milhares de ocorrências pela Corporação.

Gerenciar crises é, diante do contexto, conduzir as ações com o objetivo voltado, exclusivamente, ao interesse público, respeitando-se os

princípios da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da ofensividade, da responsabilidade pessoal, da responsabilidade subjetiva, da culpabilidade, da proporcionalidade, da humanidade e da igualdade, respeitando-se as garantias individuais previstas pela carta magna e a consolidação dos direitos humanos que asseguram o estabelecimento de um Estado Democrático de Direito.

Dentro, ainda, dos conceitos, é fundamental que as instituições de segurança conduzam suas ações voltadas para o interesse público, dentro do princípio da legalidade, moralidade, eficiência, preservando as garantias individuais. Administrar crises destina-se à proteção dos indivíduos como instrumento de preservação dos direitos humanos. Qualquer ato de irresponsabilidade, sem controle e o tratamento indevido com perpetradores, comprometem o bom nome da instituição. Assim, mesmo que sejam adotadas medidas mais drásticas, desde que sejam realizadas com a devida proporcionalidade, dentro da legalidade, em sua resolução, será a mesma aceitável em todos os aspectos.

Definido o que seja crise, é muito importante que se enumerem as suas características essenciais.

4.2. Características de Crise

Toda crise apresenta indicadores que lhe conferem características: específicas e demonstram a importância do preparo adequado das instituições policiais para a sua condução, através das fases preconizadas pelo gerenciamento de crises. Segundo a doutrina do FBI (1994), uma crise tem as seguintes características: 1) Imprevisibilidade; 2) Compressão de tempo (urgência); 3) Ameaça de vida; e 4) Necessidade de: a) Postura organizacional não rotineira; b) Planejamento analítico especial e capacidade de implementação; c) Considerações legais especiais, passando-se, abaixo, as informações relativas ao fato.

4.2.1. Imprevisibilidade

A característica da imprevisibilidade em uma situação de crise refere-se ao fato de que, independentemente da adoção de qualquer medida preventiva em qualquer local que seja, potencialmente, um local de risco, como estabelecimentos prisionais, financeiros, prédios públicos, aeroportos, residências de dignitários, ou qualquer outro local que possa demandar o desencadeamento de uma crise, nada obsta que qualquer pessoa, por qualquer meio, crie condições que resultem em uma situação de grave e iminente risco de vida. A prevenção, em si, é indispensável, mas não torna impossível a eclosão da crise.

4.2.2. Compressão de tempo (urgência)

A compressão de tempo, como o próprio nome já diz, refere-se ao caráter emergencial de uma crise, na medida em que envolve iminente risco de vida necessitando, portanto, toda a agilidade e presteza para mobilizar os recursos necessários e adotar as medidas preliminares apropriadas. Neste particular, é evidente que o organismo policial que não se encontra devidamente qualificado e estruturado, enfrentará graves dificuldades, quer por ações impróprias ou pela falta de recursos estruturais necessários. Fundamentalmente, o imprevisto conduzirá os agentes públicos envolvidos, senão ao fracasso, a uma resolução desorganizada com resultados nem sempre aceitáveis, o que inevitavelmente, poderá resultar na queda de credibilidade das instituições.

4.2.3. Ameaça de vida

Sobre estas características, é importante salientar que, de acordo com a doutrina do FBI (1994), e conforme o entendimento de praticamente toda a doutrina brasileira, a ameaça de vida configura-se como componente indissociável do evento crítico, considerando-se, para este mister, até mesmo a vida do próprio indivíduo causador da crise. Assim, por exemplo, se alguém ameaça se jogar de um prédio, buscando o suicídio, essa situação é caracterizada como uma crise, mesmo que não haja outra vida em perigo. Essa ameaça reporta-se ao próprio fundamento existencial dos órgãos policiais, uma vez que a eles, recai a responsabilidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas. Esta garantia fundamenta a possibilidade do Estado, através dos seus agentes, praticar atos extremados, se for o caso, sustentado no excludente de criminalidade da legítima defesa de terceiros.

4.2.4. Necessidade

a) Postura organizacional não rotineira:

A necessidade de uma postura organizacional não rotineira é, de todas as características essenciais, aquela que talvez cause maiores transtornos ao processo de gerenciamento de crises. Contudo, é a única cujos efeitos podem ser minimizados, graças a um preparo e a um treinamento prévio da organização para o enfrentamento de eventos críticos.

Além do conhecimento técnico e doutrinário, é essencial que a unidade ou os operadores da unidade coloquem em termos práticos os conhecimentos preconizados. É de vital importância que as dificuldades encontradas nas situações reais advenham de situações realmente inesperadas, devendo haver um estudo sistêmico dos problemas normalmente

encontrados (e o registro, para consulta, de sua solução) registrando-se, também, a forma, o procedimento e as etapas que foram vencidas em sua resolução. Exercícios simulados e práticas controladas ajudam muito nesse sentido, explicitando aos operadores as dificuldades mais comuns na resolução do seu trabalho.

b) Planejamento analítico especial:

Sobre a necessidade de um planejamento analítico especial é importante salientar que a análise e o planejamento durante o desenrolar de uma crise estão vinculados a fatores atípicos e excepcionais como: insuficiência de informações sobre o evento crítico, a intervenção da mídia e o tumulto de massas, os comportamentos exaltados, as inferências externas, as deficiências estruturais, dentre outros. Todos estes são fatores determinantes, o que pressupõe uma análise criteriosa e detalhada sobre as decisões a serem adotadas e como serão desencadeadas.

c) Considerações legais especiais:

Existem, ainda as questões sobre temas vitais como: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, responsabilidade civil, etc., o aspecto da competência para atuar é aquele que primeiro vem à baila, ao se ter notícia do desencadeamento de uma crise. "Quem ficará encarregado do gerenciamento?" - é o primeiro (e mais urgente) questionamento a ser feito, e que deve ser prontamente respondido, quer seja por meio de legislação ou, ainda, tendo como elemento para sua solução um perfeito entrosamento entre as autoridades responsáveis pelas organizações policiais envolvidas.

5. O GERENCIAMENTO DE CRISES:

A partir do conceito de crise, obtém-se a definição de "gerenciamento de crises", buscando estabelecer princípios básicos que vão delimitar rotinas específicas nestes casos.

A Academia Nacional do FBI (1994) adota a seguinte definição: "Gerenciamento de Crise é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise" (1994, p.12).

O coronel Pontes da PMPR, por sua vez, diz que Gerenciamento de crises: "Consiste na aplicação dos recursos necessários, para identificar, prevenir ou reprimir a prática de atos ilegais na resolução de uma crise, dentro de parâmetros legais, éticos e morais vigentes na sociedade" (PONTES, 2003).

O Gerenciamento de Crises pode ser descrito como um processo racional e analítico de resolver problemas baseado em probabilidades. Trata-se de uma ciência que deve lidar, sob compressão de tempo, com os mais complexos problemas sociais, econômicos, políticos, ideológicos da humanidade, nos momentos mais perigosos de sua evolução, isto é, quando eles se manifestam em termos descritivos e em situações extremas.

Em outras palavras, conforme cita Paulo César Souza Cabral (1996, p. 52), Gerenciamento de Crises significa: "prevenir, operacionalizar meios, otimizar recursos e implementar".

É importante lembrar que o Gerenciamento de Crises não é uma ciência exata, ou uma cartilha de processos fáceis e rápidos para a solução de problemas. Cada crise apresenta características únicas, exigindo, portanto, soluções individualizadas, que demandam cuidadosa análise e reflexão (MONTEIRO, 2000).

O Gerenciamento de Crises pode ser descrito como uma seqüência lógica utilizada para a resolução de problemas, fundamentando-se em uma metodologia que se baseia em possibilidades possíveis, não sendo assim, como dito, uma ciência exata, apresentando, cada crise características únicas, carecendo a sua resolução de uma análise crítica e técnica, empregando-se os princípios básicos da doutrina e as soluções possíveis para o caso concreto específico.

Enfatiza ainda que o processo de gerenciamento de crises envolve a aplicação de seus processos específicos não apenas durante uma crise, mas também antes de sua incidência, de forma preventiva, quer na capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos e estabelecimento de rotinas que contemplem plenas condições de enfrentar o problema ou até mesmo evitar que ele ocorra.

5.1. Importância de Gerenciamento de Crises

Considerando-se o gerenciamento de crises como um método que possibilita ao órgão policial princípios, regras e rotinas para resolução de situações de grande complexidade e imprevisibilidade na direção de resultados probabilisticamente favoráveis, observa-se a importância do Gerenciamento para as organizações policiais na medida em que o Policial, durante a sua atividade dentro de uma crise, é obrigado, às vezes, a executar medidas que geram resultados que nem sempre correspondem aos esperados. Isto envolve, invariavelmente, análises e a emissão de opiniões por parte de pessoas que não tem conhecimento técnico sobre o assunto, mas que realizam uma análise fática sob a ótica pura e simples de alguns preceitos do direito, gerando opiniões falaciosas, que são propagadas nos meios de comunicação e que

influenciam sobremaneira a opinião pública. Isto gera um quadro de responsabilização, que recairá sobre o Estado, na esfera cível, sobre a instituição quanto à sua legitimidade, e sobre o Policial que praticou o ato, na questão penal.

É exatamente sob este aspecto que o Gerenciamento de Crises assume importante papel, haja vista que, como doutrina consolidada, baseada em preceitos e princípios exaustivamente estudados, postos e vigentes em nosso ordenamento jurídico, e prevendo medidas que devem ser tomadas de acordo com a situação que se apresente, age como uma "armadura" para o policial, isentando-o da responsabilidade individual pela execução do ato (desde que legal, óbvio). Da mesma forma, isentaria da responsabilidade individual quem deu a ordem, pois que considera-se, no processo, que essa ordem percorreu uma "cadeia" até chegar ao seu executor, sendo as consequências advindas da mesma não responsabilidade deste ou daquele policial, mas de todo um conjunto de autoridades que detêm o poder de decisão, orientados tecnicamente por quem tem conhecimento do assunto.

Além disso, observa-se a importância do Gerenciamento de crises, basicamente, por três razões: 1. A Responsabilidade da Organização Policial; 2. A crise é não seletiva e inesperada; e 3. A ação da mídia.

5.1.1. Responsabilidade da Organização Policial

Crises mal gerenciadas podem acarretar problemas de responsabilidade civil para o Estado, especialmente em casos em que ocorram morte de reféns ou de pessoas inocentes. Os resultados de uma crise podem ser os mais diversos, variados e inesperados e, partindo-se da premissa de responsabilidade objetiva do Estado, responderá este nas esferas penal, cível e administrativa, salvo as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

Em São Paulo (1989), ficou célebre a ação movida pelos Caringi contra o Estado, em virtude da morte de um dos membros daquela família num caso de uma crise mal conduzida (segundo os familiares), pela Polícia Militar, onde o tiro disparado pelo atirador de comprometimento (sniper) atingiu a cabeça do tomador de refém e, após defletir, veio a acertar a refém, *Adriana Caringi*, faleceu.

5.1.2. A crise é não seletiva e inesperada

Ninguém está imune à ocorrência de uma crise em sua área de atuação e tampouco pode prever quando esse evento vai ocorrer. Sendo assim, toda e qualquer organização policial há que estar adequadamente preparada para o enfrentamento de um evento crítico (CABRAL, 1996).

5.1.3. Ação da mídia

A ação da mídia, durante os eventos críticos, assim como pode ser favorável na divulgação de informações que poderão concorrer para a solução da crise, também podem causar transtornos para o órgão policial responsável pelo gerenciamento. A competitividade entre os órgãos de comunicação promovem atitudes que podem comprometer uma estratégia de negociação. Com a facilidade das comunicações, não é muito difícil que um profissional da mídia, por exemplo, faça contato através de telefone celular com perpetradores em um local de crime. Também há que se levar em conta que as informações hoje são transmitidas em tempo real para qualquer parte do mundo (CABRAL, 1996).

5.2. Exigências de Estudos Especiais

A antecipação, a qualificação e o suporte estrutural são elementos fundamentais para que qualquer órgão policial encarregado de conduzir uma crise, o faça com competência. Contudo, estabelecida a crise, independentemente da preparação para o seu enfrentamento, algumas situações são inevitáveis e, invariavelmente, provocam alterações que influenciam no processo de tomada de decisão (MONTEIRO, 2000).

Em primeiro lugar, há que se considerar que as características da crise causam estresse, ansiedade e alterações comportamentais nas pessoas envolvidas. Em consequência disso, o estresse reduz a capacidade de desempenho em tarefas de soluções de problemas, podendo concorrer para a adoção de medidas equivocadas.

Em segundo lugar, o gerenciamento de crises é uma complexa tarefa de solução de problemas, e os resultados negativos por falta de competência profissional podem ser imediatos e talvez irreversíveis.

Sendo assim, segundo Monteiro (2000) não resta a menor dúvida de que os estudos e treinamentos especiais são pré-requisitos indispensáveis a qualquer policial que receba a incumbência de gerenciar crises, independentemente do seu nível hierárquico. Além disso, é importante salientar que esses estudos e treinamentos devem ser constantes e sempre atualizados, através de exercícios periódicos. Quanto mais treinada e preparada estiver uma organização policial para o enfrentamento de eventos críticos, maiores serão as suas chances de obter um bom resultado.

Esses estudos e treinamentos especiais, dentro da doutrina de gerenciamento de crises, estão inseridos em uma fase denominada de pré-confrontação, que será posteriormente abordada, sendo o principal viés que sustenta as medidas preventivas diante da possibilidade da incidência de uma crise.

5.3. Objetivos Fundamentais do Gerenciamento de Crises (Preservar vidas, aplicar a lei e restabelecer a ordem)

A doutrina do FBI define dois princípios fundamentais que norteiam todas as ações, rotinas e procedimentos em um gerenciamento de crise. Estes princípios, acrescentados de mais um, oriundo de estudos e verificações atinentes às atividades da Polícia no Brasil e acrescentados pela doutrina Brasileira, constituem verdadeiros preceitos dogmáticos que orientam as ações, sendo representados em três objetivos fundamentais: preservar Vidas; aplicar a Lei e Restabelecer a ordem.

5.3.1. Preservar vidas

Preservar vidas, antes de qualquer dispositivo normativo inserido no ordenamento jurídico, é um conceito aplicado à proteção de um bem personalíssimo, inestimável e inalienável, objeto e fundamento principal de qualquer preceito ou fundamento ligado à proteção e garantia dos direitos humanos. A ONU publicou em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde destaca-se: "...Art. 3º - Todo o Homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal...".

A amplitude deste princípio encontra acolhida também na Constituição Federal de 1988, que expressa a prevalência dos direitos humanos nas suas relações internacionais; também o Título II que trata dos direitos e garantias fundamentais aborda: "... Art. 5º, XLVII - não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra nos termos do Art. 84, XIX...".

Observa-se que o princípio doutrinário de preservar vidas, nos casos de crise, indica uma postura voltada a garantir a vida de todos os envolvidos no processo, ou seja, há que se mobilizar todos os esforços no sentido de proteger a vida dos reféns, dos terceiros envolvidos na crise, dos policiais inseridos no gerenciamento e, por fim, dos perpetradores. Absolutamente, este princípio é preponderante aos demais, considerando-o, em uma situação extrema, como determinante em todos os aspectos conjunturais na tomada de decisão (MONTEIRO, 2000).

5.3.2. Aplicar a lei

Aplicar a lei é um objetivo ligado ao próprio princípio constitucional da legalidade, ou seja, os atos praticados pelos agentes públicos deverão estar plenamente consentidos pelo ordenamento jurídico. O fato de um perpetrador estar cometendo um ilícito penal não implica em conceder ao Estado a possibilidade de praticar atos que não estejam revestidos de legalidade. Por certo, em determinados momentos haverá conflitos entre princípios

constitucionais onde a força maior e os casos fortuitos poderão fundamentar a adoção de alguma medida sustentada nos excludentes de criminalidade.

Esses dois objetivos estão enumerados numa ordem rigorosamente axiológica. Isto significa que os responsáveis pelo gerenciamento de um evento crítico devem levar em conta que preservar vidas deve sustentar qualquer critério quando se fala em aplicar a lei (MONTEIRO, 2000).

5.3.3. Restabelecer a ordem

O restabelecimento da ordem, como objetivo, representa, num primeiro momento, uma consequência dos dois anteriores, na medida em que vem por último. Porém, reveste-se de alguns atos necessários à sua concretização, como encaminhamento dos feridos aos hospitais, encaminhamento dos perpetradores à polícia judiciária para providências legais, liberação do local para a perícia, desmontagem do teatro de operações, restabelecimento da rotina para os policiais envolvidos no gerenciamento da crise, liberação dos órgãos exógenos à atividade policial envolvidos, dentre outros.

No gerenciamento de crises, o equilíbrio na aplicação dos objetivos fundamentais ampara posições adotadas pelo gerenciador da crise, e neste particular, há que se levar em conta que qualquer decisão é passível de resultados não esperados. Porém, esta decisão deve fundamentar-se, sempre, em elementos consistentes. Por exemplo: um perpetrador com um refém exige que você conceda um veículo para que ele possa fugir livre de perseguição policial, caso contrário ele matará o refém. O prazo fatal é sempre uma situação delicada, porém comum em ocorrências com reféns. Caso o gerente da crise não concorde com a proposição, ele poderá cumprir a ameaça. Caso o gerente autorize a fuga, ele poderá fazer outras pessoas reféns no caminho, cometer outros crimes, praticar violências contra terceiros ou fugir e libertar o refém. São questões que devem ser ponderadas e analisadas levando-se em consideração o tipo de perpetrador, a situação em concreto e todos os elementos que permeiam a crise, rumo à decisão mais favorável e menos lesiva.

No exemplo supracitado, a crônica policial tem demonstrado que, em muitos casos (porém não em sua totalidade, ressalte-se), optando por preservar vidas inocentes, mesmo quando isso contribuía para uma momentânea fuga ou vitória dos elementos causadores da crise, os responsáveis pelo gerenciamento da crise adotaram a linha de conduta mais adequada, em virtude de uma ulterior captura dos meliantes. A aplicação da lei pode esperar até que sejam presos os desencadeadores da crise, enquanto que as perdas de vida são irreversíveis.

Importante salientar que, do equilíbrio da polícia na busca dos três objetivos fundamentais do gerenciamento de crises é que pode resultar o bom êxito da sua missão, com muito mais probabilidade do que um processo de tomada de decisão realizado de forma empírica, por quem não tem conhecimento da doutrina.

Os objetivos devem seguir uma hierarquia quanto ao seu grau de importância e prioridade. Assim, a preservação de vidas deve estar, para os responsáveis pelo gerenciamento de uma crise, acima da própria aplicação da lei, e também esta em relação ao restabelecimento da ordem. Esta hierarquia pode, inclusive, embasar a decisão do gerente da crise no sentido de permitir a fuga de um ou mais meliantes, se este for o preço de alguma ou algumas vidas inocentes..

Tendo estes pilares como finalidade, o Gerenciamento de crises conduz suas técnicas para a resolução dos incidentes, com sucesso e com o mínimo de perda de vidas, segurança dos envolvidos e garantia do cumprimento da lei.

5.3.4. Fases do gerenciamento de crise

a) pré-confrontação (preparo): identificação dos tipos de crise possíveis de serem atendidos pela unidade, identificação dos recursos necessários à resolução destas crises, obtenção destes recursos, treinamento com os equipamentos, etc.

b) medidas de reposta imediata (60% do êxito):

b.1. Conter: evitar seu alastramento, confinar a crise no menor espaço possível. Conter uma crise é, por exemplo, evitar que ela saia de um dos pavilhões de um presídio e se alastre pelo presídio inteiro, é manter um tomador de reféns com sua(s) vítima(s) em um dos quartos da casa, e não na casa inteira, dentre outras;

b.2. Isolar o ponto crítico: desenvolve-se ao mesmo tempo que a contenção, consiste em interromper todo e qualquer contato dos sequestradores e reféns com o exterior (envolve evitar o contato de pessoas externas à crise com os envolvidos, seja pessoalmente, através de celular, telefone fixo, etc);

b.3. Estabilizar a situação e iniciar as negociações: caso seja necessário: Estabilizar a situação exige do Policial (principalmente o primeiro interventor (primeiro policial a chegar no local), que será discutido em capítulo específico), um conhecimento básico de gerenciamento de crises para tomar as medidas de resposta imediata e saber, dentre outras coisas, que os primeiros 45 minutos da ocorrência são chamados de "fase do caos", aonde

provavelmente pouquíssima coisa será possível fazer, em razão da situação de "stress" de todos os envolvidos (o tomador de reféns, no exemplo de um roubo interrompido, estará com medo, com o nível de adrenalina altíssimo, altamente propenso a tomar uma atitude drástica pois sente-se acuado. Por sua vez, o Policial está diante de uma situação na qual tem o dever legal de agir, tendo a incumbência de resolver a situação e trazer segurança à população).

Após o período da fase do caos (que é obvio, pode variar para mais ou para menos, dependendo da situação), o Policial, se tiver o conhecimento básico das técnicas de negociação, poderá iniciar um primeiro contato com o causador da crise, buscando principalmente acalmá-lo, e buscar informações que serão necessárias e importantes para as unidades de gerenciamento de crises que darão suporte ao mesmo no desenrolar da ocorrência.

c) elaboração de um plano específico: fase em que é discutida e elaborada uma solução (negociada ou tática);

d) Resolução: fase em que é executada o plano específico.

5.4. Elementos Essenciais do Gerenciamento de Crises

5.4.1 Cena de ação (cena de incidente)

A Cena de ação, também denominada cena de incidente ou, ainda, o "teatro de operações" é o local onde se desenrola a crise, sendo delimitado, especificamente, pelos perímetros táticos. Esta Cena de ação fica sob a responsabilidade de um policial (no caso da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, e de acordo com o Decreto 9.686/99, um Oficial Superior) denominado de Comandante do Teatro de Operações ou Comandante da Cena de Ação.

5.4.2 Perímetros táticos

a) Conceito:

"Perímetros táticos são zonas ou faixas que delimitam a área onde se desenrolará o processo de resolução da crise, sendo também o local onde ficarão todos os indivíduos envolvidos em sua resolução, assim como os órgãos necessários, que atuarão em conjunto.

O tamanho e a forma dos perímetros podem variar, dependendo, basicamente, do conhecimento do policial que primeiro atende à ocorrência sobre a doutrina de gerenciamento de crises, e da correta aplicação das medidas iniciais de contenção da crise.

b) Perímetro interno e Externo: Os perímetros táticos são dois, chamados de:

b.1. Perímetro interno:

O perímetro interno é o espaço onde está(ão) localizado(s) o(s) agente(s) causador(es) do evento crítico e as possíveis vítimas, sendo o local destinado às ações exclusivas da equipe de negociação e do grupo tático. Este perímetro deve estar protegido de qualquer fato ou ato externo que possa contribuir para o agravamento da situação. O sobrevôo de um helicóptero, a movimentação de policiais, uma aglomeração raivosa de populares, são exemplos de situações que podem provocar uma ameaça ao perpetrador e desencadear ações inesperadas. Assim, o perímetro interno é uma zona estéril, onde só devem estar presentes o causador do evento, as vítimas e os policiais especializados.

b.2. Perímetro Externo:

O perímetro externo é o espaço onde vão concentrar-se as pessoas que desempenham um papel específico no processo de gerenciamento da crise. Neste perímetro estará o posto de comando, a equipe de negociadores (dando suporte ao negociador principal), a equipe de inteligência, a equipe de apoio técnico, o apoio operacional (ambulâncias, bombeiros, comandante do isolamento, porta-voz) e as autoridades que compõem o plano político e técnico não-policial (juízes, promotores, funcionários do primeiro escalão da segurança pública). As pessoas que integram este processo devem estar afastadas de qualquer influência externa, para que possam elaborar estratégias com a maior tranquilidade possível e reduzir os fatores que contribuem para o estresse.

Deste local, também devem ser afastadas as pessoas que não possuem encargos específicos no gerenciamento da crise: motoristas de autoridades policiais que não compõem nenhuma equipe inserida no processo, policiais sem função definida em nenhuma equipe presente ao local, acompanhantes de autoridades, ou seja, deverão permanecer neste perímetro somente aqueles que executam tarefas diretamente relacionadas com a crise. O comandante do isolamento, nessa atividade, exerce um papel de fundamental importância, pois ele deverá estabelecer critérios de triagem e identificação das pessoas que comporão o cenário.

O perímetro externo, então, isola o ponto crítico, formando uma zona que envolve o perímetro interno e impede que pessoas estranhas ou não autorizadas a adentrem. Observe-se que, além de impedir o acesso não autorizado ao perímetro interno, o perímetro externo tem a função precípua de proteger a população, bem como os integrantes da mídia, dos perigos que

pode representar, para todos os envolvidos, a proximidade não autorizada do centro da crise.

5.4.3. Alternativas táticas (negociação; técnicas menos que letais; tiro de comprometimento - Sniper; invasão tática - assalto tático)

O sucesso na resolução da crise está intrinsecamente relacionado com o uso integrado das alternativas táticas, possibilitando a diminuição do risco de vida ao qual o refém, os policiais, os transeuntes e os criminosos serão submetidos. As quatro alternativas táticas deverão ser sempre usadas de forma integrada pelo gerente da crise, que determinará quais, quando e de que maneira poderão ser utilizadas.

A idéia é sempre utilizar as alternativas táticas de forma integrada, a fim de diminuir os riscos para as vítimas, para os policiais e, inclusive, para os infratores da lei, proporcionando sua ideal combinação aos recursos humanos e materiais das forças legais, no intuito de atingir o total sucesso na preservação da vida, na aplicação da lei e no restabelecimento da normalidade social".

As alternativas táticas, então, são quatro: Negociação, Alternativas menos que letais, Tiro de Comprometimento (Sniper) e o Assalto Tático.

a) Negociação:

É a principal alternativa tática, chamada de "rainha das alternativas", devendo ser explorada do início ao fim da ocorrência. Proporciona:

- ganho de tempo;
- o trabalho de inteligência;
- Evita a precipitação nas decisões;
- Previne resultados indesejados;
- Possibilita planejamento e treinamento;
- Diminui a possibilidade de implicações legais;
- Evita consequências psicológicas negativas;
- Evita ações isoladas injustificáveis;
- Aumenta a probabilidade de sucesso na solução da crise, diminuindo os riscos e;
- Possibilita a obtenção da resolução do evento crítico sem feridos, com a menor quantidade de lesionados e/ou vítimas fatais.

O negociador, pessoa com treinamento específico, tem um papel de grande responsabilidade no processo de gerenciamento de crises, sendo muitas as suas atribuições. Assim sendo, não pode a sua função ser desempenhada por qualquer outra pessoa, influente ou não, como já ocorreram e ocorrem em diversas ocasiões.

cha

o(s)
loca
tatic
pos
heli
pop
per
um
viti

pes
ger
de
inte
bor
cor
fun
inte
par
red

nã
aul
pol
acc
sor
O
fun
ide

urr
nã
au
pr

Monteiro (1994, p. 45), e De Souza (1995, p. 56), citam em suas obras que: "Faz parte da história policial recente, no Brasil, a utilização de religiosos, psicólogos, políticos e até secretários de segurança pública como negociadores. Tal prática tem-se revelado inteiramente condenável, com resultados prejudiciais para um eficiente gerenciamento dos eventos críticos, e a sua reincidência somente encontra explicação razoável no fato de a grande maioria das organizações policiais do país não ser dotada de uma equipe de negociadores constantemente treinada para essa missão".

O papel mais específico do negociador é o de ser intermediário entre os causadores da crise e o comandante do teatro de operações. Ele é o canal de conversação que se desenvolve entre, as exigências dos causadores do evento crítico e a postura das autoridades, na busca de uma solução aceitável.

No gerenciamento de crises, negociar é quase tudo, é ação prioritária, não é aleatória e não deve ser decorrente de improvisos. É, pois, o resultado de um longo processo de amadurecimento, obtido através de estudo de milhares de casos, da participação efetiva em processos de negociação, e deve ser conduzido sempre por um policial treinado.

Nas ocorrências envolvendo reféns localizados é comum ver pessoas não habilitadas ou não preparadas conduzindo negociações, gerindo as ações e cometendo erros grosseiros, que comprometem sobremaneira o desenrolar e o resultado da ocorrência. Acontece que, por desconhecimento das autoridades, e dos próprios envolvidos no processo, tolera-se a ação destes indivíduos não preparados tecnicamente, às vezes em detrimento de quem deveria estar à frente do processo. Achando-se capazes, estes indivíduos conduzem a coisa "como acham que deve ser" e dependendo do resultado, ainda vangloriam-se de que "*não precisam fazer cursos para resolver os problemas da polícia*". Tais atitudes, no mínimo lamentáveis, comprometem a boa imagem e legitimidade da corporação, pois agindo empiricamente, pode ser que o resultado seja bom, mas pode acontecer de ser ruim também, pois o agente lida, basicamente, com o fator sorte. Quando utiliza-se a doutrina de gerenciamento de crises, de forma sistêmica, pode até ser que o resultado não seja o esperado, porém a utilização da doutrina e das técnicas corretas primeiramente minimizará o risco a todos os envolvidos, e aumentará sobremaneira as chances do resultado ser aceitável sob os aspectos legais, morais e éticos.

b) Técnicas menos que letais:

São todas as técnicas empregadas com o intuito de neutralizar o infrator da lei ou o causador da crise sem o uso de força letal, visando resguardar a integridade física do refém, de terceiros não envolvidos no fato, do agente da lei e do próprio infrator, na resolução do problema. Essa

alternativa foi uma das mais empregadas ao longo do tempo, resumindo-se, basicamente, ao uso de agentes químicos (gás lacrimogêneo). Atualmente, é empregada de maneira mais efetiva e eficaz, em razão do advento das armas, munições e agentes químicos não letais, e da inclusão, em seu rol de outras técnicas que não utilizam, necessariamente, armas ou produtos químicos, como o uso de artes marciais e técnicas avançadas de imobilização.

A força letal como, por exemplo, o uso de armas de fogo, em uma crise, só deve ser usada se não houver a possibilidade de utilizar-se uma técnica menos que letal, e o órgão policial responsável pela resolução da crise deve estar preparado e treinado para as diversas modalidades possíveis de emprego do uso destas técnicas, cabendo a decisão sobre o seu emprego, a forma, momento e execução ao gerente da crise.

Quando corretamente empregada, diminui o grau de violência, resistência e capacidade de resposta do oponente. Porém, seu emprego tático dependerá das características do local e das condições físicas e psíquicas das pessoas expostas, pois seus efeitos são diferentes de acordo com a individualidade biológica, o que determina que o seu emprego tático dependerá de um estudo técnico sobre as características do local e das condições físicas e psíquicas dos envolvidos. Por isso, apresenta pontos positivos e negativos no uso, devendo sua utilização ser exaustivamente calculada e ponderada.

- Tecnologias não-letais – conjunto de conhecimentos e princípios científicos utilizados na produção e emprego de equipamentos não-letais.

- Armas não-letais são as projetadas e empregadas especificamente para incapacitar pessoal ou material, minimizando mortes, ferimentos permanentes no pessoal e danos indesejáveis à propriedade;

- Munições não letais – são as munições desenvolvidas com objetivo de causar a redução da capacidade operativa e/ou combativa do agressor ou oponente. Podem ser empregadas em armas convencionais ou específicas para atuações não-letais;

- Equipamentos não-letais – todos os artefatos – inclusive os não classificados como armas – desenvolvidos com finalidade de preservar vidas, durante atuação policial ou militar, inclusive os equipamentos de proteção individual (EPI's).

Podemos, então, afirmar que as terminologias "não letal", "menos letal" e "menos que letal" podem ser usados, pois referem-se ao objetivo a ser alcançado, e não do resultado incondicional do uso de tais tecnologias ou equipamentos.

As armas não-letais atuam através de ruído, irritação da pele,

mucosas e sistema respiratório, privação visual por ação de fumaça e luz, limitação de movimentos através de choque elétrico, e impacto controlado. Essas armas objetivam inibir ou neutralizar temporariamente a agressividade do indivíduo através de debilitação ou incapacitação. (DE SOUZA E RIANI, 2007, p. 7)

c) Tiro de comprometimento (sniper):

Como conceito de "Sniper", temos que trata-se de um atirador policial, conhecedor de técnicas individuais de combate, que tem a missão de passar informações em tempo real, executar o tiro de comprometimento ou apoiar grupos de assalto em cobertura de fogo, executando disparos em alvos específicos e mediante ordem.

Ao contrário do que muitos podem pensar, o atirador policial não é formado simplesmente por alguém que gosta de tiro ao alvo e consegue uma arma com luneta. O profissional, para ser um "sniper", tem que ter um perfil específico, com características próprias e adequadas, como conhecimento global da doutrina de gerenciamento de crises; respeitabilidade e confiabilidade; maleabilidade; fleuma e paciência, espírito de equipe; disciplina; autoconfiança; autocontrole; comunicabilidade, perspicácia, senso de observação, tranquilidade, controle à fadiga e ao sono, capacidade matemática, dentre outras, de grande interesse ao atirador. Além disso, o treinamento desse atirador envolve dedicação, estudo, perseverança, registros técnicos dos treinamentos, e muitas, muitas horas de prática. Atualmente, verifica-se em muitos organismos policiais a divulgação de "atiradores de elite" que utilizam armas inadequadas (geralmente fuzis que ganham uma luneta de caça), e que não possuem o perfil e o treinamento adequado, mas que serão utilizados em ocorrências caso surjam, num total contrasenso ao profissionalismo que tem de ser demonstrado pelas instituições em situações tão sérias como as crises. O tiro de comprometimento requer uma alta especialização, não se admitindo o uso de pessoas não preparadas e/ou com armamento inadequado, sob pena de responsabilização, do homem e do Estado, nas conseqüências não desejadas obtidas.

Importante anotar, sobre o "sniper" que, além da espécie de atuação a qual estamos familiarizados (influenciados principalmente por filmes policiais holywoodianos), onde o atirador é sempre quem desfere o tiro fatal no bandido (na hipótese chamada de "eliminação do risco"), existe uma outra atuação, tão importante quanto, que é a chamada "preservação da vida". Como exemplo, podemos citar o caso de um suicida que, de posse de uma arma, ameaça tirar a própria vida, sem permitir que qualquer pessoa se aproxime. O atirador, com um tiro de extrema precisão, pode retirar ou neutralizar o poder letal desta arma, sem necessariamente colocar em risco a vida do causador desta crise.

Outro exemplo é o do familiar que coloca em risco a vida de uma criança da família (filho, neto, sobrinho) e que possui uma arma na mão (faca, revólver, etc). Um único tiro, na arma ou mesmo na mão do causador da crise pode poupar uma vida. É obvio que a utilização desta alternativa tática só é utilizada depois de um acurado estudo e de considerações que cabem ao gerente da crise.

Além do já exposto, o atirador atua, também, como importante fonte de informações sobre o local da crise, pois se posiciona sempre em lugares de visão privilegiada para observação do local.

Por fim, é imprescindível que o uso do tiro de comprometimento seja sempre seguido do assalto tático, a fim de completar a ação e, se for o caso, deliberar o final da crise.

Segundo Lucca (2002, p. 4): "*O tiro de comprometimento constitui também uma alternativa tática de fundamental importância para resolução de crises envolvendo reféns localizados. No entanto, a aplicação dessa alternativa tática necessita de uma avaliação minuciosa de todo o contexto, sobretudo, do polígono formado pelo treinamento, armamento, munição e equipamento, que são os elementos fundamentais para que o objetivo idealizado seja alcançado. Ser um sniper (atirador de elite) transcende ter uma arma qualquer e uma luneta de pontaria, para acertar um tiro na cabeça*".

Um fato curioso é que, por diversas razões, grandes estragos têm sido feitos pelos snipers, em crises com reféns localizados, sendo, portanto, o ponto mais sensível de todos os grupos de elite do mundo. A decisão de um gerente de crises em fazer o uso de tal alternativa tática é de grande responsabilidade e deve ser efetuada, quando todas as outras forem inadequadas e quando o cenário para tal fato seja favorável.

O atirador de elite só atua mediante autorização. Isso deve ser entendido no que diz respeito somente ao seu posicionamento e também quando de ordens expressas que lhe autorizem o emprego do armamento, quer preservando a vida do criminoso, quer atuando para a eliminação total do risco (LUCCA, 2002, p. 109).

d) Invasão tática (assalto tático):

Essa alternativa é sempre o último recurso a ser utilizado, pois é a que mais riscos oferece a todos os envolvidos, pelo fato de utilizar, necessariamente, armas de fogo, devendo ser realizado apenas, e tão somente, por grupo tático especializado, que possui técnica apurada e exaustivo treinamento, capacitando-o à realização do assalto.

O seu uso só se justifica para realizar o resgate do refém e/ou a

preservação de vidas humanas, e somente se absolutamente imprescindível, pois apesar de ser implementado sob atenção total à todas as cautelas necessárias, sofre a influência da "SORTE", o que pode gerar insucessos. Por isso, somente deve ser utilizado após detalhado estudo de situação e exaustivo planejamento, e com o apoio dos trabalhos da equipe de inteligência, e ainda se houver razoável expectativa de sucesso.

A invasão tática representa, em geral, a última alternativa a ser empregada em uma ocorrência com reféns localizados. Isso ocorre porque o emprego da invasão tática acentua o risco da operação, aumentando, como consequência, o risco de vida para o refém, para o policial e para o transgressor da lei. Isso por si só, vai de encontro com um dos objetivos principais do gerenciamento de crises que é a preservação da vida.

Dessa forma, só se admite a aplicação dessa alternativa tática quando, no momento da ocorrência, o risco em relação aos reféns se torna um risco ameaçador à integridade física dos mesmos ou ainda quando, na situação em andamento, houver uma grande possibilidade de sucesso do time tático.

5.4.4. Posto de comando

Sobre este ponto seremos um tanto breves, apresentando-o ao leitor, porém sem nos aprofundar-nos, em razão de não se tratar do objetivo principal de nosso estudo.

O Posto de Comando é o "quartel geral" do comandante da cena de ação. É uma organização de pessoas com uma cadeia de comando pré-estabelecida, baseada na divisão de trabalhos e tarefas pré-determinadas.

O Posto de Comando deve ser instalado quando o número de pessoas envolvidas exceda a capacidade de controle, quando numa operação existam várias unidades envolvidas ou quando a operação exija atividades múltiplas, sendo composto por elementos de comando, operacionais, de apoio e de assessoria.

a) Requisitos de um posto de comando:

Comunicações; Acesso restrito; Acomodações e infra-estrutura; Proximidade do ponto crítico.

b) Elementos componentes do Posto de Comando:

b.1. Elementos de Comando:

b.1.1. Comandante da Cena de Ação

O teatro de operações, também denominado cena de ação, fica sob a

responsabilidade de um policial (no caso da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, um Oficial Superior) denominado de Comandante do Teatro de Operações ou Comandante da Cena de Ação.

O Comandante da Operação é a autoridade máxima de todas as ações desenvolvidas no local da crise; por ele passarão todas informações sobre o local. É ele quem organiza o cenário da ocorrência, determina a estratégia a ser tomada, e todas as ações táticas desencadeadas, sempre observando os três critérios de ação: necessidade, validade do risco e aceitabilidade. Deve, ainda, estabelecer a cadeia de comando e supervisionar e coordenar as ações dos grupos: negociação, tático, inteligência, apoio técnico, assessoria de imprensa e operacional, não permitindo interferências externas e não se envolvendo diretamente com a mídia.

A partir daí, toda e qualquer ação desenvolvida no âmbito do teatro de operações (ou da cena de ação) dependerá da anuência expressa desse policial, que passa a ser a mais alta autoridade na área em torno do ponto crítico. Logicamente se faz necessário que ele tenha pleno conhecimento da doutrina de gerenciamento de crises.

Doutrinariamente, enfatiza-se a necessidade de conferir a um policial a responsabilidade de coordenar todos os servidores envolvidos no evento crítico, justamente para evitar ordens e contra-ordens. "Considerar que cada equipe ou grupo possa agir de acordo com seus critérios é o prenúncio de um caos, em decorrência da desorganização causada pela falta de unidade de comando" (Monteiro, 2000).

O Comandante da Cena de Ação não age despoticamente ou desvinculado a qualquer outro tipo de autoridade, ao contrário, ele é o elo de ligação entre uma instância técnica de natureza policial, com o comando superior da instituição, autoridades dos outros poderes públicos e a instância política.

Esta instância superior não elabora estratégias policiais e não atua diretamente na crise, contudo, analisa todas as alternativas técnicas indicadas pelo Comandante da Cena de Ação e sugere alternativas que tenham respaldo sob todos os aspectos (MONTEIRO, 2000).

Pode até ocorrer a possibilidade do comandante do teatro de operações vir a ser substituído por outro policial, a critério dos altos escalões da organização policial envolvida, mas a sua autoridade ou a autoridade de quem o venha substituir não pode ser desrespeitada no âmbito do teatro de operações. Toda e qualquer ordem, orientação ou decisão relativa ao evento crítico deverá, necessariamente, ser transmitida ao teatro de operações através desse policial.

Esse postulado doutrinário tem como objetivo trazer coesão e definição de autoridade no gerenciamento da crise, evitando-se a dispersão de comando e a nefasta ocorrência de cadeias de comandos paralelas.

Essa prerrogativa do comandante da cena de ação traz-lhe, como consequência, uma série de responsabilidades e encargos, desde a instalação do posto de comando (PC) até as soluções finais da crise, inúmeras são as atividades a serem desenvolvidas pelo comandante da cena de ação. O fato é que ele desempenha um papel decisório e de comando, por isso descarta-se a possibilidade de o Comandante da Cena de Ação assumir funções no grupo de negociação, grupo tático e os demais que compõem o cenário.

Essas atividades vão ser desempenhadas nas diversas fases da evolução do evento crítico, sendo importante lembrar que poderão apresentar uma grande diversificação, dependendo da complexidade e da duração da crise (MONTEIRO, 2000).

Seguem abaixo elencados os principais encargos do Comandante da cena de ação durante a crise:

- Realizar um diagnóstico, juntamente com o grupo de Negociação e o Comandante do Grupo Tático, o tipo de crise;
- Traçar, de acordo com o tipo de crise identificada, as diretrizes a serem seguidas e as alternativas que serão ou poderão ser utilizadas no decorrer da crise
- Participar de reuniões com as autoridades encarregadas do gerenciamento da crise (no gabinete de crise), apresentando-lhes as informações, oferecendo-lhe sugestões e medidas para o processo decisório;
- Analisar e discutir, com o comandante do grupo tático as possibilidades presentes e quais as alternativas táticas viáveis;
- Estabelecer quais as missões de cada indivíduo que participará da execução do plano específico escolhido para a resolução da crise (neste momento, as pessoas que não estiverem envolvidas deverão deixar o local, bem como os policiais que não estiverem inseridos no plano deverão retornar ao serviço);
- Difundir, através de auxiliares, os detalhes do plano, a fim de que cada um conheça o seu papel no conjunto da ação a ser desencadeada;
- Analisar e providenciar, caso seja necessário, reforço de pessoal;
- Coordenar o que será repassado à imprensa pelo assessor de imprensa, com a finalidade de informá-los acerca da evolução da crise;

- Verificar, com o responsável pela logística, as questões relativas à alimentação e bebida para os envolvidos na crise (inclusive tomadores e reféns);
- Providenciar a presença, em caso de situação de crise exótica ou de natureza extraordinária, que possa desencadear alguma catástrofe ou evento de elevado grau de risco para a comunidade, de representantes ou especialistas da área respectiva (meio ambiente, energia nuclear, epidemiologia, corpo de bombeiros, etc.);
- Providenciar ambulâncias, helicópteros e leitos em hospitais de emergência e prontos-socorros para o atendimento de feridos, caso o plano específico preveja o uso de força letal;
- Verificar se a ação tática escolhida está dentro da capacidade de desempenho dos policiais envolvidos;
- Providenciar alimentação e alojamento para os policiais, no caso de crises que se prolongam excessivamente
- Providenciar os seus períodos de descanso a fim de evitar que a fadiga afete a sua capacidade de decisão; e

Na última fase da crise, quando o evento crítico chega a um desfecho, o comandante da cena de ação terá as seguintes responsabilidades:

- Adaptar os perímetros táticos a dinâmica da ação tática escolhida, visando os melhores ângulos de abordagem e proteção, no caso de troca de tiros;
- Confirmar e tomar providências com relação à perfeita identificação dos perpetradores e dos reféns, antes da operação iniciar;
- Providenciar e orientar o imediato resgate dos feridos, dando prioridade aos reféns e aos policiais, cuidando para que aqueles em situação mais grave sejam socorridos em primeiro lugar;
- Providenciar para que os bandidos sejam algemados e recolhidos a local seguro, e;
- Providenciar para que sejam adotadas as medidas de polícia judiciária, cabíveis com relação aos criminosos.

Como se vê, é imensa a gama de atribuições que recai sobre os ombros do Comandante da Cena de Ação. Por essa razão, a escolha do homem encarregado dessa missão deve ser a mais criteriosa possível.

b.2. Elementos Operacionais:

b.2.1. Grupo tático:

Além do comandante da cena de ação, existe um outro elemento operacional essencial para o gerenciamento de uma crise denominado grupo tático especial.

Um Grupo Tático é integrado por dois componentes táticos: os atiradores de precisão (sniper), comumente chamados de atiradores de elite, e equipe de assalto, a quem incumbe a missão de resgate, propriamente dita.

Todo Grupo Tático é comandado por um policial denominado comandante do grupo tático, que não se confunde com o comandante da cena de ação.

A organização policial necessita dar a esses homens todo o apoio e assistência, tanto no caso de acidentes, como no caso de distúrbios, emocionais ou psicológicos, pois, toda ação tática tem que ser realizada com rapidez, surpresa e agressividade, sob pena de fracasso na atuação.

Esse grupo tem a missão de realizar o assalto tático quando esta for a alternativa tática escolhida. Mas não apenas isto, o grupo tático é responsável pela coleta de importantes informações através da vigilância técnica e de incursões no local de crise, a fim de verificar a vestimenta e características do perpetrador da crise, posicionamento deste e de reféns no local de cativeiro, vias de acesso ao local, disposição dos cômodos e móveis, a fim de instituir treinamentos de entrada no local, dentre outras.

Ao comandante do grupo tático, compete, exclusivamente:

- Comandar a ação para, quando autorizado, através do assalto tático, neutralizar os tomadores de reféns;
- Controlar o perímetro interno;
- Controlar a ação de todo o seu efetivo;
- Planejar ação táticas viáveis para o emprego do Grupo Tático em caso de assalto tático;
- Informar ao comandante da cena de ação sobre as possibilidades viáveis e as informações coletadas através das incursões no local;
- Treinar o grupo tático na execução dos planos traçados;

b.2.2. Grupo de Negociação:

O grupo de negociação é estruturado com a finalidade de estabelecer as estratégias de negociação e, após aprovação do comandante da cena de ação, implementá-las conforme a doutrina de gerenciamento de crise. Esta equipe desempenha o papel de realizar a interlocução com os perpetradores, e neste sentido, é importante que ele esteja devidamente estruturado.

Para alcançar estes objetivos, a equipe de negociação deve funcionar realmente como uma equipe e para isto, esta estruturada em:

- Negociador principal: é o interlocutor com os perpetradores; a ele incumbe a ligação entre o ponto crítico e os demais componentes da crise;
- Negociador secundário ou reserva: auxilia o negociador principal, registrando todos os contatos com os perpetradores, grava todas as conversações, fornece novos dados ao negociador principal, está sempre em condições de substituir o negociador principal em caso de fadiga ou outros fatores e organiza todos os dados para que haja uma análise da situação;
- Consultor: é um especialista em comportamento, psicólogo ou psiquiatra, que, necessariamente, não necessita ser um policial e vai avaliar constantemente o estado mental do perpetrador e do negociador. Ele deve também, permanecer ao largo do processo de negociação para manter a objetividade além de indicar os instrumentos técnicos que auxiliem na negociação ou abordagem adequada a cada caso, a partir do perfil psicológico e comportamental das pessoas que estão no ponto crítico;
- Chefe de Equipe: deve organizar o grupo, distribuir tarefas e supervisionar atividades, funcionando como elemento de ligação entre a equipe de negociação e os demais integrantes do grupo de ação direta. Ele está diretamente subordinado ao Comandante da Cena de Ação e submete à apreciação deste todas as deliberações e estratégias indicadas. Além disso, avalia o negociador principal e, em caso de inadequação na condução da negociação com os perpetradores, o substitui pelo negociador secundário.

O papel fundamental do negociador principal é o de servir de intermediário entre os causadores do evento crítico e o comandante da cena de ação. Como se pode verificar, esse papel tático do negociador, hoje pacificamente assentado na doutrina de gerenciamento de crises, faz com que os policiais escolhidos para esse importante mister sejam bem treinados e dotados de características pessoais bem peculiares.

Dentre essas características, segundo a doutrina do FBI, pode-se enumerar as seguintes: Conhecimento global da doutrina de gerenciamento de crises; Respeitabilidade e confiabilidade; Maleabilidade; Fleuma e paciência; Espírito de equipe; Disciplina; Autoconfiança; Autocontrole; Comunicabilidade; e Perspicácia.

Essa listagem é meramente exemplificativa, constituindo, no conjunto, aquilo que poderia ser considerado como o perfil do negociador ideal.

Evidentemente, existem bons negociadores a quem faltam algumas

dessas qualidades, mas é obvio que algumas delas são essenciais, não podendo faltar em nenhum negociador, como é o caso da responsabilidade e confiança e da comunicabilidade.

Importa destacar é que o negociador seja um policial dotado de certas características, inatas ou adquiridas, através de treinamento que possibilitem conduzir a negociação aos fins colimados pela doutrina e pelos responsáveis pelo gerenciamento da crise.

O negociador deve ser voluntário, preferencialmente um policial experiente e em excelente estado físico e mental. Logicamente, deve ter facilidade para desempenhar tarefas cognitivas em estado de tensão. Deve, ainda, reunir algumas características desejáveis que serão determinantes no convívio com situações emocionalmente tensas. Ter maturidade emocional para manejar abusos, ridicularidades e declarações insultuosas, advindas do perpetrador. E neste particular, estas situações limites também se originam das autoridades que pressionam os policiais para que dêem uma rápida solução ao problema. Deve ser bom ouvinte e ter excelentes habilidades como entrevistador, transmitindo confiança e credibilidade.

Estabelecido um vínculo de confiabilidade entre o negociador e o perpetrador, as maneiras de tratamento progressivamente mudarão e ao invés de discutirem-se posições, a tônica circundará princípios e o negociador poderá desenvolver um argumento lógico bastante consistente com acentuado senso comum.

“O negociador deve possuir uma grande capacidade de adequação aos vários extratos sociais de forma a compreender a realidade e os interesses de cada ator social envolvido. Da mesma forma que seguir os fundamentos da doutrina de gerenciamento de crise rumo ao esforço em solucionar o problema através da negociação, deve aceitar o fato de que, se a negociação por qualquer motivo não prosperar, e havendo riscos para pessoas envolvidas, deverá auxiliar na preparação para ação de assalto” (Pontes, 2000).

Algumas funções do chefe da equipe de negociação, juntamente com a equipe:

- Determinar opções viáveis de negociação;
- Ganhar tempo;
- Abrandar as exigências;
- Identificar o tipo de tomador de refém;
- Colher informações para subsidiar o grupo de inteligência;
- Manter o gerenciador informado da evolução do quadro e da situação psicológica do causador da crise;
- Realizar a Negociação tática, quando a opção por outra alternativa for feita pelo gerente da crise;

b.2.3. Grupo de Inteligência:

É o grupo responsável por executar a vigilância técnica sobre o local da crise, com o objetivo de obter informações para subsidiar o comandante da cena de ação e o grupo de inteligência. Este grupo fornecerá as opções possíveis de vigilância que, após autorizados pelo gerente da crise, serão instalados, mediante os equipamentos necessários. O suporte tecnológico é indispensável para o registro de todos os acontecimentos, bem como para a coleta de informações.

O Grupo de Inteligência será responsável pela coleta, processamento, análise e difusão das informações. Desenvolverão as diretrizes investigatórias e manterão um quadro atualizado da situação da crise.

A atividade de inteligência é indispensável, na medida que produz e coleta informações relacionadas ao caso. Equipes de coleta de informação, que percorrem locais diversos em busca de qualquer dado que possa contribuir com o gerenciamento da crise, enfocam esforços para desempenharem suas tarefas com rapidez e confiabilidade.

“Esta atividade deve ser desempenhada por pessoal especializado na área de Inteligência policial estando ligados ao Comandante da Cena de Ação” (MONTEIRO, 2000).

b.2.4. Grupo de Apoio Operacional:

Prover todos os integrantes do cenário da crise de suprimentos, materiais e equipamentos que facilitem o desenvolvimento das respectivas ações. Além disso, deve providenciar, junto aos órgãos exógenos à atividade policial todo e qualquer material solicitado por alguma das equipes e/ou pelo comandante da cena de ação.

Também nos casos de serviços necessários e realizados por órgãos exógenos ao órgão policial, será o chefe do grupo de apoio operacional que entrará em contato com as empresas (água, luz, etc.).

b.3. Elementos de Apoio:

Os elementos de apoio são importantes para atividades administrativas com o objetivo de assegurar recursos financeiros, administrativos e logísticos para o adequado gerenciamento da crise. Instalar o posto de comando, providenciar em alimentação, transporte, iluminação, equipamentos de isolamento, são exemplos de tarefas por eles desenvolvidas.

Estes elementos não desempenham tarefas relacionadas a estratégias e técnicas para o enfrentamento da crise, mas sem o seu apoio uma negociação vai enfrentar grandes dificuldades e o comandante da cena

de ação, ao invés de estar canalizando seus esforços para análise operacional da situação, estará envolvido com questões relacionadas, por exemplo, a alimentação que será fornecida em troca de um refém.

b.4. Elementos de Assessoria

A complexidade e o grau de risco de uma crise, por vezes, exigem que o Comandante da Cena de Ação seja assessorado por especialistas que possam responder as suas indagações e dúvidas sobre assuntos de vital importância para o gerenciamento do evento.

Essa assessoria pode ser realizada por elementos especialistas nas seguintes áreas: Grupo Tático; Negociação; Vigilância Técnica; Jornalismo; Direito, além de especialistas estranhos à atividade policial, como medicina, meio-ambiente, Engenharia, entre outros.

O Comandante da Cena de Ação, embora tenha uma grande cultura policial e capacidade de exercer tal função, evidentemente, não conhece em profundidade todas as áreas técnicas que envolvem uma crise e seu gerenciamento, e o processo de tomada de decisão agrega uma gama de informações que advêm de especialistas de diversas áreas técnicas, conforme apregoa Herbert Simon, em sua clássica obra o Comportamento Administrativo:

"O processo decisório é complexo e depende tanto das características pessoais do tomador de decisões quanto da situação que está envolvido e da maneira como percebe essa situação" (SIMON, 1965)

Assim, necessário se faz o apoio destes elementos de assessoria, para que o gerente tenha a máxima quantidade de informações fidedignas a embasar suas decisões ao longo da crise.

b.4.1. Assessor de imprensa.

A presença do assessor de imprensa no posto de comando da crise é importantíssimo, na medida em que, no desenrolar desta, deve-se providenciar um local específico, exclusivo para a imprensa, onde serão repassadas as informações referentes à crise e seu desenrolar, pois à imprensa, não é permitido adentrar aos perímetros de segurança.

Muito se discute sobre essa limitação ao trabalho da imprensa, na medida em que a mesma alardeia que tem o direito de veicular a informação, e que é crime o impedimento do trabalho da mesma. Efetivamente não se trata disto!

Ocorre que a invasão desordenada de repórteres, câmeras, filmadoras, flashes, tentativas de entrevistas, para a obtenção do melhor

ângulo irão, certamente, complicar e dificultar o gerenciamento de qualquer crise, trazendo problemas a todos os envolvidos. A imprensa tem sim, o direito de levar a informação sobre o fato à população, mas dentro do que prescreve a técnica e a doutrina de gerenciamento de crises, pois deve-se ter em mente que o direito de informar da imprensa jamais será maior do que o direito à vida dos envolvidos na crise.

Isto não quer dizer, porém, que a imprensa terá privado o seu direito de informar sobre o fato. Aí então entra a figura do assessor de imprensa, ou "porta voz", que será o responsável por repassar à mesma toda e qualquer informação que seja liberada pelo comitê de crise. Ressalte-se, que o fato de citarmos a palavra "liberação" por parte do posto de comando, não diz respeito a repassar informações incompletas, mas tão somente o que deve e o que não deve ser repassado através dos veículos de informação, tendo em vista a condução da crise sem maiores alardes. Por exemplo, não se deve divulgar que o perpetrador causou a crise por defender "tal" causa, sob risco de atrair para o local mais defensores ou simpatizantes da mesma, o que aumentaria a carga de controle e responsabilidade da polícia militar no local (MONTEIRO, 2000).

5.5. A Doutrina Internacional de Direitos Humanos

5.5.1. O Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL)

Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua resolução 34/169, na 106ª Sessão Plenária da Organização da Nações Unidas (ONU), em 17 de dezembro de 1979, observamos que as práticas de aplicação da lei e a doutrina dos direitos humanos, numa estrutura com diretrizes de alta qualidade ética e legal, o CCEAL influencia o comportamento prático dos encarregados da aplicação da lei. Diz o artigo 1º do CCEAL:

"Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem cumprir, a todo o momento, o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer" (ONU, 1979).

5.5.2. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF)

Os PBUFAF foram adotados no 8º Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, realizado em

Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990.

Segundo os PBUFAF (ONU, 1990), os governos e os organismos de aplicação da lei devem:

"(...) desenvolver um leque de meios tão amplo quanto possível e habilitar os funcionários responsáveis pela aplicação da lei com diversos tipos de armas e de munições, que permitam uma utilização diferenciada da força e das armas de fogo. Para o efeito, deveriam ser desenvolvidas armas neutralizadoras não letais, para uso nas situações apropriadas, tendo em vista limitar de modo crescente o recurso a meios que possam causar a morte ou lesões corporais. Para o mesmo efeito, deveria também ser possível dotar os funcionários responsáveis pela aplicação da lei de equipamentos defensivos, tais como escudos, viseiras, coletes antibalas e veículos blindados, a fim de se reduzir a necessidade de utilização de qualquer tipo de armas".

A fundamentação do Gerenciamento de Crises em Ocorrências com Reféns, utilizando as suas alternativas táticas, está embasado no Princípio Básico N.º 4, enfatizando, em último caso, a recomendação de utilizar a força letal, como o tiro de comprometimento e a invasão tática, que diz:

"Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado (ONU, 1990)".

Os PBUFAF (ONU, 1990) recomendam aos governos e as organizações de aplicação da lei para assegurar que todos os encarregados da aplicação da lei sejam qualificados, treinados e aconselhados da seguinte forma:

"(...) devem garantir que todos os funcionários responsáveis pela aplicação da lei sejam selecionados de acordo com procedimentos adequados, possuam as qualidades morais e aptidões psicológicas e físicas exigidas para o bom desempenho das suas funções e recebam uma formação profissional contínua e completa. Deve ser submetida a reapreciação periódica a sua capacidade para continuarem a desempenhar essas funções."

O CCEAL, afirma que "Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando tal se afigure estritamente necessário e

na medida exigida para o cumprimento do seu dever" (ONU, 1979). Os PBUFAF, instrumento internacional adotado pela ONU, fazem os seguintes reconhecimentos:

Todas as disposições detalhadas que regulam o uso da força pela Polícia amparam a utilização da Doutrina de Gerenciamento de Crises, particularmente neste caso, em ocorrência com reféns, estão calcadas nos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e ética. Sem dúvida, esses princípios exigem, respectivamente, que a força, principalmente a letal, somente seja usada pela Polícia dentro de parâmetros legais, quando estritamente necessária para que seja preservada a paz social, sendo usada de forma proporcional, na medida exata do cumprimento da lei e restabelecimento da ordem pública.

Com a intenção de restringir o uso da força, na aplicação dos meios capazes de causar morte ou ferimentos às pessoas, a Polícia deve tornar disponível toda uma gama de recursos para o uso diferenciado da força, como as quatro alternativas táticas para se gerenciar uma crise.

Para a atividade de gerenciamento de crises policiais, onde vidas estão envolvidas, é necessário ter respostas variadas para as situações de enfrentamento. Ter apenas uma ou duas respostas não será suficiente para solucionar uma agressão. Assim, amparados pelo ordenamento jurídico internacional dos Direitos Humanos e utilizando-se a boa técnica para gerenciar crises, os profissionais de segurança pública "guardiões da lei" estão aptos a empregar a força necessária e proporcional em defesa da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, José Carlos G, Xavier de, NALINI, José Renato. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ASSIS, Jorge César de. *Lições de Direito para a atividade Policial Militar*. 3 ed. Paraná: Juruá, 1995.
- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 33. ed. São Paulo: Globo, 1995.
- AZKOUL, Marco Antônio. *A Polícia e sua função Constitucional*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das Penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- BOLZ JUNIOR, Frank A. - *How to be a Hostage and Live*. Lyle Stuart Inc., SECAUCUS, New Jersey, 1987.
- BRASIL. Decreto Lei n 667, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.
- BRASIL. Decreto-lei n 3.689, Rio de Janeiro, 1974. Dispõe sobre o Código de Processo Penal.
- BRASIL. Decreto n 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares (R-200).
- CABRAL, Paulo Cezar Souza, *O Sistema de Defesa Social, Aprendendo a Gerenciar Crises*. Salvador, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, vozes, 2000.
- DE SOUZA, Marcelo Tavares; RIANI, Marsuel Botelho. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública. Curso de Técnicas Não-Letais. Brasília, 2007.

DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises: negociação e atuação de grupos especiais de polícia na solução de eventos críticos. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO-II/95. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. São Paulo, 1995.

DORIA JUNIOR, Irio; FAHNING, José Roberto da Silva. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública. Gerenciamento de Crises Policiais. Brasília, 2007.

GODOY, A. Schmidt. *Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.º 2, p. 57-63, mar/abr. 1995a.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Edições Templo Brasileiro, 1984.

LACERDA, Raimundo Nonato, e outros. - *Nove armas para a Polícia*. Artes e Textos, 1991.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de A. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: 3ª Edição Revisada e Ampliada. Atlas, 1995.

LAZZARINI, Álvaro. *Direito Administrativo da Ordem Pública*, São Paulo: Forense, 1998.

. *Estudos de Direito Administrativo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

. *Temas de Direito Administrativo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. Alternativas Táticas na Resolução de Ocorrências com Reféns Localizados. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO-II/01. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. São Paulo, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MONTEIRO, Roberto das Chagas, Tradução e adaptação do tema "What every negotiator would like his chief to know" de Fuselier, Dwaine Gary. - Curso de Gerenciamento de Crises da PMPR, s.d.

. *Manual de Gerenciamento de Crises*, Baseado na Doutrina de Gerenciamento de Crise do FBI, Academia Nacional de Polícia, Curso de Gerenciamento de Crise do Departamento de Polícia Federal, 4ª edição, 2000.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira.1998.

ONU . Organização das Nações Unidas

. *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 10 de dezembro de 1948

PONTES, Valter Wiltemburg, *Operações Policiais Militares: Administração de Crises*. Curitiba-Paraná. 2000.

RICO, José Maria, SALAS, Luis. *Delito, insegurança do cidadão e Polícia*. Trad de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Biblioteca da PMERJ, 1982.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas. - *Radiografia do Seqüestro*, Editora Ícone, 1993.

.Normas Gerais de Ação Para Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE). Grafstudio. 1989.

VALLA, Wilson Odirley. *Doutrina de emprego de polícia militar e bombeiro militar*. 2 ed. Paraná: Associação da Vila Militar, 2004.

JORNAIS/REVISTAS/INTERNET:

LAZZARINI, Álvaro. Abuso de Poder X Poder de Polícia. Porto Alegre, Revista Unidade, n.24, Set/Dez.1995, p14-34.

. Por uma Polícia Estável, Eficaz e Organizada. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 33, p. 19-25, Jan/Mar. 1998.

. Da Segurança Pública na Constituição de 1988. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 12, p. 05-07, Jan/Mar. 1995.

. A Segurança Pública e o aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. Revista A Força Policial, São Paulo, n. 05, p. 05-76, Jan/Mar. 1995.

ALVES, Armando Carlos. Forças de Segurança e Legitimação Policial. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 30, p. 05-12, Abr/Jun. 1997.

GIULIAN, Jorge da Silva. Os Conflitos da Dicotomia Policial Estadual. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 36, p. 77-84, out/dez. 1998.

GONÇALVES, Cleber J. S. Violência Urbana e a função Social da Polícia – Uma rediscussão Sociológica necessária. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 39, p. 47-56, Jul/Set. 1999.

GRINOVER, Ada Pelegrini, et alii. Bismael B. Moraes coordenador. A Polícia à luz do Direito. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. Valores Institucionais – A prática Policial Militar e a Cidadania. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 41, p. 45-85, Jan/Mar. 2000.

. Os Organismos Policiais e as Políticas Públicas. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 39, p. 67-93, Jul/Set. 1999.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Revisão Doutrinária dos conceitos de Ordem Pública e Segurança Pública. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 12, p. 09-24, Abr/Jun. 1995.

LEDUR, Nelson Henrique Monteiro. Violência nas Abordagens Policiais. Revista Unidade, Rio Grande do Sul, n. 41, p. 19-33, Jan/Mar. 2000.

GODOY, Marcelo. Rebelados ameaçam incendiar reféns. "Folha de São Paulo", 29/03/95, p.1, C.3.

Secretário admite invasão de Presídio. "O Estado de S. Paulo", 29/03/95, p.1, C.1.

FADEL, Evandro. Assalto com reféns no Paraná desafia polícia. "O Estado de São Paulo", 26/04/95, p.1, C.1.

SANTANA, Mônica. Invasão no Paraná - prévia morte do refém. "Folha de São Paulo", 02/05/95, p. 4, C.3.

SANCHES, Valdir. Traumas de vítimas da violência. "Jornal da Tarde", S. Paulo, 20/05/95, p. 14.

Rebelião Sangrenta em Hortolândia. "Jornal da Tarde", S. Paulo, 21/06/95, p. 6.b.

Para Covas, invasão era a única solução. "O Estado de S. Paulo", 22/06/95, p. C. 4.

Rebelião Anunciada. "Revista Isto É", 28/06/95, p. 34-35.

Entre a lei e o crime. "Revista VEJA", 28/06/95, p. 44-45.

Seqüestro de garota mobiliza polícia baiana. "O Estado de S. Paulo", 02/09/95, p. C7, C.2.

Assaltante liberta menina e foge com reféns. "O Estado de S. Paulo", 04/09/95, p. C. 3.

Irmão se oferece para ser refém. "Folha de S. Paulo", 15/09/95, p. 3.3.

Namoradas entram na negociação. "O Estado de S. Paulo", 16/09/95, p. C.

JÚNIOR, Irio Doria. Direitos Humanos e as ocorrências com reféns. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/direitos-humanos-e-as-ocorrencias-com-refens>. Acesso em: 11 jul. 2009.

CAPÍTULO V

GRUPOS VULNERÁVEIS E MINORIAS

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

SANDRA REGINA ALT;
Capitã da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em Direito; Pós-Graduada em "Gestão de Segurança Pública" e "Gênero e Políticas Públicas"; Professora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP da PMMS e da Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL; atua como Sub-Chefe da Seção de Relações Públicas da PMMS.

EDSON FURTADO;
Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Licenciado em "Pedagogia"; Pós-Graduado em "Didática" e "Direitos Humanos"; Professor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP da PMMS, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP do CBMMS e da Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL; Tutor EAD/SENASP; atua na 1ª Seção do Estado Maior Geral da PMMS.

GRUPOS VULNERÁVEIS E MINORIAS

SANDRA REGINA ALT

EDSON FURTADO¹

Apoiadores²

Dedicamos este capítulo e tudo o que ele significa no aspecto da modernização das instituições de segurança pública àquelas pessoas que dedicam suas vidas a construção de uma sociedade igualitária, capaz de valorizar o ser humano acima de tudo, respeitando a diversidade como condição essencial para a prática da democracia (os autores).

A sociedade mundial é formada por diferentes grupos ou pessoas. Essa diversidade humana é representada por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, etnia, idade e deficiência.

A grande miscigenação de etnias e costumes de nosso país nos deu uma inigualável riqueza cultural e social. No entanto, quando essas diferenças se convertem em desigualdades, criam um ambiente propício para a violação de direitos, tanto no espaço público quanto no privado, tornando essas diferenças como fator de vulnerabilidade e exclusão, é que ocorre, por exemplo, com as pessoas com necessidades especiais, com limitações físicas, psíquicas, mulheres, pessoas idosas, crianças, adolescentes, população em situação de rua, dentre outros grupos, classificados como grupos vulneráveis e minorias.

Atualmente existe um grande esforço nacional para dar mais visibilidade a esses grupos e mais informações a sociedade, estimulando, assim, uma co-responsabilidade na formulação de leis e políticas garantidoras de direitos, uma vez que somente a partir da igualdade é que se estrutura de fato a verdadeira democracia.

O grande triunfo dos Estados Democráticos de Direitos é conseguir fazer das instituições públicas legítimas ferramentas da defesa irrenunciável dos direitos humanos.

¹ Os capitães PM SANDRA REGINA ALT e ÉDSON FURTADO são oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

² Este trabalho foi realizado graças às valiosas contribuições das seguintes entidades: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campo Grande; Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual da Pessoa Idosa; Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência e Conselho Estadual do Negro.

Dentro desse contexto, o(a) PSP na sua atividade cidadã e de proteção social deve conhecer a dinâmica dos grupos humanos, ou seja,

descobrir seus anseios, dificuldades, necessidades, medos, angústias e ser o grande articulador da cidadania. Legítimos(as) promotores(as) de direitos.

Assim, o objetivo deste trabalho é ajudar o(a) PSP a conhecer melhor as dificuldades de cada grupo para que assim possam atuar adequadamente nas diferentes situações que envolvem a segurança pública.

1. GRUPOS VULNERÁVEIS

Grupo vulnerável é o conjunto de pessoas que por algumas questões, tornam-se mais suscetíveis à violação de seus direitos.

Para Bastos (2002), grupo vulnerável é o conjunto de pessoas pertencentes a uma minoria que por motivação diversa, tem acesso, participação e/ou oportunidade igualitária dificultada ou vetada a bens e serviços universais disponíveis para a população.

São grupos que sofrem tanto materialmente como social e psicologicamente os efeitos da exclusão, seja por motivos religiosos, de saúde, opção sexual, etnia, cor de pele, por incapacidade física ou mental, gênero, dentre outras.

São considerados grupos vulneráveis:

- Mulheres;
- Crianças e adolescentes;
- Pessoa idosa;
- População em situação de rua;
- Pessoas com deficiência física ou sofrimento mental;
- Comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

Já as minorias são grupos de pessoas que constituem minoria numérica e em posição não-dominante no Estado dotada de características étnicas, religiosas ou linguísticas que diferem da maioria da população, tendo um senso de solidariedade um para com o outro, motivados por vontade coletiva de sobreviver e cujo objetivo é conquistar igualdade com a maioria, nos termos da lei.

Segundo o artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, as minorias protegidas são:

- Étnicas;

- Religiosas;
- Linguísticas.

1.1. MULHERES

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³ revelou a preocupação com a invisibilidade das mulheres e com a ausência de políticas voltadas para superar as históricas discriminações. Inúmeros diagnósticos elaborados por organismos internacionais vêm apontando para a exclusão generalizada das mulheres, na grande maioria dos países, nas esferas de poder, para a banalização da violência contra as mulheres e para a feminilização da pobreza, entre outros fenômenos sociais.



De fato, no Brasil, apesar dos significativos avanços legislativos a partir de 1988, no que diz respeito às mulheres, ainda vigoram, com muita força, padrões, valores e atitudes discriminatórias. Desta forma, apesar da população brasileira ser composta em sua maioria por mulheres, 50,79% (IBGE, 2000) a desigualdade entre os sexos ainda é bastante expressiva e facilmente constatada. O PNAD⁴ 2008 mostra, por exemplo, que no mercado de trabalho as mulheres ainda ganham 28,4% a menos que os homens para executar as mesmas funções e enquanto a média salarial dos homens em 2008 foi de R\$ 1.172,00 a das mulheres foi de R\$ 839,00, considerando as pessoas com emprego formal ou não. Quanto à taxa de desemprego as mulheres continuam sendo mais atingidas que os homens, para eles 5,2% e para ela 9,6% no ano de 2008.

Além desses dados ainda são as maiores vítimas da violência doméstica, 63% dos casos, com a agravante de em 70% dos casos serem os agressores pessoas com quem a vítima mantinha, ao tempo da agressão, relações íntimas de afetividade, fato que a vulnerabiliza ainda mais diante do quadro de violência.

As mulheres, ao longo da história, vêm se organizando para desnaturalizar a situação de submissão a que foram submetidas. Muitos são os grupos que se organizam em torno deste objetivo e muitas são as conquistas alcançadas nos últimos anos, desde os mais elementares direitos inerentes a pessoa humana, como ter uma vida livre de violência, a manutenção da integridade moral, a liberdade de escolha e a liberdade de ir e

³ PNUD/ONU, 1995.

⁴ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

vir, o direito de decidir sobre seu corpo e sua sexualidade, além da conquista de direitos políticos e sociais.

No entanto, todas essas conquistas ainda não deram conta de proporcionar as mulheres, no Brasil e no Mundo, situação de igualdade perante aos homens, fato que as inclui e qualifica nos quesitos dos grupos vulneráveis.

ALGUNS MECANISMOS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES:

Internacional

- a) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984;
- b) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995.

Nacional

- a) Constituição Federal/1988, especialmente o art. 1º, III; 3º, IV; 5º, I e 226 §8.
- b) Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263/1996).
- c) Direito ao aborto legal, que beneficia a mulher vítima de estupro, dando-lhe o direito de optar pela interrupção da gravidez decorrente da prática de crime sexual, sem que responda penalmente por isso – Art. 128 do CP.
- d) Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Lei nº 11.340, de 07/08/2006 (Lei “Maria da Penha”), de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da CF/1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

- Lei nº 11.106/2005, de 28/03/05 (Discriminação de gênero) - Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Prevê, dentre outras alterações, a extinção do crime de adultério e a substituição de termos como “mulher honesta” e “mulher virgem”. Também extingue dois incisos do Código Penal que permitiam a impunidade do estuprador se a vítima casasse com o agressor ou com terceiro.
- Lei nº 10.886, de 17/06/2004 (tipifica a violência doméstica) Acrescenta o parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”. No artigo, a violência descrita como *lesão praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade*.
- Lei nº 10.714, de 13/08/2003 (telefone para denúncias de violência). Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
- Lei nº 10.455, de 13/05/2002 (afastamento do agressor)- Define que, em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. Segundo a lei, passa-se a exigir fiança e impondo prisão em flagrante ao agressor nos casos de violência doméstica.
- Lei nº 10.224, de 15/05/2001 (assédio sexual no trabalho). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual. Define assédio sexual como: *constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função*.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Lesão corporal/violência doméstica: a partir de 2004, por força da Lei Federal 10.886, a Lesão Corporal tipificada no art. 129 do CPB, passou a ser especificada como “Violência Doméstica” quando praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com

quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

- Agravamento de pena para lesão corporal/violência doméstica: em 2006, a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), agravou a pena máxima referente à Violência Doméstica (art. 129, §9º, CP), que era anteriormente de 1(um) ano, passando hoje para 3(três) anos; e abrandou a pena mínima, que era de 6(seis) meses, passando hoje para 3(três) meses.
- Aumento de pena para lesão corporal/violência doméstica: se as circunstâncias do crime de lesão corporal forem as indicadas no §9º do art. 129⁵, aumenta-se em 1/3 (um terço) a pena prevista:
 - se da violência resultar incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias; se houver perigo de vida; se gerar debilidade permanente de membro, sentido ou função; se acelerar o parto (art. 129, §1º);
 - se da violência resultar incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização do membro, sentido ou função; deformidade permanente ou o aborto(art. 129, § 2º);
 - se da violência resultar morte e as circunstâncias evidenciar que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo (artigo 129, § 3º).
- Crime for cometido contra mulher Portadora de deficiência: nos termos do art. 129, §9º, a pena será aumentada de um terço (art. 129, §11).
- Crime de adultério: não existe mais no Código Penal Brasileiro o crime de adultério e houve a substituição de termos como “mulher honesta” e “mulher virgem” (Lei nº 11.106/2005).
- Casamento do estupro com a vítima: não há mais a possibilidade do estupro ficar impune caso venha a se casar com a vítima, ou caso esta se case com terceiro, como existia antes de 2005 (Lei nº 11.106/2005).

Conceituação sobre a violência contra a mulher:

⁵ Art. 129, §9 - “Violência Doméstica” quando praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

Violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial ocorrido no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e de orientação sexual (art. 5º, “Lei Maria da Penha⁶”).

Formas de violência contra a mulher:

São formas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha, art. 7º):

- Violência Física - entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- Violência Psicológica - entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- Violência Sexual - entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- Violência Patrimonial - entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- Violência Moral - entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.



⁶ Lei 11.340/06

PROCEDIMENTOS GERAIS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER:

- 1) Prestar informações: Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei 11.340/06 e os serviços disponíveis.
- 2) Redes de Serviços: Orientar a vítima quanto da existência de redes de serviço de proteção a mulher, com atendimento psicológico, social, jurídico e de abrigo (onde houver).
- 3) Guarda de Filhos(as): Orientar a vítima a procurar a Defensoria Pública ou serviço de advocacia particular para obter orientação quanto aos direitos relativos a guarda de filhos(as).
- 4) Prisão em Flagrante – Por não ser mais aplicável a Lei 9.099/1995 é cabível a lavratura de Prisão em Flagrante quando da prática de crime de violência contra a mulher.
- 5) Não aplicação da Lei 9.099/1995 - aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente de pena, não se aplica mais a Lei 9.099/1995 (Ver Lei 11.340/06 art. 41).
- 6) Centro de Operações: Atenção especial no Centro de Operações para as chamadas relativas à violência doméstica, com atendimento rápido, preciso e adequado.
- 7) PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, executado pela Polícia Militar nas escolas públicas e particulares): como medida preventiva os(as) instrutores(as) do curso do PROERD devem passar a abordar em suas aulas o tema da violência doméstica contra a mulher.
- 8) Conselhos Comunitários de Segurança - os Conselhos Comunitários de Segurança podem ser importantes instrumentos para se diagnosticar a prática desse delito nas diferentes comunidades onde se fizer o policiamento, bem como atuar junto à comunidade local no intuito de prevenir e combater esta problemática.
- 9) Impacto da violência: A violência contra a mulher tem impacto sobre a saúde física e mental, e também sobre o bem-estar da pessoa atingida, assim como de seus(as) filhos(as) e demais membros da família. Assim, a polícia, o Judiciário, os serviços de apoio social, além da saúde, devem trabalhar juntos para enfrentar o problema da violência de gênero.
- 10) Estratégia de atuação na comunidade: deve dar ênfase à capacitação da família e dos grupos comunitários para lidarem com o problema da violência não apenas como episódio isolado, mas como situação que se prolonga, por suas características culturais, sociais e pelas histórias familiares recorrentes. Dessa forma, os aspectos preventivos e a

proteção social podem identificar precocemente os riscos e atuar mitigando consequências.

- 11) A avaliação dos riscos: deverá ser feita junto com a usuária. É preciso identificar as situações de maior vulnerabilidade, a fim de elaborar estratégias preventivas de atuação. Nos casos de famílias em situação de violência, deve-se observar a história da pessoa agredida, o histórico de violência na família e a descrição dos atos de violência.
- 12) Violência praticada por parceiro íntimo: se a violência contra a mulher é perpetrada por parceiro íntimo, é preciso avaliar a necessidade de acompanhamento e proteção, fazendo, quando necessário, o encaminhamento da vítima a abrigo ou local seguro. O(A) profissional deve ajudar a vítima a estabelecer vínculo de confiança individual e institucional para avaliar o histórico da violência, riscos, motivação para romper a relação, limites e possibilidades pessoais, bem como seus recursos sociais e familiares. Neste caso, a mulher pode estar assustada, traumatizada e emocionalmente ferida. Seus limites precisam ser respeitados. É preciso reconhecer que cada pessoa tem seu tempo próprio de amadurecimento para romper a situação de violência e que esse tempo precisa ser respeitado. A pressa do(a) profissional de segurança para alcançar resultados imediatos pode intimidar a mulher ou paralisá-la.
- 13) Procedimentos necessários: no atendimento às mulheres em situação de violência, é importante que alguns procedimentos sejam contemplados, como o encaminhamento para atendimento psicossocial e se existir motivação da mulher para dar andamento ao processo de separação, orientá-la a procurar os serviços jurídicos competentes.
- 14) Atendimento adequado: os(as) PSP⁷ devem estar sensibilizados(as) e capacitados(as) para atender a mulher em situação de violência. Para isso é importante a troca de experiências entre diferentes profissionais, a fim de se discutir preconceitos, explorar os sentimentos de cada um em relação a este tema, buscando compreendê-lo melhor.
- 15) Buscar informações úteis: é fundamental destacar que a intervenção nos casos de violência é multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional. Os(as) PSP⁸ devem buscar identificar organizações e serviços disponíveis na comunidade que possam contribuir com a assistência, como casas-abrigo, centros de atendimento à mulher, defensorias públicas da mulher, dentre outros.
- 16) Entrega de intimação pela vítima: a ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor (art.21, parágrafo único, Lei 11.340/2006).

⁷ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁸ PSP – Idem

- 17) Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica: e familiar contra a mulher, o(a) PSP⁹ que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis, inclusive quando houver descumprimento de Medida Protetiva de Urgência (art. 10, Lei 11.340/06);
- 18) Medidas Protetivas de Urgência: a Lei Maria da Penha (11.340/06) trouxe como inovação algumas medidas que em caráter de urgência visam garantir a segurança da vítima. Essas medidas serão concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. Normalmente a vítima fará o pedido da medida protetiva ao(a) delegado(a) de polícia, que o formalizará ao juiz, para tanto a vítima precisar ser orientada sobre a existência de tais medidas.
- 19) Orientar a vítima sobre as Medidas Protetiva de Urgência: prestar informações à vítima sobre a possibilidade de solicitar tais medidas, como e a quem fazer esta solicitação e quais são as medidas protetivas amparadas pela Lei 11.340/06.
- 20) Sobre as Medidas Protetivas de Urgência:
- Pode requerer as Medidas Protetivas de Urgência: o Ministério Público e a Ofendida. A Ofendida faz o pedido direto ao Ministério Público ou ao(a) Delegado(a) na delegacia de polícia. Caso faça o pedido ao(a) Delegado(a) este(a) tem 48 horas para remeter expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida (art.12, III, lei 11.340/06).
 - Recebido o expediente com o pedido da ofendida o Juiz no prazo de 48 horas deverá decidir sobre a concessão das Medidas Protetivas de Urgência (art. 18, lei 11.30/06).
- 21) São Medidas Protetivas de Urgência de acordo com a lei 11.340/06:
- Suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor, com comunicação ao órgão competente (art. 22, I);
 - Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (art. 22, II);
 - Proibição de determinadas condutas do agressor, entre as quais (art 22, III):
 - aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

⁹ PSP – Profissional de Segurança Pública

- freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- Restrição ou suspensão de visitas do agressor aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar (art. 22, IV);
- Prestação por parte do agressor de alimentos provisionais ou provisórios (art. 22, V);
- A força policial pode ser requisitada pelo juiz a qualquer momento para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência (art. 22, §3º);
- Encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento (art. 23, I);
- Recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor (art. 23, II);
- Afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos (art.23, III);
- Separação de corpos (art. 23, IV);
- Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida (art. 24, I);
- Proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial. Neste caso o juiz deverá oficiar ao cartório competente (art. 24, II e parágrafo único);
- Suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor. Neste caso o deverá oficiar ao cartório competente (art.24, III);
- Prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida (art. 24, IV).

Polícia Militar - procedimentos específicos em relação à violência contra a mulher:

- 1) Preservação do local de crime: ao chegar ao local de crime o(a) PSP¹⁰ deve preservá-lo a fim de garantir a materialização do delito, acionando os órgãos competentes.
- 2) Boletim de Ocorrência: O policial deve lavrar o boletim de ocorrência sempre que se deparar com algum crime de violência contra a mulher.
- 3) Acompanhamento de segurança: se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar (art. 11, IV, lei 11.340/06).

¹⁰ PSP – Profissional de Segurança Pública

- 4) Informações quanto a direitos: Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei 11.340/06 e os serviços disponíveis.
- 5) Para onde conduzir: Se no município tiver Delegacia de Atendimento à Mulher, a vítima deve ser encaminhada a essa delegacia, caso não tenha, pode ser encaminhada para qualquer delegacia da Polícia Civil.

Polícia Civil - procedimentos específicos em relação à violência contra a mulher:

- 1) Boletim de Ocorrência: Registrar o Boletim de Ocorrência Policial sempre que houver a prática de crime contra a mulher (art. 12, I, lei 11.340/06).
- 2) Há a lavratura do flagrante: registrar o flagrante, quando for o caso.
- 3) Ato de representação: esclarecer às vítimas quanto ao ato de representação e em qual tipo penal se faz necessário, conforme quadro em anexo.
- 4) Inquérito Policial: tomar a representação a termo, quando necessário, e instaurar o Inquérito Policial (IP). Uma vez que não se registra mais o TCO¹¹ para crimes praticados contra a mulher, nos termos da Lei 11.340/06.
- 5) Provas: colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- 6) Exame de Corpo de Delito: no caso de lesão corporal determinar que se proceda ao Exame de Corpo de Delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
- 7) Testemunhas: ouvir as testemunhas e o agressor e fazer a identificação do mesmo, juntando aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele.
- 8) Remeter IP¹² ao Juiz: remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao Juiz e ao Ministério Público.
- 9) Laudos e prontuários médicos: deverão ser admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde (art. 12, §3º, Lei 11.340/06).
- 10) Prisão Preventiva: em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial (art. 20, Lei 11.340/06).

¹¹ TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

¹² IP – Inquérito Policial

- 11) Proteção policial: garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário (art. 11, I, lei 11.340/06).
- 12) Encaminhar a ofendida: ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal (art. 11, II, lei 11.340/06).
- 13) Risco de vida: fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida (art. 11, III, lei 11.340/06).
- 14) Acompanhamento de Segurança: se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar (art. 11, IV, lei 11.340/06).
- 15) Sobre as Medidas Protetivas de Urgência:
 - O(a) delegado(a) deverá esclarecer à mulher sobre a possibilidade de se pedir Medidas Protetivas quando for necessário assegurar direitos urgentes; bem como informá-la sobre todos os direitos a ela conferidos na lei 11.340/06;
 - O(a) delegado(a) deverá remeter, no prazo de 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;
 - As Medidas Protetivas de Urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida;
 - São Medidas Protetivas de Urgência, segundo a Lei 11.340/06:
 - As que obrigam o agressor (art. 22);
 - As que submetem à vítima (art. 23), incluindo as medidas que buscam proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher (art. 24).

PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual pode levar diretamente à gravidez indesejada ou a doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, a infecção pelo HIV, assim como tem grande impacto sobre o estado psicológico da mulher. A seguir procedimentos que devem ser adotados pelos(as) PSP¹³:

- 1) Policiamento ostensivo: intensificado nas proximidades de pontos de ônibus nos bairros distantes e em lugares ermos, principalmente nas primeiras horas do período matutino e no período noturno, no horário de

¹³ PSP – Profissional de Segurança Pública

liberação dos cursos noturnos nas proximidades de escolas públicas e universidade e nos bairros distantes, visando coibir a violência sexual que geralmente ocorre quando a mulher se encontra sozinha e vulnerável em determinados locais.

- 2) Município deve participar: o(a) PSP¹⁴ de notificar e cobrar providências do município em relação a ruas sem iluminação ou mal iluminadas e também no que se refere a terrenos baldios e sujos, buscando com isso diminuir o grau de vulnerabilidade das vítimas de violência sexual.
- 3) Crianças e adolescentes: em crianças e adolescentes a suspeita ou confirmação de abuso sexual deve, obrigatoriamente, ser comunicada ao Conselho Tutelar ou à Vara da Infância e da Juventude, sem prejuízo de outras medidas legais, conforme art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA¹⁵). Essa medida é de extremo valor para oferecer a necessária e apropriada proteção para crianças¹⁶ e adolescentes¹⁷. A assistência à saúde da(o) menor de 18 anos de idade deve observar o princípio de sua proteção. O atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual também se submete aos mesmos fundamentos éticos e legais.
- 4) Após o atendimento médico: caso a vítima tenha interesse na apuração dos fatos, deverá comparecer à delegacia para a lavratura do Boletim de Ocorrência Policial, para prestar depoimento e submeter-se a exame pelos peritos do Instituto Médico e Odontológico Legal (IMOL).
- 5) Laudo pericial indireto: se, por alguma razão, não for mais possível a realização dos exames periciais diretamente pelo IMOL¹⁸, os peritos podem fazer o laudo de forma indireta, com base no prontuário médico. Assim, os dados sobre a violência sofrida e suas circunstâncias, bem como os achados do exame físico e as medidas instituídas, devem ser cuidadosamente descritos e registrados em prontuários.
- 6) Atenção para procedimento ilegal: o Boletim de Ocorrência Policial registra a violência para o conhecimento da autoridade policial, que determina a instauração do inquérito e da investigação. O laudo do IMOL¹⁹ é documento elaborado para fazer prova criminal. A exigência de apresentação destes documentos para atendimento nos serviços de saúde é incorreta e ilegal.
- 7) Sigilo e segredo profissional: o atendimento de pessoas em situação de violência sexual exige o cumprimento dos princípios de sigilo e segredo

¹⁴ PSP – Profissional de Segurança Pública

¹⁵ Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990

¹⁶ Segundo o art. 2º do ECA, considera-se crianças as pessoas com 12 anos incompletos.

¹⁷ Segundo o art. 2º do ECA, considera-se adolescentes as pessoas com idade maior que 12 e menor que 18 anos.

¹⁸ IMOL – Instituto Médico e Odontológico Legal

¹⁹ IMOL – Instituto Médico e Odontológico Legal

profissional. A Constituição Federal, art. 5, garante que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização material ou moral decorrente de sua violação". O art. 154 do Código Penal caracteriza como crime "revelar a alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem". Além disso, o(a) PSP²⁰ deve estar atento(a) para a importância do sigilo na conquista da confiança necessária não só para a revelação da situação, como à continuidade do atendimento.

- 8) Crime de estupro – mudanças legais: o estupro a partir da lei 12.015/2009 passou a ter a seguinte definição: "*Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso*" (art. 213, CP). Portanto, a partir de agora o crime de estupro atinge tanto a prática de sexo com a penetração do pênis na vagina, como qualquer outro ato libidinoso praticado mediante violência ou grave ameaça. Assim, com esta mudança o crime de estupro pode ter como vítima também o homem.
- 9) Revogação do artigo referente ao AVP²¹: o art. 214 do Código Penal, que tipificava o crime de atentado violento ao pudor foi revogado, sendo este tipo penal contemplado no art. 213.
- 10) Estupro de vulnerável: é o ato de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, ou com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência (art. 217-A e §1º do Código Penal).
- 11) Amparo trabalhista: segundo a lei trabalhista, nos casos em que a violência sexual ocorra durante o percurso do trabalho, a mulher deve ser orientada sobre a importância de realizar o CAT²², havendo ou não a necessidade de afastamento do trabalho. O cadastramento do CAT garante direitos para a mulher trabalhadora em situação de violência sexual que assegura, entre outros, que ela possa receber atenção necessária à sua saúde.
- 12) Violência sexual praticada por parceiros íntimos: no caso de violência sexual praticada por parceiros íntimos, familiares ou pessoas próximas, é importante considerar que as vítimas poderão estar mais vulneráveis, pelo envolvimento emocional, dependência econômica, facilidade de acesso do agressor em relação à vítima ou por medo.

²⁰ PSP – Profissional de Segurança Pública

²¹ Atentado violento ao pudor

²² Comunicado de Acidente de Trabalho

- 13) É importante considerar: que os casos de violência sexual estão presentes na maior parte dos casos de violência física e que estes costumam acontecer de forma sistemática e não isolada.
- 14) É importante garantir o acolhimento das pessoas envolvidas: o que significa compreender e acreditar no depoimento da pessoa em situação de violência.
- 15) É importante não culpabilizar: é importante não culpabilizar a pessoa e não acelerar ou influenciar nas suas decisões, mantendo atitude isenta de julgamentos e respeitando suas crenças e sistemas de valores morais.
- 16) Mulheres que fazem sexo com outras mulheres: existem mulheres que fazem sexo com outras mulheres, exclusivamente ou não, e que também estão sujeitas a sofrer violência sexual. E, qualquer que seja o comportamento sexual da mulher, a violência sexual é injustificável e dolorosa para ela.
- 17) Resguardar a identidade da vítima: o(a) profissional deve resguardar a identidade da vítima especialmente junto a mídia. Da mesma forma, deve-se respeitar a vontade expressa da vítima em não compartilhar sua história com familiares e/ou outras pessoas.
- 18) Seja direto(a): Durante a conversa com a vítima procure usar questões específicas de comportamento, tais como "*alguma vez você foi forçada a ter relações sexuais contra a sua vontade?*" Esse tipo de questionamento direto e não vago, possibilita melhor diagnóstico e evita generalizações que podem constranger a vítima, intimidando-a.
- 19) No caso de abuso incestuoso: deve-se procurar conhecer a estrutura e o funcionamento da família, de modo a obter informações sobre o agressor e avaliar a situação de risco da criança e adolescente, em especial se a família tem condições de dar apoio emocional. Deve-se, também, quando necessário, entrar em contato com a escola, no caso de crianças e adolescentes, para evitar a estigmatização.
- 20) No caso de gravidez decorrente de situação de violência sexual: a mulher tem direito em optar por prosseguir com a gestação ou por interrompê-la e o Estado (Ente Público) deve garantir que a interrupção aconteça de acordo com a NTMS²³.
- 21) Se a violência sexual tiver ocorrido no prazo inferior a 72 horas: caso a violência sexual tenha ocorrido num prazo igual ou inferior a 72 horas, a vítima deve ser imediatamente encaminhada a um hospital para receber atendimento médico e psicossocial especializado, medicação preventiva de DST²⁴ e outras orientações.

²³ NTMS - Norma Técnica do Ministério da Saúde de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes.

²⁴ DST - doenças sexualmente transmissíveis.

PROCEDIMENTOS QUANDO AS MULHERES SÃO AUTORAS DE VIOLÊNCIA

- 1) Mulher capturada: A captura de mulheres deve ser feita preferencialmente por policiais do sexo feminino, devidamente orientada.
- 2) Mulher capturada: As mulheres e suas vestimentas devem ser revistadas por uma policial do sexo feminino.
- 3) Mulher capturada: As mulheres capturadas devem ser mantidas separadas dos homens capturados.
- 4) Mulher detidas: Assegura-se as mulheres detidas procedimentos destinados a proteger seus direitos e sua condição especial, particularmente os da grávida e da lactante. Incluem-se entre tais medidas instalações médicas especializadas, pois a negação de tratamento médico adequado a mulheres detidas constitui maus-tratos, proibidos por leis nacionais e internacionais, e alojamento separado para mulheres detidas, com disponibilidade de profissionais de segurança do sexo feminino na justiça penal.
- 5) Mulher detidas: Medidas especiais devem ser oferecidas para que a mulher detida possa criar seus filhos(as) e para que tenha tratamento de saúde adequado durante a gravidez.
- 6) Técnica de abordagem sem presença de mulheres policiais: no caso da guarnição não dispor de policiais do sexo feminino para efetuar a abordagem em mulher suspeita, a abordagem deve ser feita pelos policiais do sexo masculino, sem tocar as mulheres, apenas dando-lhe comandos. Verificar a forma adequada no capítulo específico de abordagem.

1.2. CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa com doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos.

Cabe ao a família, a sociedade e Estado, livrar a criança e adolescente de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



ALGUNS MECANISMOS DE PROTEÇÃO

Nacional

- As crianças e adolescentes têm direitos próprios que estão previstos em diversos instrumentos internacionais e na Legislação Brasileira.
- A CF/1988 relaciona em seu art. 227 direitos destinados a garantir à crianças e adolescentes absoluta prioridade no atendimento do direito à vida, saúde, educação, convivência familiar e comunitária, lazer, profissionalização, liberdade e integridade.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/1990). O ECA teve origem com base no artigo 227 da CF/1988.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- 1) Criança e adolescente: considera criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos (ECA²⁵).
- 2) Prioridade: crianças e adolescentes têm prioridade em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência no atendimento por serviços de saúde ou de relevância pública, destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude, programas de prevenção e atendimento especializado aos jovens dependentes de entorpecentes e drogas afins.
- 3) Inimputáveis: todos os(as) menores de dezoito anos são inimputáveis e não poderão ser condenados a nenhuma pena. Recebem tratamento legal diferente dos réus imputáveis, a quem cabe penalização.
- 4) Ato Infracional: é a conduta descrita como crime ou contravenção penal quando praticados pela criança ou adolescente. A criança e adolescente não comete crime, e sim, ato infracional, portanto, não são réus(rés) ou indiciados(as) (art. 103, ECA).
- 5) Ato infracional praticado por criança: ser-lhe-á aplicada Medida Especial de Proteção, tais como: orientação, apoio e acompanhamento temporário, frequência obrigatória a ensino fundamental, requisição de tratamento médico e psicológico, entre outras (art. 101 e 105, ECA).
- 6) Ato infracional praticado por adolescente: ser-lhe-á aplicada Medida Sócioeducativa (art. 104, ECA).

²⁵ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

- 7) Medida Socioeducativas: quando comprovado que o(a) adolescente praticou Ato Infracional, este(a) recebe medida socioeducativas, sem caráter de pena. São Medidas Socioeducativas a advertência, obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional, dentre outras (art. 112, ECA).
- 8) Crime de sedução: o crime de sedução foi revogado pela Revogado pela Lei 11106, de 2005.
- 9) Crime de estupro de vulnerável: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos (Lei 12015, de 2009).
- 10) É crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável: submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone. Incorre nas mesmas penas quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput do artigo 218B, e o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput do artigo 218B (Lei 12.015, de 2009).

PROCEDIMENTOS

- 1) Ato infracional praticado por criança²⁶: se a criança for acusada de ato infracional deverá ser encaminhada à presença do Conselho Tutelar ou Juiz da Infância e da Juventude. Se houver materiais apreendidos, como arma de fogo, a ocorrência deverá ser apresentada à DEAIJ²⁷ e nos municípios onde não houver DEAIJ, na delegacia comum.
- 2) Ato infracional praticado por adolescente²⁸: se o(a) adolescente for acusado(a) de ato infracional deverá ser encaminhado(a) à DEAIJ²⁹, onde houver, ou à delegacia comum, informando de imediato ao Conselho Tutelar. Na delegacia o(a) adolescente deverá ficar separado(a) das pessoas adultas.
- 3) A apreensão de um(a) adolescente: somente ocorrerá, quando for em flagrância ou por ordem judicial, e, em qualquer das hipóteses, esta apreensão será comunicada, de imediato, ao Juiz competente, ao Conselho Tutelar, bem como à família do(a) adolescente.

²⁶ A pessoa de até doze anos de idade incompletos (art. 2º ECA).

²⁷ DEAIJ - Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude

²⁸ A pessoa entre doze e dezoito anos (art. 2º ECA).

²⁹ DEAIJ - Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude

- 4) É ilegal: a apreensão do(a) criança e adolescente para averiguação.
- 5) O(a) adolescente fica apreendido: o(a) adolescente fica apreendido e não preso.
- 6) A autoridade policial: deverá averiguar a possibilidade de liberar imediatamente o(a) adolescente.
- 7) Manter o(a) adolescente apreendido(a): caso a detenção seja justificada como imprescindível às investigações e à manutenção da ordem pública, a autoridade policial deverá comunicar aos responsáveis pelo(a) adolescente, assim como informá-lo(a) de seus direitos, como o de permanecer calado(a) se quiser, de ter advogado(a), de ser acompanhado pelo pai, pela mãe ou responsáveis.
- 8) Responsáveis pela apreensão: o(a) adolescente tem direito à identificação dos(as) responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado(a) acerca de seus direitos.
- 9) Após a apreensão: o(a) adolescente será imediatamente conduzido(a) à presença do(a) promotor(a) de justiça, que poderá promover o arquivamento da denúncia, conceder remissão-perdão ou representar ao(a) juiz(a) para aplicação de medida socioeducativa.
- 10) Não conduzir em compartimento fechado: o(a) adolescente apreendido(a) pela prática de ato infracional não poderá ser conduzido(a) em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade. (art. 178, ECA).
- 11) Preservar a identidade: a criança e adolescente não poderão, em hipótese alguma, em virtude da prática de ato infracional, ter seu nome divulgado, ou mesmo as iniciais de seu nome, tão pouco qualquer outra informação que leve a sua identidade.
- 12) Criança e adolescente perdido(a): se o(a) PSP³⁰ se deparar com um(a) criança e adolescente perdido(a) e não conseguir localizar nenhum de seus parentes deve encaminhá-lo(a) ao Conselho Tutelar para que sejam tomadas as providências previstas no art. 101, ECA (art. 136, ECA).
- 13) Trabalho ilegal: se o(a) PSP³¹ tomar conhecimento que um(a) criança ou adolescente menor de 14 anos esteja trabalhando, deve lavrar um boletim de ocorrência com destino a um dos órgãos abaixo que deverão tomar as providências necessárias:
 - Ministério Público do Trabalho;
 - Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho;
 - Ministério Público do Estado – Promotoria Pública;

³⁰ PSP – Profissional de Segurança Pública

³¹ PSP – Idem

- Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Tutelar.

Atenção: É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (EC n.20/1998). Verificar ainda a CF/88 no art. 227 e o ECA nos art. 3º, 4 e 5º.

- 14) Violência Sexual: se o(a) PSP³² for informado que uma criança ou adolescente foi violentado(a) sexualmente pelo padrasto(a) ou pelo pai(mãe), deve diante da suspeita ou da confirmação:
 - Notificar o Conselho Tutelar (art. 13, ECA);
 - Deve ser lavrado um boletim de ocorrência tendo em vista que o fato é crime e encaminhar para a delegacia de polícia;
 - Caso a violência sexual tenha ocorrido num prazo igual ou inferior a 72 horas, a vítima deve ser encaminhada a um hospital para receber atendimento médico e psicossocial especializado, medicação preventiva de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e outras orientações.

→ Verificar: CF/88, art. 227, §4º; CP art. 213, 218, 224, 240, 241 e 244(A);

→ Sobre este assunto verificar ainda o tópico relativo à violência sexual praticada contra a mulher.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O(A) adolescente que cometer ato infracional estará sujeito às seguintes Medidas Socioeducativas, que serão definidas pelo juiz (art. 112, ECA):

- Advertência;
- Liberdade assistida;
- Obrigação de reparação do dano;
- Prestação de serviço à comunidade;
- Internação em estabelecimento especial;
- Inserção em regime de semiliberdade;
- Qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI, ECA.

CONSELHO TUTELAR

³² Profissional de Segurança Pública

É um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 131, ECA). Quando não houver Conselho Tutelar prevê que suas funções serão exercidas pela autoridade judiciária (art. 62, ECA).

ALGUMAS FUNÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

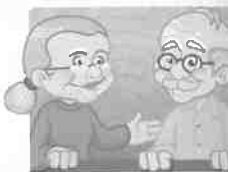
- Atender crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados;
- Atender pais, mães ou responsáveis que necessitam de orientação, aconselhamento ou advertência;
- Atender educadores(as) e dirigentes de estabelecimentos de ensino em busca de alternativas para problemas cuja solução esteja além de suas possibilidades;
- Atender quaisquer cidadãos(ãs) que queiram denunciar, discutir ou simplesmente informar-se sobre questões relacionadas à infância e à adolescência;
- Requisitar serviços públicos na área da saúde, educação, trabalho, previdência, caso seja necessário;
- Estabelecer contatos, mobilizar e realizar os encaminhamentos.

1.3. PESSOA IDOSA

O Estatuto do(a) Idoso(a) - Lei nº 10.741/2003 define como pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos.

Segundo a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e Violência do Ministério da Saúde(2001) os maus tratos contra a pessoa idosa dizem respeito às "ações únicas ou repetidas que causam sofrimento ou angústia, ou, ainda, a ausência de ações que são devidas, que ocorrem numa relação em que haja expectativa de confiança", assim, a violência contra a população idosa se manifesta sobre vários aspectos: abuso físico, psicológico, sexual, abandono e negligência. E ainda o abuso financeiro e autonegligência.

No desenvolvimento das ações policiais, os profissionais de segurança pública poderão se deparar com situações que envolvam pessoas da terceira idade. Seja o(a) idoso(a) denunciante ou suspeito, deverá ter sempre tratamento diferenciado.



LEGISLAÇÕES E NORMAS

Legislações de abrangência nacional:

Lei nº 10.741/2003 - Institui o Estatuto da Pessoa Idosa.

Lei nº 11.433/2006 - Dispõe sobre o DIA NACIONAL DO IDOSO, dia 1º de Outubro.

Lei nº 9.460/1997 - Altera a Lei nº 7.210/84, que institui a pessoa maior de sessenta anos deve ficar, separadamente, quando recolhido a estabelecimento prisional próprio e adequados à sua condição pessoal;

Lei nº 10.406/2002 - Institui no Código Civil a obrigatoriedade do regime da SEPARAÇÃO DE BENS no casamento da pessoa maior de sessenta anos.

Dec. nº 2.170/1997 - Assegura que na Carteira de Identidade contenha um campo destinado ao registro "Idoso ou maior de sessenta e cinco anos".

Resolução ANTT nº 2.030/2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem observados na aplicação do Estatuto do Idoso, no âmbito dos serviços de TRANSPORTE FERROVIÁRIO INTERESTADUAL regular de passageiros.

Normas Estabelecidas pela Secretaria Nacional de Saúde:

Portaria nº 810/1989 - Ministério da Saúde - Aprova as normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, a serem observados em todo o Território Nacional.

Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 283/2005 - Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, na forma do Anexo desta Resolução.

Legislações de abrangência do Mato Grosso do Sul:

Lei nº 1.372/1993 - Dispõe sobre o atendimento prioritário a pessoa idosa, pessoa com deficiência e gestantes, nos órgãos públicos que menciona.

Lei nº 1.542/1994 - Isenta de pagamento de passagem em transporte coletivo intermunicipal, no território de Mato Grosso do Sul, o idoso com idade acima de 65 anos, e dá outras providências.

Lei nº 2.073/2000 - Dispõe sobre a Política Estadual do Idoso.

Lei nº 2.308/2001 - Dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, e dá outras providências.

Lei nº 2.905/2004 - Obriga a afixação de cartazes nos terminais rodoviários e estações ferroviárias do Estado de Mato Grosso do Sul, contendo os termos relativos a transporte da Lei nº 10.741(Estatuto do Idoso).

Lei nº 2.970/2005 - Estabelece a reserva aos maiores de sessenta e cinco anos de idade, de dois lugares por veículo que opere transporte coletivo

intermunicipal, bem como concede desconto aos idosos que excederem as vagas gratuitas e dá outras providências.

Legislações de abrangência do Município de Campo Grande:

Lei nº 3.361/1997 - Institui o pagamento de meia-entrada às pessoas idosas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, na bilheteria dos cinemas, teatros, estádios de futebol, circos, salões de baile e outras casas de espetáculos e locais de diversão no Município de Campo Grande-MS.

Lei nº 3.329/1997 - Autoriza o poder executivo a criar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, órgão governamental que tem por finalidade auxiliar a Administração Pública na orientação, planejamento e interpretação de matéria de sua competência.

Dec. Nº 7.314/1996 - Cria o centro de convivência do idoso.

Dec. nº 3.566/1998 - Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, tem por finalidade criar condições que visem à autonomia, participação e integração a pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade.

Dec. nº 3.652/1999 - Assegura o acompanhamento de familiar ou responsável legal, ao cidadão idoso maior de 60 (sessenta) anos, que necessitar de internação em enfermaria hospitalar

PROCEDIMENTOS FRENTE À PESSOA IDOSA (DENUNCIANTE OU PESSOA SUSPEITA)

- 1) Atendimento prioritário: se for pessoa idosa o atendimento deve ser prioritário e preferencial (Estatuto do Idoso, art. 15 e Lei Estadual N.º 1.372/93).
- 2) Pessoa suspeita: se a pessoa idosa for suspeita, o PSP³³ deve respeitar sua idade e condições de saúde, manter com ele(a) prévia conversa sobre o ato cometido, para que o mesmo(a) comece a refletir sobre as consequências e esteja preparado(a) para assumi-las, resguardados os aspectos de segurança do PSP³⁴.
- 3) Direito a Defensor(a) Público(a): deve ser esclarecida à pessoa idosa o direito a defensor(a) público(a) que lhe explicará as informações acerca do tramite da investigação ou processo.
- 4) Acompanhamento por familiar: a pessoa idosa, sempre que possível, será acompanhada por algum membro familiar.
- 5) Preservar a pessoa idosa: o(a) PSP³⁵ deverá estar atento que qualquer agressão verbal ou física aos familiares da pessoa idosa, além de ser

³³ PSP - Profissional de Segurança Pública

³⁴ PSP - Idem

³⁵ PSP - Idem

um ilícito penal, poderá causar a pessoa idosa problemas sérios ou até complicações a sua saúde.

- 6) Como informar uma notícia trágica: quando o(a) PSP³⁶ tiver que informar a uma pessoa idosa alguma notícia trágica que envolva alguém de sua família, como a prisão de um filho(a), deve tomar alguns cuidados adicionais, tais como: certificar-se se a pessoa idosa tem algum histórico de problemas cardíacos, em seguida avaliar a real necessidade de informá-la sobre o fato ou se há outra pessoa a ser avisada. Em último caso, comunicar a pessoa idosa de forma tranquila, procurando explicá-la passo a passo o que aconteceu.
- 7) Condução à delegacia: caso o(a) PSP³⁷ tenha que conduzir alguma pessoa idosa à delegacia em razão da prática de algum delito, lembrar sempre que qualquer excesso, rispidez ou ofensa pode causar à pessoa idosa, sério problema de saúde, inclusive óbito. Nesta situação o(a) PSP³⁸ deve informar os direitos da pessoa idosa, procurando ser firme, mas educado(a) sem o uso desnecessário da força;
- 8) Pessoa idosa presa: quando uma pessoa maior de 60 (sessenta anos) tiver que ser recolhida em estabelecimento penal, em razão da prática de crime (como condenada, submetida à medida de segurança, a prisão provisória, e a pessoa egressa), deverá, separadamente, ser recolhida a estabelecimento próprio e adequado a sua condição pessoal (Lei Federal n.º 9.460/97).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 1) Dia Nacional da Pessoa Idosa: a partir de 2006 o dia 1º de outubro ficou instituído como o Dia Nacional do Idoso (LEI Nº 11.433/2006).
- 2) Remédios gratuitos: a pessoa idosa tem direito a receber do Poder Público, gratuitamente, remédios, principalmente os de uso continuado, assim como prótese e órtese. Para tanto deve se cadastrar na prefeitura da cidade onde residir (art. 15 Estatuto do Idoso).
- 3) Planos de Saúde: quanto aos planos de saúde, é vedada a discriminação da pessoa idosa com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- 4) Gratuidade de transporte urbano: as pessoas maiores de 65 anos têm direito a gratuidade dos transportes coletivos públicos URBANOS e SEMI-URBANOS, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Para ter acesso basta

³⁶ PSP - Profissional de Segurança Pública

³⁷ PSP - Idem

³⁸ PSP - Idem

que o(a) idoso(a) apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade (art. 39, Estatuto do Idoso). No caso das pessoas na faixa etária entre 60(sessenta) e 65(sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte, conforme mencionado acima (art. 39 Estatuto do Idoso).

- 5) Gratuidade de transporte no MS³⁹: é isento de pagamento de passagem em transporte coletivo intermunicipal, no território sul-mato-grossense, toda pessoa idosa com idade acima de 65 anos. Para obter o benefício previsto neste artigo, a pessoa idosa terá que comprovar residência neste Estado, bem como apresentar documento comprovando sua idade (Lei Estadual 1.542/1994).
- 6) Gratuidade de transporte interestadual: em relação ao transporte coletivo INTERESTADUAL observar-se-á a reserva de duas(02) vagas gratuitas por veículo para idosos(as) com RENDA IGUAL OU INFERIOR A 2(DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS, e desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os(as) idosos(as) de mesma renda que excederem as vagas gratuitas(art. 40 Estatuto do Idoso).
- 7) Desconto em atividades culturais: assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas (Lei nº 10.741/2003).
- 8) Atendimento prioritário em MS⁴⁰: Os órgãos da administração estadual direta, indireta, fundacional e autárquica e os estabelecimentos conveniados com verbas públicas estaduais ficam obrigados a instituir no âmbito de suas repartições, setor especial, que priorize o atendimento a idosos, portadores de deficiência e gestantes.
- 9) Pagamento de meia entrada: às pessoas com mais de 65(sessenta e cinco) anos de idade, na bilheteria dos cinemas, teatros, estádios de futebol, circos, salões de baile e outras casas de espetáculos e locais de diversão no Município de Campo Grande-MS. A comprovação da idade deve ser feita mediante a apresentação da carteira de identidade, carteira previdenciária ou qualquer outro documento equivalente. Os(As) infratores(as) estão sujeitos a multas, e até podem ter o Alvará de funcionamento suspenso por 30(trinta) dias (Lei Municipal de Campo Grande nº 3.361/997).
- 10) Prioridade nos programas habitacionais: a pessoa idosa terá prioridade para compra de moradia nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades. Está prevista ainda a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária.

³⁹ MS – Estado de Mato Grosso do Sul

⁴⁰ MS – Idem

- 11) Assistência Social: se a pessoa idosa tem 65 anos ou mais e não dispuser dos meios para se sustentar, nem família para ampará-la, poderá ter direito a um salário mínimo nos termos da LOAS⁴¹, para tanto deve procurar informações no INSS⁴².
- 12) Regime separação de bens: é obrigatório o regime de separação de bens no casamento da pessoa maior de sessenta anos (Lei Federal nº 10.406/02).
- 13) Direito a acompanhante: é assegurado o direito a acompanhante em tempo integral segundo critério médico. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito (art.16, Estatuto do Idoso).
- 14) Órgão de fiscalização e proteção de direitos: os órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção dos direitos da pessoa idosa são o Ministério Público e os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da Pessoa Idosa.
- 15) Punição para todo atentado aos direitos da pessoa idosa: nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei (art. 4º Estatuto do Idoso).
- 16) É crime: expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis (art. 99 Estatuto do Idoso).
- 17) É crime a apropriação ou desvio de bens: proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade (art. 102 do Estatuto do Idoso).
- 18) É crime a retenção de cartão magnético: de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão da pessoa idosa, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida (art. 104 do Estatuto do Idoso).
- 19) É crime discriminar Pessoa idosa: impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, assim como dificultar ou retardar a assistência a saúde.
- 20) É crime abandonar a pessoa idosa: em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência (art. 98).
- 21) Boletim de Ocorrência: em todos esses casos cabe o registro de um Boletim de Ocorrência direcionado a uma Delegacia de Polícia.

⁴¹ LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

⁴² INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

1.4. PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deficiência – é toda a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

A forma correta para se referir a esse grupo de pessoas é: "pessoa(s) com deficiência". Não se aceita mais o uso do vocabulário "deficiente(s)" como um substituto. Tal pouco se deve usar a expressão "pessoa portadora de deficiência", isso porque o termo "portar" significa algo que se pode dispor: ex. portar uma bola, uma caneta. A pessoa não porta uma deficiência porque não pode dispor dela quando desejar.

O censo demográfico do IBGE apurou que no Brasil, no ano 2000, havia 160,3 milhões de pessoas das quais 24,6 milhões com alguma deficiência ou com algum grau de limitação, o correspondente a 14,5% da população das quais 19,8 milhões residiam em áreas urbanas e 4,8 milhões em áreas rurais.

A deficiência visual era a mais significativa, acometendo 16,6 milhões de pessoas ou o equivalente a 68% das deficiências, o que equivale a 9,8% da população. Em segundo lugar, a dificuldade de caminhar ou subir escadas incidia sobre 7,9 milhões de pessoas. A deficiência auditiva, a mental, as paralisias e a falta de membros, representavam 32% das deficiências e 4,7% da população.

As deficiências concentram-se mais nas áreas urbanas, na região Sudeste e Nordeste, que juntas concentram 17,5 milhões de pessoas com deficiência. E quanto ao sexo, havia 1.759 milhões de mulheres com deficiência a mais que os homens. Sua superioridade numérica era ainda maior na deficiência visual e na dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas. As demais deficiências os homens eram em maior número.

Para alcançar os objetivos de "igualdade" e "plena participação", não bastam medidas de reabilitação voltadas para a pessoa com deficiência. A experiência tem demonstrado que é o meio que determina, em grande parte, o efeito de uma deficiência ou incapacidade na vida diária da pessoa. Uma pessoa torna-se vítima do impedimento, quando lhe são necessários aos aspectos fundamentais da vida, inclusive, a vida familiar, a educação, o emprego, a moradia, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, nas atividades religiosas, nas relações afetivas e sexuais, no acesso a instalações públicas, na liberdade de movimentos e no sistema geral da vida diária.



O(a) PSP⁴³ atua como agente da cidadania, e como tal, deve saber comportar-se adequadamente em ocorrência que envolva pessoas com deficiência, dando-lhes tratamento digno, encaminhando-as corretamente e solucionando seus problemas.

LEGISLAÇÕES SOBRE O TEMA

- Lei nº 7.853/1989 – dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, a integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- Lei nº 8.213/1991- dispõe sobre os planos de benefício da previdência social e dá outras providências;
- Lei nº 8.686/1993 – dispõe sobre reajustamento da pensão especial às pessoas com deficiência física portadoras de Talidomida⁴⁴, instituída pela Lei nº 7.070/1982.
- Lei nº 8.687/1993 - retira da incidência do imposto de renda benefícios recebidos por pessoas com deficiência mental.
- Lei nº 9.533/1997 – autoriza o poder executivo conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.
- Lei nº 9.615/1988 – institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.
- Decreto nº 3.298/1999 – regulamenta a Lei nº 7.853/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
- Lei 10.048/2000, dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.
- Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- Decreto nº 3.956/2001 – promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.
- Decreto nº 5.296/2004 – regulamenta Lei 10.048/2000 e a Lei nº 10.098/2000.

⁴³ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁴⁴ A talidomida (C₁₃H₁₆N₂O₄) é uma substância usualmente utilizada como medicamento sedativo, anti-inflamatório e hipnótico (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Talidomida>).

- Decreto nº 5.622/2005 – regulamenta o artigo 80, da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto 5.626/2005 - regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000;
- Lei nº 10.182/2001 – restaura a vigência da Lei nº 8.989/1995, que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IP) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de pessoas com deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências.

MODALIDADES DE DEFICIÊNCIAS

- Linguística: deficiência auditiva usuário da Língua Brasileira de Sinais;
- Sensorial: auditiva, visual;
- Intelectual: síndrome de down;
- Física: hemiplegia (paralisia de um dos lados do corpo), paraplegia, amputações de membros;
- Neurológica: paralisia cerebral;
- Múltipla: combinação de duas ou mais deficiências (física+mental+auditiva+visual).

ALGUNS CONCEITOS

Doença⁴⁵ – é toda a perturbação da saúde, moléstia, mal, enfermidade, temporária ou definitiva.

Incapacidade⁴⁶ – toda a restrição ou falta (por uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade, na forma ou na medida em que se considera normal a um ser humano.

Impedimento⁴⁷ – situação desvantajosa para determinado indivíduo, em consequência de deficiência ou de incapacidade que limita ou impede o desempenho de papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais).

⁴⁵ Apostila do Curso da SENASP "Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis"

⁴⁶ Apostila do Curso da SENASP "Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis"

⁴⁷ Idem

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Se você nunca atendeu ou auxiliou uma pessoa com deficiência, fique tranquilo(a). Com certeza, ela já orientou muita gente como você, interessado(a) em ajudá-la. Portanto, de maneira geral, guie-se pelas orientações a seguir:

Procure:

- Olhar diretamente para a pessoa ao dialogar com ela;
- Ser atencioso(a) e paciente, especialmente se a pessoa tiver dificuldade de fala ou de audição;
- Dirigir-se diretamente à pessoa com deficiência, mesmo que ela esteja acompanhada;
- Utilizar mais de uma forma de comunicação se necessário.

Evite:

- Ser apressado no diálogo;
- Completar as frases ou falar pela pessoa que está sendo atendida;
- Ficar olhando de maneira fixa ou repetidamente para algo que lhe chame atenção na pessoa;
- Ajudar sem que seja pedido, salvo em caso de acidente ou de a pessoa passar mal.

Lembre-se:

- Que a pessoa com deficiência, como todo ser humano, possui habilidades, talentos e potencialidades em áreas específicas;
- A pessoa com deficiência que estiver sendo atendida, precisa exercer sua independência. Faça sua parte oferecendo soluções aos problemas apresentados e receba sugestões.

Informações Adicionais:

- A empresa com 100 (cem) ou mais empregados(as) está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - Até 200 empregados(as).....2%
 - De 201 a 500 empregados(as).....3%
 - De 501 a 1.000 empregados(as).....4%
 - De 1001 em diante.....5%

PROCEDIMENTOS AO ABORDAR OU AUXILIAR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Pessoas que usam cadeiras de roda:

- 1) Cadeira de rodas: não fique segurando desnecessariamente na cadeira de rodas, apenas quando for necessário ajudar.
- 2) Se desejar, ofereça ajuda, mas não insista: se precisar de ajuda, ele(a) aceitará e lhe dirá o que fazer. Se você insistir nessa ajuda, poderá, as vezes, até mesmo, causar insegurança.
- 3) Para descer uma rampa: ao ajudar uma pessoa com deficiência física a descer uma rampa inclinada ou degraus altos, é preferível usar a marcha a ré para evitar que, pela excessiva inclinação, a pessoa perca o equilíbrio e caia para frente. Quando auxiliar uma pessoa em cadeira de rodas a subir ou descer escadas, consulte-a sobre a melhor forma de conduzi-la.
- 4) Entrar e sair do carro: quando a pessoa for entrar e sair do carro pergunte se ela precisa de ajuda para tirar e/ou guardar a cadeira de rodas, etc.
- 5) Expressões usadas: não tenha receio de usar palavras como "caminho" ou "correr". As próprias pessoas com deficiência física também as usam.
- 6) Converse na altura do interlocutor: se a conversa durar mais do que alguns minutos, sente-se, de modo a ficar no mesmo nível do(a) olhar do(a) interlocutor(a). Para uma pessoa sentada, não é confortável ficar olhando para cima durante um longo período.
- 7) Vagas para pessoas com deficiência: não estacione viaturas em lugares reservados às pessoas com deficiência física. Tais lugares são reservados por necessidade, não por conveniência. O espaço reservado é mais largo do que o usual, a fim de permitir que a cadeira de rodas fique ao lado do automóvel e a pessoa com deficiência física possa sair e sentar-se na cadeira de rodas, e vice-versa. Além disso, o lugar reservado é próximo à entrada de prédios, para facilitar o acesso dessas pessoas.
- 8) Pessoa suspeita: Quando se tratar de pessoas suspeitas, deverão ser seguidos todos os procedimentos acima, e efetuada a busca pessoal e na cadeira de rodas. Para a busca pessoal com a ajuda de outro PSP⁴⁸ levante a pessoa cadeirante, apoiando-a em pé, enquanto um terceiro PSP procede à busca pessoal. Após a busca pessoal, se for possível, considere a possibilidade de colocar a pessoa revistada em outra cadeira ou poltrona confortável observando sua segurança e estabilidade. Em



⁴⁸ PSP – Profissional de Segurança Pública

seguida realize a busca na cadeira de rodas (ver capítulo referente à abordagem).

Pessoa que usa muletas:

- 1) Acompanhe o ritmo de sua marcha;
- 2) Tome cuidados necessários para que ele(a) não tropece;
- 3) Deixe as muletas sempre ao alcance das suas mãos;
- 4) Pessoa suspeita: quando se tratar de pessoa suspeita, deverão ser seguidos todos os procedimentos acima, e efetuada a busca pessoa, tomando-se cuidado com possíveis golpes de muleta e com pontas ou lâminas que possam estar escondidas no interior da muleta.

Pessoa com deficiência visual:

- 1) Como ajudar: ofereça ajuda, sempre que um(a) pessoa com deficiência visual (D.V.) parecer necessitar, mas não ajude sem que ele(a) concorde. Sempre pergunte antes de agir. Se você não souber em que e como ajudar, peça explicações de como fazê-lo.
- 2) Para guiar uma pessoa com deficiência visual: ofereça-lhe o braço para que ela segure acima do cotovelo ou do ombro. À medida que encontrar obstáculos, como degraus, ou meio-fios, vá orientando-a. Em lugares muito estreitos para duas pessoas caminharem lado a lado, vá à frente colocando seu braço para trás, de modo que a pessoa D.V. possa segui-lo(a).
- 3) Atravessando a rua: ao atravessar uma rua, avise se tem mão única, assim como se existe faixa de proteção. Chegando ao outro lado da rua, pergunte-lhe se necessita ainda de ajuda, só vá embora depois de despedir-se dela.
- 4) Ao atravessar uma porta: quando abrir uma porta verifique se há algum obstáculo à frente, entre primeiro (ela irá continuar segurando seu braço).
- 5) Ao sair de uma sala: informe a pessoa com deficiência visual, pois é desagradável para qualquer pessoa falar para o vazio.
- 6) Ao guiar uma pessoa com deficiência visual para uma cadeira: guie sua mão para o encosto da cadeira e verifique se a cadeira tem braços ou não.
- 7) Abrir a porta do carro: utilizando o braço seguro pela pessoa com deficiência visual, para que ela possa sentar-se, e, ao descer do carro, observe se a porta do "carona" não está ao lado de um buraco ou de uma poça de água.
- 8) Ao entrar no elevador: olhe se o elevador está disponível, se não for acompanhar a pessoa, dê as orientações necessárias.



- 9) Antes de subir ou descer uma escada: pare e avise a pessoa conduzida. Fique sempre um degrau acima da pessoa ao subir e um degrau abaixo dela ao descer.
- 10) Expressões usadas: não se preocupe ao usar palavras como "cego", "olhar" ou "ver", as pessoas com deficiência visual também as usam.
- 11) Explicando as direções: ao explicitar direções a uma pessoa com deficiência visual seja o mais claro e específico possível. Não se esqueça de indicar os obstáculos que existem no caminho que ela vai seguir, indicando as distâncias em metros (p.ex. "uns vinte metros para frente"). Usar orientações como "à sua esquerda" ou "à sua direita".
- 12) Pergunte como ajudar: se você não souber corretamente como direcionar uma pessoa com deficiência visual, diga algo como "eu gostaria de ajudá-lo(a), você poderia me dizer como gostaria que eu lhe descrevesse as coisas?" A pessoa com deficiência visual te ajudará a ajudá-la.
- 13) Opção em Braille: sempre que uma unidade de segurança pública for produzir material de orientação à população, deve fazer a versão em Braille, a fim de disponibilizar as pessoas com deficiência visual. No mais, é de boa educação que se leia para a pessoa com deficiência visual o que não tiver opção em Braille.
- 14) Uma pessoa com deficiência visual é como todas as outras: só que não enxerga. Trate-a com o mesmo respeito com que trata uma pessoa que enxerga.
- 15) No trabalho: quando estiver trabalhando com pessoa com deficiência visual, não pense que a cegueira possa vir a ser problema. Por isso, nunca as exclua de participar plenamente nem procure minimizar tal participação. Deixe que decidam como participar. Proporcione a pessoa com deficiência visual a chance de ter sucesso e de falhar, tal como qualquer outra pessoa.
- 16) Cão-Guia: é assegurado à pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos veículos e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo. Neste caso a deficiência visual restringe-se à cegueira e à baixa visão. Constitui ato de discriminação, a ser apenado com interdição e multa, qualquer tentativa voltada a impedir ou dificultar o gozo desse direito (Lei nº 11.126/2005). O cão guia pode ingressar em todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro (Lei nº 11.126/2005).
- 17) Pessoa suspeita: quando se tratar de uma pessoa com deficiência visual suspeita, deverão ser seguidos todos os procedimentos acima,

tomando o cuidado de avisar a pessoa suspeita o momento em que for ser iniciada a busca pessoal, pedindo que permaneça calma.

Pessoa com deficiência auditiva:

- 1) Leitura labial: Muitas pessoas com deficiência auditiva fazem a leitura labial, portanto, fale claramente, distinguindo palavra por palavra, mas não exagere. Fale com velocidade normal, salvo quando lhe for pedido para falar mais devagar. Cuide para que a pessoa surda enxergue sua boca. A leitura dos lábios fica impossível, se você gesticula e segura alguma coisa na frente de seus próprios lábios, ou fica contra a luz.
- 2) Gritar nunca adianta: fale com tom normal de voz, a não ser que lhe peçam para levantar a voz.
- 3) Seja expressivo(a): como as pessoas surdas não podem ouvir as mudanças sutis do tom de sua voz, indicando sarcasmo ou seriedade, a maioria delas lerá suas expressões faciais, seus gestos ou os movimentos de corpo, para entender o que você quer comunicar.
- 4) Quando quiser falar com uma pessoa surda: chame a atenção dela, sinalizando com a mão ou tocando em seu braço. Enquanto estiverem conversando, mantenha contato visual. Se você olhar para outro lado, enquanto estiver conversando, a pessoa surda pensará que você terminou a conversa.
- 5) Quando tiver dificuldade para entender: se você tiver dificuldades para entender o que uma pessoa surda está falando, sinta-se à vontade para pedir que ela repita o que falou. Se ainda assim você não entender, peça-lhe para escrever.
- 6) Intérprete: quando a pessoa surda estiver acompanhada por intérprete, fale diretamente à pessoa surda, não ao(a) intérprete.
- 7) Ao planejar uma reunião: lembre-se de que os avisos visuais são úteis aos participantes surdos. Se estiver previsto um vídeo, providencie narração por escrito, ou um resumo do conteúdo do vídeo quando não houver legenda.
- 8) Pessoa suspeita: quando se tratar de pessoa suspeita, deverão ser seguidos todos os procedimentos acima, e efetuada a busca pessoal.
- 9) Forma de abordagem: Verificar a forma adequada de abordagem às pessoas em cadeiras de roda no capítulo específico de abordagem.



Pessoa com paralisia cerebral:

- 1) A pessoa com paralisia cerebral anda com dificuldades ou não anda, podendo ter problemas de fala. Seus movimentos podem ser estranhos ou descontrolados. Ela pode, involuntariamente, apresentar

gestos faciais incomuns, sob forma de caretas. Porém, podem ser pessoas muito inteligentes e sempre muito sensíveis. Ela sabe e compreende que não é como as outras pessoas.

- 2) Para ajudá-las, não as trate bruscamente. Adapte-se a seu ritmo. Se não compreender o que ela diz, peça-lhe que repita: Ela o compreenderá. Não se deixe impressionar por seu aspecto. Aja de forma natural! Sorria! É uma pessoa igual a você.

Pessoa com deficiência intelectual:

- 1) Deficiência intelectual não é doença mental: deficiência intelectual pode ser consequência de uma doença, mas não é uma doença. É uma "condição de ser". Nunca use a expressão "doentinho(a)" ou "bobinho(a)", quando se dirigir ou se referir a uma pessoa com deficiência mental.
- 2) Sela natural: cumprimente a pessoa com deficiência intelectual de maneira normal e respeitosa, não se esquecendo de fazer a mesma coisa ao despedir-se. A pessoa com deficiência intelectual é, no geral, bem disposta, carinhosa e gosta de comunicar-se.
- 3) Dê-lhe atenção, dirigindo-lhe palavras como: "que bom que você veio", "gostamos quando você vem nos visitar", tentando manter a conversa até quando for possível.
- 4) Evite a superproteção: a pessoa com deficiência intelectual deve fazer sozinha tudo o que puder. Ajude-a, quando realmente for necessário.
- 5) Tratamento igualitário: pessoa com deficiência intelectual é, em primeiro lugar, uma pessoa. Enquanto for criança, trate-a como criança. Quando for adolescente ou adulto, trate-a como tal.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SEVERA

- 1) Características: existem diversos graus de comprometimento, como Transtorno do Desenvolvimento Global (p.ex. Autismo) e outras, em que o indivíduo não interage com o mundo de forma adequada, apresenta sinais de agitação, não consegue comunicar-se, não tem noção do perigo e, apesar de ser dócil, é arredio e reage com agressividade em situações adversas.
- 2) O PSP⁴⁹ não poderá subestimar tais indivíduos: e deverá ter total atenção na condução deles, para evitar que se machuquem ou causem acidentes.

⁴⁹ PSP – Profissional de Segurança Pública

- 3) Ao conduzir essas pessoas a pé: deve-se ter cuidados ao atravessar ruas, pois elas poderão lançar-se na frente de veículos em movimentos.
- 4) Para onde conduzi-las: Essas pessoas deverão ser conduzidas a um centro de atendimento psicossocial (CAPS), até que seus parentes sejam encontrados.

1.5. COMUNIDADE LGBT

Um dos grupos sociais que sofrem com a discriminação é a comunidade LGBT (lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Esse grupo, entre outros já referidos acima, tem lutado pelo seu reconhecimento como cidadãos(ãs), ou seja, vem buscando garantias de direitos fundamentais que sempre lhes foram preteridos ao longo da história da humanidade, dentre estes direitos citamos: integridade física, moral e intelectual, condições de trabalho semelhantes a dos demais cidadãos(ãs).



O Estado tem por obrigação efetivar os direitos fundamentais a todas as pessoas, e isso não é diferente para a comunidade LGBT⁵⁰. A Constituição Federal de 1988 não trata diretamente da orientação sexual, porém quando relata sobre a discriminação, abrange todas as formas de discriminação, e nesse contexto inclui-se a orientação sexual de identidade de gênero. Sobre os conceitos trataremos logo abaixo.

A homofobia - medo, aversão ou ódio irracional LGBT⁵¹, é algo presente em nossa sociedade e isso se dá por vários ocorridos no decorrer da história da humanidade.

Nos últimos anos a população LGBT⁵² tem sido atenção de políticas públicas nas três esferas de governo.

Em abril de 2007 no 1º Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia que foi um marco na história, por ter reunido no Rio de Janeiro pela primeira vez representantes de organizações LGBT⁵³, das Polícias Civil e Militar, dos Governos e de Universidades, que apresentaram

⁵⁰ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵¹ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵² LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵³ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

propostas para o combate à discriminação e à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Diversas apresentações sobre a discriminação e violência contra LGBT⁵⁴ combinados a relatos de agressões e casos de discriminação serviram para dimensionar a real situação de violação aos direitos da comunidade LGBT⁵⁵.

Encontram-se entre elas: prevenção à violência, como campanhas informativas para orientar policiais e sociedade civil; inclusão dos temas de combate à homofobia e de conceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero no currículo das academias de polícia e de cursos de formação policial; estruturação de serviços de atendimento de vítimas de violência e investigação de crimes homofóbicos; criação de bancos e dados para registrar crimes, acompanhar políticas de segurança e o seu impacto na sociedade.

Essas diretrizes foram reafirmadas em 14 de maio de 2009, com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT⁵⁶, com destaque especial para as seguintes propostas:

- Propor a inclusão de temas e disciplinas relativas à orientação sexual, diversidade sexual e cultural e identidade de gênero nos currículos dos cursos de formação de militares e de policiais civis e militares, extensivo às Guardas Municipais.
- Capacitar e sensibilizar gestores(as), operadores(as) de direito e agentes sociais na área de segurança pública com ênfase nas relações de raça, religião de matriz africana, etnia, gêneros, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos.
- Inserir no currículo das academias de segurança pública capacitação, formação inicial e continuada em direitos humanos e princípios internacionais de igualdade e não discriminação derivada de homofobia, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.
- Garantir a segurança em áreas freqüentadas pela população LGBT⁵⁷ com grupos de policiais especializados, sobretudo nas quais há grande incidência de discriminação e violência, em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, entre outras, garantindo o policiamento proporcional ao número de pessoas nos eventos.
- Em âmbito estadual temos a Lei nº 3.157/2005, que dispõe sobre medidas de combate a discriminação devido à orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, que prevê sanções como advertência, multa, proibição de contratação com o poder público. E no

⁵⁴ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵⁵ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵⁶ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁵⁷ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

caso dos servidores abertura de processo administrativo e responsabilização caso seja considerado culpado.

- O princípio da Universalidade que abrange a todas as pessoas, sem excluir ninguém por sua condição, independente qual seja, uma vez que todas são seres humanos e assim devem ser tratados, foi abarcado pela Carta Magna de 1988 e pelo Plano Nacional de Direitos Humanos II.
- Os (as) PSP⁵⁸ quando do cumprimento de sua atividade profissional devem se atentar para o Princípio da Igualdade⁵⁹ preconizado em nossa Constituição Federal, pois um PSP em atuação sempre age em nome do Estado como garantidor de direitos e não baseados em intenções próprias ou em ideologias diversas.

CONCEITOS

Sexo: refere-se às características específicas e biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. O sexo determina que as fêmeas tenham vagina/vulva e os machos têm pênis; apenas isso. O sexo não determina por si só, a identidade de gênero, e muito menos, a orientação sexual de uma pessoa.

Orientação Sexual: é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra.

Identidade Sexual: é como a pessoa se percebe sexualmente. É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam através das preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo.

Gênero: não é um conceito biológico, é um conceito mais subjetivo, podemos dizer que é uma questão cultural, social. Gênero é um empreendimento realizado pela sociedade para transformar o ser nascido com vagina ou pênis em mulher ou homem. Nesse sentido, gênero é uma construção social, é preciso um investimento, a influência direta da família e da sociedade para transformar um bebê em 'mulher' ou 'homem'. Essa construção é realizada, reforçada, e também fiscalizada ao longo do tempo, principalmente, pelas instituições sociais, são elas: a igreja, a família e a escola.

Identidade de Gênero: é como a pessoa se sente: homem ou mulher. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

⁵⁸ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁵⁹ Princípio da Igualdade - consiste em assegurar às pessoas de situações iguais os mesmos direitos, prerrogativas e vantagens, com as obrigações correspondentes, o que significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, nos limites de suas desigualdades, visando sempre o equilíbrio entre todos.

Homossexual: Palavra usada para designar uma das formas de orientação sexual possível, neste caso, é a relação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo. No sentido literal, a palavra tem origem grega, onde homo exprime a idéia de semelhança ou igual. Importante ressaltar que a orientação sexual não é definida necessariamente pelo sexo ou pela identidade de gênero de uma pessoa.

Homoafetividade: O preconceito em torno da homossexualidade espalha uma idéia de que homossexuais se relacionam com o objetivo exclusivo de fazer sexo. Se, na sociedade, o sexo é visto como pecado, sujeira etc, e se não é reconhecido o amor e a afetividade entre pessoas do mesmo sexo, as relações homossexuais são vistas equivocadamente como relações de promiscuidade e perversão. O termo "homoafetividade" é utilizado para visibilizar e romper com o paradigma de que a homossexualidade está necessariamente restrita ao ato sexual. Que sim, a homossexualidade envolve relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Lesbofobia - Entendemos pela fobia que algumas pessoas e/ou grupos têm em relação às lésbicas. O termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre mulheres, um ódio generalizado às lésbicas e todos os aspectos do preconceito e discriminação heterossexista. É apontada como causa da maior parte dos casos de violência sofridos pelas lésbicas no mundo inteiro.

Homofobia - Tal qual a lesbofobia, é uma postura de repulsa ainda mais ampliada, ou seja, em relação às e aos homossexuais, e ainda às e aos travestis, às e aos transexuais.

Gay: são indivíduos masculinos que se relacionam afetivamente e sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

Lésbicas: São mulheres que se relacionam afetivamente e sexualmente com outras mulheres.

Bissexuais: são indivíduos que se relacionam sexual e afetivamente com pessoas de ambos os sexos.

Transexuais: são pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. A pessoa se identifica com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo. A identidade de gênero da pessoa não está em consonância com seu sexo biológico, gerando conflitos internos. Recorrer à cirurgia de readequação sexual é uma forma de superar a situação.

Travestis: o termo travesti se refere, principalmente, à pessoa que apresenta sua identidade de gênero oposta ao sexo designado no nascimento. Ela se diferencia da pessoa transexual porque não deseja se submeter à cirurgia de readequação sexual. Contudo, muitas vezes os/as travestis, de ambos os sexos, utilizam recursos como hormônios, silicone e próteses para adequar sua aparência física à sua identidade de gênero. É correto referir-se à pessoa

do sexo masculino que é travesti, como "a travesti" e não "o travesti", e vice-versa, respeitando assim, a sua identidade de gênero.

Como se referir a uma pessoa que é travesti: sempre buscar se referir a uma pessoa de acordo com sua identidade de gênero. Ex. se tiver uma pessoa do sexo masculino que é travesti deve-se referir a ela de acordo com a sua identidade de gênero que nesse caso é feminino, então, deve-se dizer: "a travesti" e não "o travesti".

Respeito ao nome social: O SUS já normatizou a obrigatoriedade de respeitar o nome social das travestis e transexuais, bem como diversos estados estão definindo como obrigatório o respeito ao uso do nome social nas escolas/universidades.

Diversidade: São as distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos de orientação sexual, gênero, sexo, faixa etária, raça/cor, etnia, pessoa com deficiência, entre outros.

ALGUMAS DICAS PRÁTICAS

- O nome de registro: em situação em que a pessoa é obrigada a se identificar com o nome de registro, principalmente no caso de travestis e transexuais, o(a) PSP⁶⁰ deve evitar constrangimento, chamando a pessoa pelo nome escolhido por ela e tomando nota, discretamente, do seu nome de registro.
- Respeite as diferenças: em hipótese alguma o(a) PSP⁶¹ deve utilizar termos preconceituosos ou depreciativos para se referir ou se dirigir a uma pessoa LGBT⁶², tais como: bicha, boiola, sapatão, traveco entre outros (vide Lei 3.157).
- Princípio da Legalidade: o(a) PSP⁶³ deve agir de acordo com o princípio da Legalidade e ser imparcial e impessoal quando do atendimento de pessoa GLBT⁶⁴, se pautando no princípio da universalidade no momento do atendimento, sendo ela vítima ou autora.
- Expressão correta: é correto usar a palavra "homossexualidade" e não "homossexualismo", dado que sufixo "ismo" denota doença, uma vez que a Organização Mundial de Saúde (OMS) deliberou em 1990 que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.

⁶⁰ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁶¹ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁶² LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁶³ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁶⁴ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

- Agir com respeito: O(a) cidadão(ã) LGBT⁶⁵ deve ser tratado de forma respeitosa, sem gracejos nem críticas pelo (a) PSP⁶⁶ que o (a) abordou ou foi acionado por ele (a), em situação de vítima da criminalidade e abuso de poder.
- Compreender para respeitar: quando em atendimento a ocorrência envolvendo GLBT⁶⁷, o(a) PSP⁶⁸ precisa demonstrar firmeza e agir com respeito, a intervenção será mais efetiva se prevalecer o respeito do ao invés de se partir para a violência. Muitas vezes a pessoa age de forma agressiva no sentido de querer chocar ou ser “escandalosa”, como reação a toda agressão que aquela pessoa sofreu durante o processo de exclusão imposto pela sociedade no decorrer do tempo.
- Combate à homofobia: é importante que o(a) PSP⁶⁹, integrante do Estado, se engaje no combate a homofobia dentro e fora de sua instituição, só assim estará cumprindo seu papel como promotor de direitos humanos.
- Defender o direito das pessoas: não está ligado à defesa da homossexualidade do ponto de vista pessoal, e sim, na defesa dos direitos das pessoas, pondo-as a salvo de atos desumanos, cruéis e degradantes como preconiza as normas de direitos humanos e CF/88⁷⁰.
- Atuar sem constranger: se o(a) cidadão(ã) LGBT⁷¹ teve um direito seu desrespeitado como vítima de crimes diversos, o(a) PSP⁷² que por ele for procurado deve tratá-lo(a) com respeito, sem constrangê-lo(a), ainda mais, com gracejos ou descrédito de seus apelos.
- Pessoa suspeita: ao suspeitar de homossexual masculino o (a) PSP⁷³ deverá, da maneira menos constrangedora possível, proceder a busca pessoal evitando apertar-lhe os “seios”, se este os tiver, podendo realizar uma vistoria entre os mamilos como é procedida em mulher; no restante do corpo a busca se procede normalmente. Quando o caso requerer, o(a) PSP⁷⁴ poderá proceder a busca pessoal de acordo com técnica apropriada para o caso. Verificar capítulo referente a abordagem.
- No caso de busca em homossexual feminino (lésbica), evitar apalpar seios e partes íntimas, quando não houver uma PSP⁷⁵ do sexo feminino

⁶⁵ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁶⁶ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁶⁷ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁶⁸ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁶⁹ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁷⁰ CF/88 - Constituição Federal/1988

⁷¹ LGBT - lésbica, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

⁷² PSP - Profissional de Segurança Pública

⁷³ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁷⁴ PSP - Profissional de Segurança Pública

⁷⁵ PSP - Profissional de Segurança Pública

para realizar, poderá ser procedida busca pessoal de acordo com técnica apropriada para o caso. Verificar capítulo referente à abordagem.

1.6. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Os(as) moradores(as) em situação de rua se encontram num estágio de grande vulnerabilidade social e, muito comumente, possuem um histórico de consecutivas perdas e uma série de rompimentos com o trabalho, a família e, por fim, com a própria moradia. Normalmente sobrevivem com pouca ou nenhuma renda. É comum trabalharem como catadores(as) de material reciclável nas ruas e lixões ou sobreviverem de pequenos trabalhos artesanais e outras atividades, como lavar e vigiar carros, por exemplo. Há os(as) que, já decaídos, vivem de pedir esmolas. Existem também os(as) trabalhadores(as) sazonais⁷⁶ e pessoas que não se fixam numa cidade. Esses últimos recebem o apelido de trecheiros(as).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS⁷⁷ (2007) 82% da população em situação de rua são do sexo masculino; 53% possuem entre 25 e 44 anos; 39,1% se declararam pardas, 29,5 brancas e 27,9% negras; 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais; 74% sabem ler e escrever, 17,1% não sabe escrever e 8,3% apenas assinam o nome e 95% não estudava na época da contagem.

No que tange ao trabalho 70,9% exercem alguma atividade remunerada, com destaque para catador(a) de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%), carregador(a)/estivador(a) (3,1%) e somente 15,7% das pessoas declararam que pediam esmola como meio de obtenção de renda, mostrando que a situação de pedinte não é a mais comum entre os moradores de rua.

Ainda segundo a contagem, a maioria (88,5%) da população em situação de rua não é atingida por nenhum programa governamental. Dos que recebem algum benefício, 3,2% recebe aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada alcança 1,3% dessa população.

⁷⁶ Sazonal, é uma característica de um evento que ocorre sempre em uma determinada época do ano (<http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php?palavra=sazonal>)

⁷⁷ O MDS realizou em 2007 uma contagem da população em situação de rua em setenta e uma cidades do país, entrevistando 31.922 pessoas (Sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua feito – MDS, publicado em 2008).



DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE DEVEM SER OBSERVADOS

- 1) Princípio da dignidade da pessoa humana e da vedação à discriminação (art. 1º, II e III, CF/1988) – que garante que todas as pessoas, independente de sua aparência ou qualquer outra condição física, psicológica ou social, deve ser tratada com respeito a sua dignidade de pessoa.
- 2) Princípio da Justiça Social (art. 3º, I, III, IV, CF/1988) – que garante que quando uma pessoa estiver vivendo em condições sociais extremamente precárias, deve ser atendida e encaminhada aos órgãos competentes para que possa recuperar as condições de vida digna.
- 3) Princípio da igualdade ou isonomia (art. 5º, CF/1988) – que significa que as pessoas em situação de rua são cidadãs como qualquer outra que mora nesse país, e assim devem ser tratadas pelas autoridades e por todas as pessoas, e não com menosprezo ou humilhações por parte de quem quer que seja.
- 4) Princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/1988) – que diz que ninguém será obrigado(a) a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, ou seja, as pessoas na rua não podem ser obrigadas a fazer nada que não seja exigido por lei, e são livres para estar em qualquer lugar, sem que a sua presença signifique desrespeito à lei, exceto se estiverem praticando um ilícito penal.
- 5) Princípio da vedação à tortura e tratamento desumanos e degradantes (art. 5º, III, CF/1988) – que diz que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, portanto, as pessoas em situação de rua devem ser tratadas com respeito.
- 6) Princípio da inviolabilidade do direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem (art. 5º, X, CF/1988) – que garante que os pertences (por mais humildes e precários que sejam), quando for necessária e justificada uma revista, devem ser tratados como os pertences de qualquer cidadão(ã), e devolvidos no mesmo estado em que encontravam.
- 7) Princípio da função social da propriedade (art. 5º, XXII e XXIII, CF/1988) – que diz que é assegurado o direito de propriedade, mas que essa propriedade deverá atender a sua função social. Assim, quando qualquer morador(a) em situação de rua estiver próximo ou nas dependências de uma propriedade privada não ocupada ou não utilizada, sem praticar nenhum delito ou tumulto anormal, estará apenas dando a esse imóvel (ou bem) uma utilidade social, que é dar guarida (acolhida) às pessoas. O legítimo proprietário ou quem queira requerer para si o imóvel ou bem deve fazê-lo junto ao Poder Judiciário, que definirá o que deve ser feito.

PROCEDIMENTOS PARA OCORRÊNCIAS QUE ENVOLVAM PESSOAS MORADORAS DE RUA

- 1) Levante informações úteis: faça um levantamento de todos os abrigos e albergues que recebem pessoas em situação de rua e o tenha sempre com você. Procure saber se em sua cidade existe algum órgão que lida diretamente com a melhoria das condições das pessoas em situação de rua, como a Pastoral de Rua ou alguma sede do Movimento Nacional da População de Rua. Caso tenha, faça contato com eles e mantenha-se informado(a).
- 2) Problema social: é necessário entender a situação de rua como um problema social que requer diálogo, resolução pacífica de conflitos e encaminhamentos adequados.
- 3) Saiba falar: É necessária uma forma enérgica, mas cordial de falar.
- 4) Condição de cidadão(ã): é imprescindível que você jamais deixe de considerar a condição de cidadão(ã) dessas pessoas.
- 5) Respeito à dignidade: lembre-se a situação de rua não retira de uma pessoa sua dignidade a ponto de ser tratada como um(a) infrator(a) em potencial.
- 6) Muitos não têm documentos pessoais: grande parte das pessoas em situação de rua tem seus documentos extraviados, por terem sido perdidos ou furtados, ou ainda, por terem sido apreendidos por policiais arbitrariamente, visto viverem em situação de grande vulnerabilidade por viverem na rua e de forma preconceituosa serem tratados como vagabundos e não como cidadãos(ãs).
- 7) Respeite pertences pessoais: você, certamente, se orgulha de sua casa, de seu carro, enfim de seus pertences e bens. As pessoas em situação de rua também têm seus pertences e documentos que devem ser preservados e mantidos em sua posse, desde que não sejam ilícitos é claro. Respeite sempre este direito destas pessoas, e pense neles como os únicos e preciosos bens que elas possuem.
- 8) O(A) PSP⁷⁸ é intérprete das normas legais: os(as) PSP, no exercício de suas funções, lidam com variadas situações que envolvem o policiamento e com diferentes grupos de pessoas, dentre elas as pessoas em situação de rua, que se encontram em grave estado de vulnerabilidade social. Sendo o(a) PSP intérprete das normas legais, pode e deve encontrar saídas e soluções ditadas pelo bom senso para os problemas que lhes são trazidos pela população, em vez de aumentar o problema com uma nova violação de direitos.

⁷⁸ PSP – Profissional de Segurança Pública

2. MINORIAS

A Declaração sobre Raça e Preconceito Racial (UNESCO, 27.11.1978), preconiza que os povos têm o direito de serem diferentes, de se considerarem diferentes e de serem vistos como tais.

Discriminação é a política que objetiva separar ou isolar no seio de uma sociedade as minorias raciais, sociais, religiosas, culturais e ideológicas. Lamentavelmente o racismo e a segregação social ainda existem em nossa sociedade.

Segundo o artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, as minorias protegidas são:

- Étnicas;
- Religiosas;
- Linguísticas

PROCEDIMENTOS FRENTE ÀS MINORIAS

- 1) Bom-senso e profissionalismo: O(A) PSP⁷⁹ deve pautar seu desempenho sempre nos princípios do bom-senso e profissionalismo ao lidar com situações nas quais uma pessoa se sinta discriminada por sua cor, religião, etnia, língua ou procedência nacional, demonstrando sempre respeito pela crença e cultura das pessoas envolvidas, buscando uma melhor solução do problema.
- 2) Ação preconceituosa: Jamais considere suspeita a pessoa negra, indígena ou de outra raça/etnia simplesmente por sua origem étnica, isso é PRECONCEITO;
- 3) Evite apelidos: jamais trate as pessoas negras, indígenas ou estrangeiras suspeitos(as) ou não, por apelidos ofensivos à pertinência racial.
- 4) Todos são iguais perante a lei: quando houver pessoas de raças/etnias diferentes, nunca reviste apenas algumas liberando outras por razões injustificáveis. Não se esqueça: todos são iguais perante a lei
- 5) Racismo X Injúria: o(a) PSP⁸⁰ deve ter cuidado para não confundir o crime de racismo com o crime de injúria. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível, o de injúria não é. No ato da elaboração do Boletim de Ocorrência o(a) PSP⁸¹ deve registrar na íntegra a expressão utilizada durante a ofensa, pois será isso que configurará ou o crime de injúria ou de racismo.

⁷⁹ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁸⁰ PSP – Profissional de Segurança Pública

⁸¹ PSP – Profissional de Segurança Pública

Racismo X Injúria:

O crime de racismo é tipificado pela lei 7.716/1989 alterada pela lei 9.459/1997. O crime de injúria é tipificado pelo art. 140, §3º do Código Penal Brasileiro. Em suma, a solução da questão reside no bem jurídico protegido pela norma. O artigo 20 da Lei de Racismo e o art. 140, §3º do Código Penal protegem bens jurídicos diferentes. O primeiro tutela a igualdade e o respeito étnico; o segundo, a honra subjetiva do cidadão.

Ex1. Racismo: Se num estabelecimento for colocada uma placa com os seguintes dizeres "Neste estabelecimento é proibida a presença de negros", ou se uma pessoa disser para outra "Isso só poderia ser coisa de negro mesmo". Nestes dois casos há a prática do crime de racismo, pois o bem jurídico desrespeitado não foi somente a pessoa vítima direta da ofensa e sim a sua raça.

Lei nº 7.716, de 05/01/89 (racismo) - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, estabelecendo penas de reclusão de até cinco anos. Segundo a lei, racismo é uma demonstração de preconceito por causa da raça, da origem, etnia, religião ou cor da pessoa e todos os crimes resultantes de discriminação ou preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional; deverão ser punidos na forma da lei

Ex2. Injúria: Se numa discussão entre duas pessoas, uma diz para a que é negra: "Você é um negro fedido". Neste caso há injúria, tipificada pelo art. 140, §3, CP, pois a intenção foi de ofender apenas a pessoa, não a sua raça.

SIGNIFICADOS

Abandono: ausência ou deserção, por parte do responsável, dos cuidados necessário às vítimas, ao qual caberia prover custódia física ou cuidado.

Abuso financeiro aos idosos: exploração imprópria ou ilegal e/ou uso não consentido de recursos financeiros de um idoso.

Abuso físico ou maus-tratos físicos: uso de força física que pode produzir uma injúria, ferida, dor ou incapacidade.

Abuso psicológico ou maus-tratos psicológicos: agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda isolá-la do convívio social.

Abuso sexual: ato ou jogo sexual que ocorre em relação hetero ou homossexual que visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

Autonegligência - conduta de pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, com a recusa ou o fracasso de prover a si mesmo um cuidado adequado.

AVP – Atentado Violento ao Pudor.

Captura - ação policial consistente em privar uma pessoa de sua liberdade de locomoção, em virtude de suspeição da prática de delito, ou de mandado de prisão.

CIOPS – Centro Integrado de Operações Policiais

D.V. – Deficiência Visual

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IML – Instituto Médico Legal

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Maria da Penha - Maria da Penha Maia Fernandes é uma biofarmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor (ex-marido) viesse a ser condenado. Em 1983, seu ex-marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez atirou contra ela, simulando um assalto, e na segunda tentou eletrocutá-la. Por conta das agressões sofridas, Penha ficou paraplégica. Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão. Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Solto em 2002, hoje está livre. Atualmente Maria da Penha tem 60 anos, três filhas, é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres.

Mulher capturada – mulher privada de sua liberdade de locomoção, em virtude de suspeição da prática de delito, ou de mandado de prisão.

Mulher detidas – mulher privada de sua liberdade, aguardando julgamento.

Mulher presa – mulher privada de sua liberdade, como resultado da condenação pelo cometimento de delito.

Pessoa detida – é aquela pessoa privada de sua liberdade, aguardando julgamento.

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

PSP – Profissional de Segurança Pública.

TELEFONES ÚTEIS

Polícia Militar: 190

Bombeiro Militar: 183

Ligue 180 (SOS Mulher Nacional): 180

SOS Mulher (MS): 0800 67 1236

Serviços de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas:

(67)191 / (67)3368-1100 / (67)3312-7720

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Campo Grande):

(67)3384-1149 / (67)3384-1149

Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude:

SOS Criança: 0800 6471323 / 3381-6000

Conselho Tutelar Norte (Campo Grande): (67) 3314-6371 / 3314-6366

Conselho Tutelar Sul (Campo Grande): (67) 3314-6370 / 3314-6367

Casa da Cidadania (onde ficam os Conselhos Estaduais): (67) 3321-3228

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher: (67) 3382-8224

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: (67) 3324-3579

Conselho Estadual da Pessoa Idosa: (67) 3382-4114

Conselho Estadual da Pessoa Com Deficiência: (67)3324-2676

Centrho⁸² (homofobia): 67 3324-0763 centrho@hotmail.com

Conselho Estadual do Negro: (67) 3382-9206

Conselho Estadual dos Direitos do Índio: (67) 3384-4856

⁸² Centrho - Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia)

REFERÊNCIAS

- BARSTED, Leila Linhares. **Gênero e desigualdade**. Disponível em: <www.cepia.org.br/doc/generoedesigualdades.pdf>. Acesso em 14 Out 2009.
- BASTOS, R.L. **Patrimônio Arqueológico, Preservação e Representação Sociais: Uma proposta para o País através da análise da situação do Litoral Sul de Santa Catarina**. Programa de Pós-graduação de arqueologia. Museu de Arqueologia e etnologia. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2008.
- _____. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848/1940**. Brasília: Senado Federal, 2002
- _____. **Direito do Portador de Deficiência**. Lei nº 11.126 - de 27 de junho de 2005: D.O.U, 2005.
- _____. **Estatuto do idoso**. Lei nº 10.741 - de 1º de outubro de 2003: D.O.U, 2003.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. D.O.U, 1990.
- _____. **Estatuto do Índio**. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. D.O.U, 1973.
- _____. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. D.O.U, 2006.
- _____. **Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor**. lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. D.O.U., 1989.
- KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual uma breve introdução**. Disponível em: <www.coturnodevenus.org.br/leisejuris/diversidadessexual.htm>. Acesso em 14 Out 2009. SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Apostila do curso, "Atendimento Policial a Vítimas de Violência Doméstica". Brasília, 2009.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei 3157/2005. Medidas de combate à discriminação devido a orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, D.O., 2005.
- SENASP. Apostila do curso Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis. Brasília, 2009.
- _____. Apostila do curso Segurança Pública sem Homofobia. Brasília, 2009.

CAPÍTULO VI

INTELIGÊNCIA POLICIAL

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

JEFFERSON NEREU LUPPE;
*Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS; Bacharel em Direito,
Especialista em "Formação de Docentes";
Professor da Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL;
atua como Assessor de Comunicação e de Telemática da PCMS.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Conceito da Atividade de Inteligência de Segurança Pública

A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para produção e salvaguarda de conhecimentos, necessários para prever, prevenir e reprimir atos delituosos de qualquer natureza ou relativos a outros temas de interesse da Segurança Pública e da Defesa Social.

Sua finalidade é assessorar a atividade de Segurança Pública e Defesa Social e na formulação das respectivas políticas, dando maior efetividade às suas ações estratégicas, tático-operacionais e de proteção ao conhecimento.

1.2. Características da Atividade de Inteligência de Segurança Pública

As características da ISP são os aspectos distintivos e as particularidades que a identificam e a qualificam como tal. Suas principais características são:

Produção de Conhecimento: é a característica de ISP que a qualifica como uma atividade de Inteligência, na medida em que busca e coleta dados e, por meio de metodologia específica, transforma-os em conhecimento preciso, com a finalidade de assessorar os usuários no processo decisório;

Assessoria: é a característica da ISP que a qualifica como órgão de assessoramento, constituindo-se como meio para o planejamento das ações da atividade de segurança pública e produzindo conhecimentos para o processo decisório;

Verdade com Significado: é a característica de ISP que a torna uma produtora de conhecimentos precisos, claros e imparciais, de tal modo que consiga expressar as intenções, óbvias ou subentendidas, das pessoas envolvidas ou mesmo as possíveis ou prováveis consequências dos fatos relatados;

Busca dos Dados Protegidos: é a característica de ISP de obter dados não disponíveis e protegidos, em um universo antagônico, uma vez que os dados relevantes do ambiente criminal encontram-se, invariavelmente, protegidos;

Ações Especializadas: é a característica de ISP que, em face de

metodologia, técnica e linguagem próprias e padronizadas, exige dos seus integrantes, formação acadêmica permanente complementada por treinamento e experiência;

Economia de Meios: é a característica da ISP que permite otimizar os recursos disponíveis, o que é proporcionado pela produção de conhecimentos objetivos, precisos e oportunos;

Iniciativa: é a característica de ISP que induz a produção de conhecimentos antecipados e tem uma atitude pró-ativa e não somente reativa;

Abrangência: é a característica de ISP que lhe permite ser empregada em qualquer campo do conhecimento de interesse da Segurança Pública;

Dinâmica: é a característica de ISP que lhe possibilita adequar-se às novas tecnologias, métodos, técnicas, conceitos e processos;

Segurança: é a característica de ISP que visa garantir sua existência, protegida de ameaças.

1.3. Princípios da Atividade de Inteligência de Segurança Pública

A Inteligência de Segurança Pública é exercida em perfeita sintonia com as suas finalidades e sob a égide de determinados princípios, de forma que a aplicação de um deles não acarrete prejuízo no emprego dos demais. Esses princípios são as proposições diretoras – as bases, os fundamentos, os alicerces, os pilares – que orientam e definem os caminhos da atividade.

Os mais importantes princípios são:

Amplitude: é o princípio da ISP que consiste em alcançar os mais completos resultados possíveis nos trabalhos desenvolvidos.

Interação: é o princípio da ISP que implica estabelecer ou adensar relações sistêmicas de cooperação, visando otimizar esforços para a consecução dos seus objetivos.

Objetividade: é o princípio de ISP que visa cumprir suas funções de forma organizada, direta e completa, planejando e executando ações de acordo com objetivos previamente definidos.

Oportunidade: é o princípio da ISP que objetiva a produção de conhecimentos em prazo que permita seu aproveitamento.

Permanência: é o princípio da ISP que visa proporcionar um fluxo constante e contínuo de dados e de conhecimentos.

Precisão: é o princípio da ISP que objetiva a produção do conhecimento verdadeiro com a veracidade avaliada, significativo, completo e útil.

Simplicidade: é o princípio da ISP que orienta a sua atividade de forma clara e concisa, planejando e executando ações com o mínimo de custos e riscos.

Imparcialidade: é o princípio da ISP que orienta a atividade de modo a ser isenta de idéias preconcebidas e/ou tendenciosas, subjetivismos e distorções.

Compartimentação: é o princípio da ISP que objetiva a fim de evitar riscos e comprometimentos restringir o acesso ao conhecimento sigiloso somente para aqueles que tenham a real necessidade de conhecê-lo.

Controle: é o princípio da ISP que demanda a supervisão e o acompanhamento sistemático de todas as suas ações, de forma a assegurar a não interferência de variáveis adversas.

Sigilo: é o princípio da ISP que visa preservar o órgão, seus integrantes e ações.

1.4. Valores da Inteligência de Segurança Pública:

A atividade de ISP é constituída como um serviço à causa pública, submetida aos princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da legalidade, e, em especial, tendo em vista a observância da ética, dos direitos e garantias individuais e sociais e o Estado democrático de direito.

O produto utilizado na Inteligência de Segurança Pública é basicamente, a informação estratégica, ou seja, aquela que muitas vezes não é utilizada diretamente na investigação policial ou no Inquérito Policial, como Ex. movimentação de grupos sociais (MST, Indígenas), situações que poderão afetar o produto da Polícia Civil, estas informações podem e devem chegar de qualquer forma ao DIP, telefonema, relatório, fax, ou a SISP/SEJUSP.

As informações relativas à IP também poderão agregar valor ao conjunto de dados constantes nos arquivos da Inteligência, porém aí, a via correta é o presidente dos autos de investigação, repassar tais informes.

No âmbito da SISP, estas informações poderão ser remetidas para a **Coordenadoria de Operações de Inteligência**, pelo telefone (67) 3312-7100.

2. LEGISLAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL DE MATO GROSSO DO SUL

A legislação local que trata do assunto é o Decreto nº 12.409, de 19 de setembro de 2007, que altera e consolida a estrutura do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e o Decreto nº 12.310, de 3 de maio de 2007, que cria a Superintendência de Inteligência de Segurança Pública e dispõe sobre o seu funcionamento e suas competências.

ANEXO 1

Decreto nº 12.409, de 19 de setembro de 2007

Altera e consolida a estrutura do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, incisos VII e IX da Constituição Estadual,

Considerando que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, conforme dispõem os artigos 144 e 40 da Constituição Federal e a do Estado, respectivamente;

Considerando o disposto no Decreto Federal nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, que cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, tecnicamente inserido no Sistema Brasileiro de Inteligência;

Considerando que, cada vez mais se reconhece a necessidade da existência de um Sistema de Inteligência, que possa, em face da dinâmica da segurança pública, realizar um permanente processamento de dados, visando à produção de conhecimentos relativos à criminalidade e à violência;

Considerando a efetiva necessidade de ampliar, integrar e otimizar a tramitação dos documentos de inteligência e das ações dos diversos órgãos de inteligência, no âmbito da administração pública estadual;

Considerando a necessidade da criação de um sistema não-hierarquizado em que dados e conhecimentos possam fluir, com capilaridade e rapidez, da base à cúpula e vice-versa, a fim de, oportunamente, prover os seus usuários do conhecimento nos respectivos níveis e áreas de atribuição,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, criado pelo Decreto nº 12.126, de 20 de julho de 2006, como integrante do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, com o objetivo de executar a atividade de Inteligência de Segurança Pública no Estado.

Art. 2º O Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a chefia do Secretário de Estado de Justiça e

Segurança Pública, é composto pelos seguintes órgãos:

I - Órgão Central:

a) Superintendência de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SISP/SEJUSP);

II - Agências de Inteligência Efetivas:

a) Segunda Seção do Estado-Maior do Comando-Geral da Polícia Militar (PM2/PMMS);

b) Departamento de Inteligência Policial da Diretoria-Geral de Polícia Civil (DIP/DGPCMS);

c) Segunda Seção do Estado-Maior do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar (2ª Seção/CBMMS);

III - Agências de Inteligência Especiais:

a) Gerência de Inteligência do Sistema Penitenciário da Agência Estadual do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (GISP/AGEPEN);

b) Seção de Inteligência do Departamento de Operações de Fronteira (DOF).

Art. 3º Outras Agências de Inteligência poderão integrar o Sistema, como agências afins, mediante o estabelecimento de termos de cooperação ou instrumentos congêneres, respeitando-se as prerrogativas constitucionais e o interesse da Segurança Pública.

Art. 4º As Agências de Inteligência Efetivas criarão seus próprios subsistemas, de modo a estabelecer a capilaridade do fluxo de produção de conhecimentos, sob a orientação da Superintendência de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Art. 5º As Agências de Inteligência interligar-se-ão ao órgão central e entre si por meio de canal técnico.

Art. 6º Para os fins de seleção e qualificação do pessoal integrante do sistema, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública estabelecerá normas detalhadas para o seu recrutamento administrativo, observando-se o seguinte:

I - os chefes de Agências Efetivas deverão, obrigatoriamente, possuir curso específico na Área de Inteligência;

II - para a nomeação nos cargos de chefia de Agências Efetivas, será consultado o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública;

III - para a nomeação nos cargos de chefia das agências especiais, a SISP/SEJUSP será consultada, por meio de documento de inteligência próprio da atividade.

Art. 7º O controle do pessoal integrante das Agências de Inteligência e dos respectivos subsistemas será de responsabilidade do chefe de

cada Agência, adequando-se às características próprias de cada organização.

Art. 8º O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, visando ao desenvolvimento do sistema de inteligência, firmará convênios ou contratos com entidades especializadas, públicas ou privadas.

Art. 9º No prazo de trinta dias, a contar da publicação deste Decreto, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública editará os atos normativos necessários à regulamentação das atividades a serem desenvolvidas pelo sistema de inteligência no âmbito estadual.

Art. 10. O Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul é representado no Subsistema de Segurança Pública do Governo Federal, pelo seu órgão central (SISP/SEJUSP).

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revoga-se o Decreto nº 12.126, de 20 de julho de 2006.

Campo Grande, 19 de setembro de 2007.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado

WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO 2

Decreto nº 12.310, de 3 de maio de 2007

Cria a Superintendência de Inteligência de Segurança Pública e dispõe sobre o seu funcionamento e suas competências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII e IX do art. 89 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Superintendência de Inteligência de Segurança Pública - SISP, na estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como fundamento a defesa do Estado Democrático de Direito, o respeito aos princípios, direitos e garantias estabelecidas na Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana e a preservação da autonomia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, entende-se como de inteligência as atividades de identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais à segurança pública do Estado, promovendo a coleta, a busca e a análise de dados e produzindo conhecimentos que subsidiem decisões nas diversas esferas do governo, reduzindo ao máximo o grau de incerteza sobre questões pertinentes à segurança pública no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 3º A SISP terá a seguinte estrutura:

I - Coordenadoria de Inteligência;

II - Coordenadoria de Contra-Inteligência;

III - Coordenadoria de Operações;

IV - Coordenadoria de Fiscalização e Controle.

Art. 4º Compete à SISP:

I - representar e gerenciar o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul;

II - assessorar o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública com conhecimentos produzidos pelas áreas de inteligência e contra-inteligência;

III - coletar, buscar, processar, analisar, trocar, controlar, cadastrar e armazenar infor

VII - manter intercâmbio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública (RENISP) e órgãos de inteligência de outros Estados da Federação e organismos internacionais.

Art. 6º Compete à Coordenadoria de Inteligência:

I - identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais a respeito dos assuntos relativos à Segurança Pública;

II - solicitar conhecimentos aos órgãos do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

III - fazer ligações sistemáticas com órgãos do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e, eventualmente, com órgãos públicos ou privados, com vistas à obtenção de conhecimentos relacionados com a Segurança Pública;

IV - produzir conhecimentos sobre Segurança Pública que subsidiem decisões na esfera do governo estadual;

V - produzir documentos de inteligência que serão difundidos pela SISP;

VI - criar e atualizar banco de dados com a finalidade de atender a planejamentos, tomada de decisões ou de acompanhamento de ações planejadas exclusivamente dedicados à segurança pública.

Art. 7º Compete à Coordenadoria de Contra-Inteligência:

I - adotar medidas de segurança orgânica que visem à prevenção e à obstrução de ações adversas de qualquer natureza no âmbito da SEJUSP;

II - acompanhar a execução das atividades da área de tecnologia da informação e da comunicação, conforme a política de segurança de informação e a legislação vigente;

III - supervisionar a fiel execução da doutrina de inteligência.

Art. 8º Compete à Coordenadoria de Operações:

I - administrar o sistema de captação de sinais eletromagnéticos da SEJUSP, na forma da Lei Federal nº 9.296, de 24 de julho de 1996, competindo-lhe:

a) liberar o sistema mediante solicitação do Diretor de Inteligência da Polícia Civil ou do Delegado Titular do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) ou do Chefe do Serviço de Inteligência da Polícia Militar, acompanhada de cópia da autorização judicial;

b) proceder e manter registros e análises de dados obtidos, objetivando atender às autoridades solicitantes;

II - remeter mensalmente, ao Ministério da Justiça, em planilha própria da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SENASP/SINESPJC), os dados estatísticos relativos às ocorrências registradas no âmbito das unidades policiais subordinadas à SEJUSP;

III - administrar a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 9º Compete à Coordenadoria de Fiscalização e Controle:

I - receber, difundir e arquivar documentos de inteligência;

II - administrar as redes de dados da Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública (RENISP) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

III - acompanhar a execução e os resultados das ações de inteligência desenvolvidas pelas instituições que compõem o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 10. A SISP é dirigida por Superintendente indicado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, possuidor de notório conhecimento na área de inteligência de Segurança Pública.

§ 1º As Coordenadorias serão chefiadas por profissionais possuidores de notório conhecimento na área de inteligência de Segurança Pública.

§ 2º A Coordenadoria de Operações, responsável pelas medidas operacionais previstas na Lei Federal nº 9.296, de 24 de julho de 1996, será dirigida por Delegado de Polícia em exercício, possuidor de curso na área de inteligência de Segurança Pública.

Art. 11. Os órgãos de inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Gerência de Inteligência do Sistema Penitenciário e Departamento de Operações de Fronteira (DOF) devem apresentar mensalmente, à SISP relatórios das ações de inteligência realizadas pelas respectivas corporações.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

2006.

Art. 13. Revoga-se o Decreto nº 12.139, de 17 de agosto de

Campo Grande, 3 de maio de 2007.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado

WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

CAPÍTULO VII

LOCAL DE CRIME - ATENDIMENTO, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

ROSELY DE MIRANDA BISPO;
Perita Criminal da Coordenadoria-Geral de Perícias - CGP de Mato Grosso do Sul;
Bacharel em Ciências Contábeis; Pós-Graduada em "Gênero e Políticas Públicas";
Professora da Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL e do Centro de Formação e
aperfeiçoamento de Praças - CFAP da PMMS; Tutora EAD/SENASP; atua no Núcleo de
Perícias Externas do Instituto de Criminalística - IC da CGP.

1. INTRODUÇÃO

Os procedimentos utilizados em atendimento de locais de crimes se tornam diversos e conforme a atuação personalizada de cada profissional de segurança pública. A temática discutida neste capítulo, está cada vez mais, sendo utilizada como foco, para que a sua realização garanta a sociedade, um trabalho de justiça digno de ser visto com respeito e peça principal de uma investigação.

Em estudo realizado em uma das capitais brasileiras, realizada pela Fundação João Pinheiro¹, relatado em um dos cadernos Temáticos da CONSEG (2009) – “Reflexões sobre a Investigação Brasileira através do Inquérito Policial”, demonstra que o tratamento dos dados da base indica que, para cada inquérito policial, foram realizadas em média 2,5 perícias. Entretanto, menos de 1/4 delas referiam-se à perícia de local do crime, que, como se sabe, é um instrumento fundamental para o esclarecimento da mecânica do crime. O motivo da ausência dessas perícias no inquérito que se converteu em denúncia e, conseqüentemente, em processo, indica também que o exame não foi requisitado pelo Ministério Público. Salienta o estudo, que o peso dado à confissão do suspeito nos dados, permite supor que, por meio do inquérito policial procede-se de fato à formação da culpa, em uma fase em que o contraditório, bastante mitigado, restringe-se a velar pela lisura dos procedimentos realizados.

No mesmo caderno, no trabalho de Ratton e Torres (2009)², foi apresentada algumas das principais dificuldades enfrentadas cotidianamente na condução de investigações e inquéritos, percebido nos discursos dos policiais civis, e entre elas esta, **a violação corriqueira da cena do crime**. No âmbito da investigação, pode até ser citada como uma das principais causas da impunibilidade, porém, na área pericial, é um dos principais problemas que prejudicam a conclusão em um exame pericial.

Portanto, a emblemática na atividade de preservação e isolamento de crime, deve ser pautada nas instituições que compõem Segurança Pública, para buscar políticas que produzam trabalhos com qualidade, a fim de

¹ Vargas, J. D e Nascimento, L. F. Z – O Inquérito Policial no Brasil – Uma pesquisa Empírica: O caso da investigação criminal de homicídios dolosos em Belo Horizonte

² RATTON, J. L e TORRES, V. – “Considerações sobre o Inquérito Policial: o que pensam policiais civis, defensores, promotores e juizes em Pernambuco”

preservar as garantias de todos os envolvidos que é o de ter um tratamento justo ou de ver a sua demanda atendida.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A notícia de cometimento de crime em uma comunidade, região ou bairro desperta em qualquer pessoa a sua curiosidade nata, e inerente ao ser humano. Essa curiosidade faz com que o cidadão, se aproxime do evento, alimentados muitas vezes, por determinadas reportagens jornalísticas, que estampam a violência com grande visibilidade.

E, é este cidadão, ou grupo de cidadãos, que são os primeiros a chegar num local de crime, pois a ocorrência se deu nas vizinhanças, e por ser de fácil acesso.

Nesta primeira fase, a intervenção do Estado, em preservar e isolar o local de crime é quase nula. Neste estudo, do ponto de vista de se determinar a culpabilidade, tendo em vista a não intencionalidade de produção de efeitos sobre o local, pode não ser considerado o mais grave. Tais condições poderão ser concluídas posteriormente após uma investigação preliminar, sobre as condições do local, e um bom levantamento pericial.

Preocupa a elucidação de um crime, quando um agente de segurança, devidamente treinado e capacitado para atuar como deveria, comete imprudências ou atos impensados com prejuízo aos exames periciais.

A investigação dos crimes contra a vida é a mais complexa, envolvente e representa a essência do trabalho policial, razão pela qual, continuamente através dos tempos, constitui fonte de inspiração para escritores e cineastas, notabilizando personagens, atores e policiais³.

O Inquérito Policial que, no ordenamento processual penal brasileiro, reúne todas as informações e diligências contidas na investigação de uma infração penal, deverá ser minuciosamente elaborado quando cuidar de crimes contra a vida. A primeira preocupação prende-se à natureza do fato, se acidental ou criminosa, e, neste último caso, se dolosa ou culposa.

Nos crimes contra a vida, o local do fato assume importância vital, pois reúne, via de regra, os elementos necessários ao prosseguimento da investigação. Sua preservação imediata é dever de todo policial que com ele se defrontar, propiciando, deste modo, perfeitas condições de trabalho à equipe especializada.

O isolamento faz parte da atuação e responsabilidades do primeiro

³ São Paulo, 2002. Manual operacional do policial civil.

profissional de segurança pública, pois momentos antes da sua chegada, o que poderia ter acontecido, indubitavelmente fará parte do cenário. E, qualquer vestígio deixado pelo cidadão, será posteriormente analisado e classificado ou como ilusório ou adulterado.

De forma contumaz, a equipe pericial é a última a chegar aos locais de crime, pois a sequência de chamada se encerra com a averiguação da necessidade dos exames, tendo em vista a presença de vestígios, por parte da Autoridade Policial. Conforme o caso, esta equipe pode requerer a atuação de mais de um profissional, dependendo da complexidade do evento, devido a diversidade das formações e especializações inerentes às atividades periciais, exigindo paciência de todos os envolvidos com aquele fato.

Não há que se esquecer, que independente da área de atuação ou Instituição ou subordinação hierárquica dos profissionais relacionados a este importante trabalho, o saber fazer é primordial para se obter excelentes resultados, com interação e colaboração de todos.

3. CORPO DE DELITO - COMPETÊNCIAS, TIPOS e CONCEITOS

A Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008, deu nova redação ao *caput* do artigo 159 do Código de Processo Penal, e passou a exigir apenas um Perito Oficial (portador de diploma superior) na realização dos exames periciais. Todavia, com a nova sistemática, quando tratar-se de perícia complexa, por abranger mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um Perito Oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.

Conforme Decreto nº 12.107 de 24 de maio de 2006, uma das atribuições da Coordenadoria-Geral de Perícias que lhe compete, é a realização dos serviços técnico-científicos, destinados à execução dos exames de corpo de delito para comprovação da materialidade das infrações penais e de sua autoria, relacionados às perícias de criminalística, medicina legal, odontologia legal e identificação papiloscópica.

Elencados no rol de exames de corpo de delito, apresentamos as seguintes perícias:

- a. Perícias em locais de crimes, decorrentes de infrações penais contra a vida e o patrimônio, de engenharia legal e acidentes de trânsito;
- b. Perícias indiretas e perícias ambientais;
- c. Perícias de balística forense, de identificação de veículos,

especiais e audiovisuais, de contábeis, de fonética forense, em aparelhos e dispositivos eletrônicos, de informática, de laboratórios, entre outras.

Portanto, corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais deixados pela infração penal, a materialidade do crime, aquilo que se vê, apalpa, sente, em suma, pode ser examinado através dos sentidos.

Às vezes, as infrações não deixam vestígios ou estes não são encontrados, desaparecem, não permanecem, impossibilitando o exame direto ou dificultando a conclusão de exame.

Quando tratar-se de "LOCAL DE CRIME" é comumente utilizado para definir uma área onde tenha ocorrido um evento que interessa à justiça ou que assuma a configuração de delito. Esta afirmativa, parte da premissa que somente após o levantamento e análise de todos os elementos subjetivos e objetivos, chegasse à total elucidação do fato.

Eraldo Rabelo considera que *"local de crime constitui um livro extremamente frágil e delicado, cujas páginas, por terem a consistência de poeira, desfazem-se, não raro, ao simples toque de mãos imprudentes, inábeis ou negligentes, perdendo-se desse modo para sempre, os dados preciosos que ocultavam, à espera da argúcia dos peritos"*.

Torna-se importante ao Primeiro Profissional de Segurança de Pública conhecer as especificidades dos locais, no que tange a área física dos locais de crimes, pois o isolamento e preservação do local dependerão do reconhecimento da área em questão. Quais sejam:

- a. Local Interno: quando o fato ocorreu em um imóvel delimitado e restrito, como por exemplo: interior das habitações, terreno cercado ou murado;
- b. Local Externo: quando o fato ocorreu em uma área aberta, como por exemplo: via pública, terreno baldio, etc.

E com relação a proximidade, se classificam em:

- a. Ambiente Imediato: onde ocorreu o fato delituoso;
- b. Ambiente Mediato: as adjacências do local onde ocorreu o fato;
- c. Ambientes Relacionados ou Vinculados à mesma Ocorrência: quando há vestígios do mesmo fato em dois locais diversos (interno e externo/interno e interno/externo e externo) ou representam fases da mesma ocorrência.



Local Interno



Local Externo

Os crimes contra a vida, portanto aquela realizada no local do atentado contra a pessoa, e onde existe a presença ou de um corpo, ossada ou mesmo um feto.

Quanto à natureza do fato, o local de infração de penal se apresenta sob as seguintes formas:

- a. Exame de Corpo de Delito em Local de Morte Violenta;
- b. Exame de Corpo de Delito em Local de Cadáver Encontrado;
- c. Exame de Corpo de Delito em Local de Ossada Encontrada;
- d. Exame de Corpo de Delito em Local de Aborto;
- e. Exame de Corpo de Delito em Local;

Denominam-se o levantamento nestes locais, conforme a diagnose diferencial, a relação a seguir:

- a. Homicídio;
- b. Suicídio;
- c. Acidental.

Independente da natureza do fato, todos os locais de crime, devem ser tratados com a mesma argúcia na busca de vestígios, para que haja esclarecimento da verdade na ocorrência.

4. DIAGNOSE DIFERENCIAL E PERCEPÇÃO DO LOCAL DE CRIME

A fim de que o Profissional de Segurança Pública amplie sua percepção nos locais de crime (tipo de morte, ferimentos e instrumentos), para auxiliar na delimitação da área ser isolada e preservada, alguns conhecimentos básicos que forneçam circunstâncias que poderão conduzi-lo na seqüência de investigação e formulação de hipóteses.

Os vestígios detectados nos locais de crime, principalmente naqueles de homicídio, suicídio ou acidentes, devem receber cuidados especiais, pois a análise minuciosa poderá esclarecer se a morte violenta fora ocasionada por vontade própria ou não, auxílio ou não de terceiros, estabelecendo o nexo de causalidade entre as ações e os resultados. É, neste momento, que se interrelacionam e se entrelaçam as múltiplas informações que se colhem e os dados semiológicos que se apuram, quer no local, quer sobre a própria vítima.

Tudo é importante: os antecedentes, a investigação policial, o levantamento do local e do cadáver e o exame necroscópico. Mas, também, tudo deverá ser analisado em conjunto, de modo a avaliar a verossimilhança dos dados, a coerência dos resultados e a consistência das conclusões⁴.

Muitos casos de mortes, que se dizem acidentais, tais como: uma pessoa que cai do alto de um prédio, quando limpava uma janela sem equipamento de segurança; que sofre um tiro disparado sem intenção, quando alguém limpava uma arma; que morre em um acidente automobilístico, porque faltou freio no veículo de terceiros; na verdade são casos de homicídio, em sua maioria, culposos⁵.

Portanto, é a nomenclatura que se dará às ocorrências conforme os estatutos jurídico-penais.

A competência legal para determinar a nomenclatura dos eventos, na fase do inquérito policial, cabe ao Delegado de Polícia.

- a. Morte Natural ou de Natureza Mórbida: para efeito de exame perinecroscópico é a decorrente de envelhecimento natural, com o esgotamento progressivo das funções orgânicas (doenças), e conseqüente extinção da vida;
- b. Morte Violenta ou não natural: toda que vez que a sua causa seja um traumatismo ou uma lesão, de origem homicida, suicida ou, mesmo, acidental;
- c. Mortes a Esclarecer: o óbito pode ser decorrente de doença ou de algum mal súbito sem nenhuma testemunha ou familiar nas proximidades, ou também, quando o corpo é encontrado em estado putrefeito.

Relação dos Tipos de Lesões com os Instrumentos

⁴ VANRELL, Jorge Paulete – Homicídio, Suicídio e Acidente – Jundiaí (1996) – visitado no site: <http://www.pericias-forenses.com.br/Suicid.htm>, em 19 outubro de 2009;

⁵ SILVA NETTO, Amílcar da Silva e - Manual de Atendimento a Locais de Morte Violenta, Campo Grande, 2009.

Distintos instrumentos e agentes podem gerar ferimentos, havendo estudos que as classificam pelo tipo de energia empregado para causá-los e suas combinações. Estes subsídios possibilitarão a identificação do agente ou instrumento, pelas manifestações visíveis de sua ação externamente ao corpo.

Quando do emprego de agentes ou instrumentos que rompem fisicamente a integridade de um corpo ou lhe traumatizam, surgem, respectivamente, soluções de continuidade ou reflexos, que podem indicar a geometria do instrumento e a sua forma de utilização.

Conforme a geometria do instrumento, tipo de esforço aplicado e sua atuação sobre o corpo, as lesões por eles geradas classificam-se nos tipos a seguir apresentados:

- a. Lesões punctóricas – produzidas por instrumentos delgados, que pressionados sobre um ponto da superfície corporal, ocasionam o afastamento das fibras do tecido lesionado. Tais lesões são produzidas por instrumentos perfurantes, tendo como exemplos: agulhas, espinhos de plantas, presas de animais peçonhentos, espetos, furador de gelo, compasso, prego, etc.;
- b. Lesões Incisas – produzidas por instrumentos afiados que, ao serem arrastados em linha sobre a superfície corporal, causam soluções de continuidade onde predomina o comprimento em relação à profundidade, suas bordas (lábios) são regulares e o fundo liso e brilhante, normalmente acompanhadas de hemorragia e desprovidas de vestígios traumáticos. São incisões simples, quando o instrumento incide perpendicularmente a superfície; em retalhos, quando a incisão ocorre obliquamente; e, mutilantes, quando acarreta perda de tecido ou órgão, pela sua amputação. São produzidas por instrumentos cortantes, como navalha, lâmina de faca, lâmina de barbear, bisturi, guilhotina, borda cortante de vidros, etc.;
- c. Lesões Contusas – produzidas pela ação traumática de agentes ou instrumentos, cujos esforços atuam sobre uma área, podendo ou não romper as superfícies externas de revestimento do corpo. Conforme o instrumento ou tipo de agente físico e aplicação dos esforços nas superfícies corporais atingidas, podem surgir ferimentos, como: rubefações, escoriações, equimoses, bossas e hematomas, bem como feridas contusas (que são lesões contusas abertas), fraturas, luxações, roturas viscerais e esmagamentos. São produzidas por instrumentos contundentes, tais como pedra, tijolo, madeira, móvel, chicote, bastão, soco

inglês, cassete, palmatória, martelo, barra de ferro, garrafa, perna de cadeira, atropelamentos, choques de veículos, etc.;

- d. Lesões Corto-contusas – Produzidas pela combinação de corte e contusão, gerados pelo impacto de instrumento dotado de peso e poder de corte, sobre a superfície atingida. Podem ser produzidas pelos instrumentos corto-contundentes, tais como, machado, foice, enxada, facão mal amolado, rodas de trem, etc.;
- e. Lesões Perfuro-incisas – Produzidas pela ação de instrumentos pressionados sobre uma área reduzida, que ao romper a superfície corporal, além de afastar os tecidos os secciona. São produzidas por instrumento perfuro-cortantes, que tenham ponta e lâmina cortante, tais como, faca, canivete, punhal, lima, florete, etc.;
- f. Lesões Perfuro-contusas – Produzidas pela ação de um instrumento sólido que agindo, por pressão ou impacto, em uma pequena área acaba por contundir e afastar seus tecidos. São produzidas por instrumentos perfuro-contundentes, tais como projeteis de arma de fogo (PAF), ponteiros de guarda chuvas, amolador de facas, etc.

5. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS

A Resolução da SEJUSP nº 362/2007 de 21 de março de 2007, explicita que as chamadas aos entes envolvidos no atendimento de ocorrências de crime, deverão ser realizadas e centralizadas pelo CIOPS – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública ou em outras cidades do Estado, pelo Centro de Operações.

A participação efetiva desta instituição, resguarda controvérsias e uniformizam os atendimentos aos locais, auxiliam na padronização e preservação dos vestígios materiais, além de interceder nas comunicações a distancia.

Vale ressaltar, sobre a importância de uma equipe da perícia atuando no CIOPS, para que o registro de horário de chamadas, atendimento de ocorrências, acompanhamento de deslocamentos e análise estatística, sejam viabilizados e implementados.

Nesta fase, a atuação do CIOPS consiste em repassar informações, às equipes multidisciplinares, com dados objetivos que auxiliam o deslocamento e garantir a celeridade dos atendimentos.

O primeiro profissional de segurança pública que chegar ao local, conforme as características do mesmo aliado a sua percepção ao evento, poderá adotar qualquer uma das técnicas de entrada, comumente conhecidas nos meios policiais, quais sejam: a centrípeta (da periferia para o centro) ou centrífuga (de dentro para a periferia). Recomendando-se, no entanto, que a técnica empregada seja repassada aos Peritos Criminais, informando por onde e como passou anteriormente.

Comumente, a primeira equipe profissional a chegar ao local, é o integrante do Corpo de Bombeiros Militar (somando-se a estes, às vezes a equipe do SAMU) ou da Polícia Militar, principalmente nos locais onde há vítima de agressão.

Estes profissionais, em nosso Estado, devem ter a consciência da devida atuação nos locais de crimes, e as instituições promoverem capacitações continuas para estarem observando a rotina de procedimentos, para que não prejudiquem o local.

Os procedimentos de entrada consistem inicialmente da visualização do local, se preocupar com a sua segurança e a de terceiros, além de cuidados especiais em adentrar na área em que a vítima se encontra, para verificação se foi a óbito.

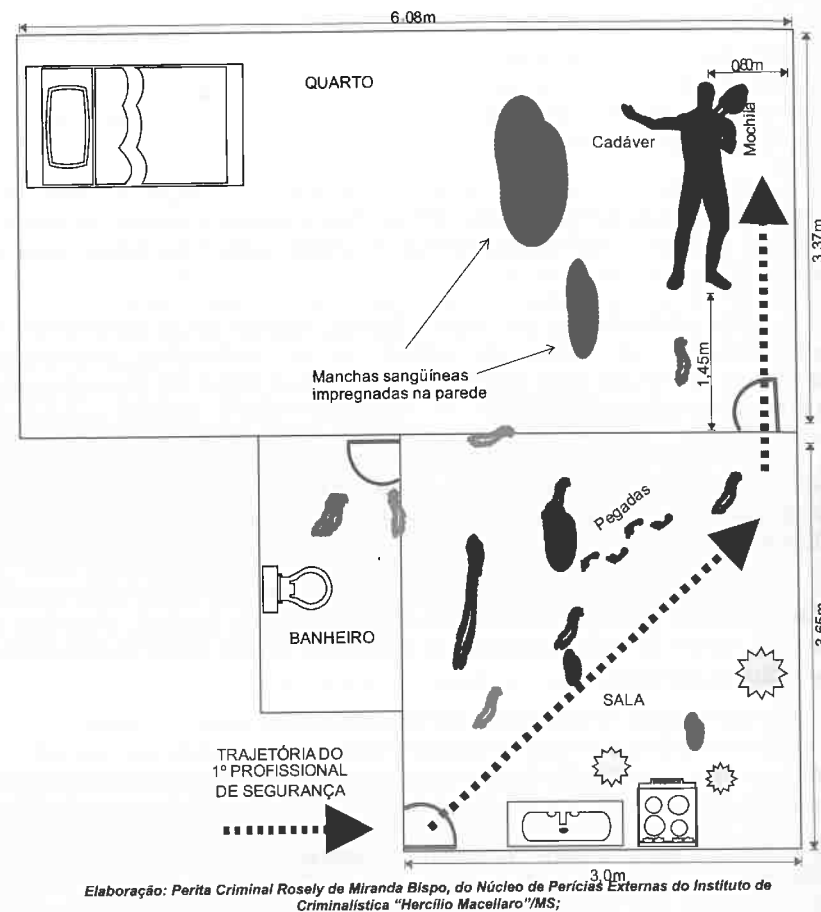
Ao adentrar na área do crime, de antemão deverá adotar uma conduta que faça o menor percurso até à vítima, para lhe prestar socorro, visualizar ao redor para cuidar de sua segurança, e ao mesmo tempo tomar conhecimento das condições do local.

A verificação do óbito deve ser efetuada com cuidado, evitando remove-la ou manuseá-la quando estiver inerte, pois a posição em que se encontra, revela dinâmica de fatos inusitados e que podem ser esclarecidos posteriormente com a análise do local.

Após o socorro da(s) vítima(s) ou mesmo se constatar que a vítima está morta, providenciar o mais breve possível o isolamento da área, imediata e mediata, para que todo e qualquer vestígio decorrente da ação violenta, permaneça intacto.

Estas informações preliminares deverão ser repassadas à Autoridade Policial que é responsável pelo local, assim como para a Equipe de Perícia que fará o levantamento.

Croqui ilustrativo de como adentrar em um local interno com vítima



6. METODOLOGIA DE ISOLAMENTO DE LOCAL DE CRIME

A diversidade dos locais e tipos de crime faz com que o este primeiro profissional desenvolva o seu trabalho de maneira específica e profissional para cada caso.

Para realizar o correto atendimento aos locais com vítimas e efetuar o isolamento, deverá ter como material de apoio na viatura de sua guarnição: luvas descartáveis, fitas de isolamento (na ausência destas, poderá improvisar com cordas), cones (ou cavaletes, tábuas e outros).



Ambas as imagens, demonstram a dificuldade de isolamento em locais externos;

Segundo Reiss, ao tratar da preservação dos locais de crime aconselha o seguinte:

"Em casos de delitos graves, os policiais devem cuidar, especialmente, em que o aspecto do local não se modifique e ninguém toque no corpo de delito, peças de convicção, locais, etc., até a chegada da autoridade. Se o crime foi praticado em algum quarto, todos os acessos, como portas, janelas, etc., devem estar vedados e, se possível, guardados por um policial.

Se o local não puder ser fechado à chave, deverá ser ao menos vigiado por uma sentinela.

Se o crime foi cometido em uma casa isolada ou em pleno campo, o acesso ao local deve ser impedido ao público até distância mínima de 50 (cinquenta) metros em redor. O acesso ao local será proibido a todas as pessoas estranhas às investigações.

Os policiais descobrindo o crime ou ao serem chamados a dele tomar conhecimento, devem evitar tocar ou remover os móveis, utensílios e principalmente objetos de superfícies lisas, isto é, polidas, que encontrem no local. Terão o necessário cuidado em que nenhum objeto seja desarrumado, tocado, tirado ou destruído antes da chegada da autoridade. É expressamente proibido tocar nos cadáveres, devendo evitar andarem na área onde se verificou o fato criminoso.

Os policiais, encontrando nos locais de crime impressões digitais, de sangue e outras, não tocarão nelas se, pela sua situação, estiverem ao abrigo de qualquer deterioração possível. Se se acharem, porém, em lugar onde, por qualquer meio, possam ser modificadas, devem ser cobertas.

Quando estiverem ao abrigo da chuva, basta empregar um pedaço de papel grosso, maior que a impressão, que se colocará sobre ela, passando-se goma nos quatro cantos do papel. Quando expostas à chuva ou intempéries, sobre paredes externas de casa, por exemplo, substitui-se o papel por um encerado. Se se encontrarem no campo, sobre capim ou em terra de estrada, devem ser cobertas com uma pequena tábua ou com um caixão de madeira. O caixão ou tábua por sua vez poderá ser coberto com um encerado⁶.

⁶ Apud, São Paulo, 2002. Manual operacional do policial civil.

7. DA PRESERVAÇÃO DO LOCAL DE CRIME

Deverão ser adotadas as seguintes normas, sob pena de responsabilidade por qualquer agente de segurança pública que no local estiver:

I - não mexer em absolutamente nada que componha a cena do crime ou do sinistro, em especial não retirando, colocando ou modificando a posição do que quer que seja, excetuado os casos de estrita necessidade de prestação de socorro à vítima e de situação de iminente perigo;

II - havendo cadáver, não tocá-lo, não removê-lo de sua posição original, não revirar os bolsos das vestes e não realizar sua identificação, atribuição esta de responsabilidade da perícia criminal, salvo se houver a efetiva necessidade de preservá-lo materialmente;

III - não recolher pertences;

IV - não mexer nos instrumentos do crime, principalmente armas;

V - não tocar nos objetos que estão sob sua guarda;

VI - não fumar, nem comer ou beber na cena do crime;

VII - não manusear ou remover veículo(s) objeto(s) de crime ou utilizado(s) para fuga;

VIII - em locais internos, manter portas, janelas, mobiliários, eletrodomésticos, utensílios, tais como foram encontrados, não os abrindo ou fechando, não os ligando ou desligando, salvo o estritamente necessário para conter riscos eventualmente existentes;

IX - em locais internos, não usar o telefone, sanitário ou lavatório eventualmente existentes;

X - em locais internos e externos, afastar os animais soltos, principalmente onde houver cadáver.

A Autoridade Policial, ao chegar ao local, observando os cuidados acima expostos, deverá:

I - coordenar as diligências no local de crime;

II - verificar a natureza da ocorrência (homicídio, suicídio, morte natural, morte acidental, acidente de trânsito ou outra);

II - tratando-se de crime, verificar se é de autoria conhecida ou desconhecida;

III - colher as informações referentes ao fato e repassá-las aos Peritos Criminais;

IV - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos Peritos Criminais;

V - tratando-se de crimes contra a pessoa, requisitar os exames necropsia, de local de crime e outros, de acordo com a necessidade do caso;

VI - tratando-se de crime contra o patrimônio, que deixou vestígios, requisitar o exame de local de crime e outros, de acordo com a necessidade do caso;

VII - tratando-se de delitos de trânsito com vítima, requisitar exame de local de crime e outros, de acordo com a necessidade do caso;

VIII - após a liberação do local de crime pelos Peritos Criminais, arrecadar os objetos de interesse para a investigação;

IX - apontar aos peritos o local onde se encontram os vestígios, objetos e instrumentos do crime, caso não os encontre de imediato.

A coordenação do local de crime consiste em verificar se a área foi devidamente isolada, solicitar, caso necessário, a presença de outros policiais militares e bombeiros para auxiliarem no atendimento à ocorrência e dirimir eventuais incidentes.

Em caso de acidente de trânsito, a autoridade ou o agente policial que primeiro chegar ao local **pode autorizar**, independentemente do exame sobre o fato, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos nele envolvidos, **se estiverem** no leito da via pública e **oferecerem** riscos de acontecer um outro acidente, devendo lavrar a respectiva autorização no boletim da ocorrência, nele consignando o fato, as razões que julgou relevante naquela tomada de decisão, as testemunhas que o presenciaram e todas as demais circunstâncias necessárias ao esclarecimento da verdade, nos termos da Lei n.º 5.970/73.

8. DA PRESERVAÇÃO NO TRANSPORTE DO CADÁVER

O cadáver faz parte do corpo de delito nos locais de crime e também é considerado um corpo de delito, portanto objeto de preservação e cuidados até a realização do exame perinecropsológico.

As observações sobre o posicionamento inicial do cadáver são de extrema relevância, pois através das manchas hipostáticas poderá presumir o posicionamento inicial do cadáver e a hora da morte; alinhamento das vestes indicará vestígios de luta ou se a mesma evoluiu de um lugar para outro ou mesmo se o autor era estranho ao ambiente ou não.

Conforme estipula o CPP, os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

Após o exame perinecropsológico realizado pelos Peritos Criminais, o cadáver deverá ser retirado com a liberação expressa destes profissionais e a autorização do Delegado de Polícia.

No seu artigo 166, o Código de Processo Penal complementa que, havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações. Em qualquer caso, serão arrecadados e autenticados todos os objetos encontrados, que possam ser úteis para a identificação do cadáver.

O deslocamento do veículo para transporte do cadáver e da equipe responsável poderá ser providenciado pelo Centro de Operações, devendo atender os seguintes requisitos:

I - Utilizar viatura e recipiente apropriados, possíveis para proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;

II - Acondicionar o cadáver em saco de transporte apropriado (de material resistente e impermeável) devidamente vedado, antes de depositá-lo na urna, e quando não for possível, deverá estar provida em seu interior de material absorvente;

III - Não manusear bolsos e vestes do cadáver;

IV - Não jogar material desinfetante ou similar com intuito de reduzir odores de cadáver putrefeito (combustíveis, detergentes, produtos farmacêuticos ou de higiene);

V - Não retirar objetos de adorno, que não tenha sido possível retirar durante os exames perinecropsológicos;

VI - O responsável pelo transporte deverá recolher todos os fragmentos orgânicos, decorrentes de mutilação ou esfacelamento de órgão;

VII - Receber a requisição de exame pericial necropsológico, expedido pela Autoridade Policial;

VIII - Dirigir-se o mais breve possível ao local destinado às necropsias;

Relativo à doação de órgãos, a Lei 10.211 de 23/03/2001, torna claro que todas as manifestações de vontade constantes em documentos por parte da vítima ficam sem efeito, sendo portanto necessário, o consentimento expresso dos familiares para doação de órgãos. Dessa forma, mesmo que o indivíduo manifeste verbalmente em vida a sua família que é doador ou ainda que registre uma declaração no Cartório de Registro de Notas, constando que deseja que seus órgãos sejam doados após sua morte, a decisão final da doação competirá aos seus familiares, os quais poderão optar ou não por respeitar a autonomia do doador.

Em princípio, o corpo humano é inviolável e inalienável. Em sentido restrito, o cadáver pertence à família, sendo de natureza extrapatrimonial, não podendo dele dispor sob o aspecto econômico.

Para tanto, todo cuidado deve ser providenciado para a guarda do *de cujus*, ficando o Estado responsável pelo seu transporte, exames necropsológicos e entrega à sua família.

Quando o corpo humano fizer parte do exame de corpo de delito, será submetido à necropsia – exame realizado pelos Peritos Médicos-Legistas nas dependências destinadas para tais fins, pois constitui uma intervenção de grande importância legal e social, representando, também um interesse coletivo, não necessitando de consentimento da família.

9. DISPOSIÇÕES LEGAIS

As atividades relacionadas ao isolamento, preservação e quaisquer outras relacionadas ao local de crime, estão previstas nas seguintes legislações:

- ✓ Código de Processo Penal em seus artigos 6º, alíneas I e II, e 169, com nova redação dada pela Lei nº 8862, de 28 de março de 1994;
- ✓ Art. 166 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de abril de 1940);
- ✓ Lei nº 5.970, de 11 de setembro de 1973, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de dezembro de 1973;
- ✓ A Lei 8.862/94, publicada em 28 de março de 1994, alterou alguns artigos do Código de Processo Penal, regulamentando estas atividades processuais, estabelecendo como determinações legais, veja a seguir:

"Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado de conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

II – apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais...;

(...)

Art. 169. Para efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos."

✓ A seguir apresento a Resolução SEJUSP/MS/Nº 362 de 21 de março de 2007 na íntegra:

RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº362- DE 21 DE MARÇO DE 2007.

Adota medidas para padronizar e uniformizar as condutas policiais em atendimento a local de crime e de sinistro, visando a preservação eficaz de vestígios e posterior produção de indícios.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Criar normas de padronização e uniformização das condutas policiais em atendimento a local de crime e de sinistro, visando a preservação eficaz de vestígios e posterior produção de indícios.

Art.2º Subordinam-se às normas de padronização e uniformização das condutas policiais em atendimento a local de crime e de sinistro as instituições integrantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, especialmente:

I – Polícia Civil.

II – Polícia Militar.

III – Corpo de Bombeiros Militar.

IV - Centro Integrado de Operações de Segurança Pública-CIOPS.

Art. 3º Compete ao CIOPS receber notícia de ocorrência criminal ou de sinistro e despachar pronto atendimento, coletando informações e dados necessários ao acompanhamento do atendimento e posterior suporte ao Delegado de Polícia na confecção do Boletim de Ocorrência.

Art. 4º Ao receber a notícia criminal ou de sinistro o CIOPS deverá acionar imediatamente viatura policial, preferencialmente da Polícia Militar, ou do Corpo de Bombeiros Militar, dependendo da natureza da ocorrência, coletando desde logo os dados:

I - Qualificação do comunicante;

II - Natureza da ocorrência;

III - Endereço da ocorrência, com detalhes sobre o local e pontos de referência;

IV - Necessidade e motivo de eventual prioridade;

V - Outras informações necessárias.

Art. 5º O CIOPS deverá acionar o Delegado de Polícia plantonista, repassando-lhe todos os dados já coletados a respeito da notícia criminal ou de sinistro.

§1º Acionar a Perícia Criminal, mediante determinação do Delegado de Polícia plantonista, registrando o nome do Delegado de Polícia requisitante. O CIOPS não acionará Perícia Criminal sem determinação expressa do Delegado de Polícia nesse sentido.

§2º O Policial, preferencialmente Militar ou Bombeiro Militar que for acionado pelo CIOPS a atender local de crime ou de sinistro deverá priorizar o atendimento, dirigindo-se imediatamente ao local indicado.

§3º Havendo vítima deverá o Policial, preferencialmente Militar ou Bombeiro Militar certificar-se da presença de sinais vitais, casos em que providenciará o imediato socorro, procedido através das técnicas próprias de pronto-socorrismo.

Art. 6º Deverá o Policial, preferencialmente Militar ou Bombeiro Militar:

I – Isolar imediatamente o local, com utilização de faixa apropriada ou outro meio possível, proibindo:

a- Remoção, manipulação, modificação, utilização e/ou recolhimento de cadáveres, pertences, objetos, instrumentos de crime, armas, veículos, documentos, portas, janelas, móveis, equipamentos eletrônicos, telefones fixos ou celulares, substâncias orgânicas ou inorgânicas, sanitários, lavatórios ou qualquer outro bem relacionado com a cena do crime.

b- Aproximação de parentes, repórteres, transeuntes, inclusive policiais não responsáveis pela execução dos trabalhos de polícia judiciária ou de polícia técnica.

c- O consumo de alimentos, bebidas e cigarros no perímetro do isolamento do local.

d- Aproximação de animais.

II – Permanecer na execução do isolamento descrito até a liberação por parte do Delegado de Polícia plantonista.

III – Se o Policial, preferencialmente Militar ou Bombeiro Militar não for acionado a atender local de crime ou de sinistro através do CIOPS, deverá comunicá-lo imediatamente do acionamento, repassando todos os dados a respeito da ocorrência.

Art. 7º Logo que tomar conhecimento da prática de infração penal ou de sinistro que exijam a coleta de vestígios, o Delegado de Polícia plantonista deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada da Perícia Criminal, determinando que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias e apreendendo os objetos que tiverem relação com o fato, depois de liberados pelo Perito Criminal.

§ 1º – Se o Delegado de Polícia plantonista for acionado através do CIOPS para comparecer ao local de crime ou de sinistro, deverá desde logo determinar ao despachante do CIOPS que acione a Perícia Criminal. Se o Delegado de Polícia plantonista tomar conhecimento da ocorrência do crime ou sinistro de outra forma, deverá comunicar imediatamente o CIOPS, determinando nesse ato o acionamento da Perícia Criminal.

§ 2º - Sem prejuízo da determinação mencionada no artigo anterior, o Delegado de Polícia plantonista deverá expedir requisição de exame pericial, entregando-a ao Perito Criminal no ato da execução dos trabalhos periciais.

§ 3º – O Perito Criminal somente comparecerá a local de crime mediante determinação do CIOPS, condicionando o atendimento ao fornecimento por parte do CIOPS do nome do Delegado de Polícia requisitante ou mediante determinação direta do Delegado de Polícia e somente

executará os trabalhos periciais mediante apresentação por parte do Delegado de Polícia da respectiva requisição de exame pericial.

§ 4º – Caberá a Oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, através do CIOPS, requisitar da Perícia Criminal as pesquisas e exames necessários ao complemento e substância unicamente de inquérito policial militar, expedindo e entregando ao Perito Criminal, antes da realização da perícia, requisição escrita onde conste textualmente a característica militar da investigação.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a RESOLUÇÃO/SSP/MS/Nº 235, de 07 de fevereiro de 2000.

Campo Grande/MS, 21 de março de 2007.

WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

- ✓ A seguir apresento a Portaria Conj. DGPC/CGP/SEJUSP/MS nº 068, de 08 de maio de 2007, que foi publicada no DOE nº 6963, de 08 de maio de 2007, na íntegra,

PORTARIA CONJ. DGPC/CGP/SEJUSP/MS Nº. 068, DE 03 DE MAIO DE 2007.

Disciplina a requisição de exames periciais junto à Coordenadoria Geral de Perícias e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL e o COORDENADOR-GERAL DE PERÍCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais etc...

Considerando que a finalidade precípua do inquérito policial é reunir provas da infração penal, suas circunstâncias e a definição da autoria;

Considerando que o laudo pericial é fundamental para materializar as provas na investigação criminal e fornecer dados técnicos que auxiliam no levantamento das circunstâncias do evento criminoso;

Considerando que a ausência de laudos técnicos nos inquéritos policiais dificulta o trabalho da autoridade policial e o conseqüente oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, com prejuízos para a justiça criminal;

Considerando as consequências de efeitos jurídicos decorrentes dos laudos periciais, especialmente quanto aos registros de óbitos junto aos cartórios civis, o que reclama exato preenchimento das requisições por parte da autoridade policial;

RESOLVEM:

Art. 1º. O inquérito policial deverá sempre ser concluído no prazo legal.

contados da data da prisão ou da portaria de instauração e instruído com todas as provas, principalmente o laudo pericial.

Art. 2º. Na requisição do exame pericial, quando se tratar de prisão em flagrante, deverá ser apostado o carimbo "FLAGRANTE", conforme modelo constante do anexo único desta portaria, cujo laudo terá absoluta prioridade e deverá ser produzido e entregue no prazo legal, recaiando sempre no período matutino do último dia útil, atendendo ao disposto no art. 10 do Código de Processo Penal.

§ 1º Na impossibilidade de cumprir o prazo consignado para conclusão do laudo, seja no caso de flagrante ou não, o perito deverá solicitar dilação de prazo à autoridade requisitante, na forma do § único do art. 160 do Código de Processo Penal.

§ 2º Concedido o prazo, deverá o perito, com prejuízo das demais atividades, dedicar-se exclusivamente na conclusão do laudo.

§ 3º Somente o Delegado de Polícia assinará requisição de laudo pericial, a qual deverá dar entrada nos institutos respectivos no mesmo dia da lavratura do flagrante ou entregue ao perito no local do crime, devendo conter o número do boletim de ocorrência respectivo.

§ 4º O laudo pericial deverá ser conclusivo sobre os quesitos propostos ou, na impossibilidade, apontar os exames ou providências complementares necessárias para obtenção da conclusão técnica solicitada.

§ 5º No caso de decretação de prisão cautelar, o delegado de polícia comunicará ao perito oficial respectivo que deverá proceder na forma do *caput*.

Art. 3º. Na requisição de exame de corpo de delito em geral deverá constar obrigatoriamente:

- especificação do tipo de exame pericial a ser realizado;
- identificação e assinatura da autoridade policial requisitante;
- sendo em cadáver, deve conter nome, número da cédula de identidade, filiação, data de nascimento, endereço, estado civil, profissão, local do evento e a descrição das circunstâncias ou do fato que o levou a óbito;
- quando não for possível a identificação do cadáver ou alguns dos dados de sua qualificação, deverá constar no campo específico a expressão "ignorado";
- havendo cadáver não identificado, deverá ser lançado na requisição o maior número possível de informações, tais como, vestes, idade aparente, cor, sexo, etc.

§ 1º. Tratando-se de exame pericial em objetos, coisas ou substâncias, caberá a autoridade requisitante formular todos os quesitos de interesse da investigação.

§ 2º. No caso de exame em cadáver proveniente de hospital serão anexados à requisição o documento proveniente da unidade hospitalar e apresentado pela empresa funerária.

Art. 4º. Se logo após requisitado o exame a autoridade identificar novos dados ou informações mais completas sobre a vítima, deverá encaminhar imediatamente ao instituto respectivo para que se acrescente ao laudo.

Art. 5º. O laudo será retirado no instituto diretamente pela unidade requisitante e, caso não o faça no prazo legal, será enviado pela Coordenadoria de Perícia ou Núcleo de Perícia ao Departamento de Polícia correspondente ou Delegacia Regional, **juntamente com os** objetos periciados, cabendo a estes encaminhar à unidade policial respectiva.

Art. 6º. A autoridade policial, presente no local da perícia, acompanhará sua realização, cabendo-lhe, além de solicitar aos peritos as providências que sob sua ótica são necessárias para o esclarecimento dos fatos, proceder anotações periféricas de interesse investigativo, colhendo nomes e endereços das testemunhas, da vítima, do autor, de parentes, entrevistas com populares, apreensões de objetos relacionados com o evento, independentemente dos dados técnicos colhidos pela perícia.

Parágrafo único. Qualquer policial que primeiro chegar ao local do crime deverá isolar a área e evitar a retirada de qualquer objeto, cabendo observar as disposições do art. 6º da RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº 362, de 21 de março de 2007.

Art. 7º. Em todo evento delituoso, independentemente do comparecimento da vítima ou seu representante, deverá ser elaborado o boletim de ocorrência, exceto nos crimes de ação privada.

Parágrafo único. Nos crimes que houver vítima fatal, a liberação do corpo somente ocorrerá com a permissão do delegado de polícia, exceto se houver necessidade de desobstruir a via de trânsito.

Art. 8º. Fica vedada a retirada ou remessa de cópia de laudo ou qualquer outro documento da Coordenadoria Geral de Perícia sem ofício ou ordem de serviço da autoridade competente e, caso haja extravio ou perda de documento oficial, deverá ser instaurado imediato procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

Art. 9º. Na análise do inquérito policial ou sua cópia, nos termos do § único do art. 240 do Regulamento das Atividades Cartorárias, Administrativas e Operacionais da Polícia Civil (R-12), a Coordenadoria de Controle e Aperfeiçoamento da Atividade Policial Judiciária - CPJ verificando ausência do laudo devotará para correções e, se persistir o problema, extrairá cópia das principais peças e encaminhará ao Diretor do Departamento respectivo e ao Coordenador-Geral de Perícia, para justificativas da autoridade policial sobre a ausência do laudo nos autos ou do perito criminal pela não elaboração do mesmo no prazo legal, podendo instaurar procedimento administrativo ou criminal, segundo a competência legal, para apuração de eventual responsabilidade, após análise dos motivos apresentados nas respectivas justificativas."

Art. 10. O Departamento de Recursos e Apoio Policial - DRAP deverá providenciar a aquisição de um carimbo para cada unidade policial, para fins do disposto no art. 2º, conforme o modelo constante do anexo único desta portaria.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as PORT/CONJ/COOPER/DGPC/SEJUSP/MS Nº 049, de 21 de julho de 2004 e PORT/CONJ/COOPER/DGPC/SEJUSP/MS Nº 053, de 10 de setembro de 2004 e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 03 de maio de 2007.

FERNANDO DE PAULA LOUSADA
Delegado de Polícia
DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

CERES IONE DE OLIVEIRA MAKSOUD
Perita Criminal
COORDENADORA-GERAL DE PERÍCIA

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.

BRASIL, Lei 9503, 23 de set. 1997 Código de Trânsito Brasileiro. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1998.

_____, Lei 11.690, 09 de Julho de 2008. Altera dispositivos do DL 3.689 de 03/10/1941 – CPP, relativos à Prova.

ESPINDOLA, Alberi. **Perícia Criminal e Cível**. 2 ed. Campinas, Millenium Editora, 2006.

DOREA, L. E. et. al. **Tratado de Perícias Criminalísticas: Criminalística**. Ed. Millenium. 3 ed. Rio de Janeiro. 2006.

MATO GROSSO DO SUL. SEJUSP. **Resolução nº 362**, de 21 de março de 2007.

VANRELL, Jorge Paulete. Homicídio, Suicídio e Acidente (1996). Disponível em: <<http://www.pericias-forenses.com.br/Suiacid.htm>>. Acesso em 19 outubro de 2009.

VILA, Miguel A. M.. **Energias Mecânicas Causadoras de Danos**. IX Seminário Regional dos Peritos Oficiais de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.apoms.org.br/index.php?pg=5&sub_pg=5, acesso em 16 out 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Exame do Corpo de Delito e Perícia em Geral**. <<http://www.leonildocorreia.adv.br/curso/mira20.htm>>, Acesso em 16 out 2009.

Oliveira, Renata Almeida. **Doação e Transplante de Órgãos**, http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=515 visitado em 19/10/2009 às 17:20 h

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância - **Consulta Pública nº 89, de 16 de dezembro de 2005. D.O.U de 20/12/2005**
<http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B13056-1-0%5D.PDF> visitado em 19/10/2009 às 19:00 h

CAPÍTULO VIII

MEIO AMBIENTE

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

*RENATO DOS ANJOS GARNES,
Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em Direito; Professor
do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP da PMMS; atua como
Comandante do 4º Pelotão da 1ª Companhia do 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental
em Dourados (MS).*

*ISMAEL CARLOS FRAIS JÚNIOR,
Primeiro Sargento da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - PMMS; Bacharel em
"Geografia"; atua no 4º Pelotão da 1ª Cia. do 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental em
Dourados (MS).*

MEIO AMBIENTE

RENATO DOS ANJOS GARNES

Capitão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

ISMAEL CARLOS FRAIS JUNIOR

Primeiro Sargento da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

1. INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, no início da criação do Estado, limitava-se apenas a prestar apoio ao Instituto de Controle Ambiental (INAMB), órgão responsável pela fiscalização ambiental estadual na época, fornecendo pessoal, armamento, material e equipamentos. Este órgão foi extinto pela Lei Estadual nº 702 de 12/Mar/1987, sendo suas atribuições repassadas a Polícia Militar conferindo-lhe o Poder de Polícia Ambiental em todo o estado.

Em 19 de março de 1987, o então Comandante Geral da PM/MS, Cel. QOPM Jofeli Paes de Carvalho, ativa a Companhia Independente de Polícia Militar Florestal (CIPMFlo) com sede em Corumbá sendo disponibilizado para a unidade militar apenas 80 policiais militares.

Basicamente, o policiamento e a fiscalização destinavam-se a coibir, de forma preventiva, a caça ao jacaré, no pantanal sul-mato-grossense, crime ambiental amplamente divulgado pela mídia local, nacional e até internacional, que colocava em dúvida o poder do Estado em manter a ordem no que se referia aos crimes ambientais, principalmente contra os chamados "coureiros", denominações dado aos caçadores do jacaré-do-pantanal que abatiam esses animais para retirarem o couro o qual era levado clandestinamente a outros países.

O efetivo foi preparado para atuar preventivamente, recebendo instruções técnicas de contra guerrilha. Até o ano de 1990 travaram-se combates violentos, ocorrendo baixas de ambos os lados, policiais e coureiros.

Vencidos estes problemas, foram enfrentados outros maiores, como a pesca e caça predatórias, desmatamentos, incêndios florestais, supressão vegetal para transformar em carvão, poluição, dentre outros.

Em 2000, o nome foi mudado de Companhia Independente de Polícia Militar Florestal para Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental (CIPMA), através do Decreto Estadual 9773/2000, nome mais abrangente que combina com a fiscalização que sempre foi exercida, ou seja, todas as infrações relacionadas ao meio ambiente.

A fiscalização não se restringe às atividades não legais e não licenciadas, mas também ao cumprimento de condicionantes das licenças, que são fundamentais para a manutenção da capacidade de autodepuração ambiental, dentro da quais as atividades são licenciadas. Portanto, a PMA atua nas três esferas do direito, em defesa do ambiente (Civil, Administrativo e Criminal).

Dentro do estado, a Polícia Militar Ambiental está distribuída em 18 unidades operacionais e diversos postos de fiscalização, os quais todas são subordinadas ao 15º BPMA, cuja sede encontra-se em Campo Grande.

Distribuição das subunidades do 15º BPMA e suas respectivas áreas de atuação:

15º BPMA (Sede)	Campo Grande, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Bandeirantes e Terenos, além da autonomia para atuar em todo o estado.
2º Pel/1ª Cia - Aquidauana	Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti.
3º Pel/1ª Cia - Três Lagoas	Três Lagoas, Água Clara, Brasilândia e Selvíria
4º Pel/1ª Cia - Dourados	Dourados, Ponta Porã, Amambai, Maracajú, Rio Brilhante, Itaporã, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Aral Moreira, Juti, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Douradina e Laguna Caarapã.
5º Pel/1ª Cia - Bataguassu	Bataguassu e Santa Rita do Pardo.
2ª Cia - Corumbá	Corumbá e Ladário.
2º Pel/2ª Cia - Miranda	Miranda e Bodoquena.
3ª Cia - Coxim	Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Sonora, Alcinópolis, Figueirão e Pedro Gomes.
2º Pel/3ª Cia - Cassilândia	Cassilândia, Costa Rica, Paranaíba e Chapadão do Sul.
3º Pel/3ª Cia - Ap. do Tabuado	Aparecida do Tabuado e Inocência.
4ª Cia - Bonito	Bonito.
2º Pel/4ª Cia - Jardim	Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque.
3º Pel/4ª Cia - Porto Murtinho	Porto Murtinho.
3º GPM/5º Pel/1ª Cia - Batayporã	Batayporã, Anaurilândia, Nova Andradina, Taquarussu, Novo Horizonte do Sul, Ivinhema e Angélica.
2º GPM/2º Pel/4ª Cia - Bela Vista	Bela Vista, Antonio João e Caracol.
3º GPM/1º Pel/3ª Cia - Rio Negro	Rio Negro e Corguinho.
2º GPM/1º Pel/3ª Cia - São Gabriel do Oeste	São Gabriel do Oeste, Camapuã e Bandeirantes.
2º GPM/4º Pel/1ª Cia - Mundo Novo	Mundo Novo, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Iguatemi, Sete Quedas, Tacuru, Paranhos e Coronel Sapucaia.

Cabe salientar que não há rigorosidade em cumprimento as limitações de área de atuação e sim a disponibilidade de meios, tais como, viatura, combustível, efetivo, entre outros.

Atualmente, a Polícia Militar Ambiental tem sua doutrina voltada principalmente para a prevenção transmitindo maior informação à sociedade a respeito da legislação ambiental (folhetos), desenvolvendo programas que propiciem conscientizar a respeito da necessidade de usar racionalmente os recursos naturais renováveis, implementando as atividades de Educação Ambiental através de equipe de Educação Ambiental volante e ministrando palestras em universidades, escolas, comunidades, órgãos públicos, empresas, dentre outras.

2. FISCALIZAÇÃO EM FLORA

2.1. Legislação em Vigor

- . Lei Federal 4.771, de 15/09/65;
- . Lei Federal 7.803, de 18/07/89;
- . Lei Federal 9.605, de 13/06/98;
- . M. P. nº 2.166/01, de 24/08/01;
- . Decreto Federal 2.661, de 08/07/98;
- . Decreto Federal 6.514, de 22/07/08;
- . Portaria 83-N, de 17/11/92;
- . Portaria 113, de 29/12/95;
- . Portaria nº 253, de 18/08/06;
- . Instrução Normativa nº-112, de 21/08/06;
- . Resolução Conama nº 302, de 20/08/02;
- . Resolução Conama nº 303, de 20/03/02.

2.2. Desmatamento

Entende-se por desmatamento a supressão da cobertura florestal nativa em uma determinada área, para fins agropastoris/florestais ou empreendimentos gerais. O desmatamento não pode ser realizado em Área de Preservação Permanente onde se exige uma autorização específica em casos de utilidade pública.

O desmatamento envolve um impacto ambiental dos mais acentuados, devido à descaracterização total do habitat natural. Considera-se esta prática como sendo a última alternativa para o uso e ocupação do solo, pois caso a área solicitada para o desmate ainda é madeirável, isto é, se ela possui madeira de boa

qualidade em quantidades economicamente viáveis, ao invés de se efetuar um desmatamento, deve-se implantar um Plano de Manejo Florestal Sustentado (PMFS). Caso a área requerida seja para formação de pastagens, dependendo da tipologia, pode-se optar pelo plantio direto. Nos casos em que a área solicitada realmente depende do corte raso para possibilitar o uso agrícola, pode-se intercalar faixas de vegetação nativa entre as áreas de plantio, a fim de minimizar os impactos envolvidos com a perda de solo e processos erosivos.

2.2.1. Vistorias em desmatamentos

1. Na propriedade, solicitar a presença do proprietário ou da pessoa que possa representá-lo;
2. Solicitar a apresentação da Autorização de Desmatamento;
3. Verificar se a área desmatada corresponde à área e o ao local autorizado e se o desmatamento não atingiu áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e espécies protegidas por atos legais (aroeira, pequiheiro, castanheira, seringueira, etc.).
4. Solicitar a licença ambiental correspondente a sua atividade se for o caso;
5. Verificar se houve queima e, em caso positivo, solicitar a apresentação da Autorização para Queima Controlada.
6. Verificar licença de porte e uso de motosserra;
7. Verificar o Documento de Origem Florestal (DOF) referente ao transporte de lenha e madeira em toras.

Observações:

- Se não for apresentada a Autorização de Desmatamento no ato da fiscalização e o proprietário alegar que a possui, notificar, determinando o prazo para a apresentação da documentação hábil.
- Não sendo apresentada a autorização no prazo estabelecido na Notificação, proceder à autuação e, se for o caso, o embargo da área/atividade, apreensão e depósito do produto/instrumento.
- Sempre que possível registrar as coordenadas geográficas no Auto de Infração, no termo de Inspeção ou na Notificação, utilizando o GPS.

2.2.2. Situações que caracterizam infração

- a) Desmatamento sem autorização:
 - ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
 - ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa.
- b) Desmatamento superior ao autorizado:
 - ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo.
 - ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa.
- c) Desmatamento em local diferente do autorizado:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo.
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa.
- d) Autorização de Desmatamento vencida, desde que em exploração, rasurada (especificar o número do campo) ou utilizada em desacordo:
 - ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo.
 - ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa.
 - ⇒ **Obs.:** No caso de rasura na autorização, verificar se não caracteriza falsificação de documento público, tendo em vista a autorização ser expedida por um órgão do Estado. Caso caracterize falsificação encaminhar o infrator a Delegacia de Polícia Civil.
 - * Falsificação de Documento Público (art. 297 CP) reclusão de 2 a 6 anos
- e) Desmatamento ou exploração em área de preservação permanente (APP) ou de espécies que devem ser preservadas (aroeira, pequiheiro, castanheira, seringueira, etc) sem autorização:
 - ⇒ **infração administrativa:** multa, embargo e apreensão da madeira
 - ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil
 - * desmatamento ou exploração APP detenção 1 a 3 anos;
 - * corte de espécies protegidas detenção de 1 a 2 anos
- f) Utilização de motosserra sem a licença de porte e uso, ou com a licença vencida/falsificada. (Licença de Porte e Uso – LPU)
 - ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.
 - ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.
 - * Comercializar ou utilizar detenção 3 meses a 1 anos;
 - * No caso do **transporte** do motosserra sem a licença apenas infração administrativa.

No caso de corte de árvore em perímetro, caso o cidadão não possua a autorização para o corte expedida pela prefeitura, deter o infrator e acionar o órgão municipal competente ou a Polícia Militar Ambiental.

2.3. Queima Controlada (Dec. 2661/98)

Entende-se por queima controlada a utilização do fogo para limpeza de área com fins agropastoris e florestais.

2.3.1. Vistoria em área de queimada

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;
2. Solicitar a Autorização de Queima Controlada;
3. Caso seja apresentada, verificar a sua validade e o objetivo, e se a área queimada corresponde à autorizada;
4. Verificar se houve desmatamento autorizado;
5. Verificar se a área é de preservação permanente ou reserva legal;
6. Proceder à medição da área atingida em hectare/ fração;

7. Medir (cubar) o produto florestal encontrado no local.
8. Verificar se foi tomado às devidas providências para realização da queimada tais como acerto de no mínimo 3 metros de largura, verificar as condições meteorológicas (força do vento e horário) e medidas de prevenção caso a queimada saia do controle.

2.3.2. Situações que caracterizam infração

a. Queimada sem autorização ou em desacordo com a mesma:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

b. Queimada superior ao autorizado:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

c. Queimada em local diferente do autorizado:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

d. Autorização de queima vencida desde que esteja havendo a queima, rasurada (especificar o número do campo), falsificada ou utilizada em desacordo:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa
- ⇒ **Obs.:** No caso de rasura na autorização, verificar se não caracteriza falsificação de documento público, tendo em vista a autorização ser expedida por um órgão do Estado. Caso caracterize falsificação encaminhar o infrator a Delegacia de Polícia Civil.

* Falsificação de Documento Público (art. 297 CP) reclusão de 2 a 6 anos

e. Fazer uso de fogo em área de preservação permanente (APP):

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil

* Danificar APP detenção 1 a 3 anos;

2.3.3. Fogo em perímetro Urbano

1. Risco à vida, patrimônio, meio ambiente, e saúde pública.
2. Em caso de existência de foco Incêndio ou queimada em área urbana, acionar o Corpo de Bombeiros Militar através do Telefone "193".
3. Caso aja a presença do suspeito no local, deter o suspeito, arrolar testemunhas e conduzir à Delegacia Especializada (no caso de Campo Grande é a DECAT). Em outros municípios verificar se há delegacia Especializada.
4. Para sanção administrativa acionar a PMA para a aplicação da multa ao proprietário do terreno onde ocorreu o incêndio ou a pessoa responsável pelo fogo.

2.4. Manejo Florestal

Entende-se por Manejo Florestal a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema.

2.4.1. Vistoria em atividade de manejo florestal

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;
2. Solicitar a apresentação de Autorização para Exploração, sob regime de manejo sustentável;
3. Localizar a área do plano de manejo na propriedade, com base nos mapas;
4. Verificar quais são as empresas que estão explorando a respectiva área;
5. Verificar se o talhão e as espécies exploradas são as constantes na Autorização de Exploração;
6. Verificar se o documento de transporte (DOF ou Selo Florestal), em poder das empresas está sendo usado corretamente;
7. Verificar se as árvores ou tocos estão com suas respectivas plaquetas de identificação numéricas apostas, para fins de identificação no mapa logístico;
8. Verificar a licença de porte e uso de motosserra.

2.4.2. Situações que caracterizam infração

a. Manejo sem autorização de exploração:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

b. Exploração de espécies não autorizadas (aroeira, pequizeiro, etc):

- ⇒ **infração administrativa:** multa, embargo e apreensão da madeira
- ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil

* corte de espécies protegidas detenção de 1 a 2 anos

c. Volume explorado superior ao autorizado:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

d. Exploração em área não autorizada:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

e. Autorização vencida desde que esteja havendo a exploração, rasurada ou utilizar em desacordo:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e embargo
- ⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa
- ⇒ **Obs.:** No caso de rasura na autorização, verificar se não caracteriza falsificação de documento público, tendo em vista a autorização ser expedida por um órgão do Estado. Caso

caracterize falsificação encaminhar o infrator a Delegacia de Polícia Civil.

* Falsificação de Documento Público (art. 297 CP) reclusão de 2 a 6 anos

f. Falta de plaquetas de identificação nas árvores e tocos:

⇒ **infração administrativa:** multa e embargo

⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

g. Utilização de motosserra sem licença de porte e uso ou com licença vencida.

⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Comercializar ou utilizar detenção 3 meses a 1 anos;

* No caso do **transporte** do motosserra sem a licença apenas infração administrativa.

2.4.3. Importante sobre desmate, queima e manejo

Verificar se o desmate, a queimada e o manejo atingiram área de preservação permanente ou fixadora de dunas ou protetora de mangue ou de especial preservação, o ato praticado constitui crime e infração administrativa.

Se a queima não atingir área de preservação permanente, mata ou floresta, o ato praticado constitui infração administrativa.

2.4.4. Medição da área

Para proceder à medição da área o agente deve adotar um dos seguintes procedimentos:

- O GPS que é um dos instrumentos de maior precisão, para determinar a área que se pretende medir, devendo ser utilizado conforme a orientação técnicas e treinamento adequado.
- a trena, quando a área for pequena.
- o veículo, quando for possível percorrer a área no seu total ou em parte.
- a vara com determinados números de metros.

2.5. Carvoarias

Apartir de 14 de março de 2008, através da Resolução SEMA nº. 05, as atividades de carvoejamento necessitam de Autorização Ambiental ou Licença Ambiental expedida pela SEMA para o funcionamento.

2.5.1. Vistoria em carvoarias

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;
2. Solicitar a Autorização Ambiental para o funcionamento;

3. Caso seja apresentada, verificar a sua validade;
4. Caso necessite solicite o projeto técnico para verificar se a atividade vem sendo realizada de acordo com o mesmo;
5. Vistoriar as lenhas utilizadas para a produção de carvão quanto à origem e cubagem;
6. Verificar o DOF de entrada de lenha e saída de carvão.

2.5.2. Situações que caracterizam infração

a. Funcionamento da Carvoaria sem a licença ou autorização ou vencida.

⇒ **infração administrativa:** multa e embargo

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 6 meses a 1 ano.

2.6. Uso de Motosserra:

Ficam obrigados ao registro no IBAMA, os estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de motosserra, bem como aqueles que, sob qualquer forma, adquirirem este equipamento.

2.6.1. Vistoria

Para utilizar e transportar o motosserra o proprietário ou o transportador deverá estar munido da LP U (Licença de Porte e Uso). A LPU tem validade de 01 (um) ano a contar da data do pagamento.

2.6.2. Situações que caracterizam infração

a. Utilização de motosserra sem licença de porte e uso ou com licença vencida.

⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Comercializar ou utilizar detenção 3 meses a 1 anos;

No caso do **transporte** do motosserra sem a licença apenas infração administrativa.

2.7. Transporte de Produto Florestal (Instrução Normativa nº 112/06)

Entende-se por produto florestal aquele que se encontra no seu estado bruto ou in natura tais como madeira em tora, toretes, palanques, moirões, lascas, lenha, carvão, xaxim, madeira serrada, cavacos, entre outros.

O DOF (Documento de Origem Florestal) representa a licença indispensável para o transporte de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, inclusive carvão vegetal.

O DOF deve estar com todos os campos preenchidos conforme manual disponibilizado pelo IBAMA

- Na parte de baixo do DOF encontramos escrito o tipo de produto florestal o qual esta sendo transportado conforme segue:
- Verde: madeira em tora, madeira beneficiada, toretes, postes não

imunizados, escoramentos, palanques, dormentes, mourões, lascas e lenha;

- Preta: carvão vegetal nativo;
- Laranja: palmito;
- Amarela: xaxim e óleos essenciais.

O DOF não poderá conter rasuras ou campos em branco. Atentar, principalmente para a data de emissão, o volume e o material transportado e a rota do transporte.

2.7.1. Vistoria em Veículos de Transporte de Produto Florestal

- Identificar-se, esclarecendo os motivos de sua missão, agindo com prudência, cautela e decisão, demonstrando segurança;
- Solicitar ao condutor do veículo a documentação legal para verificação do produto que está sendo transportado (DOF);
- Verificar se o DOF está preenchido corretamente e se a especificação do produto fiscal, data de emissão, validade e percurso até a devida cubagem.
- Confrontar os dados da Nota Fiscal: nome da espécie, especificação, quantidade, unidade de medida e valor, com os do DOF, bem como do carregamento.

2.7.2. Situações que caracterizam infração

a. Transporte de produto e subproduto florestal sem o DOF:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.
- ⇒ **criminal:** condução do autor à Delegacia de Polícia Civil.

*Transporte detenção 6 meses a 1 anos;

b. Transporte de produto e subproduto florestal com o DOF vencido, rasurado ou em desacordo.

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.
- ⇒ **criminal:** condução do autor à Delegacia de Polícia Civil.

*Transporte detenção 6 meses a 1 anos;

c. Receber, Adquirir, vender, ter em depósito produto florestal sem o DOF:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão.
- ⇒ **criminal:** condução do autor à Delegacia de Polícia Civil.

*detenção 6 meses a 1 anos;

Para verificar a autenticidade do DOF, ligar para o telefone 0800618080 ou pelo Site Oficial do IBAMA.

2.8. Cubagem de Madeiras

MÉTODO GEOMÉTRICO:

É o método utilizado para se obter o volume "real da madeira, sendo o processo mais simples e rápido de cubagem".

PROCEDIMENTOS:

Para a medição da madeira, têm-se os seguintes procedimentos, para os casos de:

2.8.1 Toras regulares

Primeiramente, devem ser medidos os diâmetros nas extremidades (base e topo) da tora, utilizando-se a trena, fita métrica ou qualquer instrumento que permita a medição. Obtemos daí 02 (dois) diâmetros, por isso teremos que definir o diâmetro médio. Para isso, divide-se o somatório dos diâmetros pelo número de medidas realizadas.

Tem-se:

D1 = Diâmetro da base (extremidade mais grossa)

D2 = Diâmetro do topo (extremidade mais fina)

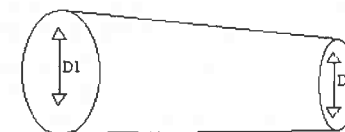
E, como exemplo, tomando-se:

D1 = 50 e D2 = 30

qual será o **Diâmetro Médio (Dm)**?

Aplicando-se a fórmula: $\frac{D1 + D2}{2}$:

$$Dm = \frac{50 + 30}{2} = \frac{80}{2} = 40 \text{ cm}$$



Como resposta teremos um diâmetro médio de 40 cm.

Então, o Diâmetro Médio (Dm) é definido como sendo o somatório dos diâmetros encontrados, que neste caso são 50 cm (D1) e 30 cm (D2), dividido pelo número de medidas efetuadas.

2.8.2. Toras irregulares

Sendo toras que apresentam deformações em seu tronco, para os cálculos deverão ser medidos, no mínimo, 04 (quatro) diâmetros, conforme a figura abaixo.

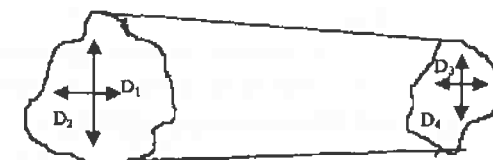
Como exemplos têm:

D1 = 60 cm

D2 = 40 cm

D3 = 40 cm

D4 = 30 cm



$$Dm = \frac{D1+D2+D3+D4}{4}$$

$$Dm = \frac{60+40+40+30}{4} = \frac{170}{4}$$

$$Dm = 42.50 \text{ cm}^*$$

Após encontrarmos o diâmetro iremos calcular o Volume, utilizando a seguinte fórmula:

$$V = 0,7854 \times Dm^2 \times L \quad \text{onde:}$$

V = volume de madeira expresso em metros cúbicos

Dm^2 = quadrado do diâmetro médio

L = comprimento da tora

0,7854 = constante que é igual a $\frac{\pi}{4}$

*Obs.: Sempre converter centímetro em metros antes de realizar o cálculo dividindo por 100 (cem), ou seja, se você tiver 50 centímetros para transformá-lo em metros divida por cem.

2.8.3. Madeira serrada

Caminhão: Dependendo da carga de madeira, existe uma grande diferença entre o volume real e o volume de madeira no caminhão, devido aos espaços vazios existentes entre uma peça e outra.

No caso de madeira serrada, torna-se inviável (em nível de madeira) medir peça por peça e usa-se, então, medir a carroceria do caminhão (largura, comprimento e altura da carga)

(L) = Comprimento da carroceria

(LG) = Largura da carroceria

(H) = Altura da carga

$$V = L \times LG \times H$$

Hoje, a fiscalização utiliza o coeficiente de 70%, sendo esse valor para eliminar os espaços vazios. Na prática, o Agente deve subir na carroceria do caminhão e verificar a disposição da carga, principalmente, na variação do comprimento das peças (tabuas, caibros, pranchas e etc.) o que poderá implicar na variação do coeficiente acima.

Exemplo:

(L) Comprimento da carroceria do caminhão = 7,00m

(LG) Largura da carroceria do caminhão = 3,30m

(H) Altura da carga = 1,50m

(CF) Coeficiente = 70%

Fórmula:

$$\text{Volume Real (Vr)} = L \times LG \times H \times CF$$

$$Vr = 7.00 \times 2,30 \times 1,50 \times 0.70$$

$$Vr = 16,905 \text{ m}^3$$

Cubagem de 01 (uma) Tábua: O volume de uma tabua é encontrado multiplicando-se: Espessura X Largura X Comprimento

$$V = E \times LG \times L$$

Exemplo:

(E) Espessura = 2,50cm (dividir por 100) = 0,025m

(LG) Largura = 20,0cm = 0,20m

(L) Comprimento = 4,00m

$$V = 0,025 \times 0,20 \times 4,00$$

$$V = 0,020 \text{ m}^3$$

2.8.4. Cubagem de Lenhas - Estere (ou estéreo):

Para calcular o volume de lenha em um caminhão, usa-se tirar as três medidas que são comprimento da carroceria, largura e altura da lenha e multiplicar uma pela outra. Assim, teremos o volume em estéreo (st) de lenha.

O estéreo (st) é uma unidade de volume obtido por um sistema simples de empilhamento da madeira com vãos, fatalmente provocado pela tortuosidade das peças.

Entretanto, como o volume não é exato, porque existem espaços vazios entre as peças, é necessário que se faça a transformação de estéreo (st) em metro cúbico (m^3), dividindo-se o resultado da cubagem de madeira serrada armazenada, por um coeficiente, conforme Tabela abaixo:

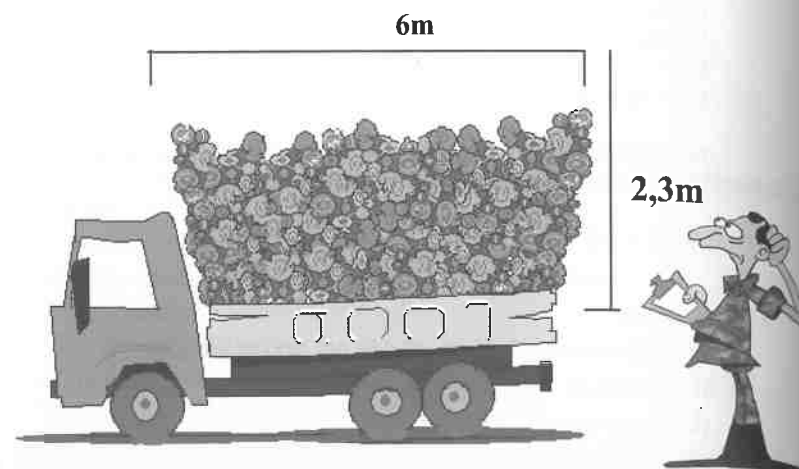
COEFICIENTES DE CONVERSÃO

Nordeste $1,0 \text{ m}^3 = 2,65 \text{ st}$

Amazônia Legal $1,0 \text{ m}^3 = 1,50 \text{ st}$

Eucalipto..... $1,0 \text{ m}^3 = 1,20 \text{ st}$

No estado de Mato Grosso do Sul é utilizado o coeficiente da Amazônia Legal, ou seja, 1 metro cúbico equivale a 1,5 estéreo.



Exemplo:
Comprimento da carroceria do caminhão (L) = 6,0m
Largura da carroceria do caminhão (LG) = 2,30m
Altura da lenha (H) = 2,50m

$$V = L \times LG \times H$$

$$V = 6,00 \times 2,30 \times 2,50$$

$$V = 34,50 \text{ st}$$

$$\text{Amazônia Legal: } V = \frac{6,00 \times 2,30 \times 2,50}{1,50}$$

$$V = \frac{34,50}{1,50} = 23,00 \text{ m}^3$$

3. FISCALIZAÇÃO DE PESCA (FAUNA ICTIOLÓGICA)

3.1. Legislação em Vigor

- . Lei Federal 9.605, de 13/06/98;
- . Lei Federal 11.959, de 29/06/09;
- . Decreto Federal 221, 28/02/67;
- . Decreto Federal 6.514, de 22/07/08;
- . Lei Estadual 1 826, de 12/07/98;
- . Lei Estadual 1.910, de 01/12/98;
- . Decreto Estadual 11.724, de 05/11/04;
- . Decreto Estadual 12.039, de 08/02/06;
- . Instrução Normativa nº 26, de 02/09/09;
- . Resolução SEMA/MS nº 042, de 25/01/06.

Para entendermos sobre a pesca vejamos o conceito na área criminal, definida na lei 9.605/98 e na área administrativa definida no decreto 6.514/08:

Art. 36 da lei 9.605/98 - Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Art. 42. Do decreto 6.514/08: Para os efeitos deste Decreto, considera-se pesca todo ato tendente a extrair, retirar, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos aquáticos e vegetais hidróbios suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Parágrafo único. Entende-se por ato tendente à pesca aquele em que o infrator esteja munido, equipado ou armado com petrechos de pesca, na área de pesca ou dirigindo-se a ela.

3.2. Classificação

3.2.1. Pesca Profissional/Comercial

É aquela exercida com fins de comércio, seja para consumo, ornamentação de ambientes, como aquários (aquarofilia), etc., ou outros tipos de aproveitamento. Integram o grupo que executa esta atividade: os pescadores profissionais da indústria e da pesca artesanal, os armadores e empresários da pesca.

3.2.2. Pesca Desportiva/Amadora

É aquela praticada com fins desportivos ou de lazer, utilizando-se de técnicas e métodos definidos pela normalização específica vigente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial. Atualmente, é permitida a utilização de linha-de-mão, puçás, caniços simples ou com molinete, espingarda de mergulho, anzóis simples ou múltiplos.

Tal atividade está dividida em duas categorias:

- A categoria **A** é a atividade exercida **desembarcada**
- A categoria **B** é a atividade exercida **embarcada** em embarcações

Os Pescadores amadores desembarcados que utilizam somente linha-de-mão estão dispensados de tal licença, bem como os aposentados e os

maiores de 60 anos, se do sexo feminino, e 65 anos, se do sexo masculino, que utilizem, para o exercício da pesca, linha de mão, caniços simples, caniços com molinete, empregados com anzóis simples ou múltiplas. Em ambos os casos, os mesmos não poderão estar filiados a clubes ou associação de amadores de pesca.

A pessoa que exerce a pesca de subsistência, cuja produção é apenas para alimentação familiar, enquadra-se como pescador amador desembarcado.

3.2.3. Pesca Científica

É a atividade exercida unicamente com fins de pesquisa/estudo, por instituições ou profissionais habilitados e credenciados para tanto.

A autorização, pelos órgãos competentes, de expedição científica, cujo programa se estenda à pesca, dependerá de prévia autorização do IBAMA ou Ministério do Meio Ambiente.

3.3. Procedimentos em Atendimentos de Ocorrências de Pesca

3.3.1. Ocorrências com pescador amador

a) Na abordagem de pescador amador, deverá ser inicialmente identificada a sua categoria através da respectiva Autorização de Pesca, bem como verificada sua validade;

b) Deverá também ser verificado, no local e/ou embarcação abordada, se os petrechos utilizados na pescaria são regulamentares e também se o pescado encontra-se no tamanho mínimo previsto pela legislação;

c) Quanto ao transporte do produto da pescaria pelo pescador amador, deverá ser verificada a quantidade máxima permitida para esta categoria (de acordo com a sua Autorização de Pesca), bem como se o pescado não apresenta sinais de captura por petrechos proibidos;

d) Constatando irregularidade será efetuada a autuação e apreensão do produto da pesca e petrechos utilizados;

e) A limite de captura e transporte para o pescador profissional são de 10 quilos mais 01 exemplar de qualquer peso, desde que respeitado o tamanho mínimo, e 05 (cinco) piranhas. (Res. SEMAC 03/08)

Petrechos proibidos (Art. 17º, Dec. Est. 11.724/04):

I - cercado, pari, anzol de galho, bôia fixa (cavalinho) ou qualquer outro aparelho fixo;

II - do tipo elétrico, sonoro ou luminoso;

III - fisga, gancho ou garatêia, pelo processo de lambada;

IV - arpão, flecha, covo, espinhel ou tarrafão;

V - substâncias tóxicas ou explosivas;

VI - qualquer outro artefato de malha.

Petrechos permitidos:

✓ Caniço simples (vara de bambu);

✓ Caniço com molinete;

✓ Linhada de mão.



Para efeito de mensuração do peixe, define-se o comprimento total como sendo a distância tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira

ILUSTRAÇÃO DE ALGUNS PETRECHOS DE PESCA PROIBIDOS



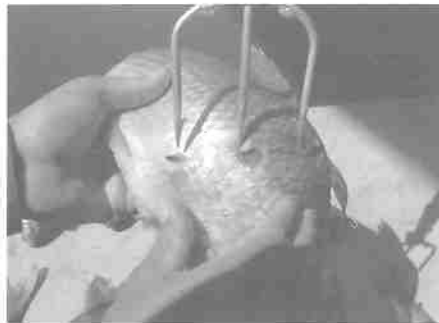
Fonte: Arquivo 4º Pel/1ª Cia/15º BPMA

FIGURA: Ilustração de um Covo



Fonte: Arquivo 4º Pel/1ª Cia/15º BPMA

FIGURA: Ilustração de uma tarrafa



Fonte: Arquivo 4º Pel/1ª Cia/15º BPMA

FIGURA: Ilustração de uma fisga e os sinais que identificam sua utilização.



Fonte: Arquivo 4º Pel/1ª Cia/15º BPMA

FIGURA: Ilustração de uma rede sendo apreendida no rio

3.3.2. Ocorrências com pescador profissional

a) Na abordagem de pescador profissional, deverá ser exigida a Autorização de Pesca competente, bem como verificada **sua validade**,

b) Devera ser verificado no local e/ou embarcação abordada, se os petrechos utilizados na pesca são regulamentares e também se o pescado encontra-se no tamanho mínimo previsto pela legislação.

c) Quanto ao transporte do pescado pelo pescador profissional, devera também ser verificado se o mesmo apresenta sinais de captura por petrechos proibidos.

d) Constatada qualquer irregularidade, será procedida à autuação, apreensão dos produtos da pesca e materiais utilizados, conforme preconiza a legislação em vigor;

e) O pescado deverá ser comercializado somente em estabelecimentos comerciais na região onde foi feita a pesca ou diretamente, através das colônias e cooperativas de pesca no Estado de Mato Grosso do Sul – Lei 1787/97 (Lei Deputado Arroyo).

Petrechos permitidos:

- ✓ Caniço simples (vara de bambú);
- ✓ Caniço com molinete;
- ✓ Linhada de mão;

- ✓ 08 (oito) “anzóis de galho”;
- ✓ 05 (cinco) bóias fixas (cavalinho);

Tarrafa para captura de isca (altura máxima de 2m, malha entre 20 e 50 mm e linha de nylon com espessura máxima de 0,050 mm).

Obs.: Na pesca amadora e na pesca profissional não é permitida a menos de 200 metros a montante (acima) ou a jusante (abaixo) das barragens, corredeiras, cachoeiras e escadas de peixe (Art. 16, Dec. Est. 11.724/04).

3.3.3. Ocorrências com transporte de pescado

a) Na abordagem do transporte de pescado intermunicipal deverá ser exigida a Guia de Vistoria e Lacre, devendo ser observado se no local onde foi praticada a pesca existe serviço de vistoria e lacre do BPMA, caso inexista, deverá ser vistoriado o pescado no local da abordagem (Art. 23, Dec. Est. 11.724/04);

b) Verificar a documentação competente e inspecionar o lacre e a Guia para constatar se houve alguma alteração por parte do transportador;

c) Se o transporte de pescado estiver sendo feito sem estar vistoriado e lacrado, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- Verificar a comprovação de origem, através das respectivas licenças e/ou notas fiscais;

- Vistoriar o pescado no local, verificando as condições de captura quanto aos petrechos proibidos e tamanho mínimo permitido;

d) Quando constatada a irregularidade deverá ser procedida a autuação do transportador, apreendendo o pescado;

e) Caso haja necessidade de romper o lacre, o Cmt da Guarnição deverá utilizar o Termo de Rompimento de Lacre de Pescado, devidamente assinado pelo Cml da OPM e encaminhar a Sede do BPMA para processamento;

f) Fica proibida a comercialização do **curimbatá** (*Prochilodus lineatus*). ressaltados os criados em piscicultura (cativeiro), desde que comprovado através da Nota do Produtor (Art. 15 do Dec. Est 11.724/04);

g) Tanto para o transporte quanto para o comércio, o peado ao ser vistoriado não poderá estar sem cabeça. (Art. 28, Dec. Est. 11.724/04).

3.3.4. Ocorrência com pesca científica

a) Verificar se existe autorização do órgão competente se esta dentro do prazo de validade e ainda se o local e os peixes capturados estão de acordo com o autorizado

b) Constatar se o material utilizado para a captura esta de acordo com o autorizado na documentação expedida pelo órgão estadual Competente;

c) A condução de organismos aquáticos vivos se sujeita ao controle e expedição de documento específico, expedido pelo órgão estadual competente (Parágrafo 3º do Art. 15 da Lei 1826/98);

d) Sempre que for praticada a pesca científica, o responsável pela equipe deverá ser orientado para que o barco e os tripulantes estejam identificados, mostrando o caráter científico da pesca;

e) Caso seja constatada alguma irregularidade, será efetuada a autuação, apreensão do produto da pesca, dos petrechos utilizados e a respectiva Autorização Ambiental!

3.3.5. Fiscalização de pescados em comércio, feiras, mercados e indústrias

- Identificar o proprietário ou responsável;
- Verificar a origem do pescado;
- Verificar o tamanho mínimo permitido;
- Verificar se o pescado origina da pesca proibida; (malhado, fígado, etc.);
- Verificar a Declaração de Estoque quando do período de piracema e defeso.

3.4. Situações que Caracterizam Infração

a. A pesca, o transporte e o armazenamento e o comércio de pescado com tamanho inferior ao permitido, capturada com petrecho proibido, quantidade superior ao permitido ou espécie protegida:

⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão dos peixes e materiais utilizados na infração.

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção 1 ano a 3 anos;

b. Pescar em período proibido (piracema) ou em local interdito:

⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão dos peixes e materiais utilizados na infração.

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção 1 ano a 3 anos;

No caso do transporte de pescado capturado em local interdito, a constatação do crime se torna muito difícil.

c. Pescar sem licença:

⇒ **infração administrativa:** multa e embargo dos peixes e materiais utilizados na infração.

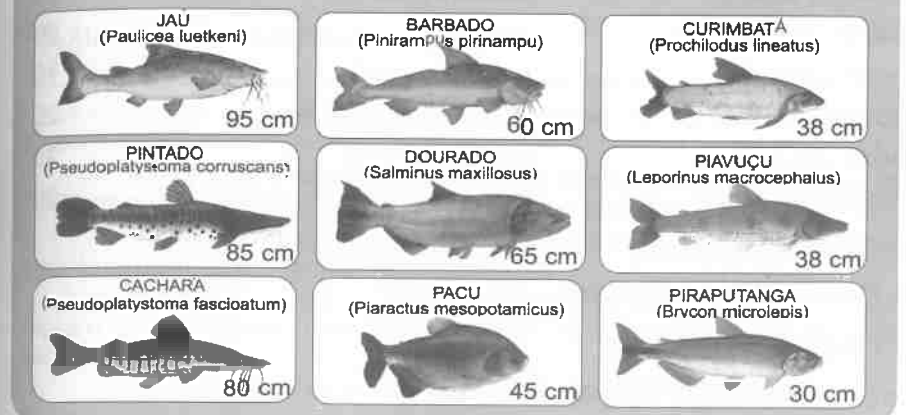
⇒ **criminal:** não é crime, apenas infração administrativa

Pescar sem licença não é crime, apenas infração administrativa.

Para os pescados provenientes de piscicultura não se aplica a legislação referente ao tamanho mínimo, petrechos e cota. Neste caso, é necessário comprovar a origem do pescado, através de nota fiscal.

Tamanho Mínimo para captura de acordo com Decreto Estadual:

TAMANHOS MÍNIMOS PARA CAPTURA (Decreto nº 12.039/06 - MS)



Tamanho Mínimo para captura de acordo com Instrução Normativa nº 26 de 2009, referente à bacia hidrográfica do rio Paraná:

Nome científico	Nome vulgar	Taman. Mín. (cm)
<i>Gymnotus carapo</i>	tuvira, sarapó, morenita	20
<i>Hoplias malabaricus</i>	traíra	25
<i>Hypostomus</i> spp acari	casculo	30
<i>Leporinus friderici</i>	piáu, piáu-três-pintas	25
<i>Leporinus</i> aff.	piapara, piáu-verdadeiro, piavuçu	40
<i>Liposarcus anisittii</i>	casculo-pantaneiro	30
<i>Megalancistrus aculeatus</i>	casculo-abacaxi	25

Piaractus mesopotamicus	pacu-caranha, pacu	45
Pimelodus maculatus	mandi, mandi-amarelo	25
Pinirampus pirinampu	barbado, mandi-alumínio	50
Prochilodus lineatus.	curimatá, curimbatá, papa-terra	38
Prochilodus affinis	curimbatá piao	30
Pseudopimelodus zungaro	bagre-sapo	30
Pseudoplatystoma corruscans	surubim, pintado	90
Pseudoplatystoma fasciatum	surubim, cachara	70
Pterodoras granulosus	armado, armal, abotoado	40
Rinelepis aspera	casudo-preto	25
Salminus brasiliensis	dourado	60
Satenoperca	papa-terra, cará	16
Schizodon borelli	piáu-catingudo, piava	25
Schizodon nasutus	taguara, timboré	25
Zungaro zungaro	jaú	90

4. FISCALIZAÇÃO DE FAUNA:

4.1. Legislação em Vigor

- . Lei Federal 9.605, de 13/06/98;
- . Lei Federal 5.197, de 03/01/67;
- . Decreto Federal 6.514, de 22/07/08;
- . Portaria 119-N, 17/11/92;
- . Portaria 139-N, 29/12/93;
- . Portaria 118-N, 15/10/97;
- . Decreto 3.607, 21/09/00.

4.2. Definições

Fauna é o conjunto de animais de um determinado local.

De acordo com o artigo 1º da lei 5.197, os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e

criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Para fins de interpretação e aplicação da legislação ambiental podemos dividir a fauna em três grupos:

. **Fauna Silvestre:** O §3º do artigo 29 da lei 9.605/98 define como espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras;

. **Fauna Exótica:** É a originária de outro país;

. **Fauna Doméstica ou Domesticada:** Conjunto de espécies passíveis de domesticação.

4.3. Atividades de Fiscalização

4.3.1. Em Criadouro, Jardim Zoológico, Exportação e Importação

1) Na propriedade, solicitar a presença do proprietário ou responsável;

2) Solicitar a inscrição no Cadastre Técnico Federal e Relatório de Atividade Anual, verificando as categorias das atividades desenvolvidas;

3) Verificar se os animais, produtos e subprodutos têm origem legal, através de documento vigente;

4) Verificar se os controles das espécies são compatíveis com o registro de criadouros, entradas, saídas e óbitos ocorridos na atividade fiscalizada;

5) Verificar se as espécies e quantidades, no caso de matadouro, conferem com as autorizadas;

6) Verificar se os animais existentes estão marcados de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBAMA;

7) Verificar as condições dos animais quanto ao ato de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações (circo, rodeios, exposições, criadouros, zoológico, etc.).

4.3.2. Indústria/beneficiamento de produtos/subprodutos

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;

2. Solicitar a inscrição no Cadastro Técnico Federal e Relatório de Atividade Anual, verificando as categorias das atividades desenvolvidas;

3. Solicitar Notas Fiscais, autorizações/licenças para verificar as entradas e saídas dos produtos/subprodutos;

4. Verificar se os produtos/subprodutos tem origem legal.

4.3.3. Comércio de animais silvestres (produtos/subprodutos)

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;
2. Solicitar a inscrição no Cadastre Técnico Federal e o Relatório de Atividade Anual, verificando as categorias das atividades desenvolvidas;
3. Verificar se os animais, produtos/subprodutos a serem comercializados constam na relação de itens autorizados;
4. Verificar a licença/autorização e Nota Fiscal do fornecedor autorizado (criadouro amador, comercial ou comerciante de produtos, devidamente registrado);
5. Verificar se os animais estão marcados conforme o declarado e aprovado de acordo com as normas;
6. Verificar se os produtos estão de acordo com as normas relativas a embalagens, selos, lacres, numeram do registro, carimbos e rótulos;
7. Verificar as condições dos animais quanto ao ato de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações (circo, rodeios, exposições, criadouros, zoológico, etc.).

4.3.4. Transporte de animais silvestres nativos e exóticos

1. Solicitar a licença do IBAMA e a Guia de Transporte do Animal - GTA, (bem como o documento de identificação do responsável) pelo transporte;
2. Verificar se as espécies e quantidades relacionadas na autorização conferem com os animais transportados;
3. Verificar se a marcação do animal (anilha, plaqueta, microchip, etc.) confere com a que consta na licença;
4. Verificar se a autorização está de acordo com o prazo de validade e não contem rasuras.

4.3.5. Transporte de animais domésticos

Para transportar gatos, cachorros, coelhos, hamsters, periquitos-australianos, canários-belga, agapornis, pavões, galinhas, perus, patos e etc., é necessário o GTA - Guia de Transporte Animal que é fornecido pela Fundação Zoobotânica ou pelo Posto do Ministério da Agricultura.

Situações que Caracterizam Infração:

- Falta de autorização/licença;
- Autorização/licença, vencida (especificar o número do campo), rasurada, falsificada ou utilizada em desacordo;
- Marcação de identificação em desacordo com a autorização.

4.3.6. Transporte de produtos/subprodutos/objetos da fauna silvestre/exótica (carne, pele, cabeça, patas, carcaças, membros, asas, dentes, penas, etc.)

1. Solicitar a autorização/licença e Nota Fiscal e CTP - Certificado de Transação de Passeriformes;
2. Verificar se os produtos/subprodutos/objetos (espécie/quantidade) relacionados na autorização conferem com o produto transportado e constante na Nota Fiscal e/ou CTP;
3. Verificar se a autorização/licença/Nota Fiscal/CTP estão condizentes com o prazo de validade, objetivo e não contem rasuras.

Observações importantes:

- No caso de embalagens lacradas (sacos, sacolas, caixas, isopor, etc.), estas devem ser abertas na presença do proprietário/responsável pelo transporte;
- No caso de produtos perecíveis, impróprios ao consumo humano, deve ser providenciada a sua destruição/incineração, sendo lavrado o Termo de Incineração;
- Sempre que for confeccionar o Auto de Infração por animais silvestres em cativeiro ou caça, deverá ser observado se o animal pertence à lista oficial de animais ameaçados de extinção (CITES I e II);
- Os animais silvestres apreendidos devem ser, sempre que possível, retirados do local, tendo as seguintes destinações: a) Libertados em seu habitat natural, após verificação de sua adaptação às condições de vida silvestre; b) Entregues a jardim zoológico, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas; c) Entregues a criadouros conservacionista/comerciais/científicos, quando autorizado pelo Setor de Fauna.

4.4. Situações que constituem crime contra a fauna (Art. 29, Lei 9.605/98):

a. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre sem autorização:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão dos animais e materiais utilizados na infração.
- ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção 06 meses a 01 ano;

*Normalmente junto com o crime de caça ainda vem o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo.

Situações que não constituem crime o abate de animal (Art. 37, Lei 9.605/98):

- Quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;
- Para proteger lavouras, pomares, e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pelo órgão competente;
- Pode ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pela autoridade competente.

b. Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro depósito, sem autorização:

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão dos animais e materiais utilizados na infração.
- ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção 06 meses a 01 ano;

c. Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão dos animais e materiais utilizados na infração.
- ⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção 03 meses a 01 ano;

ATENÇÃO:

A configuração do crime de maus tratos depende de laudo pericial, por isso é imprescindível a condução do infrator juntamente com o animal a Delegacia de Polícia.

Existe, porém, a forma legal de criar aves silvestres em cativeiro, para tanto o interessados devem:

- Ser sócio de um clube ornitológico filiado ao IBAMA;
- Ter as matrizes e todo o plantel nascidos em cativeiro e documentos que comprovem;

- Manter a relação dos pássaros devidamente anilhados;
- Ter carteira de associado do clube ornitológico;
- Em caso de falecimento do pássaro, fazer a certidão de óbito;
- Em caso de transação, manter o certificado de transação de pássaros (CTP);
- Manter o registro de nascimento de cada filhote;

ATENÇÃO:

Quando for verificar a autenticidade ou conferir a numeração da anilha de um animal, peça para que o proprietário faça a captura e a contenção, pois o animal poderá fugir ou até mesmo vir a morrer devido ao stress.



Foto: Roberto Cabral - Ibama



Foto: Roberto Cabral - Ibama

Figura: Anilhas utilizadas em passeriformes legalizados

5. ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS

5.1. Legislações em vigor

- . Lei Federal 9.605, de 13/06/98;
- . Decreto Federal 3.179, de 21/09/99;
- . Resolução CONAMA- 001, de 23/01/86;
- . Resolução nº 237, de 19/12/97;
- . Lei Estadual 90, de 02/06/80;
- . Dec. Estadual nº 4.625, de 07/06/88.

5.2. Definições

A Licença Ambiental estabelece as condições, restrições do controle ambiental que deverão ser obedecidos pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

5.3. Modalidades de Licença

. Licença Prévia (LP): é uma modalidade de licença concedida na fase preliminar do planejamento de empreendimento ou atividade, aprovado sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Prazo de validade: não superior a cinco anos.

. Licença de Instalação (LI): é uma modalidade de licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. Prazo de validade: não superior a seis anos.

. Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Prazo de validade: não superior a dez anos.

A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades e atividades utilizadoras de recursos

ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Algumas Atividades que necessitam de Licença: extração mineral; frigoríficos; suinoculturas; aviculturas; irrigação; usinas; laticínios; pisciculturas; obras civis; usinas de Alcool e Açúcar; plantio de arroz em área de várzea; empreendimento de turismo e laser; posto de combustível; carvoarias; outros empreendimentos.

5.4. Vistorias em Atividades Potencialmente Poluidoras

1. Solicitar a presença do proprietário ou responsável;
2. Solicitar a licença ambiental (observar o estágio do empreendimento);
3. Solicitar a apresentação do Cadastro Técnico Federal;
4. Verificar se a atividade está sendo exercida de acordo com a licença e o projeto inclusive se a capacidade máxima esta sendo respeitada;
5. Verificar o prazo de validade dos documentos.

5.5. Situação que Caracteriza Infração

Funcionamento de atividade potencialmente poluidora sem a licença/ autorização, vencida ou em desacordo.

⇒ **infração administrativa**: multa e embargo

⇒ **criminal**: condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 6 meses a 1 ano.

6. AGROTÓXICOS

6.1. Definição:

Agrotóxicos são todas as substâncias químicas manipuladas por laboratório, que utilizada em desacordo com as normas legais podem causar danos irreversíveis à saúde humana, animal e ao meio ambiente.

6.2. Normas de Aplicação de Agrotóxicos e Destinação Final das Embalagens

As normas de aplicação e destinação final das embalagens estão estabelecidas na lei federal nº LEI Nº 7.802, de 11 de julho de 1989, LEI 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000 que altera a Lei no 7.802 e no DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002, , sendo que as condutas contrárias, serão puníveis de acordo com a lei 9.605/98 e dec. 3.179/99.

Quando da aplicação o agricultor deverá observar o local de captação de água, que não poderá ser direto do curso d'água ao pulverizador, e ainda deverá dar destino adequado às embalagens, às quais deverá ser lavada à pressão ou em triplice lavagem, despejando sempre essa água que foi usada para a lavagem no tanque do pulverizador, e após deverá retirar o rótulo e ainda furar as embalagens ao fundo a fim de não serem reutilizadas, após deverá ser acondicionada em local arejado e coberto e no prazo máximo de um ano deverá encaminhar ao centro de recebimento, observando as normas de transporte.

6.3. Atividades de Fiscalização de Agrotóxicos em Propriedades Rurais:

- 1) Na propriedade, solicitar a presença do proprietário ou responsável;
- 2) Solicitar a nota fiscal dos produtos;
- 3) Verificar como e onde as embalagens foram armazenadas;
- 4) Verificar se foi realizado a triplice lavagem;
- 5) Informar ao proprietário sobre a devolução das embalagens vazias.

6.4. Situações que Caracterizam Infração

- a) Armazenamento das embalagens em local inadequado:
⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão do produto
⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 04 anos.

- b) Armazenamento em "céu aberto":
⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão do produto
⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 04 anos.

- c) Transporte em desacordo com as normas:
⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão do produto
⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 04 anos.

- d) Armazenamento, utilização e transporte de agrotóxico importado sem a comprovação da origem

- ⇒ **infração administrativa:** multa e apreensão do produto
⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 04 anos.

*Juntamente com o crime ambiental no caso de produto importado sem origem temos ainda o descaminho ou contrabando.

Obs.: Nos rótulos das embalagens dos defensivos agrícolas (agrotóxicos) produzidos e registrados no Brasil contêm todas as informações necessárias para o transporte, armazenamento e destino final das embalagens.

7. CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

7.1. Considerações

A Lei de Crimes Ambientais visa à proteção e à integridade do patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

Qualquer alteração das características do bem protegido só pode ser realizada com autorização do órgão ambiental competente.

7.2. Situações que Caracterizam Infração

- a) Destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

⇒ **infração administrativa:** multa

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 03 anos.

- b) Destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

⇒ **infração administrativa:** multa

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 03 anos.

- c) Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

⇒ **infração administrativa:** multa

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 03 anos.

- d) Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

⇒ **infração administrativa:** multa

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 06 meses a 01 ano.

- e) Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

⇒ **infração administrativa:** multa

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 03 meses a 01 ano.

8. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

8.1. Considerações

A lei de crimes ambientais visa proteger a administração pública e o meio ambiente, do exercício irregular da função administrativa. O autor desse crime é somente o funcionário público.

8.2. Situações que Caracterizam Infração

a) Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental:

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 01 a 03 anos.

b) Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 01 a 03 anos.

c) Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 01 a 03 anos.

d) Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais:

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Detenção de 01 a 03 anos.

e) Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão:

⇒ **criminal:** condução do autor a Delegacia de Polícia Civil.

*Reclusão de 03 a 06 anos.

9. CONCEITOS GERAIS

. **ANILHAS** - Anel próprio para controle de pássaros oriundos de criadouros legalizados, fornecidos pelo órgão competente (IBAMA).

. **ACEIRO** - Faixa de terreno da qual se retira toda e qualquer material combustível com a finalidade de isolar determinada área do terreno, evitando que o fogo se propague.

. **ASSOREAMENTO** - É a obstrução de um curso d'água através de areia ou outro sedimento, descaracterizando a mata ciliar e alterando suas margens.

. **ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE** - É a mata ciliar ou outras formas de vegetação natural ou reflorestada que estão situadas as margens dos rios, lagoas, nascentes, topo de morros, encostas, vazantes e pindaibas (Art. 2º da lei 4771/65)

. **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL** - são áreas com proteção total, onde não é permitida nenhuma exploração, não apenas por ser um refúgio para a fauna local onde os animais possam reproduzir ou buscar alimentos, mas também para manter os mananciais de águas saudáveis, a não ser em raras exceções previstas por lei.

. **ANIMAIS SILVESTRES** - são animais que nascem e sobrevivem na natureza, sem interferência do homem

. **ANIMAL EXÓTICO** - Espécie de animal presente em uma determinada área geográfica da qual não é originária, introduzida geralmente por intervenção do homem.

. **CAPÃO** - São pequenas áreas de mata alta em forma arredondada, isolada no meio do campo

. **CERRADO** - É a vegetação constituída por dois andares, sendo uma rasteira, que raramente ultrapassam seis metros e outro de arbustos com casca grossa e caules tortuosos.

. **CERRADÃO** - Vegetação constituída por três andares, sendo o primeiro de uma rasteira, pequeno porte, o segundo arbustos e pequenas formas arbóreas, e o terceiro que é principal, formado de árvores geralmente de 5-6 metros até 18-20 metros de altura, de troncos menos tortuosos e menos duro.

. **DEQUADA** - É um fenômeno que normalmente ocorre no pantanal no período de cheia originada pelo apodrecimento de matéria orgânica depositada nas margens dos rios ou pelas cinzas das queimas, ocasionando a diminuição de oxigênio na água e causando mortandade de espécies aquáticas.

. **DESMATAMENTO** - É a remoção completa ou parcial de qualquer vegetação com diâmetro acima de 5 cm até altura do peito, existente numa determinada área.

. **DEFESO** - Época do ano em que se protegem determinadas espécies, para que as mesmas se reproduzam.

. **DEGRADAÇÃO AMBIENTAL** - É o desgaste gradual do meio ambiente.

. DEPREDAÇÃO - É o ato de destruir desordenadamente o meio ambiente, tornando-o de má qualidade.

. ESPÉCIE - Conjunto de indivíduos semelhantes entre si e seus ancestrais e que se entrecruzam.

. EFLUENTE - Qualquer produto líquido, sólido ou gasoso, tratado ou não, produzido pela atividade industrial ou resultante dos resíduos urbanos, que é lançado no meio ambiente.

. EROSÃO - o fenômeno de degradação e decomposição das rochas ou as modificações sofridas pelo solo devido a variações de temperatura e, principalmente à ação da água e do vento, é chamado de erosão. A erosão também pode ser induzida pela ação humana que acelera esse processo por meio de culturas não adaptadas às características das terras; queimadas; desmatamento; mineração; compactação do solo pelo mau uso de máquinas; plantio feito de forma incorreta; ocupação irregular e não planejada de morros e pisoteio excessivo do gado em pastagens.

. EMBARGO - E a suspensão de atividades que não estejam devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

. EROSÃO - E o arrastamento do solo pela ação da água ou ate mesmo pelo vento.

. GARATÉIA - Aparelho de pesca formado de vários anzóis na extremidade da mesma linha.

. ICTIOFAUNA - Conjunto de animais que vivem na água.

. IMPACTO AMBIENTAL - Qualquer alteração no sistema ambiental físico, químico, biológico, cultural e socioeconômico que possa ser atribuída a atividades humanas relativas as alternativas em estudo para satisfazer as necessidades de um projeto

. ICTIOLOGIA - Parte da zoologia que trata dos peixes

. LIMPEZA DE PASTOS - E o processo diferente do desmatamento quando não existe aproveitamento de material lenhoso, ou seja, capoeira em formação, dependendo de autorização do órgão competente.

. LAVRA GARIMPEIRA - Conjunto de operações coordenadas, com finalidade de aproveitamento industrial da jazida, a começar da extração das substancias minerais úteis que contiver, ate o seu beneficiamento, e o mesmo que exploração econômica da jazida.

. LENÇOL FREÁTICO - Lençol d'água subterrâneo que se encontra em pressão normal e que se formou em profundidade rasa

. MATA CILIAR - E toda vegetação localizada nas margens dos rios, dando sustentação à integridade dos barrancos, evitando poluições.

. MEDIDAS - Alqueire - 24.000 metros quadrado. Léguas - 6.000 metros. Braça - 2,20 metros. Hectare - 10.000 metros quadrado.

. PLANO DE MANEJO - Projeto que orienta o uso dos recursos naturais de uma área natural protegida, dentro de pratica conservacionista, respeitando sua capacidade de regeneração, de modo a não alterar suas características

. PETRECHOS - São instrumentos ou aparelhos utilizados na pratica da pesca ou outras atividades.

. PISCICULTURA - E a criação de peixes em cativeiro.

. PIRACEMA - E o fenômeno migratório para reprodução dos peixes.

. RECURSOS NATURAIS - São todos os materiais obtidos na natureza, disponíveis em quantidade limitada que tenha propriedade de satisfazer as necessidades humanas.

. RESERVA LEGAL - E a área de no mínimo 20% da propriedade, obrigatoriamente registrada em cartório, sujeita a regime especial.

. RIMA - (Relatório de Impacto do Meio Ambiente). E a elaboração de estudo para a aprovação de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

. VAZANTE - Curso d'água temporariamente alagado pelas enchentes dos rios que ligam entre si os lagos e baio, e formado por varies corixos.

. VOÇOROCA - Deslocamento de grandes quantidades de terra, formando fendas profundas e largas, em estagio avançado é de difícil recuperação.

REFERÊNCIAS

Apostila **Curso Básico de Controle e Fiscalização**. IBAMA, 2001.

Apostila **Curso Crimes Ambientais**. SENASP/MJ, atualizada em 08/02/2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

Cap. QOPM GARNES, Renato dos Anjos e 1º Sgt. PM FRAIS JUNIOR, Ismael. **Policimento ostensivo ambiental**. Apostila do curso de formação de soldados, Dourados, 2009. Impresso.

Cap. QOPM GARNES, Renato dos Anjos e 1º Sgt. PM FRAIS JUNIOR, Ismael. **Manual Básico de Fiscalização Ambiental**. Apostila do II **Curso de Especialização e Atualização em Policimento Ambiental**, Dourados, 2006. Impresso.

FRAIS JR, Ismael. **Educação Ambiental e sua Efetividade na Polícia Militar Ambiental de Dourados-MS**. Monografia apresentação na Graduação do Curso de Bacharel em Geografia da UFGD, Dourados, 2007.

Site Oficial da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/leis. Acesso em: 05 de out. 2009.

Site Oficial da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf>. Acesso em: 07 de out. 2008.

Site Oficial do IBAMA. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 19 de out 2009.

Site Oficial do IMASUL. Disponível em <http://www.imasul.ms.gov.br/>. Acesso em 19 de out de 2009.

ANEXO 1

MODELOS DE LICENÇAS DE PESCA

Modelo de Carteira de Pescador Profissional. O formulário contém campos para nome, endereço, data de nascimento, data de validade, e uma seção para o profissional assinar e carimbar. No topo, há o brasão da Presidência da República e o nome do órgão: Secretaria Especial de Agricultura e Pecuária - SENAP/PR.

Licença de Pesca Profissional

Dois modelos de documentos. O primeiro é a 'LICENÇA PARA PESCA AMADORA' com campos para nome, endereço, data de validade, e uma seção para o profissional assinar e carimbar. O segundo é o 'DOCUMENTO DE RECEITAS - DR' com campos para o valor pago, data de pagamento, e uma seção para o profissional assinar e carimbar. Ambos os documentos possuem uma faixa de segurança com o texto 'VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL'.

Licença de Pesca Amadora (IBAMA)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES,
DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMAC
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL - IMASUL
FONE: (67) 3318-6700 - FAX: (67) 3318-1570
CNPJ: 02.386.443/0001-98

Número do Boletim: 062354

Contribuinte André Ribeiro Capixaba		CGC/CPF 123.123.123.12	
Endereço Rua Santos Dumont nº 10 Dourados - MS		Cidade Dourados	UF MS
Modalidade da Pesca Embarcada (Anual)	Data Emissão 26/10/2009	Data Vencimento para Pagamento 27/10/2009	Valor a Recolher R\$ 82,98
Informações Complementares 1 - Esta Autorização é válida em Território Sul-mato-grossense, somente com a apresentação de documento de identificação 2 - APETRECHOS PROIBIDOS: * Cercado, pari ou qualquer aparelho fixo. * Do tipo elétrico, sonoro ou luminoso. * Fiepe, gancho ou garatê, pelo processo de lambada. * Arpão, flecha, covo, espinhel ou tarrafão. * Substâncias tóxicas ou explosivas. * Qualquer aparelho de malha. 3 - Limite de captura e transporte de pescador: Obedecer a legislação de MS, respeitando o tamanho mínimo por espécie. 4 - Não é permitido o emprego de aparelho de respiração artificial na pesca sub-aquática. 5 - Todo o pescado deverá obrigatoriamente ser visionado a lacrado em uma das unidades da Polícia Militar Ambiental. ESTA VIA SÓ SERÁ VALIDA APÓS PAGAMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL.			

Autenticação Mecânica

VIA CLIENTE

Licença de Pesca Amadora (IMASUL)

ANEXO 2

MODELO DE DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL - DOF



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS Nº 00000006
DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL - DOF

1 - Emissor TESTE FINAL CHAVES (09.101.019/0001-91)		2 - Ibama/CTF 1547588	
3 - Endereço CLN 212 BL B			
4 - Bairro ASA NORTE	5 - Município BRASILIA/DF		
6 - Origem PATIO SAO JOSE 1		7 - Coordenadas 33°33'33.0"W - 03°03'03.0"N	
8 - Endereço AV L4 NORTE			
9 - Bairro ASA NORTE	10 - Município BRASILIA/DF		
11 - Roteiro de acesso ACESSO PELA AV L4 NORTE			
12 - Autorização		13 - Tipo	
14 - Produto / Espécie Tora / Maciça tinctoria - tatejuba		15 - Qtd. 10,000	16 - Un. M3
		17 - Valor 100,00	
18 - Interessado TESTE FINAL CHAVES (09.101.019/0001-91)			
20 - Endereço CLN 212 BL B		19 - Ibama/CTF 1547588	
21 - Bairro ASA NORTE	22 - Município BRASILIA/DF		
23 - Destino PATIO 2 RONDONIA		24 - Coordenadas 32°22'22.0"W - 02°02'22.0"N	
25 - Endereço RUA RONDONIA			
26 - Bairro BAIRRO RO	27 - Município ALVORADA D'OESTE/RO		
28 - Roteiro de acesso PELO PATIO DE RO			
29 - Meio de Transporte Rodoviário		35 - Para uso da fiscalização do Ibama, repartições fiscais e outras	
30 - Placa/Registro JJ8989			
31 - Nº Doc. Fiscal 99999			
32 - Validade 21/08/2006 a 30/08/2006			
33 - Rota do transporte saída pelo belem culeba depois subindo ate rondonia			
VERDE			
34 - Código de controle 5181 6926 2247 9875			



ANEXO 3

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

Leis

Const. Federal	Art. 225
Lei nº. 4.771/65	Código Florestal
Lei nº. 5.197/67	Proteção à Fauna
Lei nº. 6.938/81	Política Nacional do Meio Ambiente
Lei nº. 7.679/88	Proibição da pesca de espécies em período de reprodução
Lei nº. 7.802/89	Agrotóxico
Lei nº. 7.803/89	Altera Lei 4.771/65
Lei nº. 7.805/89	Cria regime de lavra garimpeira
Lei nº. 9.059/95	Isenção de Autorização de Pesca para aposentado
Lei nº. 9.605/98	Lei de crimes ambientais
Lei nº. 9.974/00	Altera a Lei nº. 7.802/89, agrotóxico.
Lei nº. 10.165/00	Altera a Lei nº. 6.938/81
M. P. nº. 2.166/01	Altera Lei 4.771/65

Decreto-Lei

Decreto-Lei 221/67	Proteção e Estímulo à pesca
--------------------	-----------------------------

Decretos

Dec. nº. 2.661/98	Uso de fogo em área agropastoril
Dec. nº. 4.074/02	Regulamenta a Lei nº. 7.802/89
Dec. nº. 6.514/08	Regulamenta a Lei 9.605/98

Portarias

Portaria nº. 83-N/91	Proibição ao corte e exploração de aroeira
Portaria nº. 119-N/92	Comércio de peles de jacaré
Portaria nº. 139-N/93	Criadouros Conservacionistas

Portaria nº. 113/95	Dispõe sobre manejo florestal sustentável
Portaria nº. 253/06	Documento de Origem Florestal – DOF

Instruções Normativas

Inst. Norm. nº. 96/06	Cadastro Técnico Federal
Inst. Norm. nº. 30/05	Dispõe sobre a pesca no rio Paraná
Inst. Norm. nº. 112/06	Documento de Origem Florestal – DOF

Resoluções CONAMA

Res. 237/97	CONAMA	Licença Ambiental
Res. 302/02	CONAMA	Área de preservação permanente em lagos artificiais
Res. 303/02	CONAMA	Delimita as áreas de preservação permanente
Res. 369/06	CONAMA	Supressão de as áreas de preservação permanente

ANEXO 4

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

Leis

<i>Lei nº. 90/80</i>	<i>Normas de proteção do Meio Ambiente</i>
<i>Lei nº. 1.826/98</i>	<i>Exploração de recursos pesqueiros</i>
<i>Lei nº. 1.871/98</i>	<i>Proteção do rio Prata e Formoso</i>

Decretos

<i>Dec. nº. 4.625/88</i>	<i>Regulamenta a Lei nº. 90/80</i>
<i>Dec. nº. 7.508/93</i>	<i>Licenciamento de atividades florestais</i>
<i>Dec. nº. 7.509/93</i>	<i>Instalação de acampamento de lazer</i>
<i>Dec. nº. 11.577/04</i>	<i>Licenciamento ambiental da propriedade rural</i>
<i>Dec. nº. 11.724/04</i>	<i>Exploração de recursos pesqueiros</i>
<i>Dec. nº. 11.987/05</i>	<i>Cota de pescado para a pesca profissional</i>
<i>Dec. nº. 12.039/06</i>	<i>Altera medida mínima para captura de peixe</i>
<i>Dec. nº. 12.165/06</i>	<i>Institui o Sistema de Gestão de Estaque Pesqueiro MS</i>

Portarias

<i>Port. IMAP/MS nº. 29/05</i>	<i>Sistema de Recomposição de Reserva Legal</i>
--------------------------------	---

Resoluções

<i>Res. Conj. nº. 06/05</i>	<i>Reposição florestal</i>
<i>Res. SEMA nº. 42/06</i>	<i>Cota de pescado para pesca amadora</i>
<i>Res. Co nj. SEMA/IMAP 04/04</i>	<i>Manual de Procedimento de Licenciamento Ambiental</i>
<i>Res. SEMAC/MS nº 05/08</i>	<i>Procedimentos de licenciamento ambiental para produção de carvão vegetal</i>

ANEXO 5

TELEFONES DAS UNIDADES DO 15º BPMA

Sede 15.º BPMA - C Grande	3314-4920/4921	Avenida Mato Grosso s/n.º - Parque das Nações Indígenas - Campo Grande-MS
Corumbá - 2.ª Cia PMA	3231-5005	BR Ramão Gomes - KM 05 - Corumbá-MS
Coxim - 3.ª Cia PMA	3291-1033	Avenida Presidente Vargas s/n.º - Centro - Coxim-MS
Bonito - 4.ª Cia PMA	3255-1247	Rodovia Bonito/Guia Lopes - KM 0 - Bonito-MS
Aquidauana - 2.º Pel/1.ª Cia PMA	3241-3675	Rua Candido Mariano, 420 - Centro - Aquidauana-MS
Três Lagoas - 3.ª Pel/1.ª Cia PMA	3521-3450	Rua Maria Guilhermina Esteves s/n.º - Centro - Três Lagoas-MS
Dourados - 4.º Pel/1.ª Cia PMA	3428-0384	Rua Santos Dumont, nº 10, Parque Amulpho Fioravante - Dourados-MS
Bataguassu - 5.º Pel/1.ª Cia PMA	3541-9137	Rua Euzébio Veraldo s/n - Centro - Bataguassu-MS
Miranda - 2.º Pel/2.ª Cia PMA	(67) 687-2019	BR 262 - KM 552 - Miranda-MS
Cassilândia - 2.º Pel/3.ª Cia PMA	3596-2660	Rua Nestor Barbosa, 26 - Centro - Cassilândia-MS
Jardim - 2.º Pel/4.ª Cia PMA	3439-1769	Rua Guaicurus s/n - Vila Major Costa - Jardim-MS
P Murtinho - 3.º Pel/4.ª Cia PMA	3287-1360	Rua Dr. Costa Marques, 1105 - Centro - Porto Murtinho-MS
Batayporã - 3.º GPM/5.º P/1.ª Cia	3443-1035	Avenida Brasil s/n.º - Bairro Maria Gonçalves - Batayporã-MS
Bela Vista - 2.º GPM/2.º P/4.ª Cia	3439-1769	BR 060 - KM 02 - Bela Vista-MS
Rio Negro - 3.º GPM/1.º P/3.ª Cia	9644-5205	MS 080 - KM 12 - Rio Negro - Ms
São Gabriel - 2.º GPM/1.º P/3.ª Cia	3295-3094	Rua Filinto Muller, 442 - Bairro Milani - São Gabriel do Oeste-MS
Mundo Novo - 2.º GPM/4.º P/1.ª Cia	3474-1751	BR 163 - KM 20 - Mundo Novo-MS

CAPÍTULO IX

NOÇÕES DE CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA E COLETA DE VESTÍGIOS

AUTOR:

*NELSON FERMINO JÚNIOR;
Perito Criminal da Coordenadoria-Geral de Perícias - CGP de Mato Grosso do Sul;
Bacharel em Farmácia-Bioquímica; Pós-Graduado em "Genética Forense"; Professor da
Academia de Polícia Civil de MS - ACADEPOL; atua como Coordenador de Divisão do
Instituto de Análises Laboratoriais Forenses - IALF da CGP.*

NOÇÕES DE CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA E COLETA DE VESTÍGIOS

NELSON FERMINO JÚNIOR
Perito Criminal de Mato Grosso do Sul

1. DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Para efeito deste tema, adotam-se os seguintes conceitos:

Porção: *é a unidade de droga apreendida (papelotes, tabletas, fardos, etc.); parte de alguma coisa; quantidade limitada de algo; dose.*

Amostra: *pequena alíquota retirada do total do material apreendido; quantidade pequena de substância apresentada, e que seja representativa do todo (porção), devendo nunca ter massa superior a 0,5g.*

Amostragem: *processo de extrair de uma quantidade de material (porção) uma pequena quantidade que seja realmente representativa da composição de todo o material.*

Instrumentos Contundentes: *instrumentos de superfície romba. Ex: pedras, balaústres, vigas de madeira, bastão, barra metálica, martelo, etc.*

Instrumentos Cortantes: *apresentam gume afiado e provocam lesões incisas. Ex: lâmina de barbear, navalha, etc.*

Instrumentos Corto-contundentes: *são aqueles que possuem massa capaz de provocar contusão e gume que determinam corte nos tecidos. Acarretam lesões corto-contusas. Ex: machado, facão, enxada, foice, etc.*

Instrumentos Perfurantes: *apresentam ponta afilada e produzem lesões punctórias. Ex: agulhas, pregos, etc.*

Instrumentos Pérfuro-cortantes: *apresentam ponta e gume afiado, e promovem lesões pérfuro-incisas. Ex: faca, punhal, bisturis, espada, etc.*

Vestígios Biológicos: *sangue, esperma, saliva, pêlos, suor, etc., de origem humana e não humana.*

Vestígios Físicos: *instrumentos de crime, pegadas, marcas de pneumáticos, marcas de ferramentas, impressões papilares latentes, etc.*

Vestígios Químicos: *resíduos de disparo de arma de fogo, resíduos de incêndio, resíduos de explosão, drogas ilícitas, medicamentos, substâncias químicas diversas, etc.*

2. PRINCÍPIOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA MATERIAL

Toda evidência obtida durante o exame de corpo de delito é perfeitamente admissível como prova material no processo criminal, desde que sejam cumpridos, rigorosamente, os procedimentos de documentação, manutenção e segurança do vestígio.

Nesse sentido surge o que chamamos de Cadeia de Custódia da Prova Material, sendo um processo que visa demonstrar cada etapa de manutenção da evidência e, sua respectiva documentação, assegurando a integridade e idoneidade dos vestígios, de modo a evitar qualquer tipo de dúvida quanto à sua origem e caminho percorrido durante a investigação criminal e o respectivo processo judicial.

Ela viabiliza o controle sobre o trâmite das evidências durante a investigação criminal, identificando as pessoas relacionadas, imputando-lhes responsabilidades no caso de extravio, dano ou alterações indevidas, desde a sua preservação e coleta até seu envio à Justiça.

É importante registrar que a Cadeia de Custódia não está circunscrita às tarefas e preocupações apenas dos Peritos Oficiais, quais sejam Peritos Criminais ou Peritos Médico-Legistas, e sim de todos os servidores da estrutura de segurança pública, assim como da população em geral. Pois, desde o momento que é encontrado certo objeto em um local de crime alguns procedimentos devem ser adotados para que ele percorra toda uma trajetória processual sem qualquer mácula em relação à origem e seu manuseio.

Como vemos, é grande a responsabilidade legal, moral e ética de todos os servidores envolvidos nos procedimentos da cadeia de custódia da prova, na medida em que o destino de muitos cidadãos (vítimas ou réus) depende, sobremaneira, da qualidade dos resultados periciais como um todo.

3. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A GARANTIA DA CUSTÓDIA DA PROVA MATERIAL

Os procedimentos a seguir discriminados foram sugeridos no Curso de "Busca e Apreensão", ministrado na modalidade à distância, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Vale ressaltar que foram procedidas adaptações para a realidade do nosso Estado:

1. Os Peritos Criminais deverão coordenar os trabalhos de levantamento de local de crime, seguindo a técnica criminalística, com o objetivo de materializar a cena de crime e estabelecer a dinâmica dos fatos, oferecendo ainda elementos para a qualificação e autoria.

2. O registro das condições de preservação da cena de crime deverá ser realizado, através de tomadas fotográficas, antes de qualquer procedimento criminalístico.

3. Proceder ao registro dos vestígios como e onde foram localizados, através de tomadas fotográficas e medições ("amarrações").

4. A evidência deve ser manipulada pelo mínimo de pessoas possíveis entre a sua localização no local de crime e a sua utilização como meio de prova material na fase processual penal. De um modo geral, necessariamente, apenas dois indivíduos deveriam manipular o vestígio: um que coleta (ou recebe) e o acondiciona, e o outro que o analisa.

5. Os vestígios de fácil transporte deverão ser acondicionados em embalagens de segurança com lacres numerados ou identificados com etiquetas com tags ("códigos de barras"), a fim de garantir que o vestígio encontrado na cena de crime é o mesmo apresentado como prova material no processo penal.

6. Deve haver um sistema efetivo de documentação de cada evidência obtida durante todo o processo contemplando especificações e numerações em Laudos Periciais, Autos de Apreensão e outros documentos constantes dos autos.

7. Transportar o objeto para o Instituto de competente se for necessário algum exame pericial. Do contrário, levar diretamente para a respectiva Delegacia de Polícia onde estão sendo coordenadas as investigações.

8. Quando o objeto chegar na Coordenadoria-Geral de Perícia, o lacre somente poderá ser rompido pelo Perito Criminal que vai examinar o referido objeto.

9. Se o objeto foi diretamente para a Delegacia ou para lugar predeterminado em função das suas peculiaridades, a autoridade policial deverá tomar todas as providências para mantê-lo lacrado e somente quando necessário poderá ser aberto, o que, para tanto, deve ser formalmente registrado. Após, voltar a lacrar novamente. Também neste caso, essas movimentações devem constar de algum documento formal inserido no Inquérito, inclusive listando o nome de quem abriu e quem manuseou tal objeto até o lacre seguinte.

10. Quando o objeto chegar à Delegacia, procedente do Instituto competente, juntamente com o laudo pericial, somente poderá ser aberto na estrita necessidade de algum exame. Não é preciso abrir para conferir o conteúdo, já que estando lacrado, a responsabilidade é do perito criminal até o momento que for aberto, mesmo que isso ocorra já no âmbito da Justiça. É bom lembrar que o rompimento do lacre sem motivo justificado levanta suspeitas, *a priori*, sobre a idoneidade do objeto, além de transferir a responsabilidade da guarda para quem o abriu.

11. No encaminhamento do Inquérito Policial ao Judiciário, quando relacionar os materiais apreendidos deverão ser registrados todos os procedimentos adotados para a manutenção da cadeia de custódia e, ao final, informado que tais lacres só podem ser abertos por autoridade devidamente habilitada para tal nos autos do processo.

12. É importante seguir um rigoroso controle dos objetos apreendidos e que toda essa tramitação deverá ser registrada em documentos, de maneira a ser possível reconstituir – com absoluta segurança – o caminho e manuseios que sofreu ao longo do período que esteve em poder da polícia e da perícia.

4. COLETA DE VESTÍGIOS, ARMAZENAMENTO E IDENTIFICAÇÃO

4.1. Regras Gerais

1. A coleta dos vestígios deve respeitar as técnicas e princípios da Criminalística, e obedecer rigorosamente a seguinte ordem: biológicos, químicos e físicos;
2. Deve ter uma atenção especial em relação aos vestígios biológicos, de modo que o manuseio, quando necessário, deve ser procedido em condições assépticas, a fim de evitar, por um lado, a contaminação do Profissional por agentes infecto-contagiosos, como fungos, bactérias, vírus, que podem transmitir doenças como Hepatite B e AIDS, além de impedir que o profissional contamine a amostra com o seu próprio material, como a saliva, células epiteliais de descamação, suor das mãos, etc.
3. Cuidado redobrado deve ter com vestígios químicos, os quais podem ser facilmente removidos se técnicas imprecisas de coleta forem realizadas. Por outro lado, o manejo inadequado pode acarretar em intoxicação.
4. Quando imprescindível, manejar as evidências somente o estritamente necessário, para não alterá-las ou contaminá-las, utilizando luvas cirúrgicas;
5. Utilizar uma luva cirúrgica para cada vestígio;
6. Usar dispositivos próprios para coleta de vestígios como swabs (composto por haste longa flexível com ponta de algodão), bisturis, espátulas, fitas adesivas específicas, etc.;
7. Não reutilizando instrumentos de uso único (luvas cirúrgicas, gorros, tocas, bisturis, etc.) para evitar a contaminação cruzada;
8. Limpar os instrumentos de manipulação de vestígios que são reutilizáveis (como pinças, luvas de borracha, etc.) com álcool 70%.
9. Coletar uma evidência de cada vez, evitando misturá-las, procurando sempre manter a integridade da natureza do vestígio coletado;
10. Acondicionar os vestígios separadamente em embalagens limpas ou estéreis, dependendo do tipo de exame a ser realizado.
11. Suportes facilmente removíveis ou que apresentem manchas de difícil coleta devem ser encaminhados por completo, para exames periciais complementares (vestes, instrumentos de crime, etc.).
12. Objetos de difícil remoção ou que possuam manchas de fácil coleta não precisam ser transportados, necessitando apenas de um correto procedimento de amostragem criminalística.

4.2. Regras Específicas

4.2.1. Exames toxicológicos

4.2.1.1. Em drogas brutas

1. A coleta de pós, ervas trituradas e secas, comprimidos, etc., deve ser realizada de maneira individual e sistemática, devendo cada vestígio ser embalado separadamente, com a sua devida rotulação. As embalagens mais recomendadas são aquelas confeccionadas em plásticos lacrados e numeradas.
2. Parte ou todo de espécimes vegetais devem ser acondicionados sem dobras entre folhas de papel, de maneira que não sejam deformadas, para que ao murcharem, não percam suas características anatômicas individuais primárias, possibilitando a análise botânica. Esses materiais não devem ser acondicionados em embalagem plástica, para que não ocorra efeito estufa e, conseqüente, degradação do material.
3. Para exame toxicológico em droga *in natura* (maconha, haxixe, cocaína, êxtase, etc.), o material deverá ser enviado obedecendo à tabela de amostragem a seguir, recomendada pelas Nações Unidas (*United Nations - Division of Narcotic Drugs*).

Quantidade Apreendida	Amostragem (exemplos)
Até 10 porções	<ul style="list-style-type: none">➤ <i>Papelotes e cápsulas</i> : enviar todas as porções➤ <i>Tabletes</i>: enviar amostras de cada porção
De 10 a 100 porções	<ul style="list-style-type: none">➤ <i>Papelotes e cápsulas</i> : enviar 10 retiradas aleatoriamente do total das porções➤ <i>Tabletes</i>: enviar 10 amostras retiradas aleatoriamente do total de porção apreendidas
Acima de 100 porções	<ul style="list-style-type: none">➤ Enviar um número de amostras igual à raiz quadrada do número total de porções apreendidas. ($\sqrt{n^\circ \text{ de porções}}$)

4. Na maioria dos casos, os materiais sólidos não são homogêneos, podendo conter partículas de composições químicas diferentes que não estão distribuídas uniformemente pela massa do material. Neste caso, retiram-se amostras primárias tomadas de maneira aleatória de vários pontos do material, de modo que a mistura das amostras primárias forme a amostra bruta que realmente caracteriza a composição do todo.

5. O procedimento recomendado aos Núcleos Regionais de Criminalística quando da realização de exame preliminar de constatação de droga é que os Peritos Criminais retire(m) amostra(s) do material examinado, conforme estabelecido nesta norma, e devolva à delegacia de origem a(s)

amostra(s) e o restante do material. Somente a(s) amostra(s) deverá (rão) ser encaminhada(s) pela delegacia ao IALF para a realização de Exame Toxicológico Definitivo.

Exemplo 1: Foram apreendidos 8 (oito) papérolas de substância suspeita de ser cocaína, cada qual com massa de 0,2g. Qual a quantidade a ser enviada a Exame Toxicológico Definitivo?

R: Nessa situação como foi apreendido um número de porções menor que 10 (dez), devem ser enviadas todas as porções, ou seja, os 08 (oito) papérolas.

Exemplo 2: Como fazer a amostragem de 08 (oito) tabletes de maconha?

R: Retirar alíquotas de cada tablete com no máximo 0,5g. Portanto encaminhar 08 (oito) amostras de vegetal.

Exemplo 3: Uma Delegacia apreendeu 28 papérolas de substância suspeita de ser cocaína. Qual a amostragem correta a ser procedida no material?

R: Deverão ser encaminhadas 10 amostras, isto é, 10 papérolas do material apreendido.

Exemplo 4: Para 400 tabletes de maconha, qual a amostragem?

R: Tem-se raiz quadrada de 400 porções, que acarreta em um valor de 20 (vinte). Portanto devem ser enviadas ao Instituto 20 amostras, ou seja, devem ser retiradas pequenas alíquotas de 20 tabletes de maconha. Vale lembrar que as amostras devem ser representativas do todo.

Exemplo 5: Como fica a amostragem se forem apreendidas 120 trouxinhas?

R: Para porções em que o valor da raiz quadrada seja fracionário, admitir a aproximação para uma unidade acima, portanto tem-se raiz quadrada de 120 = 10,95, ou seja, deve enviar 11 amostras.

Exemplo 6: Houve duas apreensões, sendo que na primeira havia 90 "trouxinhas" ou porções de cocaína e na segunda havia 130 porções de maconha. Qual a quantidade que deve ser amostrada para envio ao Instituto?

R: Da primeira apreensão devem ser enviadas 10 amostras de cocaína, enquanto que na segunda devem ser enviadas $\sqrt{130} = 11,4 = 12$ amostras.

4.2.1.2. Em matrizes biológicas

1. Vísceras coletadas com objetivo de exame toxicológico jamais poderão ser colocadas em solução de formol para preservação das amostras. Devendo ser acondicionadas em frascos plásticos limpos.

2. Sangue, humor vítreo e urina deverão ser coletados em recipientes estéreis, contendo o conservante adequado para cada tipo de análise.

3. Os materiais deverão ser mantidos e transportados sob refrigeração.

Obs.: Os exames toxicológicos em matrizes biológicas não estão disponíveis no IALF, por falta de instalações físicas, equipamentos e suprimentos imprescindíveis à realização das análises.

4.2.2. Substâncias líquidas diversas

1. Acondicionar em recipientes plásticos estéreis, bem vedados e embalados em sacos plásticos;

2. Recipientes frágeis devem ser acondicionados de modo a evitar impactos.

3. Colocar alerta na embalagem:

CUIDADO! LÍQUIDO! MANTER NA POSIÇÃO VERTICAL.

4.2.3. Resíduos de disparo de arma de fogo

1. O exame residuográfico destina-se a revelar a presença de micropartículas de chumbo, bário e antimônio nas mãos das pessoas que fizeram uso de arma de fogo ou suspeitas de tê-lo feito, ficando a eficácia limitada à sensibilidade dos métodos utilizados para a determinação dos metais (rodizonato de sódio, absorção atômica e microscopia eletrônica de varredura), assim como fatores intrínsecos da arma, munição, pessoa que efetuou o disparo e tempo transcorrido.

2. O tempo entre o disparo e a coleta dos materiais para exame, bem como a preservação adequada do local de interesse são variáveis de suma importância para uma maior prevalência dos resultados residuográficos positivos. Os vestígios do disparo de arma de fogo, ao longo do tempo, tendem a se desprender das mãos, seja por uma ação fisiológica (como a descamação da epiderme), seja por meio da higienização das mãos (por lavagens sucessivas ou atritamento com tecidos ou outros materiais).

3. A quantidade de resíduos presentes na amostra coletada depende ainda dos seguintes fatores:

- a) precisão da técnica da colheita do material;
- b) tipo de arma de fogo utilizada;
- c) ajuste da arma de fogo utilizada;
- d) formas de empunhadura da arma de fogo pelo autor do disparo;
- e) dinâmica do disparo;
- f) natureza e/ou da idade da munição utilizada;
- g) técnica de disparo de arma de fogo;
- h) características fisiológicas da pele do atirador.

4. Ante o exposto, conforme normalização internacional, a coleta dos resíduos de disparo de arma de fogo no vivo, deve ser feita em até 05 (cinco)

horas após a ocorrência do fato. Após este período, não é recomendável a realização de coleta para fins de exame residuográfico. Entretanto, quando a coleta for realizada no cadáver, este período pode ser prolongado.

5. A inclusão de mais dados nos laudos residuográficos negativos, fornecendo fundamentação técnica-científica do resultado, depende da apresentação de dados sobre a ocorrência policial no ofício requisitante, tais como data e hora dos fatos, histórico geral, tipificação do crime e data e hora da colheita do material.

6. Em hipótese alguma, a coleta de impressões digitais de suspeitos ou vítima deve ser efetuada antes da coleta de resíduos de disparo de arma de fogo.

4.2.4. Resíduos de incêndio e explosão

1. Os materiais oriundos de locais de incêndio e explosão devem ser acondicionados de forma segura e amortecedora de atrito (preferencialmente em lata limpa de alumínio com tampa). Deve esta ser perfurada na tampa, lacrada com uma rolha de borracha. Esta rolha deve ser colada de forma a não permitir a troca de gases com o ambiente externo.

2. O material deve ser rotulado e acompanhado de solicitação de exames, com a descrição do material contido na lata e todos os dados relativos à ocorrência.

3. Na face externa da embalagem devem ser escritas mensagens de alerta ao perigo.

- CUIDADO! PRODUTO INFLAMÁVEL

- CUIDADO! EXPLOSIVO

4.2.5. Materiais que liberam vapores tóxicos

1. Especial cuidado ao manipular este material. É indispensável uma embalagem segura e totalmente vedada apresentando em sua face externa a suposta identificação do material e o alerta de risco.

CUIDADO! MATERIAL TÓXICO ou VAPORES TÓXICOS

4.2.6. Água e alimentos

1. Devem ser coletados seguindo a técnica criminalística, na dependência do tipo de exame a ser executado.

2. Devem ser armazenados e transportados sob refrigeração ou congelados.

3. Encaminhar o mais rápido possível para exames periciais, devendo a embalagem apresentar o seguinte alerta:

MATERIAL PERECÍVEL!

4.2.7. Instrumentos de crime

4.2.7.1. Sem impregnação de material biológico aparente

1. Objetos perfurantes, cortantes, pérfuro-cortantes e corto-contundentes devem ter suas lâminas e/ou pontas bem protegidas. Já os instrumentos contundentes devem ser embalados em papel pardo e/ou acondicionado em caixas de papelão.

2. Em ambos os casos, se possível, acondicionar em embalagem lacrada numerada.

3. Na face externa da embalagem, obrigatoriamente, devem ser escritas mensagens de alerta ao perigo.

CUIDADO! OBJETO PERFORANTE

CUIDADO! OBJETO CORTANTE

CUIDADO! OBJETO CONTUNDENTE

CUIDADO! OBJETO PÉRFURO-CORTANTE

CUIDADO! OBJETO CORTO-CONTUNDENTE

4.2.7.2. Com impregnação de material biológico aparente

1. Instrumentos de crime impregnados por matéria de natureza orgânica (sangue, esperma, etc.) deverão ser embalados de forma a prevenir a contaminação de pessoas, a impedir a proliferação de microrganismos e não promover inserção de material genético externo.

2. As lâminas e cabos dos instrumentos devem ser protegidos por papel pardo ou, na falta deste, por papel sulfite.

3. Não acondicionar os instrumentos com material biológico ainda úmido em embalagem plástica lacrada.

4. A face externa da embalagem deve conter palavras que chamem a atenção para o perigo.

CUIDADO! OBJETO COM SANGUE; ou

CUIDADO! OBJETO COM MATERIAL BIOLÓGICO

4.2.8. Vestígios biológicos

1. A coleta, o armazenamento, o acondicionamento e o envio de vestígios com o objetivo de proceder a exames de sangue, sangue humano, pesquisa de esperma devem seguir os mesmos padrões da coleta para exame de DNA, uma vez que o sucesso das análises depende dos mesmos cuidados.

2. É importante lembrar que as características antropológicas são prioridades na identificação do indivíduo, devendo o DNA ser requisitado apenas em último caso, em razão da complexidade e custos do processo.

3. Potencialmente, a análise de DNA poderá ser feita em material orgânico que possua células nucleadas como:

fluidos biológicos (sangue, sêmen, saliva, urina)

tecidos moles (órgãos, pele, músculos)

tecidos rígidos (dentes, ossos)

pêlos (com e sem bulbo)

4. Os vestígios encontrados em locais de crime estão sujeitos a alterações ambientais que modificam a composição e a estrutura de seu DNA, como elevadas temperaturas, luz, reativos químicos, substâncias corrosivas, contaminação e degradação por microrganismos. Existem também as mais diversas formas de contaminação por material genético exógeno, derivado de outros indivíduos que não necessariamente estejam ligados à cadeia de eventos do ato delituoso em questão.

5. As informações que se seguem procuram esclarecer o correto manuseio de amostras para futuras análises de identificações biológicas.

6. Uma vez que o teste é feito por meio de comparação entre amostras, faz-se necessária a existência das seguintes amostras biológicas:

- amostra questionada: vestígios do local de crime ou recolhido no IMOL;

- amostras-referência: amostras de identidade conhecida suspeito(s) e vítima(s) ou de parentes consanguíneos (pai, mãe, irmãos, filhos, etc.).

7. Vestígios contendo materiais biológicos ainda úmidos devem ser secos, a temperatura ambiente, em local ventilado e ao abrigo da luz do sol; se necessário, o transporte antes da secagem, não deixar o material em saco plástico por mais de 2h;

8. No caso de preservativos, recomenda-se coletar evitando a mistura dos conteúdos interno e externo (dar um nó na extremidade aberta do preservativo), embalar o material em saco plástico e conservar congelado.

9. Os pêlos e cabelos devem ser colhidos e embalados em grupos, separadamente em envelopes de papel;

10. As porções contendo manchas de materiais biológicos em objetos grandes devem ser protegidas por meio de papel pardo ou branco e fita adesiva.

11. Nunca utilizar formol ou quaisquer outros conservantes para preservar amostras para pesquisa de líquidos biológicos ou análise de DNA.

12. Nunca utilizar "água oxigenada", substâncias cáusticas ou clarificantes para limpeza de ossos ou dentes.

13. As amostras devem ser guardadas separadamente em envelopes de papel pardo, em local seco, fresco e ao abrigo de luz solar;

14. A amostra-referência deve ser preferencialmente sangue capilar, colhida em cartão próprio de coleta, através de punção digital. Na ausência do cartão próprio de coleta, colher aproximadamente 4 mL de sangue periférico, em tubos plásticos contendo anticoagulante EDTA em duplicata, ou swab oral.

15. Se a amostra-referência for sangue periférico armazenar sob refrigeração a 4°C, no máximo uma semana, e transportar sob refrigeração em isopor com gelo

16. As amostras-referência deverão ser coletadas mediante o aceite do periciado consignado em Termo de Doação Voluntária (vide modelo em anexo), assinado pelo doador, e também pelo Termo de Coleta assinado pelo profissional que realizou o procedimento, o qual deve apresentar seu número de registro no Conselho de fiscalização profissional, quando o mesmo não for Perito Oficial.

17. A face externa da embalagem deve conter palavras que chamem a atenção para o perigo.

CUIDADO! MATERIAL BIOLÓGICO

5. ENCAMINHAMENTO E TRANSPORTE

1. Para a embalagem e armazenamento dos vestígios utilizam-se recipientes especiais e específicos para cada tipo de vestígio, os quais deverão ser encaminhados em embalagem lacrada de segurança da Coordenadoria-Geral de Perícias, em envelope de papel pardo ou em caixas de papelão devidamente lacradas, na dependência do tipo do suporte e dos vestígios apresentados.

2. Não se esquecer de realçar na embalagem os avisos de alerta.

3. Produtos de fácil degradação como alimentos, água e materiais biológicos (líquidos biológicos e vísceras) devem ser transportados em isopor com gelo, e encaminhados para exame pericial com a maior brevidade possível.

6. REQUISIÇÕES DE EXAME PERICIAL

1. As requisições de exames periciais encaminhadas aos Institutos deverão ser oficializadas, por meio de ofício, devidamente assinadas pela autoridade competente, qual seja:

a) Delegado de Polícia Civil;

- b) Oficiais Presidentes de Inquéritos Policiais Militares;
- d) Magistrados.

2. Referidos ofícios deverão ser endereçados ao Diretor do Instituto competente pela realização do exame, o qual designará os Peritos Oficiais que irão realizar os exames.

3. Para otimizar os procedimentos periciais, o ofício requisitório deverá apresentar:

- O número do procedimento policial, judiciário ou administrativo;
- As partes envolvidas no procedimento;
- O histórico do caso;
- A data e hora dos fatos;
- O responsável pela coleta do vestígio enviado;
- A data e hora da coleta dos vestígios;
- Os quesitos de interesse para a elucidação do caso.

4. Os Peritos Oficiais poderão solicitar exames complementares em vestígios de interesse aos diversos setores da Coordenadoria-Geral de Perícias.

7. ACEITAÇÃO DO MATERIAL

1. São motivos de devolução dos materiais encaminhados para análises periciais aqueles que não estiverem em acordo com o estabelecido nesta Norma.

2. As requisições de exames deverão conter identificação completa e informações adicionais (histórico), tais como: data e a natureza da ocorrência; o horário em que foi coletado; natureza da amostra (sangue, sêmen, cabelo, pêlo, saliva), localização do vestígio no ambiente, etc.

3. Todas as amostras encaminhadas a exame pericial serão submetidas à triagem antes de serem aceitas, onde os itens acondicionamento, coleta, existência de amostra-referência (quando couber) e viabilidade de conclusão do caso serão considerados.

Colaboradores:

Perita Criminal Ceres Ione de Oliveira Maksoud,
Perita Criminal Josemirtes Socorro F. Prado da Silva,
Perita Criminal Melisa Porto Tronchini e
Perito Criminal Eduardo Carvalho de Almeida.

REFERÊNCIAS

- COORDENADORIA-GERAL DE PERÍCIAS/SEJUSP/MS - INSTITUTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS FORENSES, *Manual de Coleta de Vestígios e Requisições de Exames*. Campo Grande. 2007.
- UNITED NATIONS – DIVISION OF NARCOTIC DRUGS, *Recommended Methods for Testing Cocaine*. Vienna. 1986.
- UNITED NATIONS – United Nations Office on Drugs and Crime, *Recommended Methods for the Identification and Analysis of Cannabis and Cannabis Products*. Vienna. 2009.
- INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS DO RIO GRANDE DO SUL – “*Manual de Coleta; Manuseio e Preservação de Evidências Biológicas*”.
- RESOLUÇÃO SSP-194, de 2-6-99 da SESP de São Paulo.
- U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE – FBI – Laboratory Division. *Handbook of Forensic Services*. Virginia, 2003.
- STUMVOLL, V. P.; QUINTELA, V.; DOREA, L. E. *Criminalística*. Tratado de Perícias Criminalísticas. 1ª ed., Ed. Sagra Luzzatto, Porto Alegre RS, Brasil, 1999.
- VIRGÍNIA DEPARTMENT OF FORENSIC SCIENCE – “*Forensic Biology Section Procedures Manual*”. 2009.
- VIRGÍNIA DEPARTMENT OF FORENSIC SCIENCE – “*Trace Evidence Procedures Manual*”. 2009.
- VIRGÍNIA DEPARTMENT OF FORENSIC SCIENCE – “*Toxicology Procedures Manual*”. 2009.
- NASCIMENTO, L. J. M dos & SANTOS, M. V. F. D. L. dos. *Cadeia de Custódia*. Revista Prova Pericial/DPT/SESP. Salvador/BA - Dez 2005 - Ano 2 – Número 6.
- GOMES, A. S. & AZEVEDO, E. A. *Cadeia de Custódia e Centro de Custódia de Evidências: Necessidades Forenses*. Revista Prova Pericial/DPT/SESP. Salvador/BA - Agosto 2008 - Ano 5 – Número 10.

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade número _____, expedido em ____/____/____ pela _____, autorizo que seja coletada amostra de sangue periférico, e/ou swab oral, para ser submetida a exame de DNA. Declaro, outrossim, que nunca fui submetido(a) a transplante de medula óssea e/ou a transfusão de sangue nos últimos 90 (noventa) dias.

Além disso, autorizo que a amostra coletada seja utilizada em estudos que visam caracterizar geneticamente a população do Estado, comparando estes dados com aqueles que vêm sendo obtidos com outras populações brasileiras e de outros países latino-americanos. Tais investigações fornecerão dados para inferências das populações do Estado para estudo de mapeamento.

Os resultados serão divulgados em nível populacional em revistas científicas indexadas, de modo que meu nome não será fornecido.

Confirmo que a amostra foi coletada de minha pessoa.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de _____.

Assinatura da parte e/ou responsável

CAPÍTULO X

PRESOS E CUMPRIMENTOS DE MANDADOS

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

EDÉSIO RAFAEL DA SILVA;
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS; Bacharel em Direito; Pós-Graduado em "Direito Eletrônico"; atua como Diretor Técnico do Centro Integrado de Operações de Segurança de MS - CIOPS.

PRESOS E CUMPRIMENTOS DE MANDADOS

EDÉSIO RAFAEL DA SILVA
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

1. MANDADO DE PRISÃO

A lei penal brasileira prevê seis tipos de prisão: temporária, preventiva, em flagrante, para execução de pena, preventiva para fins de extradição e civil do não pagador de pensão alimentícia.

Entenda as diferenças:

1.1. Prisão Temporária

É utilizada durante uma investigação e geralmente decretada para assegurar o sucesso de diligência "imprescindível para as investigações". Conforme a Lei 7.960/89, que regulamenta a prisão temporária, ela será cabível quando:

- a. imprescindível para as investigações do inquérito policial;
- b. o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;
- c. houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes de homicídio, sequestro, roubo, estupro, tráfico de drogas, crimes contra o sistema financeiro, entre outros.

A duração da prisão temporária, em regra, é de cinco dias. No entanto, existem procedimentos que estipulam prazos maiores.

1.2. Prisão Preventiva

É a modalidade mais conhecida e debatida do ordenamento jurídico. Ela pode ser decretada tanto durante as investigações, quanto no decorrer da Ação Penal. Nos dois casos, devem estar preenchidos os requisitos legais para sua decretação.

O artigo 312 do Código de Processo Penal aponta os requisitos que podem fundamentar a prisão preventiva, sendo eles:

- a. garantia da ordem pública e da ordem econômica (impedir que o réu continue praticando crimes);

- b. conveniência da instrução criminal (evitar que o réu atrapalhe o andamento do processo, ameaçando testemunhas ou destruindo provas);
- c. assegurar a aplicação da lei penal (impossibilitar a fuga do réu).

A Constituição Federal determina que uma pessoa somente poderá ser considerada culpada de um crime após o fim do processo, ou seja, o julgamento de todos os recursos cabíveis.

1.3. Prisão em Flagrante

Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão **prender** quem quer que seja encontrado em flagrante delito (art. 301 do Código Penal).

Na modalidade de flagrante facultativo, qualquer do povo tem o direito de deter e apresentar ao Delegado de Polícia quem quer que se encontre em situação que entenda ser flagrante delito, cabendo ao Delegado de Polícia, após analisar juridicamente o fato concreto, homologar ou não a voz de prisão dada pelo cidadão, e em homologando, determinar a lavratura do respectivo auto de prisão em flagrante delito.

1.4. Outros Tipos de Flagrante

1.4.1. Flagrante preparado ou provocado

Neste caso, o elemento subjetivo do tipo existe, mas sob o aspecto objetivo não há violação da norma penal, senão uma insciente cooperação para ardilosa averiguação de fatos passados.

Segundo Damásio de Jesus, ocorre quando alguém, de forma insidiosa, provoca o agente a praticar o crime, ao mesmo tempo em que adota providências para que o mesmo não venha a se consumar.

Em relação a este tema, aplica-se a Súmula 145 do STF, que diz que não há crime quando a preparação do flagrante pela autoridade policial torna impossível a sua consumação. A jurisprudência entende que esta Súmula também se aplica no caso de o flagrante ter sido preparado pelo particular.

É importante observar que para ser aplicada a Súmula deve haver a Preparação e ao mesmo tempo a Adoção de Providências para que o crime não venha a se consumar, ocorrendo, no caso, um crime impossível ou putativo (imaginário), por obra do agente provocador.

Mirabete ressalta a hipótese em que apesar da preparação e das

providências adotadas, caso o crime venha a se consumar irá ocorrer o crime.

Temos como exemplo clássico desta situação a hipótese em que o patrão desconfiado da sua secretária, coloca alguns objetos sobre a cristaleira, ao mesmo tempo em que coloca policiais atrás da porta para que no momento em que a secretária subtraia as jóias ocorra a prisão, sendo que no caso não haverá crime.

O saudoso ministro Nelson Hungria entende que no caso do flagrante preparado ocorre um crime de ensaio ou de experiência, sendo que os protagonistas participaram na verdade de uma comédia.

1.4.2. Flagrante forjado

Irá ocorrer no caso, por exemplo, em que um policial, de forma leviana, coloca drogas no carro de alguém a fim de prendê-lo em flagrante. O flagrante forjado não é válido.

1.4.3. Flagrante esperado

Irá ocorrer na hipótese em que a polícia tendo conhecimento de que irá ocorrer um crime, espera que o mesmo aconteça e realiza a prisão em flagrante do agente que o praticou, não há preparação. É um flagrante válido

1.5. Prisão para Execução da Pena

É aplicada para os condenados por algum crime. No dia 5 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os condenados só podem ser presos nesta modalidade de prisão se o processo não for mais passível de recurso. No entanto, essa regra só se aplica aos condenados que respondem o processo em liberdade. Se houver fundamento, o juiz pode determinar a prisão preventiva do condenado sem processo transitado em julgado. Esta modalidade de prisão é regulamentada pela Lei de Execuções Penais (7.210/1984), que possibilita o sistema de progressão do regime e trata dos direitos e deveres dos presos e das faltas disciplinares.

1.6. Prisão Preventiva para Fins de Extradicação

É decretada para garantir o processo extradicional. A Extradicação será só pode ser pedida depois da prisão do acusado. O país, onde o réu é suspeito de cometer o crime, deve fazer o pedido de prisão pela via diplomática. O Ministério das Relações Exteriores repassa a solicitação ao Ministério da Justiça, que o encaminhará ao STF. O relator do processo é quem decide se o acusado deve ser preso. Ela serve para garantir que o Brasil extradite o réu se o Supremo assim decidir.

1.7. Prisão Civil do Não Pagador de Pensão Alimentícia

É a única modalidade de prisão civil admitida na Justiça brasileira. Recentemente o Supremo reconheceu a ilegalidade da prisão civil de depositário infiel. O objetivo dessa prisão é garantir que não pagador de pensão alimentícia cumpra sua obrigação de prestar alimentos ao seu filho. Em alguns casos, ela pode ser aplicada ao filho que não garante a subsistência de pais necessitados.

2. ORIENTAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DE MANDADOS

- a. Poderá ser efetuada a qualquer dia ou hora, inclusive a noite. Respeito a inviolabilidade do domicílio (CPP, art. 283 c/c CF, art. 15, inc. 15);
- b. O executor entregará ao preso, logo depois da prisão, cópia do mandado, a fim de que o mesmo tome conhecimento do motivo pelo qual está sendo preso;
- c. O preso será informado de seus direitos (permanecer calado, assistência da família e advogado) – CF, art. 5º, LXIII;
- d. Direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório extrajudicial (CF, art. 5º, LXIV);
- e. Excepcionalmente, pode a prisão ser efetuada sem a apresentação do mandado, desde que o preso seja imediatamente apresentado ao juiz que determinou sua expedição.

3. PRISÃO X VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO

A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial (CF, art. 5º, XI).

- a. **Durante a noite:** 1) Se consentir o morador; 2) Em situação de flagrante; 3) Para prestar socorro; 4) Em caso de desastre. Explique-se: a doutrina considera noite o espaço que medeia entre 18 e 6 horas.
- b. **Durante o dia:** 1) Se consentir o morador; 2) Em situação de flagrante; 3) Para prestar socorro; 4) Em caso de desastre; 5) mediante mandado judicial de prisão ou de busca e apreensão.

Conceito de Casa: Qualquer compartimento habitado, aposento

ocupado em habitação coletiva ou compartimento não aberto ao público onde a pessoa exerce atividade ou profissão (CP, art. 150, §§ 4º e 5º). Exemplo: a) um bar/lanchonete em que as pessoas moram nos fundos, porém, no mesmo prédio, é considerado domicílio; b) um prédio residencial, condomínio, as partes não habitadas, como saguão, corredores, pátio, área de lazer, é considerado domicílio; c) o quintal de uma casa na zona rural é considerado domicílio.

CPP, art. 293 - Tratando-se de prisão que deva realizar-se por ordem escrita, e o executor do mandado verificar, com segurança, que o capturando entrou ou se encontra em sua própria casa, ou na de outrem, cumpre observar:

- a. **Noite:** Proíbe-se a entrada, a menos que, intimado, o morador a permita. Da negativa do consentimento do morador, o executor deverá cercar a casa de modo a impedir a fuga do réu. Amanhecendo, aí sim poderá adentrar a casa, dispensando a intimação. (CPP, art. 293, caput, segunda parte). Explique-se: a negativa do morador em permitir a entrada dos executores não resulta infração, mas o pleno exercício regular de um direito [2].
- b. **Dia:** Intimado, o morador poderá entregar ou não o réu. Negando-se, o executor tomará duas testemunhas, arrombando as portas se preciso. Evidente que, nesse caso, a negativa do morador em franquear a entrada dos executores incorrerá em ser conduzido à presença da autoridade, que poderá responsabilizá-lo.

Observa-se, no que couber, o exposto acima em caso de prisão em flagrante. Carece exemplificar, onde se vê que é possível:

- a. O réu, que acabara de cometer um crime, encontra-se perseguido pela polícia e se acolhe na casa de um familiar ou amigo. Incide a orientação dada acima, conforme o caso;
- b. O réu se encontra na iminência ou praticando o crime no interior de uma casa. Incide a norma do art. 5º, XI da Constituição Federal, que permite a invasão, independentemente de ser de dia ou noite.

4. PRISÃO EM PERSEGUIÇÃO

Contanto que a perseguição não seja interrompida, o executor poderá efetuar a prisão onde quer que alcance o capturando, desde que dentro do território nacional (CPP, art. 290, primeira parte).

5. USO DA FORÇA (CPP, Art. 284 e 292)

Via de regra, é proibido o uso de força para a realização da prisão. A exceção é em caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

5.1. Resistência

É a oposição à prisão, com emprego de ameaça ou violência. Fernando da Costa Tourinho Filho distingue-a em passiva e ativa. "A primeira consiste num simples gesto instintivo de autodefesa, sem intenção de ofender e, por isso mesmo, não constitui propriamente a resistência a que se refere o art. 329 do CP. Já a ativa, sim".

5.2. Fuga

Pode ser com ou sem emprego de violência, resume-se à tentativa de evasão.

6. PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA EMPREGADA A FAVOR DA RESISTÊNCIA (CPP, art. 292)

Quando da prisão, pode acontecer de ocorrer intervenção de terceiras pessoas com a intenção de impedir o ato. Nesse caso, o executor e seus auxiliares poderão, usar dos meios necessários para vencer a resistência e efetuar a prisão, atuando em legítima defesa. Esclareça-se que os meios empregados sejam necessários e usados moderadamente. Além disso, se porventura a prisão em flagrante for realizada por particular e houver *animus oppugnandi* não haverá a incidência do crime de resistência, visto que o tipo legal (CP, art. 329) estabelece como sujeito passivo desse crime o funcionário competente para o cumprimento da prisão ou o seu auxiliar.

7. ALGEMAS

Decidiu o STJ não constituir constrangimento ilegal o uso de algemas, se necessárias para a ordem dos trabalhos e a segurança dos presentes [3]. Fernando Capez ensina que, "No julgamento do réu em plenário do júri, se o uso da algema for desnecessário e ficar sendo utilizado pela acusação, a todo o tempo, como argumento para a condenação ou para induzir o conselho de sentença a tomar o acusado por pessoa de alta periculosidade, pode ocorrer até mesmo a anulação do processo, por ofensa ao princípio da ampla defesa". Algema não é argumento, e se for utilizada sem necessidade, pode levar a invalidação da sessão [4].

8. MOMENTO DA PRISÃO POR MANDADO (CPP, Art. 291)

Dá início aos prazos processuais e penais (detração da pena, art. 42). Entende-se por prisão feita quando o executor apresentar-se com o mandado, intimando o réu e, tomá-lo preso.

Além do mais, é a partir desse momento que se verifica a ocorrência dos crimes de resistência, desobediência e fuga com emprego de violência.

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.

8.1. Artigo 240 § 1º - Domiciliar

O CPPB estabeleceu duas espécies ou modalidades de busca. A domiciliar é aquela realizada na casa/domicílio, cujo conceito e aplicação já foram expostos anteriormente.

8.2. Artigo 240 § 1º alínea "h" - Objeto da Busca

Embora já citado, você deve lembrar que a busca domiciliar é perfeitamente cabível para o possível encontro de "qualquer elemento de convicção", o que lhe garante liberdade na diligência.

8.3. Artigo 240 § 1º alínea "a" c/c art. 243 § 1º - Prisão

Muito discutida no meio policial é a necessidade ou não de haver autorização judicial específica que autorize a entrada na casa para o

cumprimento de um mandado de prisão em que está expresso o endereço residencial da pessoa contra quem será efetivada a medida constritiva. O que você acha sobre isso? É importante da necessidade de você policial estar sempre atento a possíveis questionamentos de ordem jurídica sobre a sua ação? Pois bem, o artigo 240, § 1º, alínea "a" diz que a busca domiciliar será procedida para "prender criminosos". Ainda o § 1º do artigo 243 ressalta, "se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado de busca".

Estando você de posse de uma ordem judicial de medida restritiva de liberdade de locomoção, diga-se, um mandado de prisão, deverá empreender esforços no sentido de localizar a pessoa a ser presa e efetivar a medida. Normalmente, nos mandados de prisão expedidos pela justiça está expresso o endereço da pessoa em que o juiz assim se pronuncia: "Determino a autoridade policial ou seus agentes que prenda e recolha a cadeia pública local fulano de tal, residente na rua/av. tal, ou onde for encontrado".

Alguns policiais, equivocadamente, interpretam que as palavras "onde for encontrado" lhe garantem acesso a qualquer lugar, independentemente de ordem específica. Da leitura dos artigos 240, § 1º, alínea "a" e 243 § 1º, não resta dúvida de que para se prender alguém, munido de ordem judicial, o policial para entrar em qualquer casa/domicílio, ainda que o endereço seja mencionado no mandado de prisão, necessita respeitar a inviolabilidade do domicílio, expresso na Constituição Federal e, portanto, necessita de uma ordem judicial específica que o autorize entrar naquela residência para cumprir o mandado de prisão. E ainda assim somente poderá ser realizado durante o dia, à exceção do morador consentir a entrada durante à noite, em que recomenda-se documentar a autorização de entrada e, se possível, na presença de testemunhas.

Tratando-se de diligência (cumprimento de mandado de prisão) levada a efeito durante a noite, inicialmente o morador também será intimado para apresentar quem se busca e, se a ordem não for atendida, os executores deverão, então, vigiar e guardar todas as saídas do imóvel, arrombando-se as portas e efetuando-se a prisão ao amanhecer (art. 293, CPP). Cabe frisar que os policiais encarregados do caso terão que se certificar de que efetivamente o procurado entrou, ou se encontra, na casa investigada e devem estar munidos do Mandado de Busca e Apreensão de pessoa, além obviamente, do Mandado de Prisão.

Por este motivo orientam-se as autoridades policiais no sentido de quando efetuarem representações para a decretação da prisão de qualquer pessoa, também devem solicitar ao juiz competente fazer constar no próprio Mandado de Prisão as ressalvas que autorizam a entrada no imóvel do endereço indicado.

9. MANDADO DE PRISÃO E SISTEMA SIGO

Orientações de como fazer o cumprimento:

1. Os policiais que fazem a detenção do indivíduo com mandado de prisão a cumprir, devem fazer o registro desse procedimento no sistema SIGO. Ocorre que, quando os policiais militares vão registrar essa ocorrência, constam como fato principal, de forma errônea, EVASAO DE LOCAL DE CUSTÓDIA LEGAL. Vejamos bem, que o fato escolhido trata-se de evasão de local e não de cumprimento de mandado.
2. Outro problema que ocorre de forma freqüente, é quando o Mandado de Prisão é renovado pela Justiça. A inclusão dessa renovação, apesar de ser do mesmo processo, fica constando como dois mandados com numeração diferentes.

10. ATO INFRACIONAL COMETIDO POR ADOLESCENTE

Conforme reza o artigo 172 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à presença do Delegado de Polícia. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, sem prejuízo do disposto nos arts. 106, parágrafo único, e 107, deverá: a) lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente; b) apreender o produto e os instrumentos da infração e requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Nas demais hipóteses de flagrante, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.

O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

11. ATO INFRACIONAL COMETIDO POR CRIANÇA

No caso de ato infracional atribuído à criança (menor de 12 anos) deve ser a mesma encaminhada ao Conselho Tutelar, para que o mesmo proceda à aplicação das medidas de proteção.

Nos municípios que não existem Conselho Tutelar, qualquer notícia de ato infracional cometido por criança deve ser comunicado por ofício ao(a) Juiz(a) da Comarca, uma vez que o ECA, em seu artigo 262 determina que enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal: parte geral*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOURINHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal Comentado*, v.2, São Paulo: Saraiva, 1999.

STJ, 2ª T. REL. MIN. FRANCISCO REZEK, DJU, 4.4.95.

TJSP, ACRIM, 74.542-3; RT, 643: 285.

CAPÍTULO XI

PRIMEIROS SOCORROS E ABORDAGENS EM EMERGÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

RODINEI RIBERA CEBALLOS;
Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul - CBMMS;
Bacharel em Educação Física; Pós-Graduado em "Gestão para a Administração Pública";
Professor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP do CBMMS; atua
como Chefe da 3ª Seção do EMG/CBMMS.

ROBINSON APARECIDO MOREIRA;
Major do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul - CBMMS; Graduado em
Ciências Jurídicas; Pós-Graduado em "Gestão em Segurança Pública"; Professor do
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP do CBMMS; atua como
Comandante do CFAP do CBMMS.

PRIMEIROS SOCORROS E ABORDAGENS EM EMERGÊNCIAS

RODINEI RIBERA CEBALLOS
Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul
ROBINSON APARECIDO MOREIRA
Major do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

1. CONCEITOS

Primeiros Socorros: são cuidados prestados rapidamente às pessoas (vítimas) em situações de acidentes ou mal súbito (risco de morte imediato), no local onde o fato está ocorrendo, lembrando sempre que sua vida em primeiro lugar ou seja, devemos proceder os primeiros socorros quando o lugar, cena do acidente, estiver seguro.

Emergência: é uma situação que envolve um risco de morte imediato, ou seja, a pessoa pode morrer a qualquer momento e deve ser atendida o mais rápido possível;

Urgência: é uma situação que não envolve risco de morte imediato, ou seja, a pessoa pode morrer, mas você tem um tempo maior para atendê-la.

2. PROCEDIMENTOS INICIAIS PARA ABORDAGEM DE VÍTIMAS

Segurança do Local: Em toda e qualquer intervenção de socorro à vítima deve-se observar se o local está seguro para prestar socorro, evitando assim acidentes, inclusive com você.

Ficando o lugar seguro, deve-se seguir uma sequência abaixo citada:

1. Avaliação Primária: é uma rápida avaliação da vítima, identificando suas condições reais, devendo ser cuidadosa e respeitar uma ordem, como podemos ver abaixo:

2. Verifique se a vítima está consciente, ou seja, se responde – chame-a sem movimentá-la;

3. A vítima não responde, peça ajuda (193 ou 192), depois realize o controle da cervical (com as duas mãos na lateral da cabeça ou com apenas uma das mãos na testa) evitando que ela movimente, veja se ela respira (ver, ouvir e sentir os movimentos respiratórios) com cuidado para não desalinhar a coluna cervical;

4. Avaliar a circulação (pulso);

5. Avaliar se há grandes sangramentos.

3. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

3.1. Obstrução de Vias Aéreas

3.1.1. Identificação

Ocorre quando qualquer corpo estranho, sendo objetos sólidos ou líquidos, se coloque em posição de impedir a ventilação pulmonar (respiração), como balas, moedas, dentadura, alimento, líquidos (água, secreção sanguínea) e outros.

A obstrução das vias aéreas por corpo estranho deve ser suspeitada nos seguintes casos:

Adultos jovens que estavam se alimentando e, subitamente, param de respirar;

Crianças que estavam se alimentando ou brincando com pequeno objeto e, subitamente, perdem a consciência e param de respirar;

Qualquer paciente em parada cardiorrespiratória, em que a ventilação boca-a-boca não produza a elevação do tórax;

Impossibilidade de respirar, tossir e falar de ocorrência súbita.

3.1.2. Atendimento

3.1.2.1. Vítimas conscientes

1. Verifique se a vítima está se sufocando e sua capacidade de emitir sons;

2. Caso a vítima possa tossir ou falar, significa que a obstrução é incompleta. Acione o Corpo de Bombeiros Militar, pelo telefone 193, para transportar a vítima para o hospital de referência;

3. Nas obstruções completas posicione-se por trás da vítima circundando-a com seus braços e faça compressões abdominais sucessivas, direcionadas para cima, até desobstruir as vias aéreas ou o paciente perder a consciência.

3.1.2.2. Vítimas inconscientes

1. Suspeite de obstrução em vítimas nas quais você encontre dificuldade para insuflar seus pulmões;

2. Refaça a hiperextensão do pescoço e tente novamente ventilar;

3. Caso não tenha sucesso, ajoelhe-se a cavaleiro sobre as coxas do paciente e coloque as mãos entre o umbigo e o início das costelas. Faça 5 compressões súbitas no abdômen em direção a cabeça;

4. Abra a boca e verifique se o corpo estranho foi deslocado, retirando-o;

5. Em caso de insucesso, repita toda a sequência, até que seja obtido sucesso.

3.1.2.3. Lactentes

1. Coloque a criança com a cabeça em posição mais baixa que o corpo, uma das mãos segura a cabeça e a mandíbula em ligeira hiperextensão, e com a outra mão dê 5 tapas no tórax;

2. Caso não seja efetiva, gire a vítima de frente e tente 5 compressões torácicas abaixo do ponto da compressão cardíaca;

3. Em caso de vômitos vire a cabeça de lado, limpe a boca e continue o procedimento;

4. Não inicie a compressão cardíaca até que a obstrução tenha sido resolvida.

3.2. Parada Cardiorrespiratória (PCR)

3.2.1. Identificação

É quando a pessoa para de respirar e seu coração não bate mais, ou seja, fica ausente respiração e pulso.

O atendimento tem como objetivo fazer voltar essas funções ou manter as mesmas por meio de compressão torácica e respiração boca a boca até a chegada do socorro especializado, evitando assim a morte da vítima.

A identificação de ocorrência de parada cardiorrespiratória pode ser identificada através dos seguintes sinais:

. Ausência de consciência (não responde ao chamado nem com movimentos);

. Ausência de respiração;

. Ausência de pulso.

3.2.2. Atendimento

Siga a ordem do atendimento, não pule etapas, conforme segue abaixo:

1. Chame a vítima, veja se ela responde;

2. Se não responde, peça ajuda (193 ou 192), verifique a respiração, ou seja, se a vítima está respirando (Ver, Ouvir e sentir);

3. Se a respiração estiver ausente incline a cabeça da vítima e empurre o queixo levemente (não excessivamente) para trás, para facilitar a passagem do ar;

4. Se não respira, ou seja, ainda ausente, faça 2 respiração boca a boca;

5. Verifique se ela respira;

6. Ainda não respira, verifique o pulso;

7. Ausência de pulso e respiração inicie as compressões no tórax (na linha dos mamilos) faça 30 compressões no tórax (peito) 2 respirações boca a boca, siga esse ritmo sem parar. Após 2 minutos realizando as compressões e as respirações, verifique se a respiração e o pulso voltaram. Caso não tenham voltado, continue realizando as 30 compressões e as 2 respirações até à chegada do socorro, verificando sempre após 2 minutos.

3.2.3. Como fazer Respiração boca a boca

a) Incline levemente a cabeça da vítima e empurre (não excessivamente) o queixo para trás;

b) Puxe o ar (a mesma quantidade que você puxa para respirar), englobe a sua boca na boca da vítima e solte o ar, até que o tórax levante. As narinas (nariz) da vítima devem ser fechadas com os dedos polegar e indicador, para evitar que o ar saia;

c) Faça uma proteção entre os seus lábios e os da vítima; pegue um pedaço de saco plástico e fure com o dedo coloque-o na boca da vítima, cada vez que você for realizar a respiração seus lábios não tocarão os da vítima.

3.2.4. Como fazer compressões no tórax

Você deve ficar de joelhos, ao lado da vítima e seus braços devem ficar esticados. Coloque uma mão sobre a outra entre a linha do mamilo (centro do peito), utilize o peso do seu corpo (sempre mantendo os braços esticados) e faça uma pressão sobre o tórax (centro do peito).

3.3. Hemorragias

3.3.1. Identificação

É o extravasamento de sangue dos vasos sanguíneos através de uma ruptura nas suas paredes, podendo ser interna ou externa.

Sinais e sintomas que podem sugerir hemorragias severas:

- Pulso se torna fraco e rápido;
- Pele fica fria e úmida (pegajosa);
- Queda da pressão arterial;
- Paciente ansioso, inquieto e com sede;
- Náusea e vômito;
- Respiração rápida e profunda.

3.3.2. Atendimento

Nos casos de hemorragia externa deve-se obedecer uma hierarquia de procedimentos, sempre iniciando com a pressão direta e por último o torniquete, podendo utilizar algumas técnicas em conjunto.

1. Pressão direta no local da hemorragia - realizada com um pano limpo e úmido pressionando o local ferido;

2. Elevação da área afetada - utilizada nos membros que não apresentam fraturas;

3. Pressão em ponto de pulso;

4. Aplicação de gelo - mais utilizado em sangramentos de pequena quantidade e locais com hematomas por pancadas.

5. Torniquete - somente em último caso, quando todas as técnicas acima citadas falharem.

3.4. Ferimentos

3.4.1. Identificação

É um rompimento da pele, podendo ser superficial ou profundo, causado por um agente externo. Exemplo: pedrada, ferimento por faca, ferimento arma de fogo, etc.

3.4.2. Atendimento

3.4.2.1. Ferimentos leves ou superficiais

1. Lavar o ferimento com bastante água e sabão;

2. Não retirar vidros ou partículas de metal do ferimento, a menos que saiam facilmente, durante a limpeza;

3. Manter o ferimento limpo e seco.

3.4.2.2. Ferimentos extensos ou profundos

1. Acione o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone - 193;

2. Cubra a ferida com pano limpo;

3. Caso tenha um objeto encravado no ferimento, não tente removê-lo.

3.5. Fraturas

3.5.1. Identificação

Podemos definir uma fratura como sendo a perda da continuidade óssea.

Sinais e sintomas:

- Dor ou sensibilidade anormal (a vítima pode segurar o local afetado, tentando proteger-se da dor).
- Inchaço no local.
- Deformidade no local.
- Presença de áreas arroxeadas.
- Ausência de movimentos ou enorme dificuldade para movimentar-se.
- Sensação de ossos quebrados sob a pele (crepitação).

3.5.2. Atendimento

1. Acione o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone **193**;
2. Não movimentar o local fraturado;
3. Se a fratura for no braço, dedo ou perna, retire objeto que possam interferir na circulação (relógio, anéis, calçados);
4. Em caso de fratura exposta, quando há sangramento, proteja a área com um pano limpo e enrole com uma atadura no local do sangramento. **NÃO** movimente o local fraturado e **NÃO** tente recolocar o osso no lugar;
5. Se suspeitar de fratura no crânio ou coluna cervical, proteja a cabeça da vítima de maneira que ela não possa realizar movimentos.

3.6. Luxações

3.6.1. Identificação

A luxação é uma lesão onde às extremidades ósseas que formam uma articulação ficam deslocadas, permanecendo desalinhadas e sem contato entre si.

O desencaixe de um osso da articulação (luxação) pode ser causado por uma pressão intensa, que deixará o osso numa posição anormal, ou também por uma violenta contração muscular. Com isto, poderá haver uma ruptura dos ligamentos.

Sinais e sintomas:

- dor intensa;
- deformidade grosseira no local da lesão;
- impossibilidade de movimentação.

3.6.2. Atendimento

Em caso de luxação, o Profissional de Segurança Pública deverá proceder como se fosse um caso de fratura, imobilizando a região lesada, sem o uso de tração. No entanto, devemos sempre lembrar que é bastante difícil distinguir a luxação de uma fratura.

3.7. Entorses

3.7.1. Identificação

Entorse pode ser definida como uma separação momentânea das superfícies ósseas, ao nível da articulação.

A lesão provocada pela deformação brusca, geralmente produz o estiramento dos ligamentos na articulação ou perto dela. Os músculos e os tendões podem ser estirados em excesso e rompidos por movimentos repentinos e violentos.

Uma lesão muscular poderá ocorrer por três motivos distintos: distensão, ruptura ou contusão profunda.

Sinais e sintomas:

- Dor de grande intensidade;
- Inchaço e equimose no local da articulação.

3.7.2. Atendimento

O Profissional de Segurança Pública deve evitar a movimentação da área lesionada, pois o tratamento da entorse, também consiste em imobilização e posterior encaminhamento para avaliação médica.

Em resumo, o objetivo básico da imobilização provisória consiste em prevenir a movimentação dos fragmentos ósseos fraturados ou luxados. A imobilização diminui a dor e pode ajudar a prevenir também uma futura lesão de músculos, nervos, vasos sanguíneos, ou ainda, da pele em decorrência da movimentação dos fragmentos ósseos.

Se a lesão for recente, esfrie a área aplicando uma bolsa de gelo ou compressa fria, pois isso reduzirá o inchaço, o hematoma e a dor.

3.8. Queimaduras

3.8.1. Identificação

É qualquer lesão provocada pela ação do calor, frio, eletricidade ou substância química sobre o organismo.

Sinais e sintomas:

- 1º Grau: Vermelhidão (lesões de camadas superficiais da pele);
- 2º Grau: Vermelhidão e bolas (lesões de camadas mais profundas da pele);
- 3º Grau: Destruição de tecidos que podem estar escuros ou esbranquiçados (lesões de todas as camadas da pele, comprometimento dos tecidos mais profundos, órgãos e nervos).

3.8.2. Atendimento

1. Interrompa o processo de queimadura;
2. Acione o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone **193**;
3. Retire objetos que possam a ser removidos como corrente, relógio, brincos, colares, etc., que não estejam grudados;
4. Retire apenas roupas que não estejam grudadas. Caso estejam grudadas não retire, pois pode ocasionar lesões graves;
5. Se a queimadura for ocasionada por substância sólida, retire o excesso com um pano seco, proteja-se!
6. Lave em água corrente e limpe abundantemente e sem fazer pressão, pois alivia a dor e retira excesso de substâncias químicas;
7. Proteja com pano limpo e umedecido em água limpa;
8. Não utilize nenhum tipo de pomada ou produto caseiro na área afetada pela queimadura, somente água;
9. Não fure bolhas existentes;
10. Encaminhe junto coma vítima, a embalagem, rótulo ou produto que causou a lesão para ser identificado.

3.9. Intoxicações

3.9.1. Identificação

Intoxicação ou envenenamento é qualquer lesão provocada pelo contato com substâncias tóxicas, principalmente engolidas.

Substâncias que podem causar intoxicação: medicamentos, produtos de limpeza, raticidas e inseticidas, derivados de petróleo, gases e plantas. Os acidentes domésticos são uma das principais causas de morte em crianças.

Sintomas: Os sintomas de intoxicação são muito variados e dependem de substâncias tóxicas em questão e da quantidade que provocou o

envenenamento. Os mais freqüentes são sonolência, visão turva, manchas vermelhas na pele náuseas, vômitos e outros.

3.9.2. Atendimento

A conduta a ser tomada vai depender da substância em questão. Por isso, a substância suspeita deve ser levada ao serviço de emergência do hospital.

Acione o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone **193** e entre em contato imediatamente com o Centro de Informações Toxicológicas – CIVITOX pelo telefone **0800 722 6001**, para tirar dúvidas de como agir; e demais procedimentos.

Se for gás ou fumaça, deve-se ventilar o local e transportar a vítima do local contaminado para um local ventilado. Afrouxe ou remova roupas para facilitar a respiração.

Se o veneno entrar em contato com a pele deve ser retirada a roupa da vítima e deve ser colocada em baixo de água corrente, ou no caso de entrar em contato com os olhos, deverão ser lavados abundantemente, sem esfregar.

Se o produto for ingerido, não provoque vômitos e não ofereça líquidos ou alimentos, leve a vítima e o produto para o pronto-socorro.

3.10. Tontura e Desmaio

3.10.1. Identificação

Pode ser provocado em geral por emoções súbitas, falta de açúcar no sangue, fadiga ou nervosismo.

A vítima empalidece, fica suada e a respiração geralmente fica fraca.

Se desmaiar perderá a consciência por alguns momentos.

3.10.2. Atendimento

1. Deite a vítima de costas em uma superfície reta com a cabeça estendida para trás;
2. Levante as pernas, acima da altura do tórax;
3. Solte as roupas apertadas;
4. Se a vítima não recobrar a consciência em 1 ou 2 minutos, chame o socorro especializado.

3.11. Convulsões

3.11.1. Identificação

É o tipo de ataque que ocorre por um distúrbio no cérebro (como se fosse um curto circuito). A vítima tem movimentos involuntários e desordenados em geral, perda da consciência durante a convulsão.

3.11.2. Atendimento

3.11.2.1. Ao iniciar a convulsão

1. Afastar objetos que possam causar lesões na vítima;
2. Proteger a cabeça da vítima com a mão, roupa ou travesseiro e lateralizá-la se a vítima não sofreu queda e nem bateu a cabeça;
3. Afastar os curiosos, dar espaço para a vítima respirar;
4. Não tracionar a língua ou colocar objetos na boca para segurar a língua (tipo colher, caneta, madeira e dedos)
5. Isto pode durar em média 3 minutos, se não parar chame o socorro especializado;
6. Permaneça ao lado da vítima.

3.11.2.2. Em estado pós-convulsivo

1. Lateralizar a cabeça, se a vítima não sofreu queda e nem bateu a cabeça, para que a saliva escorra, evitando engasgos;
2. Observar se a respiração está adequada;
3. Limpar as secreções salivares, com um pano ou papel, para facilitar a respiração;
4. Se a vítima quiser dormir, deixe-a descansar de lado, enquanto aguarda o socorro;
5. Não medique a vítima, mesmo que ela tenha os medicamentos, pois os reflexos não estão totalmente recuperados, e ela pode se afogar ao engolir o comprimido e a água;
6. Não a deixe sozinha nesta fase;
7. Acione o Corpo de Bombeiros Militar pelo telefone - 193, ou leve a vítima ao pronto-socorro.

3.12. Parto de emergência

3.12.1. Identificação

Sinais e sintomas:

- Um sinal de que o bebê está próximo a surgir no mundo externo, principalmente se a bolsa estourar, é quando a mamãe começar a sentir contrações regulares a cada dois minutos com duração de sessenta segundos.
- Eliminação através da vagina de secreção (muco) com rajadas de sangue.

- Contrações uterinas de forte intensidade (enrijecimento da musculatura abdominal acompanhado de dor).
- Rompimento da bolsa de água (bolsa amniótica).
- Observar a cor do líquido da bolsa. Se normal (claro com grumos) ou se verde (indica sofrimento fetal).

Lembre-se que o trabalho de parto é um processo lento que pode durar horas.

3.12.2. Atendimento

1. Reconhecer se as dores sentidas pela parturiente são contrações ou apenas dores na região lombar ou na região baixa da barriga;
2. Controlar a frequência e a intensidade das contrações. Quanto maior a frequência e a intensidade das dores, mais próximo estará do parto;
3. Questionar a parturiente se já teve filhos e qual o tipo de parto;
4. Verificar os sinais vitais;
5. Questionar sobre tempo de gestação, anormalidades durante a gestação, sangramentos, movimentos do feto;
6. Transportar a gestante para o hospital em decúbito lateral esquerdo;
7. Manter um familiar junto a gestante;
8. Levar, se possível, o cartão com informações sobre o pré-natal;
9. Em caso de hemorragia, transportar a gestante em decúbito lateral.

3.13. Parto iminente

3.13.1. Identificação

Sinais e sintomas:

- Presença de contrações uterinas de forte intensidade e frequentes (cerca de 5 contrações no período de 10 minutos);
- Visualização da cabeça do bebê no canal do nascimento (coroamento);
- Sensação intensa de evacuação.

3.13.2. Atendimento

1. Solicitar autorização da parturiente ou de seu familiar antes de decidir assisti-la na própria residência, caso não dê tempo para transportá-la ao hospital;
2. Manter um familiar junto da parturiente durante todo o atendimento;

3. Deitar a parturiente sobre lençóis limpos;
4. Verificar os sinais vitais;
5. Remover as roupas que possam impedir o nascimento, sem expor a parturiente;
6. Colocar a parturiente com as pernas fletidas;
7. Lavar as mãos, calçar as luvas;
8. Fazer assepsia da região genital e coxas da parturiente, com água e sabão;
9. Retirar as luvas, abrir o Kit para Parto, calçar novas luvas;
10. Orientar a parturiente para respirar fundo e fazer força durante as contrações, como se estivesse evacuando, deixando-a descansar no período de relaxamento (intervalo das contrações);
11. Durante a expulsão, amparar com uma das mãos a cabeça do bebê, evitando que ela saia com violência e com a polpa dos dedos indicador e médio da outra mão abaixar levemente a parte posterior da vagina;
12. Caso o cordão umbilical esteja envolvendo o pescoço do bebê (circular de cordão), afrouxá-lo, removendo-o no sentido da nuca para o abdome do bebê;
13. Limpar a face do bebê com um pano limpo;
14. Com as duas mãos em forma de "V", pegar a cabeça na mandíbula e atrás da base do crânio, tomando o cuidado de não pressionar o pescoço do bebê;
15. Forçar a cabeça suavemente para baixo até passar o ombro superior e depois para cima, até passar o outro ombro;
16. Segurar firmemente o bebê, evitando que ele caia;
17. Limpar as vias aéreas e a cabeça sem retirar o vernix do corpo do bebê;
18. Estimular o bebê passando os dedos suavemente nas costas ou dar tapinhas leves nas solas dos pés.
19. Envolver o bebê com panos limpos inclusive a cabeça, mantendo-o aquecido e mantê-lo no mesmo nível que o corpo da mãe.
20. Manter observação constante do padrão respiratório do bebê.
21. Colocar os clamps (fio, cordão higienizado) no cordão umbilical. O primeiro a 4 dedos (mais ou menos 8 cm) do abdome do bebê e o segundo a 2 dedos (mais ou menos 4 cm) do primeiro clamp.

22. Cortar o cordão entre os dois clamps (fio, cordão higienizado), com bisturi ou outro objeto cortante estéril.

23. Aguarda a saída espontânea da placenta durante aproximadamente 15 min. Nunca tentar puxá-la;

24. Após a saída da placenta, verificar se saiu inteira e acondicioná-la em saco plástico;

25. Remover os lençóis sujos, colocar um absorvente higiênico na vagina da parturiente;

26. Massagear o abdome da parturiente, verificando se o útero mantém contraído;

27. Verificar novamente os sinais vitais (da mãe e do bebê);

28. Manter a mãe em repouso;

29. Transportar para o hospital a mãe, o bebê e a placenta. Caso a mãe seja hipertensa, diabética, cardiopata, a apresentação do feto não seja cefálica (pélvica, membros), apresente hemorragia vaginal, prolapso de cordão, líquido amniótico esverdeado; transportar imediatamente ao hospital em decúbito lateral esquerdo, administrando oxigênio durante o transporte.

ADVERTÊNCIA

Não permitir que a parturiente com sinais de parto iminente vá ao banheiro. Não impedir, retardar ou acelerar o processo de nascimento. Se houver grande sangramento vaginal pós-parto, transportar a mãe em posição de choque. Se a placenta não sair logo após o nascimento, não aguardar, transportar logo a mãe ao hospital. Na gestante multipara (vários partos anteriores) o processo de expulsão é mais rápido. Não puxar o cordão umbilical para tentar ajudar a saída da placenta. Tomar cuidado de fechar as janelas e portas, evitando que o ambiente esfrie.

3.14. Mordidas de Cachorro

3.14.1. Identificação

Uma mordida de um cachorro, gato, animal selvagem ou humano pode levar a uma infecção. Muitos animais transmitem raiva e tétano.

3.14.2. Atendimento

1. Lave a ferida por cinco minutos com água corrente para remover a sujeira e bactérias;

2. Bata levemente na ferida para secar e coloque uma bandagem estéril ou pano bem limpo;

3. Contate o Centro de Zoonoses se a mordida foi provocada ou causada por um animal perdido ou desconhecido;

4. Caso a ocorrência envolva animal agressivo, encaminhe a vítima para o Centro de Saúde mais próximo e informe ao Centro de Controle de Zoonoses o endereço do animal, para acompanhamento, através do telefone: **3313-5000**;

5. Caso haja morte do animal agressivo informar o óbito ao Centro de Zoonoses e solicitar que o centro busque o animal para exames.

3.15. Picadas de Escorpiões

3.15.1. Identificação

Há uma grande variedade de escorpiões e a picada de alguns é mais venenosa do que a de outros. Os sintomas incluem queimação, formigamento ou insensibilidade no local da picada; dor de estômago, náuseas e vômitos; contração de músculos (incluindo o músculo da mandíbula); ataques ou inconsciência.

3.15.2. Procedimentos

1. Entre em contato imediatamente com o Centro de Informações Toxicológicas - CIVITOX pelo telefone **0800 722 6001**, para tirar dúvidas de como agir; e demais procedimentos;

2. Mantenha o local da mordida mais baixo que o coração da pessoa para prevenir que o veneno se espalhe. Coloque uma compressa gelada (tal como gelo envolto em uma toalha) no local da picada.

3. Leve a pessoa ao departamento de emergência do hospital mais próximo o mais rápido possível.

3.16. Picadas de Aranha

3.16.1. Identificação

As aranhas como um grupo, não são agressivas e só picam se forem ameaçadas. Porém, uma picada de uma viúva negra ou de uma aranha marrom solitária é venenosa e sempre requer cuidados médicos. Ambas vivem em locais protegidas tais como montes de lenha; áreas não perturbadas de um sótão, garagem ou embaixo das pedras. Picadas de aranha podem ser especialmente perigosas para crianças, idosos e pessoas que estão doentes.

3.16.2. Procedimentos

1. Entre em contato imediatamente com o Centro de Informações Toxicológicas - CIVITOX pelo telefone **0800 722 6001**, para tirar dúvidas de como agir; e demais procedimentos;

2. Mantenha o local da mordida mais baixo que o coração para prevenir que o veneno se espalhe. Coloque uma compressa gelada (tal como gelo envolto em uma toalha) no local da mordida;

3. Leve a pessoa para o hospital mais próximo. Se possível, pegue a aranha cuidadosamente e leve-a com você. Não a mate - você pode torná-la não identificável.

3.17. Picadas de cobra

3.17.1. Identificação

As cobras ou serpentes são dotadas de glândulas secretoras e aparelho inoculador de veneno. Os acidentes causados pela picada desses animais são de grande frequência e gravidade. As alterações produzidas pela picada desses animais estão relacionadas à inoculação de uma complexa mistura de enzimas que ocasionam seqüelas ou até a morte da vítima. Se possível, deve-se capturar ou identificar o animal que picou a vítima, mas sem perder tempo com esse procedimento. Na dúvida, tratar como se o animal fosse venenoso.

3.17.2. Procedimentos

1. Entre em contato imediatamente com o Centro de Informações Toxicológicas - CIVITOX pelo telefone **0800 722 6001**, para tirar dúvidas de como agir; e demais procedimentos;

2. Procure acalmar a vítima, restrinja seus movimentos e mantenha a parte afetada abaixo do nível do coração, para reduzir o fluxo do veneno;

3. Lave a mordida com água e sabão;

4. Remova todos os anéis ou quaisquer itens que estejam apertando; a área afetada pode inchar;

5. Se área da mordida começar a inchar e a mudar de cor, provavelmente a cobra era venenosa;

6. Cubra a mordida com uma compressa limpa e fria ou um curativo úmido e limpo, para reduzir o inchaço e o desconforto;

7. Monitore os sinais vitais (temperatura, pulso, frequência respiratória, pressão sanguínea) da vítima. Se houver sinais de choque (como palidez), deixe a vítima estendida, levante seus pés a cerca de 30 centímetros do chão e cubra-a com um cobertor.

8. Chame ajuda médica imediatamente;

9. Leve a cobra morta se isso não acarretar riscos de outras lesões.

4. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO

4.1. Definição

É todo e qualquer acidente envolvendo veículos automotores. As características desses acidentes são diversificadas pelas circunstâncias que o geraram, podendo ser classificados de acordo com os pontos de impacto como sendo, abaloamento, colisão, choque, capotamento, queda.

4.2. Procedimentos Recomendados

O Profissional de Segurança Pública (primeiro interventor) ao se deparar com um Acidente de Trânsito tem a obrigação de prestar auxílio à(s) vítima(s) e o deverá fazer de forma a não colocar em risco a sua própria segurança.

Deverá realizar, com segurança, uma análise do local do acidente para fins de coletar o máximo de informações possíveis para serem repassadas ao Centro de Operações. Essas informações quando repassadas ao Centro de Operações, são de suma importância para se determinar a composição das Viaturas de Socorro que serão deslocadas para o atendimento num menor espaço de tempo.

Todos os procedimentos deverão ser executados levando-se em conta a Segurança do Profissional de Segurança Pública e evitar agravamento da situação encontrada.

Os procedimentos recomendados aos Profissionais de Segurança Pública ao se depararem com Acidentes de Tráfego são:

1. Identificar se há riscos diversos para o primeiro interventor ou para a(s) vítima(s), tais como: risco de princípio de incêndio e de explosão; de ocorrer outro acidente em consequência deste; de desabamento; se há derramamento de combustível; fiação elétrica solta próxima ao local ou sobre o veículo, se há vazamento de produtos perigosos, etc.;

2. Identificar se há vítima(s), a quantidade e se possível a gravidade dos ferimentos, se há óbito(s), etc.;

3. Identificar o número, de veículos envolvidos no acidente, o tipo de veículo(s) (carros de passeio, utilitários, transporte de carga, transporte de passageiros, motocicleta e etc.), a carga transportada, o tipo de combustível do veículo (gasolina, diesel, GNV, e etc.);

4. Acionar o Corpo de Bombeiros Militar, através do telefone "193", mantenha a calma, repassando com clareza o endereço, ponto de referência (melhor acesso para chegar ao local) e todas as informações coletadas conforme itens acima. Informar ainda, se possível as condições climáticas no local (tempo seco ou úmido), informações sobre a pista de rodagem no local do acidente (declive, aclive, curva, presença de fumaça, poeira, produtos perigosos e etc.);

5. Isolar e Preservar o local, observando-se que quanto maior a área isolada menor será o envolvimento e o risco para público. Ao isolar o local, deve-se ter a preocupação com a Preservação dos Vestígios deixados na cena do acidente;

6 - Deverá providenciar a sinalização adequada do local (observar distância para colocação do equipamento), para evitar risco de novo acidente. Para tanto, poderá utilizar o "Alerta" do(s), veículos(s), triângulo de sinalização, cones, galhos de árvore, e etc. Se possível o Profissional de Segurança Pública deverá utilizar colete sinalizador, apito, lanterna ou até mesmo o Giroflex da viatura para melhor sinalização e segurança do local;

7 - Havendo possibilidade de realizar a abordagem da(s) vítima(s) o Profissional da Segurança Pública poderá realizar o atendimento de acordo com o que prescreve as orientações de Primeiros Socorros, sempre observando as condições de segurança.

Observações Importantes:

a) Não retire a vítima do veículo, a não ser que tenha risco de incêndio, explosão etc.;

b) Não solte o cinto de segurança da vítima, a não ser que este a esteja impedindo de respirar;

c) Não movimente a vítima. Se possível mantenha a cabeça dela em posição estática, protegendo sua coluna;

d) Não retire o capacete da vítima.

5. INCÊNDIO

5.1. Definição

Incêndio é todo sinistro onde o fogo está fora de controle do homem e que causa danos ao patrimônio (público e privado), meio ambiente e perigo às vidas humanas e dos animais. É importante o combate ao incêndio em sua fase inicial, onde a sua extinção será facilitada devido a rápida intervenção e pouca quantidade de material em combustão.

5.2. Classificação

Visando obter maior eficiência nas operações de combate a incêndio, tornando-as mais eficientes, objetivas e seguras com o emprego do agente extintor correto, os incêndios foram agrupados de acordo com o material combustível. Da mesma forma, buscando uma maior exatidão de nossa linguagem técnica e conseqüentemente um melhor desempenho em nossas ações, os incêndios foram agrupados por suas classes e proporções.

5.2.1. Quanto ao material combustível

CLASSES DE INCÊNDIO	MATERIAL COMBUSTÍVEL	EXEMPLOS
A	Combustíveis Sólidos Comuns	Madeira, Papel, Tecido, Borracha, Vários Plásticos, etc.
B	Combustíveis Líquidos, Gasosos e Pastosos	Gasolina, Alcool, Gás de Cozinha, Acetileno, Manteiga, etc.
C	Equipamentos Energizados	Televisor, Geladeira, Ventilador, Computador, etc.
D	Combustíveis Metais	Magnésio, Sódio, Potássio, etc.

5.2.2. Quanto às proporções

5.2.2.1. Princípio de incêndio (ou incêndio incipiente)

Evento de mínimas proporções e para o qual é suficiente a utilização de um ou mais aparelhos extintores portáteis. Exemplo: Princípio de incêndio numa lixeira.

5.2.2.2. Pequeno Incêndio

Evento cujas proporções exigem emprego de pessoal e material especializado, sendo extinto com facilidade e sem apresentar perigo iminente de propagação. Exemplo: Incêndio num quiosque de venda de bebida, Incêndio em um veículo de passeio, etc.

5.2.2.3. Médio incêndio

Evento em que a área atingida e a sua intensidade exigem a utilização de meios e materiais equivalentes a um socorro básico de incêndio, apresentando perigo iminente de propagação. Exemplo: Incêndio em residência unifamiliar.

5.2.2.4. Grande incêndio

Evento cujas proporções apresentam uma propagação crescente, necessitando do emprego efetivo de mais de um socorro básico para a sua extinção. Exemplo: Incêndio edificação elevada, numa fábrica de roupas, etc.

5.2.2.5. Incêndio extraordinário

Incêndio oriundo de abalos sísmicos, vulcões, bombardeios e similares, abrangendo grande número de quarteirões. Necessitando para a sua extinção do emprego de várias viaturas de socorros do Corpo de Bombeiros Militar, mais o apoio do Sistema de Defesa Civil.

5.3. Extintores

5.3.1. Definição

São recipientes confeccionados em metal resistente que contêm em seu interior agente extintor para o combate imediato e rápido a "Princípios de incêndio". Podem ser portáteis ou sobre rodas (por carretas), conforme o tamanho e a operação a ser realizada.

5.3.2. Classificação

Classificam-se conforme a Classe de Incêndio a que se destinam: "A", "B", "C" e "D". Para cada classe de incêndio, há um ou mais extintores adequados. É importante ressaltar que o extintor possui, em seu corpo, um rótulo de identificação, de fácil visualização e que contém informações importantes sobre as classes de incêndio para as quais o extintor é indicado bem como instrução de uso conforme ilustração abaixo:

5.4. Procedimentos em Caso de Incêndio em Edificações

O Profissional de Segurança Pública (primeiro interventor) ao se deparar com um incêndio, tem a obrigação de prestar auxílio à(s) vítima(s) e o deverá fazer de forma não colocar em risco a sua própria segurança e evitar agravamento da situação encontrada.

Primeiramente deverá realizar com segurança, uma análise do local do incêndio para fins de coletar o máximo de informações possíveis para serem repassadas ao Centro de Operações. Essas informações quando repassadas ao Centro de Operações, são de grande importância para se determinar a composição das Viaturas de Socorro que serão deslocadas para o atendimento num menor espaço de tempo.

Todos os procedimentos deverão ser executados levando-se em conta a Segurança do Profissional de Segurança Pública e evitar agravamento da situação encontrada.

1. Realizar rápida análise da situação para fins de identificar de que material é construída a edificação (madeira ou alvenaria), qual a finalidade da edificação (residência, posto de gasolina, escola, hotel, restaurante, hospital, comércio, cinema, etc.) quantos andares tem a edificação;

2. Verificar se há vítimas no interior da edificação (informação poderá ser obtida com as pessoas que estavam no local antes da chegada do primeiro interventor), execute esse procedimento sem entrar na edificação;

3. Acionar o Corpo de Bombeiros Militar, através do telefone "193", repassando com clareza o endereço, ponto de referência (melhor acesso para chegar ao local) e todas as informações coletadas conforme itens acima. Informar ainda, se possível se há outras edificações próximas da edificação sinistrada que corre risco de ser atingida pelas chamas;

4. Enquanto aguarda a chegada do Corpo de Bombeiros continue alimentando o Centro de Operações com informações atualizadas da situação. Confirme se há vítimas no interior da edificação, se há edificações vizinhas próximas que podem ser atingidas pelas chamas e contribuir para a rápida propagação do incêndio tais como (depósito de madeiras, marcenaria, tanque de combustível, edificações de madeira, etc);

5. Se possível e com segurança providencie o desligamento da energia elétrica do local;

6. Isole a área para facilitar a chegada e o acesso das viaturas do Corpo de Bombeiros, afaste o público (curiosos) para que se evite acidentes.

Havendo possibilidade de realizar a abordagem da (s) vítima (s) o Profissional de Segurança Pública poderá realizar o atendimento de acordo com o que prescreve as orientações de Primeiros Socorros (Exame Primário/Exame Secundário), sempre observando as "Condições de Segurança".

Observações importantes:

a) O leigo somente deverá combater o "Princípio de Incêndio", pois não possui conhecimento técnico e equipamento de proteção adequado para combater incêndio de maior proporção, e poderá colocar em risco a sua integridade física;

b) Não entre em locais tomados pela fumaça e pela chamas, tal ato poderá ser fatal;

c) Preserve o local. Observando-se que quanto maior a área isolada menor será o envolvimento e o risco para público.

d) Ao isolar o local, deve-se ter a preocupação com a Preservação dos Vestígios deixados na cena do incêndio.

5.5. Procedimentos em Caso de Princípio de Incêndio em Veículo

1. Realizar rápida análise da situação no local para fins de identificar qual o tipo de veículo, o número, de veículos em chamas, o tipo de veículo (s) (carros de passeio, utilitários, transporte de carga, transporte de passageiros, motocicleta e etc.), a carga transportada, o tipo de combustível do veículo (gasolina, diesel, GNV, e etc.);

2. Verificar se há vítima (s) no interior do veículo, se possível retire-as;

3. Acionar o Corpo de Bombeiros Militar, através do telefone "193", repassando com clareza o endereço, ponto de referência (melhor acesso para chegar ao local) e todas as informações coletadas conforme itens acima;

4. Isole e preserve a área para facilitar a chegada e o acesso das viaturas do Corpo de Bombeiros, afaste o público (curiosos) para que se evite acidentes.

5. Extinguir as chamas se for caso de "Princípio de Incêndio".

Havendo possibilidade de realizar a abordagem da (s) vítima (s) o Profissional de Segurança Pública poderá realizar o atendimento de acordo com o que prescreve as orientações de Primeiros Socorros (Exame Primário / Exame Secundário), sempre observando as Condições de Segurança.

Observações importantes:

O leigo somente deverá combater o "Princípio de Incêndio", pois não possui conhecimento técnico e equipamento de proteção adequado para combater incêndio de maior proporção, e poderá colocar em risco a sua integridade física. Caso tenha possibilidades de realizar a extinção do "Princípio de Incêndio", Mantenha a calma, lembrando que "o tanque de combustível, em geral, está bem longe do motor" e proceda da seguinte forma:

1. Retire o extintor do suporte (pó químico seco), rompa o lacre, destrave a válvula e, em seguida, posicione a favor do vento.

2. Com o extintor na posição vertical, encaixe o bico da válvula através de uma pequena abertura do capô do motor. Acione a válvula para iniciar a extinção através do abafamento.

3. Levante cuidadosamente o capô do motor e continue descarregando o extintor até o fim, direcionando o jato de pó para a base do fogo, movimentando o pulso para esquerda e para a direita em forma de leque. Pode haver necessidade de se utilizar mais de um extintor para extinguir o "Princípio de Incêndio".

4. Após extinguir o "Princípio de Incêndio", certifique-se de que não haverá reignição.

5. Ao isolar o local, deve-se ter a preocupação com a Preservação dos Vestígios deixados na cena do incêndio.

6. EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS (PP)

6.1. Introdução

Produto perigoso (PP) é toda substância química que pode causar danos à vida, ao meio ambiente e à segurança pública. O atendimento à emergência com PP deve ser realizado com muito cuidado, obedecendo a protocolos definidos para cada tipo de produto.

A primeira resposta à emergência é caracterizada pelo atendimento inicial, sendo realizada pela primeira equipe que chega ao local do sinistro. Nesta fase deve ser providenciada a identificação do produto, o isolamento da área e os contatos com os órgãos de resposta.

A definição das técnicas a serem empregadas para o controle da emergência deverá ser tomada por equipes treinadas e devidamente equipadas, evitando assim que novas vítimas ou que outros locais sejam atingidos pelo produto perigoso.

O Corpo de Bombeiros Militar é o órgão estadual que está treinado e equipado para atender este tipo de ocorrência, porém, existe a responsabilidade solidária no momento da emergência, onde quem vende, compra e transporta deve também ter participação no atendimento à emergência, portanto, poderá haver outras equipes particulares treinadas e equipadas para agirem durante a emergência.

6.2. Procedimento Padrão

O procedimento padrão a ser adotado será para a primeira resposta ao atendimento às emergências com produtos perigosos.

A primeira informação a ser buscada será a identificação do PP. O Corpo de Bombeiros Militar local deverá ser acionado através do telefone **193** para as ações de resposta à emergência. A identificação do produto é de fundamental importância para o isolamento inicial da área.

Caso não haja nenhuma informação sobre o produto, a distância mínima de isolamento a ser adotada será sempre de 100 metros em todas as direções. Após a devida identificação do produto, tal isolamento poderá ser aumentado ou diminuído.

Portanto, deverá ser realizada a seguinte sequência como procedimento padrão:

1. Identificação do produto;
2. Isolamento da área;
3. Contato com os órgãos de resposta.

Caso não haja possibilidade da identificação do produto, adotar a distância mínima já mencionada anteriormente.

O contato com os órgãos de resposta deve ser realizado o mais rápido possível após identificação e isolamento da área, comumente, o procedimento de isolamento da área e contato com os órgãos de resposta é realizado em conjunto.

6.3. Classificação dos Produtos Perigosos (PP)

O PP pode ser identificado de várias formas, há vários códigos de cores e números, porém vamos nos ater aos mais comuns para nosso Estado, que são para embalagens, transporte rodoviário e ferroviário.

As principais legislações aplicadas ao caso são:

. Resolução ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) nº 420, de 12 de fevereiro de 2004: Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;

. Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988: Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;

. Decreto nº 98.973, de 21 de fevereiro de 1990: Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;

. NBR 7500 - Simbologia de identificação para PP.

Para identificar com precisão o nome do produto, bem como as ações pertinentes à emergência, o manual mais utilizado pelas equipes de emergência é o "Manual da ABIQUIM (Associação Brasileira das Indústrias Químicas)" - Manual para atendimento a emergência com Produtos Perigosos. O manual está em sua 5ª edição, sendo a versão mais atual do ano de 2006. Caso você não possua o manual em suas mãos, existe uma linha gratuita que a PRÓ-QUÍMICA - ABIQUIM fornece as informações necessárias para a devida identificação e condições de isolamento: **0800 11 8270 (24h)**.

Os Produtos Perigosos são distribuídos em 09 (nove) classes de risco, sendo elas:

Nº DA CLASSE	NOME DA CLASSE
1	Explosivos
2	Gases
3	Líquidos Inflamáveis
4	Sólidos inflamáveis; Substâncias sujeitas à combustão espontânea; Substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis
5	Substâncias oxidantes ou Peróxidos orgânicos
6	Substâncias tóxicas ou infectantes
7	Substâncias radioativas
8	Substâncias corrosivas
9	Substâncias Perigosas diversas

6.4. Elementos de Identificação de Produtos Perigosos (PP)

No Brasil, os principais elementos de identificação para os PP são: Painel de Segurança e Rótulo de Risco.

6.4.1. Painel de segurança

O Painel de Segurança é um retângulo de cor laranja, possuindo a parte inferior destinada ao número de identificação do produto - "Número ONU", e a parte superior destinada ao "Número de Risco".

O "Número ONU" é uma numeração estabelecida pelas Nações Unidas em que nosso país segue no que diz respeito aos números que correspondem a cada produto, sendo constituído por quatro algarismos, conforme a Resolução ANTT nº 420, de 12/02/2004. Como exemplo: 1075 - GLP - gás liquefeito de petróleo; 1017 - Cloro; 1203 - combustíveis para motores, inclusive a gasolina.

O "Número de Risco" é constituído por até três algarismos e, quando for proibido o uso de água no produto, deve ser indicado com a letra X no início do número. Este número determina o risco principal (1º algarismo) e os riscos secundários do produto (2º e/ou 3º algarismo).

Veja a seguir uma tabela com os significados dos algarismos para o "Número de Risco":

PRIMEIRO ALGARISMO	
NÚMERO	SIGNIFICADO
2	Gás
3	Líquido Inflamável
4	Sólido Inflamável
5	Substâncias Oxidantes ou Peróxidos Orgânicos
6	Substância Tóxica
7	Substância Radioativa
8	Substância Corrosiva

SEGUNDO E/OU TERCEIRO ALGARISMOS	
NÚMERO	SIGNIFICADO
0	Ausência de risco
1	Explosivo
2	Emana Gás
3	Inflamável
4	Fundido
5	Oxidante
6	Tóxico
7	Radioativo
8	Corrosivo
9	Perigo de reação violenta

Veja a seguir um de Paineis de Segurança:



→ Número de Risco: número que representa os riscos associados ao produto (inflamável, tóxico, explosivo, etc.)

→ Número ONU: número que identifica o nome para o produto.

O Painel de Segurança poderá estar sem o Número de Risco e o Número ONU, somente será uma placa na cor laranja, quando isto ocorrer, significará que há vários produtos diferentes uns dos outros no transporte.

6.4.2. Rótulo de Risco

São elementos que representam símbolos e/ou expressões emolduradas, referentes à natureza, manuseio ou identificação do produto. O símbolo representa uma figura convencional na forma de losango, usada para exprimir graficamente um risco.

Segue a tabela com código de cores e respectivos significados para os Rótulos de Risco:

CORES	SIGNIFICADOS
Vermelho	Inflamável / Combustível
Verde	Gás não inflamável
Amarelo	Oxidantes
Laranja	Explosivos
Azul	Perigoso quando molhado
Branco	Tóxico ou Infectante
Preto + Branco	Corrosivo
Amarelo + Branco	Material Radioativo
Vermelho + Branco	Combustão Espontânea
Vermelho + Listras Brancas	Sólido Inflamável
Branco + Preto Listrado	Outros Riscos

A seguir os principais rótulos de risco utilizados:





6.5. Documentos Importantes Sobre os Produtos Perigosos:

Existem vários documentos pertinentes aos PPs, porém, para o atendimento de uma emergência, os documentos mais importantes a serem procurados são: Ficha de Emergência e Nota Fiscal do produto.

A Ficha de Emergência e Nota Fiscal possuem informações precisas sobre o Produto, sua quantidade e ações em situações de emergência, portanto, a obtenção deste documento no atendimento a uma emergência com PP é fundamental.

6.6. Manuseio do Manual ABIQUIM

O manual possui informações fundamentais para o atendimento às emergências, pois traz em seu bojo a relação de Produtos Perigosos e seus respectivos Números ONU.

A Pró-Química - ABIQUIM disponibiliza um número telefônico **0800 11 8270**, o qual serve de banco de dados para coleta de informações sobre ações em um cenário de Emergência com Produto Perigoso.

O Manual possui páginas com cores diversificadas para maior agilidade na obtenção de informações. Cada cor representa um tipo de informação diferente, que são:

COR DA PÁGINA	INFORMAÇÃO
Branca	Informações gerais de como utilizar o Manual e de como se portar em um cenário de Emergência com Produto Perigoso.
Amarela	Relação de Produtos Perigosos ordenados de forma crescente de Número ONU.
Azul	Relação de Produtos Perigosos em ordem alfabética.
Laranja	Guias contendo ações emergenciais com o Produto Perigoso.
Verde	Tabela com distâncias de isolamento e relação de produtos que reagem com água.

Nas páginas de cor amarela e azul está a relação de produtos perigosos. Nestas há informação do NOME do produto, seu NÚMERO ONU, sua CLASSE DE RISCO (C.R.) e o número do GUIA associado para ação emergencial.

Caso o produto esteja grifado em verde na relação das páginas de cor amarela ou azul, será necessário consultar as páginas verdes para utilização de distâncias de isolamento e reatividade com água.

De posse do número do GUIA para o respectivo PP conhecido, será necessário consultar as páginas de cor laranja, onde haverá informação

sobre os riscos potenciais do produto, isolamento de área, vestimentas adequadas para lidar com o produto, meios de ação para controle de derramamentos, combate a incêndio e primeiros socorros.

6.7. Isolamento da Área:

Quando não é possível obter nenhuma informação sobre o PP envolvido, o GUIA nº 111 prevê um isolamento inicial de 100 metros em todas as direções.

Após identificação do PP, consulte a ficha de emergência específica do mesmo para realizar o isolamento necessário conforme distâncias estabelecidas em sua ficha. Caso não possua a ficha de emergência do PP, consultar o 'Manual da ABIQUIM' para estabelecer as distâncias de isolamento.

A direção do vento, as condições geográficas e de trânsito no local são os fatores decisivos para estabelecimento do isolamento.

As equipes devem estar localizadas sempre no sentido a favor do vento, evitando uma possível contaminação proveniente do vazamento/derramamento do PP conduzido pelo vento.

A condição do vento também revela para onde a probabilidade do produto se espalhar é maior, principalmente quando há vazamento de produtos gasosos ou que emanam vapores, portanto, o isolamento e/ou evacuação de população no sentido do vento deve ser avaliada e realizada de acordo com o "Manual da ABIQUIM" ou ficha de emergência específica do produto.

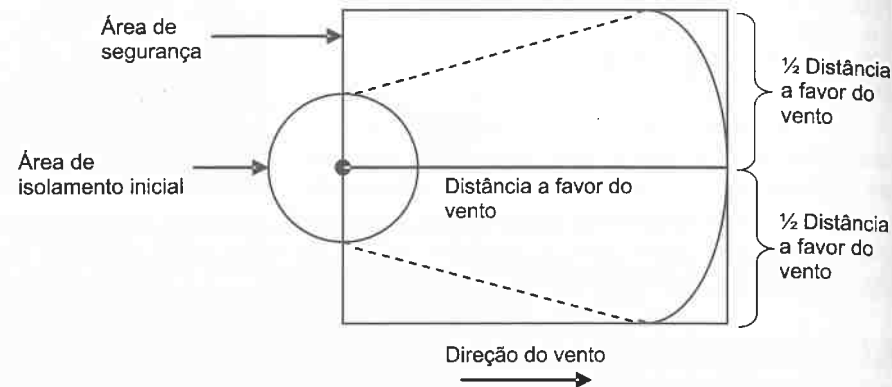
A identificação da ficha de emergência ou do guia específico no manual é de suma importância, pois saberemos quais equipamentos de proteção serão necessários para atuar na emergência.

Caso a equipe não possua equipamentos de proteção adequados, e não possua treinamento para ação em emergência com PP, efetuar somente o



isolamento de área necessário, tomando precaução para evitar o contato direto com o produto.

O "Manual da ABIQUIM" traz um layout básico para o isolamento inicial, conforme ilustração inserta à seguir:



7. DOCUMENTOS EMITIDOS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

7.1. Certidão de Ocorrência

É o documento emitido onde consta as informações referentes ao atendimento prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar / MS.

7.1.2. Onde solicitar

1) Campo Grande:

- . Comando Metropolitano de Bombeiros;
- . Rua Sete de Setembro, 408 – Centro;
- . Telefone: 3314 -1880;
- . Horário de atendimento: 07h30min às 13h30min.

2) Outros Municípios do Estado:

- . Onde existir Unidade do Corpo de Bombeiros Militar

7.1.3. Quem pode solicitar

- . Pai ou mãe do atendido (a);
- . Esposo ou esposa do atendido (a);
- . Filho (a) do atendido (a);
- . Irmãos do atendido (a);
- . O próprio atendido (a).

7.1.4. Informações necessárias para o atendimento

- . Nome do solicitante;
- . RG do solicitante;
- . Data e endereço do ocorrido (ocorrência).

7.1.5. Valor

Cada Certidão de Ocorrência tem o custo de 03 (três) UFERMS. O valor deverá ser recolhido ao Governo do Estado / MS, através do DAEMS.

7.1.6. Prazo de entrega

O prazo necessário para elaboração, confecção e para emissão da Certidão de Ocorrência é de 15 (quinze) dias úteis.

7.1.7. Utilizações básicas

- . Ações judiciais contra terceiros;

. Dar entrada no DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não);

- . CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho).

7.2. Certificado de Vistoria

7.2.1. Quem deve possuir o Certificado de Vistoria do CBMMS

Conforme a Lei Nº. 1.092, de 06 de setembro de 1990, que dispõe sobre Segurança contra Incêndio e Pânico e dá outras providências:

... "Art. 2º A expedição de licenças, para o funcionamento de quaisquer estabelecimentos, para construir e as que importem em permissão de utilização de construções novas ou não, dependerão de previa expedição, pelo Corpo de Bombeiros Militar, de certificados de aprovação dos respectivos sistemas de prevenção contra Incêndio e Pânico.

...

§ 2º Ficam isentas da instalação de sistemas preventivos, todas as edificações residenciais unifamiliares.”

7.2.2. Validade do Certificado de Vistoria

A validade do Certificado de Vistoria do emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar / MS é de 01 (um) ano para os locais e edificações permanentes (comércio, postos de combustíveis, clubes, edifícios comerciais, residenciais, fábricas, indústrias, estabelecimentos de ensino, templos religiosos, etc.). Os locais e estabelecimentos que realizarem eventos temporários terão o Certificado de Vistoria com sua validade apenas para a(s) data(s) de realização do evento.

7.2.3. Onde solicitar

O Certificado de vistoria pode ser solicitado diretamente na Diretoria de Serviços Técnicos (Capital) ou no interior onde existir Unidades do Corpo de Bombeiros Militar de acordo com a área de atuação.

a) Campo Grande, Bandeirantes, Camapuã, Corguinho, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos:

. Quartel do Comando Geral do CBMMS - Campo Grande
. Diretoria de Serviços Técnicos;
. Rua Fernando Augusto Correia da Costa, nº. 376 - Jd. América;
. Telefones: (67) 3314-5870 e (67) 3314-5872;
. Horário de Atendimento: 07h30min às 17h (de 2ª à 6ª feira).

b) Dourados, Caarapó, Itaporã e Douradina:

. Quartel do 2º GB / CBMMS - Dourados;
. Avenida Presidente Vargas, nº. 1167 - Vila Progresso;
. Telefone: (67) 3421-4442.

c) Fátima do Sul, Glória de Dourados, Vicentina e Jateí:

. Quartel do 2º SGB / 2º GB - Fátima do Sul;
. Rua Hegezipo Pedro de Menezes, nº. 396 - Jardim Pioneiro;
. Telefone: (67) 3467-1374.

d) Maracaju e Rio Brilhante:

. Quartel do 3º SGB / 2º GB - Maracaju;
. Rua Appa, nº. 21 - Centro;
. Telefone: (67) 3454-4141 ou 3454-4773.

e) Corumbá e Ladário:

. Quartel do 3º GB / CBMMS - Corumbá;
. Avenida Rio Branco, nº. 1.611 - Bairro Universitário;
. Telefone: (67) 3231-2444.

f) Ponta Porã, Antonio João, Laguna Carapã:

. Quartel do 4º GB / CBMMS - Ponta Porã
. Avenida Brasil, 950 - Centro;
. Telefone: (67) 3431-3078.

g) Amambaí, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Tacuru, Sete Quedas e Paranhos:

. Quartel do 2º SGB / 4º GB - Amambaí;
. Rua Rui Barbosa, 1113 - Centro;
. Telefone: (67) 3481-6334.

h) Três Lagoas, Brasilândia e Água Clara:

. Quartel do 5º GB / CBMMS - Três Lagoas;
. Avenida Filinto Muller, 3.300 - Jardim Morumbi;
. Telefone: (67) 3521-4714 ou 3522-4255.

i) Aquidauana Anastácio, Miranda, Bodoquena e Dois Irmãos do Buriti:

. Quartel do 1º SGB / CBMMS - Aquidauana;
. Rua Leônidas de Matos, nº. 464 - Bairro Guanandy;
. Telefone: (67) 3241-2900.

j) Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Bonito e Bela Vista:

. Quartel do 2º SGB / CBMMS - Jardim;
. Rua João Martins Paniagua, s/nº - Jardim Aeroporto;
. Telefone: (67) 3251-2326.

k) Porto Murtinho e Caracol:

. Quartel do 2ª SB / 2º SGB - Porto Murtinho;
. Rua Bonifácio Gomes - Bairro Florestal;
. Telefone: (67) 3287-2600 ou 3287-1341.

l) Nova Andradina, Bataiporã e Taquarussu:

. Quartel do 3º SGB / CBMMS - Nova Andradina;
. Rua Imaculada Conceição, 1.678 - B. Guiomar Soares de Andrade;
. Telefone: (67) 3441-6804, 3441-1922 ou 3441-2154.

m) Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Novo Horizonte do Sul:

. Quartel da 2ª SB / 3º SGB - Ivinhema;
. Avenida Brasil, nº. 110 - Bairro Guiray;
. Telefone: (67) 3442-1374 ou 3442-1119.

n) Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia:

- . Quartel da 4ª SB / 3º SGB - Bataguassu;
- . Rua Santo Antonio, nº. 205 - Jardim São Francisco;
- . Telefone: (67) 3541-3812.

o) Paranaíba, Inocência e Cassilândia:

- . Quartel do 4º SGB / CBMMS - Paranaíba;
- . Rua Benedito da Palma Oliveira, nº. 285 - Santo Antônio;
- . Telefone: (67) 3669-4615.

p) Aparecida do Taboado e Selvíria.

- . **Quartel da 2ª SB / 4º SGB - Aparecida do Taboado;**
- . Avenida João Pedro Pedrossian, nº. 2.865 - Centro;
- . Telefone: (67) 3565-2000.

q) Coxim, Sonora, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso:

- . Quartel do 5º SGB / CBMMS - Coxim.
- . Avenida Otacílio Severo dos Santos, nº. 385 - Vila Santo André.
- . Telefone: (67) 3291-7014 ou 3291-2093.

r) Naviraí, Juti e Itaquiraí:

- . Quartel do 6º SGB / CBMMS - Naviraí
- . Avenida Weimar Gonçalves Torres, 827 - Centro;
- . Telefone: (67) 3461-3514 ou 3461-3209.

s) Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Tacuru, Sete Quedas e Paranhos:

- . Quartel do 2ª SB / 6º SGB - Mundo Novo;
- . Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 1.330 - Centro;
- . Telefone: (67) 3474-3522, 3474-3523 ou 3474-3524.

t) Chapadão do Sul, Costa Rica e Alcinoópolis:

- . Quartel do 7º SGB / CBMMS - Chapadão do Sul;
- . Avenida 4, nº. 1.467 - Centro;
- . Telefone: (67) 3562-7169.

Observação: Os eventos temporários (Shows, rodeios, feiras, shows pirotécnicos, festas juninas e etc.) deverão ter a sua Vistoria Técnica solicitado com no mínimo 72 h (setenta e duas horas) de antecedência.

6.2.4. Procedimentos para solicitação do Certificado de Vistoria

6.2.4.1. Locais permanentes (Anual)

1º. Preencher Requerimento de Vistoria, conforme modelo no site: www.bombeiros.ms.gov.br;

2º. Apresentar comprovante da área edificada, de acordo com IPTU, guia branca da Prefeitura, levantamento arquitetônico;

3º. Recolher guia DAEMS de acordo com a área construída da edificação com a descrição de "Emissão de Certificado de Vistoria". A guia pode ser impressa pela página da Secretaria de Fazenda de MS: www.sefaz.ms.gov.br;

4º. Apresentar cópia do cartão do CNPJ, quando empresa, ou, cópia do CPF, quando pessoa física;

5º. Se o local já foi vistoriado anteriormente, levar cópia do certificado anterior.

6.2.4.2. Eventos temporários

Evento Temporário: Evento não permanente e/ou esporádico, mesmo aqueles realizados em locais com estrutura permanente, exemplo: feiras, shows, demonstrações, parques, rodeios, circos, etc.

Para protocolar o pedido de vistoria visando certificação em evento temporário, deverá ser apresentada a documentação abaixo relacionada:

1º. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) original, quando houver montagem das estruturas a seguir: **a)** montagem de estrutura de palco e/ou arquibancada e outros se forem o caso; **b)** sonorização e/ou iluminação, se for o caso; **c)** rebaixamento e/ou grupo gerador; **d)** outros específicos para o caso, se houver; **e)** ART específica para cada caso, quando exigido;

2º. Croqui do local especificando palco, camarotes, saídas de emergência, banheiros etc. e área delimitada do evento, constando as dimensões de cada local;

3º. Se houver show pirotécnico apresentar credenciamento do profissional blaster. (profissional habilitado e autorizado para utilização de materiais pirotécnicos);

4º. Juntar uma declaração de que atenderá a NBR 9077 (Saídas de emergência) bem como a estimativa de público, emitida pelo responsável pelo evento;

5º. Certificado Anual do local onde se pretenda realizar evento temporário, caso haja;

6º. Guia de recolhimento (DAEMS) original para vistoria do Corpo de Bombeiros, devidamente recolhida, com a descrição "emissão de Certificado de Vistoria"; poderá ser emitida pelo site www.sefaz.ms.gov.br;

7º. Requerimento de Vistoria devidamente preenchido pelo responsável pelo evento temporário, com a apresentação da documentação do mesmo (RG, CPF).

Participaram na elaboração deste material:

Primeiros Socorros

- . Marcelo Sampaio Ocampos, Terceiro Sargento do CBM-MS;
- . Cleiton Travasso, Cabo do CBM-MS;
- . Gilmar Nascimento Lopes, Cabo do CBM-MS;
- . Janaine Penteado Santana, Soldado do CBM-MS.

Acidente Automobilístico

- . Márcio Moura do Prado, Primeiro Sargento do CBM-MS.

Incêndio

- . Márcio Aparecido Ribas, Terceiro Sargento do CBM-MS.

Emergências com Produtos Perigosos

- . Fábio Merá Assis, Capitão do CBM-MS.

Documentos Emitidos pelo Corpo de Bombeiros Militar

- . Robson Ponciano Mendes, Terceiro Sargento do CBM-MS;
- . José Roberto de Brito Júnior, Terceiro Sargento do CBM-MS.

REFERÊNCIAS

ABIQUM. Manual de Atendimento a Emergências com Produto Perigoso. PRÓ-QUÍMICA, 2006.

ABNT. NBR 7500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos, 2003.

ALMEIDA, Maria de. **Práticas de Enfermagem**: ensinando a cuidar de clientes em situações clínicas e cirúrgicas. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2002.

BOMBEIROS EM EMERGÊNCIAS: **Parto de Urgência**: Disponível em <<http://bombeirosememergencia.com.br/partodeurgencia.htm>> Acesso em: 01 Set 09.

MATO GROSSO DO SUL. **Apostila de Primeiros Socorros do Corpo de Bombeiros Militar**. Centro de Resgate e Atendimento Pré-hospitalar, Campo Grande, 2007.

_____. Corpo de Bombeiros Militar. **Manual Técnico de Salvamento Terrestre - MT-ST-01**, Campo Grande, 2007.

_____. Corpo de Bombeiros Militar. **Manual Técnico de Salvamento Terrestre - MT-ST-02**, Campo Grande, 2008.

PP5. Manual de Autoproteção, Manuseio e Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Indax Comunicação - 5ª Edição, 2000.

RIVALDO, Sérgio. Curso Básico de Emergências com Produtos Perigosos. Kaefy Emergen, 2004.

SÃO PAULO. Polícia Militar, Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros, 1. Ed, São Paulo, 2006.

SHIRLEY DE CAMPOS. Dra. Shirley de Campos: Medicina avançada. Disponível em: <<http://www.drashirleydecampos.com.br>>. Acesso em: 01 Set 09.

SIMAS, Carlos. Manual de Padrão de Atendimento a Produtos Perigosos. Curso de Operações com Produtos Perigosos - CBMERJ, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Clínica Cirúrgica. Curso de Medicina. Lesões Traumáticas do Aparelho Locomotor. Disponível em <http://www.cultura.ufpa.br/ortraum/lesoes_traumaticas_aparelho_locomotor.htm>. Acesso em: 01 Set 09.

CAPÍTULO XII

PROTEÇÃO AO TURISTA

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

EDÉSIO RAFAEL DA SILVA;
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS; Bacharel em Direito; Pós-Graduado em "Direito Eletrônico"; atua como Diretor Técnico do Centro Integrado de Operações de Segurança de MS - CIOPS.

PROTEÇÃO AOS TURISTAS

EDÉSIO RAFAEL DA SILVA
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

Muito embora saibamos que não há um padrão pré-estabelecido especificamente para o atendimento de ocorrências envolvendo turistas, existem em contrapartida, alguns procedimentos e normas transmitidas durante a formação policial que podem ser de suma importância. A atenção a tais procedimentos minimizará as eventuais falhas que porventura possam ocorrer.

A fragilidade emocional do turista que se depara com uma situação em que é lesado por outrem, comum a qualquer indivíduo, pode ser agravada pelo fato de ser encontrar em território estrangeiro. Isto deve ser levado em consideração pelo policial na ocasião em que estiver prestando-lhe atendimento.

A verbalização sempre deverá ser a ferramenta principal em muitas das ações policiais. O uso da comunicação de forma tranquila, clara e respeitosa dará ao indivíduo lesado uma sensação de conforto.

Isto deve ser elevado em conta pelo policial militar, seja para obtenção de informações relevantes para a ocorrência, seja para o encaminhamento da vítima à Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista - DECAT ou a outra unidade não especializada, como também pelo policial civil, no momento de registrar a ocorrência e realizar os procedimentos daí decorrentes.

É preciso ter sempre em mente que o turista é um indivíduo exógeno ao meio que visita, com limitações no que diz respeito ao entendimento dos hábitos, costumes e do idioma falado no país que visita, o que contribui para que seja identificado com facilidade por infratores.

No atendimento ao turista, independente da sua origem étnica, nacionalidade, credo religioso ou orientação sexual, os Direitos Humanos devem ser respeitados.

Além disso, muitas vezes os turistas se envolvem em situações delituosas como, por exemplo, uso e tráfico de drogas ilícitas e a prostituição infantil. Nesses casos o policial deve estar apto a lidar com a situação, agindo com o rigor estabelecido por lei e sempre em sintonia com o respeito à vida e aos Direitos Humanos.

A Constituição Federal resguarda os direitos dos estrangeiros em nosso país. Assim, uma ação incorreta contra um turista, além de poder acarretar consequências de natureza administrativa ou criminal para o policial, pode causar contendas de caráter internacional.

CUMPRIMENTOS E PERGUNTAS BÁSICAS - ESPANHOL E INGLÊS

Português	Espanhol
Oi	Hola
Olá	Hola
Bom dia	Buenos días
Boa tarde	Buenas tardes
Boa noite	Buenas noches
Adeus	Adiós
Até logo	Hasta luego
Até breve	Hasta la vista
Por Favor	Por favor
Obrigado(a)	Gracias
De nada	De nada
Desculpe, Com licença	Disculpe, Con permiso
Desculpe	Perdón
Parabéns	Felicitaciones
Boa sorte	Buena suerte
Por favor	Por favor
obrigado	gracias
quanto?	¿cuánto?
onde?	¿Dónde?
por que?	¿por qué?
não	no
eu não entendo	no comprendo
Você entende	¿Entiendes?
eu não falo espanhol	Yo no hablo español
Você fala espanhol?	Usted habla español?
Tem alguém que fale espanhol?	¿Cualquier persona aquí habla español?
Você poderia falar mais devagar?	¿Podrías hablar más lentamente?

Português	Inglês
Oi	Hi
Olá	Hello
Bom dia	Good morning
Boa tarde	Good afternoon
Boa noite	Good evening
Boa noite (ao se despedir)	Good night
Como você está?	How are you?
Prazer em conhecê-lo	Nice to meet you
Adeus	Good bye, bye
Até logo	See you soon
Até breve	See you later
Por Favor	Please
Obrigado(a)	Thank you
De nada	You're welcome
Desculpe, Com licença	Excuse me
Desculpe	Sorry
Parabéns	Congratulations
Boa sorte	Good luck
tchau	good-bye
por favor	please
obrigado	thank you
quanto?	how much?
onde?	where?
por que?	why?
não	no
desculpa	sorry

eu não entendo	I don't understand
Você entende?	Do you understand?
eu não falo inglês	I don't speak English?
Você fala inglês?	Do you speak English?
Tem alguém que fale inglês?	Does anyone here speak English?
Você poderia falar mais devagar?	Could you speak more slowly?

A Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista - DECAT está sediada em Campo Grande e tem entre as suas atribuições os procedimentos de investigação (Polícia Judiciária), designada prioritariamente para apurar os delitos cometidos contra o turista (vítima) e contra a própria atividade turística.

Dessa forma, deve ser comunicado à DECAT de imediato os crimes contra a vida e ao patrimônio que por sua complexidade e repercussão careçam de uma pronta resposta.

Qualquer situação envolvendo reféns turistas, homicídio, latrocínio, lesão corporal (leve, grave e gravíssima); seqüestro e seqüestro relâmpago; extorsão, "boa noite Cinderela", estelionato (fraudes diversas) clonagem de cartões, roubo (subtração de coisa alheia com violência ou grave ameaça), crimes que estejam em andamento e que careçam da presença, avaliação e/ou intervenção policial, o comunicante deverá informar HORA, LOCAL e NÚMERO de pessoas envolvidas na ocorrência (vítimas e autores) se o souber.

Para tanto, o estabelecimento envolvido (onde ocorreu o evento criminoso) deverá providenciar o completo isolamento do Local de Crime para o encaminhamento de perícia, se esta se fizer necessária.

A DECAT, com sede na Capital, fica localizada no seguinte endereço:

Rua Ceará, 2146 - Jardim Autonomista - Campo Grande (MS)
CEP: 79.021-000 - **Telefone:** (67) 3318-9007 - **Email:** decat@pc.ms.gov.br

O atendimento também poderá ser feito no Posto de Atendimento que fica localizado no Aeroporto Internacional de Campo Grande.

OUTRAS INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

Aqui estão relacionados os Centros de Atendimento ao Turista para prestar informações sobre hospedagem, alimentação, acessos, transporte, passeios e tudo mais para que você aproveite melhor a sua estada em Mato Grosso do Sul.

Também estão relacionados os Telefones dos órgãos oficiais de turismo dos Municípios, bem como, de outros serviços que poderão ser contatados para sua proteção, orientação e auxiliá-lo com sugestões, garantindo assim um melhor aproveitamento da sua viagem.

CENTROS DE ATENDIMENTO AO TURISTA - CAT (Tourist Information Centers)

1. Campo Grande:

Centro de Atendimento ao Turista Aeroporto Internacional
Avenida Duque de Caxias, s/n – Telefone: (67) 3363-3116.

Centro de Atendimento ao Turista Shopping Campo Grande
Avenida Afonso Pena, 4909 – Telefone: (67) 3314 -3142.

Centro de Atendimento ao Turista Feira Central
Rua 14 de Julho, s/n – Telefone: (67) 3314 -3872.

Centro de Informações Turísticas e Culturais Morada dos Baís - Pensão Pimentel
Avenida Noroeste, 5140 - Centro – Telefone: (67) 3314 -9968.

Centro de Atendimento ao Turista Mercado Municipal
Rua Sete de Setembro, 65 – Telefone: (67) 3314-9949.

Centro de Atendimento ao Turista José Maria Tortorelli
Br 262 (saída para Três Lagoas), s/nº - Telefone: (67) 3314-5840.

2. Bela Vista

Centro de Atendimento ao Turista – Receptivo Ueze Zarhan
Rua Barão de Ladário, nº 3600 – Centro – Telefone (67) 3932-1012/3835.

3. Bonito

Centro de Atendimento ao Turista
Rodovia Bonito - Guia Lopes, Km 1 (entrada da cidade) - Telefone (67) 3255-1850

4. Corumbá

Centro de Atendimento ao Turista – Aeroporto Internacional
Avenida Santos Dumont, s/nº, Centro – Telefone (67) 3907-5329.

5. Costa Rica

Centro de Atendimento ao Turista
Praça Manoel R. Gonçalves na Avenida José F. da Costa, s/nº, Centro – Telefone (67) 3247- 5329.

6. Coxim

Centro de Atendimento ao Turista
Rua Antônio de Albuquerque, nº 100, ao Lado da Casa do Artesão - Telefone (67) 3291-2297.

7. Jardim

Centro de Atendimento ao Turista Júlio Ferreira Bastos
Rua Tenente Ary Rodrigues, nº 515, Praça Getúlio Vargas – Telefone (67) 3251-1799.

TELEFONES DE APOIO AO TURISTA (TOURIST PHONES SUPPORT)

Código DDD (67)

Código DDI + 55

Informações Turísticas de Mato Grosso do Sul: 0800 647 6050

Mato Grosso do Sul Tourist Information Service (Toll Free)

Dos Órgãos Oficiais de Turismo nos Municípios Local Tourism Boards (countryside)			
Água Clara (67) 3239-1501 / 1122	Cassilândia (67) 3596 -1301	Japorã (67) 3475 -1204	Porto Murtinho (67) 3287 - 2904
Alcinópolis (67) 3260 -1739	Corguinho (67) 3250 -1429	Jaraguari (67) 3285 -1233	Ribas do Rio Pardo (67) 3238 - 1267
Amambai (67) 3480 -3265 / 1911	Chapadão (67) 3562-6766	Jatei (67) 3465 -1152 / 1341	Rio Brilhante (67) 3452 - 7391
Anastácio (67) 3245 -3319	Coronel Sapucaia (67) 3483 -1142	Juti (67) 3463 -1105	Rio Negro (67) 3278 -1070
Anaurilândia (67) 3445-2188 / 2316	Deodápolis (67) 3448 – 2033 /1925	Ladário (67) 3226 - 2002	Rio Verde (67) 3292 - 1837
Angélica (67) 3446 -1641	Dois Irmãos do Buriti (67) 3243 -1173	Laguna Carapã (67) 3438 - 1192	Rochedo (67) 3289 - 1122 R = 34
Antônio João (67) 3435 -1175	Douradina (67) 3412 -1185	Maracajú (67) 3454 - 1320	Santa Rita do Pardo (67) 3591 - 1434
Aparecida do Taboado (67) 3565 -1566	Dourados (67) 3411-7103 / 7100	Miranda (67) 3242 -2471/ 1730	São Gabriel do Oeste (67) 3295 - 1405
Aquidauana (67) 3241- 7417	Eldorado (67) 3473 -1734	Mundo Novo (67) 3474 -1681	Selvíria (67) 3579 - 2101 / 1093

Aral Moreira (67) 3488 -1161	Fátima do Sul (67) 3467-2265	Naviraí (67) 3461- 3334	Sete Quedas (67) 3479 - 1212 / 1254
Bandeirantes (67) 3261- 1203 / 1947	Figueirão (67) 3274 -1037 / 1254	Nioaque (67) 3236 -1824	Sidrolândia (67) 3272 - 3751
Bataguassu (67) 3541-1010 3541-1277	Glória de Dourados (67) 3466 -1611	Nova Alvorada do Sul (67) 3456 - 4100 / 1747	Sonora (67) 3254 - 1127
Batayporã (67) 3443 -1252	Guia Lopes da Laguna (67) 3269 -1081	Nova Andradina (67) 3441- 3664 / 3453	Tacuru (67) 3478 - 1516
Bodoquena (67) 3268 -1374	Iguatemi (67) 3471 -1147	Novo Horizonte do Sul (67) 3447 - 1141 / 1500	Taquarussu (67) 3444 -1238
Brasilândia (67) 3546 -1285	Inocência (67) 3574 -1041	Paranaíba (67) 3668 - 1011 / 1212	Terenos (67) 3246 - 1507
Caarapó (67) 3453 -3162	Itaporã (67) 3451- 2621	Paranhos (67) 3480 - 1225	Três Lagoas (67) 3929 - 9874
Camapuã (67) 3286 -1275	Itaquiraí (67) 3475 -1110	Pedro Gomes (67) 3230 - 1109	Vicentina (67) 3468 - 1156
Caracol (67) 3495 - 1107/1109	Ivinhema (67) 3442 - 3420	Ponta Porã (67) 3431 - 8488	

De Outros Serviços Other Services	
ANVISA - Vacinação contra Febre Amarela <i>Vaccination against Yellow Fever</i>	(67) 3368-6030
Delegacia de Proteção ao Turista E a Crimes Ambientais <i>Police Station of Protection to the Tourist And to Environmental crimes</i>	(67) 3368-6144
Delegacia Virtual <i>Virtual Police Station</i>	www.pc.ms.gov.br
Delegacia de Polícia de Imigração - PF/MS <i>It Polices of Immigration</i>	(67) 3368-1134
Delegacia do Consumidor <i>Police station of the Consumer</i>	(67) 3316-9805 / 9817
Polícia Ambiental <i>Environmental Police</i>	(67) 3314-4920 / 4922 / 4923 / 4924
Polícia Rodoviária Federal <i>Federal Traffic Police</i>	(67) 3325-3600
Procon <i>Consumer Protection Agency</i>	151
AGEPAN <i>Regulating Agency of Transports</i>	0800 600 0506
Interurbano Internacional - Via Telefonista <i>International Calls (EMBRATEL's Operator)</i>	0800 703 2100 0800 703 211
Interurbano Nacional - Via Telefonista <i>National Calls (EMBRATEL's Operator)</i>	0800 703 2110
Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes DISQUE 100 E DENUNCIE.	<i>Sexual exploitation and trafficking of children and adolescents are crimes.</i> DIAL 100 AND DENOUNCE

REFERÊNCIAS

TOURIST INFORMATION. Disponível em <
<http://www.turismo.ms.gov.br/templates/apresentacao/componentefixo/gerador/gerador.php?pag=2527&template=19>>. Acesso em: 26 out 2009.

CAPÍTULO XIII

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO OPERACIONAL - S.I.G.O.

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

JEFFERSON NEREU LUPPE,
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS; Bacharel em Direito;
Especialista em "Formação de Docentes"; Professor da Academia de Polícia Civil de
MS - ACADEPOL; Assessor de Comunicação e de Telemática da PCMS.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO OPERACIONAL S.I.G.O.

JEFFERSON NEREU LUPPE
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

1. INTRODUÇÃO

É um conjunto sistêmico que permite unificar, organizar, padronizar e agilizar ações e procedimentos, proporcionando identificação instantânea de áreas, setores, bairros, datas, horários críticos, *modus operandis* e padrões com significativa redução do tempo de ação e dos custos em toda estrutura, é uma solução completa e com eficiência já comprovada em ações de Segurança Pública. Construído com profundos estudos, trabalhos práticos e muita engenharia, o SIGO está dividido em módulos e subáreas de conhecimento com regras de negócios definidas e totalmente integradas na camada de processos, isso garante total visibilidade de tudo que acontece no complexo organismo de Segurança Pública composto por todos os Órgãos e Unidades Policiais, independente da Força (*Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Judiciária - Civil, Polícia Militar, Coordenadoria-Geral de Perícias, Unidades Penais e Áreas Especiais*).

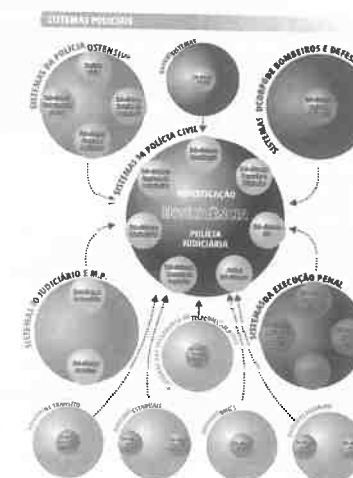


Figura 1

Além de ser uma poderosa ferramenta de extração e tratamento inteligente de grandes fontes de informações, que consegue com seus resultados imediatos valorizar a imagem institucional e assessorar as políticas sociais de Governo. O SIGO está em total conformidade com as diretrizes que define o conceito de Sistema Único de Segurança Pública do Ministério da Justiça e aderente ao Plano de Modernização das Polícias Civis Brasileiras (agosto de 2005) – SENASP (Figura 1).

O SIGO atende aos procedimentos da Polícia Civil, Polícia Militar, Coordenadoria-Geral de Perícias, Corpo de Bombeiro Militar e Unidades Penais, integrando e disponibilizando informações de forma eficiente e segura entre as Forças, favorecendo o ciclo completo de polícia, respeitando as competências constitucionais, características e segurança de dados de cada Força. Seus objetivos operacionais são:

“PROCEDIMENTOS POLICIAIS INTEGRADOS e INFORMAÇÃO ÚNICA”

Em um cenário onde a tecnologia oferece a necessária vantagem entre o CRIME e o seu COMBATE e PREVENÇÃO, a escolha tem que ser por uma ferramenta rápida, simples, segura e completa, construída para permitir que a POLÍCIA esteja à frente em todas as situações na velocidade da internet.

O SIGO conecta todas as Forças em tempo real e em único banco de dados, adotando normas e práticas operacionais que mudam profundamente a maneira como os procedimentos são conduzidos, interligando-os e unificando-os de ponta-a-ponta usando o poder da tecnologia para promover eficiência, rapidez, redução de custos, distribuição das informações, padronização na coleta de dados e de procedimentos, alinhando objetivos táticos aos estratégicos.

Os usuários poderão produzir, revisar, processar on-line tarefas anteriormente manuais e sem vínculos de continuidade de forma imediata e consolidada, isso permite com que os esforços sejam menores e os resultados sejam melhores, proporcionando reais condições para que o policial empenhe seu tempo em sua atividade fim.

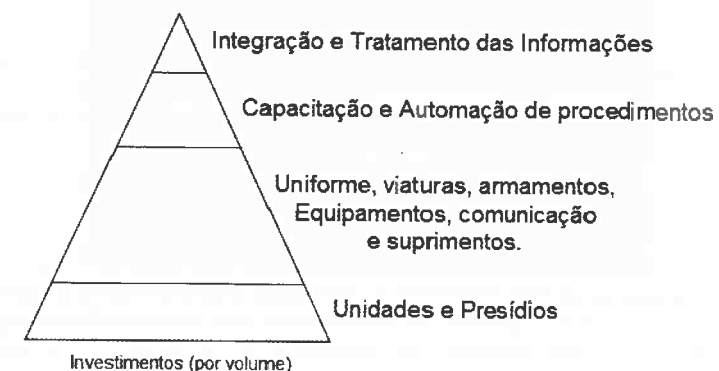
A base unificada permite estabelecer uma única fonte de informação em tempo real e oferecer funcionalidades que disparam automaticamente



alertas aos tomadores de decisão, através de indicadores e métricas previamente definidas sobre as possibilidades de rever e dirigir suas ações identificando rapidamente oportunidades de intervenções pontuais para a redução da ação criminal e alcançar resultados imediatos.

O SIGO é um produto de alta complexidade construído com base estritamente legal e aderente a normas técnicas alinhadas ao negócio de Segurança Pública, esse produto funciona como instrumento de medição de eficiência, gerador de indicadores, consultor jurídico virtual automatizando os atendimentos e procedimentos, promovendo;

- ✓ Celeridade ao atendimento público;
- ✓ Celeridade a formalização na fase policial;
- ✓ Diminuição dos erros humanos;
- ✓ Definição de normas e regras;
- ✓ Padronização das peças cartorárias;
- ✓ Sensível diminuição dos custos operacionais;
- ✓ Disponibilização de informação consolidada de forma instantânea;
- ✓ Formatação automática das informações para tomada de decisão;
- ✓ Eliminação de tarefas repetitivas;
- ✓ Coleta de dados Estruturada;
- ✓ Utilização estratégica de recursos das Forças Policiais;
- ✓ Integração em todos os níveis de trabalho;
- ✓ Integração de ações e informações entre as Forças;
- ✓ Monitoramento do fluxo de trabalho;
- ✓ Auditoria e acompanhamento de procedimentos.



Em Mato Grosso do Sul o SIGO esta presente desde o final de ano de 2004, sua implantação iniciou nas unidades da Polícia Civil na capital e posteriormente se expandiu para o interior, hoje o SIGO esta presente em todas as unidades da Polícia Civil e Militar de todo o Estado, conta ainda com 42 Unidades prisionais e as unidades do Corpo de bombeiro Militar na capital e iniciando a implantação no interior.

Alem dessas Forças, esta sendo implantado na Coordenadoria-Geral de Perícias o módulo de laudos e exames eletrônicos integrados com os procedimentos da Polícia Civil e o controle de recebimento de cadáveres e objetos para análise.

A Polícia Civil conta com o Cartório Eletrônico com todos os procedimentos de forma automática e esta em fase final o Controle de Qualidade dos Procedimentos Jurídicos – CPJ, que vai integrar e agilizar todos os procedimentos em tempo real e disponibilizar eletronicamente para o Ministério Público.

2. CONHECENDO O SISTEMA

O S.I.G.O. – Segurança Pública, é um Sistema de gestão para a área de Defesa Social e está subdividido em subáreas de soluções que garantem sucesso na gestão, possibilitando aos organismos de Segurança Pública, seja qual for a Força (Polícia Militar, Polícia Judiciária, Corpo de Bombeiro, Polícia Ambiental, Coordenadoria-Geral de Perícias e Áreas Especiais). Ele deve ser visto como uma ferramenta que integra procedimentos e banco de dados usado em conjunto com os demais métodos policiais, auxiliando o processo decisório e buscando a excelência em extração inteligente de resultados, para a análise dos fatos e formação da convicção sobre a autoria.

2.1. Solicitando a Criação de Usuário

Para utilizar o S.I.G.O. é preciso enviar para o Suporte o formulário "Termo de Responsabilidade", já devidamente assinado.

2.2. Logando no Sistema

Para iniciar o uso do Sistema é necessário que o usuário seja validado no banco de dados. Neste momento é verificado as permissões atribuídas ao perfil do usuário, e todo o acesso às ferramentas será disponibilizado conforme o perfil atribuído. Este processo de validação é conhecido como Logar no Sistema (Identificar-se ao Sistema).



Para ser identificado digite o CPF e pressione a tecla *tab*. Neste momento o SIGO identificará o usuário e mostrará o nome.



Se o usuário não for localizado será exibida uma mensagem informativa.



De acordo com a lotação do usuário, estará disponível a opção de escolha da unidade.

Para escolher uma unidade, digite parte do nome ou a sigla da unidade e pressione *enter*. Abirá uma lista de resultado para escolha. Para escolher uma das opções da lista, clique sobre a opção desejada.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Unidades
PLANTAO TECNICO DO SIGO

Se os dados não forem válidos será exibida a mensagem abaixo.



2.3. Tela de Entrada

Na tela inicial estarão disponíveis todos os menus de acesso conforme o perfil do usuário, lista das últimas ocorrências e custodiados encaminhados para a unidade do usuário, estoque de objetos apreendidos e movimentação pendentes de custodiados encaminhados da unidade do usuário para outra.

SIGO - Sistema Integrado de Gestão Operacional

Boa noite, COLABORADOR DE IMPLANTACAO - SIGO FÁBRICA seja bem-vindo(a) ao SIGO.

OCORRÊNCIAS ENCAMINHADAS PARA ESTA UNIDADE NOS ÚLTIMOS 5 DIAS

DI Encaminhamento	Número	Unidade de Origem	Fato Principal
09/11/2007 10:40	30407	DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE DEFRAUDAÇÕES, FALSIFICAÇÕES, FALIMENTARES E FAZENDÁRIOS	FURTO
09/11/2007 09:24	8604/07	PRIMEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE	FURTO
07/11/2007 17:02	18029/07	DELEGACIA DE PRONTO ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DE CAMPO GRANDE	AMEACA

CUSTODIADOS ENCAMINHADOS PARA ESTA UNIDADE NOS ÚLTIMOS 5 DIAS

DI Encaminhamento	Unidade de Origem	Nome
09/11/2007 12:00	SEXTA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE	FRANCISCO ALVES PEREIRA

MOVIMENTAÇÕES PENDENTES DE CUSTODIADOS ENCAMINHADOS POR ESTA UNIDADE NOS ÚLTIMOS 5 DIAS

DI Encaminhamento	Unidade de Destino	Nome

ESTOQUE DE COISAS APREENDIDAS

Objeto	Quantidade	Objeto	Quantidade
ARMA	0	CUSTODIADOS	1
CELULAR	0	DROGA	0
CHEQUE	0	VEICULO	0

Veja o bloco *Ocorrências encaminhadas para esta unidade nos últimos 5 dias* lista as ocorrências encaminhadas de outras unidades policiais para a unidade em que o usuário selecionou para entrar no sistema.

OCORRÊNCIAS ENCAMINHADAS PARA ESTA UNIDADE NOS ÚLTIMOS 5 DIAS

DI Encaminhamento	Número	Unidade de Origem	Fato Principal
09/11/2007 10:40	30407	DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE DEFRAUDAÇÕES, FALSIFICAÇÕES, FALIMENTARES E FAZENDÁRIOS	FURTO
09/11/2007 09:24	8604/07	PRIMEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE	FURTO
07/11/2007 17:02	18029/07	DELEGACIA DE PRONTO ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DE CAMPO GRANDE	AMEACA

Para visualizar os envolvidos nas ocorrências clique no ícone

09/11/2007 09:24 8604/07 PRIMEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE FURTO

Autor(es)	Vítima(s)
A. Apurim	ROBERTO CARLOS DE SOUZA GALVÃO (29) ANDREA RIBEIRO TELES GALVÃO (28)

No bloco Custodiados encaminhados para esta unidade nos últimos 5 dias lista os custodiados que foram encaminhados por outras unidades.

CUSTODIADOS ENCAMINHADOS PARA ESTA UNIDADE NOS ÚLTIMOS 5 DIAS

DI Encaminhamento	Unidade de Origem	Nome
09/11/2007 12:00	SEXTA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE	FRANCISCO ALVES PEREIRA

É possível já fazer a entrada do custodiado nesta tela, basta para tanto, clicar no ícone



Recebimento de Preso

Ao clicar no ícone para efetuar o recebimento automático do preso será exibida uma mensagem de confirmação.



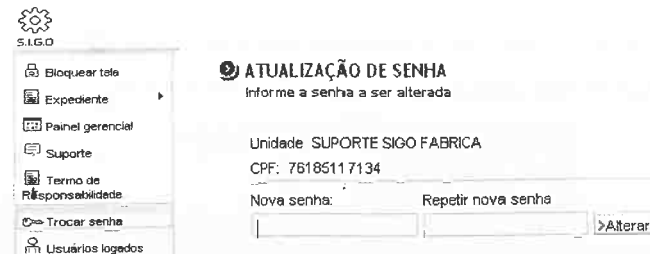
Ao clicar no botão OK o custodiado constará no estoque de custodiado da unidade. Outras maneiras de efetuar o recebimento de custodiado serão detalhadas no módulo Custódia.

2.4. Alterando Senha

Ao criar seu usuário, será atribuída uma senha padrão, que deverá ser utilizada na primeira vez em que acessar o S.I.G.O. e alterada em seguida.

Para alterar a sua senha, clique no menu SIGO/Trocar Senha.

Digite a sua nova senha no campo Nova Senha, digite novamente no campo Repetir nova senha e pressione o botão Alterar.



Ao alterar sua senha será exibida uma mensagem confirmando a alteração.

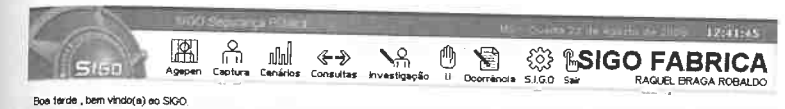


Melhores Práticas:

1. Altere sua senha periodicamente, pois tem validade de 6 meses e esse prazo não será permitido entrar no sistema;
2. Não use senhas óbvias, como data de nascimento, nome de filhos, sobrenome, entre outros;
3. Alterando sua senha periodicamente a segurança e sigilo serão aumentados;
4. Mantenha sua senha em sigilo, evite anotá-la ou comentar com outra pessoa.











2.5. Menus - Opções do Sistema














Ao efetuar o *logon* no sistema, o usuário é direcionado para a tela inicial do S.I.G.O., que contém *Menu Principal*. Este menu de opções é montado dinamicamente baseado nas permissões do usuário.








Ícones e Sinais do Sistema

Significado dos ícones de destaque do sistema:

-  - Indica mandado de prisão ou de busca e apreensão em aberto;
-  - Cidadão desconhecido;
-  - Indica cidadão com óbito;
-  - Permite cadastrar um cidadão com qualificação;
-  - Permite cadastrar um cidadão sem qualificação, como desconhecido;
-  - Permite o cumprimento de mandado;
-  - Permite a troca de Fato principal da Ocorrência;
-  - Visualiza Árvore de relacionamento interpessoal;
-  - Este ícone indica Alerta. Visualize detalhes da informação clicando sobre este ícone;
-  - Acesso a Ajuda on Line;

-  - Lista de Peças Cartorárias;
-  - Visualiza informações detalhadas ou observação de item;
 - - habilita a impressão de uma informação;
 - - Permite a inclusão ou consulta de foto;
-  - Visualiza detalhes de uma informação ou indica campo de pesquisa;
-  - Permite a exclusão de uma informação;
-  - Permite a inclusão de informação;
-  - Indica que existe mais dados (outros fatos, outros nomes, outros nomes de mãe, outros nomes de pai) ;
 - - Permite a inclusão de informação;
-  - Permite a edição de dados;
-  - Permite a visualização da Imagem de Mandado de Prisão ou de Busca e Apreensão;
-  - Permite incluir uma faixa de tempo, quando a data não é conhecida com precisão;
-  - Nova consulta;
-  - Permite navegar entre páginas, leva à Página Anterior;
-  - Permite navegar entre páginas, leva à Próxima Página;
-  - Permite cadastrar pessoa jurídica;

-  - Permite a movimentação de uma ocorrência;
-  - Detalhe sobre um Fato;
-  - Permite a inclusão de quesitos especiais na solicitação de exames.
-  - Permite consultar o cidadão através da coleta da digital utilizando um equipamento apropriado. Observe que o ícone possui borda;
-  - Indica que o cidadão possui as digitais coletadas. Observe que a imagem não possui borda e não é um ícone.

2.6. Tipos de Campos

Os tipos de campos aqui listados poderão ser encontrados durante toda a plicação, em todos os módulos. A seguir comentários sobre como usar e características de cada tipo de campo.

2.6.1. Campo de Pesquisa

Neste tipo de campo, sempre deverá digitar parte de um texto para pesquisa, como um filtro, e pressionar a tecla enter. Abrirá uma lista de resultados para escolha, onde deverá clicar sobre o valor desejado.

Exemplo de uso deste campo: Digitando "campo grande", o resultado da pesquisa é resultado de um filtro feito em uma tabela, mantido pelo suporte, ou pelos próprios usuários. Exemplo de resultado esperado neste caso:

Resultado da pesquisa solicitada Clique na informação desejada	
Município(s)	UF
> Campo Grande	AL
> Campo Grande	MS
> Campo Grande	PB
> Campo Grande	RN
> Campo Grande do Piauí	PI

2.6.2. RadioBox

Este tipo de campo permite a seleção de apenas um dos valores uma lista.

☐ Veículos ☐ Armas ☒ Tóxico ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

2.6.3. CheckBox

Este tipo de campo permite a seleção de mais de um valor de uma lista. Para marcar os valores desejados, clique com o mouse em cima dos valores ou pressione a tecla de espaço quando o valor estiver focado.

Exemplo de checkbox marcado:

☒ Possui Ex. de Corpo de Delito ☒ Possui Mandado

Exemplo de checkbox desmarcado:

☐ Possui Mandado

2.6.4. Campo de Edição

Este campo permite digitar livremente valores.

Número do Documento:

2.6.5. Dropdownlist

Este campo é uma lista interna pré-determinada. Para selecionar um dos valores da lista, use o mouse ou tecla a primeira letra da opção desejada.

Motivo	<div>SELECIONE SELECIONE AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DETERMINAÇÃO JUDICIAL RECÂMBIO ALVARÁ DE SOLTURA FUGA EVASÃO CERTIDÃO JUDICIAL CERTIDÃO INTERNA RECAPTURA LIVRAMENTO CONDICIONAL</div>	Nacionalidade:	<div>SELECIONE SELECIONE BRASILEIRO(A) ESTRANGEIRO(A) NATURALIZADO(A) ESTRANGEIRO(A)</div>
		Sexo:	<div>SELECIONE SELECIONE MASCULINO FEMININO</div>

3. CONSULTAS

3.1. Menu Consultas

No Menu Consultas é possível realizar pesquisas de: Armas, Auditoria, Capturas, Celular, Cidadão, Cidadão (Alerta e Giroflex), Coisas, Ocorrências, Ocorrências de Trânsito, Expediente de Trabalho, Veículo, Cheque e Efetivo.

3.1.1. Tipos de Envolvimento

Coisa Subtraída, Coisa Extraviada, Instrumento de Delito, Coisa Apropriada e A Apurar.

3.1.2. Condição de Envolvimento

A condição dos objetos é atribuída de acordo com o tipo de envolvimento. São elas: Apreendido, Exibido e Apreendido (solicita o exibidor), Em Busca e Apresentado.

3.1.3. Informação de Solicitante

Ao realizar algumas consultas é preciso informar a matrícula do solicitante, quando a consulta for realizada a pedido de outro usuário. Se o solicitante for o próprio usuário que executa a pesquisa, basta pressionar **enter**.

A dialog box titled 'MATRÍCULA' with a warning icon. It contains the text: 'Digite a matrícula de quem está solicitando a consulta ou deixe vazio se for sua.' Below the text is an empty text input field. At the bottom are three buttons: 'OK', 'Cancelar', and 'Limpar'.

Para informar um solicitante, digite a matrícula do usuário e tecla **Enter**.

A dialog box titled 'MATRÍCULA' with a warning icon. It contains the text: 'Digite a matrícula de quem está solicitando a consulta ou deixe vazio se for sua.' Below the text, the number '1' is entered into the text input field. At the bottom are three buttons: 'OK', 'Cancelar', and 'Limpar'.

Listará o nome do solicitante. Clique em OK para prosseguir. Ao clicar em cancelar, a consulta não será efetuada. Se escolher limpar, o formulário para entrada de matrícula será limpo.

3.2. Consulta de Arma

Esta consulta permite realizar consultas de Arma pelo número de série que tenha sido relacionada a uma ocorrência. Consultas de armas com número de série raspada deverão ser realizadas em Coisas.

CONSULTA ARMA

Informe n° de série da arma e tecle ENTER para consultar

Número:

Digite o número de série da arma e tecle Enter para realizar a consulta.

CONSULTA ARMA

Informe n° de série da arma e tecle ENTER para consultar

Número:

Segue resultado de exemplo:

ARMA CONSULTADA

Resultado da pesquisa solicitada

Nº de série: A19302 Nº de registro: Marca: Modelo: Tipo do calibre: /

Proprietário:

Nº / Ano	Unidade Policial	Data Registro	Data Fato	Fato Principal	Tipo de Envolvimento (s)	Condição atual
1299 / 2005	DEFURV	29/11/2005	28/11/2005	PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	INSTRUMENTO DE DELITO	APREENDIDO

A arma consultada no exemplo está relacionada a uma Ocorrência de Furto, com o tipo de envolvimento **Coisa Subtraída**, colocando-a na condição de **em busca**. Para visualizar a ocorrência, basta clicar no ícone

3.3. Consulta de Capturas

Esta consulta lista as capturas de pessoas com **Mandados de Prisão** e/ou **Mandados de Busca e Apreensão**, após consultas realizadas na base de dados do SIGO: SIGO Móvel (palm, PDA, Smartphone etc) ou em Consulta de Cidadão, bem como o Cumprimento de Mandado. Esta lista carregará automaticamente as capturas efetuadas nos últimos 30 dias. Para selecionar outro intervalo de data, digite-a em **Data Inicial / Data Final** e clique em **Consultar**.

CAPTURAS

Lista dos cidadãos capturados

Data Inicial: 24/07/2007 Data Final: 24/07/2007

CIDADÃO	DATA CAPTURA	CAPTURADO POR	<input type="button" value="Ajuda"/>
JOAO HENRIQUE PEREIRA PASSOS	24/07/2007 10:24:18	EDEMIR AVALOS DOS SANTOS (DERF)	Cumprido
THIAGO SABINO PEREIRA	24/07/2007 02:06:51	PAULO EXPEDITO RIBEIRO (CPMTRAN/SEDE)	Cumprido
AJOR CABRERA	23/07/2007 18:20:52	ALTON PEREIRA MACHADO (DP-GUIA LOPE)	Cumprido
DURVINO ROQUE DA SILVA	23/07/2007 09:54:51	CARLOS ALBERTO SPINELLI JUNIOR (DP-TERENOS)	Cumprido

Nesta lista é possível visualizar o nome do capturado, data e quem efetuou a captura.

CAPTURAS

Lista dos cidadãos capturados

Cidadão	Di. Captura	Capturado por	
INTI BUENO GARBONE	24/07/2006 14:02:59	SERGIO CHAVES LIMA (CPM/SE/SEDE)	
EVERTON DIEGO PEDROSA	23/07/2006 18:54:40	VILMAR FERNANDES (CPMCPMAC/SEDE)	Cumprido
DARIO ALVES DA SILVA	23/07/2006 18:52:10	VILMAR FERNANDES (CPMCPMAC/SEDE)	Cumprido
DARIO ALVES DA SILVA	23/07/2006 18:52:09	VILMAR FERNANDES (CPMCPMAC/SEDE)	Cumprido
LUCIANO BEZERRA DE OLIVEIRA	23/07/2006 00:42:36	SERGIO CHAVES LIMA (CPM/SE/SEDE)	Cumprido
CLAUDIO LUIZ AUGUSTO	18/07/2006 14:27:27	VILMAR FERNANDES (CPMCPMAC/SEDE)	Cumprido

A captura que estiver com o ícone indica que o mandado **ainda não foi cumprido**, ou seja, o cidadão ainda está sob custódia de quem efetuou a captura. Para efetuar o cumprimento a partir desta consulta, clique no ícone . Para detalhes sobre o cumprimento de Mandado, consulte o capítulo "Cumprindo Mandados".

O ícone está disponível apenas para usuários com permissão de cumprimento de mandado.

A ordenação inicial da lista é feita por data decrescente, porém é possível alterar a ordenação, clicando no título da coluna que deseja usar como critério de ordenação.

CIDADÃO	DATA CAPTURA	CAPTURADO POR	Ações
RENALDO SARAIVA DE ARAUJO	31/07/2007 09:59:30	PEDRO MIRANDA CAMPOS (1ª DP-COXIM)	Cumprido
CLEYTON BARROS BENEVIDES	30/07/2007 17:15:47	MAURICIO TADEU MANCINHA DOS SANTOS (DERF)	Cumprido

3.4. Consulta de Mandado de Prisão (cumprido)

Aqui são listados os cumprimentos de mandados efetuados no período desejado. Ao abrir a consulta o período virá preenchido com últimos 30 dias, para alterar o período de pesquisa selecione a data que deseja alterar (inicial e/ou final) e digite o período desejado e clique em consultar.

Período: 01/07/2007 até 15/07/2007 > Consultar

A lista de mandados cumpridos exibe o número do Mandado, o nome do cidadão, a unidade responsável pelo cumprimento, a unidade em que o preso foi encaminhado e a data do cumprimento.

MANDADOS CUMPRIDOS
Informe o período de cumprimento

Período: 01/07/2007 até 31/07/2007 > Consultar

MANDADO	CIDADÃO	CUMPRIDO POR	ENCAMINHADO PARA	DATA
134	ALENCAR ALVES FERREIRA	PL-DDOS	1ª DP-DDOS	22/07/2007
151	ADRIANO DOS SANTOS	1ª DP-DDOS	1ª DP-DDOS	01/07/2007
384	RONILDO APARECIDO MOREIRA DA SILVA	DEPAC-CG	DEPAC-CG	07/07/2007
387	LEANDER CLEBER NASCIMENTO	2ª DP-CG	4ª DP-CG	10/07/2007
1066	AGNALDO BENITES DE MATOS	1ª DP-PPORÃ	1ª DP-PPORÃ	03/07/2007
1422	TOMAS CLEYTON GAUNA	PL-DDOS	1ª DP-DDOS	06/07/2007
1538	PATRICK SOARES FERREIRA	DEPAC-CG	PCG	03/07/2007
1739	FRANCISCO APARECIDO DONIZETTI MARINHO	DP-SAO GABRI	DP-SAO GABRI	22/07/2007
1972	CLAYTON WENDEL CORREA GONDIN	DEPAC-CG	4ª DP-CG	01/07/2007
1987	RENALDO SARAIVA DE ARAUJO	1ª DP-COXIM	CPCOXIM	31/07/2007
2184	ROSENEI TEIXEIRA DA SILVA TAICICO	EPFSA/AA CAM	EPFSA/AA CAM	18/07/2007

Para visualizar os dados do Mandado, clique sobre a linha.

MANDADO	CIDADÃO	CUMPRIDO POR	ENCAMINHADO PARA	DATA
134	ALENCAR ALVES FERREIRA	PL-DDOS	1ª DP-DDOS	22/07/2007
151	ADRIANO DOS SANTOS	1ª DP-DDOS	1ª DP-DDOS	01/07/2007
384	RONILDO APARECIDO MOREIRA DA SILVA	DEPAC-CG	DEPAC-CG	07/07/2007

Ao detalhar o Mandado será possível visualizar a tela de detalhamento do mandado. Veja exemplo:

DADOS DO MANDADO

Nome: ALENCAR ALVES FERREIRA RG: 770380 / SSPMS Nº Proc: 001.04.026033-0
Nº: 134 Comarca: Campo Grande - MS Vara: 2 Tipo Vara: Execução Penal Tipo de Mandado: Sentença
Data Inclusão: 10/11/2005 Data do Mandado: 14/10/2005 Data de Devolução: 24/07/2007
Situação do Mandado: DEVOLVIDO
Capturado por: PAULO ROGERIO SOTOLANI (1ª DP-DDOS) Em: 22/07/2007

Movimentações do Mandado / Cumprimento

Data	Unidade	Ofício Comunicado	Funcionário Responsável	Recolhido em
22/07/2007	PL-DDOS		THAYS FREITAS DE ALENCAR	1ª DP-DDOS

Outras Movimentações

Data	Tipo de Movimentação	Unidade Responsável	Funcionário Responsável
24/07/2007	DEVOLUÇÃO POR CUMPRIMENTO	POLINTER	FRANCISCO DA SILVA LIMA

> Fechar

3.5. Consulta a Celular

Permite realizar consultas de celulares relacionados a ocorrências. A consulta é feita pelo número da linha ou pelo número de série do aparelho.

Para efetuar a consulta pelo número da linha é necessário informar também o código de área (DDD), conforme mostra a figura abaixo.

Consulta celular

Informe o celular a ser consultado

DDD
Número

Nº de linha

> consultar

Nas consultas pelo número de série do aparelho é preciso informar também o nome do fabricante.

Consulta celular

Informe o celular a ser consultado

Nº de série
Número
Fabricante


> consultar

O resultado das duas opções desta consulta pode ser visualizado no exemplo abaixo:

CELULAR CONSULTADO
Clique na informação desejada

Nº de série: 351967006454370 Fabricante: Siemens Nº da Linha: (67) 8405-7383


Ver

Para visualizar detalhes, basta clicar no ícone , conforme imagem abaixo.

CELULAR CONSULTADO
Informações do celular consultado

Nº / Ano	Unidade Policial	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Condição atual
2890 / 2005	3ª DP-CG	FURTO	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

Ver

Neste exemplo, o celular foi relacionado a uma ocorrência de Furto, tendo como tipo de envolvimento **Coisa Subtraída**, colocando-o na condição de **em busca**. Para visualizar a ocorrência, basta clicar no ícone .

3.6. Consulta de Cidadão

A consulta de Cidadão permite obter informações de pessoas cadastradas no SIGO em função da expedição de RG pelo Instituto de Identificação, ou que tenham registrado ocorrência comunicando extravio de documentos, objetos etc., ou que tenha participação em alguma ocorrência, seja na condição de Autor, Vítima ou Testemunha, ou ainda que tenha contra si Mandado de Prisão ou Mandado de Busca e Apreensão em aberto. Nesta consulta são disponibilizados dados coletados e administrados por diversos organismos que formam a Segurança Pública, de maneira transparente e unificada.

CONSULTA CIDADÃO
Selecione o tipo de informação desejada para consulta

SELECIONE 

É possível consultar um cidadão por Nome, Busca Fonética, CPF, RG, CNH, Nome da Mãe, Nome Pai, Alcinha, Geral, Informações Adicionais. Cada uma dessas opções tem peculiaridades próprias. Nos exemplos que segue o objetivo será consultar o cidadão **Roberto Rivelino de Souza**.

Quando a consulta é feita utilizando a opção Nome, deverá ser digitado o início do nome e qualquer parte restante. No exemplo mencionado, deve ser digitado Roberto seguido de qualquer um dos sobrenomes, tornando possíveis as combinações: Roberto Rivelino, Roberto Rivelino Souza e Roberto Souza. Esta consulta tem um bom tempo de resposta levando em consideração a quantidade de sobrenomes utilizados.



A opção **Busca Fonética** permite consultar por similaridade sonora. Nesta busca é indiferente a grafia de **Souza ou Sousa**. (José Luis ou José Luiz, Thiago ou Tiago, Alessandro ou Alexsandro)

As opções CNH, CPF e RG possibilitam consultar um cidadão pelo seu número desses documentos.

É possível consultar pessoas pelas opções: **Nome de Mãe e Nome de Pai**. Também é possível a consulta por **Alcinha**.



A consulta **Geral** abrange todas as opções mencionadas. É possível pesquisar a pessoa digitando o RG mais o primeiro nome, ou ainda sobrenome mais o CPF. A vantagem dessa consulta é a de não restringir a um item específico, o que a torna mais eficiente em resultado, porém pode não apresentar o menor tempo de resposta.

3.7. Consulta Cidadão

A consulta de **Cidadão**   restringe a consulta às pessoas cadastradas no SIGO em algum ponto de contato, como por exemplo, quando do registro de um B.O. de extravio ou de qualquer outro tipo de ocorrência; que possua movimentação de preso, informações da POLINTER, informações penitenciárias, ou ainda que tenha contra si a expedição de Mandado de Prisão ou de Mandado de Busca e Apreensão.

CONSULTA CIDADÃO
Selecione o tipo de informação desejada para consulta

SELECIONE 

É possível consultar uma pessoa na opção **Cidadão**   usando os mesmos critérios da pesquisa em **Cidadão**, a diferença consiste apenas na lista obtida como resposta.

CIDADÃOS CONSULTADOS
Resultados da pesquisa solicitada

Foram encontrados: 5 cidadãos

ANA REGINA FIRMINO PEREIRA (54) RG: 468813 / SSPMS CPF: 139.858.841-53 Mãe: MARIA SAO PEDRO DA C FIRMINO	Data de nascimento: 17/01/1954 Pai: ANTONIO PEREIRA FIRMINO	1
ANA REGINA PEREIRA (33) (EVADIDO) RG: 281395706 / SP CPF: Mãe: ANA RITA DE SOUZA PEREIRA	Data de nascimento: 06/01/1975 RGE: 39793 Pai: DIONISIO PEREIRA	2
ANA REGINA PEREIRA DE JESUS (48) RG: 432159 / SSPMS CPF: Mãe: ELVIRA PEREIRA DE JESUS	Data de nascimento: 23/11/1959 Pai:	3
ANA REGINA PEREIRA DOS SANTOS (43) RG: 432159 / SSPMS CPF: Mãe: ANA MARIA RAMOS	Data de nascimento: 27/05/1965 Pai: VITAL PEREIRA DOS SANTOS	4
ANA REGINA PEREIRA RODRIGUES COLET (51) RG: 546699 / SSPMS CPF: 140.143.191-72 Mãe: MARIA DE LOURDES P RODRIGUES	Data de nascimento: 15/02/1957 Pai: ACELMO RODRIGUES PADAO	5

Compare os resultados: Consulte **Ana Regina Pereira**, utilizando a opção **Cidadão**.

Faça a mesma consulta, utilizando a consulta **Cidadão (criminal)** e o resultado obtido restringe-se apenas à pessoa que tem algum tipo de envolvimento, seja na condição de Autor, Vítima, Comunicante ou Testemunha:

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
Resultado da pesquisa solicitada

ANA REGINA PEREIRA (32) (EVADIDO) RG: 281395706 / SP CPF: Mãe: ANA RITA DE SOUZA PEREIRA	Data de nascimento: 06/01/1975 RGE: 39793 Pai: DIONISIO PEREIRA	1
--	--	---

Melhores Práticas:

É possível substituir uma letra pelo caractere subscrito (*underline*) “_”, pois este caractere funcionará como “letra coringa” e será substituído por qualquer letra. No exemplo utilizado, podemos substituir a letra **Z** por “_” (ou outras letras quando não se tem a certeza da grafia correta). Veja: **Roberto Rivelino Sou_a**

Não utilizar partículas **de, dos, da, E, das** ao consultar um **Nome**.


A busca por nome é mais rápida, porém deve ter o início do nome a ser pesquisado.

No exemplo citado, a consulta de **Roberto Rivelino Sou_a**, por nome apresenta o resultado abaixo:

ROBERTO RIVELINO DE SOUZA (37) RG: 529703 / SSPMS CPF: Mãe: PAULA DE SOUZA	Data de nascimento: 13/04/1970 RGE: 40507 Pai: SMIAO DE SOUZA	1
ROBERTO RIVELINO DE SOUZA RAMOS (36) RG: 581878 / SSPMS CPF: 569.306.151-53 Mãe: FRANCISCA DE SOUZA RAMOS	Data de nascimento: 17/07/1971 Pai: JONAS NASCIMENTO RAMOS	2
ROBERTO RIVELINO FERREIRA DE SOUZA (33) RG: 410566 / SSPMS CPF: Mãe: SONIA LUCIA FERREIRA DE SOUZA	Data de nascimento: 26/06/1974 Pai:	3
ROBERTO RIVELINO GARCIA DE SOUZA (22) RG: 1488491 / SSPMS CPF: Mãe: NEUZA MARIA GARCIA DE SOUZA	Data de nascimento: 17/06/1985 Pai: OLMAR LUIZ DE SOUZA	4
ROBERTO RIVELINO SOUZA DE OLIVEIRA (36) RG: / CPF: Mãe: LEIDR DE SOUZA VIANA	Data de nascimento: 06/05/1971 Pai: FLOGONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	5
ROBERTO RIVELINO SOUZA DE OLIVEIRA (36) RG: 659892 / SSPMS CPF: Mãe: LEIDR VIANA DE SOUZA	Data de nascimento: 06/05/1971 Pai: FLOGONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	6
ROBERTO RIVELINO SOUZA DE OLIVEIRA (36) RG: 710539 / SSPMS CPF: Mãe: LEIDR VIANA DE SOUZA	Data de nascimento: 06/05/1971 Pai: FLOGONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	7

[Criar Nova Consulta](#) [Voltar](#)

Alguns ícones e informações que devem ser observados aqui:

 - indica **Alerta**, pois há informações de MP e de APF em sistemas anterior ao SIGO, histórico de Capturas, Movimentação de Preso, Envolvimento em Ocorrências, Mandado de Prisão ou Mandado de Busca e Apreensão cumprido, ou que há em seu nome algum objeto **Em busca**. Requer atenção em relação às informações da pessoa consultada.

ADRIANO EDUARDO DA SILVA (22) RG: 1274023 / SSPMS CPF: Mãe: SIVANIL ROSA DA SILVA	Data de nascimento: 20/05/1965 Pai:	1
---	--	---

- indica que há Mandado de Prisão ou Mandado de Busca e Apreensão em aberto; a cumprir. Deve-se providenciar no SIGO o cumprimento do Mandado.

ADRIANO EDUARDO DA SILVA CASAL (26)
RG: 1182152 / SSPMS CPF:
Mãe: MARILDA DA SILVA CASAL Data de nascimento: 21/11/1980
Pai: ELZO CRUZ CASAL RGI: 38595

Indicação de custódia – Quando a pessoa consultada encontrar-se custodiada, indicando o regime e o saldo da pena, quando houver.

EVANDRO CORREIA BORGES (20) (TARUMA) (CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)
RG: / CPF:
Mãe: CLEUZA CORREIA Data de nascimento: 28/04/1987 RGI: 38595
Pai: JOAO JOSE BORGES

Evadido/Fugitivo – A indicação de FORAGIDO ou EVADIDO é importante quando das abordagens. Essa pessoa deve ser encaminhada a uma Delegacia da Polícia Civil para efetivação dos procedimentos de recaptura.

ODAIR JOSE CABRAL DA COSTA (16) (JUNINHO) (FUGITIVO)
RG: / CPF:
Mãe: LAURICE PAULA CABRAL Data de nascimento: 19/03/1991
Pai: ODAIR RUFINO DA COSTA RGI: 42189

JURANDIR SILVEIRA VELMA (45) (EVADIDO)
RG: 350618 / SSPMS CPF: 321.760.311-72
Mãe: URSULINA SILVEIRA Data de nascimento: 30/03/1962 RGI: 42189
Pai: HENRIQUE VELMA

Livramento Condicional – A indicação de LIVRAMENTO CONDICIONAL avisa que o cidadão está cumprindo pena em liberdade, porém este benefício é condicional ao bom comportamento e suas ações na sociedade.

MARIA LUIZA QUEIROZ DE LIMA (41) (LIVRAMENTO CONDICIONAL)
RG: 20596928 / SSPSP CPF:
Mãe: LUIZA BARBOSA LIMA Data de nascimento: 12/02/1966
Pai: ONOFRE QUEIROZ LIMA

Visualização de dados de um cidadão consultado:

O resultado da pesquisa, quando realizada com sucesso, será uma lista de nomes com qualificação básica. Para visualizar detalhes de um cidadão consultado, basta clicar sobre o nome na lista, se houver mais de um, e será aberta uma tela semelhante à imagem da página seguinte.

CIDADÃO CONSULTADO
Resultado da pesquisa solicitada

ROBERTO RIVELINO DE SOUZA
Profissão:
Data Nascimento: 13/04/1970 RG: 529703 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF:
Naturalidade: Corumbá / MS
Nome da mãe: PAULA DE SOUZA
RGI: 40507

Nesta seção serão listadas as ocorrências em que o cidadão consultado tenha tido algum envolvimento, seja comunicante, autor, testemunha ou vítima.

Ocorrências							
Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação	
85 / 06	17/01/2006	16/01/2006	7ª DP-CG	ESTELIONATO	AUTOR	Aguardando Deliberação	
9724 / 06	07/05/2006	07/05/2006	PGI-1DP-CG	CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR, NA VIA PÚBLICA, SOB A INFLUÊNCIA DE ALCOOL OU SUBSTÂNCIA DE EFEITOS ANÁLOGOS, EXPONDO A DANO POTENCIAL A INCOLUMIDADE DE OUTREM	AUTOR	Aguardando Deliberação	
9726 / 06	07/05/2006	07/05/2006	PGI-1DP-CG	AMEACA	AUTOR	Aguardando Deliberação	
376 / 06	05/05/2006	07/05/2006	DEPCA	AMEACA	AUTOR	Transformado em T.C.O.	
385 / 06	10/05/2006	07/05/2006	DEPCA	AMEACA	AUTOR	Transformado em T.C.O.	
688 / 07	30/03/2007	21/03/2007	2ª DP-CG	CALUNIA	AUTOR	Concluído	

Para visualizar detalhes da ocorrência, clique no ícone .

Ocorrências							
Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação	
85 / 06	17/01/2006	16/01/2006	7ª DP-CG	ESTELIONATO	AUTOR	Aguardando Deliberação	

Veja detalhamento do resumo de ocorrência na seção “Consultado Ocorrências”.

Detalhes de dados de cidadãos que possuem relacionamentos.

AUREO RICARDO OJEDA MARQUES

Profissão:
Data Nascimento: 11/08/1974 RG: 564956 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alcinhas:
Naturalidade: Aracatuba / SP
Nome da mãe: EDIR MARQUES OJEDA
RGI: 16900 (CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Relacionamentos

Nome
NIVIA OLIVEIRA PERERA
RICARDO RAMAO OJEDA
EDIR MARQUES
EUDETER JANAINA OJEDA MARQUES

Tipo de relacionamento
CONVIVENTE
PAI
MÃE
IRMÃO

Detalhes de uma pessoa que possui autorização para visitar Custodiado.

OSVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Profissão
Data Nascimento: 19/05/1971 RG: 1707374 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alcinhas: CIDA
Naturalidade: Cosmorama / SP
Nome da mãe: APARECIDA PIRES DO NASCIMENTO
Número da Carteira de Visitante: 12157 Data de Emissão: 27/07/2007 Data de Validade: 27/07/2009
RGI: 20959 (CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Relacionamentos

Nome
MARIA DORACI LARA DE OLIVEIRA
APARECIDA PIRES DO NASCIMENTO
VANESSA PEREIRA DO NASCIMENTO

Tipo de relacionamento
CONVIVENTE
MÃE
IRMÃO

Internos autorizados à visita

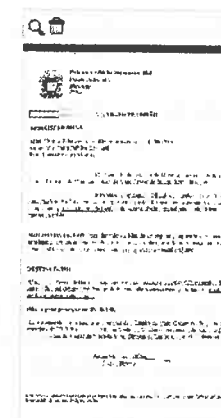
Nome
MARIA DORACI LARA DE OLIVEIRA

Número do RGI
15587

Exemplo de uma pessoa que possui Mandado de Prisão a cumprir:

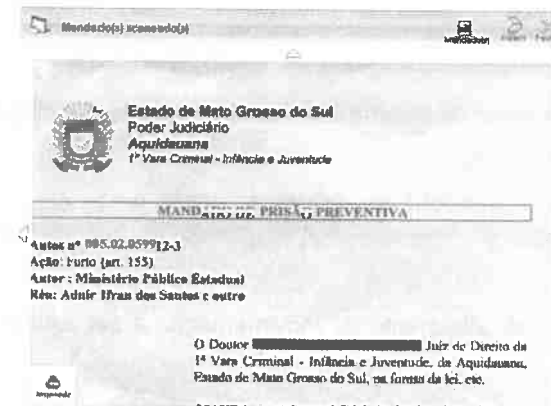
Mandados					
Nº Mandado	Nº do processo	Situação	Cumprido por	Encaminhado para	Data Cumprimento
709	005.02.059912-3	A CUMPRIR	/		
912	005.02.059912-3	A CUMPRIR	/		

Para visualizar e imprimir a imagem do Mandado deve-se clicar no ícone que será aberta uma tela como a exemplificada:



Os ícones de Inserir e Lixeira são disponibilizados apenas a um segmento específico de usuários.


Clicando sobre a imagem do Mandado, abre-se a opção para impressão.




Ao clicar no ícone **Imprimir**, mostrado na imagem ao lado, é requisitado que se informe o motivo da impressão: se para cumprir o mandado ou para investigação.

Qual o motivo da impressão?

Investigação
Cumprimento de Mandado



Imprimir

Para dar cumprimento ao Mandado deve-se clicar no ícone  ou na opção **Cumprimento de Mandado**, mostrada acima. O cumprimento de Mandado de Prisão e de Mandado de Busca e Apreensão será detalhado individualmente para grupos específicos.

Veja detalhe da consulta de um cidadão com movimentação de preso.

Movimentação do preso						
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
12/07/2007	E	PCG	Determinação Judicial	001.06.028905-9	F	PCG
12/07/2007	S	PCG	Recambio	2639/SJ/PC/G/2007	PCG	EPRSAACG
12/07/2007	E	EPRSAACG	Determinação Judicial	001.06.028905-9	PCG	EPRSAACG
17/07/2007	S	EPRSAACG	Evasão	001.06.028905-9	EPRSAACG	/

Para visualizar os detalhes de uma Movimentação, clique na linha que deseja detalhar.

18/05/2007	S	4ª DP-CG	Recambio	1077/07 - ADP	4ª DP-CG	TRANSITO
------------	---	----------	----------	---------------	----------	----------

A tela de detalhamento da movimentação a ser exibida será como a seguinte:

Dados da Movimentação do Preso

Numero da Movimentação: 32550

Nome: EVANDRO CORREIA BORGES

Data da Movimentação: 18/05/2007

Tipo de Movimentação: ENTRADA Documento: 1077/2007/4ª DP-CG Instrumento: Recambio

Origem: QUARTA DELEGACIA DE POLICIA DE CAMPO GRANDE


Destino: PRESIDIO DE TRANSITO

Funcionário Responsável: FABIO FREITAS DE ANDRADE - Matrícula: 8564441

Lotação: PRESIDIO DE TRANSITO


[Fechar](#)

Editar/Visualizar dados de pessoa consultada:

Após a consulta, clique no ícone , localizado imediatamente após o nome cujos dados deseja visualizar ou editar (incluir, excluir, alterar); desde que tenha atributos para tal.

CIDADÃO CONSULTADO

Resultado da pesquisa solicitada

JORGE DE JESUS 

Profissão: [Editar Dados](#)

Data Nascimento: 04/04/1985 RG: / Sexo: Masculino

CPF: Alcinha:

Naturalidade: Campo Grande /MS

Nome da mãe: RADMUNDA DE JESUS

RG: 36193 (EVADIDO)

A opção de edição de dados está disponível apenas para os usuários com permissão para **editar cidadão**.

Esta ação abrirá a tela de **Dados do Cidadão**, como no exemplo a seguir; este passo será detalhado mais a frente, no módulo **Relacionamento de Envolvidos na Ocorrência**.

Dados Pessoais Dados Antropométricos Peculiaridades Endereço Foto Relacionamentos Digitais

RG: 1027079 Órg. Exp. 08/11/04 Título de Eleitor

Nome: JEFERSON CORTES DA CRUZ Alconha

Pat: Mãe: ANTONIA CORTES DA CRUZ

Nacionalidade: BRASILEIRO(A) Natural de: MIRANDA UF: 5 Sexo: MASCULINO Data Nasc: 13/04/1980

CPF: Pais/Paseo: SELEC 0 Profissão (CBO):

CNH: Categoria: Emissão: Primeira Habilitação: Validade Exame Médico:

Escolaridade: SELECIONE

Estado civil: Conselho Prof: Nº conselho: E-mail:

Usuário de Inclusão: Data de Inclusão:

> Salvar

3.8. Consulta de Coisas

Permite consultar objetos controlados por número de série e que foram relacionados em algum Boletim de Ocorrência.

Nesta consulta deve-se selecionar um objeto na **Lista de Objetos** e, opcionalmente, informar número de série. Na Lista de Objetos somente constarão objetos que permitam controle por número de série ou algum outro equivalente que o individualize.

Na tela abaixo se visualiza a mesma consulta, desta vez informando número de série.

Consulta coisas/objetos
Resultado da pesquisa solicitada

Nome: BICICLETA Nº de série: BC00290

> Voltar

Para ver detalhes desse registro, clique no ícone Lupa.

Nº de série: BC00290 Coisa/objeto: BICICLETA

Ocorrência(s)						
Nº / Ano	Unidade Policial	Data Fato	Data Registro	Fato Principal	Tipo de Envioimento(s)	Situação
2920 / 2005	3ª DP-CG	31/10/2005	31/10/2005	FURTO	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

No exemplo anterior, o objeto/coisa foi relacionado a uma ocorrência de Furto, com o Tipo de Envioimento: **Coisa Subtraída**, colocando-o imediatamente na condição de **Em busca**. Para visualizar a ocorrência, basta clicar no ícone

3.9. Consulta de Ocorrências

Essa consulta tem o recurso de vários filtros e combinações, bem como a possibilidade de se visualizar ou editar a ocorrência e/ou peças cartorárias elaboradas no SIGO.

CONSULTA DE OCORRÊNCIA

Consulte a ocorrência desejada conforme as opções de consulta abaixo

Nº da Ocorrência: a

Data do Fato: até

Data do Registro: até

Período do Dia: SELECIONE Autoria: SELECIONE

Envolvido: NOME

Faixa de Idade: SELECIONE Sexo: SELECIONE

Tipo de Envioimento: SELECIONE Raça/Cor: SELECIONE

Força: SELECIONE

Nível:

Unidade Policial:

Município:

Área:

Bairro:

Tipo Local: SELECIONE

Categoria: SELECIONE

Fato:

Agrupamento: SELECIONE

Situação do BO: SELECIONE

Histórico do BO:

Coisas Rel: ☐ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

> Consultar > Limpar Ajuda

Os filtros podem ser utilizados individualmente ou em conjunto. Existe uma relação direta em quantidade de registros retornados pela quantidade de filtros

utilizados na busca. À medida que um filtro é inserido será aumentada a individualização da consulta e o resultado será um número reduzido de ocorrências.

. **Número da ocorrência:** Número da ocorrência ou número inicial e número final da ocorrência (usada para consultar um intervalo de ocorrências);

. **Data do Fato:** data inicial e data final em que o fato aconteceu;

. **Data do Registro:** data inicial e data final em que a ocorrência foi registrada;

. **Período do dia:** compreende o período do dia em que o fato aconteceu, divididos em intervalos de 6 horas.

Período do Dia: 12:00 A 17:59

. **Autoria:** este filtro deve ser utilizado para pesquisar autoria conhecida ou desconhecida. Se for ambos, não escolha nenhuma das duas opções; deixe marcado em SELECIONE (opção inicial).

Autoria: SELECIONE
SELECIONE
CONHECIDA
DESCONHECIDA

. **Envolvido:** lista as ocorrências de uma determinada pessoa.

Envolvido: NOME Q ROBERTO RIVEL

Veja a lista para escolha de envolvido:

Resultado da pesquisa solicitada		
Clique na informação desejada		
Nome do Cidadão	Nome da Mãe	Nascimento
ROBERTO CRIVELLARO	FRANCISCA TEIXEIRA CRIVELLARO	03/02/1975
ROBERTO CRIVELLI ALMEIDA	ROSA APARECIDA CRIVELLI ALMEIDA	25/09/1970
ROBERTO RIVELINO		11/06/1966
ROBERTO RIVELINO A DA SILVA		
ROBERTO RIVELINO ALEGRE	ARMINDA RILSO	20/03/1970
ROBERTO RIVELINO ALVES CRUZ	ELZA ALVES CRUZ	17/06/1970
ROBERTO RIVELINO ANDRADE DA SILVA	JANDRA ANDRADE DA SILVA	29/07/1973
ROBERTO RIVELINO BENTO DE OLIVEIRA	TEREZA VERA DE OLIVEIRA	06/07/1978
ROBERTO RIVELINO BEZERRA RAMOS	MARINA BEZERRA RAMOS	03/09/1971
ROBERTO RIVELINO BONIN	MARIA OLIVEIRA BONIN	03/06/1974
ROBERTO RIVELINO COELHO	MARIA JOSE INACIA	13/11/1976
ROBERTO RIVELINO CONCEICAO	MARIA PEDROSA CONCEICAO	15/11/1969

. **Faixa etária:** Estabelece uma faixa de idade dos envolvidos. Para não usar este critério na pesquisa, deixe marcado em **SELECIONE** (opção inicial).

Faixa de Idade: ENTRE 12 E 18 ANS

. **Sexo:** Opção de se pesquisar pelos gêneros abaixo. Para não usar este critério na pesquisa, deixe marcado em **SELECIONE** (opção inicial).

Sexo: SELECIONE
SELECIONE
MASCULINO
FEMININO

. **Tipo de Envolvimento:** Estabelece o tipo de envolvimento na ocorrência. Para não usar este critério na pesquisa, deixe marcado em **SELECIONE** (opção inicial).

Tipo de Envolvimento: AUTOR

. **Raça/Cor:** Este filtro deve ser utilizado para pesquisar pela Raça/Cor dos envolvidos. Para não usar este critério na pesquisa, deixe marcado em **SELECIONE** (opção inicial).

Raça/Cor: BRANCA

. **Força:** Define a força em que a ocorrência foi lavrada. Para não usar este filtro, deixe marcada a opção **SELECIONE** (opção inicial). Em alguns casos esta opção será obrigatória.

Força: SELECIONE
SELECIONE
COMANDO PM
COMANDO PM BOMBEIRO
COMANDO PM AMBIENTAL
POLÍCIA CIVIL
UNIDADE INTEGRADA
POLÍCIA MILITAR DE TRÂNSITO
JUIZADO DE TRÂNSITO

. **Nível1:** Estabelece o nível a ser pesquisado na hierarquia (organograma). Para pesquisar, digite parte do nome do nível 1 e tecla **enter**...

Nível 1: Q

...aparecerá uma lista de opções; clique na linha da opção desejada.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

CPM/CPM	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
CPM/CPMGDAE	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
CPM/CPMTRAN	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
CPM/CPMAC	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
CPM/GETAM	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR
DEPARTAMENTO DE INTELIGENCIA POLICIAL	DIRETORIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE OPERACOES DA FRONTEIRA - OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE OPERACOES DA FRONTEIRA
DEPARTAMENTO DE OPERACOES DA FRONTEIRA - SEDE	DEPARTAMENTO DE OPERACOES DA FRONTEIRA
DEPARTAMENTO DE POLICIA DA CAPITAL	DIRETORIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLICIA DO INTERIOR	DIRETORIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLICIA ESPECIALIZADA	DIRETORIA GERAL DE POLICIA CIVIL

. **Unidade Policial:** Unidade onde a ocorrência foi registrada ou iniciada;

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Unidades
SUPORTE SIGO CGPM
SUPORTE SIGO CIOPS
SUPORTE SIGO COOPER
SUPORTE SIGO DGPC
SUPORTE SIGO DOF
SUPORTE SIGO FABRICA

Ao selecionar uma unidade a força também será selecionada automaticamente conforme a unidade escolhida.

. **Município:** Município onde o fato ocorreu. Digite parte do nome que deseja pesquisar e tecla **enter**.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Município	UF
> Campo Grande	AL
> Campo Grande	MS
> Campo Grande	PB
> Campo Grande	RN
> Campo Grande do Piauí	PI

. **Área:** Área onde o fato ocorreu. Esta opção só é disponibilizada ao escolher um Município que esteja subdividido em áreas.

Município: CAMPO GRANDE MS

Área: SELECIONE

Bairro: SELECIONE

Tipo local: AREA 1 - RU DO CENTRO
AREA 2 - RU DO SEGREDO
AREA 3 - RU DO PROSA
AREA 4 - RU DO BANDEIRA
AREA 5 - RU DO ANHANDUZZINHO
AREA 6 - RU DO LAGDA
AREA 7 - RU DO IMBIRUSSU

Fato: METROPOLITANA

Situação do BO: METROPOLITANA

Histórico do BO: METROPOLITANA

. **Bairro:** Bairro onde ocorreu o fato.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Bairro	Município	UF
> Jardim Santa Felicidade	Campo Grande	MS
> Santa Fe	Campo Grande	MS

. **Tipo de Local:** Local de ocorrência do fato. Escolha na lista de Opções.

Tipo Local: VIA PUBLICA

. **Categoria:** Selecione as categorias do fato a ser pesquisado.

Categoria: CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Para não usar este critério na pesquisa, deixe marcado em SELECIONE (opção inicial).

. **Fato:** Esta opção irá filtrar somente ocorrências que tenham o fato principal selecionado.

. **Agrupamento:** Os fatos **típicos** no SIGO tem como base o CP e Leis, um único "apelido" exp. HOMICIDIO (artigo 121 CP – Matar Alguém) que pode receber vários incrementos como as qualificadoras entre outros.

A necessidade de se ter um resultado mais amplo sem se prender as regras de tipificação tradicional do CP ou leis, por exemplo, todas as ocorrências que o resultado final do envolvido seja o óbito, cria-se um agrupamento chamado de "OCORRENCIAS COM MORTE", nesse agrupamento pode constar todos os fatos que o resultado seja óbito.

. **Situação:** Situação (status) atual da Ocorrência.

Situação do BO: SELECIONE

Histórico do BO:

SELECIONE
AGUARDANDO DELIBERAÇÃO
TRANSFORMADO EM I.P.
TRANSFORMADO EM T.C.O.
TRANSFORMADO EM A.I.
TRANSFORMADO EM A.A.A.I.
ENC. AO SETOR DE INVESTIGAÇÃO
ENC. P/ OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO
ENC. P/ POLICIA FEDERAL
ARQUIVADO NA UNIDADE POLICIAL
ENC. P/ OUTRA UNIDADE POLICIAL
CANCELADO

. **Histórico:** Palavras contidas no histórico das ocorrências.

. **Coisas relacionadas:** Esta opção de filtros restringe a pesquisa às ocorrências em que houver os objetos selecionados.

Coisas Rel.: ☒ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

Geral: Marcando esta opção de filtro, perde-se o privilégio de pesquisa oferecido pelo item anterior.

Nas demais opções (veículo, arma, droga, objeto, celular e cheque) a escolha do tipo de envolvimento e do detalhamento do item não é obrigatória, mas devem ser usados para refinar a pesquisa e retornar como resultado uma lista passível de análise.

Para todas as opções, o tipo de envolvimento disponibilizará a mesma lista de opções.

Selecione o tipo de envolvimento, conforme a figura abaixo.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☒ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

SELECIONE

SELECIONE
INSTRUMENTO DE DELITO
COISA SUBTRAÍDA
ESPÓLIO
COISA EXTRAVIADA
APURAR

Para não fazer uso desse filtro, deixe definido em SELECIONE.

Veículo: Esta opção permite filtrar as ocorrências que tenham veículos envolvidos. Em Coisas Rel. marque Veículo, informe o Envolvimento e o Tipo/Marca/Modelo.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☒ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

Envolvimento: SELECIONE

Tipo / Marca / Modelo: SELECIONE / SELECIONE

Arma: Permitir filtrar as ocorrências em que há arma relacionada. Em Coisas Rel. marque Arma, informe o Envolvimento, e a Marca/Modelo da arma pesquisada.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☐ Veículo ☒ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

Envolvimento: SELECIONE

Marca / Modelo: TAURUS / PT&S CALIBRE 380

Droga: Permitir filtrar as ocorrências que tenham alguma droga relacionada. Em Coisas Rel. marque a opção Droga, Informe o Envolvimento e no Tipo de Tóxico selecione a droga a ser pesquisada.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☒ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

Envolvimento: SELECIONE

Tipo de Tóxico: SELECIONE

Objeto: Permitir filtrar ocorrências que tenham algum objeto relacionado. Em Coisas Rel. marque Objeto, Informe tipo de Envolvimento e o Objeto a ser pesquisado.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☒ Objeto ☐ Celular ☐ Cheque

Envolvimento:

Objeto:

Celular: Permitir filtrar as ocorrências que tenham celulares relacionados. Em Coisas Rel. marque a opção Celular, informe o Envolvimento e a Marca do aparelho.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☒ Celular ☐ Cheque

Envolvimento:

Marca:

Cheque: Esta opção permite filtrar as ocorrências em que há cheques relacionados. Em Coisas Rel. marque Cheque e informe o Envolvimento.

Coisas Rel.: ☐ Geral ☐ Veículo ☐ Arma ☐ Droga ☐ Objeto ☐ Celular ☒ Cheque

Envolvimento:

Melhores Práticas: Para obtenção de melhores resultados nas pesquisas é importante que se informe, além do Envolvimento, mais informações relacionadas à opção escolhida, que, embora opcionais, tornam a pesquisa mais específica e, portanto, mais eficiente e excludente.

Lista de Ocorrências

Exemplo de Resultado de Pesquisa usando o filtro **situação:**

OCORRÊNCIA(S) CONSULTADA(S)

Foram encontrados
164 registros

Nº / Ano: 12323 / 2007 Data do Registro: 30/07/2007 - 01:42:00 Data do Fato: 29/07/2007 - 19:00:00 U.P. origem: DEPAC-CG T.A.: 00:25:43

Fato: TRAFICO DE DROGAS, RELACIONADO A QUEM UTILIZA LOCAL OU BEM DE QUALQU... Local: VIA PUBLICA

Município: Campo Grande UF: MS Bairro: ZONA RURAL

U.P. destino: DENAR Situação: TRANSFORMADO EM I.P. Nº Procedimento: 247 / 2007

Autor(es): HOZANILDO DE MORAIS SANTOS (26) Vítima(s): O Estado

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA (45)

Nº / Ano: 720 / 2007 Data do Registro: 23/07/2007 - 07:18:00 Data do Fato: 23/07/2007 - 05:46:00 U.P. origem: DP-RO VERDE T.A.: 00:33:55

Fato: ROUBO Local: RESIDENCIA

Município: Rio Verde de Mato Grosso UF: MS Bairro: JARDIM DOS ESTADOS

U.P. destino: Situação: TRANSFORMADO EM I.P. Nº Procedimento: 166 / 2007


Autor(es): A Apurar Vítima(s): FRANCISCO BENITES (37) POSTO 2001 LTDA

A partir da consulta da ocorrência é possível, de acordo com o nível de permissão do usuário, visualizar detalhes, movimentar a ocorrência, visualizar peças cartorárias emitidas, editar a ocorrência.

Impressão

Para visualizar e/ou imprimir ocorrências, clique no ícone .

Peças Emitidas

Para visualizar a lista de peças cartorárias emitidas - relacionadas à ocorrência, clique no ícone .

Nº / Ano: 108 / 2007 Data do Registro: 04/07/2007 - 09:46:00 Data do Fato: 18/05/2007 - 09:00:00 U.P. origem: DP-DOURADINA T.A.: 00:03:21

Fato: ESTELIONATO Local: ESCOLA MUNICIPAL

Município: Douradina UF: MS Bairro:


U.P. destino: Situação: TRANSFORMADO EM I.P. Nº Procedimento: 025 / 2007

Autor(es): JOSÉ BARBOA DE ALMEIDA (41) Vítima(s): ORLANDO BENITO DA SILVA (46)

Emissão	Tipo de Peça	Enviado
04/07/2007 11:00	Apreensão	LUIZ CARLOS BIAGI PIRES -
04/07/2007 11:08	Apreensão	LUIZ CARLOS BIAGI PIRES -
13/07/2007 11:45	Cape IP	LUIZ CARLOS BIAGI PIRES -
16/07/2007 09:41	Declaração	ORLANDO BENITO DA SILVA -
16/07/2007 10:41	Declaração	EDMA BORCK ROCHA COSTA -

Para visualizar a impressão clique na linha da peça que deseja imprimir.

Editar

Para editar (alterar, incluir, excluir dados) da ocorrência clique no ícone . Esta opção está restrita a alguns quesitos, como: Força, situação da ocorrência e permissão do usuário. Há um módulo específico sobre este tópico.

Resumo da Ocorrência


Para imprimir a ocorrência clique no ícone .

Nº / Ano : 186 / 2007	Data do Fato: 18/05/2007 09:00	Data de Registro: 04/07/2007 09:46	U.P. de Origem: DP-DOURADINA	Despacho COPS :
Fato Principal: ESTELIONATO				
Outros Fatos: APROPRIACAO INDEBITA				
Tipo de Local: ESCOLA MUNICIPAL				
Endereço :		Bairro:	Cep:	
Cidade/UF: Douradina/MS		Referência: Aldeia Indígena Lagoa Rica-Douradina-MS		
Ref. Especial:				


Nesta entrada são elencadas todas as movimentações já realizadas nessa ocorrência.

Dt Movimentação	Tipo de Movimentação	Responsável
13/07/2007 11:45	Transformado em LP	LUIZ CARLOS BIAGI PRES

Para visualizar algum detalhe clique na linha da movimentação que deseja detalhar.

 **Movimentação**
Detalhamento

Nº Proced. : 025/2007	Data Mov. : 13/07/2007	Tipo de Movimentação: Transformado em Inquérito Policial
Folha : 12	Livro : 01	Ordem : 102
Delegado : CARLOS DELANO GEHRING LEANDRO DE SOUZA (DP-DOURADINA)		
Escrivã(o) : LUIZ CARLOS BIAGI PRES (DP-DOURADINA)		
Responsável pela Movimentação : LUIZ CARLOS BIAGI PRES (DP-DOURADINA)		
Unidade Responsável pela Movimentação : DELEGACIA DE POLÍCIA DE DOURADINA		

 Reimprimir  Fechar

Na seção abaixo são listadas as coisas e objetos relacionados bem como há a possibilidade de impressão de peças cartorárias. Aqui também a opção de impressão/emissão de peças cartorárias está restrita a alguns quesitos, como: Força, situação da ocorrência e permissão do usuário. Também está no referido módulo de treinamento específico para este tópico.

Coisas/Objetos Relacionados	SQ	Situação	
Cheque: Banco do Brasil SA	—	Instrumento de Dêito -> Apreensão	
TALAO DE CHEQUE	—	Instrumento de Dêito -> Apreensão	

Na seção "Histórico do BO" estão noticiados todos os fatos prestados pelo Comunicante/Vítima ou transcritos de outras fontes.

Histórico do BO
compareceu nesta delegacia, o convulso acima qualificado, acompanhado da testemunha que é Diretora e Coordenadora Geral da APM da Escola Municipal Indígena Joãozinho Carapê Fernando, onde a convulsa afirma que: é presidente da APM da referida escola, e que possui uma conta corrente conjunta no Banco do Brasil com o acusado Jose Barbosa de Almeida, popular Zezinho, essa conta é movimentada pelos dois componentes da APM, essa conta tem a finalidade de receber recursos Federal do PODE para fins escolares, sendo que foi emitido pelo banco um talão contendo vinte folhas de cheque, a qual somente sete foram utilizadas pela APM, as outras folhas encontra-se em poder do acusado, sendo que uma delas deu entrada no Banco e foi devolvida por falta de saldo, após o acontecido o acusado foi chamada até a Prefeitura Municipal e fez um acordo e pagou o valor da folha de 340,00 reais, após efetuar o pagamento foi constatado que a assinatura da convulsa teria sido falsificada pelo acusado e que o acusado está de posse de 12 (doze) folhas do mesmo talão que não foram devolvidas.

Nesta seção estão os nomes dos policiais que compõem a equipe relacionada à ocorrência.

Equipe	Função
LUIZ CARLOS BIAGI PRES	ESCRIVAO DE POLÍCIA JUDICIARIA
GELSON LORENTI FERNANDES	INVESTIGADOR DE POLÍCIA JUDICIARIA
CARLOS DELANO GEHRING LEANDRO DE SOUZA	DELEGADO DE POLÍCIA

Clique no botão voltar para retornar à lista de ocorrências.

3.10. Consulta de Expediente

Esta opção permite a visualização do relatório de Expediente e do relatório do Plantão. (veja mais no módulo de treinamento específico para este tópico).

3.11. Consulta de Veículos

O menu Veículos é desdobrado em duas opções: Consulta Veículo e Listar Veículos.

 Veículos	 Consulta Veículo
	 Listar Veículos

Opção de consulta de veículo relacionado a alguma ocorrência.

CONSULTA VEÍCULO
Selecione o tipo de consulta desejada

Selecione o tipo

A Consulta de Veículo oferece as seguintes possibilidades:

Placa: Pela placa completa;

Chassi: Pelo número do chassi do veículo;

Câmbio: Pelo número do câmbio do veículo;

Motor: Pelo número do motor do veículo;

Renavan: Pelo número do Renavan do veículo;

Parcial: Pela combinação das letras, primeira dezena de números, segunda dezena de números e cor;

Em busca: Lista de todos os veículos em busca.

CONSULTA VEÍCULO
Selecione o tipo de consulta desejada

Selecione o tipo

- Placa
- Chassi
- Câmbio
- Motor
- Renavam
- Parcial
- Em busca

Exemplo de veículo consultado:

Nº / Ano	Unidade Policial	Data Fato	Data Registro	Fato Principal	Tipo de Envolvimento (s)	Condição Atual
206/2007	DEFURV	14/06/2007	14/06/2007	ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

Visualizar Detalhes

Para visualizar detalhes do veículo clique no ícone

VEÍCULO CONSULTADO

Informações do veículo consultado

INFORMAÇÕES DO VEÍCULO

Placa: HSM2165	Ano de fabricação: 2005	Modelo / ano: CG 150 TITAN ESD / 2005	Marca / cor: HONDA / PRETA	Tipo: MOTOCICLO
Categoria: PARTICULAR	Renavam: 845867598	Chassi: 9C2KCC08205R030920	Status: VEÍCULO COM RESTRIÇÃO	
Município: Campo Grande - MS		Proprietário: ELOISA SILVA DE ALBUQUERQUE		

Nº / Ano	Unidade Policial	Data Fato	Data Registro	Fato Principal	Tipo de Envolvimento (s)	Condição Atual
206/2007	DEFURV	14/06/2007	14/06/2007	ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

Imprimir Voltar

No exemplo acima, o veículo consultado está relacionado a uma ocorrência de Apropriação Indébita, com o Tipo de Envolvimento: Instrumento de Delito, colocando-o na condição de Em Busca. Para visualizar/imprimir a ocorrência, basta clicar no ícone e para visualizar o resumo da ocorrência clique no ícone. Para visualizar os dados do proprietário basta clicar na linha do nome.

Listar Veículos:

A opção listar veículo permite realizar busca por condição do veículo (em busca, apreendido, entregue) e o período a ser pesquisado.

Resultado da pesquisa:

SITUAÇÃO DE VEÍCULOS

Informe o tipo de listagem e período

Veículos: **Em Busca** no período de 02/07/2007 até 01/08/2007

Informe o tipo de listagem: **Apreendidos**

SITUAÇÃO DE VEÍCULOS

Informe o tipo de listagem e período

Veículos: **Em Busca** no período de 02/07/2007 até 01/08/2007

Foram listados 262 veículos

ID	UNIDADE	PLACA	VEÍCULO	COR	ANO	MODELO	CHASSI	Data da Busca
206 / 2007	DEFURV	HSM-2165	HONDA CG 150 TITAN ESD	PRETA	2005	9C2KCC08205R030920		01/08/2007
1858 / 2007	1ª DE-AQUEDA	HOZ-9315	FORD F1000	PRETA	1990	9BFET7133LD839827		01/08/2007
2588 / 2007	1ª DE-TL	H8Q-1848	HONDA CG 125 TITAN	VERMELHA	1985	9C2KCC08205R030920		01/08/2007
12425 / 2007	DEPAE-CG	H8I-8838	VOLKSWAGEN POLO 1.8	BRANCA	2007	9B99B08077907176		01/08/2007

Para visualizar mais informações, clique na linha do veículo consultado que deseja detalhar.

Detalhamento do veículo consultado:

VEÍCULO CONSULTADO
Informações do veículo consultado

INFORMAÇÕES DO VEÍCULO

Placa: HSM2165	Ano de fabricação: 2005	Modelo / ano: CG 150 TITAN ESD / 2005	Marca / cor: HONDA / PRETA	Tipo: MOTOCICLO
Categoria: PARTICULAR	Renavam: 845887588	Chassi: 9C2KCC08205R030920	Status: VEÍCULO COM RESTRIÇÃO	
Município: Campo Grande - MS	Proprietário: ELOISA SILVA DE ALBUQUERQUE			

Nº / Ano	Unidade Policial	Data Fato	Data Registro	Fato Principal	Tipo de Envolvimento (s)	Condição Atual
288/2007	DEFURY	14/06/2007	14/06/2007	ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

[Imprimir](#) [Voltar](#)

4. RECUPERAÇÃO DE BENS

4.1. Recuperando um Veículo em Busca

Ao consultar um veículo que tenha participado de uma ocorrência com tipo de envolvimento coisa subtraída ou coisa apropriada e a condição deste for *em busca* estará disponível o procedimento de recuperação.

VEÍCULO CONSULTADO
Informações do veículo consultado

INFORMAÇÕES DO VEÍCULO

Placa: HSM2165	Ano de fabricação: 2005	Modelo / ano: CG 150 TITAN ESD / 2005	Marca / cor: HONDA / PRETA	Tipo: MOTOCICLO
Categoria: PARTICULAR	Renavam: 845887588	Chassi: 9C2KCC08205R030920	Status: VEÍCULO COM RESTRIÇÃO	
Município: Campo Grande - MS	Proprietário: ELOISA SILVA DE ALBUQUERQUE			

Nº / Ano	Unidade Policial	Data Fato	Data Registro	Fato Principal	Tipo de Envolvimento (s)	Condição Atual
288/2007	DEFURY	14/06/2007	14/06/2007	ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA	COISA SUBTRAÍDA	EM BUSCA

[Imprimir](#) [Voltar](#) [Recuperar](#)

4.2. Detalhando a Recuperação

Para informar a recuperação deste veículo clique no ícone *Recuperar*

[Recuperar](#)

Ao clicar no botão Recuperação abrirá a tela para informar detalhamento sobre a captura.

INFORMAÇÕES DO VEÍCULO

Placa: HSM2165	Ano de fabricação: 2005	Modelo / ano: CG 150 TITAN ESD / 2005	Marca / cor: HONDA / PRETA	Tipo: MOTOCICLO
Categoria: PARTICULAR	Renavam: 845887588	Chassi: 9C2KCC08205R030920	Status: VEÍCULO COM RESTRIÇÃO	
Município: Campo Grande - MS	Proprietário: ELOISA SILVA DE ALBUQUERQUE			

[Recuperar](#)

Esta ação abrirá a tela de coleta de dados referente ao procedimento de recuperação do veículo.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO

POLICIAIS:

Matrícula: [Gravar Policial](#)

Nome:

Unidade: UF:

Município: Número:

Logradouro:

Bairro:

Referência:

Tipo de Local:

Situação do Veículo:

Histórico:

[Recuperar](#) [Cancelar](#)

No campo *Matrícula*, digite a matrícula do responsável pela recuperação e pressione a tecla *enter* para validar a matrícula.

POLICIAIS:

Matrícula: [Gravar Policial](#)

Nome: JOSE MARTINS

Unidade: CPW15B/SEDE_CGRA

Os dados do funcionário responsável pela captura serão carregados na tela. Verifique se estão corretos e pressione o botão Gravar Policial.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO

POLICIAIS: P1 P2 P3

Matrícula: Q Gravar Policial

Não há limite de policiais que fazem parte da equipe que realizou a captura, podendo informar tantas matrículas quanto for necessária. Para cada policial inserido na equipe será criado um botão com o título Px, onde x é o número seqüencial que o policial foi inserido.

POLICIAIS: P1 P2 P3 P4

Informe os dados do local onde foi feita a recuperação: município, bairro, logradouro e número. Use o campo referencia se não tiver os dados completos de onde aconteceu a recuperação.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECUPERAÇÃO

POLICIAIS: P1 P2 P3

Matrícula: Q Gravar Policial

Nome:

Unidade:

Município: Q SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO UF: MA

Logradouro: Q Número:

Bairro: Q

Referência: PRAIA X

Tipo de Local: ESTACIONAMENTO PUBLICO

Situação do Veículo: SEM DANO APARENTE

Histórico: DESCREVA AQUI COMO ACONTECEU A RECUPERACAO O BEM

> Recuperar > Cancelar

Informe o tipo de local onde a recuperação aconteceu, ou seja, onde o bem foi recuperado.

Tipo de Local: VIA PUBLICA

Informe a situação física do bem recuperado.

Situação do Veículo: SEM DANO APARENTE

Informe o histórico da recuperação. Use este campo para detalhar informações que sejam relevantes sobre o procedimento da recuperação.

Histórico: DESCREVA AQUI UM RESUMO DA CAPTURA, DETALHES RELEVANTES E OUTRAS INFORMACOES.

Ao término da inserção de dados clique no botão *Recuperar*. Ao terminar esta ação o bem estará com o status recuperado, como mostra o exemplo abaixo.

148/2007 3ª DP-CG 12/11/2007 22/11/2007 FURTO COISA APROPRIADA RECUPERADO

4.3. Emitindo peças cartorárias

Ao informar a recuperação de um bem a emissão de peças cartorárias estará liberada conforme a condição de recuperado e deve ser dada a entrada no estoque de coisas na unidade policial através do Auto de Exibição e Apreensão ou do Auto de Apreensão conforme o caso exigir.

148/2007 3ª DP-CG 12/11/2007 22/11/2007 FURTO COISA APROPRIADA RECUPERADO

Para imprimir as peças cartorárias, basta consultar a ocorrência e no quadro *Coisas/Objetos Relacionados* clique na linha correspondente ao bem recuperado. No módulo Central de Peças Cartorárias consta detalhamentos

sobre emissão das peças cartorárias disponíveis para bens recuperados.

Coisas/Objetos Relacionados	SQ	Situação
CONTRATO	(B)	Cosa Apropriada -> Busca
Unidade: M/MMA-RJ-126-ES-Plano: HSU8291	(C)	Cosa Apropriada -> Recuperado
Abrir opções de Peças Cartorárias Individuais		

5. CIDADÃO

5.1. Incluindo e Editando um Cidadão


O banco de dados de cidadão, pessoa, é único, tornando-o disponível a partir de qualquer módulo e força.

Existem dois tipos de cidadão: Conhecido e Desconhecido.

O cidadão conhecido é aquele que possui dados suficientes para identificá-lo (qualificação) de maneira única. Para cadastrar um cidadão como conhecido é obrigatório alguns dados: Nome Completo + data de nascimento, Nome Completo + nome da mãe, Nome Completo + RG, Nome Completo + CPF, Nome Completo + endereço.

O cidadão desconhecido não possui dados suficientes que possam identificá-lo. Este é o caso de autor que tenha sido visto por uma testemunha ou vítima e as únicas informações disponíveis são as características físicas (dados antropométricos). Este também será o cadastro utilizado para incluir um mandado de prisão que tenha sido expedido sem a qualificação, apenas com o nome do sentenciado.

5.2. Incluindo Cidadão Conhecido

Para incluir um cidadão conhecido clique no ícone .

INCLUSÃO DO CIDADÃO
pessoa ou cidadão para inclusão e edição

Dados Pessoais	Dados Antropométricos	Peculiaridades	Endereço	Foto	Relacionamentos	Digitais
RG:	Org. Exp.	Título de Eleitor:				
Nome:	Alcunha:					
Pat.	Mãe:					
Nacionalidade:	Natural de:	UF:	Sexo:	Data Nasc:		
CPF:	Prof/Pesep:	Profissão (CBO):				
CNH:	Categoria:	Emissão:	Primeira Habilitação:	Validade Exame Médico:		
Faculdade:						
Estado civil:	Conselho Prof.:	Nº conselho:	E-mail:			
Usuário de inclusão:	Data de inclusão:					

[Incluir](#) [Cancelar](#)

A tela de cadastro de cidadão é composta por abas: Dados Pessoais, Dados Antropométricos, Peculiaridades, Endereço, Foto, Relacionamentos e Digitais.

5.3. Dados Pessoais

Na aba de dados pessoais serão informados dados para qualificação.

Dados Pessoais | Dados Antropométricos | Peculiaridades | Endereço | Foto | Relacionamentos | Digitais

RG: Org. Exp. Título de Eleitor:

Nome: Alcunha:

Pat.: Mãe:

Nacionalidade: Natural de: UF: Sexo: Data Nasc:

CPF: Prof/Pesep: Profissão (CBO):

CNH: Categoria: Emissão: Primeira Habilitação: Validade Exame Médico:

Faculdade:

Estado civil: Conselho Prof.: Nº conselho: E-mail:

Usuário de inclusão: Data de inclusão:

Os campos marcados com um canto vermelho serão validados a fim de evitar o cadastro duplicado de cidadão que já existe na base de dados. Ao tirar o foco destes campos, será feita uma verificação e aparecerá a tela abaixo:



Se for identificado um outro cadastro com mesma qualificação, será informado e deve, antes de concluir o cadastro, verificar se é apenas um caso de homônimo ou se é o mesmo cidadão. Ao localizar o mesmo número de RG, CPF ou CNH o cadastro não poderá ser efetuado.

No campo RG deve ser digitado o número do Registro Geral do cidadão sem número, ponto ou traço. Ao terminar de digitar o número do RG deve ser pressionada a tecla *enter* para verificar a existência do cadastro. Ao pressionar a tecla *enter* serão listadas as pessoas que possuem RG com este número. Para editar os dados de um cidadão, clique em cima do nome desejado.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

RG / O.E.	Nome
1588206 / SSPMS	ANDREIA CRISTINA DA SILVA

Se o cidadão não for nenhum dos listados, clique em fechar e prossiga no preenchimento dos dados.

O sistema não permite a inclusão de dois cidadãos com o mesmo RG e Órgão Expedidor.

Ao preencher este campo será verificada a existência da combinação do número do RG + o Órgão Expedidor. Se localizar outro cadastro com a mesma combinação o usuário receberá uma mensagem com esta informação. Veja exemplo:

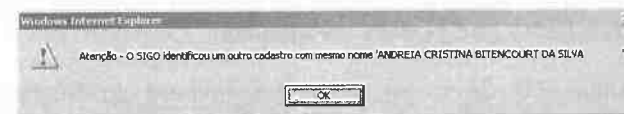


O campo Órg.Exp. deve conter o Órgão Expedidor, também sem o uso de ponto ou traço.

No campo Título Eleitor conterá o número de título de eleitoral, também sem o uso de ponto ou traço.

O campo Nome deverá conter o nome completo. Expressões como "de tal", "a apurar", "fulano(a)", entre outras, não serão aceitas.

Ao preencher este campo o sistema irá verificar a existência de outro cadastro usando o mesmo nome e se localizar mostrará uma mensagem com esta informação, como exemplo abaixo.



É possível incluir mais de um nome por cidadão, para usar esta funcionalidade basta clicar em cima do ícone . É permitida a inclusão de tantos nomes quantos forem necessários.

Outros Nomes

Informe o nome:

Nome
ANDREIA MENDONCA DE MORAES

No campo Alcunha receberá o apelido do cidadão.

Nos campos Mãe e Pai deverá ser informada a filiação do cidadão. A exemplo de outros nomes do cidadão, é possível incluir vários nomes de mãe e de pai, clicando no ícone na frente de cada um dos campos.

Filiação

Informe o nome:

Nome

Para informar a nacionalidade, clique na seta do campo Nacionalidade. Escolha a opção e pressione a tecla TAB para posicionar no próximo campo.

Nacionalidade:

BRASILEIRO(A)

Para informar a naturalidade digite uma parte do nome do município no campo *naturalidade* e pressione a tecla *enter*. Ao abrir a lista de Resultado de pesquisa, clique em cima do município desejado.

Resultado da pesquisa solicitada	
Clique na informação desejada	
Município(s)	UF
> Campo Grande	AL
> Campo Grande	MS
> Campo Grande	PB
> Campo Grande	RN
> Campo Grande do Piauí	PI

Para informar o sexo do cidadão posicione o cursor em cima do campo *sexo* e pressione *m* (masculino) ou *f* (feminino), ou clique com o mouse no valor desejado. É importante esta informação, pois será usada em vários procedimentos de maneira excludente.

Sexo:

SELECIONE
SELECIONE
MASCULINO
FEMININO

A data de nascimento deverá respeitar o formato dd/mm/aaaa, sem digitar barras ou traços. É importante esta informação, pois será usada em vários procedimentos de maneira excludente.

Dt. Nasc.

01/01/1900

O cadastro de profissão é o cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho, o Cadastro Brasileiro de Ocupação (CBO). Quando buscar uma profissão e não for localizada deve entrar em contato com suporte técnico e solicitar a inclusão. Para informar a profissão, digite uma parte do nome da profissão e pressione a tecla *enter*. Na tela de Resultado de pesquisa, clique em cima da profissão do cidadão.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Profissão
Administrador
Administrador (agropecuária)
Administrador (construção civil)
Administrador (extração mineral)
Administrador (extração vegetal e pesca)
Administrador (serviço de hospedagem)

As informações de CNH que podem ser informadas são: o número de CNH, Categoria, data de Emissão da CNH, data da primeira CNH e data de validade do Exame médico. Quando estas informações já estiverem preenchidas não estarão disponíveis para edição.

CNH:	Categoria:	Emissão:	Primeira Habilitação:	Validade Exame Médico:
177484229	B	23/07/2002	28/04/1997	22/07/2007

As opções da escolaridade é baseado nas normas vigentes do Ministério de Educação. Ao clicar na seta do campo *escolaridade*, abrirá as opções para escolha, conforme mostra a figura abaixo.

Escolaridade:

SUPERIOR COMPLETO

Escolha o estado civil entre as opções disponíveis, clicando na seta do campo *Estado civil*.

Estado civil:

CASADO(A)

Na lista de conselho, escolha o conselho profissional, quando a profissão do cidadão for regida por conselho. Informe, em *Nº do conselho*, o número do conselho do cidadão. Somente cidadãos com conselho e número OAB poderão ser indicados como defensor nas peças cartorárias.

No campo *Email* informe o email do cidadão.

5.4. Dados Antropométricos

Na aba Dados Antropométrica deverá ser informada as características físicas do cidadão.

Nesta tela deverá ser coletado o maior número possível de dados, pois somente com uma coleta de dados consistente haverá estatísticas confiáveis. Mais tarde será possível fazer apontamento de possíveis autores de delitos baseando nessas características físicas e comportamento criminal.

As características físicas desta aba são as mesmas utilizadas por padrão nacional de investigação.

CADASTRO DO CIDADÃO
Informe os dados abaixo

Dados Pessoais	Dados Antropométricos	Peculiaridades	Endereço	Foto	Relacionamentos
Descendência: SELECIONE	Sotaque: SELECIONE	Bigode: SELECIONE			
Sangue: SELECIONE	*Tipo do cabelo: SELECIONE	Barba: SELECIONE			
Lábios: SELECIONE	*Cor do cabelo: SELECIONE	Boca: SELECIONE			
Opção sexual: SELECIONE	Cabelo: SELECIONE	Dentição: SELECIONE			
Altura aprox.: SELECIONE	Testa: SELECIONE	Dentes: SELECIONE			
Peso aprox.: SELECIONE	Sombrancelhas: SELECIONE	Nariz: SELECIONE			
Complexão: SELECIONE	*Tipo dos olhos: SELECIONE	Queixo: SELECIONE			
Postura: SELECIONE	*Cor dos olhos: SELECIONE	Pescoço: SELECIONE			
*Cor da pele: SELECIONE	Óculos: NÃO	Rosto: SELECIONE			
Modo de falar: SELECIONE	Orelhas: SELECIONE	Destreza: SELECIONE			
Tipo de voz: SELECIONE					
<input type="checkbox"/> Use peruca <input type="checkbox"/> Tiques e cacoetes <input type="checkbox"/> Usa bengala <input type="checkbox"/> Rã unhas <input type="checkbox"/> Usa girias <input type="checkbox"/> Dentes de ouro					

* - Dados obrigatórios

Os campos marcados com asterisco devem ser preenchidos sempre que possível, pois serão utilizados na investigação, reconhecimento de pessoas, pelos órgãos de inteligência, análise criminal e estatística.

5.5. Peculiaridades

Na aba de Peculiaridades é possível incluir características próprias, como tatuagem, cicatriz, mancha, amputação, necessidade especial, cacoete e tiques.

Estes dados poderão ser utilizados para identificar uma pessoa.

Para incluir uma nova peculiaridade, clique no ícone . Abrirá a tela abaixo, onde deverá ser feita a descrição da característica.

No campo *Peculiaridade* digite o tipo de peculiaridade e pressionar *enter*. Na lista de Resultado da pesquisa, escolha a opção e clique sobre ela.

No campo *Obs* descreva a peculiaridade.

A imagem acima mostra um exemplo de peculiaridade.

Clicando no botão é possível inserir fotos da peculiaridade; Para excluí-la basta clicar no botão da lixeira . Para editar é necessário clicar neste botão .

Consulte o módulo *Inserindo Fotos em Galerias* para obter detalhes de como incluir fotos de uma peculiaridade.

É possível incluir quantas peculiaridades forem necessárias.

5.6. Endereço Residencial e Comercial

Na aba de endereço é possível incluir endereços do cidadão sem jamais perder endereços anteriores.

Para incluir um novo endereço clique no ícone .

É possível fazer a busca informando o CEP, uma vez que o SIGO contém a base de dados de logradouro de todo o Estado. Ao pesquisar pelo CEP os campos Município, Logradouro e Bairro serão automaticamente preenchidos, restando informar número, complemento e referência (quando houver).

Quando o CEP não é conhecido é preciso informar o município, digitando parte do nome e pressionando *enter*, abre a lista de municípios para escolha, conforme próxima imagem.

Resultado da pesquisa solicitada	
Clique na informação desejada	
Município(s)	UF
> Campo Grande	AL
> Campo Grande	MS
> Campo Grande	PB
> Campo Grande	RN
> Campo Grande do Piauí	PI

Após a indicação de município, deve informar o logradouro. Neste campo não poderá ser usadas expressões como Rua, Avenida, Travessa e outros, basta digitar o nome do logradouro e pressionar *enter*, e escolher dentre os logradouros listados o desejado.

Resultado da pesquisa solicitada		
Clique na informação desejada		
Logradouro	Bairro	CEP
Afonso Acunzo	Coophasul	79117182
Afonso Arinos	Jardim Aero Rancho	79083150
Afonso Celso	Jardim Los Angeles	79073267
Afonso de Souza	Vila Nasser	79117391
Afonso Eduardo Reidy	Conjunto Jose Abrao	79114110
Afonso Jordan	Conjunto Aero Rancho	79084031

Ao selecionar um logradouro, os campos de CEP e bairro serão automaticamente preenchidos.

Se o logradouro não estiver cadastrado deverá solicitar seu cadastro junto ao Suporte.

Informe o número do endereço no campo N°.

Informe no campo complemento informações complementares do endereço, como por exemplo, número de apartamento.

No campo Ponto de Ref. informe um ponto que sirva como referência. O preenchimento deste campo será obrigatório se não for informado bairro ou logradouro.


Para informar telefones do cidadão, digite o código de área seguido do número do telefone, sem usar pontos, traços ou parênteses.

No campo *Tp Moradia* informe o tipo de moradia.

Tp Moradia:
PRÓPRIA

No campo *Área* informe a área do endereço.

Área:
URBANA

Depois de salvar as informações do endereço, não haverá o botão limpar, e para informar novo endereço clique no ícone .

5.7. Incluindo Fotos

Na aba de foto, será possível incluir tantas fotos quantas existirem, formando assim, uma galeria de fotos do cidadão.

Dados Pessoais Dados Antropométricos Peculiaridades Endereço Foto Relacionamentos



FOTO FRENTE

Acesse a aba de foto.



FOTO FREITE

Clique na imagem para incluir as fotos.



FOTO FREITE

Abrirá a tela da Galeria de Fotos para inclusão.

Considerações:

1. Use fundo branco;
2. Use algum identificador ou parâmetro de altura;
3. Fotografe o cidadão de frente, perfil direito e esquerdo;
4. As fotos de frente e perfil devem ser tiradas em *close-up*, usando recursos de *zoom* e aproximação quando possível.
5. Os arquivos das fotos devem ser do tipo jpeg ou jpg.

5.8. Incluindo Fotos em uma Galeria

Galeria de fotos é um conjunto de fotos de um determinado cidadão, objetos presentes e envolvidos em ocorrências e de local de crime. Para incluir fotos em qualquer uma das galerias disponíveis o procedimento é padrão e idêntico.

5.9. Galeria de Fotos

A tela inicial de Galeria de Fotos possui as opções de visualizar todas as fotos, capturar uma foto direto de uma webcam e inserir uma nova foto.



Para inserir uma nova foto clique no ícone

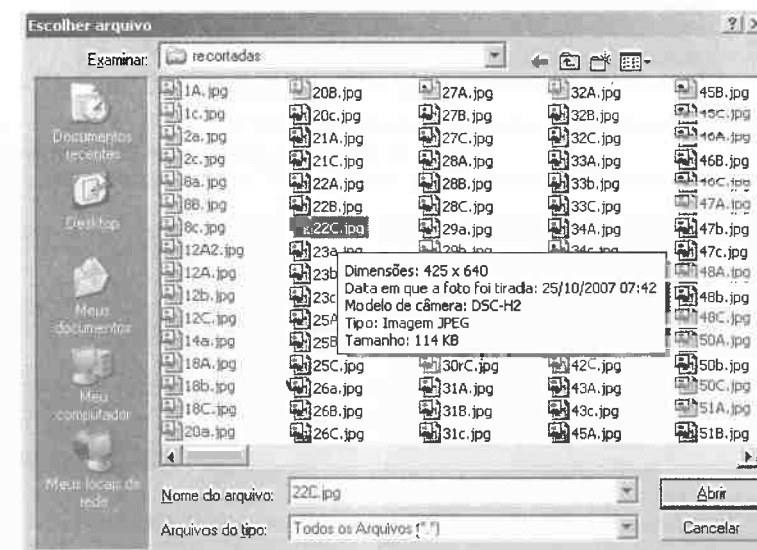
Selecione a localização do arquivo da foto clicando no botão "Procurar".

Foto: > Procurar... Posição da foto

Legenda: > Inserir

Foto Legenda

É preciso saber a localização do arquivo e em *Examinar* busque esta localização. Após encontrar a pasta que contém a foto, clique em cima do nome da foto e clique no botão *Abrir*.



Após a seleção da foto, em galeria de cidadão, é preciso indicar que tipo de foto refere-se (Frente, Perfil ou Outras).


Foto: D:\Projeto SIG\VEPF\IZ\re Procurar... Frente

Legenda: FOTO DE FRENTE > Inserir

Foto Legenda

Digite em Legenda uma descrição da foto. Clique no botão Inserir. Será exibida a lista de fotos já incluídas, como mostra a figura.

Foto	Legenda
1288647jucleide kels	
jesus maldonado.jpg	
1288647jucleide kels	
jesus maldonado - PERFIL.jpg	
128864730a.jpg	Censo Carcerario EPFIZ - Out/2007
128864730b.jpg	Censo Carcerario EPFIZ - Out/2007
128864730C.jpg	Censo Carcerario EPFIZ - Out/2007

Para alterar a legenda de uma foto clique no ícone .

Prompt do usuário do Explorer

Prompt do script:


OK

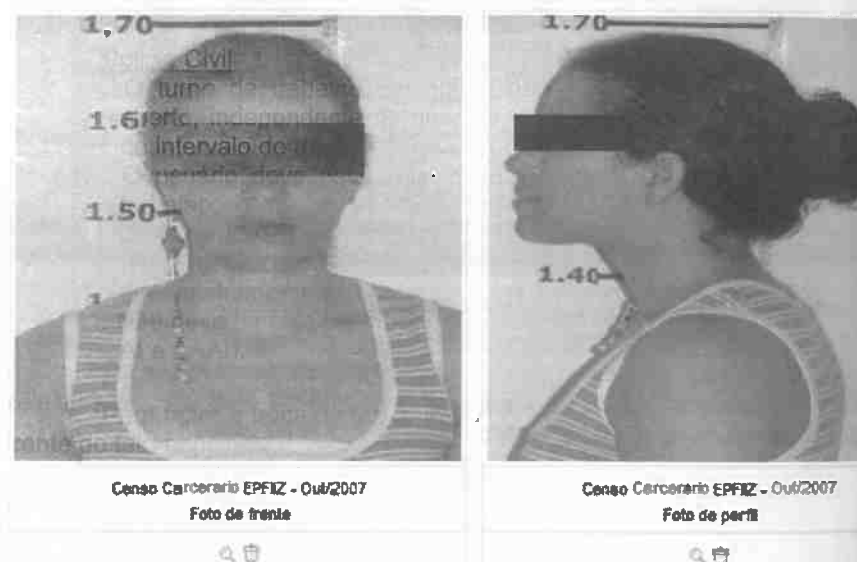
Cancelar

Digite a nova legenda

Censo Carcerario EPFIZ - Out/2007


Altere o texto da legenda e clique no botão OK.

Para visualizar a galeria clique no ícone  no menu da galeria.




Para aumentar o tamanho da imagem visualizada clique no ícone .



Para excluir uma foto clique no ícone . Esta funcionalidade está disponível somente para alguns perfis de usuários.

5.10. Indicando Relacionamentos

A aba de relacionamentos permite incluir os relacionamentos do cidadão com outros.

Nesta aba é possível visualizar e incluir relacionamentos do cidadão. Para iniciar a inclusão de um relacionamento, clique no ícone .

Dados Pessoais	Dados Antropométricos	Peculiaridades	Endereço	Foto	Relacionamentos
Ver Árvore de Relacionamentos					
Nome	Tipo de Relacionamento				
JOSE GONCALVES DE ARRUDA	Pai		Novo Relacionamento		
CRISTINA MORINHO BENTES	Mãe				
GUILHERME MARINHO DA ROCHA	Filho				
JOSE ROBERTO DA ROCHA	Amado				
LEONARDO MARINHO DA ROCHA	Filho				

Ao clicar neste ícone abrirá a tela de cadastro do relacionamento, conforme segue.

Cadastro de Relacionamento

Cidadão: NOME

Relacionamento:

☐ Mora Junto ☐ Dependente ☐ Monitorar

> Confirmar > Cancelar

No campo *Cidadão* indique o tipo de pesquisa, digite o dado a ser pesquisado e pressione *enter*.

Na Lista de resultado escolha o cidadão desejado clicando sobre o nome.

A lista de tipo de relacionamento é montada dinamicamente baseada no sexo do cidadão escolhido, conforme mostram as figuras abaixo.

Relacionamento: CONJUGE

Logo, o sexo do cidadão é obrigatório para incluir um relacionamento. Quando esta informação não existir, o SIGO exibirá uma mensagem informativa.



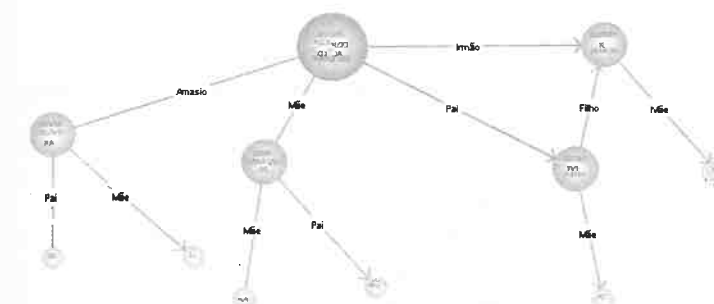
Para indicar que este cidadão coabita com o cidadão cadastrado, clique no *checkbox* *Mora Junto*.

Para indicar que este cidadão for dependente do cidadão cadastrado, clique no *checkbox* *Dependente*.

Para indicar que este cidadão será monitorado pelo cidadão cadastrado, em casos de envolvimento em ocorrências e acidentes, clique no *checkbox* *Monitorar*.

Para concluir e salvar o relacionamento clique em *confirmar*.

Ver Árvore de Relacionamentos



Para visualizar estes relacionamentos graficamente, clique no ícone *Ver Árvore de Relacionamentos*.

Para concluir e salvar o cadastro ou edição do cidadão clique no botão *Salvar*.

> Salvar

5.11. Colhendo Digitais

A aba de *Digitais* é destinada a coleta da digital do cidadão.

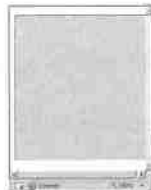


Clique na imagem no dedo que deseja coletar.

O módulo de coleta de digital será iniciado, conforme mostra a figura abaixo.



Quando a tela ficar cinza, o sistema esta pronto para iniciar a coleta.



Posicione o dedo no coletor para iniciar a coleta. Aparecerá na tela a imagem coletada com os pontos marcados.



Após terminar a coleta das digitais, a imagem que aparecerá na aba digitais será a imagem abaixo:



A imagem exibida nesta tela não corresponde à digital real do cidadão.

Considerações:

1. O objetivo desta coleta não é manter o cadastro civil, mas sim manter cadastro criminal, para pré-identificação do autor.
2. A identificação pelo módulo de biometria digital não deve ser a única forma utilizada para identificação, devendo haver consulta aos órgãos oficiais competentes.
3. O critério e protocolo para coleta devem ser estabelecidos pela instituição em meio próprio, externo a este.
4. Para fazer a coleta é obrigatório o uso equipamento específico, um coletor de digital (*finger*).


6. OCORRÊNCIA

6.1. Iniciando Ocorrência

A notícia da ocorrência é à base de coleta de dados e através dela podemos criar uma grande massa de informação, definir padrões de tratamento, futura extração de informações consolidadas e a geração de indicadores de forma automática e instantânea.

O banco de dados de ocorrências (típica ou atípica) e atividades é único, mas, o SIGO trata e mantém de forma individual os procedimentos de cada Força. Mantendo a identidade da informação intacta. O relacionamento entre as ocorrências originalmente iniciadas em diferentes Forças é feito de forma automática e/ou manual. Os principais procedimentos na fase policial originam-se quase sempre de uma ocorrência, por isso esse módulo é o mais complexo e o nível de inteligência artificial é maior.

Apresentamos um raciocínio que não espera esgotar a matéria nem seus reflexos sobre o direito penal, mas aponta para uma solução operacional.

Para iniciar uma ocorrência, clique no ícone Ocorrência , na barra de menu.

OCORRÊNCIA N° _____ DATA DO REGISTRO _____ HORAS _____

UNIDADE: _____ MUNICÍPIO: _____ ÁREA: _____

FATO: _____ DATA DO FATO: _____

CEP: _____ Ref. especial: _____ Município: CAMPO GRANDE UF: MS

Logradouro: _____ Bairro: _____

Referência: _____ Tipo de local: LOCAL

Moto: _____ Estado: _____

Envolvimento: _____ Alcanhe(s): _____ RG: _____ CNPJ / CPF: _____ Tp. envolvimento: _____

CONTEÚDO (R) / OBJETOS DA OCORRÊNCIA: _____

Histórico Cancelar Imprimir

6.1.1. O Despacho

OCORRÊNCIA N° _____ DATA DO REGISTRO _____ HORAS _____

UNIDADE: _____ MUNICÍPIO: _____ ÁREA: _____

DESPACHO N° _____

Neste campo deve ser informado o número de despacho oferecido pelo CIOPS, COPS, CIOSP ou por um Centro de Despacho, quando houver.

6.1.2. O Fato

A primeira informação a ser coletada refere-se ao fato.

. Fato Típico:

Fato típico é o previsto na lei como infração penal (crime ou contravenção). Assim, fato típico do homicídio é a conduta humana dolosa ou culposa que causa a morte de um homem. Ex.: A, com intenção de matar, esfaqueia B, que vem a morrer em consequência das lesões. O fato se enquadra na descrição legal simples do art. 121, caput, do CP: "Matar alguém".

De acordo com a doutrina causalista tradicional, o fato típico é composto, nos crimes materiais, dos seguintes elementos (para efeito didático): Conduta humana dolosa ou culposa; Resultado; Nexo de causalidade material entre a conduta comissiva e o resultado; Enquadramento do fato material (conduta, resultado e nexo causal) a uma norma penal incriminadora (tipicidade*).

* Tipicidade ou Tipo é a qualidade que possui o fato de se encontrar descrito em lei como infração penal (Imputação Objetiva - Damásio de Jesus).

. Fato Atípico:

Fato atípico é aquele que não produz os elementos acima citados, sendo simplista, é um fato noticiado que não constitui crime previsto em lei.

Atividade Administrativa de Polícia:

A Atividade Administrativa é aquela ação provocada por uma ocorrência ou por uma ordem de serviço a exemplo da Escolta de preso, Tocatas, Resgate, Salvamento, Blitz de Transito, Reuniões, Treinamentos entre varias outras.

Obs: No caso do CBM temos que nos atentar para que o Fato Típico ou Atípico somente provoca a ação dessa Força, mas seu objetivo operacional é de atender a uma vitima seja ela de qual fato for ou a um ambiente que atenta contra a vida ou patrimônio.


Para escolher o fato, digite no campo fato parte do nome do fato (Ex. Furt) e pressione a tecla *enter*.

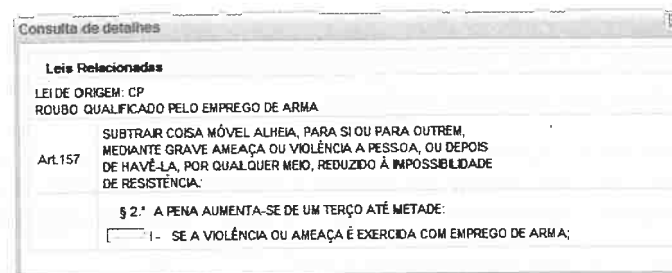
FATO:

Ao pressionar a tecla *enter* abrirá a tela de lista de fatos conforme o texto digitado anteriormente.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Fato(s)	Origem	Categoria	Leis
RECUPERAÇÃO DE VEÍCULO, OBJETO DE FURTO/ROUBO, OCORRIDO FORA DO ESTADO	Outras	OUTRAS OCORRÊNCIAS	
ROUBO	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO NA FORMA TENTADA	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO QUALIFICADO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, QUE VENHA A SER TRANSPORTADO PARA OUTRO ESTADO OU PARA O EXTERIOR	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO QUALIFICADO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VALORES	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO QUALIFICADO PELO SEQUESTRO	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO SEGUIDO DE MORTE	CP	CONTRA O PATRIMÔNIO	
ROUBO SEGUIDO DE MORTE NA FORMA TENTADA	CP	CONTRA A PESSOA	

Na tela para escolha do fato, lista todos os fatos que contém o texto digitado, mostra a lei de origem e a categoria. Para visualizar maiores detalhes, clique no ícone . Ao clicar neste ícone, abre a tela abaixo que lista os Artigos relacionados a este Fato.



Consulta de detalhes

Leis Relacionadas

LEI DE ORIGEM: CP
ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA

Art. 157
SUBTRAIR COISA MÓVEL ALHEIA, PARA SI OU PARA OUTREM, MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA A PESSOA, OU DEPOIS DE HAVÊ-LA, POR QUALQUER MEIO, REDUZIDO À IMPOSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA:

§ 2.º A PENA AUMENTA-SE DE UM TERÇO ATÉ METADE:
I - SE A VIOLÊNCIA OU AMEAÇA É EXERCIDA COM EMPREGO DE ARMA;


Em caso de fazer a tipificação incorretamente é possível fazer a troca do fato principal, desde que atenda a algumas regras. São elas:

Polícia Militar

- . Não ter decorrido mais do que oito horas da inclusão da ocorrência;
- . O usuário deve ser o mesmo que iniciou a ocorrência;
- . Os fatos devem ser similares;

Polícia Civil


- . O turno de trabalho em que a ocorrência foi gerada deve estar aberto, independente de quantas horas tenha transcorrido e dentro do intervalo do turno;
- . O usuário deve estar relacionado na lista de equipe do turno de trabalho;
- . Os fatos devem ser similares;
- . Não deve ter sido emitida nenhuma peça cartorária, exceto encaminhamento de ocorrência;
- . Não deve ter sido instaurado nenhum procedimento policial (IP, TCO, AI e AAAI).

Para fazer a troca do fato principal clique no ícone  posicionado na frente do fato principal.



FATO: Q HOMICIDIO

De acordo com o fato será montada a lista de fatos disponíveis para troca.

É possível incluir outros fatos numa mesma ocorrência. Para incluir outros fatos clique no ícone  posicionado na frente do campo de fato principal.



FATO: Q

Na tela de inclusão de outros fatos comunicados faça a pesquisa do fato que deseja incluir a exemplo da consulta de fato principal.



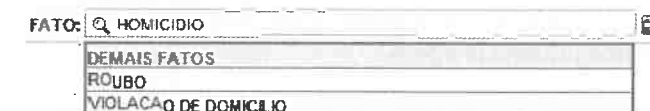
Outros fatos comunicados

Consultar fatos: Q

Fato: Inclusão Nº BO

Sair

Quando outros fatos comunicados forem inseridos o ícone da inclusão de outros fatos mudará para a cor vermelha.



FATO: Q HOMICIDIO

DEMAIS FATOS


ROUBO

VIOLACAO DE DOMICILIO

6.1.3. Quando

Após indicar o fato principal, deve preencher a data e hora em que o fato aconteceu.

DATA DO FATO: 10/11/2007 ÀS 15:00 HORAS ?

Em casos que não é conhecida a data, deve informar um intervalo de data provável, clicando no ícone .

Data do fato Imprecisa (Defina a faixa provável)

Início: 10/11/2007 às 14:00

Fim: 10/11/2007 às 15:00 > ok

Nesta tela, informe data e hora de Início e de Fim e clique no botão OK.

6.1.4. Onde

Agora deverá informar os dados de onde aconteceu o fato.

CEP: Ref. especial: Município: UF: MS

Logradouro: Nº: Bairro:

Referência: Tipo de local: LOCAL

É possível fazer a busca informando o CEP, uma vez que o SIGO contém a base de dados de logradouro de todo o Estado. Ao pesquisar pelo CEP os campos Município, Logradouro e Bairro serão automaticamente preenchidos, restando informar número, referência (quando houver) e local.

Quando o CEP não é conhecido é preciso informar o município, digitando parte do nome e pressionando *enter*, abre a lista de municípios para escolha, conforme próxima imagem.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Município(s)	UF
Campo Grande	AL
Campo Grande	MS
Campo Grande	PB
Campo Grande	RN
Campo Grande do Piauí	PI

Após a indicação de município, deve informar o logradouro. Neste campo não poderá ser usadas expressões como Rua, Avenida, Travessa e

outros, basta digitar o nome do logradouro e pressionar *enter*, e escolher dentre os logradouros listados o desejado.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Logradouro	Bairro	CEP
Afonso Pena	Amambai	79005000
Afonso Pena	Amambai	79005001
Afonso Pena	Centro	79002070

Ao selecionar um logradouro, os campos de CEP e bairro serão automaticamente preenchidos.

Após o preenchimento do logradouro deve ser informado o número de referência do local do fato que deve ser o número do imóvel, quando o Tipo de Local do Fato quando esse não permitir use o número próximo ou em frente do local, mas sempre faça essa indicação.

O campo de Referência Especial são endereços públicos conhecidos e onde normalmente ocorrem fatos. Veja o exemplo que segue, quando a palavra digitada foi bar:

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

- > CAMELÓDROMO
- > CASA DA MEMÓRIA DE ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO
- > CASA DO ARTESÃO
- > CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS DE MATO GROSSO DO SUL
- > CENTRO CULTURAL JOSÉ OCTÁVIO GUZZO
- > CENTRO ESPORTIVO GUANANDUAZAO

Ao escolher uma das opções listadas os campos município, logradouro, bairro, C.E.P. e tipo de local já serão automaticamente preenchidos.

Agora deve ser informado o tipo de local, clicando no campo para abrir a lista de opções.

Tipo Local: VIA PUBLICA

6.1.5. Como

O trabalho de verificação dos meios e modos serve não só para orientar as investigações como, também, não poucas vezes, como base para graduação de pena. Define de forma padrão os meios e modos com que a ação foi executada, individualizando o *Modus Operandis*.

Devemos deixar assinalados que, quase sempre, a constatação da existência de crimes e a verificação dos meios e modos para a sua prática se confundem, dada a dificuldade de se estabelecer os exatos limites entre as duas preocupações.

Somente em alguns fatos principal da ocorrência, principalmente os contra a vida e contra o patrimônio, é obrigatório informar o meio e modo.

INCLUSÃO DE MEIO E/OU MODO NA OCORRÊNCIA:

Meio:

Modo:

6.1.6. Meios

Meios são os recursos empregados para a prática dos crimes, ou seja, as armas, os instrumentos ou qualquer outra coisa utilizada para alcançar os objetivos criminosos.

Para indicar qual o meio utilizado digite o texto no campo Meio e pressione a tecla enter para listar os valores disponíveis.

Meio:

Para selecionar em um valor clique na linha que contem o valor desejado.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Descricao	Categoria
REMONTOU	
RETRADA	
ROMPIMENTO	
ROMPIMENTO DE OBSTACULO	CONTRA O PATRIMONIO
RUPTURA DO HIMEM	CONTRA A PESSOA

6.1.7. Modos

Modos são as circunstâncias ou situações que possibilitam ou facilitam o emprego dos meios.

Para indicar qual o meio utilizado digite o texto no campo Modo e pressione a tecla enter para listar os valores disponíveis.

Modo:

Para selecionar em um valor clique na linha que contem o valor desejado.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Descricao	Categoria
RECURSO PIFUGA	
REVISTA VIOLENTA	CONTRA A PESSOA

6.1.8. A Equipe

A formação de equipe é feita automaticamente pelo atendente que iniciou a ocorrência. Para indicar outros funcionários deve clicar no ícone +, localizado na barra Equipe/Funcionários.

Equipe	Matricula	Função
CLEBERSON RICARDO KRUTSCH	1234	FUNÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA/CIVIL
COLABORADOR DE IMPLANTACAO	1	AGENTE ADMINISTRATIVO
JEFFERSON NEREU LUPPE	591971	DELEGADO DE POLÍCIA

Para selecionar um funcionário pesquise por matrícula ou pelo nome do funcionário e pressione *enter*.

Se abrir uma lista de opções escolha o funcionário desejado e clique em seu nome. Ao retornar para a tela de Inclusão de policiais na ocorrência os dados do funcionário são listados em tela. Para gravar o funcionário como membro da equipe clique em gravar policial e para excluí-lo clique em remover policial.

Após a inclusão do policial a tela fica disponível para inclusão do próximo membro da equipe. Cada policial incluído será exibido um Px, onde x é o número de ordem de inclusão.

Para detalhar dados do policial clique no Px.

6.2. Os Envolvidos

Para incluir Envolvido clique no ícone + da barra de envolvidos.

Ao clicar no ícone mencionado, abrirá a tela de cadastro dos envolvidos, conforme segue:

Dependendo das regras estabelecidas pelo fato principal, será montada uma lista de critérios de consulta do envolvido.

Escolha um critério para pesquisar o envolvido na lista de critérios. Digite o valor que deseja pesquisar no campo posicionado após a lista de critérios e pressione *enter*. Se a unidade dispuser de um coletor de digital tem a possibilidade de fazer a pesquisa pela comparação digital. Acesse esta opção através do ícone .

Aparecerá uma lista de cidadãos que preenchem o critério selecionado na tela anterior.

Resultado da pesquisa solicitada		
Clique na informação desejada		
Nome	Data de nascimento	Nome da mãe
ANDERSON NARCIZO DOS SANTOS	22/09/1981	JANETE SANCHO DE ALMEIDA DOS SANTOS

Ao selecionar o cidadão como envolvido na ocorrência e este tenha participado de outras ocorrências anterior será exibida uma mensagem informando quais ocorrências este participou.

CIDADÃO ENVOLVIDO EM OUTRA(S) OCORRÊNCIA(S):				
Nº / Ano:	Data do Registro:	Data do Fato:	U.P. origem:	Fato:
68/2008	09/01/2008 - 18:07:00	09/01/2008 - 15:03:00	ZDP-TRÊS LAGOAS	AMEACA
55/2008	09/01/2008 - 17:40:00	09/01/2008 - 15:03:00	CPQ2B1C SEDE	AMEACA




Poderá ser exibida uma mensagem solicitando complementação dos dados do cidadão. Veja exemplo:

As informações abaixo não foram encontradas

CPF:
Profissão:
Cor dos cabelos:

> Informar Agora > Não Informar agora

Ao clicar no botão Informar Agora abrirá a tela de dados pessoais do cidadão e as informações solicitadas poderão ser incluídas. Para não informar e prosseguir na inclusão do envolvido clique no botão Não Informar agora. Alguns dados, como por exemplo, profissão, são obrigatórios para alguns tipos de envolvimento onde o cidadão necessariamente esta presente (comunicante e conduzido).

Caso não localize o envolvido mesmo pesquisando por diversos critérios diferentes clique no ícone apropriado para incluir um novo cidadão conhecido , cidadão desconhecido  ou pessoa jurídica .

Agora escolha o tipo de envolvimento do cidadão na ocorrência. A lista de tipos de envolvimento é montada dinamicamente conforme o fato principal permitir, levando em consideração dados como sexo, idade e informações de óbito.

Tipo de Envolvimento: **AUTOR**

Quando o tipo de envolvimento selecionado for autor ou adolescente infrator é obrigatório indicar qual a sua condição atual deste.

NOME: **ANDERSON NARCIZO DOS SANTOS**

Tipo de Envolvimento: **AUTOR**

Condição Atual: **CONDUZIDO (APF/AAF)**

Ao indicar a condição atual do autor como CONDUZIDO (APF/AAF) este envolvido será considerado como preso em flagrante delito e fará parte do estoque de custodiado da unidade e as peças cartorárias referentes ao Flagrante Delito (APF e AAF) serão disponibilizadas na central de peças para equipe de cartório.

Condição Atual: **CONDUZIDO (APF/AAF)**

Ao informar a condição de conduzido é obrigatório informar o policial que conduziu o autor até a unidade. Digite o nome do policial e pressione a tecla enter.

Conduzir: Nome **IACIR PAULO RODRIGUES DE AZAMOR**

Veja exemplo de um autor conduzido.

NOME: **PATRICK BATISTA RIBEIRO**

Tipo de Envolvimento: **AUTOR**

Condição Atual: **CONDUZIDO (APF)**

Conduzir: Nome **VANDUIR CABRERA LIMA**

Nota: Para compor um flagrante é obrigatória a indicação da condição de conduzido do autor, indicar seu condutor e incluir a(s) vítima(s), duas testemunhas (instrumentária e/ou ocular) e comunicante. As peças cartorárias e ritos envolvidos em flagrante delito serão detalhados no módulo Central de Peças Cartorárias.

Ainda em se tratando de autor e adolescente infrator aparecerá um campo para indicar motivação e outro para meio de locomoção utilizado pelo autor visando executar o fato.

Motivação:

Meio de Locomoção:

Para escolher a motivação que levou o autor ou adolescente infrator a cometer o fato digite parte do texto e pressione a tecla enter para abrir a lista de opções.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Motivação
AMBICAO
CIUME
COCAO
INVEJA
RECOMPENSA
VINGANCA

Para informar qual o meio de locomoção que o envolvido utilizou para deslocar-se até o local do fato digite parte do texto no campo Meio de Locomoção e pressione a tecla *enter* para abrir a lista de opções.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Meio de Locomoção
BICICLETA
LANCHA A MOTOR DE POPA

Veja um exemplo de autor conduzido com indicação de condutor, motivação e meio de locomoção.

NOME: ANDERSON NARCIZO DOS SANTOS

Tipo de Envolvimento: AUTOR

Condição Atual: CONDUZIDO (APF/AAF)

Condutor: IACIR PAULO RODRIGUES DE AZAMOR

Motivação: CIUME

Meio de Locomoção: BICICLETA

Para editar os dados de um envolvido, clique no ícone Editar Dados.

NOME: [Campo de texto]

CONDICIONAMENTO: [Campo de texto]

Editar dados

Para detalhamento de edição de dados cidadão consulte Cidadão/Incluindo e Editando um cidadão.

Dados Pessoais Dados Antropométricos Peculiaridades Endereço Foto Relacionamentos Digitais

RG: 27679 Org. Exp: SSPMS Título de Eleitor: [Campo de texto]

Nome: JEFERSON CORTES DA CRUZ Alcunha: [Campo de texto]

Pai: ANTONIA CORTES DA CRUZ Mãe: [Campo de texto]

Nacionalidade: BRASILEIRO(A) Natural de: MIRANDA UF: MS Sexo: MASCULINO Data Nasc: 13/04/1980

CPF: [Campo de texto] Pto/Passap: [Campo de texto] Profissão (CBO): [Campo de texto]

CNH: [Campo de texto] Categoria: [Campo de texto] Emissão: [Campo de texto] Primeira Habilitação: [Campo de texto] Validade Exame Médico: [Campo de texto]

Escolaridade: [Campo de texto] Seleção: [Campo de texto]

Estado civil: [Campo de texto] Conselho/Prof: [Campo de texto] Nº conselho: [Campo de texto] E-mail: [Campo de texto]

Usuário de inclusão: [Campo de texto] Data de inclusão: [Campo de texto]

Salvar

Para incluir o envolvido e voltar para a tela de ocorrência basta clicar no botão Salvar.

ENVOLVIDOS

Nome: [Campo de texto] Localização da ocorrência: [Campo de texto]

Tipo de Envolvimento: [Campo de texto]

Foto: [Campo de texto]

DADOS

DADOS BIOGRÁFICOS

Nacionalidade: [Campo de texto] Data de nascimento: [Campo de texto] Idade: [Campo de texto]

Alcunha: [Campo de texto] Mãe: [Campo de texto]

Raça etnia: [Campo de texto] Sexo: [Campo de texto]

RG: [Campo de texto] CPF: 000.000.000-01

CONDIÇÃO / OBJETIVO: [Campo de texto]

Salvar Limpar Voltar

Ao retornar para a tela de ocorrência será listado todos os envolvidos incluídos.

Envolvidos	Alcunha(s)	RG	CNPJ / CPF	Tp. envolvimento
CELESTINO DE SOUZA VASQUES		439461 / SSPMS		Comunicante/Vítima
GILLIARD DE SOUZA SILVA		1748016 / SSPMS		Autor

6.3. As lesões

Esta funcionalidade foi especialmente desenvolvida para coletar as lesões aparentes de um envolvido lesionado. É possível relacionar tantas

lesões aparentes quantas o envolvido lesionado apresentar.

ENVELOVOS

Nome: 

Tipo de Envolvimento: 

Contador: Nome: 

Modificação: 

Item de Localização: 

DADOS

DADOS BIOGRÁFICOS

Nome Completo: 

Alcunha: 

Registro de: 

RGD E: 

DATA DO REGISTRO

Data de Nascimento:  Hora: 

Mãe: 

Sexo: 


CNP: 

CORRESPONDENTES

Para incluir uma lesão clique na barra Lesões.

LEADER © 2000 LEADER

Ao clicar na barra de lesões abrirá a lista de lesões já incluídas para o envolvido. Para adicionar nova lesão clique no ícone .

Local Lesionado	Meio/Agente/Instrumento	Resultado


Esta ação abrirá o mapa de lesões. Observe que este mapa é separado em duas partes. A primeira, a maior, é a imagem selecionada na lista de partes do corpo, na barra lateral com pequenos desenhos do corpo humano.

Selecione a parte do corpo que apresenta a lesão e carregará a imagem ampliada na porção maior da tela.

Não é necessário ter conhecimento do nome técnico do local da lesão aparente, pois cada parte do corpo humano está dividida e atribuída seu nome técnico.

Diagrama de um corpo humano anterior com pontos de medição numerados de 1 a 21. Uma caixa de texto indica: "Tempo dorsal do bumbô (separado)". À direita, há uma barra lateral com ícones e legendas para outras partes do corpo: CABEÇA, MÃOS, PALMAS, CORPO, ANTES/DETRÁS, e ESPELHO.

Clique na parte em que apresenta a lesão para abrir a tela de inclusão de lesão, onde será possível detalhar a lesão, com indicação do meio e o resultado atingido.



INCLUSÃO DE LESÕES

Local da Lesão: C4 TERÇO DISTAL DO BRAÇO ESQUERDO

Meio/Agente/Instrumento:


Resultado: Hematoma

>Limpar >Salvar > Salva e Novo

Clique em Salvar para voltar à tela de cadastro do envolvido ou em Salva e Novo para salvar e voltar para o mapa de lesões e incluir outra lesão aparente.

Ao retornar à tela de inclusão de envolvido serão listadas todas as lesões aparentes indicadas no mapa.

LESIONES	Meio/Agente/Instrumento	Resultado
Lesões inseridas		Hematoma
Local Lesionado		
TERÇO DISTAL DO BRAÇO ESQUERDO		

Para excluir uma lesão clique no ícone  e aguarde a confirmação de exclusão.



6.4. Os Objetos

Para incluir os objetos, clique na barra de objetos a partir do envolvido ou da ocorrência.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Celular/ V3	Motorola	Busca	Cópia Subtrai
Veículo/ hsu3767	SUNDOWN AVEB 100	Busca	Cópia Subtrai

Os objetos só devem ser inseridos a partir da tela principal da ocorrência se não estiver associado de nenhuma maneira a um envolvido.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Veículo/ ABV5859	VOLKSWAGEN IVOTAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito




6.4.1. Arma

Para incluir uma arma é preciso ter seu número de série. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Veículo/ ABV5859	VOLKSWAGEN IVOTAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito



Para abrir a tela de cadastro de uma arma na ocorrência clique no ícone  ARMAS.

A tela a seguir é o formulário de cadastro de arma com série na ocorrência.

Armas Envolvidas

Nº Série: Marca: Tipo/Modelo: Calibre:

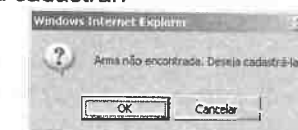
Atual Prop.:

Envio/mento: Provisão:

Data: 14/08/2007 às 13:51 Horas

Observação:

Digite o número de série e pressione a tecla enter para pesquisar no banco de dados do SIGO. Se a arma ainda não estiver cadastrada abrirá uma tela indagando se deseja cadastrar.



Para cadastrar a arma, clique no botão OK. Na tela de cadastro de arma selecione Marca, Tipo, Modelo e acabamento. Clique em salvar para concluir.

Inclusão de Armas

Nº Série: 123456

Arma - Modelo

Marca: TAURUS

Tipo: REVOLVER

Calibre: 38

Modelo/Calibre: REVOLVER 38 CALIBRE 38

Acabamento:

Capacidade:

Qtd. Câmaras de Tiro:

Tip. de Cano:

Qtd.

Comprimento:

Use "Marca indeterminada" quando não for possível identificar o fabricante.

Ao retornar para a tela de cadastro de arma com série na ocorrência informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento: COISA APROPRIADA

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.

Providência: BUSCA


No campo observação digite informações específicas do objeto.

6.4.2. Celular

Para incluir um celular à ocorrência é preciso ter seu número de série ou número da linha telefônica. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Veículo ABV5859	VOLKSWAGEN VOYAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito

ARMAS CELULAR CHEQUES COISAS SUBSTÂNCIAS VEÍCULO

Para abrir a tela de cadastro de celular na ocorrência clique no ícone  CELULAR

Celular Envolvido

Fabricante: FABRICANTE Nº Série: Telefone nº: (DDD)

Envolvimento: SELECIONE Providência:

Data: 14/08/2007 às 14:03 Horas

Observação:

> Próximo > Salvar > Limpar > Sair

Escolha o fabricante.

Fabricante: NOBIA

Informe número de série e número do telefone (DDD + Número).

Informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento: COISA APROPRIADA

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.

Providência: BUSCA


No campo observação digite informações específicas do objeto.

6.4.3. Cheque

Para incluir um cheque ou um talão de cheques na ocorrência é preciso ter informações de Banco, Agência e Conta Corrente. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Veículo ABV5859	VOLKSWAGEN VOYAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito

ARMAS CELULAR CHEQUES COISAS SUBSTÂNCIAS VEÍCULO

Para abrir a tela de cadastro de cheque na ocorrência clique no ícone  CHEQUES

Selecione Banco na lista de opções, digite o número da Agência e da Conta Corrente, o CPF do titular e o número inicial e final das folhas. Se tiver valor, preencha também o valor do cheque.

Cheque Envolvido

Banco: Agência: Conta Corrente:

CPF: Nº da(s) Folha(s): Valor R\$:

Envolvimento: SELECIONE Providência:

Data: 14/08/2007 às 14:00 Horas

Observação:

Informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento: COISA APROPRIADA

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.


Providência: BUSCA

No campo observação digite informações específicas do objeto.

6.4.4. Coisas

Para incluir uma coisa na ocorrência é importante, sempre que possível, ter seu número de série para os objetos que fazem controle por série. Isto facilitará a identificação de um objeto e sua entrega. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S) / OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s)			
Veículo ABV5859	VOLKSWAGEN VOYAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito

Para abrir a tela de cadastro de coisas na ocorrência clique no ícone  CELULAR

Coisa Envolvida

Objeto: Qtde: Número:

Envolvimento: SELECIONE Providência:

Data: 14/08/2007 às 14:09 Horas

Observação:

Digite parte do nome do objeto e pressione enter. Abrirá a tela de lista de objetos para selecionar o objeto desejado.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Objeto(s)

- > ADAPTADOR DE TELEFONE ANALOGICO - ATA
- > AGENDA TELEFONICA
- > APARELHO DE TELEFONE
- > APARELHO DE TELEFONE CELULAR
- > APARELHO DE TELEFONE PUBLICO
- > CABO TELEFONICO

Informe a quantidade e número de série do objeto (em casos que existe controle por série).

Informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento: COISA APROPRIADA

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.

Providência:

No campo observação digite informações específicas do objeto.

6.4.5. Droga

Para incluir uma droga à ocorrência é indicação de dados referentes ao estado da droga. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S)/OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s) Veículo ABV5859	VOLKSWAGEN VOYAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito

ARMAS CELULAR CHEQUES COISAS **SUBSTÂNCIAS** VEÍCULO

Para abrir a tela de cadastro de droga na ocorrência clique no ícone **SUBSTÂNCIAS**.

Substância Envolvida

Substância:

Embalagem: Quant. embalagem: Medida: Peso:

Envolvimento: Providência:

Data: às Horas

Observação:

Selecione a embalagem, quantidade de embalagens, tipo de medida e peso. A informação de peso tem que ser marcada na menor unidade de medida. Veja um exemplo: 1Kg e 100gr deve ser marcado em gramas com total de 1100 gramas.

Informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento:

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.

Providência:

No campo observação digite informações específicas do objeto.

6.4.6. Veículo

Para incluir um veículo à ocorrência é preciso ter sua placa ou renavam. Clique na barra COISA(S)/OBJETOS. A lista de objetos associados será expandida, como mostra o exemplo abaixo.

COISA(S)/OBJETO(S)	Fabricante/Modelo	Procedimento	Tp. relacionamento
Relacionamento(s) Veículo ABV5859	VOLKSWAGEN VOYAGE CL	Exibição-Apreensão	Instrumento de Delito

ARMAS CELULAR CHEQUES COISAS **SUBSTÂNCIAS** **VEÍCULO**

Para abrir a tela de cadastro de veículo na ocorrência clique no ícone **VEÍCULO**.

Veículo Envolvido

Placa: Renavam: Chassi: Cor:

Atual Prop: Modelo:

Envolvimento: Providência:

Data: às Horas

Observação:

Informe tipo de envolvimento. Os tipos disponíveis são: Coisa Extraviada, Coisa Subtraída, Coisa Apropriada, A apurar e Instrumento de Delito.

Envolvimento: COISA APROPRIADA

Para informar a providência selecione primeiro o tipo de envolvimento, pois as opções de providência será montada de acordo com o tipo de envolvimento. Poderá estar disponível Apreensão, Exibição e Apreensão, Busca, Depósito e Arrecadação.

Providência: BUSCA

6.5. Solicitando Exames e Perícias

Exames e perícias devem ser solicitados com o objetivo de esclarecer ou associar um vestígio, seja um objeto, um sinal ou ainda uma lesão em um dos envolvidos, com o fato investigado. O resultado dos exames e perícias vai fornecer ou não a prova material do fato, podendo alterar o seu status de vestígio para evidência ou indício.

O SIGO permite solicitar exames e perícias de local do crime, do envolvido e dos objetos associados ao fato.

6.5.1. Local de Crime

O local de crime é considerado como uma prova e deve ser, sempre que possível preservado e isolado. No local além de colher vestígios e padrão de comportamento do autor também deve ser observados os sinais de assinatura do autor. Os peritos criminais, ao examinarem um local de crime, estarão procurando todos os tipos de objetos, marcas ou sinais sensíveis que possam ter relação com o fato investigado.

No bloco de dados referente a endereçamento da ocorrência encontrará a disponibilidade de requisitar exame.

FATO: DATA DO FATO: AS HORAS
CEP: Ref. especial: Município: CAMPO GRANDE UF: MS
Logradouro: Nº: Bairro: Tipo de local: LOCAL

Para solicitar exame de vistoria de local de crime clique no ícone localizado em seguida do campo de tipo de local na tela de ocorrência.

Tipo de local: RESIDENCIA

Requisição de exame

6.5.2. Envolvido

Para solicitar exame para um envolvido clique na barra Exames.

ENVOLVIDOS

Nome: ZILDA GONCALVES DE SOUZA LEMOS

Tipo de Envolvimento: VITIMA

DADOS BIOGRÁFICOS

Nacionalidade: Brasileira Data de nascimento: 07/01/1984 Idade: 23

Alcunha: Mãe: ZILDA GONCALVES DE SOUZA LEMOS

Natural de: Nioaque LEMOS

RG/O.E.: 1108292/SSPMs Sexo: FEMININO

CPF:

EXAMES / PERÍCIAS

Exames solicitados

COISA(S) / OBJETO(S)

LESÕES

Salvar Limpar Voltar

Após abrir a aba de Exames/Perícias clique no ícone.

EXAMES / PERÍCIAS

Esta ação abrirá a lista para seleção dos exames/perícias. A lista de exames disponível para escolha será variável de acordo com o fato principal da ocorrência e o envolvido selecionado. Para selecionar clique na linha que contem o exame desejado.

Lista de Exames

Exame


NECROSCOPICO

PAPLOSCOPIA

LESAO CORPORAL

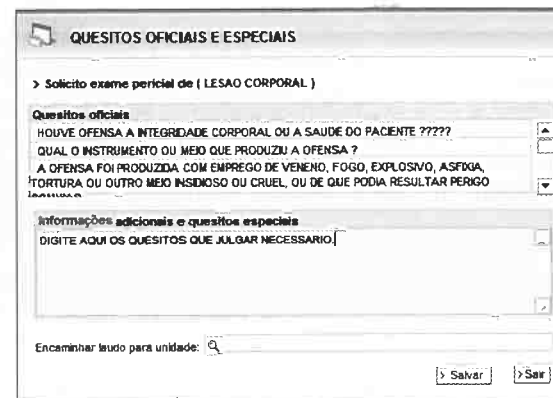
SANIDADE MENTAL

VERIFICACAO DE EMBRIAGUEZ

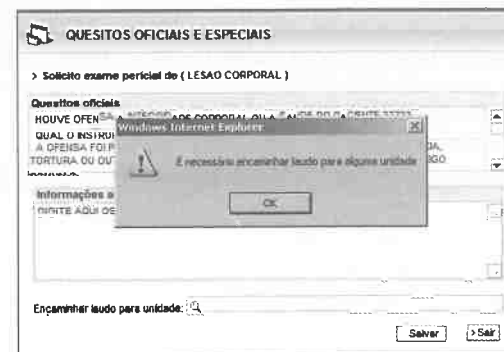
Os quesitos oficiais para cada exame já é estabelecido pelos organismos responsáveis e ao solicitar um exame seus quesitos obrigatórios serão listados na requisição do exame. Porém é possível que a autoridade policial queira resposta a quesitos especiais pertinentes aquela ocorrência em especial. Para formular quesitos especiais clique em .



Após formular os quesitos especiais caso seja necessário é obrigatório informar local de encaminhamento do laudo. Esta informação será útil aos especialistas que responderão à requisição do exame.






Não é permitido solicitar um exame/perícia sem informar local de encaminhamento.



Para selecionar local de encaminhamento do laudo digite parte do nome ou a sigla da unidade no campo apropriado e pressione a tecla enter conforme mostra a figura.



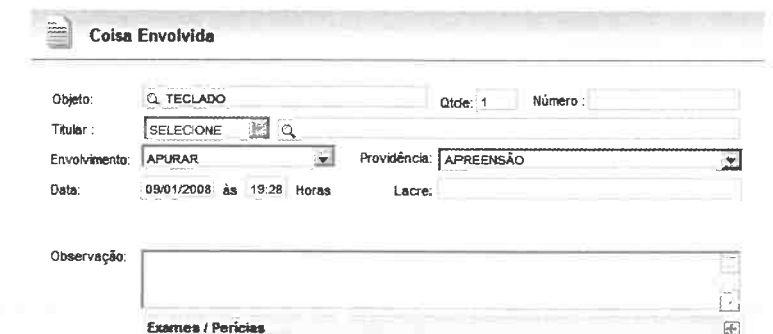
Clique em Salvar para concluir a inclusão de quesitos especiais.


Para imprimir a requisição individual do exame clique no ícone  localizado na linha do exame desejado, para imprimir uma requisição única de vários exames clique no ícone  localizado na linha exames inseridos e para excluir um exame clique no ícone  localizado na linha do exame que deseja excluir.




6.5.3. Coisas

As perícias nos objetos somente estarão disponíveis em coisas sob custódia da unidade policial, ou seja, coisas apreendidas, exibidas, apresentadas ou depositadas.



Para solicitar uma perícia clique no ícone  na linha Exames/Perícias e listará as perícias disponíveis para o tipo de coisa e fato principal da ocorrência.

 **Resultado da pesquisa solicitada**
Clique na informação desejada

Exame(s)

> EFICIENCIA

> VISTORIA EM LOCAL DE CRIME


É permitido solicitar tantas quantas perícias forem necessárias em cada coisa.


Exames / Perícias

EFICIENCIA

VISTORIA EM LOCAL DE CRIME

Os quesitos oficiais para cada perícia já é estabelecido pelos organismos responsáveis e ao solicitar um exame seus quesitos obrigatórios serão listados na requisição do exame. Porém é possível que a autoridade policial queira resposta a quesitos especiais pertinentes aquela coisa e ocorrência em especial. Para formular quesitos especiais clique em .

 **Quesitos oficiais e especiais**

> Solicito exame pericial de (EFICIENCIA)

Quesitos oficiais

QUAL A ESPÉCIE E CARACTERÍSTICAS DA ARMA SUBMETIDA A EXAME?



NO ESTADO EM QUE SE ACHA, PODIA SER UTILIZADA EFICAZMENTE PARA A PERPETRAÇÃO DO CRIME?

APRESENTA ALGUMA MANCHA? EM CASO POSITIVO, QUAL A NATUREZA DESSA MANCHA?

Informações adicionais e quesitos especiais

Encaminhar laudo para unidade:

A exemplo da requisição de exame de local de crime e de envolvidos é obrigatória a indicação para qual unidade o laudo deverá ser remetido.

Para imprimir a requisição da perícia clique no ícone  localizado na linha do exame desejado e para excluir um exame clique no ícone  localizado na linha do exame que deseja excluir.

Exames / Perícias

EFICIENCIA

VISTORIA EM LOCAL DE CRIME

7. OCORRÊNCIA BOMBEIROS

7.1. Aviso de Ocorrência

O formulário de cadastro do aviso de ocorrência é acessível através do menu Atendimento na barra de menus do SIGO.

AVISO DE OCORRÊNCIA

Solicitante: 05/12/2008 10:05

Despacho -COPS:

FATO COMUNICADO

Fato: Vítimas: ☐ Não ☐ Sim

VIATURAS EMPENHADAS

Viatura:

MERO DE AVISO

☐ Pessoal ☐ Nota de serviço

☐ Telefone ☐ Ordem de serviço

☐ Rádio ☐ Outro

☐ Plano de operações Obs:

LOCAL DO FATO

Referência Especial: CEP:

Logradouro: Nº:


Bairro:

Complemento:

Referência:

Cidade: CAMPO GRANDE UF: MS

Tipo de Local: Local

No campo *Solicitante* pesquisa o cidadão que está comunicando/solicitando o atendimento. Não havendo identificação do solicitante deixe este campo vazio. Para cadastrar um cidadão não localizando no banco de dados, clique no ícone .

Para detalhamento de inclusão de um cidadão consulte o módulo *Incluindo e Editando um cidadão*.

Havendo disponibilidade do número de despacho fornecido por uma central de despacho ou um CIOPS informe no campo *Despacho-CIOPS*.

Solicitante: COLABORADOR DE IMPLANTACAO 05/12/2008 10:05
Despacho -CIOPS: 1234

Para informar o fato comunicado digite parte do nome do fato e pressione a tecla *enter*. Na lista de fatos mostrada de acordo com o texto digitado, escolha a opção desejada clicando sobre o nome do fato. Informe a existência de vítimas e quantidade, em havendo vítimas.

FATO COMUNICADO

Fato: COMBATE A INCENDIO Vítimas: Não Sim Qtd Total: 3

No bloco *viaturas empenhas* digite o nome ou placa da(s) viatura(s) envolvida(s) no atendimento e pressione a tecla *enter*.

VIATURAS EMPENHADAS

Viatura: 1

Ao informar viatura é disponibilizado o campo de inclusão de guarnição/equipe.

VIATURAS EMPENHADAS

Viatura: 1

BMR5491 / AS12 Guarnição: 1

Para informar a equipe envolvida no atendimento digite o nome ou a matrícula do servidor e pressione a tecla *enter*.

VIATURAS EMPENHADAS

Viatura: 1

BMR5491 / AS12 Guarnição: 1

USUARIO BM - CABO CBM

Informe o meio de aviso.

MEIO DE AVISO

Pessoal Telefone Rádio Plano de operações

Nota de serviço Ordem de serviço Outro

Obs: 1

Em seguida informe o local de atendimento da ocorrência. É possível fazer a busca informando o CEP, uma vez que o SIGO contém a base de dados de logradouro de todo o Estado. Ao pesquisar pelo CEP os campos Município, Logradouro e Bairro serão automaticamente preenchidos, restando informar número, referência (quando houver) e local.

LOCAL DO FATO

Referência Especial: 1 CEP: 79031010 Nº: 55

Logradouro: AFONSO PENA

Bairro: SANTA FE

Complemento: CASA 1

Referência: PROXIMO AO SHOPPING

Cidade: CAMPO GRANDE UF: MS

Tipo de Local: RESIDENCIA

Salv Salvar

Quando o CEP não é conhecido e o município é diferente do listado no aviso é preciso informar o município, digitando parte do nome e pressionando *enter*, abre a lista de municípios para escolha, conforme próxima imagem.

Resultado da pesquisa solicitada

Clique na informação desejada

Município(s)	UF
Campo Grande	AL
Campo Grande	MS

Após a indicação de município, deve informar o logradouro. Neste campo não poderá ser usadas expressões como Rua, Avenida, Travessa e outros, basta digitar o nome do logradouro e pressionar *enter*, e escolher dentre os logradouros listados o desejado.

Resultado da pesquisa solicitada

Clique na informação desejada

Logradouro	Bairro	CEP
Afonso Pena	Amambai	79005000
Afonso Pena	Amambai	79005001
Afonso Pena	Centro	79002070

Ao selecionar um logradouro, os campos de CEP e bairro serão automaticamente preenchidos.

Após o preenchimento do logradouro deve ser informado o número de referência do local do fato que deve ser o número do imóvel, quando o Tipo de Local do Fato quando esse não permitir use o número próximo ou em frente do local, mas sempre faça essa indicação.

O campo de Referência Especial são endereços públicos conhecidos e onde normalmente ocorrem fatos. Veja o exemplo que segue, quando a palavra digitada foi bar:

Ao escolher uma das opções listadas os campos município, logradouro, bairro, C.E.P. e tipo de local já serão automaticamente preenchidos.

Agora deve ser informado o tipo de local, clicando no campo para abrir a lista de opções.

Tipo Local: **VIA PUBLICA**

Depois de concluir o preenchimento do local da ocorrência clique no botão *salvar*.

LOCAL DO FATO _____

Referência Especial: _____

Logradouro: _____

Bairro: _____

Complemento: _____

Referência: _____

Cidade: _____

Tipo de Local: Local

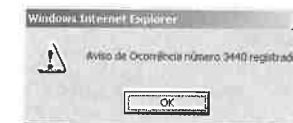
CER: Q 79034-40

Nº: _____

UF: MA


Sair ☐ Salvar ☐

Será listada uma mensagem comunicando a inclusão do aviso e o número gerado.



7.2. Iniciando o Relatório de Ocorrência

O aviso de ocorrência é o início do atendimento, porém precisa ser complementado com o relato de todo o atendimento.

Quando a equipe retorna do atendimento, ou mesmo no próprio local de atendimento, é possível complementar as informações inseridas no aviso de ocorrência através da consulta de ocorrência. Ao consultar a ocorrência clique no botão .

[illegible]

O relatório de ocorrência é composto pelo formulário geral e formulários específicos de Atividade Comunitária, Incêndio, Produtos Perigosos e Busca e Salvamento.

7.3. Formulário Básico

O formulário básico contém informações comuns a todos os tipos de atendimentos.

Os dados preenchidos por ocasião da inclusão do aviso de ocorrências são mantidos e exibidos já no formulário geral do relatório de atendimento.

AVISO OCORRÊNCIA

Ocorrência: ACCIDENTE DE TRANSITO COLISAO
Atendente: ANDRE CARVALHAL
Número despacho:

Para incluir o fato encontrado digite o inicio do nome do fato e pressione a tecla enter. Na lista de opções exibida escolha o fato que foi encontrado clicando sobre o seu nome.

FATO ENCONTRADO

Fato:

Os dados de local onde o atendimento ocorreu já vem preenchido conforme informado na tela de aviso de ocorrência. É possível alterar o local de atendimento, para isto basta alterar o valor desejado usando os critérios, filtros e opções já mencionados no material descritivo do aviso de ocorrência.

LOCAL

Referência Especial: Q
Logradouro: Q PANAMBI VERA
Bairro: Q JARDIM TUUCA
Complemento: ESQUINA COM SOUTO MAIOR
Referência: C
Cidade: CAMPO GRANDE
Tipo de Local: VIA URBANA
CER: Q 78092340
UF: MS

O status do atendimento é o resultado do atendimento. Escolha apenas uma das opções abaixo.

STATUS DO ATENDIMENTO

☐ TROTE ☐ FALSO ALARME ☐ QTH NÃO LOCALIZADO
☐ RECUSA ☐ SERVIÇO PRESTADO POR TERCEIROS ☐ VALIDO
☐ QTA

Selecionando a opção valido será aberto o bloco Tipo de Atendimento. Este bloco de opções será detalhado após o formulário geral de atendimento.

STATUS DO ATENDIMENTO

☐ TROTE ☐ FALSO ALARME ☐ QTH NÃO LOCALIZADO
☐ RECUSA ☐ SERVIÇO PRESTADO POR TERCEIROS ☐ VALIDO
☐ QTA

Tipo de Atendimento

☒ ATIVIDADE COMUNITÁRIA ☒ INCÊNDIO
☒ BUSCA E SALVAMENTO ☒ PRODUTOS PERIGOSOS

Informe os objetos e/ou meios de locomoção envolvidos na ocorrência.

OBJETOS / MEIO DE LOCOMOÇÃO

Objetos / Meio de locomoção:

Digite parte do texto e pressione a tecla enter.

Resultado da pesquisa solicitada
Clique na informação desejada

Objeto(s)

- > BICICLETA
- > LANCHIA A MOTOR DE POPA
- > PNEU
- > VEICULO AUTOMOTOR

Clique sobre o nome do objeto que deseja selecionar.

Ao selecionar um objeto este será listado com um campo de observação logo a frente. Para excluir o objeto clique no ícone cuja figura é uma lixeira.

OBJETOS / MEIO DE LOCOMOÇÃO

Objetos / Meio de locomoção:

1	BICICLETA		
2	VEICULO AUTOMOTOR		
3	LANCHIA A MOTOR DE POPA		



Informe os veículos identificados que estão associados ao fato. Faça a pesquisa por placa, chassi ou Renavan, digitando o valor que deseja pesquisar e pressionando a tecla enter.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: Chassi: Renavam:

Proprietário:
 Placa: HSH1475 Chassi: BC6KG021080023086 Renavam: 959087940
 Marca: YAMAHA Ano: 2008-2008
 Tipo: MOTOCICLO Cor: VERMELHA Combustível: GASOLINA
 Município: CAMPO GRANDE - MS Categoria: OFICIAL





Após selecionar o veículo o ícone identificado pela figura  indica que o veículo não possui carga. Para indicar carga à um veículo clique sobre o ícone .

Marque os itens de carga presentes no veículo e clique no botão concluir.

CARGA DO VEÍCULO

<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Animal
<input type="checkbox"/> Hortifrutigranjeiro	<input type="checkbox"/> Químico
<input type="checkbox"/> Líquido oleoso	<input type="checkbox"/> Máquinas
<input type="checkbox"/> Líquido inflamável	<input type="checkbox"/> Industriais
<input type="checkbox"/> Água potável	<input type="checkbox"/> Veículos
<input type="checkbox"/> Grão	<input type="checkbox"/> Máquinas
<input type="checkbox"/> Eletrodoméstico	<input type="checkbox"/> Agrícola
<input type="checkbox"/> Eletroeletrônico	<input type="checkbox"/> Material de construção
<input type="checkbox"/> Mudança	

Após informar carga do veículo observe que o ícone  mudou de cor e agora é .

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: Chassi: Renavam:

Proprietário:
 Placa: HSH1475 Chassi: BC6KG021080023086 Renavam: 959087940
 Marca: YAMAHA Ano: 2008-2008
 Tipo: MOTOCICLO Cor: VERMELHA Combustível: GASOLINA
 Município: CAMPO GRANDE - MS Categoria: OFICIAL



Para incluir outros servidores na equipe responsável pelo atendimento, o efetivo empenhado, digite a matrícula do servidor e pressione a tecla enter.


EFETIVO EMPENHADO

Matrícula:

Em viaturas empenhadas são listadas as viaturas já inseridas no aviso de ocorrência, com a guarnição de cada viatura. Para incluir outras viaturas no campo viatura digite a placa ou o nome da viatura e pressione a tecla enter. Para incluir um membro à guarnição digite a matrícula ou o nome do servidor e pressione a tecla enter.

VIATURAS EMPENHADAS

Viatura: <input type="text"/>	Guarnição: <input type="text"/>
HSH1867 / UR19	<input type="checkbox"/> JÁME FRANCISCO ALMEIDA <input type="checkbox"/> CARLA ROULEDO MORETTI LEITE
HQH6258 / ABR04	Guarnição: <input type="text"/>

Para incluir o odômetro de cada viatura clique sobre o ícone  Na tela a seguir digite as informações de quilometragem da viatura em questão, desde a marcação na saída para o atendimento, chegada no local de atendimento e o retorno para a base. Clique no botão concluir para salvar as informações e o botão cancelar para retornar ao formulário geral sem salvar as informações digitadas.

ODÔMETRO DA VIATURA " BMR5491 "

Odômetro de saída: Km

Odômetro do local: Km

Odômetro de chegada na base: Km

MJ - BIBLIOTECA

Em Órgãos em Apoio selecione tantas quantas opções forem necessárias para retratar os órgãos externos que estiveram envolvidos no auxílio de atendimento da ocorrência. O campo observações é um campo de livre digitação para descrever ações específicas ou unidades de apoio.

Em Recursos Diversos indique os recursos utilizados para realizar o atendimento.

468

CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

☐ Houve falta de proteção

☐ Houve falta de equipamentos de proteção

☐ Houve dificuldade em localizar o acidente

☐ Houve perda de tempo em congestionamento

☐ Distância superior a 5 Km

☐ Outra _____

☐ Fez ou _____

☐ OBM mais próxima sem viatura apropriada

☐ OBM mais próxima em atendimento de ocorrência

☐ Falta ou incorreção sobre os dados do evento

☐ Pene em viatura

☐ Pene em equipamento

NORÁRIOS

Chamada	h	Saída	h	Local	h	Retorno	h
---------	---	-------	---	-------	---	---------	---

LOCAL ENTREGUE A

SELEÇÃO

Vizura

Responsável

Observações

SELEÇÃO
ESTADO
GUARDA MUNICIPAL
POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SINISTRADO
SOLICITANTE
NÃO SE APLICA

Informe outros dados como viatura e responsável. Use o campo observação para detalhar informações relevantes sobre a entrega do local.

Clique no botão concluir para salvar todas as informações inseridas.

7.4. Atividade Comunitária

O formulário de Atividade Comunitária é bastante simplificado, coletando apenas dados essenciais a este tipo de atendimento.

Selecione o tipo de auxílio à comunidade.

Em seguida detalhe o histórico do trabalho. Descreva neste campo as ações realizadas e características relevantes ao atendimento.

Armazene neste campo observações e sugestões.

7.5. Busca e Salvamento

Em tipo de atendimento, clique em Busca e Salvamento.

Será exibido o formulário de específico de Busca e Salvamento e no formulário geral será disponibilizado um bloco para informação dos envolvidos.

No formulário de busca e salvamento informe o tipo de busca e salvamento.

Se houver envolvimento de animais indique qual animal, quantidade, situação, tipo do animal e quem o recebeu.

Em ações realizadas marque tantas quantas opções forem necessárias para retratar as atividades executadas no atendimento.

No bloco Pista de Rolagem será coletada informação de pista. Inicie informando o tipo de pista.

PISTA DE ROLAGEM

TIPO DE PISTA

<input type="checkbox"/> Asfalto	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Terra
<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Pedra	<input type="checkbox"/> Areia
<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Brita	

Informe todas as opções que indique o estado da pista.

ESTADO DA PISTA

<input type="checkbox"/> Deteriorado	<input type="checkbox"/> Molhado
<input type="checkbox"/> Em obra	<input type="checkbox"/> Oleoso
<input type="checkbox"/> Entalado	<input type="checkbox"/> Normal
<input type="checkbox"/> Inundado	<input type="checkbox"/> Outras substâncias

Marque a opção que descreva o alinhamento da pista.

ALINHAMENTO

<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Linha reta
<input type="checkbox"/> Declive	<input type="checkbox"/> Passagem de nível
<input type="checkbox"/> Ativa	

Selecione as opções que descrevam as sinalizações existentes na pista.

SINALIZAÇÃO

<input type="checkbox"/> Semáforo	<input type="checkbox"/> Presencial
<input type="checkbox"/> Horizontal	<input type="checkbox"/> Móvel
<input type="checkbox"/> Vertical	<input type="checkbox"/> Intermitente

Indique o sentido de tráfego permitido da pista.

MÃO DE DIREÇÃO

<input type="checkbox"/> Única
<input type="checkbox"/> Dupla

Descreva o atendimento no campo Histórico do Trabalho e complete outros dados em Observações e Sugestões.

HISTÓRICO DO TRABALHO

Observações e Sugestões

7.6. Incêndio

TIPO DE ATENDIMENTO

<input checked="" type="checkbox"/> ATIVIDADE COMUNITÁRIA	<input checked="" type="checkbox"/> INCÊNDIO
<input checked="" type="checkbox"/> BUSCA E SALVAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> PRODUTOS PERIGOSOS

Ao selecionar o tipo de atendimento como sendo Incêndio abrirá o formulário específico deste tipo de atendimento. No formulário de Incêndio informe os materiais utilizados no local de atendimento.

INCÊNDIO

MATERIAL EMPREGADO NO LOCAL

<input type="checkbox"/> De abastecimento	<input checked="" type="checkbox"/> De proteção	<input checked="" type="checkbox"/> Ferramentas
<input checked="" type="checkbox"/> De comunicações	<input type="checkbox"/> Bombas	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input checked="" type="checkbox"/> De busca/salvamento	<input type="checkbox"/> De ventilação	
<input checked="" type="checkbox"/> De estabelecimento	<input type="checkbox"/> Escadas	
<input type="checkbox"/> De iluminação	<input type="checkbox"/> Extintores	

Marque as opções de agente extintor utilizados. Marque todas as opções que se aplicam.

AGENTE EXTINTOR

<input type="checkbox"/> Água	<input type="checkbox"/> Líquido	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Espuma	<input type="checkbox"/> Líquido	

Em técnica utilizadas marque todas as técnicas empregadas no atendimento.

TECNICAS UTILIZADAS

<input type="checkbox"/> Ataque direto	<input type="checkbox"/> Jato neblina	<input type="checkbox"/> Abafamento
<input type="checkbox"/> Ataque indireto	<input type="checkbox"/> Linha de arrefecimento	<input type="checkbox"/> Isolamento
<input type="checkbox"/> Ataque combinado	<input type="checkbox"/> Linha de espuma	<input type="checkbox"/> Resfriamento
<input type="checkbox"/> Jato chuveiro	<input type="checkbox"/> Linha direta	<input type="checkbox"/> Divisor com: _____ linhas de ataque
<input type="checkbox"/> Jato compacto	<input type="checkbox"/> Mangolinho	

Quando o incêndio tiver acontecido em uma edificação é necessário descrevê-la. No bloco de dados referente à Edificação serão coletadas informações sobre a edificação atingida.

Em tipo de edificação descreva a área presumida de origem do incêndio, classe predominante, quantidade de pavimentos, pavimentos atingidos, área atingida em metros, área total em metros e o tipo de edificação.

Em dependência(s) atingida(s) marque todos os itens que foram atingidos diretamente pelo incêndio.

EDIFICAÇÃO:

TIPO DE EDIFICAÇÃO

Área presumida de origem do incêndio: _____ Classe predominante: _____

Quantidade total de pavimentos: _____ Pavimentos atingidos: _____ Área atingida: _____ Área total: _____

☐ Edificação térrea ☐ Torre

☐ Edificação esbostrada ☐ Planta industrial

☐ Edificação acima de dois pavimentos ☐ Mina

☐ Galpão aberto ☐ Caverna

☐ Galpão fechado

DEPENDÊNCIA(S) ATINGIDA(S):

☐ Sala ☐ Área de lazer ☐ Sala de reunião

☐ Quarto ☐ Piscina ☐ Auditório

☐ Sala de estar ☐ Banheiro ☐ Sala de trabalho

☐ Sala de jantar ☐ Sótão ☐ Área de serviço

☐ Cozinha ☐ Portão ☐ Recepção

☐ Outra: _____

Indique quais tipos de acesso disponíveis na edificação.

INFRA-ESTRUTURA DE ACESSO:

☐ Elevador

☐ Escada

☐ Escada rolante

Selecione as opções de Tipo de Revestimento Estrutural, Tipo de Cobertura e Tipo de Piso, sendo permitido marcar mais de uma opção.

TIPO DE REVESTIMENTO ESTRUTURAL:

☐ Alvenaria ☐ Concreto ☐ Metal ☐ Madeira ☐ Outra: _____

TIPO DE COBERTURA:

☐ Barro ☐ Metal ☐ Vegetal ☐ Amianto ☐ Outra: _____

TIPO DE PISO:

☐ Chão Batido ☐ Metal ☐ Cerâmico ☐ Madeira ☐ Outra: _____

Marque todos os equipamentos de prevenção existentes no local do incêndio.

EQUIPAMENTO DE PREVENÇÃO EXISTENTE / EPI:

☐ Aba

☐ Alarme e Detecção

☐ Acéres

☐ Brigada de emergência/bombeiros voluntários

☐ Casa de Bombas

☐ Dispensador de teto

☐ Escada externa

☐ Extintores de Espuma

☐ Extintores de Dióxido de Carbono

☐ Extintores de Pó Químico

☐ Extintores de Água Armazenada em Recipientes Pressurizados

☐ Extintores de Agentes Limpos (Halocarbonos)

☐ Vedo

☐ Hidrante

☐ Iluminação de emergência

☐ Nebulizadores de água

☐ Pêndulo

☐ P.C.F. / P.R.F.

☐ Rede de educação de água

☐ Saida de emergência

☐ Sinal, rota de fuga

☐ Sistema Fixo de CO₂ / FM200

☐ Sistema Fixo de Espuma

☐ Sprinklers

☐ Sensor de fumaça

Se o incêndio atingir área externa descreva a vegetação. Informe área atingida e o tipo de área. Selecione o tipo de vegetação atingida.

VEGETAÇÃO:

Atingida: ☐ Urbana (m²) ☐ Rural (ha)

Não atingida: ☐ Arroz ☐ Milho ☐ Cana

☐ APA ☐ Reserva ☐ Mitheto

☐ Feijão ☐ Algodão ☐ Pasto

☐ Soja ☐ Mata Nativa ☐ Reflorestamento

Informe as características do Ambiente de Trabalho.

AMBIENTE DE TRABALHO:

☐ Normal ☐ Radioativo ☐ Úmido

☐ Químico ☐ Alta Temperatura ☐ Aerodispersóide

☐ Baixa Temperatura ☐ Gaseoso

Marque as Ações Realizadas no combate ao incêndio.

AÇÕES REALIZADAS:

☐ Confinamento ☐ Proteção de áreas adjacentes ☐ Rescaldo

☐ Contenção ☐ Proteção de salvados ☐ Ventilação

☐ Extinção de incêndio ☐ Realização de acerto

☐ Outra: _____

Selecione todos os Recursos Hídricos que foram utilizados no local.

RECURSOS HÍDRICOS:

☐ Água transportada ☐ Lago/Logos ☐ Represa

☐ Sistema/Reservatório ☐ Piscina ☐ RTI

☐ Hidrante ☐ Rio

☐ Outra: _____

Indique a(s) causa(s) provável do incêndio.

CAUSA PROVÁVEL:

☐ Ato Incendiário

☐ Acúmulo de material gorduroso

☐ Balão

☐ Brincadeira de crianças

☐ Cigarro, aqueiro ou fósforo

☐ Curto-circuito

☐ Descuidado ao cozinhar

☐ Exaustores/chaminés

☐ Fogos de artifício

☐ Ferro de passar roupa

☐ Ignição espontânea

☐ Instalações elétricas

☐ Ignição em óleo de fritadeira

☐ Eletrodomésticos. Qual?

☐ Desconhecida:

☐ Ignição ou explosão de produtos químicos. Qual?

☐ Outra: _____

☐ Líquidos de limpeza doméstico

☐ Líquidos inflamáveis industriais

☐ Negligência com fósforos

☐ Pontas de cigarro

☐ Ratos

☐ Superaquecimento de equipamento

☐ Soldagem

☐ Trabalho de soldagem

☐ Unidades de cozinha


☐ Vazamento de gás

☐ Vazamento de gás na rua

☐ Vela

7.8. Envolvidos

Ao selecionar o tipo de atendimento será habilitado o bloco para inclusão de envolvidos.

Para incluir um envolvido faça a pesquisa pelo nome, RG ou CPF e pressione enter. Para incluir um novo cidadão clique no ícone  e consulte o módulo Incluindo e Editando Cidadão.

NOME DO ENVOLVIDO	Nível de Lesão			Ícones de Transporte											
	leso	A.P.H.	M.O.L.	carro	caminhão	motocicleta	pedestre	avião	navio	ônibus	trilho	barco	outro		
THALITA ALVES DA SILVA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

Para editar os dados do envolvido dê duplo clique sobre o nome do cidadão e será exibida a tela de dados pessoais do envolvido.

Dados Pessoais		Dados Antropométricos		Peculiaridades		Endereço		Foto		Relacionamentos		Digital	
RG:	1027479	Org. Exp:	SSPM	Título de Eleitor:									
Nome:	JEFFERSON CORTES DA CRUZ			Alcunha:									
Pat:				Mãe:	ANTONIA CORTES DA CRUZ								
Nacionalidade:	BRASILEIRO(A)			Natural de:	MIRANDA			UF:	MS	Sexo:	MASCULINO	Data Nasc.:	13/04/1980
CPF:				Profissão (CBO):									
CNH:				Emissão:				Primeira Habilitação:				Validade Exame Médico:	
Escolaridade:	SELECIONE												
Estado civil:	SELECIONE			Conselho Prof.:	SELECIONE			Nº conselho:				E-mail:	
Usuário de inclusão:				Data de inclusão:									
> Salvar													

Para detalhamento de edição dos dados do cidadão consulte o módulo Incluindo e Editando Cidadão.

Indique o nível de lesão, sendo Ileso, Atendimento Pré Hospitalar (A.P.H.) ou Morte Obvia no Local (M.O.L.). O Atendimento Pré Hospitalar será detalhado logo à frente.

NOME DO ENVOLVIDO	Nível de Lesão			Ícones de Transporte											
	leso	A.P.H.	M.O.L.	carro	caminhão	motocicleta	pedestre	avião	navio	ônibus	trilho	barco	outro		
THALITA ALVES DA SILVA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

Indique qual o meio de transporte utilizado pelo envolvido.
Ao escolher o meio de transporte será solicitado detalhamento.
Observe o detalhamento da associação do envolvido a um automóvel.

RELACIONE O ENVOLVIDO AO AUTOMÓVEL		
Proprietário: ATIMA OLIVEIRA DA SILVA	Chassi: BIZ 125 E5	Renavam: Ano: 2006/2006
Placa: H501208	Modelo: BIZ 125 E5	Combustível: Cor: PRATA
Marca: HONDA		Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPO GRANDE - MS		
<input type="radio"/> Condutor	<input type="radio"/> Passageiro banco dianteiro	<input type="radio"/> Passageiro banco traseiro
<input type="radio"/> Passageiro em cadeira de bebê	<input type="radio"/> Passageiro na carroceria	<input type="radio"/> Passageiro na garupa
Cancelar Concluir		

Selecione qual o posicionamento do envolvido com o meio de locomoção e clique em Concluir.

Quando selecionar qualquer outro meio de locomoção, exceto automóvel e pedestre, será solicitada a informação se este era condutor ou passageiro.

RELACIONE O ENVOLVIDO AO OBJETO	
1 BICICLETA	<input type="radio"/> Condutor <input type="radio"/> Passageiro
Cancelar Concluir	

Clique em concluir para salvar as informações ou para cancelar e retornar ao formulário sem salvar os dados.

7.9. Atendimento Pré-Hospitalar

NOME DO ENVOLVIDO	Nível de Lesão			Ícones de Transporte											
	leso	A.P.H.	M.O.L.	carro	caminhão	motocicleta	pedestre	avião	navio	ônibus	trilho	barco	outro		
THALITA ALVES DA SILVA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

Ao informar o nível de lesão no envolvido como A.P.H. (Atendimento Pré-Hospitalar) abrirá o formulário específico para descrever o atendimento e características específicas.

[illegible]

Digite o nome do acompanhante da vítima, se houver, e pressione a tecla enter para pesquisar. Na lista de opções escolha o acompanhante.

ACOMPANHANTE DA VÍTIMA -----

Informe a classificação da vítima.

CLASSIFICAÇÃO DA VÍTIMA

<input type="radio"/> Civil	<input type="radio"/> Agente Penitenciário	<input type="radio"/> Exército
<input type="radio"/> Policial Militar	<input type="radio"/> Bombeiro Militar	<input type="radio"/> Marinha
<input type="radio"/> Policial Civil	<input type="radio"/> Guarda Municipal	<input type="radio"/> Aeronáutica
<input type="radio"/> Policial Científico		

Informe o motivo pelo qual a vítima encontrava-se no local.

MOTIVO DE SUA PRESENÇA NO LOCAL

<input type="radio"/> Trabalho	<input type="radio"/> Esporte	<input type="radio"/> Desconhecido
<input type="radio"/> Moradia	<input type="radio"/> Consumo	
<input type="radio"/> Lazer	<input type="radio"/> Em Trânsito	

Selecione todos os procedimentos executados para a vítima.

PROCEDIMENTOS		
<input type="checkbox"/> Aquecimento	<input type="checkbox"/> Oxigenoterapia	<input type="checkbox"/> Curativo valutado
<input type="checkbox"/> Imobilização com estabilizador	<input type="checkbox"/> Curativo oclusivo	<input type="checkbox"/> Hemostasia
<input type="checkbox"/> Aspiração	<input type="checkbox"/> Parto assistido	<input type="checkbox"/> Exposição de MIM
<input type="checkbox"/> Limpeza do local	<input type="checkbox"/> Desobstrução de V. A.	<input type="checkbox"/> Imobilização com collar cervical
<input type="checkbox"/> Cúcula orofaríngea	<input type="checkbox"/> RPC	<input type="checkbox"/> Contenção de Hemorragias
<input type="checkbox"/> Administração de medicamentos	<input type="checkbox"/> Traqueostomia	<input type="checkbox"/> Desfibrilação ventricular
<input type="checkbox"/> Assistência e estabilização de vítima	<input type="checkbox"/> Transporte inter-hospitalar	<input type="checkbox"/> Desobstrução de vias aéreas
<input type="checkbox"/> Cardioversão	<input type="checkbox"/> Ventilação assistida	<input type="checkbox"/> Imobilização

Informe os dados vitais da vítima.

DADOS VITAIS

Pressão arterial: / (mmHg) Escala de coma de Glasgow:

Para classificar a vítima na escala de Glasgow clique no botão Calcular.

Informe a Abertura Ocular da vítima.

Informe qual a Resposta Verbal da vítima.

Informa qual a Resposta Motora da vítima.

Clique em finalizar e retornar ao formulário A.P.H.

Ao retornar ao formulário de A.P.H. a escala de Glasgow já estará preenchida de acordo com as informações fornecidas na tela Escala de Glasgow.

ESCALA DE GLASGOW	
ABERTURA OCULAR	
Esontânea	<input type="radio"/>
Ao comando verbal	<input type="radio"/>
À dor	<input type="radio"/>
Ausente	<input type="radio"/>
RESPOSTA VERBAL	
Orientado e conversando	<input type="radio"/>
Desorientado e conversando	<input type="radio"/>
Palavras inapropriadas	<input type="radio"/>
Sons incompreensíveis	<input type="radio"/>
Sem resposta	<input type="radio"/>
RESPOSTA MOTORA	
Obedece comandos	<input type="radio"/>
Localização à dor	<input type="radio"/>
Flexão inespecífica (retrada)	<input type="radio"/>
Flexão hipertônica - DECORTICACAO	<input type="radio"/>
Extensão hipertônica - DECEREBRACAO	<input type="radio"/>
Sem resposta	<input type="radio"/>
Finalizar	

Indique todos os sintomas que a vítima apresenta.

SINTOMAS			
<input type="checkbox"/> Dor	<input type="checkbox"/> Diplopia	<input type="checkbox"/> Diarréia	<input type="checkbox"/> Câibras
<input type="checkbox"/> Tontura	<input type="checkbox"/> Visão turva	<input type="checkbox"/> Cansaço	<input type="checkbox"/> Falta de ar
<input type="checkbox"/> Sede	<input type="checkbox"/> Sonolência	<input type="checkbox"/> Fraqueza	<input type="checkbox"/> Irritabilidade
<input type="checkbox"/> Cefaleia	<input type="checkbox"/> Confusão	<input type="checkbox"/> Estresse	<input type="checkbox"/> Mau estar
<input type="checkbox"/> Vertigens	<input type="checkbox"/> Agressividade	<input type="checkbox"/> Sensação de morte iminente	<input type="checkbox"/> Náuseas

Marque todos os sinais presentes na vítima.

SINAIS			
<input type="checkbox"/> Hipotermia	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> Emese	<input type="checkbox"/> Miose
<input type="checkbox"/> Pulso	<input type="checkbox"/> Normocardia	<input type="checkbox"/> Epistaxe	<input type="checkbox"/> Convulsões
<input type="checkbox"/> Sudorese	<input type="checkbox"/> Pele fria	<input type="checkbox"/> Esquimose	<input type="checkbox"/> Rubor facial
<input type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Pele úmida	<input type="checkbox"/> Eritema	<input type="checkbox"/> Tremores
<input type="checkbox"/> Bradipnéia	<input type="checkbox"/> Pele quente	<input type="checkbox"/> Hematoma	<input type="checkbox"/> Rigidez muscular
<input type="checkbox"/> Taquipnéia	<input type="checkbox"/> Pele seca	<input type="checkbox"/> Tosse	<input type="checkbox"/> Bolhas
<input type="checkbox"/> Dispnéia	<input type="checkbox"/> Pele vermelha	<input type="checkbox"/> Deformidade	<input type="checkbox"/> Necrose
<input type="checkbox"/> Apnéia	<input type="checkbox"/> Estase de jugular	<input type="checkbox"/> Crepitação óssea	<input type="checkbox"/> Hematúria (sangue na urina)
<input type="checkbox"/> Hipertensão arterial	<input type="checkbox"/> Cianose	<input type="checkbox"/> Queimaduras	<input type="checkbox"/> Parestesia
<input type="checkbox"/> Hipertensão sistólica	<input type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> Lacrimamento	<input type="checkbox"/> Ptose palpebral
<input type="checkbox"/> Hipertensão diastólica	<input type="checkbox"/> Ederma	<input type="checkbox"/> Midríase	<input type="checkbox"/> Priapismo
<input type="checkbox"/> Hipertensão arterial	<input type="checkbox"/> P.A. divergente	<input type="checkbox"/> Piboreção	<input type="checkbox"/> Palidez
<input type="checkbox"/> Hipertensão sistólica	<input type="checkbox"/> P.A. convergente	<input type="checkbox"/> Sialorréia (salivação excessiva)	<input type="checkbox"/> Nistagmo (movimentos oculares anormais)
<input type="checkbox"/> Hipertensão diastólica	<input type="checkbox"/> Pírexia (estado febril)		

Informe dados de pulso, respiração, pupilas e condições de segurança.

PULSO bpm <input type="radio"/> Forte <input type="radio"/> Fraco <input type="radio"/> Regular <input type="radio"/> Irregular	RESPIRAÇÃO rpm <input type="radio"/> Superficial <input type="radio"/> Profunda <input type="radio"/> Silenciosa <input type="radio"/> Ruidosa <input type="radio"/> Regular <input type="radio"/> Irregular
PUPILAS <input type="radio"/> Anisocóricas (D > E) <input type="radio"/> Isocóricas médias <input type="radio"/> Anisocóricas (E > D) <input type="radio"/> Isocóricas midríaticas <input type="radio"/> Isocóricas mióticas Fotoreagente <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E	CONDIÇÃO DE SEGURANÇA <input type="checkbox"/> Usa cinto <input type="checkbox"/> Usa capacete <input type="checkbox"/> Air Bag

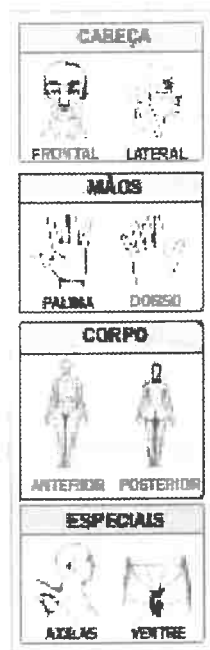
Indique o destino da vítima e se necessário use o campo observações para detalhar.

DESTINO DA VÍTIMA <input type="radio"/> Não removido por morte óbvia <input type="radio"/> Permaneceu no local após ser atendida <input type="radio"/> Entregue ao núcleo de saúde <input type="radio"/> Transportado por outro órgão <input type="radio"/> Outras	<input type="radio"/> Recusou atendimento <input type="radio"/> Encaminhado ao suporte avançado <input type="radio"/> Encaminhado ao suporte aeromédico
Observações	

Descreva o quadro geral da vítima ao finalizar o atendimento.

QUADRO GERAL Observações

Relacione os materiais de A.P.H. utilizados no atendimento à vítima.



MATERIAL DE APM

<input type="checkbox"/> Algodão	<input type="checkbox"/> Colar cervical	<input type="checkbox"/> Máscara facial
<input type="checkbox"/> Alcool	<input type="checkbox"/> Esfigmomanômetro	<input type="checkbox"/> Máscara PRCP Individual
<input type="checkbox"/> Ambu adulto	<input type="checkbox"/> Espandaportia c/crepe	<input type="checkbox"/> Máscara p/ Isolação
<input type="checkbox"/> Ambu Infantil	<input type="checkbox"/> Estetoscópio	<input type="checkbox"/> Pálpebra Isolação
<input type="checkbox"/> Aspirador	<input type="checkbox"/> Gaze	<input type="checkbox"/> Prancha
<input type="checkbox"/> Atadura de crepe	<input type="checkbox"/> Hipoclorito	<input type="checkbox"/> Protetor quimicador e eyecor
<input type="checkbox"/> Avental	<input type="checkbox"/> K.E.D	<input type="checkbox"/> Sonda de aspiração
<input type="checkbox"/> Bandagem triangular	<input type="checkbox"/> Kápiro	<input type="checkbox"/> Soro
<input type="checkbox"/> Cânula de guedel	<input type="checkbox"/> Lanterna de poplite	<input type="checkbox"/> Tala de imobilização
<input type="checkbox"/> Cateter de oxigênio	<input type="checkbox"/> Lixa de precatamento	<input type="checkbox"/> Tesoura corte vestes
<input type="checkbox"/> Cobertor	<input type="checkbox"/> Manta estérilizada	<input type="checkbox"/> Terciário descartável
<input type="checkbox"/> Outra		
<input type="checkbox"/> Faltou		

Para indicar as lesões externas da vítima clique no botão Lesões Externas ou Concluir para salvar os dados de Atendimento Pré Hospitalar da vítima.

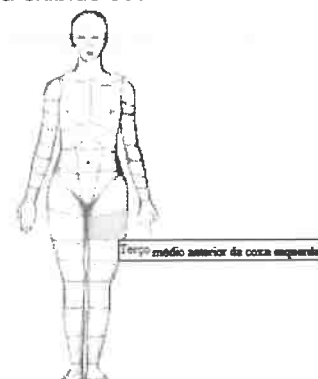
LOCAL DA LESÃO	MEIO AGENTE INSTRUMENTO	RESULTADO DA LESÃO
Face Frontal da Cabeça - Frontal	FORÇA MUSCULAR	Fratura

Ao clicar no botão Lesões Externas será listado o Mapa de Lesões Externas.



Selecione no quadro de partes macro do corpo qual a parte que esta lesionada, dentre as opções estão cabeça, mãos, corpo e especiais.

Ao selecionar uma parte macro do corpo será listado aquela parte com recortes, clique sobre o recorte para selecionar. Ao posicionar o curso do mouse sobre a parte será exibido seu nome técnico.



Ao selecionar a parte detalhada será aberta a tela de dados da lesão. Indique o meio/agente/instrumento causador da lesão.

MEIOS/RESULTADO

Local da Lesão: Face Lateral Esquerda do Corpo Humano - Terço Médio - Região posterior da Coxa

Meio/Agente/Instrumento:

Resultado: Sem lesão aparente

Observação:

Ossos: FRONTAL

Escolha o resultado da lesão na lista de resultados.

Resultado: Sem lesão aparente

- 1º - Eritema
- 2º - Flictena
- 3º - Escaras
- 4º - Carbonização
- Bossa Linfática
- Bossa Sanguínea
- Equimose
- Escoriação
- Ferida Contusa
- Ferida Incisa
- Ferida Punctória
- Fratura
- Hematoma
- Laceração
- Luxação
- Sem lesão aparente

Clique em adicionar para salvar os dados informados.

Clique em Cancelar para retornar ao Mapa de Lesões Externas sem salvar os dados.

8. CUSTÓDIA CADEIA PÚBLICA

8.1. Movimentação de Presos

A movimentação de presos é dividida em entrada e saída de uma unidade.

Normalmente a movimentação de preso ocorre aos pares,

principalmente em movimentações de recâmbio, onde um preso sai de uma unidade com destino em outra.

Para fazer a movimentação de um preso, escolha a opção "Mov. do Preso", nos menus Agepen, Captura ou ☐ Mov. do preso ☐ Cartório.

Ao consultar um cidadão, a informação referente a sua custódia é destacada, quando existente, e poderá ser "custodiado", "foragido" ou "fugitivo". Veja um exemplo de consulta de um cidadão custodiado em uma unidade policial.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
Resultado da pesquisa solicitada

EBERSON RATIER DA SILVA
RG: 1310065 / SSPMS CPF: 000.000.000-00

(CUSTODIADO-Regime Fechado)
Data de nascimento: 14/05/1984 Mãe: MARLENE RATIER SACONE

Para visualizar detalhes, clique na linha de dados do cidadão.

CIDADÃO CONSULTADO
Resultado da pesquisa solicitada

EBERSON RATIER DA SILVA

Profissão:
Data Nascimento: 14/05/1984 RG: 1310065 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alcinha:
Naturalidade: Campo Grande / MS
Nome da mãe: MARLENE RATIER SACONE
(CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Esta seção detalha informações de geração de RGI (Registro Geral de Interno).

Dados de Registro do Interno

RG: 39833 Data de entrada: 21/08/2006
Funcionário Responsável: ELIZABETH JANUARIA DA SILVA

Este bloco de dados "Relacionamentos" lista os relacionamentos do cidadão consultado.

Relacionamentos

Nome	Tipo de relacionamento
MARLENE RATIER SACONE	MÃE

A seção "Ocorrências" a seguir lista as ocorrências em que o cidadão teve alguma participação.

Ocorrências						
Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação
1970 / 06	06/05/2006	06/05/2006	5ª DP-CG	DANO	AUTOR	Aguardando Deliberação
2145 / 06	15/07/2006	14/07/2006	1ª DEAM-CG	ESTUPRO	AUTOR	Aguardando Deliberação
50 / 07	25/05/2007	18/08/2006	CPM/10 B/1C/2P_TA	ESTUPRO	AUTOR	Aguardando Deliberação

A seção "Mandados" exhibe os mandados expedidos contra o cidadão consultado.

Mandados					
Nº Mandado	Nº do processo	Situação	Cumprido por	Encaminhado para	Data Cumprimento
7842	001.06.033593-0	CUMPRIDO E DEVOLVIDO	1ª DEAM-CG		18/08/2006

A seção "Movimentação do preso" lista as movimentações de custódia do cidadão consultado.

Movimentação do preso					
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem Destino
18/08/2006	E	1ª DEAM-CG	Mandado de Prisão		1ª DEAM-CG 1ª DEAM-CG
18/08/2006	S	1ª DEAM-CG	Determinação Judicial		1ª DEAM-CG IPCG
21/08/2006	E	IPCG	Determinação Judicial	slnº/2006/DEFURV-CG	DEFURV IPCG

Cidadãos que já estiveram custodiados no sistema penitenciário possuem um número de identificação, o Registro Geral de Interno (RGI), e será exibido nas consultas do cidadão.

8.2. Selecionando o Preso a Movimentar

A movimentação do preso pode acontecer em qualquer unidade policial, seja de entrada ou saída. Para iniciar uma movimentação de entrada é necessário informar o preso a ser movimentado. Além de todos os critérios já detalhados em "Consulta de Cidadão" é possível, também, fazer a seleção de cidadão usando o número de RGI. Escolha qual será o critério, digite o valor desejado e pressione a tecla enter.

MOVIMENTAÇÃO DE PRESO

Informe os dados desejados para movimentação

Dados do Custodiado

Nome: OSVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Alcunha: CIDA

Data Nascimento: 19/05/1971 RG: 1707374 / SPMS CPF: Sexo: Masculino

Naturalidade: Comorana UF: SP Nome da mãe: APARECIDA PIRES DO NASCIMENTO Número RGI: 20959

Última movimentação:

Data	Tipo	Instrumento	Documento	Origem	Destino
10/02/1998	Entrada	Recâmbio		EPJFC	EPJFC

Tipo de Movimentação

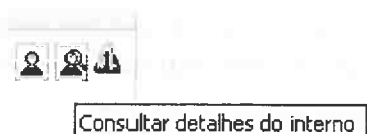
Movimentação: SAIDA Data: ☐ Possui Ex. Corpo de Delito ☐ Possui Mandado

Motivo: SELECIONE Número do Documento:

Origem: MS Unidade: Q. PRIMEIRA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER DE CAM

Destino: SEL ?

Para ver detalhes do custodiado clique no ícone de alerta.



Observe que é listada a última movimentação deste custodiado.

Última movimentação:

Data	Tipo	Instrumento	Documento	Origem	Destino
01/12/2006	Saída	Alvará de Soltura	001.06.027463-9	EPRSAACG	/

8.3. Escolhendo o Tipo de Movimentação

A movimentação de presos é dividida em entrada e saída de uma unidade e estará disponível de acordo com movimentações anteriores. Estará disponível entrada quando não houver movimentação anterior ou quando a última movimentação for de saída.

Tipo de Movimentação

SELECIONE

ENTRADA

SAIDA

8.4. Entrada do Preso

Em algumas circunstâncias, o sistema gera automaticamente a entrada de um preso em uma unidade. São elas: cumprimento de mandado e auto de prisão em flagrante delito. Quando a entrada não é gerada automaticamente, é preciso movimentar o preso manualmente.

Selecione o tipo de movimentação "Entrada", em seguida, informe data e hora da movimentação.

Tipo de Movimentação

Movimentação: ENTRADA Data: ☐ Possui Ex. Corpo de Delito ☐ Possui Mandado

Motivo: SELECIONE Número do Documento:

Origem: SEL ?

Destino: MS Unidade: Q. SUPORTE SIGO FABRICA

Ao selecionar o tipo de movimentação, as opções disponíveis para Motivo será montada dinamicamente. São elas: Determinação Judicial, Recâmbio e Recaptura.

Motivo: RECÂMBIO

As movimentações de entrada por cumprimento de mandado e por prisão em flagrante delito são geradas automaticamente ao concluir cada um dos procedimentos relacionados.

A origem refere-se ao local onde o preso está custodiado. Se for dentro do Estado, escolha a sigla do Estado, e no campo Unidade digite o nome da unidade procedente do preso e pressione a tecla **enter**. Se a origem for de outro Estado, escolha a sigla do estado em seguida informe o nome do município e pressione a tecla **enter**. Escolha a procedência do preso na lista de opções. Este campo já vem preenchido com o destino da última movimentação.

Tipo de Movimentação

Tipo de Movimentação: ENTRADA Data/Hora: 01/09/2006 14:00 ☒ Possui Ex. de Corpo de Delito ☒ Possui Mandado

Motivo: RECÂMBIO Número do Documento: 123

Origem: MS Unidade: Q. DELEGACIA ESPECIALIZADA DE POLINTER E CAPTURAS

Destino: MS Unidade: Q. ESTABELECIMENTO PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO

Quando o destino for para dentro do Estado escolha a sigla do estado e no campo Unidade digite o nome da unidade que receberá o preso e pressione a tecla enter. Se o destino for para outro Estado escolha a sigla do estado de destino e no campo informe o nome do município e pressione a tecla enter. Escolha o destino do preso na lista de opções.

Entrada do Preso - Tela Inicial

Na tela inicial estarão disponíveis todos os menus de acesso conforme o perfil do usuário, lista entre outras informações os custodiados encaminhados para a unidade que o usuário escolheu ao entrar no SIGO.

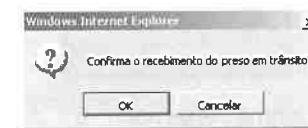
Objeto	Quantidade	Objeto	Quantidade
ARMA	0	CUSTODIADOS	1
CELULAR	0	DROGA	0
CHEQUE	0	VEICULO	0

No bloco Custodiados encaminhados para esta unidade nos últimos 5 dias lista os custodiados que foram encaminhados por outras unidades.

DtEncaminhamento	Unidade de Origem	Nome
09/11/2007 12:00	SEXTA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPO GRANDE	FRANCISCO ALVES PEREIRA

É possível já fazer a entrada do custodiado nesta tela, basta para tanto, clicar no ícone .

Ao clicar no ícone para efetuar o recebimento automático do preso será exibida uma mensagem de confirmação.



Ao clicar no botão OK o custodiado constará no estoque de custodiado da unidade.

8.5. Saída do Preso

Só é possível dar saída em um preso que tenha dado entrada, ou seja o tipo de movimentação Saída estará disponível se a movimentação anterior tenha sido de entrada. Tipo de Movimentação SAIDA

Após escolher o tipo de movimentação, será montada a lista de motivos disponíveis. São elas: Determinação Judicial, Recâmbio, Alvará de Soltura, Fuga, Evasão, Certidão Judicial, Certidão Interna, Livramento Condicional, Hábeas Corpus e Óbito

Escolha a opção Motivo RECÂMBIO desejada.

A origem refere-se ao local onde o preso está custodiado. Se for dentro do Estado, escolha MS, e no campo Unidade digite o nome da unidade procedente do preso e pressione a tecla enter. Se a origem for de outro Estado, informe o nome do município e pressione a tecla enter.

Escolha a procedência do preso na lista de opções. Este campo já vem preenchido com o destino da última movimentação. Observe na figura anterior que já existia uma movimentação de entrada, onde o destino do preso era a Polinter. Nesta movimentação a origem será Polinter.

Para concluir, clique em Salvar.



Vamos consultar como exemplo o cidadão EDILSON JOCA ALENCAR.

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
08/02/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF/0398/06	CEPOL-CG	POLINTER
02/03/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS.: 032/06	POLINTER	/
04/05/2006	E	POLINTER	Auto de Prisão em Flagrante	OF/1313/2006	CEPOL-CG	POLINTER
20/06/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/4473/2006	POLINTER	PCG
20/06/2006	E	PCG	Determinação Judicial	4473/2006/POLINTER	POLINTER	PCG

CIDADÃO CONSULTADO
Resultado da pesquisa solicitada

EDILSON JOCA DE ALENCAR

Profissão:

Data Nascimento: 19/07/1982 RG: 1394234 / SSPMS Sexo: Masculino

CPF: Alcinha:

Naturalidade: Indaópolis / MS

Nome da mãe: MARIA JOCA DE ALENCAR

RG: 38818 (CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Observe a seção de movimentação de preso.

Para detalhar uma das movimentações clique na movimentação que deseja:

Dados da Movimentação do Preso

Numero da Movimentação: 7351

Nome: EDILSON JOCA DE ALENCAR

Data da Movimentação: 20/06/2006

Tipo de Movimentação: SAÍDA Documento: OF/4473/2006 Instrumento: Recambio

Origem: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE POLINTER E CAPTURAS

Destino: INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE

Funcionário Responsável: JEFERSON BORGES DOS SANTOS - Matrícula: 842877

Lotação: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE ROUBOS E FURTOS

[Fechar](#)

8.6. Ofício de Encaminhamento do Preso

Ao clicar em salvar e a movimentação for de Recâmbio, será impresso o Ofício de Encaminhamento do Preso.

É preciso que informe o delegado responsável pela movimentação e que assinará o Ofício, conforme tela seguinte. Para pesquisar o delegado desejado, siga os procedimentos para pesquisa já visto anteriormente: Escolha o tipo de busca, digite o valor a ser pesquisado (neste caso o nome) e pressione a tecla **enter**.

INSERIR DELEGADO E ESCRIVÃO

Tipo: **Tipo de busca:** **Busca:**

DELEGADO NOME JEFFERSON NE

[Salvar](#)

Na lista de resultado, clique em cima do nome desejado.

Lista DE RESULTADO(S)

Nome	Data de nascimento	Nome da mãe
> JEFFERSON NEREU LUPPE	10/10/1960	ESTHER STEFANONI BATISTA
> JEFFERSON PEREIRA BENEDITO	28/04/1978	CLAUDETE PEREIRA BENEDITO

Clique em Salvar, esta ação abrirá o ofício de encaminhamento de preso para impressão e gerará a movimentação.



8.7. Recebendo um Preso

Outra opção de dar entrada no preso é no item Recibo de Preso e Recibo do Interno, no menu *Penal*, *Captura* ou *Cartório*.

Receb. de presos

Ao utilizar esta opção, a entrada será dada automaticamente, sem a necessidade de informar Origem. Para isto, é preciso que a movimentação tenha sido gerada pelo SIGO e tenha o Ofício de Encaminhamento do Preso, pois para localizar o preso, será utilizado o número que consta no Ofício.

Informe a origem, digite parte do nome da unidade e pressione a tecla enter. Digite o número do ofício, seguido do ano e pressione o botão localizar.

RECIBO DO PRESO
Informe os dados abaixo para imprimir

Informe a Unidade e o Número do Ofício de Encaminhamento do Preso

Origem: MS Unidade: FABRICA Ofício: 4 / 2006 Localizar

Nome do preso: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Idade: 2005 Nome da Mãe: COLABORADOR DE IMPLANTACAO

Nome do responsável pelo recebimento: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Unidade Recebedora: FABRICA Encaminhado Em: 28/08/2006 RGI:

Informe o local de alojamento

Nível 03: SELECIONE Data de Entrada: 28/08/2006 Cella:

Efetuar Entrada do Interno Cancelar

Informe Nível 3 (Pavilhão) e Cella.

Clique no botão Efetuar Entrada do Interno.

RECIBO DO PRESO
Informe os dados abaixo para imprimir

Informe a Unidade e o Número do Ofício de Encaminhamento do Preso

Origem: MS Unidade: FABRICA Ofício: 4 / 2006 Localizar

Nome do preso: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Idade: 2005 Nome da Mãe: COLABORADOR DE IMPLANTACAO

Nome do responsável pelo recebimento: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Unidade Recebedora: FABRICA Encaminhado Em: 28/08/2006 RGI:

Informe o local de alojamento

Nível 03: PAVILHAO 1 Data de Entrada: 28/08/2006 Cella: CELA 1

Efetuar Entrada do Interno Cancelar

Se o local de recebimento for uma Unidade Penal e se o preso que estiver sendo recebido não possuir o RGI, será gerado neste momento.

8.8. Informando Fuga ou Evasão

Para que um cidadão conste como Fugitivo ou Evadido é necessário gerar uma movimentação de saída, onde o motivo será Fuga ou Evasão, conforme o caso. A movimentação de saída por fuga é disponibilizada somente para unidades cujo regime de custódia seja fechado e a saída por evasão apenas para unidades cujo regime de custódia seja aberto ou semi-aberto.

Veja exemplo de um cidadão cuja ultima movimentação foi saída por evasão.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
Resultado da pesquisa solicitada

JURANDIR SILVEIRA VELMA (45) (EVADIDO)
RG: 350618 / SSPMS CPF: 321.760.311-72 Data de nascimento: 30/03/1962 RGI: 42189
Mãe: URSULINA SILVEIRA Pai: HENRIQUE VELMA

Veja exemplo de um cidadão cuja ultima movimentação foi saída por fuga.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
Resultado da pesquisa solicitada

ODAIR JOSE CABRAL DA COSTA (16) (JUNINHO) (FUGITIVO)
RG: 7 CPF: Data de nascimento: 19/03/1991
Mãe: LAURICE PAULA CABRAL Pai: ODAIR RUFINO DA COSTA

Em qualquer um dos casos em abordagem o cidadão deve ser encaminhado à uma unidade policial para cumprimento de mandado e movimentação de recaptura.

Considerações:

1. Movimentações de custódia poderá não estar disponível em casos de cidadãos desconhecidos, sem data de nascimento, com óbito ou sem sexo;
2. Sexo e data de nascimentos devem ser observados ao tentar efetuar movimentação de custodiados:
 - a. Mulheres somente poderão ser custodiadas em unidades especiais para mulheres ou mistas;
 - b. Homens poderão ser custodiados em unidades especiais para homens ou mistas;
 - c. Cidadãos que ainda não atingiram a maioridade civil poderão ser custodiados em de internação especiais para menores.

8.9. Movendo Custodiados de Cella

No procedimento de entrada de custodiado em uma unidade indicamos em qual pavilhão e cela ficara custodiado, porem pode haver necessidade de realocar o custodiado para outra cela.

Para mover um custodiado de cela acesse a opção "Mov. de Cela", disponível através dos menus *Penal* e *Cartório*, conforme as permissões de usuário.

MUDANÇA DE CELA

Movimentação de um custodiado

Cidadão:

Pavilhão: Cella:

Justificativa:

Em cidadão digite o nome do custodiado que deseja trocar de cela e pressione a tecla *enter*. Somente será possível pesquisar custodiados da unidade em que o usuário tenha selecionado para acessar o SIGO. Após

escolha do custodiado será exibido um bloco de dados pessoais e a indicação do Pavilhão/Cella em que está alocado.

APARECIDA CATORI

Data Nascimento: 09/09/1964 RG: / Sexo: Feminino

CPF: Alcinha:

Naturalidade: Reginópolis / SP

Nome da mãe: FRANCISCA EMA MARQUES CARDOSO

Pavilhão Atual: PAVILHAO 1 Cella Atual: CELA 1

Selecione o pavilhão para o qual o custodiado será realocado.

Pavilhão:

PAVILHAO 1

PAVILHAO 2

PAVILHAO DISCIPLINAR

Selecione a cela para a qual o custodiado será realocado. Somente serão listadas celas do pavilhão selecionado anteriormente.

Cella:

CELA 1


CELA 2

CELA 3


CELA 4

CELA 5

Observe o ícone de alerta  no campo de indicação da cela.

Pavilhão: PAVILHAO 2 Cella: CELA 12 

Justificativa:

Clicando sob o ícone de alerta  é possível verificar a lista de custodiados que já estão alocados na cela selecionada e que serão companheiros de cela do custodiado.

Nome dos Custodiados

ADALGISA SARAVY OLIVEIRA

AMANDA DIAS DOMINGOS

ELIDA FRANCA DA SILVA

NEVA VEIRA DE BRITO

Por fim digite a justificativa da movimentação e clique no botão confirmar.

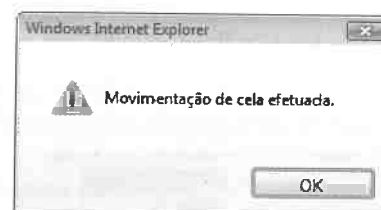
Pavilhão: PAVILHAO 1 Cella: CELA 1

DIGITE AQUI A JUSTIFICATIVA DA TROCA PAVILHAO/CELA

Justificativa:

Confirmar

Aguarde a confirmação da movimentação.



8.10. Verificando Dados de Movimentação de Preso

Observe que as movimentações, como já citado anteriormente, ocorrem aos pares. Na figura que segue, podemos visualizar isto bem claramente:

EDILSON JOCA DE ALENCAR

Profissão: /

Data Nascimento: 18/07/1982 RG: 1394254 / SSPMS Sexo: Masculino

CPF: /

Naturalidade: Indolite / MS

Nome da mãe: MARIA JOCA DE ALENCAR

194 TRILHES

Relacionamentos

Nome: EDILSON JOCA DE ALENCAR

Tipo de relacionamento: FILHO

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
08/02/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF0286/06	CEPOL-CG	POLINTER
02/03/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS: 032/06	POLINTER	/
04/05/2006	E	POLINTER	Ato de Prisão em Flagrante	OF1313/2006	CEPOL-CG	POLINTER
20/08/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF4473/2006	POLINTER	PCG
20/08/2006	E	PCG	Determinação Judicial	4473/2006/POLINTER	POLINTER	PCG
31/08/2007	S	PCG	Recâmbio	2941/pcg/2007	PCG	URCPA

Neste exemplo, existe uma entrada na Polinter, cuja origem foi CEPOL e o motivo por Mandado de Prisão.

As movimentações seguintes são de um recâmbio da Polinter com destino no EPJFC, gerando duas linhas de movimentação, a saída da Polinter e a entrada no EPJFC.

Segue mais alguns exemplos de cidadão preso e suas movimentações.

GERSON DE SOUZA LAUREANO

Profissão: /

Data Nascimento: 07/12/1978 RG: 1114222 / SSPMS Sexo: Masculino

CPF: /

Naturalidade: São Paulo / MS

Nome da mãe: EVA RAMONA DE SOUZA LAUREANO

(CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA)

Dados de Registro do Interno

RG: 37222 Data de entrada: 20/03/2006

Funcionário Responsável: EXL840 RODRIGUES BRANDAO

Relacionamentos

Nome: JOSE LAUREANO

Tipo de relacionamento: PAI

EVA RAMONA DE SOUZA LAUREANO

MÃE

Ocorrências

Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Ocorrência(s)	Situação
41 / 06	06/02/2006	06/02/2006	DERF	ROUBO	AUTOR	Aguardeção Deliberação
2104 / 06	28/08/2006	28/08/2006	7ª DP-CG	AMEACA	AUTOR	Aguardeção Deliberação

Mandados

Nº Mandado	Nº do processo	Situação	Completado por	Encaminhado para	Data Comprimente
2042	043.05.000505-1	INPRIDO E DEVLVDO	DERF	DERF	06/02/2006

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
06/02/2006	E	DERF	Mandado de Prisão	161/2006	DERF	DERF
09/02/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF0183/06	DERF	POLINTER
10/02/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF1095/06	POLINTER	PCG
14/02/2006	E	EPJFC	Recâmbio	/	PCG	EPJFC
20/02/2006	E	PCG	Recâmbio	DAOS IMPORTADOS	/	PCG

MAGNO RIBEIRO GOMIDE

Profissão: /

Data Nascimento: 03/08/1974 RG: / Sexo: Masculino

CPF: /

Naturalidade: /

Nome da mãe: OLÍDIA RIBEIRO GOMIDE

(CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA)

Dados de Registro do Interno

RG: 20715 Data de entrada: 23/09/1997

Funcionário Responsável: /

Observações

Informações Adicionais

R# 34364

- 24/08/96 MP COMARCA CAMPO GRANDEMS 2VCR ART 157 CP PC 97148580
 - 24/08/97 OF 545/1DP C CODEMS INF CUMPRIMENTO DO MP NEU PRESO
 - 27/04/08 OF 328/COM CODEMS 2VCR SOLICITA DEVOLUCAO MP PC 97148580
 - 08/05/08 OF 488/DEPCMS DEVOLVE MP COM CODEMS 2VCR COM SOLICITACAO
 20/08/2007 - OF 11775/CDOLOMA PENAL AGRICOLA/CODEMS INFORMA EVASAO
 DO NEU DAQUELA UNIDADE DESDE 13/06/2007

Consultar Origem

Consultar Origem

Consultar Origem

Consultar Origem

NAGLA APARECIDA BRAGA DE ALMEIDA

Relacionamentos

Nome

LEONARDA MACHADO ALVES

MONE SANTOS MURIS

GRACE LIOUZE RIBEIRO

MONE SANTOS MURIS

NEDE GOMES GONDEZ

Tipo de relacionamento

CONVIVENTE

CONVIVENTE

RMÃO

CONVIVENTE

RMÃO

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
23/03/1996	E	EPJFC	Recâmbio		PCG	EPJFC
05/07/2007	E	DR-TERENOS	Recaptação		/	DR-TERENOS
05/07/2007	S	DR-TERENOS	Recâmbio		DR-TERENOS	GARRAS
25/05/2006	S	EPJFC	Recâmbio	1540/SJEPJFC/2006	EPJFC	EPSM NAVRAI
25/05/2006	E	EPSM NAVRAI	Recâmbio	1540/SJEPJFC/2006	EPJFC	EPSM NAVRAI
08/02/2007	S	EPSM NAVRAI	Recâmbio	0006PM/2007	EPSM NAVRAI	PHAC
06/02/2007	E	PHAC	Recâmbio	0006PM/2007	EPSM NAVRAI	PHAC
12/08/2007	S	PHAC	Recâmbio	1703/DCPA/2007	PHAC	UPCPA
12/08/2007	E	UPCPA	Recâmbio	1703/DCPA/2007	PHAC	UPCPA
13/08/2007	S	UPCPA	Evasão	1704/DCPA/2007	UPCPA	/
08/07/2007	E	EPJFC	Recâmbio	2730/SJEPJFC/2007	GARRAS	EPJFC

GILSON BOGADO MENDES

Profissão:

Data Nascimento: 29/01/1969 RG: 713962 / SSPMS Sexo: Masculino

CPF: Alcinha:

Naturalidade: Porto Murtinho / MS

Nome da mãe: CELINA BRITES

(EVADIDO)

Dados de Registro do Interno

RGE 13801 Data de entrada: 10/11/1996

Funcionário Responsável:

Relacionamentos

Nome

CELINA BRITEZ MACIEL

MIRIAM BRITEZ MENDEZ

MIRIAM BRITEZ MENDEZ

ABADIA APARECIDA DA SILVA FAUSTINO

Tipo de relacionamento

MÃE

RMÃO

RMÃO

CONVIVENTE

Ocorrências

Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação
12045 / 05	30/12/2005	28/12/2005	PGI-10P-CG	ESTELIONATO	AUTOR	Aguardando Deliberação

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
03/01/2006	E	EPJFC	Recâmbio		4ª DP-CG	EPJFC
18/05/2006	S	PCG	Recâmbio	946/ejfo/2006	PCG	TRANSITO
27/05/2006	E	PCG	Recâmbio	1164/pcg/2006	TRANSITO	PCG
25/07/2007	S	PCG	Recâmbio	2733/pcg/2007	PCG	UPCPA
25/07/2007	E	UPCPA	Recâmbio	2173/cpa/2007	PCG	UPCPA
25/07/2007	S	UPCPA	Evasão	2173/cpa/2007	UPCPA	/

ORIBERTO BENITES DA SILVA

CAPTURA - CPM

Profissão:

Data Nascimento: 19/11/1984 RG: 1432845 / SSPMS Sexo: Masculino

CPF: Alcinha:

Naturalidade: Campo Grande / MS

Nome da mãe: JORGINA DA SILVA

(CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Atualizado no Infoseg em: 29/06/2007

Dados de Registro do Interno

RGE 40370 Data de entrada: 29/08/2006

Funcionário Responsável: ARMANDO ORTIGOZA ARANTES

Relacionamentos

Nome

JORGINA DA SILVA

GISELE DA SILVA BENITES

Tipo de relacionamento

MÃE

RMÃO

Ocorrências

Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação
187 / 06	07/01/2006	22/12/2005	PGI-10P-CG	FURTO	AUTOR	Aguardando Deliberação
2666 / 06	28/07/2006	25/07/2006	CEPOL-CG	RECEPTACAO	AUTOR - Flagrante	Aguardando Deliberação
3023 / 06	28/08/2006	25/08/2006	CEPOL-CG	ROUBO	AUTOR	Transformado em IP

Mandados

Nº Mandado	Nº do processo	Situação	Cumprido por	Encaminhado para	Data Cumprimento
13478	001.06.036205-8	A CUMPRIR	/		
13479	001.05.014520-8	A CUMPRIR	/		

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
28/07/2006	E	CEPOL-CG	Auto de Prisão em Flagrante	06/2274/06	CEPOL-CG	CEPOL-CG
28/07/2006	S	CEPOL-CG	Recâmbio	OF/2274/06	CEPOL-CG	POLINTER
28/07/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/2274/06	CEPOL-CG	POLINTER
25/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS. 001.06.035918	POLINTER	/
25/08/2006	E	CEPOL-CG	Auto de Prisão em Flagrante		CEPOL-CG	CEPOL-CG
26/08/2006	S	CEPOL-CG	Recâmbio	OF/2673/06	CEPOL-CG	POLINTER
26/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/2673/06	CEPOL-CG	POLINTER
29/08/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/6537/06	POLINTER	EPJFC
29/08/2006	E	EPJFC	Recâmbio	6537/2006/POLINTER	POLINTER	EPJFC
17/08/2007	S	TRANSITO	Recâmbio	3069/SJEPJFC/07	TRANSITO	EPJFC
17/08/2007	E	EPJFC	Recâmbio	3069/SJEPJFC/07	TRANSITO	EPJFC

WELLINGTON GAUBER GUIMARAES

Profissão:
Data Nascimento: 22/10/1986 RG: 1541743 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alunha:
Naturalidade: Campo Grande / MS
Nome da mãe: LUCIA SUELI PIO GAUBER GUIMARAES
Número da Carteira de Visitante: 1341 Data de Emissão: 20/03/2007 Data de validade: 20/03/2009

Relacionamentos

Nome	Tipo de relacionamento
ELI SILVA CORSATTO	PAI
MAGNO GAUBER GUIMARAES	IRMÃO
LUCIA SUELI PIO GAUBER SALOMAO	FLHO
LUCIA SUELI PIO GAUBER GUIMARAES	MÃE

Internos autorizados a visitar

Nome	Número do RGI
MAGNO GAUBER GUIMARAES	32738

Ocorrências

Nº / Ano	Data Registro	Data Fato	UP	Fato Principal	Tipo de Envolvimento(s)	Situação
160 / 06	26/07/2006	26/07/2006	DENAR	TRAFICO DE SUBSTANCIA ENTORPECENTE	AUTOR - Flagrante	Aguardando Deliberação
2375 / 07	20/03/2007	26/07/2006	1ª DP-CG	EXTRAVIDO	COMUNICANTE/VITIMA	Aguardando Deliberação

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
26/07/2006	E	DENAR	Auto de Prisão em Flagrante		DENAR	DENAR
27/07/2006	S	DENAR	Recâmbio		DENAR	DEFURV
27/07/2006	E	DEFURV	Recâmbio		DENAR	DEFURV
04/08/2006	S	DEFURV	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
04/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
14/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS: 001.06.034950	POLINTER	/

MIGUEL LESCANO MACHADO

Profissão:
Data Nascimento: 19/12/1980 RG: 1260328 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alunha:
Naturalidade: Bonito / MS
Nome da mãe: CARMEM LESCANO MACHADO
EM TRÂNSITO

Dados de Registro do Interno

RGE: 38383 Data de entrada: 05/05/2006
Funcionário Responsável: MARISA DELALBERA NUNES DA CUNHA

Mandados

Nº Mandado	Nº do processo	Situação	Cumprido por	Encaminhado para	Data Cumprimento
264	001.01.330045-0 (PC 1425/01)	CUMPRIDO E DEVOLVIDO	DECO	POLINTER	22/03/2006

Relacionamentos

Nome	Tipo de relacionamento
ARGEMIRO MACHADO	PAI
SILVANIA ALVES DE OLIVEIRA	CONVIVENTE
CARMEM LESCANO MACHADO	MÃE

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
22/03/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF/170/2006	DECO	POLINTER
26/04/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/3011/2006	POLINTER	TRANSITO
28/04/2006	E	TRANSITO	Recâmbio		POLINTER	TRANSITO
05/05/2006	E	GARRAS	Recâmbio	DADOS IMPORTADOS	/	GARRAS
16/08/2006	S	UPCPA	Evasão	OF/1752/2006	UPCPA	/
04/09/2006	E	UPCPA	Recâmbio	11712006	DEPAC-CG	UPCPA
02/07/2007	S	UPCPA	Recâmbio	18972007	UPCPA	CA-CG

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
14/03/2007	E	1ª DP-PARANÁ	Determinação Judicial e mandado	01804000365-2	1ª DP-PARANÁ	1ª DP-PARANÁ
14/07/2007	S	1ª DP-PARANÁ	Livramento Condicional	01804000365-2/006	1ª DP-PARANÁ	/

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
18/09/2007	E	3ª DP-CG	Mandado de Prisão	Autogeração	/	3ª DP-CG
18/09/2007	S	3ª DP-CG	Recâmbio	94	3ª DP-CG	UPCPA

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
17/09/2007	E	1ª DP-NAVARAI	Mandado de Prisão		/	1ª DP-NAVARAI
17/09/2007	S	1ª DP-NAVARAI	Determinação Judicial	AUTOS.029.03001349-4	1ª DP-NAVARAI	/

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
05/10/2006	E	4ª DP-CG	Recâmbio		6ª DP-CG	4ª DP-CG
27/11/2006	E	TRANSITO	Recâmbio	2099/2006/4ª DP-CG	4ª DP-CG	TRANSITO
14/12/2006	S	TRANSITO	Alvará de Soltura	3505/2006 - 2006	TRANSITO	/
14/09/2007	E	DERF	Auto de Prisão em Flagrante e mandado		/	DERF
19/09/2007	S	DERF	Recâmbio	OF N.2443/07-DERF	DERF	EPJFC

8.11. Detalhando Movimentação de Preso

Para detalhar uma movimentação de preso, clique na linha da movimentação que deseja detalhar.

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
26/07/2006	E	DENAR	Auto de Prisão em Flagrante		DENAR	DENAR
27/07/2006	S	DENAR	Recâmbio		DENAR	DEFURV
27/07/2006	E	DEFURV	Recâmbio		DENAR	DEFURV
04/08/2006	S	DEFURV	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
04/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
14/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS: 001.06.034950	POLINTER	/

Veja a tela de detalhamento da movimentação de preso:

Dados de Movimentação de Presa

Número da Movimentação: 76963

Nome: AFARECEIA CATORI

Data de Movimentação: 15/04/2008

Tipo de Movimentação: ENTRADA Documento: 015206 Instrumento Recambio

Origem: ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE SAO GABRIEL DO OESTE

Destino: ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO RMA RMA ZORZI

Pavilhão: PAV 1 Cella CELA 1

Funcionário Responsável: ANA F. AVIA SOARES NOGUEIRA FRANCA - Matrícula: 850271 - Data de Inclusão: 17/04/2008

Lotação: ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO RMA RMA ZORZI

Fechar

Observe a indicação de pavilhão e cela.

8.12. Emitindo Relatório de Pessoas Custodiadas - Confere

O SIGO disponibiliza o relatório de pessoas sob custódia da unidade para ser utilizado na conferência de custodiados, o confere.

Para emitir o confere acesse o menu Penal/Relatórios/Confere ou Cartório/Custodiados, conforme seu nível de acesso.

Na tela a seguir digite o nome da unidade que deseja pesquisar. As unidades disponíveis para pesquisa são as que estejam da mesma estrutura que o usuário, ou seja, um usuário de cadeia publica somente poderá selecionar unidades de cadeia publica enquanto um usuário do sistema penal apenas listará unidades penais.

RELATÓRIO DE PESSOAS CUSTODIADAS

Consulte a unidade e escolha a opção desejada

Cadeia Pública e Unidade Penal:

a

☒ Ordem Alfabética

☐ Ordem Pavilhão Cella

> Gerar Relatório

Escolha a ordenação desejada e clique no botão Gerar Relatório.

8.13. Emitindo relatório de Pendências de Recâmbio

O SIGO disponibiliza o relatório de pendências de movimentações de

custódia, onde lista todos os custodiados transferidos para uma unidade que permanece aguardando a entrada efetiva.

Para emitir o relatório de pendências acesse o menu Penal/Relatórios/Pendências ou Cartório/Movimentações Pendentes, conforme seu nível de acesso.

Na tela a seguir escolha o nome da unidade. As unidades disponíveis para seleção são as que estejam da mesma estrutura que o usuário, ou seja, um usuário de cadeia publica somente poderá selecionar unidades de cadeia publica enquanto um usuário do sistema penal apenas listará unidades penais.

RELATÓRIO DE PESSOAS EM RECÂMBIO

Consulte a unidade e escolha a opção desejada

Unidade Policial:

SELECIONE

> Gerar Relatório

< Voltar

Clique no botão Gerar Relatório.

9. RECAPTURA

9.1. Recapturando um Evadido ou Foragido

Ao constatar a evasão ou fuga de um custodiado, deve ser feita a sua movimentação de saída da unidade e a vara de execução penal ou a vara de plantão deve ser comunicada. Será expedido um novo mandado de prisão para o evadido/foragido.

Para dar cumprimento depois da inclusão desde novo mandado consulte o módulo *Cumprindo Mandado de Prisão/Busca e Apreensão*.

Antes da inclusão do novo mandado é possível fazer a recaptura do cidadão evadido/foragido.

Ao consultar o cidadão evadido/foragido, clique na linha que contem os dados.

ODAIR JOSE CABRAL DA COSTA (16) (JUNINHO)	(FUGITIVO)
RG: 7	Data de nascimento: 19/03/1991
Mãe: LAURICE PAULA CABRAL	Pai: ODAIR RUFINO DA COSTA
JURANDIR SILVEIRA VELMA (45) (EVADIDO)	
RG: 350618 / SSPMS	Data de nascimento: 30/03/1962
Mãe: URSULINA SILVEIRA	Pai: HENRIQUE VELMA


Observe os dados do cidadão.

ADRIAR IFRAN DOS SANTOS 

Profissão: _____
Data Nascimento: RG: / Sexo: Masculino
CPF: Alcinha: _____
Naturalidade: /
Nome da mãe: MARGARETH DE FATIMA IFRAN
(EVADIDO)

Para a equipe de atendimento dos Centros de Operações, estará disponível o botão Recaptura – CIOPS/COPS, para apoio aos policiais que não tenham acesso imediato ao SIGO.

Para informar a captura, clique no botão Recaptura – CIOPS/COPS.

RECAPTURA 

9.2. Detalhando a Recaptura

Ao clicar no botão Recaptura abrirá a tela para informar detalhamento sobre a captura.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECAPTURA

POLICIAIS:

Matrícula: > Gravar Policial > Remover Policial

Nome: _____

Unidade: _____

Município: _____ UF: _____

Logradouro: _____ Número: _____

Bairro: _____

Referência: _____

Tipo de Local: SELECIONE _____

Situação do Preso: SELECIONE _____

Histórico: _____

No campo *Matrícula*, digite a matrícula do responsável pela Captura e pressione a tecla *enter* para validar a matrícula.

POLICIAIS:

Matrícula: 2003805 > Gravar Policial

Nome: JOSE MARTINS

Unidade: CPV15B/SEDE_CGRA

Os dados do funcionário responsável pela captura serão carregados na tela. Verifique se estão corretos e pressione o botão Gravar Policial.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECAPTURA

POLICIAIS: P1 P2

Matrícula: > Gravar Policial > Remover Policial

Não há limite de policiais que fazem parte da equipe que realizou a captura, podendo informar tantas matrículas quanto for necessária. Para cada policial inserido na equipe será criado um botão com o título Px, onde x é o número seqüencial que o policial foi inserido.

POLICIAIS: P1 P2 P3 P4

Para excluir um policial que foi inserido na equipe, clique no botão Px, onde x é o número seqüencial do policial que deseja excluir. Após carregar os dados do policial clique no botão Remover Policial.

Informe os dados do local onde foi feita a captura: município, bairro, logradouro e número. Use o campo referencia se não tiver os dados completos de onde aconteceu a captura.

INFORMAÇÕES SOBRE A RECAPTURA

POLICIAIS: P1 P2

Matrícula: > Gravar Policial > Remover Policial

Nome: _____

Unidade: _____

Município: CAMPO GRANDE UF: _____

Logradouro: AFONSO PENA Número: 504

Bairro: AMAMBÁ

Referência: PROXIMO DO POSTO TEREPE

Tipo de Local: VIA PUBLICA

Situação do Preso: NULO

Histórico: EM ABORDAGEM FOI FEITA A CONSULTA AO SIGO E CONSTATOU-SE QUE O CIDADÃO ESTAVA COM SITUAÇÃO EVADIDA. DELUSE VOZ DE PRISÃO

Informe o tipo de local onde a recaptura aconteceu.

Tipo de Local: VIA PUBLICA

Informe a situação física do recapturado.

Situação do Preso: ILESO

Informe o histórico da recaptura. Use este campo para detalhar informações que sejam relevantes sobre a captura.

Histórico: DESCREVA AQUI UM RESUMO DA CAPTURA, DETALHES RELEVANTES E OUTRAS INFORMACOES.

Ao término da inserção de dados clique no botão *Recapturar*. Ao terminar esta ação o cidadão estará com o status recapturado, como mostra o exemplo abaixo.

ADRIAR IFRAN DOS SANTOS
Profissão:
Data Nascimento: RG: / Sexo: Masculino
CPF: Alcinha:
Naturalidade: /
Nome da mãe: MARGARETH DE FATIMA IFRAN
(EVADIDO / RECAPTURADO)

9.3. Entregando o Recapturado à Polícia Judiciária

Após a captura efetuada é preciso encaminhar o preso a uma Unidade da Polícia Judiciária para que seja iniciado os procedimentos judiciais e cartorários referentes a recaptura do evadido/foragido.

Este procedimento será concluído com a entrada do recapturado na unidade que o está recebendo e será expedido o Ofício *Recibo do Preso* que será entregue ao responsável pela recaptura.

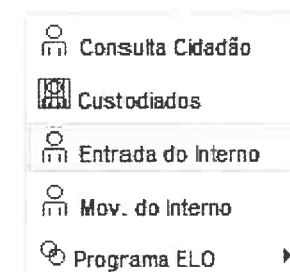
10. CUSTÓDIA UNIDADE PENAL

10.1. Sistema de Custódia de Presos no Sistema Penitenciário

O sistema de custódia de presos no sistema penitenciário tem como objetivo controlar todo o histórico carcerário de um cidadão, desde a sua entrada, controle do cumprimento de sua(s) pena(s) e acompanhamento das incidências durante a custódia até a sua saída.

10.2. Entrada na Unidade Penal

Para receber um preso em uma unidade penal acesse o menu Penal/Entrada do Interno.



Se a origem do preso for dentro da mesma unidade federativa e o preso tiver sido encaminhado por uma unidade integrada ao SIGO selecione a UF de Origem, digite o nome da unidade e pressione a tecla *enter* para selecionar a unidade desejada. Digite o número do ofício no formato número/ano constante no ofício de encaminhamento de preso emitido pelo SIGO e clique no botão Validar Ofício.

ENTRADA DO PRESO
Informe os dados abaixo para imprimir

Informe a Unidade e o Número do Ofício de Encaminhamento do Preso

Origem: MS Unidade: Ofício: / Validar Ofício

Cidadão: NOME

Ou ...

Pesquise o cidadão usando um dos filtros disponíveis (Nome, RG, CPF ou R.G.I.).

Informe a Unidade e o Número do Ofício de Encaminhamento do Preso

Origem: MS Unidade: DELEGACIA DE PRONTO ATENDIMENTO COMUNIT Ofício: 1 / 2007 > Verificar Ofício

Cidadão: NOME

Nome do preso: CESAR AUGUSTO DIAS Idade: 18 Nome da Mãe: MARIA JOSE MATIAS NOGUEIRA


Unidade Recebedora: SUORTE SIGO FABRICA Data do Recebimento: 10/03/2007 18:52


Nome do responsável pelo recebimento: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Encaminhado Em: 01/01/2007 RGI: 44873

Informe o local de alojamento

Nível 03: SELECIONE Cella: >

Efetuar Entrada do Interno > Cancelar

Para visualizar detalhes do cidadão clique no ícone . Detalhes sobre esta opção disponível no módulo *Consultando Cidadão*.

Para visualizar e atualizar os dados pessoais do cidadão clique em . Detalhes sobre esta opção disponível no módulo *Consultando Cidadão* ou *Incluindo um Cidadão*.

Quando for a primeira entrada do interno não terá ainda o seu número de cadastro geral de internos definido e após sua entrada este número será gerado. O R.G.I. (Registro Geral de Internos) é um número único e seqüencial, em todo o sistema penitenciário do Estado, e será utilizado para identificar o interno dentro das unidades penais.

RECIBO DO PRESO

Informe os dados abaixo para imprimir

Informe a Unidade e o Número do Ofício de Encaminhamento do Preso

Origem: MS Unidade: FABRICA Ofício: 4 / 2006 > Localizar

Nome do preso: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Idade: 2005 Nome da Mãe:

Nome do responsável pelo recebimento: COLABORADOR DE IMPLANTACAO Unidade Recebedora: FABRICA Encaminhado Em: 28/08/2006 RGI:

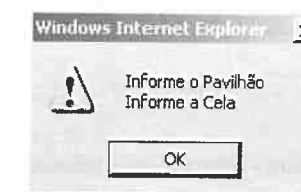
Informe o local de alojamento

Nível 03: PAVILHAO 1 Data de Entrada: 29/08/2006

Cella: CELA 1

Efetuar Entrada do Interno > Cancelar

Após selecionar o interno é preciso indicar qual Nível 3 (Pavilhão) e Cella que o preso será alojado. Não será permitido receber um interno em uma unidade penal sem informar onde estará alojado.



Esta informação será utilizada nos relatórios de mapa carcerário e lista diária de conferência de internos.

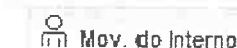
Depois informar todos os dados necessários clique em Efetuar Entrada do Interno.

10.3. Recâmbio entre Unidades Penais

A movimentação de presos é dividida em entrada e saída de uma unidade.

Normalmente a movimentação de preso ocorre aos pares, principalmente em movimentações de recâmbio, onde um preso sai de uma unidade com destino em outra.

Para gerar a movimentação de saída acesse o menu Penal/Mov. do interno.



Ao consultar um cidadão, a informação referente a sua custódia é destacada, quando existente, e poderá ser "custodiado", "foragido" ou "fugitivo". Veja um exemplo de consulta de um cidadão custodiado em uma unidade penal.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)

Resultado da pesquisa solicitada

EBERSON RATIER DA SILVA (CUSTODIADO-Regime Fechado)
RG: 1310065 / SSPMS CPF: Data de nascimento: 14/05/1964 Mãe: MARLENE RATIER SACONE

> Voltar

MJ - BIBLIOTECA

Observe as informações referentes à geração de R.G.I.

Neste bloco de dados são listadas as movimentações de custódia do

10.4. Seleccionando o Preso a Movimentar

MOVIMENTAÇÃO DE PRESO
Informe os dados relativos aos movimentos:

> Dados de Cédula

NOME	OSVALDO PEREIRA DO NASCIMENTO		
ACB/BA	1988/1971	RG:	1707374 / 98948
	CNP:	Suaes Macacão	
Naturalidade: Coaraciara UF: SP Nome da mãe: APARECIDA PIRES DO NASCIMENTO Número RG: 20939			
Data de nascimento	Tipo	Instrumento	Documento
19/02/1988	Estrangeiro	Recém-batido	EFAPC
Origem	Destino		
	EPJFC	EPJFC	

> Tipos de Identificação

Movimentação	SAGA	Cota	<input type="checkbox"/> Posto Ex. Corpo do Desti	<input type="checkbox"/> Posto Unidade
Subst.	ZELICIONE	Doc. de Documento		
Origem	----	Unidade:	FUNDADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FSESP	
Destino	SPL	7		



Observe que é listada a última movimentação deste custodiado.

10.5. Escolhendo o Tipo de Movimentação

Tipo de Movimentação

Tipo de Movimentação SAÍDA

Escolha a opção desejada. Motivo **RECAMBIO**

A origem refere-se ao local onde o preso está custodiado. Escolha a sigla do Estado correspondente. Se o Estado selecionado o mesmo de recebimento no campo Unidade digite o nome da unidade procedente do preso e pressione a tecla *enter*. Se a origem for um Estado diferente informe o nome do município e pressione a tecla *enter*.

Escolha a procedência do preso na lista de opções. Este campo já vem preenchido com o destino da última movimentação. Observe na figura anterior que já existia uma movimentação de entrada, onde o destino do preso era a Polinter. Nesta movimentação a origem será Polinter.

Tipo de Movimentação: SAÍDA
 Data/Hora: 01/08/2006 15:00 ☒ Possui Ex. de Corpo de Delito ☐ Possui Mandado
 Motivo: RECÂMBIO Número do Documento: 1234
 Origem: MS Unidade: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE POLINTER E CAPTURAS
 Destino: MS Unidade: ESTABELECIMENTO PENAL DE PONTA PORA

Para concluir, clique em Salvar.



Vamos consultar como exemplo o cidadão EDILSON JOCA ALENCAR.

CIDADÃO CONSULTADO
 Resultado da pesquisa solicitada
EDILSON JOCA DE ALENCAR
 Profissão:
 Data Nascimento: 19/07/1982 RG: 1394234 / SSPMS Sexo: Masculino
 CPF: Alcinha:
 Naturalidade: Indaolândia / MS
 Nome da mãe: MARIA JOCA DE ALENCAR
 RGI: 38918 (CUSTODIADO / REGIME FECHADO / SALDO DA PENA:)

Observe a seção de movimentação de preso.

► Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
08/02/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF/0398/06	CEPOL-CG	POLINTER
02/03/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS.: 032/06	POLINTER	/
04/05/2006	E	POLINTER	Auto de Prisão em Flagrante	OF/1313/2006	CEPOL-CG	POLINTER
20/06/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/4473/2006	POLINTER	IPCG
20/06/2006	E	IPCG	Determinação Judicial	4473/2006/POLINTER	POLINTER	IPCG
31/08/2007	S	IPCG	Recâmbio	2941/pcg/2007	IPCG	UPCPA

Para detalhar uma das movimentações clique na movimentação que deseja:

► Dados da Movimentação do Preso

Numero da Movimentação: 7351
 Nome: EDILSON JOCA DE ALENCAR
 Data da Movimentação: 20/06/2006
 Tipo de Movimentação: SAÍDA Documento: OF/4473/2006 Instrumento: Recambio
 Origem: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE POLINTER E CAPTURAS
 Destino: INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE
 Funcionário Responsável: JEFERSON BORGES DOS SANTOS - Matrícula: 842877
 Lotação: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE ROUBOS E FURTOS

10.6. Saída por Fuga ou Evasão

Para que um cidadão conste como Fugitivo ou Evadido é necessário gerar uma movimentação de saída, onde o motivo será Fuga ou Evasão, conforme o caso.

Veja exemplo de um cidadão cuja ultima movimentação foi saída por evasão.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
 Resultado da pesquisa solicitada
JURANDIR SILVEIRA VELMA (45) (EVADIDO)
 RG: 350618 / SSPMS CPF: 321 760.311-72 Data de nascimento: 30/03/1962 RGI: 42189
 Mãe: URSULINA SILVEIRA Pai: HENRIQUE VELMA

Veja exemplo de um cidadão cuja ultima movimentação foi saída por fuga.

CIDADÃO(S) CONSULTADO(S)
 Resultado da pesquisa solicitada
ODAIR JOSE CABRAL DA COSTA (16) (JUNINHO) (FUGITIVO)
 RG: / CPF: Data de nascimento: 19/03/1991
 Mãe: LAURICE PAULA CABRAL Pai: ODAIR RUFINO DA COSTA

Em qualquer um dos casos em abordagem o cidadão deve ser encaminhado à uma unidade policial para cumprimento de mandado e movimentação de recaptura.

10.7. Saída por Óbito

Para que um cidadão conste como morto e saia da lista de custodiados da unidade é necessário gerar uma movimentação de saída, onde o motivo será Óbito.

10.8. Saída por Alvará de Soltura

Para que um cidadão saia da custódia da unidade quando da expedição do alvará de soltura é necessário gerar uma movimentação de saída, onde o motivo (instrumento) será Alvará de Soltura.

Veja exemplo de uma movimentação por Alvará de Soltura.

Movimentação do preso					
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Destino
26/07/2006	E	DENAR	Auto de Prisão em Flagrante		DENAR
27/07/2006	S	DENAR	Recâmbio		DEFURV
27/07/2006	E	DEFURV	Recâmbio		DEFURV
04/08/2006	S	DEFURV	Recâmbio	OF/1032/06	POLINTER
04/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/1032/06	POLINTER
14/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS, 001.06.034950	/

10.9. Saída por Livramento Condicional

Para que um cidadão saia da custódia da unidade quando do benefício do livramento condicional é necessário gerar uma movimentação de saída, onde o motivo (instrumento) será Livramento Condicional.

Veja exemplo de uma movimentação por Livramento Condicional.

Movimentação do preso					
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Destino
14/03/2007	E	1ª DP-PARANÁIBA	Determinação Judicial e mandado	01804000365-2	1ª DP-PARANÁIBA
14/07/2007	S	1ª DP-PARANÁIBA	Livramento Condicional	01804000365-2/006	1ª DP-PARANÁIBA

10.10. Verificando Dados de Movimentação de Preso

Observe que as movimentações, como já citado anteriormente, ocorrem aos pares. Na figura que segue, podemos visualizar isto bem

claramente:

Movimentação do preso					
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Destino
08/02/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF/0398/06	CEPOL-CG
02/03/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS.: 032/06	POLINTER
04/05/2006	E	POLINTER	Auto de Prisão em Flagrante	OF/1313/2006	CEPOL-CG
20/06/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/4473/2006	IPCG
20/06/2006	E	IPCG	Determinação Judicial	4473/2006/POLINTER	IPCG
31/08/2007	S	IPCG	Recâmbio	29411/pcg/2007	UPCPA

Neste exemplo, existe uma entrada na Polinter, cuja origem foi CEPOL e o motivo por Mandado de Prisão.

As movimentações seguintes são de um recâmbio da Polinter com destino no EPJFC, gerando duas linhas de movimentação, a saída da Polinter e a entrada no EPJFC.

Em seguida o custodiado foi posto em liberdade através de Alvará de Soltura.

Este cidadão voltou a ser preso, agora, por Auto de Prisão em Flagrante Delito e foi movimentado por recâmbio entre diversas unidades.

Segue mais alguns exemplos de cidadão preso e suas movimentações.

GILSON BOGADO MENDES (5)					
Profissão:					
Data Nascimento:	29/01/1969	RG:	713962 / SSPMS	Sexo:	Masculino
CPF:	Alcunha:				
Naturalidade:	Porto Murinho / MS				
Nome da mãe:	CELINA BRITES				
(EVADIDO)					

Movimentação do preso					
Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Destino
03/01/2006	E	EPJFC	Recâmbio		4ª DP-CG
16/05/2006	S	IPCG	Recâmbio	9484/jfc/2006	EPJFC
27/05/2006	E	IPCG	Recâmbio	1164/pcg/2006	TRANSITO
25/07/2007	S	IPCG	Recâmbio	2733/pcg/2007	IPCG
25/07/2007	E	UPCPA	Recâmbio	2173/cpa/2007	UPCPA
25/07/2007	S	UPCPA	Evasão	2173/cpa/2007	UPCPA

MIGUEL LESCANO MACHADO

Profissão:
Data Nascimento: 19/12/1980 RG: 1260328 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alcinha:
Naturalidade: Bonto / MS
Nome da mãe: CARMEM LESCANO MACHADO
EM TRÂNSITO

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
22/03/2006	E	POLINTER	Mandado de Prisão	OF/170/2006	DECO	POLINTER
28/04/2006	S	POLINTER	Recâmbio	OF/3011/2006	POLINTER	TRANSITO
28/04/2006	E	TRANSITO	Recâmbio		POLINTER	TRANSITO
05/05/2006	E	GARRAS	Recâmbio	DADOS IMPORTADOS	/	GARRAS
16/08/2006	S	UPCPA	Evasão	OF/1752/2006	UPCPA	/
04/09/2006	E	UPCPA	Recâmbio	11712006	DEPAC-CG	UPCPA
02/07/2007	S	UPCPA	Recâmbio	18972007	UPCPA	CA-CG

WELLINGTON GAUBER GUIMARAES

Profissão:
Data Nascimento: 22/10/1986 RG: 1541743 / SSPMS Sexo: Masculino
CPF: Alcinha:
Naturalidade: Campo Grande / MS
Nome da mãe: LUCIA SUELI PIO GAUBER GUIMARAES
Número da Carteira de Visitante: 1341 Data de Emissão: 20/03/2007 Data de Validade: 20/03/2009

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
26/07/2006	E	DENAR	Auto de Prisão em Flagrante		DENAR	DENAR
27/07/2006	S	DENAR	Recâmbio		DENAR	DEFURV
27/07/2006	E	DEFURV	Recâmbio		DENAR	DEFURV
04/08/2006	S	DEFURV	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
04/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
14/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS: 001.06.034950	POLINTER	/

10.11. Detalhando Movimentação de Preso

Para detalhar uma movimentação de preso, clique na linha da movimentação que deseja detalhar.

Movimentação do preso

Data	M	Responsável	Instrumento	Documento	Origem	Destino
26/07/2006	E	DENAR	Auto de Prisão em Flagrante		DENAR	DENAR
27/07/2006	S	DENAR	Recâmbio		DENAR	DEFURV
27/07/2006	E	DEFURV	Recâmbio		DENAR	DEFURV
04/08/2006	S	DEFURV	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
04/08/2006	E	POLINTER	Recâmbio	OF/1032/06	DEFURV	POLINTER
14/08/2006	S	POLINTER	Alvará de Soltura	AUTOS: 001.06.034950	POLINTER	/

Veja a tela de detalhamento da movimentação de preso:

Dados da Movimentação do Preso

Numero da Movimentação: 8483
Nome: WELLINGTON GAUBER GUIMARAES
Data da Movimentação: 04/08/2006
Tipo de Movimentação: ENTRADA Documento: OF/1032/06 Instrumento: Recambio
Origem: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS
Destino: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE POLINTER E CAPTURAS
Funcionário Responsável: JEFERSON BORGES DOS SANTOS - Matrícula: 842877
Lotação: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE ROUBOS E FURTOS

> Fechar

10.12. Impressão da Ficha do Interno

A impressão da Ficha do Interno tem como objetivo listar todas as informações de um cidadão enquanto custodiado em unidades penais e cadeias públicas, tais como o histórico carcerário, cumprimento da pena, as incidências e visitação autorizadas.

Colaboração:
Maria Rosa Martins Goulart - Escrivã de Polícia
Raquel Robaldo - Diretora Técnica - Compnet

CAPÍTULO XIV

TELECOMUNICAÇÕES

ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

JEFFERSON NEREU LUPPE;

*Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul - PCMS, Bacharel em Direito;
Especialista em "Formação de Docentes"; Professor da Academia de Polícia Civil de
MS - ACADEPOL; Assessor de Comunicação e de Telemática da PCMS.*

TELECOMUNICAÇÕES

JEFFERSON NEREU LUPE
Delegado de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

1. RADIOCOMUNICAÇÃO

Técnica para a transmissão de informações a longa distância por meio das ondas eletromagnéticas, da radiotelegrafia e da radiotelefonia.

Utilizamos três tipos de rádio:

1. Rádio fixo, utilizado nas sedes das unidades;
2. Rádio móvel, utilizado nas viaturas;
3. Rádio portátil, mais conhecido como HT (hand talk).

2. ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA

O ouvido humano percebe sons entre 20 Hz e 20 KHz - esta é a banda de áudio- frequência. Nos extremos desta banda temos sons agudos (como apitos) próximos a 20 kHz, e sons graves (como o barulho de um tambor) perto de 20 Hz. Em especial a voz humana usada na conversação e excetuando assobios, gritos e outras expressões não habituais, encontra-se na banda de 300 Hz a 3000 Hz. Esta banda, portanto, é perfeitamente capaz de transmitir uma conversação entre pessoas, sendo esta a banda adotada pela Rede Pública de Telefonia.

As ondas de rádio que são ondas eletromagnéticas propagam-se com características próprias, de acordo com cada faixa de frequência. O sistema de comunicação por rádio é classificado de acordo com essas faixas.

As Instituições Policiais de MS operam na faixa VHF - Very High Frequency (frequência muito alta) e na faixa de UHF - Ultra High Frequency (ultra alta frequência).

A faixa VHF pode ser utilizada em regiões abertas e nos grandes centros metropolitanos, com excelentes resultados. Possui grande alcance e pouca interferência. Esta frequência sofre obstruções de morros, montanhas e outras barreiras significativas. Contudo, são as mais capacitadas para penetrar em grandes prédios porque estão propensas a refletir entre os mesmos.

A faixa UHF é utilizada somente para interligar as repetidoras, ou seja, as informações entre as repetidoras são transmitidas em UHF e dessas para as estações em VHF.

Segue, a seguir, o quadro com a alocação das frequências:

FAIXA	Designação	Nome	Utilização
300 Hz - 3.000 Hz	ELF	Frequências extremamente baixas	Comunicações para submarinos, minas, etc.
3 KHz - 30 KHz	VLF	Frequências muito baixas	
30 KHz - 300 KHz	LF	Frequências baixas	Navegação aérea, serviços marítimos, radiodifusão, etc.
300 KHz - 3 MHz	MF	Frequências médias	
3 MHz - 30 MHz	HF	Frequências altas	Radiodifusão local e distante, radioamadorismo, etc...
300 MHz - 3 GHz	UHF	Frequências ultra altas	TV, polícias, trunking, celular, microondas, etc.
3 GHz - 30 GHz	SHF	Frequências super altas	Microondas, satélite, pesquisas de laboratório, etc.
30 GHz - 300 GHz	EHF	Frequências extra altas	

3. SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES

Os servidores precisam se comunicar de forma discreta para não serem compreendidos facilmente por quem está ou vai ser objeto de uma operação ou investigação policial.

A reação de uma pessoa ao saber que será presa, que cumprirá vários anos de prisão, que foi descoberta etc., pode variar de pessoa para pessoa, e ela pode fazer de tudo para livrar-se daquela situação, inclusive atentar contra a vida dos policiais.

Por esta razão, é de bom alvitre controlar a situação para que o meliante só saiba o que vai acontecer com ele quando a superioridade numérica de policiais em relação a ele for inequívoca.

Aí entra a linguagem com jargão próprio, com convenções e códigos, para que só os policiais entendam uma conversa e dificulte as pessoas estranhas o seu entendimento.

O código "Q", o uso do Alfabeto Fonético Internacional e as nossas convenções têm esse propósito.

4. ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL - AFI

A - ALFA	N - NOVEMBER
B - BRAVO	O - OSCAR
C - CHARLIE	P - PAPA
D - DELTA	Q - QUEBEC
E - ECHO	R - ROMEO
F - FOX ou FOXTROT	S - SIERRA
G - GOLF	T - TANGO
H - HOTEL	U - UNIFORM
I - INDIA	V - VICTOR
J - JULIET	W - WHISKY
K - KILO	X - X-RAI, XINGU ou XADREZ
L - LIMA	Y - IANQUE
M - MIKE (MÁIQUE)	Z - ZULU

5. NUMERAÇÃO

SÍMBOLO	NUMERAL	PRONÚNCIA
1	UM	UNO/PRIMEIRO/PRIMO
2	DOIS	SEGUNDO
3	TRÊS	TERCEIRO
4	QUATRO	QUARTO
5	CINCO	QUINTO
6	MEIA - MEIA-DÚZIA	SEXTO
7	SETE	SÉTIMO
8	OITO	OITAVO
9	NOVE	NONO
Ø	ZERO	NEGATIVO

6. CONVENÇÕES

5/6 (CINCO MEIA)	COMIDA; ALMOÇO; JANTAR
ALVIO	ADVOGADO
MACACO PRETO	TELEFONE
QTH SOSSEGO	RESIDÊNCIA
5/5 (CINCO BARRA CINCO)	ESTOU OUVINDO ALTO E CLARO
COPIAR	OUVIR E ENTENDER
COTEJO	REPETIR

UNIFORME (U)	URGENTE – RÁPIDO
UNIFORME DOBRADO (UU)	URGENTÍSSIMO – ALGUÉM PODE ESTAR CORRENDO RISCO DE VIDA
LINHA DE QUINHENTOS	LIGAÇÃO TELEFÔNICA
CRISTAL	ESPOSA
CARVÃO	MARIDO
SEPARA	ESPAÇO ENTRE CARACTERES
DIAGONAL	BARRA (/)
VG ou VICTOR GOLF	VÍRGULA
PT ou PAPA TANGO	PONTO
PAPA TANGO DOBRADO	DOIS PONTOS
PAPA TANGO FINAL	FIM DO TEXTO
TKS	OBRIGADO
DEM DE NOVO	REPITA A MENSAGEM
DEM NA FONÉTICA	DIGA LETRA-POR-LETRA NO AFI
PAPA LIMA LOCAL	VEÍCULO DE MS
PAPA LIMA NACIONAL	VEÍCULO DE OUTRO ESTADO
CARÁTER GERAL	MENS. SIMULTÂNEA A TODAS AS UNIDADES, TODAS AS VTRs E HTs
MODULAR/MODULANDO	FALAR AO RÁDIO/FALANDO (respectivamente)
SIERRA ALFA	SEM ALTERAÇÃO - NADA
CÂMBIO	É UMA DEIXA PARA O INTERLOCUTOR FALAR/PASSAR A PALAVRA.
CÂMBIO FINAL	FIM DA MENSAGEM
QUINTO PRIMO	BÊBADO
SK	DESLIGO
CÓDIGO 76	AUXÍLIO A PESSOA NECESSITADA
CÓDIGO 100	ALMOÇO – COMIDA, POR EXTENSÃO
CÓDIGO 110	LIGAÇÃO TELEFÔNICA
CÓDIGO 120	USAR O BANHEIRO - WC

7. CÓDIGO Q – EXPRESSÕES MAIS USADAS

QAP	NA ESCUTA
QBU	PACIENTE PSIQUIÁTRICO
QSL	POSITIVO, ENTENDIDO
QRM	INTERFERÊNCIA
QTC	MENSAGEM
QTH	LOCAL, ENDEREÇO
QRA	QUEM OPERA – NOME
QRF	RETORNE A BASE – REGRESSO
QTR	HORA
QRQ	TRANSMITA MAIS DEPRESSA
QRS	TRANSMITA MAIS DEVAGAR
QRX	AGUARDE UM INSTANTE
QRU	NÃO, NADA
QRV	PROSSIGA
QRZ	QUEM ESTÁ CHAMANDO?
QSI	DINHEIRO
QTA	CANCELE A MENSAG EM ANTERIOR – ÚLTIMA FORMA
QSP	PONTE
QSO	CONTATO (pode ser pessoal ou via telefone)
QTO	OCORRÊNCIA

8. REDE DE COMUNICAÇÃO

São diversos equipamentos interligados, quando rádios nas viaturas, rádios portáteis (HT) e rádios de base (fixos), são ligados simultaneamente e na mesma frequência, razão esta que para operá-los devemos obedecer a certas regras:

- Nunca brincar na rede-rádio. (alguém neste momento pode estar precisando da frequência para assuntos sérios e emergenciais);
- Não utilizar a rede para assuntos fúteis;
- Narre os fatos ou faça perguntas a seu interlocutor de maneira objetiva;
- Pense antes de falar ao telefone ou rádio, pois o sucesso de uma investigação ou operação policial depende do sigilo.
- Manter uma distância de aproximadamente 5 cm entre o microfone e a boca;

- Aguardar um segundo antes de falar para que o início da mensagem não seja incompleta. Este cuidado deve ser tomado principalmente quando a rede funciona por meio de repetidoras;

- Identificar-se sempre;
- Mentalizar a mensagem antes da transmissão;
- Transmitir com concisão, clareza e confiança;
- Empregar unicamente as regras de exploração em vigor;
- Eliminar as transmissões desnecessárias ou não autorizadas;
- Escutar antes de transmitir para evitar interferência com outros postos da rede;
- Responder prontamente todas as chamadas;
- Evitar o vício de desenvolvimento de expressões pessoais (gírias ou expressões incomuns);
- Transmitir numa cadência a altura da capacidade de recepção do outro operador;
- Não interromper as transmissões de outra estação, exceto quando a situação for grave e assim exigir;
- A equipe deverá ter sempre um integrante na escuta do rádio;
- Não fazer chamados insistentes a uma mesma estação;
- Lembre-se que é piegas conversar com uma pessoa estranha ao nosso meio usando gírias policiais.

9. CUIDADOS COM O EQUIPAMENTO

- Nunca deixe o HT (Rádio Portátil):
 - a) No sol;
 - b) Na chuva;
 - c) Ligado, no carregador de bateria.
- Jamais opere um rádio de comunicação caso ele esteja sem antena. Se isto ocorrer, o rádio vai "queimar";
- Igualmente não opere o rádio caso ele esteja com a antena avariada. Desligue o equipamento e procure assistência técnica imediatamente;
- Caso queime o fusível do rádio, substitua-o por outro equivalente. Mas se este segundo fusível também queimar, desligue o equipamento e procure assistência técnica;

- Nunca improvise a substituição de fusíveis com papel metálico, cliques, grampo ou fusível de maior resistência;

- Cuidado especial com a tecla de transmissão (PTT), pois muitas vezes ela é acionada sem perceber e além de bloquear toda a rede-rádio, a conversa em torno do rádio será ouvida por toda a rede.

10. INTENSIDADE DOS SINAIS

REFERÊNCIA	INTENSIDADE	CLAREZA
1	APENAS PERCEPTÍVEL	NADA COMPREENSÍVEL
2	DÉBIL	POUCAS PALAVRAS
3	BOM	COMPREENSÍVEL COM DIFICULDADE
4	MUITO BOM	COMPREENSÍVEL
5	ÓTIMO	ALTAMENTE COMPREENSÍVEL

11. TOQUES DE CAMPAINHA UTILIZADOS NOS QUARTÉIS OPERACIONAIS DO CBMMS:

Toque curto
_ Toque longo

•-	Incêndio acionamento de todas as viaturas do quartel
••-	Salvamento Acionamento das viaturas de salvamento (ABR/ABS/UR)
•••-	Acionamento da viatura Unidade de Resgate (UR)
••	Acionamento da viatura de salvamento (ABS/ABR)
--	Acionamento da viatura Auto-Bomba Tanque (ABT)
-	Formatura
-•	Comandante na base
•••	Acionamento da viatura-Auto Comando (AC)

Colaboração:
Jonildo Theodoro de Oliveira
Major da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

REFERÊNCIAS

DOCA, R. H., **Ondas**. Coleção Objetivo - Sistemas de Métodos de Aprendizagem, livro 11, editora CERED.

CARMINATI, F.A, **Apostila de Comunicações Curso de Formação de Sargentos CBM/MS**. Campo Grande: 2003.

FILHO, J., BORGES, J., BARREIRA, N., KASAI, T, STECK, S., SENA, J. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros Comunicações Operacionais**. São Paulo: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2006. 1ª edição, volume 13.

PUBLICIDADE NOATO, **História da Comunicação**, retirado do site <http://publicidadenoato.blogspot.com/2007/06/histria-da-comunicao.html> (acessado em 01 de abril de 2008).

MINERVA, **Introdução A história da comunicação**, retirado do site <http://www.minerva.uevora.pt/stclara/pp03-04/alunos/6f/comunica/introd.htm> (acessado em 01 de abril de 2008).

QUIPROCURA, **Radiação eletromagnética**, retirado do site <http://www.quiprocure.net/infraferro/radeleetro.htm> (acessado em 01 de abril de 2008).

PROTEVE, **Ondas de rádio**, retirado do site <http://www.proteve.net/ondasradio.html> (acessado em 01 de abril de 2008).

WIKIPÉDIA, **Alfabeto Radiotelefônico**, retirado do site http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_radiotelef%C3%B4nico (acessado em 26 de maio de 2008).

Ministério da Justiça - MJ
Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENASP



Adquirido com recursos do
Fundo nacional de Segurança Pública
Convênio 226/2007